ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA ISH TECH S.A.

[•]
B3 LISTING

ISH TECH S.A.
Companhia de Capital Autorizado em fase de registro perante a CVM na categoria "A"
CNPJ/ME n.º 42.496.531/0001-67
NIRE 32300042775
R. Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101
Vitória – ES
CEP 29050-360
Ações Ordinárias: **[●]**
Valor da Oferta: R$**[●]**
Código ISIN: "**[●]"**
Código de negociação das Ações na B3: "**[●]**"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[●] e R$[●] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A **ISH Tech S.A.** ("Companhia"), e os acionistas vendedores pessoas físicas identificados na seção "*Informações sobre a Oferta - Identificação dos Acionistas Vendedores*" na página 49 deste Prospecto ("Acionistas Vendedores"), em conjunto com a **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("XP", "Coordenador Líder" ou "Agente Estabilizador"), o **UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("UBS BB") e o **Banco BTG Pactual S.A.** ("BTG Pactual" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o UBS BB, os "Coordenadores da Oferta") estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e gravames ("Ações" e "Oferta", respectivamente).

A Oferta consistirá na distribuição pública: (i) primária de[, inicialmente,] [•] novas Ações a serem emitidas pela Companhia [unicamente para fins de distribuição das Ações Adicionais, conforme abaixo definido / unicamente para fins de distribuição das Ações Suplementares, conforme abaixo definido / unicamente para fins de distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, conforme abaixo definido] ("Oferta Primária"); e (ii) secundária de[, inicialmente,] [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores [unicamente para fins de distribuição das Ações Adicionais, conforme abaixo definido / unicamente para fins de distribuição das Ações Suplementares, conforme abaixo definido / unicamente para fins de distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, conforme abaixo definido] ("Oferta Secundária"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o Ofício-Circular nº 1/2021-CVM/SRE, de 1º de março de 2021 ("Ofício-Circular CVM/SRE"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", editado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, atualmente em vigor ("Código ANBIMA") e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e convidadas a participar da Oferta, por meio da adesão à carta convite a ser disponibilizada pelo Coordenador Líder para efetuar, exclusivamente esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto).

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pela XP Investments US, LLC, pelo UBS Securities LLC e pelo BTG Pactual US Capital LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"): (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule 144A* ("Regra 144") , editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act* ("Regulamento S"), e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor; em ambos os casos, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e/ou pela CVM, nos termos da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada ("Resolução CMN 4.373"), da Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 ("Resolução CVM 13"), ou da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A.*" ("Anúncio de Início"), a quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares, conforme abaixo definido) poderá, a critério [dos Acionistas Vendedores/da Companhia/da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Suplementares), ou seja, em até [•] ações ordinárias [a serem emitidas pela Companhia / de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores / a serem emitidas pela Companhia e de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores][, na proporção indicada no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido)], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de Bookbuilding ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias [a serem emitidas pela Companhia / de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores / a serem emitidas pela Companhia e de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores][, na proporção indicada no Prospecto Preliminar,] nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia/ pelos Acionistas Vendedores/pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do "*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme e Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e a B3, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Colocação"), as quais serão destinadas exclusivamente para a atividade de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 ("Opção de Ações Suplementares"). Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito, mas não a obrigação, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme abaixo definido).

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa ("Preço por Ação"). Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* ("Preço por Ação").

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)(1)	Comissões (R$)(1)(2)(4)	Recursos Líquidos (R$)(1)(2)(3)(4)
Preço por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]
Total.....	[•]	[•]	[•]

(1) Considerando o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.
(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações a serem recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*", na página 54 deste Prospecto.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas individualmente pelos Acionistas Vendedores, bem como os recursos líquidos a serem recebidos por cada um, veja a seção "*Informações sobre a Oferta - Quantidade, Montante e Recursos Líquidos*" na página 53 deste Prospecto.

A aprovação do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social aprovado em 28 de julho de 2021, sob condição suspensiva ("Estatuto Social"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como seus termos e condições, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de julho de 2021, cuja ata foi devidamente registrada em 18 de agosto de 2021 perante a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo ("JUCEES") sob o nº 20210946644, e publicada no jornal "A Tribuna" e no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo ("DIO/ES") em [•] de [•] de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEES e publicada no DIO/ES e no jornal "A Tribuna" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

Não foi necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores, que são pessoas físicas, para a participação na Oferta Secundária e não será necessária qualquer aprovação em relação aos Acionistas Vendedores para a fixação do Preço por Ação[, incluindo a venda das Ações Adicionais].

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e nem realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir de [•] de [•] de 2021, para subscrição/aquisição de Ações, as quais somente serão confirmadas após o início do período de distribuição.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

Os registros da Oferta Primária e da Oferta Secundária estão sujeitos à análise pela CVM, sendo que os respectivos registros foram requeridos junto à CVM em 19 de agosto de 2021.

A Oferta foi registrada pela CVM em [•] de [•] de 2021, sob os nºs CVM/SRE/REM/[•]/[•] (Oferta Primária) e CVM/SRE/REM/[•]/[•] (Oferta Secundária).

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição ou aquisição das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 23 e 94, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 447 DESTE PROSPECTO, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

XP investment banking | UBS BB | btg pactual

Assessor Independente da Companhia

ARTICA

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2021.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **4**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **8**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **9**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **12**
Visão Geral 12
Vantagens Competitivas 13
Portfolio completo e inovador 13
Infraestrutura Própria 14
ISH Vision 14
ISH Labs 15
Companhia bem posicionada em um mercado latente 16
Reconhecimento de mercado 16
Administração da Companhia 18
O fator humano da segurança da informação 18
ISH Academy e demais treinamentos 18
Programa de retenção de talentos 18
Programa de desenvolvimento de líderes 19
Estratégias 19
Crescimento Orgânico 20
Expansão Geográfica 20
Desenvolvimento de Novos Produtos 20
Novos Canais 21
Crescimento Inorgânico (M&A) 21
Exploração de tendências de mercado como Privacidade, IoT e Nuvem 21
Principais Informações Operacionais e Financeiras 21
Dados Financeiros e Operacionais 21
Prêmios e certificações 22
Estrutura Acionária 23
Principais Fatores de Risco da Companhia 23
IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES **27**
SUMÁRIO DA OFERTA **29**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **47**
Composição do capital social 47
Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores 48
Identificação dos Acionistas Vendedores 49
Assessor Independente da Companhia 49
Acordo de Acionistas 50
Características Gerais da Oferta 50
Descrição da Oferta 50
Aprovações societárias 51
Preço por Ação 52
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 53
Quantidade, Montante e Recursos Líquidos 53
Custos de Distribuição 54
Instituições Consorciadas 57
Público Alvo 57
Cronograma Estimado da Oferta 58

Procedimento da Oferta 59
Plano de Distribuição da Oferta 59
Oferta Não Institucional 60
Oferta Institucional 68
Distribuição Parcial 70
Prazos da Oferta 71
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional 71
Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta 72
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 74
Estabilização dos Preços das Ações 75
Violações das Normas de Conduta 76
Direitos, vantagens e restrições das Ações 76
Negociação das Ações no Novo Mercado da B3 77
Contratação de Formador de Mercado 78
Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*) 78
Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações. 78
Inadequação da Oferta 79
Condições a que a Oferta esteja submetida 79
Informações adicionais 79
Companhia 80
Coordenadores da Oferta 80
Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta 81
Companhia 81
Coordenadores da Oferta 81
Instituições Consorciadas 82
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA 83
Coordenador Líder 83
Atividade de Mercado de Capitais da XP 83
UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. 84
Banco BTG Pactual S.A. 86
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA 88
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 88
Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB 89
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual 90
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA 92
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder 92
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB 92
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual 93
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 94
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 102
CAPITALIZAÇÃO 104
DILUIÇÃO 106

ANEXOS **109**
ANEXO A ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA 111
ANEXO B ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA 147
ANEXO C MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA 195
ANEXO D DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 201
ANEXO E DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 205
ANEXO F DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 209
ANEXO G INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA EM 30 DE JUNHO DE 2021 E PARA O PERÍODO DE 2 DE JUNHO DE 2021 A 30 DE JUNHO DE 2021 213
ANEXO H DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA EM 30 DE JUNHO DE 2021 E PARA O PERÍODO DE 2 DE JUNHO DE 2021 A 30 DE JUNHO DE 2021 ESPECIALMENTE PREPARADAS PARA FINS DE REGISTRO 235
ANEXO I DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS COMBINADAS DA ISH TECH S.A., ISH TECNOLOGIA S.A. E INTEGRASYS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. ("GRUPO ISH") EM 30 DE JUNHO DE 2021 E PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020 265
ANEXO J DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMBINADAS DA ISH TECNOLOGIA S.A. E INTEGRASYS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 330
ANEXO K FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 417

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, "Companhia", "ISH" ou "nós" se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à ISH Tech S.A., suas subsidiárias e filiais na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção "Sumário da Oferta" deste Prospecto.

Acionistas Vendedores	Rodrigo Volk Etienne Dessaune, Armsthon Hamer dos Reis Zanelato, Allan Marcelo de Campos Costa e João Paulo Barros da Silva Pinto, considerados em conjunto.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Agente Estabilizador, XP ou Coordenador Líder	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
Assessor Independente da Companhia	Artica Participações e Assessoria Financeira Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.039.667/0001-26, que atuará na qualidade de assessor financeiro independente da Companhia.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.

Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, editado pela ANBIMA e atualmente em vigor.
Companhia ou ISH	ISH Tech S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria Estatutária	A diretoria estatutária da Companhia.
DIO/ES	Diário Oficial do Estado do Espírito Santo.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
EBITDA e Margem EBITDA	O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações contábeis e consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	O estatuto social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2021, sob condição suspensiva.
Formulário de Referência	Formulário de referência da Companhia, elaborado pela Companhia, nos termos da Instrução CVM 480 e anexo a este Prospecto, a partir da página 417 deste Prospecto.
IASB	*International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IFRS	*International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM 384	Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto Sobre Operações Financeiras.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
JUCEES	Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular CVM/SRE nº 01/2021, divulgado em 01 de março de 2021.
PIS/COFINS	Programas de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, respectivamente.
Prospecto Definitivo	O "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A.*", incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos, bem como seus demais anexos.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A.*", incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos, bem como seus demais anexos.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A, editada pela SEC, ao amparo do *Securities Act.*
Regulamento da Câmara de Arbitragem	O Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia.

Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no segmento Novo Mercado da B3.
Regulamento S	*Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*.
Resolução CMN 4.373	Resolução CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada.
Resolução CVM 13	Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020.
Resolução CVM 27	Resolução CVM nº 27, de 08 de abril de 2021.
Resolução CVM 35	Resolução CVM nº 35, de 26 de maio de 2021.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, e alterações posteriores, editado pela SEC.
UBS BB	UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	ISH Tech S.A., companhia de capital autorizado, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCEES sob o NIRE nº 32300042775.
Registro na CVM	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM, cujo requerimento foi apresentado à CVM em 19 de agosto de 2021.
Sede	Localizada na R. Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, na cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo, CEP 29050-360.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na R. Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, na cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo, CEP 29050-360. A Diretora de Relações com Investidores é a Sra. Michelini Camuzzi Ferrari Storck. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (27) 3334-8900 e o seu endereço eletrônico é ri@ish.com.br.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Jornais nos Quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DIO/ES e no jornal "A Tribuna".
Website	www.ish.com.br As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele anexas e/ou incorporadas por referência.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e declarações acerca do futuro, principalmente nas seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*", nas páginas 23 e 94, respectivamente, deste Prospecto e nas seções "*4. Fatores de Risco*", "*7. Atividades do Emissor*" e "*10. Comentários dos Diretores*" do Formulário de Referência, nas páginas 447, 524 e 602 deste Prospecto.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado de suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Embora a Companhia acredite que essas estimativas e declarações acerca do futuro sejam baseadas em premissas razoáveis, elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto e no Formulário de Referência, tais como previstos nas estimativas e declarações acerca do futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e as declarações acerca do futuro não se concretizem. Dentre os diversos fatores que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos, de saúde pública e outros da pandemia global de coronavírus em curso, ou COVID-19 (ou qualquer outra pandemia, epidemia ou crises semelhantes), incluindo novas cepas ou variantes do novo coronavírus, particularmente na medida em que tais fatores impactam o Brasil e continuam a ter efeitos macroeconômicos graves, o que pode aumentar o impacto dos outros riscos aos quais estamos sujeitos (para informações adicionais, veja o fator de risco *"[A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do coronavírus (covid-19), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia e de suas controladas depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes em seus negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, capacidade de continuar operando seus negócios]"* do Formulário de Referência, na página 455 deste Prospecto;

- efeitos da nova pandemia da COVID-19 na economia e nas condições de negócios no Brasil e no mundo e mundial e as medidas restritivas impostas pelas autoridades governamentais para combater a pandemia da COVID-19;

- a capacidade da Companhia de implementar, tempestiva e efetivamente, qualquer medida necessária para reagir ou mitigar os efeitos da pandemia da COVID-19 nos seus negócios, operações, fluxos de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;

- rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil;

- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;

- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez dos mercados financeiro e de capitais;

- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos e comercialização dos produtos da Companhia;

- condições que afetam o setor de atuação da Companhia e a condição financeira de seus principais clientes;

- a mudança no cenário competitivo no setor de atuação da Companhia;

- o relacionamento com os atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços da Companhia;

- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;

- fatores negativos ou tendências que podem afetar negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de operações da Companhia;

- o nível de capitalização e endividamento da Companhia e a sua capacidade de contratar novos financiamentos e executar o nosso plano de expansão; e

- outros fatores de risco discutidos nas seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" deste Prospecto, nas páginas 23 e 94, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção "*4. Fatores de Risco*" e "*4.2. Riscos de Mercado*" do nosso Formulário de Referência, nas páginas 447 e 484 deste Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras "acredita", "pode", "poderá", "deverá", "visa", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem vir a não se concretizar.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da sua capacidade de controle ou previsão. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto a partir da página 417, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 417, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A EMISSORA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

Este Sumário contém um resumo das nossas atividades e das nossas informações financeiras e operacionais, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 417 deste Prospecto. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar sua decisão em investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas na seção "Considerações Sobre Estimativas e Declarações acerca do Futuro" e nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto, nas páginas 23 e 94, respectivamente, deste Prospecto, bem como nas seções "4.1 Fatores de Risco" e "4.2. Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência, nas páginas 447 e 484 deste Prospecto, respectivamente, bem como as nossas demonstrações contábeis combinadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as demonstrações financeiras combinadas para os períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020 e as demonstrações financeiras da Companhia em 30 de junho de 2021 e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto a partir das páginas 330, 265 e 213, respectivamente. Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Ações.

A menos que o contexto exija outra interpretação, os termos "nós", "nos", "nossos/nossas", "Companhia" e "ISH Tech" referem-se à Companhia e suas subsidiárias.

Apresentamos abaixo as informações das principais atividades desenvolvidas pela Companhia, por meio de suas subsidiárias ISH Tecnologia S.A. e à Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. **Para fins da leitura deste Sumário da Companhia, qualquer menção à Companhia e a controladas da Companhia deve ser entendida como menção ao resultado da combinação de negócios por meio da Reorganização Societária conforme descrita neste Prospecto e no item 15.7 do Formulário de Referência.**

Visão Geral

Reconhecida como a empresa brasileira mais bem posicionada no ranking da MSSP Alerts[1], a Companhia, por meio de suas controladas, é uma das maiores empresas de cibersegurança do país e da América Latina, atuando com clientes dos mais diversos ramos, incluindo varejo, finte chs, instituições financeiras, saúde, educação, indústria, entre outros. Apesar de não fazer parte da estratégia principal de crescimento da Companhia, ela também oferece serviços de cibersegurança ao setor público.

Sediada em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, a Companhia e suas futuras controladas contam com infraestrutura de Data Center própria em Vitória e outros 9 escritórios operacionais regionais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Goiânia, Recife e Fort Lauderdale, na Flórida, Estados Unidos. A Companhia, por meio de suas controladas, está no mercado há 25 anos e atualmente conta com um robusto time de engenheiros e analistas, com mais de 490 colaboradores, atendendo a aproximadamente 500 clientes e com mais de 1 milhão de ativos gerenciados. Nos últimos 12 meses findos em 30 de junho de 2021, a Companhia registrou R$388 milhões em *bookings*[2], totalizando R$257 milhões em receita líquida e um crescimento médio anual (CAGR) entre 2019 e 2020 superior a 43%, com mais de 85% das receitas sendo recorrentes.

Além de um time qualificado e experiente, com mais de 490 colaboradores engajados na operação, a Companhia e suas futuras controladas possuem tecnologia proprietária certificada, com mais de 40 parcerias de sucesso no negócio.

Infográfico de destaques da Companhia

Fonte: Companhia

Nota: informações até junho/2021, referentes às operações combinadas da ISH Tecnologia S.A. e da Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., subsidiárias da ISH Tech S.A. (Companhia criada em 2 de junho de 2021)

Entende-se que a segurança não se vale de um método único, mas sim um processo dinâmico e ágil. Por isso, um ambiente, para ser considerado seguro, precisa ser analisado e monitorado de modo contínuo e ininterrupto, por meio de operações cibernéticas, integração cibernética e avaliação do risco cibernético. Devido a isso, a fim de manter a qualidade de sua operação, a Companhia, por meio de suas controladas, foca em um posicionamento estratégico, o qual entende ser único e bem definido em cibersegurança no Brasil, guiado por alguns pilares-chave:

- Possuir reconhecimento internacional, se posicionando ao lado de gigantes multinacionais (listada no ranking internacional das 250 Top Managed Security Service Providers)[3].
- Possuir modelo de negócios que entende ser inovador, associando uma filosofia de MSSP (Managed Security Services Provider), com entrega de MDR (Monitoramento, detecção e Resposta), a uma plataforma proprietária desenvolvida pela Companhia que permite encapsular soluções em um único produto, sempre entregue como serviço.
- Uma história de 25 anos desde a fundação da ISH Tecnologia, com o desenvolvimento da Companhia totalmente fomentado com recursos próprios, sem recorrer a investidores externos, apenas na receita das primeiras vendas e linhas de financiamento, preservando apenas os sócios fundadores como acionistas

[1] Ranking cuja metodologia avalia, dentre outros pontos, a receita e a rentabilidade do negócio. Disponível em: https://www.msspalert.com/top250/list-2020/23/

[2] *bookings* são os contratos fechados celebrados pela Companhia ou suas controladas, ou seja, quando um cliente assina um contrato, o valor total do contrato – valor inicial, mais valor mensal, vezes o número de meses do contrato – é somado ao total de *bookings* ou vendas da Companhia ou de suas controladas nos últimos doze meses (UDM)

[3] Top 250 MSSPs for 2020: Companies 30 to 21https://www.msspalert.com/top250/list-2020/23/

- Possuir presença já estabelecida no Brasil, bem como planos de expansão para América Latina e EUA.
- Possuir um time robusto de mais de 490 colaboradores especializados pela própria companhia
- Ser desenvolvedor de soluções de cibersegurança nacional, com o centro de inovação tecnológica ISH LABS.

O *core* de suas atividades inclui serviços avançados de segurança cibernética voltados a prover proteção, sustentação e detecção de ameaças, respostas a incidentes e gestão de risco dos clientes, por meio da plataforma ISH Vision.

Ainda, a Companhia, por meio de suas controladas, possui um pipeline robusto de produtos e soluções complementares ao seu *core business*, alavancados em mais de 25 anos de histórico. A trajetória da Companhia, por meio de suas controladas, se divide em 4 períodos. Inicialmente, entre 1996 e 2005, a ISH Tecnologia operava com um modelo de Revendedor de Valor Agregado (VAR - Value Added Reseller) com canais de venda direto e atendendo grandes companhias. No segundo momento de sua atuação, a partir de meados de 2005, a ISH Tecnologia passa a oferecer também serviços gerenciados de segurança. Na terceira fase da operação da ISH Tecnologia, entre 2013 e 2020, começa a oferecer soluções de Segurança como Serviço (SECaaS), somando ofertas de MSS, MDR e Centro de Operações de Segurança como serviço (*SOC as a service*), com canais de venda que incluem distribuidores. A partir de 2020, a ISH Tecnologia entra em sua quarta fase de operação, com soluções SECaaS escaláveis, e adiciona Provedores de Serviços de Segurança Gerenciados (MSSPs) aos canais de venda e as pequenas e médias empresas (PMEs) ao mercado focal, tal como representado na imagem abaixo.

A Companhia, por meio de suas controladas, possui atuação focada e especializada, com soluções flexíveis, adaptáveis, sofisticadas e que empregam customização. Em 30 de junho de 2021, aproximadamente 70% dos *bookings* (que são a soma do valor total dos contratos fechados com clientes finais em um determinado período) são relativos à soluções de cibersegurança, decorrentes de contratos do ISH Vision, plataforma responsável pelos produtos (próprios e de terceiros) e serviços de cibersegurança. O percentual restante, de aproximadamente 30% dos *bookings*, são de soluções complementares de infraestrutura de tecnologia da informação e armazenamento e processamento de dados em nuvem de forma segura através da plataforma ISH Secure Cloud.

Por entender que cada cliente possui desafios únicos, a estratégia da Companhia e de suas controladas na utilização dos módulos disponíveis na plataforma ISH Vision é implementar camadas de segurança sob medida, mitigando os riscos com soluções integradas, simples, modernas e que aplicam tecnologia de vanguarda. As soluções para suporte aos negócios da Companhia e de suas controladas garantem disponibilidade, segurança e performance, pois tratam-se de tecnologias de fácil usabilidade, para que seus clientes tenham acesso aos dados e sistemas de maneira segura e controlada.

Vantagens Competitivas

A Companhia e suas futuras controladas acreditam que as seguintes vantagens competitivas as diferenciam de seus concorrentes e contribuem para seu sucesso:

Portfolio completo e inovador

As soluções da Companhia e de suas controladas suportam negócios por meio de um portfólio completo de soluções para proteção, integridade, desempenho e disponibilidade – Tudo com um *modelo As a Service*. Ao todo, são 6 principais verticais de operação:

- Integração cibernética: implantação de soluções para proteção integrada de redes, nuvem, aplicações, dados e plataformas, fornecidas no modelo de subscrição de assinatura de terceiros *(Partner SaaS* – Software como serviços de parceiros) adicionados dos serviços da Companhia e de suas controladas.
- Sustentação cibernética: serviços gerenciados de cibersegurança (MSS), incluindo monitoramento, operação e suporte de ferramentas de segurança realizados de forma remota por meio de um centro de operações de segurança (SOC).
- Operação cibernéticas: serviços gerenciados de detecção e resposta de incidentes de cibersegurança (MDR), com monitoramento 24x7 de redes, dispositivos, aplicações e ambiente de nuvem.
- Identidade cibernética: serviço de gestão de acesso ao ciclo de vida do usuário, ou seja, a gestão da identidade digital de um usuário dentro de um ambiente corporativo, da criação à gestão dos acessos, até a exclusão do usuário.
- Risco cibernético: serviços que visam permitir que uma organização possa identificar as ações necessárias para mitigar, evitar, transferir ou aceitar riscos cibernéticos e, assim aumentar a probabilidade de a organização alcançar seus objetivos estratégicos. Dentre esses serviços, é possível citar o *Vision Privacy Office* que alinha as necessidades de negócios do cliente com os requisitos legais de privacidade, possibilitando que a organização alcance seus objetivos de forma segura visando ao respeito da Lei Geral de Proteção de Dados, e o Mantis DRP que visa monitorar riscos cibernéticos na internet que possam causar algum impacto na empresa de forma direta ou indireta – como organização de ataques cibernéticos contra o cliente, grupos criminosos comprando e vendendo dados confidenciais ou até mesmo uso da marca do cliente de forma fraudulenta, com o intuito de roubar dados e informações confidenciais.
- Soluções complementares: são ferramentas de terceiros ativadas no serviço de nuvem da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar que empresas de diversos tamanhos e segmentos possam ter acesso a tecnologias de ponta e referência global com preços mais competitivos e pagamento *as-a-service* (soluções como serviço). Nesta estratégia, quanto maior o número de contratos ativados no serviço de nuvem, menor o custo mensal, permitindo redução de custo de acordo com a quantidade de licenciamento adquirido. Dessa forma, a redução de custo da Companhia e de suas controladas possibilitada por ganho de escala de terceiro diminui o custo para o cliente final da Companhia.

Fonte: Companhia

Infraestrutura Própria

A Companhia, por meio de suas controladas, possui 3 data centers, sendo 1 próprio em Vitória – ES e 2 *colocation* (disponibilização de infraestrutura para hospedar servidores de clientes em um data center alugado) em datacenters em São Paulo, 3 estruturas de Centro de Operações de Segurança (SOC – Security Operations Center), sendo 2 em Vitória – ES e 1 em São Paulo e 1 estrutura de NOC (NOC – Network Operation Center) em Vitória.

O Data Center da Companhia fornece a infraestrutura que seus clientes necessitam para instalar e hospedar seus equipamentos em um local seguro e com as melhores práticas de infraestrutura e gerenciamentos de recursos, preservando, assim, investimentos já realizados. Para que os clientes possam operar seus equipamentos e aplicações são fornecidos recursos, tais como:

- Rack
- Energia elétrica redundante
- Conectividade
- Sistema de segurança
- Monitoramento 24x7x365 da infraestrutura
- Refrigeração de precisão
- Serviços de nuvem
- Geradores redundantes
- No-Breaks redundantes
- Sistema de detecção e combate a incêndio nos data center
- Internet e sistema de telecomunicações com dupla abordagem

As ofertas de SOC/NOC e Serviços Gerenciados de Data Center permitem que os clientes concentrem esforços em seus negócios, transferindo parcial ou totalmente a operação do seu ambiente de TI para a estrutura do ISH Data Center. O portfólio de serviços SOC/NOC e serviços gerenciados contempla:

- SOC – Centro de segurança da informação
- NOC – Centro de operações e redes
- Monitoramento e administração de rede, segurança da informação e sistemas de armazenamento
- Suporte avançado para TI
- Análise e testes de segurança (Pen Test)
- Outsourcing de TI

Os SOCs e o NOC da Companhia são distribuídos em 3 cidades, com operação e redundância 24 horas por dia, 7 dias por semana, atendendo a mais de 200 clientes, resolvendo mais de 120.000 incidentes nos 12 meses a contar de 30 de junho de 2020 e relatando 97% (noventa e sete por cento) de satisfação dos novos clientes no período findo em 30 de junho de 2021, conforme dados da Companhia baseados no *health score*. A Companhia e suas futuras controladas monitoram atualmente 50 bilhões de eventos por mês oriundos das redes de seus clientes. Tal volume permite a extração de tendências e inteligência de ameaças que auxiliam na melhoria contínua da qualidade dos serviços.

A Companhia acredita ser, por meio de suas controladas, a maior empresa de capital 100% nacional de serviços de cibersegurança, conforme publicação da MSSP Alert de 2020, que listou as 250 maiores empresas de serviços de cibersegurança do mundo. Ainda, a Companhia, por meio de suas controladas, acredita estar presente em todo o país e em todas as verticais de negócio, contando com centros de operação de segurança (SOC) distribuídos, sendo que os dois principais se encontram em duas capitais separadas por quase 1000 quilômetros de distância (São Paulo e Vitória), mitigando o risco de que seus clientes fiquem desamparados em caso de catástrofe.

ISH Vision

Além das soluções próprias, a Companhia e suas futuras controladas integram dezenas de soluções de parceiros em uma única plataforma, o ISH Vision, que é ofertada ao cliente na modalidade de serviço. Com isso, o cliente tem maior segurança em suas operações e pode focar seus esforços em seu respectivo *core business*. O modelo permite que a Companhia e suas futuras controladas substituam gradualmente tecnologias de parceiros nos contratos correntes, evitando impactos ao cliente, que enxergam a Companhia e suas futuras controladas como provedoras do serviço, e não como meros provedores de determinada tecnologia.

O ISH Vision associa inteligência de processos, negócios e tecnologia robusta, além de ser apoiada por profissionais altamente capacitados que fazem a gestão de vulnerabilidades e de incidentes capazes de prejudicar os sistemas dos clientes da Companhia e de suas controladas, prestando serviços avançados de conformidade e segurança da informação voltados a prover visibilidade, gestão e proteção da infraestrutura de tecnologia da informação dos seus usuários, configurando uma oferta chamada pelo mercado de "*one stop shop*", onde o cliente encontra, em uma única plataforma, solução virtual para diferentes desafios no campo da cibersegurança.

Dessa forma, quando um cliente sofre alguma tentativa de ataque cibernético, a plataforma ISH Vision detecta e responde ao ataque antes que o mesmo possa causar danos ao usuário final. Após garantir que o serviço de segurança necessário seja realizado, o Portal Vision consolida os principais indicadores das soluções e torna a entrega mais tangível e a deixa da forma mais simplificada possível para o cliente.

Fonte: Companhia

O conhecimento da equipe de Inteligência de Ameaças, que pesquisa e coleta informações de modo contínuo, é usado para o aprendizado da Inteligência Artificial (IA). O resultado é um Serviço de Detecção e Resposta do ISH Vision que elimina o problema de alertas falsos positivos ou falsos negativos, promovendo resposta rápida e específica para a realidade da organização.

A plataforma ISH Vision foi construída a partir de uma grade de inteligência com sólida expertise, somando mais de 14 anos de experiência em SOC e mais de 200 especialistas em segurança cibernética. Ao todo, são 3 centros de operações de segurança com mais de 10 mil incidentes resolvidos, em média por mês. Com, em média, 4 mil horas por mês de automação e 500 mil bloqueios de ataques por dia, a plataforma possui uma inteligência de violação com pelo menos 100 mil horas de resposta a ataques.

O ISH Vision traz o benefício de um efeito rede para a Companhia e suas futuras controladas, que parte da atração de mais clientes, permitindo a captação de mais dados e, consequentemente, a redução no tempo de resposta aos incidentes, com mais automação e menor necessidade de capital humano.

ISH Labs

Dentre as soluções inovadoras da Companhia e de suas controladas, destaca-se o ISH Labs, que visa desenvolver soluções de propriedade intelectual 100% detida por elas. Este funciona em modelo de startup, no qual cada produto tem seu grupo de trabalho com desenvolvedores, gerentes de projetos, suporte, além de um *head* de produto (*team leader*).

O ISH Labs é um centro de inovação tecnológica que usa como alavanca o conhecimento gerado pelo que a Companhia e suas futuras controladas acreditam ser o maior provedor de serviços de cibersegurança do Brasil e por tendências internacionais de mercado, para criar soluções no mesmo ritmo que novos riscos cibernéticos surgem, produzindo crescimento por meio da inovação e entregando continuamente produtos de vanguarda para os clientes. Caracteriza-se como um laboratório de inovação e desenvolvimento de produtos que viabiliza a adoção de práticas de *open innovation*, ou inovação aberta em português, e consiste em uma forma de inovação mais colaborativa e diversificada, com adoção de metodologias ágeis e desenvolvimento de novos produtos de cibersegurança para compor o portfólio de ofertas do ISH Vision, bem como produtos com potencial de posicionamento independente no mercado.

Para atingir este objetivo, o ISH Labs utiliza métodos modernos de desenvolvimento ágil, que permeiam toda a sua organização, com foco na experiência do usuário, na experimentação e na validação antecipada de hipóteses de negócios, permitindo melhorias iterativas, flexibilidade e respostas rápidas para as necessidades do mercado. O processo de ideações do ISH Labs inicia-se pelo funil de estudos de demandas tecnológicas nacionais e internacionais de mercado. Nesta etapa são avaliadas, por time de profissionais altamente qualificados, a relevância da solução que seria proposta perante os clientes, a aderência ao ecossistema de produtos e serviços da Companhia e de suas controladas, a possibilidade de alavancar tal produto usando vantagens competitivas já pertencentes a Companhia e suas futuras controladas e finalmente os diferenciais competitivos que o novo produto em si possui.

Identificados os requisitos descritos acima, o *time to Market* da Companhia e de suas controladas, ou seja, todo o processo de desenvolvimento, busca o MMP (*minimum marketable product*) que varia de 6 a 12 meses para que tais vantagens sejam exploradas o mais rápido possível. Após esse prazo, entende-se que, no mercado cada vez mais volátil, podem surgir novas variáveis que aumentariam a incerteza dos projetos.

A estratégia do ISH Labs busca adaptabilidade e agilidade para antecipar as disrupções do mercado. O objetivo é ter a Companhia e suas futuras controladas em uma posição favorável de exploração de *green fields* ao invés de desenvolver soluções ou modelos de negócios já dominados por outros *players* e que teriam um custo de oportunidade mais alto.

Para cumprir com seu propósito, o ISH Labs alia de forma inteligente a leveza de uma *startup* com a expertise de um time robusto de especialistas em cibersegurança, em uma estrutura orgânica, concebida para otimizar a criação e sustentação dos seus produtos e com inovação em seu DNA. Como produto final, o ISH Labs garante que o melhor produto possível esteja indo para o mercado, com o seu marketing trabalhado e seus parâmetros comerciais definidos, proporcionando uma entrega de valor acelerada, em que o time atua no desenvolvimento usando o *framework* ágil, que é um conjunto de padrões de organização e fluxo de trabalho para implementar práticas ágeis em escala corporativa, mais adequado ao produto que estiver sendo produzido.

Companhia bem posicionada em um mercado latente

A Companhia, por meio de suas controladas, atua em um mercado endereçável, que significa o tamanho potencial de receita proporcionada por determinada atividade, em tendência de expansão. Os danos causados pelo cibercrime globalmente atingiram US$ 6 trilhões em 2020, conforme o Global Risk Report do World Economic Forum (Insight Report)[4]. A violação de dados para companhias atingidas pelo cibercrime causa riscos reputacionais para todos os *stakeholders,* bem como pode causar perdas de dados proprietários, de propriedade intelectual, financeiras e de clientes, e ainda os sujeita a riscos legais e regulatórios. Ou seja, os riscos decorrentes do cibercrime impactam significativamente as empresas, que buscam soluções para tais problemas, oferecidas pela Companhia e suas futuras controladas.

No Brasil, o mercado local de cibersegurança também é relevante e está em crescimento, podendo ser observado pelo número crescente de incidentes registrados pela Companhia e por suas controladas. Entre o terceiro trimestre de 2020 e junho de 2021 houve aumento de 49% na quantidade registrada de incidentes. A Companhia e suas futuras controladas têm reduzido constantemente o tempo de resposta a incidentes, passando de uma média de 41 minutos observada no terceiro trimestre de 2020, para apenas 15 minutos no segundo trimestre de 2021, representando uma melhoria no desempenho do atendimento de 63%. Quanto mais incidentes são analisados, mais dados e inteligência a Companhia e suas futuras controladas geram e, portanto, se tornam mais assertivas em suas respostas, reforçando o efeito rede.

Fonte: Companhia

A Companhia contabiliza que os gastos com soluções em cibersegurança no primeiro semestre de 2021 ultrapassaram R$16,4 bilhões, com CAGR de mais de 4,7% desde 2018, conforme pesquisa realizada pela área de inteligência de mercado da Companhia e de suas controladas. Desses gastos, a Companhia acredita que somente os gastos com serviços de cibersegurança ultrapassaram R$8,7 bilhões no primeiro semestre de 2021, com crescimento de 33% em soluções de segurança para nuvem desde 2018, conforme levantamentos internos da Companhia e das suas controladas. Neste mercado em desenvolvimento, a Companhia e suas futuras controladas vêm realizando investimentos em novos produtos, nas áreas de risco cibernético, com a evolução da plataforma de Proteção de Riscos Digitais MANTIS, lançada pela ISH Tecnologia em maio de 2021, do ISH Vision SOC Portal (OWL) plataforma de gerenciamento do SOC "*as a service*", que é um centro de operações de segurança, lançada em junho de 2021, do ISH Box lançado em 2016, dentre outras.

Com um portfólio completo de serviços, a Companhia e suas futuras controladas atendem à crescente demanda e observam certas tendências no consumo. A maior necessidade de serviços e soluções em cibersegurança que a Companhia vem constatando decorre de:

- digitalização e *e-commerce*;
- consolidação de contratos (clientes desejam ter ponto focal para prover múltiplas soluções);
- regulações, como a Lei Geral de Proteção de Dados;
- necessidade de ciberprivacidade;
- migração passiva para nuvem;
- aumento de conscientização cibernética da sociedade; e
- complexidade de soluções, que trazem consigo maiores necessidades de segurança: cloud, IoT, SaaS, Home Office.

Reconhecimento de mercado

Neste cenário, a Companhia e suas futuras controladas vêm conseguindo cada vez mais reconhecimento de mercado, melhorando a presença de sua marca e a percepção de seu portfólio. Um dos exemplos desse reconhecimento veio da ISG, que é um instituto de pesquisa de mercado em tecnologia com sede na França e que realiza avaliações de mercado em todo o planeta. Um dos relatórios publicados anualmente é o ISG Provider Lens para o mercado de cibersegurança e, de acordo com o relatório de 2020, a ISH Tecnologia se posicionava como líder, no Brasil, nos segmentos de Serviços de Segurança Técnica e Serviços Gerenciados de Segurança, além de ser um relevante *Challenger* na categoria de Serviços de Segurança Estratégica. Já no relatório de 2021, a ISH Tecnologia aparece como líder nos três quadrantes, figurando como a primeira do Brasil em todos eles.

A seguir, são descritas as categorias avaliadas pelo ISG Provider Lens:

- Serviços de Segurança Estratégica: São os serviços estratégicos de segurança e cobrem principalmente consultoria para soluções de segurança de TI. Este quadrante examina empresas de consultoria que podem ajudar os clientes a melhorar suas práticas de GRC (Governance Risk and Compliance, risco de governança e compliance). Esses avaliadores são independentes e podem avaliar as soluções dos fornecedores que melhor atendem às necessidades de um cliente, sendo que escopo de consultoria estratégica pode incluir avaliações de vulnerabilidade e hackers éticos para testar os recursos de defesa e resposta de um cliente. Alterações nos processos de negócios, treinamento do usuário, conscientização sobre segurança, preparação para auditoria e certificação são comuns entre as opções de serviço disponíveis, sendo que as empresas de consultoria que equilibram os recursos tecnológicos com expertise em governança de negócios, riscos e conformidade, obtêm uma classificação melhor neste quadrante. Dentro deste quadrante de serviços, a ISH Tecnologia se posiciona com os serviços de identidade cibernética e de risco cibernético da plataforma ISH Vision.

[4] http://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risk_Report_2020.pdf

Critérios de elegibilidade:

- demonstrar experiência em consultoria de segurança de TI sobre soluções de segurança para empresas no Brasil
- a empresa deve ser independente de fornecedor para fornecer avaliações imparciais
- a capacidade técnica do provedor de realizar avaliações de vulnerabilidade, como testes de intrusão e hackers éticos, deve ser equilibrada com sua expertise em consultoria de negócios.

- Serviços de Segurança Técnica: Os serviços técnicos de segurança cobrem integração, manutenção e suporte para soluções de segurança de TI. Este quadrante examina os provedores de serviços que não estão focados exclusivamente em seus respectivos produtos proprietários e que podem implementar e integrar soluções de fornecedores. Dentro deste quadrante de serviços, a ISH Tecnologia se posiciona com os serviços de integração cibernética, infraestrutura e nuvem segura da plataforma ISH Vision.

  Critérios de elegibilidade (a ISH Tecnologia, como líder do ISG, atende todos os critérios do instituto):

  - demonstrar experiência na implementação de soluções de segurança para empresas no Brasil;
  - ser autorizado pelos fornecedores a distribuir e dar suporte a soluções de segurança;
  - especialistas certificados devem prestar suporte a suas tecnologias de segurança; e
  - idealmente, o provedor deve ser membro de associações de segurança.

- Serviços Gerenciados de Segurança (MSS): os serviços gerenciados de segurança compreendem as operações e o gerenciamento de infraestruturas de segurança de TI para um ou vários clientes por um SOC. Os serviços típicos incluem monitoramento de segurança, análise de comportamento, detecção de acesso não autorizado, aconselhamento sobre medidas de prevenção, teste de penetração (*pen-test*), operações de firewall, operações de antivírus, serviços de operação de IAM (*Identity and Access Management*, ou gerenciamento de acesso e identidade) e operações de DLP (*Data Loss Prevention,* ou prevenção de perda de dados), para fornecer proteção contínua em tempo real, sem comprometer o desempenho dos negócios. Este quadrante examina os provedores de serviços que não se concentram exclusivamente em produtos proprietários, mas que podem gerenciar e operar as melhores ferramentas de segurança, e avalia a capacidade de um provedor de serviços de fornecer serviços de gerenciamento contínuos para grandes clientes corporativos. Esses grandes clientes geralmente têm operações em vários países, formando uma ampla rede com um grande número de terminais que precisam ser protegidos. Eles são os alvos preferenciais para hackers e violações de dados devido ao valor de seus ativos e à sua capacidade financeira. Esse grupo também inclui bancos, serviços financeiros, organizações de seguros e assistência à saúde e outras empresas que precisam cumprir regulamentos estritos. Para apoiar esse seleto grupo de empresas, os provedores de serviços são proficientes em muitas ferramentas de segurança, incluindo ferramentas de identificação de ameaças de qualidade. Eles podem lidar com todo o ciclo de vida de incidentes de segurança, desde a identificação até a resolução. Dentro deste quadrante de serviços, a ISH Tecnologia se posiciona com os serviços de sustentação e operação cibernética da plataforma ISH Vision.

  Critérios de elegibilidade (a ISH e suas controladas, como líder do ISG, atende todos os critérios do instituto):

  - capacidade de fornecer serviços de segurança, como detecção e prevenção, (SIEM- Security information and event management), consultoria de segurança e suporte à auditoria, remotamente ou no local do cliente
  - possuir acreditações de fornecedores de ferramentas de segurança
  - os SOCs devem idealmente pertencer e ser gerenciados pelo provedor e não predominantemente pelos parceiros
  - manter pessoal com certificações de segurança, como CISSP, CISM, GIAC etc.

A Companhia, por meio de suas controladas, é o único competidor independente em cibersegurança no Brasil e que figura como líder nos 3 quadrantes apontados no relatório, com operação focada e especializada, além de ter capacidade de execução por meio de uma infraestrutura de última geração e de um portfólio completo de produtos e soluções, sendo reconhecida com a tríplice certificação: ISO 9001, ISO 20.000 e ISSO 27.001 e mais de 40 alianças tecnológicas com fabricantes líderes mundiais em tecnologias de cibersegurança, infraestrutura e nuvens seguras. No ranking das 250 principais provedoras de serviços de segurança gerenciados do mundo, publicado pela MSSP Alert, a ISH Tecnologia ocupa a 27ª posição. Além disso, o corpo técnico da Companhia, por meio de suas controladas, possui mais de 1.000 certificações técnicas reconhecidas pelo mercado.

Fonte: ISG Provider Lens - Cyber Security - Solutions & Services Brasil 2021 – agosto de 2021.

Comprometida com seus valores e princípios, a base de seu trabalho é o que chama de tríade de segurança: pessoas, processos e produtos, sendo o mais relevante as pessoas, que agregam inteligência e experiência às atividades da Companhia e de suas controladas. Isso quer dizer que a Companhia enxerga as ferramentas sob a lente da inovação. A tecnologia é um componente essencial, por isso, o modo de usá-la a favor da segurança está em permanente revisão na Companhia e em suas futuras controladas. Da mesma forma que busca inovação, a Companhia e suas controladas investem em profissionais especializados. Essa combinação de talentos, tecnologia e experiência em proteger é o que o cliente recebe, com um nível de serviço personalizado que considera o papel e o momento de cada empresa.

A Companhia e suas futuras controladas oferecem a cada um de seus clientes um completo portfólio de produtos em nuvem segura, com rede e sistemas integrados, e aplicações para qualquer dispositivo, completado por processos contínuos e integrados que garantem a qualidade do serviço, passando por etapas que vão desde a coleta da informação, passando por análise e elaboração de relatórios, até a notificação por e-mail, telefone ou via sistema. Tudo isso é possível graças ao time completo e experiente em operação, oferecendo segurança 24/7.

A Companhia e suas futuras controladas acreditam que suas equipes de gestão e técnica estabeleceram uma reputação favorável no mercado de cibersegurança e constroem fortes parcerias com empresas internacionais de primeira linha do setor, desenvolvendo uma vasta rede de relacionamentos corporativos e adquirindo profundo conhecimento dos fundamentos econômicos e do ambiente regulatório dos segmentos em que atuam.

Administração da Companhia

A Companhia e suas futuras controladas são geridas pelos seus acionistas controladores, que além de atuarem como executivos na operação do dia a dia, sendo executivos com ampla vivência profissional e característica complementares, eram os únicos acionistas da Companhia até a realização da oferta, seguindo uma abordagem totalmente "mão na massa".

O CEO da Companhia e membro do Conselho de Administração, Rodrigo Dessaune, foi emancipado aos 16 anos para abrir sua primeira empresa. Desde então, teve negócios na área de granito, atuou como gestor de tecnologia no Sebrae do Espírito Santo e em 1996 fundou a ISH Tecnologia. Possui vasta experiência no setor de cibersegurança e consagrou sua formação acadêmica em engenharia e administração nas melhores faculdades do país, dentre elas a Universidade Federal do Espírito Santo, FAESA e EBAP/FGV.

O Diretor Vice-Presidente, Allan Costa, possui formação nacional e internacional, em faculdades como Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade de Lancaster no Reino Unido, Harvard Business School, nos Estados Unidos e cursos na Universidade de Milão, na Itália. Possui mais de 30 anos de atuação em tecnologia, inovação e cibersegurança e é autor de livros publicados nos Estados Unidos e no Brasil, além de palestrante de renome internacional, com mais de 1.000 palestras realizadas ao redor do mundo.

O Presidente do Conselho de Administração, Amsthon Zanelato, juntou-se a ISH Tecnologia em 1997 e é formado em Engenharia Civil e pós-graduado em redes de computadores pela Universidade Federal do Espírito Santo, além de possuir MBA pela Fundação Getúlio Vargas, possuindo mais de 32 anos de atuação na indústria de tecnologia e cibersegurança.

João Paulo Barros, Presidente do Comitê de Gestão e Assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, formado em ciência da computação pela faculdade FASE em Vitória, com curso superior técnico e pós graduação, começou a atuar na ISH Tecnologia em 2007 como pré-vendas, sendo o primeiro profissional da empresa a atuar exclusivamente na função de Engenheiro de vendas. Em fevereiro de 2011 tornou-se Gerente Regional de Vendas permanecendo nessa função até se tornar Diretor Comercial em janeiro de 2016.

Para mais informações dos acionistas controladores e administradores da Companhia, vide seção 15 do Formulário de Referência da Companhia.

O fator humano da segurança da informação

As melhores soluções de segurança não podem ser medidas pela tecnologia que utilizam, mas pelo quanto facilitam a vida das pessoas. Assim, a Companhia e suas futuras controladas acreditam que empresas não são todas iguais e o que as tornam tão singulares são as pessoas que as compõem e quando essas pessoas estão em um ambiente protegido, podem trabalhar de forma mais tranquila e produtiva. Por isso, entendem que segurança é, antes de tudo, um olhar atento ao ser humano. Para compreender ameaças no mundo virtual é preciso considerar como o usuário pensa, se comporta e tem experiências. Na Companhia e em suas controladas, essa lógica está por trás de tudo o que é criado.

São aplicados centenas de projetos todos os anos, somando mais de 1 milhão de ativos protegidos pelas soluções da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2021. Seu time técnico altamente qualificado, sua base de inteligência própria e seu laboratório de inovação possibilitaram que a Companhia e de suas controladas solucionassem 67.320 incidentes de segurança entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2021.

A Companhia e suas futuras controladas crescem mais de 30% por ano em *bookings,* desde 2018, procurando sempre aprimorar o desenvolvimento de seus produtos próprios, com suas tecnologias proprietárias, e investir nos seus serviços e colaboradores responsáveis pelo desenvolvimento de tais soluções próprias. Tudo para oferecer as ferramentas certas e ajudar as empresas a crescerem em um mundo digital mais seguro e acessível para todas as organizações.

ISH Academy e demais treinamentos

A Companhia e suas futuras controladas estão desenvolvendo uma unidade formal de treinamento em tecnologia para seus colaboradores, por meio do programa ISH Academy, visando ampliar sua atratividade de jovens estudantes e sua capacidade de multiplicar o conhecimento por meio de uma estrutura formal e profissional de disseminação de conhecimento, com treinamentos de *hard skills* e *soft skills*, com profissionais altamente qualificados, tendo como objetivo o desenvolvimento de novos profissionais que sejam capazes de atuar a curto e médio prazo em empresas. Com o robusto processo de formação de profissionais de cibersegurança, por meio do ISH Academy, a Companhia e suas futuras controladas irão formar profissionais com a cultura ISH, buscando manter estes talentos na Companhia e de suas controladas pelo maior tempo possível.

Os candidatos elegíveis ao programa de formação da ISH Academy serão estudantes cursando os últimos períodos de qualquer curso de tecnologia da informação no país, sem ser exigido conhecimento prévio na área. Ao completarem um ciclo de formação de cerca de 1 ano, os estagiários poderão ser efetivados como analistas de cibersegurança em uma das várias unidades de negócio da Companhia ou de suas controladas. De três em três meses novos profissionais serão inseridos no programa criando uma esteira de formação constante, e para reter os profissionais formados, todos serão submetidos a uma política de investimento, onde precisam permanecer um período mínimo de 3 anos na Companhia ou em suas controladas. Ao final do programa os jovens que concluírem com aproveitamento mínimo poderão assumir vagas dentro da Companhia ou de suas controladas, se disponíveis, e com isso suprir a necessidade de mão de obra especializada, além de poder construir uma carreira sólida na Companhia ou em suas controladas. Nas próximas turmas serão contemplados estudantes de outras regiões do Brasil, em especial onde a Companhia, por meio de suas controladas mantém escritórios operacionais regionais.

Apenas entre 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2021 foram subsidiadas mais de 200 capacitações técnicas distribuídas entre cursos, treinamentos, workshops e certificações para os colaboradores. Sempre pensando no desenvolvimento de seus colaboradores e na manutenção de seus profissionais estratégicos dentro da Companhia, desenvolveu-se uma nova estrutura dentro da área de "gente e gestão", denominada *People Analytics*, para aplicar inteligência artificial a todos os dados de gente e gestão da empresa. A área mantém informações estratégicas sobre o nível de satisfação de seus colaboradores e principais talentos, quem são seus pares nos principais concorrentes da Companhia e de seus controladas, quais seus níveis de receptividade para aceitar uma nova proposta de trabalho, em quais localidades no Brasil a Companhia e suas futuras controladas possuem mais facilidade de contratação, qual o valor médio estimado de salário e benefícios dos concorrentes, dentre outros, gerando um direcionamento estratégico e cirúrgico no momento da contratação e da retenção de seus colaboradores.

Programa de retenção de talentos

Há quase 8 anos, a ISH Tecnologia deixou de ser uma empresa integradora de tecnologia, em que os fatores de sucesso eram a própria tecnologia e os fabricantes, e passou a ser uma empresa de prestação de serviços customizados de cibersegurança e infraestrutura em tecnologia da informação, com a missão de tornar o mundo digital mais seguro e acessível para as organizações, em que as pessoas passaram a ser o principal fator de sucesso da empresa.

O plano de retenção de talentos é baseado nas principais práticas de mercado e também nas necessidades dos colaboradores, identificadas através da pesquisa do prestador de serviços *Great Place to Work*, nas entrevistas de desligamento, e também na percepção da liderança e da equipe de Recursos Humanos, que acompanha o dia a dia dos colaboradores na Companhia e em suas controladas.

Na pesquisa realizada pelo Great Place to Work em 04 de abril de 2021, foi questionado o principal motivo para permanência dos colaboradores na Companhia e em suas controladas e as respostas foram (por percentual de respondentes):

Programa de desenvolvimento de líderes

A Companhia e suas futuras controladas criaram o programa de desenvolvimento de líderes, realizado em conjunto com uma empresa de consultoria privada, como uma das saídas do processo de *assessment* no Redesenho da Estrutura Organizacional e do Modelo de Gestão da Companhia e de suas controladas, tendo como objetivo potencializar a liderança da Companhia e de suas controladas por meio do desenvolvimento de competências essenciais para um líder diante dessa nova estrutura definida. O programa está dividido em quatro etapas:

- Encontros com Gerentes: Etapa composta por diversos encontros on-line, conduzidos por consultores especializados, nos quais são abordados temas diversos, identificados por meio do *assessment*, como pontos de desenvolvimento coletivo da liderança da Companhia e de suas controladas, tais como ferramentas gerenciais, comunicação, gestão de pessoas, gestão de conflitos, entre outros.
- Encontros com CEO e Diretores: Esta frente também é conduzida por consultores especializados, sendo composta por encontros coletivos on-line em conjunto com o CEO e todos os Diretores para tratar de temas específicos relacionados ao papel de alta liderança. São realizados encontros individuais dos líderes em desenvolvimento, com cada um dos Diretores e CEO a fim de acompanhá-los de forma mais próxima na evolução dessas competências e do sumário do *assessment* de sua diretoria.
- Road of skills: Alguns líderes da Companhia e de suas controladas foram selecionados pela Diretoria para fazer um programa de desenvolvimento mais profundo com a empresa de consultoria, denominado *Road of Skill*, ou seja, uma solução educacional online para o desenvolvimento do profissional do futuro, para os potenciais líderes da Companhia e de suas controladas. O programa consiste em uma experiência de alto valor para o indivíduo e para a empresa, possibilitando que profissionais de diversos perfis alcancem sua máxima performance.
- Mentoria de Gente e Gestão: A mentoria é realizada por consultores de empresa especializada, em conjunto com a liderança do time de recursos humanos da Companhia e de suas controladas, tendo por objetivo oferecer orientações na construção de planos estratégicos e integrados de gestão de pessoas, por exemplo, *workforce planning*, cultura, gestão da mudança, jornada do colaborador, dentre outros.

Estratégias

A companhia identifica diversas avenidas de crescimento para os próximos anos, as quais estão inseridas como base da sua estratégia de aceleração do crescimento. Para a expansão de suas operações, a Companhia e suas futuras controladas olham para estratégia de crescimento orgânico, com oportunidades de *cross-sell e up-sell*, expansão das vendas por canal, expansão geográfica, exploração de tendências de mercado como IoT e Nuvem, além do desenvolvimento de novos produtos e potenciais oportunidades de M&A que podem auxiliar em muitas das frentes propostas, com a vantagem da redução de *time-to-market.*

Crescimento Orgânico

Hoje, no grupo das mil maiores empresas do Brasil, conforme relatório Valor1000 a Companhia e suas futuras controladas atendem a cerca de 8% delas, sendo que o restante não está necessariamente atendido por soluções robustas de cibersegurança (o que é comprovado pelos ataques cibernéticos sucessivos a grandes empresas brasileiras), restando possível um vasto mercado para novos clientes. Além disso, a Companhia e suas futuras controladas também estão em processo de desenvolvimento de produtos, conforme demonstrado acima, para criar ofertas em outras camadas do mercado de empresas de médio porte a partir de 100 usuários de TI. Devido à crescente complexidade dos ambientes de cibersegurança e ao surgimento de novas necessidades ligadas a ciber privacidade e à LGPD, a Companhia e suas futuras controladas identificam a possibilidade de aceleração de *up-sell* e *cross-sell* nos atuais clientes, devido à modularidade das soluções existentes – como o ISH Vision – e a possibilidade de agregar novos módulos e funcionalidades com extrema velocidade, tornando possível criar novas ofertas com agilidade suficiente para capturar as novas oportunidades de mercado antes da concorrência.

Expansão Geográfica

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía uma presença geográfica nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, com sua sede em Vitória – ES, escritórios operacionais em São Paulo – SP, Brasília – DF, Belo Horizonte – MG, Goiás – GO, Rio de Janeiro – RJ e Curitiba – PR e um escritório operacional internacional em Fort Laudardale, nos Estados Unidos da América. A Companhia e suas futuras controladas possuem diversos clientes que atuam na América Latina, incluindo na Argentina, Chile e Colômbia e nos Estados Unidos da América. Seu reconhecimento internacional a faz ser posicionada ao lado de grandes empresas multinacionais do setor de cibersegurança, conforme mostrou a MSSP.

Ainda assim, a Companhia e suas futuras controladas enxergam uma imensa oportunidade de crescimento por meio da expansão geográfica, com a abertura/implantação de novos escritórios em centros estratégicos no Brasil onde a Companhia e suas futuras controladas hoje não possuem filiais, apenas clientes (i.e. Porto Alegre, Fortaleza e Manaus) e em países da América Latina com grande mercado potencial sub-atendido, incluindo países nos quais a Companhia já oferta seus produtos e serviços a clientes nacionais que possuem atuação internacional (i.e. Argentina e Chile).

Além da América Latina, a Companhia estuda novos mercados, sem planejamento concreto no momento, mas nos quais acredita que poderia ter bom potencial de atração de clientes como Estados Unidos da América. A forte demanda de serviços de cibersegurança e a escassez de recursos humanos capacitados em algumas regiões, além do elevado custo de contratação e retenção de profissionais, possibilitam uma atuação para outros países a partir do Brasil e de bases locais.

Desenvolvimento de Novos Produtos

Trata-se de uma das principais avenidas do crescimento futuro pretendido para a Companhia e suas futuras controladas, à medida em que permite a ampliação e o incremento da competitividade das ofertas e cria "pequenas startups" dentro da própria Companhia e de suas controladas, com o desenvolvimento de produtos que podem ter vida própria e ser comercializados via amplas redes de distribuição e canais. São soluções inovadoras e complementares aos serviços e produtos atuais da Companhia e de suas controladas, a saber:

- Mantis – Digital Risk Protection: O Mantis é um produto proprietário desenvolvido no ISH Labs que faz proteção de riscos digitais, sendo parte dos serviços de risco cibernético da plataforma ISH Vision, realizando monitoramento contínuo em superfície, *deep* e *dark web*, identificando dados vazados, menções a marcas e pessoas relevantes em organizações e reportando o que encontra de maneira ágil para que a resposta adequada possa ser dada. Ele explora um segmento novo de mercado em cibersegurança chamado de proteção de riscos digitais. De acordo com o Instituto de Pesquisa Gartner, trata-se de uma tecnologia que se encontra na fase de *gatilho de inovação*, acarretando interesse de clientes com demanda reprimida para essa tecnologia, e da imprensa, o que gera publicidade significativa. Lançado em 1º de maio 2021, no primeiro mês de operação bateu a meta de vendas para o trimestre. É um produto que é utilizado como um dos módulos do ISH Vision, que já foi desenvolvido em português, inglês e espanhol pensando na expansão internacional do produto por distribuidores e canais de distribuição.
- SIEM/SOAR (Security Information and Event Manager / Security Orchestration Automation Response): o SIEM é um software base de qualquer oferta de serviço de MDR (Monitoramento, Detecção e Resposta), estando na base do ISH Vision. É uma solução que monitora tudo que acontece na rede, nas instalações e nos ativos dos clientes e identifica comportamentos ou eventos anômalos, classificados como incidentes. É o primeiro passo de qualquer estratégia de ciberdefesa efetiva, originando as ações de respostas a incidentes. A Companhia e suas futuras controladas estão desenvolvendo um SIEM proprietário, para substituir SIEM de parceiros tecnológicos estrangeiros em parte de sua base de clientes, que possuem custo em dólar, para gerar aumento de escalabilidade, pois a Companhia e suas futuras controladas poderão configurá-la e ofertá-la de diferentes formas. Ainda, isto viabiliza a criação de ofertas para parcelas do mercado que hoje não são atendidas – como o mercado de PMEs (Pequenas e Medias Empresas) – em função do elevado custo das ofertas existentes de MSSP (managed security service provider, ou provedor de serviços de segurança gerenciado). Ter uma solução própria precificada em real permite reduzir o custo de insumos envolvidos na criação dessas ofertas e, portanto, torna viável criar produtos com ticket médio menor, além de possibilitar um aumento de margem operacional na base de contratos existente.
- Vision Portal (Gestão de Indicadores de Segurança): o Vision Portal pode ser compreendido como uma solução que permite realizar a gestão consolidada de todas as soluções de cibersegurança dos clientes da Companhia e/ou de suas controladas, agregando os dados de todas as plataformas para permitir uma visão do gestor de conformidade, gestor de contratos e o gestor de cibersegurança. No Vision Portal são condensadas as visões estratégicas, táticas e operacionais que sumarizam para os clientes da Companhia e de suas controladas o status da segurança de seus negócios sob sua gestão. É uma forma do cliente entender como e porque está seguro através dos nossos serviços gerenciados de segurança da Plataforma ISH VISION. Assim como no SIEM, a Companhia estima que o desenvolvimento e evolução do Vision Portal trará maior rentabilidade, maior ganho de escala, e redução de custos com consequente criação de ofertas para públicos hoje não atendidos.
- BAS (Breach Attack Simulator): O BAS é uma ferramenta que realiza de forma constante e automatizada teste de invasão nas instalações dos clientes, auferindo efetividade e a assertividade das estratégias de defesa em uso. A exemplo do Mantis, esse é um produto que se encontra no início da sua curva de maturidade no mundo de cibersegurança, possuindo potencial de ganho de mercado e será um módulo da oferta do ISH Vision, desenvolvido em português, inglês e espanhol.
- ISH Box (Virtual Private Network, Firewall e SD-WAN): o ISH Box já existe atualmente como plataforma de VPN e está em desenvolvimento para se tornar um produto vendido como plataforma em nuvem que levará para o público de pequenas e médias empresas uma oferta padronizada e de fácil implementação de VPN, Firewall e SD-WAN "all-in-one". Com a conclusão do projeto do ISH Box, será possível acessar o mercado de SMB com uma oferta consistente e diferenciada da concorrência pelo seu custo em real, pela sua simplicidade de operação e facilidade de implementação.
- Hermes (cybersecurity awareness and training solution): um dos pontos mais fracos na equação de cibersegurança necessária para assegurar proteção de ameaças digitais efetiva é o elemento humano. O Brasil carece de uma rápida evolução no que o mercado chama de *cybersecurity awareness*, ou conscientização cibernética, nas organizações. Isso só será atingido com treinamento e capacitação constantes, e esse aspecto abriu uma avenida de oportunidades para treinamento. O Hermes será o produto da ISH Tecnologia para endereçar essa necessidade das empresas de contarem com uma solução integrada de formação e treinamento dos seus colaboradores em consciência cibernética.

Novos Canais

Nos últimos anos a Companhia e suas futuras controladas habilitaram canais relevantes no mercado, como a Scansource, para a venda de produtos próprios como o Cyberpass, e a Algar Telecom, com milhares de clientes em sua carteira. A partir do aprendizado obtido nessas iniciativas, a Companhia e suas futuras controladas enxergam a oportunidade de ampliar sensivelmente os canais de distribuição de produtos e serviços, não apenas no Brasil, mas potencialmente para outros países da América Latina, ampliando o percentual de receita originado de vendas por meio desses canais. No mês de junho de 2021 foi estabelecido o primeiro canal de parceria do ISH Vision com a Algar Telecom para ampliação do seu portfólio de soluções de segurança da informação, inicialmente com oferta do produto "Vision MEDR – *Managed Endpoint Detection and Response*" para sua carteira de clientes corporativos utilizando seu time de vendas e marketing.

Crescimento Inorgânico (M&A)

O mercado de cibersegurança no Brasil é altamente fragmentado. A Companhia e suas futuras controladas enxergam inúmeras oportunidades de crescimento por meio de aquisições de novas empresas, já tendo um pipeline de empresas em avaliação com cerca de 600 alvos mapeados e cerca de 90 empresas que estão em estágio avançado de análise para eventual negociação futura. A estratégia de crescimento inorgânico é assessorada pela empresa de consultoria financeira Ártica Participações e Assessoria Financeira Ltda., que auxilia neste mapeamento e desenvolvimento das estratégias de M&A da Companhia. A base da tese de aquisições é buscar alvos que tragam expansão geográfica com consistente base de clientes nessas localidades ou que incorporem tecnologias que possam acelerar o ciclo de desenvolvimento de novos produtos.

Nesse sentido, a Companhia e suas futuras controladas pretendem alavancar ainda mais sua experiência operacional e técnica por meio da aquisição de outras empresas do setor. Dentre seus pilares de estratégia para M&As está a aquisição de empresas com tecnologias e produtos complementares aos seus atuais, com alto *cross-selling* e *up-selling* (SaaS, IoT, inteligência artificial, educação de cibersegurança, *machine learning*, *data Science* e *big data*), empresas que auxiliem na sua expansão geográfica, principalmente em estados selecionados do Brasil e na América Latina, e empresas que proporcionem aquisição de clientes e retenção de talentos, ou seja, competidores com base de clientes e colaboradores complementares e receitas recorrentes.

A Companhia e suas futuras controladas seguem pilares estratégicos de M&A que olham para três possibilidades diferentes: aquisições focadas em expansão de tecnologia e produtos complementares, expansão geográfica ou aquisição de clientes e talentos. Ao todo, em junho de 2021, são 600 ativos em verificação, dos quais 42 se encontram em fase de negociação.

Fonte: Companhia

Exploração de tendências de mercado como Privacidade, IoT e Nuvem

A chegada da LGPD ao Brasil e o aumento da preocupação da sociedade com as questões ligadas à privacidade vêm colocando crescente pressão nas empresas que de alguma forma armazenam ou utilizam dados de clientes. Na área de IoT, a Companhia e suas futuras controladas visam dispositivos conectados na vida cotidiana, sendo que cada um desses dispositivos será uma porta de acesso para informações pessoais e corporativas e, portanto, precisarão de proteção. A aceleração da transformação digital, em grande parte impulsionada pela pandemia da covid-19, também acelerou a migração das empresas para a nuvem, o que gera inúmeras oportunidades a partir do momento em que a utilização da nuvem pelas corporações torna o seu perímetro de proteção indefinido e aumenta a necessidade de implementar soluções robustas de proteção digital para assegurar a integridade e a disponibilidade das informações armazenadas na nuvem. A Companhia e suas futuras controladas já possuem ofertas em cada uma dessas vertentes de crescimento e pretendem ampliá-las, tentando se posicionar como líder no fornecimento de soluções específicas para cada uma delas.

Principais Informações Operacionais e Financeiras

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

Dados Financeiros e Operacionais

	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Em R$ mil, exceto %s	**2021**	**2020**	**2020**	**2019**	**2018**
Bookings[1]	180.994	152.091	359.330	228.787	193.401
Receita líquida	131.375	97.040	223.263	156.042	120.324
Lucro bruto	44.504	32.223	69.876	52.595	48.189
Lucro líquido	9.308	4.255	7.098	2.877	5.404
Margem líquida	7,1%	4,4%	3,2%	1,8%	4,5%
EBITDA Ajustado[2][3]	26.624	16.437	33.051	25.874	28.004
Margem EBITDA Ajustado (%)	20,3%	16,9%	14,8%	16,6%	23,3%

(1) Bookings se referem ao preço total dos produtos e serviços fornecidos em um contrato pela ISH aos seus clientes. O valor total de bookings de um determinado período se refere ao valor total de todos os contratos vendidos durante o período.

(2) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pelo Grupo ISH e consiste no lucro líquido ajustado pela despesa financeira líquida, pelo imposto de renda e contribuição social, pelos custos e despesas de depreciação e amortização e por despesas com serviços de consultoria. O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS e não representa os fluxos de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro líquido, indicador de desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente do Grupo ISH. Para reconciliação do lucro líquido para o EBITDA Ajustado, vide seção 3.9 do Formulário de Referência da Companhia.

(3) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das operações de arrendamento (IFRS 16/CPC 06 (R2)) emitidas pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção desta norma e, por isso, algumas informações financeiras não são comparáveis com os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Desta forma, o EBITDA Ajustado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram impactados pela adoção do IFRS16/CPC 06 (R2) e, consequentemente, não é comparável aos valores apresentados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Pela análise da tabela acima, é possível concluir que a Companhia, por meio de suas controladas, cresceu mais de 30% por ano em *bookings*, desde 2018. No entendimento da Companhia, este fato decorre da procura pelas melhores alianças tecnológicas e por oferecer as ferramentas certas e ajudar as empresas a operarem em com segurança e acessibilidade.

Prêmios e certificações

Abaixo seguem os principais prêmios e certificações recebidos pela Companhia ou por suas controladas:

- 2004 — A ISH Tecnologia foi certificada em ISO 9001, que garante a conformidade da Companhia com as normas do sistema de gestão da qualidade (SGQ) de reconhecimento internacional.
- 2011 — A ISH Tecnologia obteve novas certificações: ISO 20000 e ISO 27001. A ISO 20000 foi a primeira norma editada pela ISO sobre gestão de qualidade e boas práticas de serviços de TI e a ISO 27001 garante um padrão de gestão da segurança da informação.
- 2012 — A ISH Tecnologia figurou pela primeira vez no ranking: As Pequenas e Médias Empresas que Mais Crescem no Brasil – 2012, publicado pela revista EXAME.
- 2013 — **Março**: A ISH Tecnologia foi premiada como Aruba Networks Latin America Partner of the Year 2013 e também foi premiada Aruba Networks Latin America Partner of the Year 2013.
- 2014 — A ISH Tecnologia foi listada como "As Pequenas e Médias Empresas que Mais Crescem no Brasil – 2014" pela revista Exame.
- 2015 — A ISH Tecnologia foi premiada como SYMANTEC Latin America & Caribbean Partner Of Year 2015.
- 2018 — A ISH Tecnologia é incluída no ranking das 250 maiores empresas MSSP (Managed Security Service Provider) do mundo na posição 27ª segundo a publicação da MSSP Alert.
- 2019 — **Julho**: A ISH Tecnologia recebeu o selo Certigov – Certificação de Compliance e Melhores Práticas de Vendas ao Governo pela Certigov.

  Outubro: A ISH Tecnologia volta a figurar no ranking das 250 maiores empresas MSSP (Managed Security Service Provider) do mundo, na 33ª posição, segundo a publicação da MSSP Alert.
- 2020 — **Abril**: A ISH Tecnologia recebeu o selo *"Great Place to Work"* pela empresa Great Place to Work.

  Agosto: A ISH Tecnologia foi destaque no ISG Provider Lens Cyber Security – Solutions & Services – Brazil de 2020.

  Setembro: A ISH Tecnologia figura na lista das 250 maiores empresas MSSP do mundo na posição 27º, sendo o 1º lugar entre as empresas brasileiras presentes no ranking internacional, publicado pela MSSP Alert.

Eventos Recentes – Impactos da Pandemia da Covid-19 nas Atividades da Companhia e de suas controladas

Ainda que a Companhia e suas futuras controladas tenham sido afetadas pela pandemia decorrente da covid-19 e tenham tido que migrar parte adicional de sua equipe de colaboradores para o regime de home office, se adaptaram positivamente ao trabalho a distância e mantiveram seu nível de crescimento de receita acima de 30% em 2020. A Companhia e suas futuras controladas acreditam que esse crescimento foi incentivado positivamente pela implementação de trabalho a distância pelos seus clientes, o que gerou a demanda de produtos e serviços adicionais de cibersegurança.

Pelas atividades da Companhia e de suas controladas se enquadrarem como atividades essenciais, nos termos do art. 3, inciso XXIII do Decreto 10.282, de 20 de março de 2020, mantiveram as suas atividades, prestação de serviços e oferta de seus produtos neste período e os impactos econômicos e sociais da pandemia da covid-19 afetam e poderão afetar a Companhia e suas futuras controladas no cenário macro, considerando a economia nacional. Apesar de ser considerada uma atividade essencial, a Companhia e suas futuras controladas facultaram aos seus funcionários a possibilidade de trabalho remoto, o que foi aderido pela maioria de seus colaboradores, e minimizou a possibilidade de contaminação de seus funcionários.

Além de facultar a instituição de trabalho remoto para os colabores que assim o desejassem, a Companhia e suas futuras controladas adotaram todas as medidas de sanitização e higienização dos ambientes em suas sedes físicas, distanciamento social entre os locais de trabalho, e uso obrigatório de máscaras desde o início da pandemia, fazendo com que a covid-19 não representasse um impacto financeiro ou social no ambiente corporativo e de convivência da Companhia e de suas controladas.

Desta forma, a Companhia e suas controladas entendem que por prestarem um serviço essencial aos seus clientes, não houve impacto financeiro negativo relevante em suas atividades em função da pandemia da covid-19.

Eventos Subsequentes das Demonstrações Financeiras

Reestruturação societária

Em 02 de junho de 2021, foi constituída a Companhia, com sede em Vitória-ES e com o objetivo de atuar como holding da ISH Tecnologia S.A. e da Integrasys. Em 02 de junho de 2021 foi realizado o aporte de capital no montante de R$ 1 mil na ISH Tech pelos seus acionistas. O organograma abaixo demonstra o grupo econômico da Companhia e de suas controladas no após a reestruturação societária.

Operações de mútuos junto a acionistas e partes relacionadas

Em 29 de junho de 2021, a ISH Tecnologia S.A. recebeu o valor de R$ 5.713 mil, referente à quitação do mútuo existente com a Enseada Empreend imentos Imobiliários Ltda.

Em 30 de junho de 2021, os acionistas da Companhia firmaram contratos de mútuo junto à ISH Tecnologia e Integrasys no valor total de R$12.521 mil, com remuneração de 0,37% ao mês acrescida da variação do CDI. Os contratos preveem ainda a compensação dos valores mutuados com futuros créditos que venham a ser detidos pelos acionistas em face das empresas do Grupo assim como a destinação de forma prioritária por parte dos acionistas do fruto de futuras vendas de participação societária das empresas do Grupo à restituição do valor do mútuo.

Em 30 de junho de 2021, os acionistas da Companhia firmaram instrumento particular de confissão de dívida junto à ISH Tecnologia e Integrasys no montante de R$6.894 mil, dos quais R$6.800 mil encontravam-se em aberto como valores a receber dos acionistas em 31 de dezembro de 2020, sem juros remuneratórios. A maior parte dos valores em questão foram repassados aos acionistas a título de antecipação de lucros durante o ano de 2020, mas que ao encerramento das respectivas demonstrações contábeis, os devedores acabaram por perceber dividendos superiores aos finais, que não vieram a se concretizar. Os instrumentos de confissão de dívida preveem ainda a compensação dos valores devidos com futuros créditos que venham a ser detidos pelos acionistas em face das empresas do Grupo assim como a destinação de forma prioritária por parte dos acionistas do fruto de futuras vendas de participação societária das empresas do Grupo à restituição do valor da dívida.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

Na data deste Prospecto, a estrutura societária da Companhia é a seguinte:

Acionista	Ações Ordinárias	%
Rodrigo Volk Etienne Dessaune	523	52,26
Armsthon Hamer dos Reis Zanelato	261	26,13
João Paulo Barros da Silva Pinto	116	11,61
Allan Marcelo de Campos Costa	100	10
Ações em Circulação	-	-
Total	**1.000**	**100%**

Para uma descrição mais detalhada sobre os acionistas da Companhia, incluindo o acordo de acionistas celebrado entre eles, veja a seção "15. Controle", no Formulário de Referência, a partir da página 705 deste Prospecto.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA

As atividades, situação financeira, resultados operacionais e estratégias da Companhia estão sujeitos a diversos fatores de risco. Abaixo estão listados apenas os cinco principais fatores de risco que podem nos afetar de forma adversa e relevante. Para mais informações sobre os fatores de risco listados abaixo e sobre os demais fatores de risco a que a Companhia está exposta, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" a partir da página 94 deste Prospecto, bem como o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 447 deste Prospecto.

A Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas a riscos de mudanças nas legislações de proteções de dados, desenvolvimento de novos tipos de ataques cibernéticos e nas preferências dos consumidores e podem não responder de forma eficiente à tais alterações, o que pode vir a afetar de maneira adversa a aceitação dos seus produtos e serviços por seus clientes e seus resultados.

Os serviços e produtos da Companhia e de suas controladas são baseados em clientes cujas preferências não podem ser previstas com precisão e estão sujeitas a mudanças rápidas, principalmente quando considerada as frequentes inovações tecnológicas do mundo globalizado atual e frequentes incertezas jurídicas do Brasil. Se não forem alterados os serviços para adequá-los aos gostos e necessidades do cliente, a Companhia e/ou de suas controladas poderão perder seus clientes para concorrentes. Qualquer falha para antecipar, identificar e responder às inovações tecnológicas e alterações em legislações pode afetar de maneira adversa a aceitação dos clientes aos seus serviços e produtos, o que poderia, por sua vez, afetar de maneira adversa seu negócio bem como sua imagem junto aos consumidores.

A tecnologia da informação e o mercado de segurança cibernética estão em constante evolução. A Companhia e suas futuras controladas podem não ser capazes de se adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes, preferências e padrões do setor. Podem se deparar com obstáculos em busca de uma transformação digital relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Esses desafios podem provocar uma limitação no crescimento dos seus servidores e Data Centers e afetar de forma adversa os seus negócios e resultados.

Se não conseguir responder à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, seus servidores, Data Centers e sua tecnologia própria poderão ficar ultrapassadas e afetar adversamente seus resultados.

Além disso, cada vez mais os criminosos inovam nas formas de realizar ataques cibernéticos e hackear pessoas físicas e jurídicas, devendo as tecnologias desenvolvias pela Companhia e por suas controladas e/ou as tecnologias de terceiros as quais a Companhia e suas futuras controladas representam, identificarem e responderem a novas e cada vez mais sofisticadas ameaças enquanto atende a requisitos técnicos rigorosos nas áreas de desempenho, usabilidade e disponibilidade. A demanda pelos produtos da Companhia e de suas controladas pode mudar significativamente caso não sejam capazes de antecipar algum ataque cibernético e não sejam capazes de proteger os sistemas, dados ou servidores de seus clientes, o que pode reduzir sua credibilidade e capacidade de vender seus serviços ou produtos futuramente.

Pela atividade principal da Companhia e de suas controladas ser respostas a incidentes de segurança cibernética e prevenção de ataques virtuais, a Companhia e suas futuras controladas combatem as atividades desenvolvidas por hackers, podendo impactar a busca por receita ilícita dos atacantes. Desta forma, a Companhia pode vir a se tornar alvo de ataques por hacker, o que pode impactar seus resultados financeiros, a prestação de seus serviços e sua imagem reputacional.

A Companhia e suas futuras controladas podem ser incapazes de desenvolver novas tecnologias para acompanhar a evolução das ameaças, das necessidades tecnológicas ou de armazenamento de dados ou enfrentar atrasos imprevistos na disponibilidade de novas soluções e, portanto, não atender às expectativas de seus clientes. Se não forem capazes de antecipar ou atender às necessidades em evolução e rigorosas de seus clientes, ou não responder rapidamente às mudanças nas expectativas ou demandas dos clientes (desenvolvendo e lançando novas soluções ou melhorias que podem responder com eficácia e eficiência a novas ameaças à segurança cibernética ou necessidades tecnológicas de maneira contínua e oportuna), a posição competitiva da Companhia e suas futuras controladas, negócios e resultados financeiros serão prejudicados.

O desenvolvimento de produtos requer investimento, a eficácia de novas tecnologias é muitas vezes incerta, e o momento para lançamento comercial e disponibilidade de novas soluções e melhorias é incerto. Certos serviços ou produtos que a Companhia e suas futuras controladas ofertam podem exigir prazos de entrega mais longos e os seus colaboradores podem não conseguir implementar os serviços ou produtos a tempo de impedir um ataque cibernético. Um eventual ataque cibernético em larga escala ou uma alteração relevante na Lei Geral de Proteção de Dados podem fazer com que a demanda por seus serviços ou produtos aumente desproporcionalmente e impossibilite de atender a todos os clientes que necessitem o serviço ao mesmo tempo, o que pode ter um efeito material negativo. A ocorrência de qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente resultados operacionais da Companhia e de suas controladas e causar um risco reputacional negativo.

Adicionalmente, para se preparar para um potencial evento que acarrete um aumento de demanda pelos produtos e serviços, a Companhia e/ou suas controladas poderão ter que contratar pessoal temporário. Qualquer aumento dos colaboradores da Companhia e de suas controladas não planejado (por exemplo, devido à duração e ao impacto contínuos da pandemia da covid-19 sobre a prestação de serviços e demanda dos seus clientes) ou redução da demanda por serviços durante este período de pico de demandas, pode obrigar a vender produtos e serviços a um preço substancialmente menor, o que afetaria negativamente seus resultados operacionais e condição financeira. Tais flutuações em seus resultados operacionais e condição financeira podem afetar o valor de mercado de suas ações ordinárias.

Por fim, a introdução de novos produtos ou serviços por concorrentes, a aceitação do mercado de produtos ou serviços com base em tecnologias emergentes e a evolução de novos padrões, sejam formalizados ou não, podem tornar as soluções existentes ou as estratégias de crescimento obsoletas ou tornar mais fácil para outros produtos e serviços competirem com soluções da Companhia e de suas controladas. Além disso, os ciberataques modernos são qualificados para se adaptar a novas tecnologias e desenvolver novos métodos de clientes violadores.

Tais mudanças na natureza das ameaças à segurança cibernética podem resultar em uma mudança nos gastos com segurança cibernética, tecnologias da informação e com as nuvens desenvolvidas pela Companhia e nas preferências de soluções pelos clientes da Companhia e de suas controladas. Além disso, quaisquer alterações nos padrões de conformidade ou requisitos de auditoria aplicáveis aos seus clientes empresariais e governamentais que não enfatizar os tipos de controles, monitoramento e análises que as soluções da Companhia fornecem, impactariam adversamente sua demanda. Se as soluções não forem vistas pelos clientes como necessárias ou eficazes para atender às suas necessidades de segurança cibernética, armazenamento de dados ou infraestrutura de TI, a receita da Companhia e de suas controladas pode não crescer tão rapidamente quanto o esperado ou, ainda, diminuir, e seus negócios serem prejudicados.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura ou eventuais imperfeições, falhas ou atrasos em produtos e serviços necessários para manter sistemas de TI podem resultar em danos financeiros e reputacionais e na perda de contratos.

Incidentes de segurança cibernética podem resultar em apropriação indevida de informações da Companhia e de suas controladas e/ou das informações de seus clientes ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações, o que pode afetá-la material e adversamente, inclusive sua reputação. Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das suas operações podem afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia e de suas controladas.

Além disso, as operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou atrasos em produtos e serviços que podem gerar a perda de contratos. Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia e por suas controladas são tecnicamente complexos que, quando introduzidos pela primeira vez ou lançados como novas versões, podem conter defeitos difíceis de serem detectados e corrigidos em tempos considerados aceitáveis.

Pelas soluções e produtos da Companhia e de suas controladas e/ou seu parceiros tecnológicos serem complexos, erros, defeitos, interrupções ou outros problemas de desempenho podem ocorrer. Por exemplo, é possível enfrentar interrupções e outros problemas de desempenho devido a uma variedade de fatores, incluindo, mas não se limitando a mudanças na infraestrutura, erros humanos ou de software, restrições de capacidade devido a um número esmagador de usuários acessar os sistemas ou Data Centers simultaneamente, fraude ou ataques de segurança. Em alguns casos, a Companhia e/ou suas controladas poderão não ser capazes de identificar a causa (ou causas) desses problemas dentro de um período aceitável de tempo. Interrupções nas soluções, incluindo a operação da inteligência cibernética da rede de ameaças e do armazenamento de dados dos clientes, pode impactar a receita da Companhia e de suas controladas ou fazer com que seus clientes deixem de fazer negócios consigo.

O regular funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação pode ser comprometido também por falhas na infraestrutura de telecomunicação, sendo que uma interrupção prolongada poderá prejudicar o contínuo funcionamento das operações dos clientes da Companhia ou de suas controladas. Assim, a existência de quaisquer falhas, defeitos e atrasos nas entregas e correções podem fazer com que o relacionamento com os clientes seja abalado, tendo como resultado a perda da reputação e da força da marca, prováveis processos administrativos ou judiciais, bem como desembolsos financeiros ou na perda de contratos. A ocorrência de qualquer um desses fatores poderá afetar adversamente as atividades da Companhia e de suas controladas.

O risco de ocorrência de incidentes cibernéticos poderá ser acentuado em virtude da pandemia da covid-19. Devido à graves pandemias (tais como a pandemia da covid-19 e novas ondas de contaminação decorrentes desta) ou adoção de novo modelo organizacional, as práticas de trabalho remoto pelos colaboradores da Companhia aumentaram, sendo que nos escritórios administrativos da Companhia houve, durante um período, adoção de regime de teletrabalho para a maior parte dos colaboradores administrativos e aprofundamento da utilização de ferramentas de comunicação à distância. Um período prologando de regime de teletrabalho pode aumentar os riscos operacionais, incluindo, entre outros, o risco de segurança cibernética, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar seus negócios. Assim, uma falha na segurança cibernética dos sistemas internos da Companhia poderá prejudicar sua reputação e marca e, ainda, pode causar um efeito adverso para os negócios e resultados da Companhia.

A impossibilidade de implementar a estratégia de crescimento orgânico da Companhia poderá afetar adversamente a Companhia e suas futuras controladas.

A capacidade de expansão orgânica da Companhia e de suas controladas depende de inúmeros fatores que estão fora de seu controle, tais como demanda de seus clientes, sistemas de tecnologia da informação e disponibilidade de mão de obra capaz de performar seus serviços e desenvolver seus produtos adequadamente. Além disso, a capacidade de expansão poderá ser prejudicada se não forem capazes de captar novos clientes ou manter os clientes atuais. Ainda, os novos clientes poderão não alcançar o nível de receita e lucratividade no tempo estimado, em comparação ao apresentado por clientes antigos. Caso a Companhia não seja capaz de implementar a sua estratégia de crescimento orgânico, poderá sofrer uma desmobilização da equipe de colaboradores e atrasar a implementação de novos softwares e produtos em desenvolvimento, o que poderá afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Ademais, caso venha a expandir suas operações para servidores ou sistemas onde ainda não atua, a Companhia e suas futuras controladas poderão enfrentar dificuldade relacionada ao pouco conhecimento e não ser bem-sucedida em novos investimentos. O sucesso da Companhia e de suas controladas depende da sua capacidade de implementar e integrar novos serviços e alinhá-los à demanda dos clientes. Tendo em vista os constantes avanços tecnológicos do mercado de TI e que as necessidades dos clientes são cada vez mais complexas e estes demandam constantemente novos serviços e produtos, é possível que a Companhia não tenha a capacidade de desenvolver novas soluções ou de se adaptar a mudanças tecnológicas e de padrões de mercado, bem como de melhorar o desempenho dos seus serviços e respectiva confiabilidade. As adaptações às mudanças tecnológicas podem envolver investimentos substanciais, que poderão afetar seus resultados operacionais e situação financeira.

A estratégia de crescimento da Companhia e de suas controladas pode demandar uma expansão na capacidade da sede e dos escritórios operacionais ou contratação de novos colaboradores. Caso, por qualquer motivo, não seja possível encontrar locais adequados para estabelecer novos escritórios operacionais, ou contratar e integrar novos colaboradores capazes de executar serviços de maneira eficaz, a Companhia e suas controladas poderão não conseguir entregar os serviços ou produtos ofertados, o que poderá gerar um efeito negativo.

Neste sentido, não é possível assegurar que a capacidade de gerenciamento de crescimento da Companhia e de suas controladas será bem-sucedida ou que não interferirá adversamente na estrutura já existente. Caso não sejam capazes de gerenciar o crescimento de forma satisfatória, a Companhia e suas futuras controladas podem perder sua posição no mercado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre suas condições financeiras, resultados operacionais e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A estratégia de crescimento inorgânico da Companhia e de suas controladas e seus resultados financeiros e operacionais poderão ser adversamente afetados caso as operações e negociações de aquisições em andamento e as intenções de aquisições futuras não gerarem o retorno esperado, resultarem em passivos provenientes das empresas adquiridas ou se a Companhia e suas futuras controladas não conseguirem integrar as empresas de forma satisfatória.

A estratégia de crescimento inorgânico da Companhia e de suas controladas inclui a aquisição de ativos ou empresas que oferecem produtos e serviços tecnológicos. Não é possível assegurar que a atual estratégia de aquisição trará resultados positivos no futuro. É possível que a Companhia e suas futuras controladas enfrentem atrasos na execução do pipeline de aquisições que podem afetar adversamente os resultados em trimestres futuros ou resultados anuais.

O crescimento da Companhia e de suas controladas, até o momento, não deve ser considerado como indicativo de crescimento futuro, sendo que a Companhia e suas futuras controladas podem não conseguir gerenciar o crescimento por meio de aquisições de maneira eficaz.

Os riscos que a Companhia e suas futuras controladas podem enfrentar no âmbito destas aquisições e dos processos de integração de algum dos ativos ou de alguma das empresas adquiridas incluem, dentre outros, os seguintes fatores: (i) possível interrupção das operações em curso e desvio da atenção por parte da administração para atividades de transição, aquisição ou integração; (ii) dificuldade na integração das operações e atividades de ativos e das empresas adquiridas no sentido de obter as economias de escala e os ganhos de eficiência previstos, além de outras incompatibilidades, inclusive na integração de recursos humanos e de outros recursos administrativos; (iii) perda de administradores e colaboradores importantes na condução dos negócios adquiridos; (iv) deterioração nas relações com clientes, parceiros ou fornecedores de tecnologia e de produtos terceirizados, tanto da Companhia e de suas controladas, como das empresas adquiridas; (v) uma aquisição, após realizada, pode não se mostrar adequada a estratégia de negócios do Grupo ISH da forma esperada, podendo demandar investimentos adicionais não previstos inicialmente ou não apresentar o retorno esperado do investimento realizado; (vi) a Companhia e suas futuras controladas podem ter dificuldades relacionadas: (a) à gestão dos produtos e serviços adquiridos; ou (b) à entrada em novos mercados nos quais não possuem experiência ou que tenham experiência prévia limitada; (c) aos concorrentes que tenham posições de mercado mais fortes e consolidadas nos produtos e serviços adquiridos; ou (d) às autorizações regulatórias necessárias para os produtos e serviços adquiridos ou da própria empresa adquirida; (vii) dificuldades para incorporar produtos e serviços adquiridos nas linhas de produtos e serviços existentes da Companhia e de suas controladas, bem como manter padrões, controles, procedimentos, suporte e políticas de forma uniforme; (viii); como resultado das aquisições, podem existir linhas de produtos e serviços diversos oferecidos, precificados e suportados de formas distintas, podendo afetar a qualidade do atendimento, a decisão de compra do cliente para os clientes da Companhia e de suas controladas e atrasos em seus fornecimentos ou entregas; (ix) podem existir despesas não previstas ou custos superiores aos previstos decorrentes do contínuo apoio e desenvolvimento de produtos e serviços adquiridos, do aumento dos serviços de suporte oferecidos aos novos produtos e serviços ou de operações relacionadas que sejam mais complicadas do que previstos pela Companhia e/ou por suas controladas; (x) prejuízos decorrentes de falhas na diligência quando da realização de tais aquisições ou de ocorrência de contingências não previstas; (xi) a Companhia e suas futuras controladas podem não ser capazes de obter aprovações rápidas ou estarem sujeitas a certas limitações, restrições ou outras sanções impostas aos seus negócios e aos ativos ou empresas adquiridas por autoridades de defesa da concorrência, sindicatos, órgãos ou agências reguladoras, demais autoridades governamentais ou órgãos similares que podem afetar adversamente seus negócios, resultados em trimestres futuros ou resultados anuais, planos de integração e de oferta dos produtos e serviços adquiridos; (xii) a utilização de caixa como forma de financiamento para aquisições pode limitar outros gastos potenciais, incluindo recompra de ações e pagamento de dividendos; (xiii) a Companhia e suas futuras controladas podem sofrer demandas judiciais, administrativas e/ou arbitrais relacionadas a passivos dos ativos ou das empresas adquiridas e serem obrigadas a pagar valores para os quais não tenham direito à indenização destes respectivos vendedores ou em relação aos quais não consigam receber, total ou parcialmente, a indenização acordada com esses respectivos vendedores; (xiv) a Companhia e suas futuras controladas podem sofrer questionamentos das autoridades fiscais referentes ao registro e a amortização de ágios para fins fiscais, bem como poderá haver potencial perda no valor recuperável do ágio resultante de aquisições ou potencial acúmulo de contingências identificadas pré aquisição dos ativos e empresas adquiridos; e (xv) a Companhia e suas futuras controladas podem ter dificuldades de aprovação por parte de credores, sócios ou outros terceiros de certos termos e condições previstos nas aquisições.

Desta forma, a Companhia e suas futuras controladas podem não ser bem-sucedidas ao lidar com estes ou outros riscos, ou problemas relacionados a qualquer aquisição futura, podendo ser afetadas adversamente pelos ativos ou empresas adquiridos ou que venham a ser adquiridos. A materialização de qualquer risco relacionado a uma aquisição poderá afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários da Companhia e de suas controladas.

A Companhia, suas controladas e/ou seus administradores e acionistas controladores estão sujeitos à eventuais decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais que podem acarretar impactos adversos financeiros e reputacionais.

A Companhia e suas futuras controladas, seus administradores ou seus acionistas controladores são e poderão ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais no curso normal dos seus negócios, induindo, mas não se limitando a questões cíveis, tributárias, trabalhistas, societárias, de propriedade intelectual, regulatórias, concorrenciais, ambientais e criminais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos, termos de ajustamentos de condutas (TAC) investigações e inquéritos cíveis e criminais no âmbito de órgãos de controle como Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União, Tribunais de Contas Estaduais, CVM, dentre outros, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos seus interesses, que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos negócios conforme inicialmente planejados, poderão causar um efeito adverso. Além disso, a Companhia e suas futuras controladas também podem ser partes em processos judiciais e administrativos que estão além do curso normal de seus negócios, que podem acarretar impactos adversos à sua imagem. A decisão final desses processos pode exceder as reservas da ISH Tecnologia. Caso as provisões não sejam suficientes para pagar tais contingências quando devidas, diante de aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, incorrerão em custos maiores que os estimados, os quais, se significativos, poderão afetar adversamente os resultados operacionais e financeiros e causar impactos na reputação e imagem da Companhia e de suas controladas.

O envolvimento dos seus administradores e acionistas controladores em processos de qualquer natureza que prejudiquem sua imagem, ou decisões que sejam contrárias aos seus interesses, incluindo decisões que impeçam a Companhia e suas futuras controladas de conduzirem seus negócios conforme planejado originalmente, podem vir a ter um efeito adverso relevante, especialmente à imagem da Companhia.

Além disso, a Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas a processos trabalhistas no futuro, seja por parte de seus empregados, ex-empregados, terceirizados, prestadores de serviços autônomos, dentre outros. Não há como se garantir que o resultado desses processos será favorável ou que as provisões serão suficientes para cobrir todas as responsabilidades decorrentes de tais processos. A Companhia e suas futuras controladas também podem estar sujeitas a fiscalizações periódicas e regulares por órgãos governamentais, incluindo o Ministério da Economia – Secretaria de Inspeção do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, em relação à conformidade das práticas com as obrigações legais trabalhistas, incluindo situações envolvendo a saúde e segurança no trabalho. Essas fiscalizações podem resultar em multas e ações judiciais que podem nos afetar de forma relevante e adversa.

Decisões judiciais e administrativas desfavoráveis à Companhia e/ou seus administradores e acionistas, especialmente em processos envolvendo valores relevantes, matérias sensíveis e causas conexas, que alcancem valores substanciais, causem impacto na imagem da Companhia ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso nos resultados da Companhia, bem como os negócios, a situação financeira e o valor de mercado das ações da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia e suas futuras controladas poderão enfrentar obstáculos para prestar ou oferecer garantias requeridas em processos judiciais, administrativos ou arbitrais. Adicionalmente, a Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas à fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais. Essas autoridades poderão autuá-las e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais.

Decisões contrárias de valores substanciais ou que afetem as marcas, imagem ou habilidade de executar suas operações planejadas, poderão causar um efeito adverso nos seus negócios, reputação, condição financeira e resultados operacionais. Com relação a esses processos ou procedimentos, vide itens 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6 do Formulário de Referência da Companhia.

Se algum desses riscos se concretizar, eles podem resultar na incapacidade da Companhia de fornecer serviços aos clientes em tempo hábil ou podem afetar os preços dos serviços da Companhia, que podem ter um efeito adverso sobre o negócio, a situação financeira e os resultados das operações da Companhia.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia e Acionistas Vendedores

ISH TECH S.A.
Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101
CEP
At.: Michelini Camuzzi Ferrari Storck
Tel.: +55 (27) 3334-8900
www.ish.com.br/

Coordenadores da Oferta

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ou Coordenador Líder ou Agente Estabilizador
Av. Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: + 55 (11) 4871-4277
www.xpi.com.br

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477,
14º andar, CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
www.btgpactual.com

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4440, 7º andar (parte)
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. João Carlos Floriano
Tel.: +55 (11) 2767-6506
www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank.html

Consultores Legais Locais da Companhia

Demarest Advogados
Avenida Pedroso de Morais, 1.201
CEP 05419-001, São Paulo, SP
At.: Sr. Lucas Tavares/Sr. João Paulo Minetto
Tel.: +55 (11) 3356-1791/+55 (11) 3356-1626
www.demarest.com.br

Consultores Legais Externos da Companhia

Paul Hastings LLP
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Torre D, 21º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. David Flechner
Tel.: +55 (11) 4765-3000
www.paulhastings.com/

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447
CEP 01403-001, São Paulo, SP
At.: Sra. Vanessa Fiusa/Sr. Caio Cossermelli
Tel.: +55 (11) 3147-2821/+55 (11) 3147-8622
www.mattosfilho.com.br

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta

Davis Polk & Wardwell LLP
Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 2.041
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Manuel Garciadiaz
Tel.: +55 (11) 4871-8401
www.davispolk.com

Auditores Independentes da Companhia	Assessor Independente da Companhia
Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Rua Antônio de Albuquerque, nº 156, Edifício Phelps Offices Towers, 11º andar - Funcionários, CEP 30.112-010 - Belo Horizonte - MG At.: Sr. Bruno Costa Oliveira Telefone: +55 31 3232 2100 www.ey.com.br	Artica Participações e Assessoria Financeira Ltda. Rua Joaquim Floriano, 1120, 9º andar, CEP 04534-004, São Paulo, SP At.: Sr. Luiz Fernando Lupinacci Penno Tel.: +55 11 3707 1890 www.articainvest.com.br

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 201.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 23 e 94, respectivamente, deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do nosso Formulário de Referência, na página 447 deste Prospecto, e nas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Ações	[Inicialmente] [•] novas ações a serem emitidas pela Companhia [unicamente para fins de distribuição das Ações Adicionais / unicamente para fins de distribuição das Ações Suplementares / unicamente para fins de distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares] e [inicialmente] [•] ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores [unicamente para fins de distribuição das Ações Adicionais / unicamente para fins de distribuição das Ações Suplementares / unicamente para fins de distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares], todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	São as ações ordinárias de emissão da Companhia menos as de propriedade do acionista controlador, de diretores, de conselheiros de administração, as em tesouraria e as ações de propriedade de pessoas vinculadas aos acionistas controladores. Considerando apenas a colocação das Ações inicialmente ofertadas, estimamos que [•]% das ações ordinárias de emissão da Companhia estarão em circulação após a realização da Oferta. Para mais informações, veja seção "Informações sobre a Oferta - Composição do Capital Social" na página 47 deste Prospecto Preliminar.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério [dos Acionistas Vendedores/da Companhia/da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Suplementares), ou seja, em até [•] ações ordinárias [a serem emitidas pela Companhia / de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores / a serem emitidas pela Companhia e de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores] [, na proporção indicada na página 48 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Ações Suplementares	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações incialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até [•] ações ordinárias [a serem emitidas pela Companhia / de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores / a serem emitidas pela Companhia e de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores] [, na proporção indicada na página 48 deste Prospecto,], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada [pela Companhia/ pelos Acionistas Vendedores/pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação.
Agente Estabilizador ou XP ou Coordenador Líder	A XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., agente autorizado a realizar operações de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro, nos termos do Contrato de Estabilização.
Agentes de Colocação Internacional	XP Investments US, LLC, UBS Securities LLC e BTG Pactual US Capital LLC, considerados em conjunto.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser divulgado imediatamente após a distribuição das Ações e das Ações Suplementares, limitado ao prazo máximo de seis meses, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 81 deste Prospecto Preliminar, informando o resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta, a ser divulgado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 81 deste Prospecto Preliminar, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.
Anúncio de Retificação	Anúncio a ser imediatamente divulgado, nos termos dispostos no artigo 27 da Instrução CVM 400, quando ocorrer a revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta, disponibilizados nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 81 deste Prospecto Preliminar.

Aprovações Societárias

A aprovação do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de julho de 2021, cuja ata foi registrada em 18 de agosto de 2021 perante a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo ("JUCEES"), sob o nº 20210946644, e publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo ("DIO/ES") em [•] de [•] de 2021 e no jornal "A Tribuna" em [•] de [•] de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEES e publicada no DIO/ES e no jornal "A Tribuna" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

Não foi necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores, que são pessoas físicas, para a participação na Oferta Secundária e não será necessária qualquer aprovação em relação aos Acionistas Vendedores para a fixação do Preço por Ação[, incluindo a venda das Ações Adicionais].

Atividade de Estabilização

O Agente Estabilizador, atuando também na qualidade de corretora de títulos e valores mobiliários, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador poderá escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Aviso ao Mercado	Aviso divulgado em [•] de [•] de 2021, a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2021, com a identificação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta e informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 81 deste Prospecto Preliminar.
Capital Social	Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$1.000,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da ISH Tech S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
Contrato de Empréstimo	Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A., a ser celebrado entre Rodrigo Volk Etienne Dessaune, na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador e a Companhia na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 pelo Agente Estabilizador, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre a Companhia e a B3, o qual entrará em vigor na data em que tiver início a negociação das Ações.
Contrato de Prestação de Serviços	Contrato de prestação de serviços a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a B3.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o UBS BB e o BTG Pactual, considerados em conjunto.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta" na página 58 deste Prospecto Preliminar.

Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares, que deverá ser realizada dentro do prazo de dois dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares, aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de dois dias úteis contados da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares, inclusive.
Destinação dos Recursos	A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Primária da seguinte forma: (i) crescimento orgânico, com ênfase nas áreas de marketing, vendas, infraestrutura e recursos humanos, além de reforçar o capital de giro; (ii) pesquisa e desenvolvimento, com a finalidade de oferecer novos produtos e soluções para os seus clientes; e (iii) crescimento inorgânico, de modo a oferecer novas tecnologias e produtos em novas geografias, aumentar a base de clientes e a sua capilaridade e agregar eventuais sinergias operacionais. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão revertidos integralmente aos Acionistas Vendedores.
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As ações ordinárias de emissão da Companhia conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 6 deste Prospecto Preliminar e na seção 18 do Formulário de Referência, na página 728 deste Prospecto.
Distribuição Parcial	Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da quantidade total de Ações incialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores da Oferta Não-Institucional e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidos Não-Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis, contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *Na medida que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta*", na página 97 deste Prospecto Preliminar.

Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sob o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 2.2.1 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta*", na página 97 deste Prospecto Preliminar.
Faixa Indicativa	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa.
Fatores de Risco	Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 23 e 94 deste Prospecto Preliminar, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 447 deste Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.
Garantia Firme de Liquidação	A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concedido o registro da Oferta pela CVM, assinados e cumpridas as condições precedentes dispostas no Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto de garantia firme de liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e multiplicado pelo Preço por Ações; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da garantia firme de liquidação efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, conforme o caso, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Instituições Consorciadas

Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações juntos aos Investidores Não Institucionais, por meio da adesão à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.

Investidores Estrangeiros	Os (i) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investido, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, nos termos da Resolução CMN 4.373, da Resolução CVM 13, ou da Lei 4.131.
Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3 e investidores que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, incluindo instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, companhias seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, fundos de investimento, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, em todos os casos, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, e Investidores Estrangeiros.
Investidores Não Institucionais	Investidores Private e Investidores de Varejo, considerados em conjunto.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Instrumentos de *Lock-up*	Acordos de Restrição à Venda de Ações ordinárias de emissão da Companhia assinados pela Companhia [, seus Administradores] e Acionistas Vendedores.
Investidores Private	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e clubes de investimento registrados na B3, em todos os casos, que (i) sejam considerados investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, (ii) que não sejam considerados Investidores de Varejo, e (iii) que realizem pedidos de investimento durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* e da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, observados o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private.
Investidores Private *Lock-up*	Investidores Private que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private.
Investidores Private Sem *Lock-up*	Investidores Private que optarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private.

Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na B3, que realizem pedidos de investimento durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* e da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*.
Investidores de Varejo *Lock-up*	Investidores de Varejo que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Sem *Lock-up*	Investidores de Varejo que optarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
***Lock-up* da Oferta do Segmento Private**	Os Investidores Private *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 20 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, Ações que subscreverem/adquirirem no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up*. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento Private *Lock-up*, cada Investidor Private *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores Private *Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 101 deste Prospecto Preliminar.

***Lock-up* da Oferta de Varejo**	Os Investidores de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 15 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, Ações que subscreverem/adquirirem no âmbito da Oferta do Segmento Varejo *Lock-up*. Dessa forma, como condição para a participação na alocação prioritária da Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor Não Institucional da Oferta de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores Private *Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 101 deste Prospecto Preliminar.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início sob o código "[•]".
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta do Segmento Private	Oferta aos Investidores Private, no montante mínimo de 1% das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), na qual serão alocados os Investidores Private *Lock-up* e os Investidores Private Sem *Lock-up.*
Oferta do Segmento Private *Lock-up*	No contexto da Oferta do Segmento Private, a colocação pública para Investidores Private *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private *Lock-up* (i) de até 0,8% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 0,8% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*	No contexto da Oferta do Segmento Private, a colocação pública para os Investidores Private Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Sem *Lock-up* (i) de até 0,2% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 0,2% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta de Varejo	Oferta destinada à colocação pública para Investidores de Varejo, levando em consideração os esforços para colocação mínima de 10% do total de Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a qual compreende a Oferta de Varejo *Lock-up* e Oferta de Varejo Sem *Lock-up.*
Oferta de Varejo *Lock-up*	No contexto da Oferta de Varejo, a colocação pública aos Investidores de Varejo *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo *Lock-up* de (i) de até 8% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 8% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	No contexto da Oferta de Varejo, a colocação pública aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* de (i) de até 2% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 2% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais.
Oferta Não Institucional	Oferta aos Investidores Não Institucionais, à qual será assegurado o montante de, no mínimo, 11% e, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, 30%, do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), realizada pelas Instituições Consorciadas, a qual compreende: (a) a Oferta de Varejo; e (b) a Oferta do Segmento Private.
Oferta Primária	A distribuição pública primária das Ações, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.

Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Offering Memoranda	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Opção de Ações Suplementares	Opção a ser outorgada no Contrato de Colocação [pela Companhia/ pelos Acionistas Vendedores/pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores], nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, opção essa a ser exercida em função de prestação dos serviços de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3.
Pedido de Reserva	Pedido de reserva de Ações pelos Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta Não Institucional, a ser realizado mediante preenchimento de formulário específico com uma única Instituição Consorciada.
Período de Exercício	Período que se inicia na data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e termina no prazo de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, em que o Agente Estabilizador tem o direito exclusivo de exercer a Opção de Ações Suplementares.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.

Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução CVM 35: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) cônjuges ou companheiros, ascendentes, filhos menores e colaterais até o 2º grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas; e (ix) o Assessor Independente da Companhia e/ou pessoas a ele ligadas (inclusive qualquer veículo sob sua gestão ou administração).
Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações (incluindo as Ações Suplementares) que se encerrará (i) em até seis meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.
Preço por Ação	No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado na Faixa Indicativa. O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação, será fixado após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junta a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding.* A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as respectivas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não serão cancelados. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", na página 97 deste Prospecto Preliminar. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo as operações de *total return swap*), ou que se enquadres dentre outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", na página 99 deste Prospecto Preliminar.

Prospecto Definitivo

O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A., incluindo seus anexos, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, e quaisquer complementos, suplementos ou erratas ao mesmo, incluindo o Formulário de Referência, conforme alterado.

Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da ISH Tech S.A., incluindo seus anexos, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, e quaisquer complementos, suplementos ou erratas ao mesmo, incluindo o Formulário de Referência, conforme alterado.
Prospectos	Este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Público Alvo da Oferta	Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais.
Rateio Oferta do Segmento Private *Lock-up*	Caso o total de Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Private Sem *Lock-up* ou aos Investidores de Varejo, observado os limites previstos no âmbito da Oferta do Segmento Private, ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante de Ações destinado à Oferta do Segmento Private *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*	Caso o total de Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Private *Lock-up* ou aos Investidores de Varejo, observado os limites previstos no âmbito da Oferta do Segmento Private, ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante Ações destinados à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*	Caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Private, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo, ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*

Caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo *Lock-up* ou aos Investidores Private, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo, ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Registro da Oferta

O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 19 de agosto de 2021, estando a presente Oferta sujeita a prévio registro na CVM.

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais" na página 79 deste Prospecto Preliminar.

Reorganização Societária

Após a consumação da Oferta com a fixação do Preço por Ação, será cumprida a condição suspensiva imposta à contribuição ao capital social da Companhia pelos Acionistas Vendedores da integralidade de suas ações/quotas, conforme o caso, na ISH Tecnologia S.A. e na Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., de modo que as referidas sociedades passarão a ser subsidiárias integrais da Companhia. Dessa forma, a Companhia passará a controlar a ISH Tecnologia S.A. e a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., e por consequência, irá passar a consolidar os seus resultados.

Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)	[A Companhia[, seus Administradores] e os Acionistas Vendedores se comprometeram, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos Instrumentos de *Lock-up*, a não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.] A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de Ações, veja o fator de risco *"A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia"*, na página 96 deste Prospecto Preliminar.
Termo de Adesão	O Termo de Adesão ao Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A., firmado na data de assinatura do Contrato de Colocação, pelos Coordenadores da Oferta com as Instituições Consorciadas, representadas pela B3, através dos quais cada Instituição Consorciada aderiu aos termos do Contrato de Colocação.
Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 por Investidor de Varejo.
Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo	O valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 por Investidor de Varejo.
Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private	O valor mínimo de pedido de investimento superior a R$1.000.000,00 por Investidor Private.
Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private	O valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 por Investidor Private.

Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	O Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo, o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private, o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private, considerados em conjunto.
Valor Total da Oferta Primária	R$[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do capital social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$1.000,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Nos termos do artigo 5º, § 7º do Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias, até o limite de R$2.000.000,00, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição/aquisição e integralização/liquidação.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares:

	Subscrito/Adquirido e Integralizado/Liquidado			
	Composição Atual		**Composição Após Oferta**	
Espécie e Classe de Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1]**
		(R$)		*(R$)*
Ordinárias.....	1.000	1.000	[•]	[•]
Total	**1.000**	**1.000**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa e sem dedução de comissões e despesas. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares:

	Subscrito/Adquirido e Integralizado/Liquidado			
	Composição Atual		**Composição Após Oferta**	
Espécie e Classe de Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1]**
		(R$)		*(R$)*
Ordinárias.....	1.000	1.000	[•]	[•]
Total	**1.000**	**1.000**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa e sem dedução de comissões e despesas. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares:

	Subscrito/Adquirido e Integralizado/Liquidado			
	Composição Atual		**Composição Após Oferta**	
Espécie e Classe de Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1]**
		(R$)		*(R$)*
Ordinárias.....	1.000	1.000	[•]	[•]
Total	**1.000**	**1.000**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa e sem dedução de comissões e despesas. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares:

	Subscrito/Adquirido e Integralizado/Liquidado			
	Composição Atual		Composição Após Oferta	
Espécie e Classe de Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1]**
		(R$)		*(R$)*
Ordinárias.....	1.000	1.000	[•]	[•]
Total	**1.000**	**1.000**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa e sem dedução de comissões e despesas. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia, que são os Acionistas Vendedores detentores da totalidade do capital social da Companhia na data deste Prospecto, bem como a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Rodrigo Volk Etienne Dessaune.....	523	52,26	[•]	[•]%
Armsthon Hamer dos Reis Zanelato	261	26,13	[•]	[•]%
João Paulo Barros da Silva Pinto.....	116	11,61	[•]	[•]%
Allan Marcelo de Campos Costa.....	100	10	[•]	[•]%
Ações em Circulação.....	-	-	[•]	[•]%
Total	**1.000**	**100%**	**[•]**	**100%**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Rodrigo Volk Etienne Dessaune.....	523	52,3	[•]	[•]%
Armsthon Hamer dos Reis Zanelato	261	26,1	[•]	[•]%
João Paulo Barros da Silva Pinto.....	116	11,6	[•]	[•]%
Allan Marcelo de Campos Costa.....	100	10	[•]	[•]%
Ações em Circulação.....	-	-	[•]	[•]%
Total	**1.000**	**100%**	**[•]**	**100%**

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Rodrigo Volk Etienne Dessaune.....	523	52,3	[•]	[•]%
Armsthon Hamer dos Reis Zanelato	261	26,1	[•]	[•]%
João Paulo Barros da Silva Pinto.....	116	11,6	[•]	[•]%
Allan Marcelo de Campos Costa.....	100	10	[•]	[•]%
Ações em Circulação.....	-	-	[•]	[•]%
Total	**1.000**	**100%**	**[•]**	**100%**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Rodrigo Volk Etienne Dessaune.....	523	52,3	[•]	[•]%
Armsthon Hamer dos Reis Zanelato	261	26,1	[•]	[•]%
João Paulo Barros da Silva Pinto.....	116	11,6	[•]	[•]%
Allan Marcelo de Campos Costa.....	100	10	[•]	[•]%
Ações em Circulação.....	-	-	[•]	[•]%
Total	**1.000**	**100%**	**[•]**	**100%**

Identificação dos Acionistas Vendedores

Segue abaixo qualificação dos Acionistas Vendedores:

RODRIGO VOLK ETIENNE DESSAUNE, brasileiro, divorciado, administrador, portador do RG n° 589.040 SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o n° 873.660.457-72, com endereço comercial na R. Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo.

ARMSTHON HAMER DOS REIS ZANELATO, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador do RG n° 837.438 SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o n° 002.931.257-40, com endereço comercial na R. Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo.

ALLAN MARCELO DE CAMPOS COSTA, brasileiro, divorciado, analista de sistemas, portador do RG n° 4.597.936-9 SESP/PR, inscrito no CPF/ME sob o n° 849.262.529-53, com endereço comercial na R. Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo.

JOÃO PAULO BARROS DA SILVA PINTO, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, analista de sistemas, portador do RG n° 1.791.585 SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o n° 012.832.619-10, com endereço comercial na R. Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo.

Assessor Independente da Companhia

A Companhia contratou a Artica Participações e Assessoria Financeira Ltda. para a prestação de serviços de assessoria financeira independente. **Para informações sobre a remuneração do Assessor Independente da Companhia, veja a seção "Custos de Distribuição", na página 54 deste Prospecto.**

O Assessor Independente da Companhia e as pessoas a ele ligadas (inclusive qualquer veículo sob sua gestão ou administração) poderão participar como investidores da Oferta, desde que observada sua condição de Pessoa Vinculada.

Acordo de Acionistas

Os Acionistas Vendedores celebraram um acordo de acionistas, tendo a Companhia como interveniente anuente. Tal acordo prevê, dentre outras matérias, (i) restrições à transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia vinculadas ao referido acordo de acionistas; (ii) previsões referentes ao direito de preferência de aquisição e ao direito de venda conjunta, obrigatória ou não obrigatória, conforme hipóteses definidas no Acordo, de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) matéria que os Acionistas Vendedores se comprometeram a votar de forma uniforme em todas as Assembleias Gerais.

Para mais informações acerca do acordo de acionistas, veja o item 15.5 do Formulário de Referência, na página 709 deste Prospecto.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública (i) primária de[, inicialmente] [•] novas Ações a serem emitidas pela da Companhia [unicamente para fins de distribuição das Ações Adicionais / unicamente para fins de distribuição das Ações Suplementares / unicamente para fins de distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares]; e (ii) secundária de[, inicialmente] [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores [unicamente para fins de distribuição das Ações Adicionais / unicamente para fins de distribuição das Ações Suplementares / unicamente para fins de distribuição das Ações Adicionais e das Ações Suplementares], a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular CVM/SRE, com o Código ANBIMA e o Regulamento do Novo Mercado, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta por meio da adesão à carta convite a ser disponibilizada pelo Coordenador Líder para efetuar, exclusivamente esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.

Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução CMN 4.373, da Resolução CVM 13, ou da Lei 4.131,_sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei do Mercado de Capitais.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e nem realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares, conforme abaixo definido) poderá, a critério [dos Acionistas Vendedores/da Companhia/da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Suplementares), ou seja, em até [•] ações ordinárias [a serem emitidas pela Companhia / de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores / a serem emitidas pela Companhia e de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores] [, na proporção indicada neste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias [a serem emitidas pela Companhia / de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores / a serem emitidas pela Companhia e de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores][, na proporção indicada neste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada [pela Companhia/ pelos Acionistas Vendedores/pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas exclusivamente para a atividade de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito, mas não a obrigação, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação.

Aprovações societárias

A aprovação do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de julho de 2021, cuja ata foi devidamente registrada em 18 de agosto de 2021 perante a JUCEES sob o nº 20210946644, e foi publicada no jornal "A Tribuna" em [•] de [•] de 2021 e no DIO/ES em [•] de [•] de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCEES e publicada no DIO/ES e no jornal "A Tribuna" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

Não foi necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores, que são pessoas físicas, para a participação na Oferta Secundária e não será necessária qualquer aprovação em relação aos Acionistas Vendedores para a fixação do Preço por Ação[, incluindo a venda das Ações Adicionais].

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, o qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço no Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 2.2.1 do Ofício-Circular CVM SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações, a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 97 deste Prospecto Preliminar

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares), um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares), um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares), um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares), um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Para maiores informações, ver seção "Informações Sobre a Oferta – Composição do Capital Social", na página 47 deste Prospecto.

Quantidade, Montante e Recursos Líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações a serem emitidas pela Companhia e as Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, o Preço por Ação, o valor total das comissões a serem pagas pela Companhia e Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como os recursos líquidos das comissões oriundos da Oferta (sem considerar as demais despesas e tributos relativos à Oferta).

Com a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

Oferta	**Quantidade**	**Preço por Ação(1)**	**Montante**	**Comissão**	**Recursos Líquidos(2)**
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões, sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Com a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares.

Oferta	Quantidade	Preço por Ação(1)	Montante	Comissão	Recursos Líquidos (2)
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões, sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Com a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares.

Oferta	Quantidade	Preço por Ação(1)	Montante	Comissão	Recursos Líquidos (2)
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões, sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Com a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

Oferta	Quantidade	Preço por Ação(1)	Montante	Comissão	Recursos Líquidos (2)
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões, sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, ANBIMA e B3 relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. Não obstante, as comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles. Para mais detalhadas sobre as despesas, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma*" constante na página 100 deste Prospecto.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[5]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação[2].....	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[3].....	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[4].....	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[5].....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	[•]	[•]	[•]	[•]
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas com Taxas	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[6].....	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras despesas da Oferta[7][8].....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Outras Despesas.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões e Despesas	[•]	[•]	[•]	[•]

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Comissão de Coordenação, que representa [•]% da remuneração base. A remuneração base é aplicada sobre o produto resultante da multiplicação da quantidade de Ações efetivamente colocadas pelo Preço por Ação ("Remuneração Base").

(3) Comissão de Colocação, que representa [•]% da Remuneração Base.

(4) Comissão de Garantia Firme, que representa [•]% da Remuneração Base.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia, tais como atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(8) Incluídos os custos estimados com traduções, *printer*, honorários do Assessor Independente da Companhia e outros. O Assessor Independente da Companhia tem, dentre os elementos que compõem sua remuneração, parcela variável em função do Preço por Ação. Ainda, na tabela acima, foram considerados [•]% de remuneração de incentivo (discricionária) em relação ao total de sua remuneração.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[5]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	[•]	[•]	[•]	[•]
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas com Taxas	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras despesas da Oferta[7][8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Outras Despesas	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas[9]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões e Despesas	[•]	[•]	[•]	[•]

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Comissão de Coordenação, que representa [•]% da Remuneração Base.
(3) Comissão de Colocação, que representa [•]% da Remuneração Base.
(4) Comissão de Garantia Firme, que representa [•]% da Remuneração Base.
(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia, tais como atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.
(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.
(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).
(8) Incluídos os custos estimados com traduções, *printer*, honorários do Assessor Independente da Companhia e outros. O Assessor Independente da Companhia tem, dentre os elementos que compõem sua remuneração, parcela variável em função do Preço por Ação. Ainda, na tabela acima, foram considerados [•]% de remuneração de incentivo (discricionária) em relação ao total de sua remuneração.
(9) Considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração não mencionado acima que dependa do Preço por Ação.

Instituições Consorciadas

As Instituições Consorciadas serão convidadas participar da Oferta por meio da adesão à carta convite a ser pelo Coordenador Líder para efetuar, exclusivamente esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução da CVM 35, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam: **(i)** controladores e/ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; **(ii)** controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; **(iii)** empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; **(iv)** agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidos na Oferta; **(v)** demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; **(vi)** sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na Oferta; **(vii)** cônjuges ou companheiros, ascendentes, filhos menores e colaterais até o 2º grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; **(viii)** clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas; e **(ix)** o Assessor Independente da Companhia e/ou pessoas a ele ligadas (inclusive qualquer veículo sob sua gestão ou administração).

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data
1.	Protocolo dos pedidos de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na categoria "A" e da Oferta na CVM.	19 de agosto de 2021
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas). Disponibilização deste Prospecto Preliminar.	[•] de [•] de 2021
3.	Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*). Início do Procedimento de *Bookbuilding.*	[•] de [•] de 2021
4.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas). Início do Período de Reserva. Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas.	[•] de [•] de 2021
5.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas.	[•] de [•] de 2021
6.	Encerramento do Período de Reserva.	[•] de [•] de 2021
7.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*. Fixação do Preço por Ação. Realização de RCA aprovando o Preço por Ação. Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta.	[•] de [•] de 2021
8.	Concessão dos registros da Companhia como emissor de valores mobiliários na categoria "A" e da Oferta pela CVM. Disponibilização do Anúncio de Início. Disponibilização do Prospecto Definitivo.	[•] de [•] de 2021
9.	Início de negociação das Ações no Novo Mercado. Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares.	[•] de [•] de 2021
10.	Data de Liquidação.	[•] de [•] de 2021
11.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares.	[•] de [•] de 2021
12.	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares.	[•] de [•] de 2021
13.	Data de Encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo.	[•] de [•] de 2021
14.	Data de Encerramento do *Lock-up* da Oferta do Segmento Private.	[•] de [•] de 2021
15.	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento.	[•] de [•] de 2022

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição/aquisição das Ações a partir da data da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de divulgação de Anúncio de Retificação nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM. Informações sobre "Procedimento de Distribuição na Oferta", "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Inadequação da Oferta" encontram-se nas páginas 59, 72, 72 e 79 deste Prospecto.

Informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta encontram-se na página 72 deste Prospecto Preliminar.

Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Colocação, ver a seção "Informações sobre a Oferta – Características Gerais da Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação", na página 49 deste Prospecto Preliminar.

Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação pública das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado, por meio de:

I. uma oferta aos Investidores Não Institucionais, realizada pelas Instituições Consorciadas, compreendendo:

   (a) uma oferta aos Investidores Private, observados os termos descritos abaixo; e

   (b) uma oferta aos Investidores de Varejo, observados os termos descritos abaixo.

II. uma oferta aos Investidores Institucionais, realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional.

Plano de Distribuição da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, a Companhia os Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica que em nenhuma hipótese poderão ser consideradas na alocação dos Investidores Não Institucionais, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta. Nos termos do Ofício-Circular CVM/SRE, relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores não poderão, em nenhuma hipótese, ser consideradas no plano de distribuição para fins da alocação dos Investidores Não Institucionais.

Oferta Não Institucional

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e dos artigos 1º e 2º da Resolução da CVM 27, o Pedido de Reserva será o documento por meio do qual o Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta Não Institucional, bem como subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações pelos Investidores Não Institucionais será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição/contrato de compra e venda.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior em um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

No contexto da Oferta Não Institucional, o montante de, no mínimo, 11% e, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, 30% do total das Ações da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, conforme o caso aplicável, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado neste item:

I. o montante destinado à colocação pública para Investidores Private, será realizado da seguinte forma:

   (a) caso haja demanda de Investidores Private *Lock-up* (i) de até 0,8% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 0,8% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio; e

   (b) caso haja demanda de Investidores Private Sem *Lock-up* (i) de até 0,2% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 0,2% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

II. o montante destinado à colocação pública para Investidores de Varejo, levará em consideração os esforços para colocação mínima de 10% do total de Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) da seguinte forma:

(a) caso haja demanda de Investidores de Varejo *Lock-up* (i) de até 8% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 8% do total das Ações, a alocação, respeitado montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio; e

(b) caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (i) de até 2% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 2% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

No contexto da Oferta Não Institucional, observados (i) o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo, (ii) o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo, (iii) o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private e (iv) o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private, os Investidores Não Institucionais, a seu exclusivo critério, poderão aderir simultaneamente a mais de uma das modalidades da Oferta Não Institucional indicadas acima, devendo, para tanto, indicar e discriminar em seus respectivos Pedidos de Reserva os valores a serem alocados em cada modalidade de Oferta Não Institucional desejada, com uma única Instituição Consorciada.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, sobretudo os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, especialmente as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 23 e 94, respectivamente, bem como o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada. Os Investidores Não Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva deverão ler cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva, bem como as informações constantes deste Prospecto Preliminar.

Oferta do Segmento Private

Observado o disposto neste item, os Investidores Private que desejarem subscrever/adquirir Ações no âmbito da Oferta do Segmento Private poderão preencher seu respectivo Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, observado o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private por Investidor da Private.

Os Investidores Private que aderirem à Oferta do Segmento Private não participarão do Procedimento de Bookbuilding, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Procedimento da Oferta do Segmento Private

Os Investidores Private deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

(i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores Private interessados em participar da Oferta deverá realizar Pedido de Reserva, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (iii), (v), (vi), (vii), (viii), (x), (xii) e (xiii) abaixo e na seção "Violações das Normas de Conduta" na página 76 deste Prospecto;

(ii) os Investidores Não Institucionais que tenham interesse em participar diretamente da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private, sob pena de ser considerado um Investidor da Oferta Private Sem *Lock-up* e não participar da Oferta do Segmento Private *Lock-up*;

(iii) os Investidores Private que realizarem Pedido de Reserva poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor Private, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;

(iv) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores Private interessados na realização de Pedidos de Reserva que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto Preliminar; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;

(v) os Investidores Private deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada, observado ainda o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private;

(vi) caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações da inicialmente ofertadas, será vedada a colocação de Ações aos Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto os Pedidos de Reserva que tenham sido realizados no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(vii) caso o total de Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private *Lock-up* de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Private Sem *Lock-up* ou aos Investidores de Varejo, observados os limites previstos acima, ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante de Ações destinado à Oferta do Segmento Private *Lock-up,* será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Oferta Segmento Private *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;

(viii) caso o total de Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Private *Lock-up* ou aos Investidores de Varejo, observados os limites estabelecidos acima, ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;

(ix) até as 16h do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor Private pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do respectivo rateio), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;

(x) até as 10h da Data de Liquidação, cada Investidor Private que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no inciso (ix) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, caso o Investidor Private não tenha estipulado um preço máximo por Ação como condição de eficácia, do Preço por Ação multiplicado pelo número de Ações a eles alocadas, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor Private;

(xi) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor Private que tenha realizado Pedido de Reserva, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no inciso (x) acima;

(xii) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Private ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Private poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor Private for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Private está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Private não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Private deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Private já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e

(xiii) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Private o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Private já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Lock-up da Oferta do Segmento Private

Os Investidores Private *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 20 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up*. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento Private *Lock-up*, cada Investidor Private *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores Private *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta do Segmento Private aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up* serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores Private *Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 101 deste Prospecto Preliminar.

Oferta de Varejo

Os Investidores de Varejo que desejarem subscrever/adquirir Ações no âmbito da Oferta de Varejo poderão preencher seu respectivo Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo por Investidor de Varejo.

Os Investidores de Varejo que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Procedimento da Oferta de Varejo

Os Investidores de Varejo deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

(i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta deverá realizar Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (iii), (v), (vi), (vii), (viii), (x), (xii) e (xiii) abaixo e na seção "Violações das Normas de Conduta" na página 76 deste Prospecto;

(ii) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de ser considerado um Investidor de Varejo sem *lock-up* e não participar da Oferta de Varejo *Lock-up*;

(iii) os Investidores de Varejo que decidirem participar diretamente da Oferta de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor de Varejo, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;

(iv) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores de Varejo interessados na realização de Pedidos de Reserva que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;

(v) os Investidores de Varejo deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada, observado ainda o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo;

(vi) caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas, será vedada a colocação de Ações aos Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto os Pedidos de Reserva que tenham sido realizados no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(vii) caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinados, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Private, observado os limites previstos acima, ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante de Ações destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;

(viii) caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo *Lock-up* ou aos Investidores Private, observado os limites previstos acima, ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;

(ix) até as 16h do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor de Varejo pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do respectivo rateio), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;

(x) até as 10h da Data de Liquidação, cada Investidor de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no inciso (ix) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, caso o Investidor de Varejo não tenha estipulado um preço máximo por Ação como condição de eficácia, do Preço por Ação multiplicado pelo número de Ações a eles alocadas sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor de Varejo;

(xi) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no inciso (x) acima;

(xii) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores de Varejo ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor de Varejo poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor de Varejo for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor de Varejo está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor de Varejo não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva, será considerado válido e o Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e

(xiii) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor de Varejo o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Lock-up da Oferta de Varejo

Os Investidores de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 15 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores Private *Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.", na página 101 deste Prospecto Preliminar.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, até o limite estabelecido, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16h do primeiro dia útil imediatamente subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Investidores Institucionais serão informados pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone, sobre a quantidade de Ações alocadas e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser realizada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas ao Investidor Institucional, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

A subscrição/aquisição das Ações será formalizada, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição, de eventual contrato de compra e venda e/ou documento de aceitação da Oferta nos termos do artigo 2º, parágrafo primeiro, da Resolução CVM 27. No caso de Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, a subscrição/aquisição das Ações deverá ser formalizada mediante ato de aceitação da Oferta pelo Investidor Institucional, o qual deverá observar os procedimentos que o Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento julgar necessários, devendo, no mínimo, (i) conter as condições de subscrição/aquisição e de integralização/liquidação das Ações, (ii) esclarecer que não será admitida a distribuição parcial da Oferta, (iii) conter esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta, e (iv) conter declaração de que obteve cópia dos Prospectos, observado que tal formalização poderá ocorrer, inclusive, mediante o preenchimento e entrega, ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, conforme o caso, no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço das Ações inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às eventuais instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400; são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 99 deste Prospecto Preliminar.

Caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todas as intenções de investimentos serão canceladas e o Coordenador da Oferta e/ou o Agente de Colocação Internacional que tenha recebido a respectiva intenção de investimento comunicará ao respectivo Investidor Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

A participação dos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.*", na página 97 deste Prospecto Preliminar.

Distribuição Parcial

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis, contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta", na página 97 deste Prospecto.

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses, contado a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, com data máxima para ocorrer em [•] de [•] de 2022, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até dois dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o segundo dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a divulgação do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a divulgação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta - Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação", na página 74 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecerão que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuar o pagamento pelas Ações estará sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e nos Acionistas Vendedores e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, seus Administradores e Acionistas Vendedores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores assumirão a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obrigará a Companhia, bem como aos Acionistas Vendedores, a indenizarem os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memorandum*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas naqueles processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memorandum*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil", na página 98 deste Prospecto Preliminar.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 80 deste Prospecto Preliminar.

Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta

A Companhia e os Coordenadores da Oferta podem requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro da distribuição, que resulte em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e os Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, a Companhia e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento da distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias.

Caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 2.2.1 do Ofício-Circular CVM/SRE, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descrito.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta serão imediatamente divulgadas por meio de Anúncio de Retificação disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes na seção "Informações Adicionais" a partir da página 79 deste Prospecto Preliminar, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16h do quinto dia útil subsequente à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento, nos termos descritos neste Prospecto Preliminar.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de (i) não haver a conclusão da Oferta, (ii) resilição do Contrato de Colocação ou do Contrato de Colocação Internacional, (iii) cancelamento da Oferta, (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

Após a divulgação do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto Preliminar, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, o deferimento do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, os Coordenadores da Oferta realizarão a colocação das Ações (sem considerar as Ações Suplementares) em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, a ser exclusivamente prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Colocação:

Coordenador da Oferta	**Quantidade**	**Percentual (%)**
Coordenador Líder.....	[•]	[•]
UBS BB.....	[•]	[•]
BTG Pactual.....	[•]	[•]
Total	[•]	[•]

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que forem concedidos os registros da Oferta pela CVM, assinados e cumpridas as condições precedentes do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, conforme o caso, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações ", na página 97 deste Prospecto Preliminar.

Estabilização dos Preços das Ações

O Agente Estabilizador, atuando na qualidade de corretora de títulos e valores mobiliários, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador poderá escolher livremente as datas em que realizará as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigado a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de divulgação do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais" a partir da página 79 deste Prospecto Preliminar.

Violações das Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, pelas Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de até três dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas, incluindo lucros cessantes, danos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer, e (iv) poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Direitos, vantagens e restrições das Ações

As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;

(b) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início;

(c) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, obtido após a dedução da reserva legal e ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo Conselho de Administração;

(d) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(e) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;

(g) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário (*tag along*);

(h) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia e/ou seus Administradores; e

(i) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção 18 do Formulário de Referência, na página 728 deste Prospecto.

Negociação das Ações no Novo Mercado da B3

A Companhia, voluntariamente, solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado. A partir do dia útil seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão negociadas no segmento Novo Mercado da B3 sob o código "[•]".

A Companhia e a B3 celebrarão oportunamente o Contrato de Participação no Novo Mercado, que entrará em vigor na data da disponibilização do Anúncio de Início, por meio do qual a Companhia estará sujeita às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência. Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma das Instituições Participantes da Oferta.

Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto Preliminar, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia na página 447 deste Prospecto e do item "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", na página 94 deste Prospecto Preliminar.

Contratação de Formador de Mercado

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado em relação às Ações, nos termos da Instrução CVM 384. No entanto, não houve e não haverá contratação de formador de mercado para esta Oferta.

Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)

[A Companhia[,/e] seus Administradores e os Acionistas Vendedores se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.]

[As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses de transferências das Ações: (i) decorrentes da venda de Ações decorrentes do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional (incluindo Ações Suplementares); (ii) decorrentes de doações, desde que anteriormente a referida doação, o beneficiário da doação concorde por escrito a estar sujeito pelos termos dos Instrumentos de *Lock-up* e confirme estar de acordo com seus termos; (iii) para qualquer Afiliadas da Companhia, conforme definido no Prospecto Preliminar, desde que o beneficiário da transferência confirme estar de acordo com os termos aqui estabelecidos; (iv) ao empréstimo a qualquer dos Coordenadores da Oferta ou a entidade indicada por tais Coordenadores da Oferta para fins de estabilização das Ações; e (v) decorrentes de operações em mercado, desde que em tais operações não precisem ser reportadas, nos termos do Contrato de Colocação e/ou do Contrato de Colocação Internacional.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. **Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de Ações, veja o fator de risco "A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia", na página 96 deste Prospecto Preliminar.**

Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações.

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração, custódia e transferência das ações ordinárias de emissão da Companhia é o Banco Bradesco S.A.

Inadequação da Oferta

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações, não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir ações ou, com relação à qual o investimento em ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações adicionais

A subscrição/aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento.

Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia", a partir das páginas 94 e 23, respectivamente, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 447 deste Prospecto, antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, especialmente as seções que tratam sobre os riscos aos quais a Companhia está exposta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia e/ou dos Coordenadores da Oferta indicados abaixo ou junto à CVM e B3.

Companhia

ISH Tech S.A.
R. Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101
Vitória – ES, CEP 29050-360
At.: Michelini Camuzzi Ferrari Storck
Tel.: +55 (27) 3334-8900
ri.ish.com.br (neste website, clicar no título do documento correspondente).

Coordenadores da Oferta

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: + 55 (11) 4871-4277
www.xpi.com.br (neste website, clicar em "Investimentos", depois clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A." e, então, clicar em "Prospecto Preliminar").

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4440, 7º andar (parte)
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. João Carlos Floriano
Tel.: +55 (11) 2767-6506
https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html (neste *website*, clicar em "Prospecto Preliminar" no subitem "ISH Tech S.A.")

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
www.btgpactual.com/investment-bank (neste website, clicar em "Mercado de Capitais - download", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da ISH Tech S.A.", clicar em "Prospecto Preliminar").

Este Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e websites:

(i) CVM, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br, neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primária", clicar no item "Ações", depois, na tabela "Oferta Inicial (IPO)", clicar em "Volume em R$" e, então, acessar o link referente à "ISH Tech S.A.", e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e

(ii) B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertaspublicas/ofertas-em-andamento – neste *website* acessar "Ofertas em andamento", depois clicar em "Empresas", depois clicar em "ISH Tech S.A.", e posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que são pessoas físicas e não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Companhia

ISH Tech S.A.
ri.ish.com.br (neste website, clicar no título do documento correspondente).

Coordenadores da Oferta

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
www.xpi.com.br (neste website, clicar em "Investimentos", depois clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão ISH Tech S.A." e, então, clicar no documento correspondente).

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html (neste *website*, clicar em "Aviso ao Mercado" no subitem "ISH Tech S.A.")

Banco BTG Pactual S.A.
www.btgpactual.com/investment-bank (neste website, clicar em "Mercado de Capitais - download", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da ISH Tech S.A.", clicar em "Aviso ao Mercado").

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta, e os Agentes de Colocação Internacional alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" NAS PÁGINAS 23 E 94 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO 4 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, NA PÁGINA 447 DESTE PROSPECTO, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 19 de agosto de 2021.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Grupo XP é uma plataforma tecnológica de investimentos e serviços financeiros, que tem por missão transformar o mercado financeiro no Brasil e melhorar a vida das pessoas.

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e em oferecer educação financeira para os investidores, tornando-se uma corretora de valores no ano de 2007.

Com o propósito de oferecer educação financeira e de melhorar a vida das pessoas através de investimentos desvinculados dos grandes bancos, a XP vivenciou uma rápida expansão.

Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária no Grupo XP, de 49,9%, reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios.

Em dezembro de 2019, a XP Inc., sociedade holding do Grupo XP, realizou uma oferta inicial de ações na Nasdaq, sendo avaliada, à época, em mais de R$78 bilhões.

O Grupo XP possui as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) *asset management*, com mais de R$40 bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; e (iii) mercado de capitais, que engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Além da marca "XP" (www.xpi.com.br), o Grupo XP ainda detém as marcas "Rico" (www.rico.com.vc) e "Clear" (www.clear.com.br).

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo XP contava com mais de 2.777.000 (dois milhões, setecentos e setenta e sete mil) clientes ativos e mais de 7.000 (sete mil) agentes autônomos em sua rede, totalizando R$660 bilhões de ativos sob custódia, e com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Miami, Nova Iorque, Londres e Genebra.

Atividade de Mercado de Capitais da XP

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (*Bonds*), Securitização, *Equity Capital Markets*, *M&A*, Crédito Estruturado, *Project Finance* e *Development Finance*.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP apresenta posição de destaque ocupando o primeiro lugar no Ranking ANBIMA de Distribuição de Fundo de Investimento Imobiliário, tendo coordenado 11 ofertas que totalizaram R$3,7 bilhões em volume distribuído, representando 55,5% de participação nesse segmento até junho de 2020. Ainda, no Ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Fixa, a XP detém a 1ª colocação nas emissões de CRA e 2ª colocação nas emissões de CRI. Na visão consolidada, que engloba debêntures, notas promissórias e securitização, a XP está classificada em 4º lugar, tendo distribuído R$ 1,8 bilhões em 16 operações.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores.

Em 2019, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; *follow-on* da Petrobras no valor de R$7,3 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R$2,5 bilhões; IPO da Afya no valor de US$250 milhões; *follow-on* da Movida no valor de R$832 milhões; *follow-on* da Omega Geração no valor de R$830 milhões; IPO da Vivara no valor de R$2,0bilhões; *follow-on* de Banco do Brasil no valor de R$5,8 bilhões; *follow-on* de LOG Commercial Properties no valor de R$637 milhões; IPO da C&A no valor de R$1,6 bilhão; IPO do Banco BMG no valor de R$1,3 bilhão; *follow-on* de Cyrela Commercial Properties no valor de R$760 milhões; IPO da XP Inc. no valor de R$9,2 bilhões; e no *follow-on* de Unidas no valor de R$1,8 bilhão.

Em 2020, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando no *follow-on* da Ânima no valor de R$1,1 bilhão; *follow-on* da Petrobras no valor de R$22 bilhões; *follow-on* da Positivo Tecnologia no valor de R$353 milhões; IPO da Locaweb no valor de R$1,3 bilhões; IPO da Priner no valor de R$173 milhões; *follow-on* da Via Varejo no valor de R$4,5 bilhões; IPO da Aura Minerals no valor de R$785 milhões; *follow-on* da IMC no valor de R$384 milhões; *follow-on* de Irani no valor de R$405 milhões; *follow-on* da JHSF no valor de R$400 milhões; IPO do Grupo Soma no valor de R$1,8 bilhões; IPO da D1000 no valor de R$400 milhões; IPO da Pague Menos no valor de R$747 milhões; IPO da Lavvi no valor de R$1,0 bilhão; Re-IPO da JSL no valor de R$694 milhões; IPO da Melnick Even no valor de R$621 milhões*, follow-on* da Suzano no valor de R$6,9 bilhões; IPO do Grupo Mateus no valor de R$4,0 bilhões; IPO da Enjoei no valor de R$987 milhões; IPO da Méliuz no valor de R$584 milhões; IPO da Aura Minerals no valor de R$87 milhões; IPO da Aeris no valor de R$982 milhões; IPO da 3R Petroleum no valor de R$600 milhões; IPO da Alphaville no valor de R$306 milhões; e IPO da Rede D'Or São Luiz no valor de R$10,1 bilhões.

E em 2021, a XP atuou no *follow-on* da Locaweb no valor de R$2,4 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R$1,7 bilhão, IPO da Mosaico no valor de R$1,1 bilhão; IPO da Jalles Machado no valor de R$651,5 milhões; IPO da Bemobi no valor de R$1,1 bilhão; IPO da Westwing no valor de R$1,0 bilhão; IPO da Orizon no valor de R$486,9 milhões; IPO da CSN Mineração no valor de R$4,6 bilhões; *follow-on* da 3R Petroleum no valor de R$822,8 milhões; IPO da Allied no valor de R$197,4 milhões; IPO da Blau no valor de R$1,3 bilhão; IPO da Boa Safra no valor de R$460,0 milhões; IPO da G2D no valor de R$ 281,1 milhões; IPO da BR Partners no valor de R$400,4 milhões; *follow-on* da Petrobras Distribuidora no valor de R$11,4 bilhões; IPO da CBA no valor de R$1,4 bilhão; IPO da Multilaser no valor de R$1,9 bilhão; *follow-on* de Grupo Soma de Moda no valor de R$883,4 milhões; IPO de Agrogalaxy no valor de R$350,0 milhões; *follow-on* de Magazine Luiza no valor de R$3,4 bilhões; IPO de Unifique no valor de R$818,1 milhões; e IPO de Brisanet no valor de R$1,3 bilhão.

Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, a XP possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O UBS BB foi constituído em 2020 por meio da combinação das operações de banco de investimentos do UBS e do Banco do Brasil, incluindo, entre outras, atividades de mercado de capitais de renda fixa e variável, fusões e aquisições, além de corretagem de títulos e valores mobiliários no segmento institucional. Essa parceria abrange o Brasil, assim como outros países da América Latina, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa combinação de forças cria uma plataforma única de banco de investimentos, oferecendo para nossos clientes o melhor da plataforma do UBS, como presença e conhecimento global, *research* de primeira linha, plataforma de análise de dados exclusiva, rede de distribuição com alcance em todos os principais mercados mundiais e uma das maiores corretoras do Brasil, e o melhor da plataforma do Banco do Brasil, com seu forte relacionamento com clientes e conhecimento local sem paralelo dos clientes, principalmente em *Corporate Banking*. O Banco do Brasil também traz uma posição de liderança em mercados de capital de dívida e histórico comprovado de operações de ECM, Project finance e M&A no país, além de uma incrível capacidade de distribuição de varejo.

O UBS, acionista com 50,01% das ações, é um banco sediado em Zurich na Suíça e conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68 mil funcionários. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: *Wealth Management*, *Investment Bank*, *Personal & Corporate Banking* e *Asset Management*, e detém mais de US$2,6 trilhões em ativos sob gestão e uma rede de relacionamento em mais de 50 países.

Esse modelo vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos, com o UBS tendo recebido inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, "*Best Global Investment Bank*" e em 2019, pelo quarto ano consecutivo, "*Best M&A Bank*" pela Global Finance. O UBS também foi nomeado "*Most Innovative Investment Bank for IPOs and Equity Raisings*" nos anos de 2020, 2019 e 2018, pela The Banker, e, em 2016, "*Most Innovative Bank for M&A"* pela The Banker. Ainda em 2020, o UBS foi nomeado como "*Best Technology Innovation in Investment Banking*" pela The Banker, "*ECM Bank of the Year for Financial Institutions*" pela Global Capital, "*Best Global Equity Bank*" pela Global Finance e "*M&A Deal of the Year for Global Banking Americas*" pela The Banker. Além disso, recebeu o primeiro lugar na categoria "*Bank of the Year*" como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de *Wealth Management* – que foi reconhecida como "*Best Private Banking Services Overall*" em 2021, 2020 e em 11 dos 15 anos antes disso, pela Euromoney, "*Best Global Private Bank*" em 2020 e 2019 pela The Banker, "*World's Best Bank for Wealth Management*" em 2020 pela Euromoney. – e *Equity Research*, que foi eleita em 2021, 2020, 2019 e 2018 como "*#1 Global Equity Research*" pela Institutional Investor.

O Banco do Brasil, acionista com 49,99% das ações, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 30ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria "Bancos" do Prêmio Top of Mind 2020, do Instituto Data Folha, sendo reconhecido como Melhor Banco no Brasil em 2020 pela Euromoney, Banco do Ano na América Latina em 2019 pela The Banker e Banco mais Inovador da América Latina em 2019 e 2020 pela Global Finance.

Ao final de 2020, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R$1,8 trilhão de ativos totais e presença em 99% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 86 mil funcionários, distribuídos entre 4.370 agências, 15 países e mais de 12 mil pontos de atendimento.

No Brasil e América Latina, a parceria estratégica, por meio de seus acionistas, teve forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição da Unigranrio pela Afya, Reserva pela Arezzo &Co, o aporte de capital da Crescera e Vulcan Capital na Nelogica, aquisição do Éxito pelo Grupo Pão de Açúcar, a aquisição da Avon pela Natura &Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&F Bovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz.

A parceria desempenhou também um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Senior Solution, Biosev, Smiles, Tupy, CPFL Renováveis, BB Seguridade, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, Oi, Ourofino Saúde Animal, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Gerdau, Rumo Logística, Azul Linhas Aéreas, CCR, Lojas Americanas, Magazine Luiza, BR Distribuidora, Grupo NotreDame Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobras, IRB Brasil Resseguros, Centauro, Neoenergia, Banco Inter, Movida, Afya, Moura Dubeux, Estapar, XP Inc., Vasta Platform, Quero Quero, D1000, Rumo, Pague Menos, JSL, Grupo Mateus, Enjoei, Ânima, Rede D'Or, Neogrid, Vinci Partners, Vamos, Focus Energia, Eletromidia, CSN Mineração, Caixa Seguridade, GetNinjas, Dotz, entre outros.

Além disso, no mercado doméstico de renda fixa coordenou, em 2020, 50 emissões que totalizaram o valor de R$8,5 bilhões e 8,5% de *market share*, encerrando o período em 5º lugar no *Ranking* ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2020. No mesmo período, foram estruturadas 18 operações de securitização, sendo 1 CRI e 13 CRAs, 1 FIDIC e 3 FIIs, com volume total de R$2,6 bilhões. No mercado externo, participou da emissão de US$400 milhões, conferindo-lhe o 18º lugar no *Ranking* ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado, em 2020.

A parceria estratégica também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019 e 2020.

Banco BTG Pactual S.A.

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "*Brazil's Equity House of the Year*", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "*World's Best Equity House*" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "*Best Equity House Latin America*" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "*Best Investment Bank*" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "*# 1 Equity Research Team Latin America*" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, Ecorodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-ons* da CCR, das Lojas Americanas, e da Alupar e, da BR Malls e do Magazine Luiza e da Rumo, e do re-IPO da Eneva. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King.

Em 2020, o BTG Pactual participou dos *follow-ons* da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do *IPO* da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris, Alphaville, Rede D'or e 3R Petroleum.

Em 2021, o BTG Pactual participou do *follow-on* do próprio BTG Pactual, Light, BrasilAgro, PetroRio, Locaweb, 3R Petroleum, Sequoia Logística, Hapvida e Lojas Renner, assim como do *IPO* da HBR Realty, Vamos, Intelbras, Bemobi, Jalles Machado, Cruzeiro do Sul, Westwing, Orizon, Mater Dei, Allied e Blau Farmacêutica.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro não possuem relacionamento com a XP e demais sociedades do seu conglomerado financeiro.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a XP e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pela XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, a XP e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da a XP no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia*" na página 99 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição*", na página 54 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "*Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição*" na página 54 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a XP ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB

Na data deste Prospecto, exceto pelo do relacionamento decorrente da presente Oferta, o UBS BB não possui qualquer relacionamento com a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta Restrita decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com total *return swap*). O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta Restrita. Para mais informações veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta Restrita – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia*" na página 99 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Restrita, conforme prevista na seção "*Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição*", na página 54 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta Restrita.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico possuem o seguinte relacionamento comercial relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro:

- aplicações financeiras realizadas em debêntures compromissadas, sem garantias, com remuneração entre 80% a 104% do CDIE, com saldo bruto consolidado, na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R$1,02 milhão, sendo que a emissão de tais debêntures compromissadas ocorreram em (i) 15 de novembro de 2019, (ii) 08 de julho de 1997 e (iii) 30 de junho de 2020, sendo que todas possuem vencimento em 03 de setembro de 2021. O saldo inicial consolidado de tal operação era de aproximadamente R$1,01 milhão.

- aplicação financeira realizada em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") de emissão do BTG Pactual, com remuneração equivalente a 104 % do CDI, com saldo bruto, na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R$260,70, sendo que a emissão de ocorreu em 02 de junho de 2021 e o vencimento será em 02 de junho de 2023.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento desta Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão ou lastreados em créditos da Companhia, além dos mencionados acima.

A Companhia contratou e poderá, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Adicionalmente, o BTG Pactual e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado financeiro e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, sendo que: (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia; e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores e/ou a preços e condições de mercado, conforme aplicável.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção *"Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das Ações"*, na página 99 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "*Características Gerais da Oferta – Custos de Distribuição*" na página 54 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não possuem relacionamento comercial relevante com os Acionistas Vendedores.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*", na página 54 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores à XP e e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram, além das informações prestadas acima, que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação da XP como instituição intermediária na Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, o UBS BB não possui qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Ademais, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta Restrita decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Restrita, conforme previsto na seção "*Informações Sobre a Oferta Restrita – Custos de Distribuição*" na página 54 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, o BTG Pactual não possui qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Ademais, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta Restrita decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Restrita, conforme previsto na seção "*Informações Sobre a Oferta Restrita – Custos de Distribuição*" na página 54 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 23 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 447 deste Prospecto, e as demonstrações contábeis da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

As atividades, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores acreditam que poderão afetar a Companhia de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente são considerados irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, contido na página 447 deste Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia do coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão

Surtos ou potenciais surtos de doenças (a exemplo da COVID-19) podem ter um efeito adverso no mercado de capitais global, na economia global (incluindo a economia brasileira) e na cotação das ações de nossa emissão. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia do vírus COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A declaração da pandemia do COVID-19 pela OMS desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições à viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e munícipios, incluindo das localidades em que possuímos lojas, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de parques, shoppings e demais espaços públicos.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19. Não podemos garantir que a cotação das ações de nossa emissão não atingirá patamares inferiores aos mínimos verificados durante a disseminação da atual pandemia.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro e em termos aceitáveis.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações emitidas pela Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos e os europeus. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso no preço das ações de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

Portanto, o tamanho, liquidez, concentração e potencial volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderão se transformar em obstáculos para os investidores de ações de emissão da Companhia que desejarem vender as ações, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no mercado das ações de emissão da Companhia. Na hipótese de as ações em negociação da Companhia não se transformarem e permanecerem como um mercado ativo e líquido de negociação, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

Esses obstáculos podem ser potencializados com o surgimento de novas cepas da covid-19, como a cepa Delta, que impactam os mercados de capitais globais e brasileiro. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta "*O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia do coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão*", na página 94 deste Prospecto.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e do período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

Após o término das Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*), as ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao *Lock-up* estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ler seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)", na página 78 deste Prospecto.

Eventual descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva da Oferta e contratos de compra e venda feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja o descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará, imediatamente, de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores, eventualmente depositados, serão devolvidos sem reembolso e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos, bem como aqueles cuja alíquota atual equivalente a zero venha a ser majorada. Para maiores informações, ler seção "*Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta*" na página 76 deste Prospecto.

A Companhia poderá captar capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de valores mobiliários, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão.

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e poderá optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição pública de ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus atuais acionistas e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), desde que não seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) não sejam adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda e intenções de investimentos automaticamente cancelados, sendo que os valores, eventualmente depositados, serão devolvidos sem reembolso e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos, bem como aqueles cuja alíquota atual equivalente a zero venha a ser majorada. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, leia a seção "Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta", na página 72 deste Prospecto.

Como resultado do Procedimento de* Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, investidores de varejo poderão exercer a opção de desistir de seus pedidos de reserva.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa que possibilitará ao Investidor Não Institucional desistir de seu Pedido de Reserva, conforme o caso. A Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de investidores decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção "Destinação dos Recursos" na página 102 deste Prospecto Preliminar, e poderá afetar a capacidade da Companhia de executar o seu plano de negócios, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Investidores que adquirirem Ações sofrerão diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquirirem Ações por meio da Oferta receberão um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 106 deste Prospecto.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreenderá a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memorandum*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memorandum*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também emitem diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o valor de mercado de seus valores mobiliários.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e, em determinado grau, de outros países da América Latina e de outras economias emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações, de forma a impactar, mesmo que indiretamente, a Companhia.

Acontecimentos ou uma conjuntura econômica adversa em outros países emergentes e da América Latina por vezes acarretam saída significativa de recursos do Brasil e a diminuição do volume de moeda estrangeira investida no País. Por exemplo, em 2001, após uma recessão prolongada, seguida por instabilidade política, a Argentina anunciou que deixaria de proceder ao pagamento de sua dívida pública. A crise econômica na Argentina afetou negativamente a percepção dos investidores em valores mobiliários brasileiros por vários anos. Crises econômicas ou políticas na América Latina ou em outros mercados emergentes podem afetar de maneira significativa a percepção dos riscos inerentes ao investimento na região, inclusive no Brasil.

A economia brasileira também é afetada pela conjuntura econômica e condições de mercados internacionais em geral, especialmente pela conjuntura econômica e condições de mercado existentes nos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos, assim como ocorrido em 2008, quando o mercado nacional foi fortemente afetado pelo desempenho do mercado de capitais norte-americano. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações de emissão da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações da Companhia nesta Oferta como forma de proteção (*hedge*) de operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400. Desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas, tais operações não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço e a liquidez das Ações.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3, ANBIMA e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionista Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta, a Companhia ou os Acionistas Vendedores em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma, podendo também arquivar o pedido de registro da Oferta.

Os titulares das ações de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social, os acionistas fazem jus a dividendo mínimo de pelo menos 25% do lucro líquido anual, conforme determinado e ajustado. A distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio depende, principalmente, da existência de lucro líquido ajustado e da compensação do saldo de prejuízos acumulados. Esses ajustes do lucro líquido para fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A despeito da exigência do dividendo obrigatório, a Companhia poderá optar por não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas em qualquer exercício fiscal, se o Conselho de Administração determinar que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista da condição financeira da Companhia. O risco de não receber dividendos também está relacionado às deduções das subvenções do lucro líquido.

Além disso, alguns contratos financeiros da Companhia e de suas controladas possuem restrições (*covenants*) à distribuição de dividendos aos seus acionistas de forma que, enquanto estiverem vigentes, tais contratos poderão limitar ou restringir a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia ou de suas controladas. Para mais informações sobre as restrições previstas nos contratos financeiros da Companhia, vide item 10.1(f) do Formulário de Referência, na página 603 deste Prospecto.

O não recebimento de dividendos ou juros sobre capital próprio pode frustrar expectativas de retorno de caixa por parte dos investidores, podendo levar à queda na cotação das ações de emissão da Companhia no mercado.

Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelos acionistas controladores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da Oferta, os atuais acionistas controladores serão titulares de, ao menos, 50% mais 1 das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, os atuais acionistas controladores, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, conforme vinculados por acordo de acionistas, continuarão capazes de influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.

A Companhia acará com todos os custos e das despesas da Oferta, incluindo os custos e das despesas da Oferta Secundária, bem como acará juntamente com os Acionistas Vendedores, de acordo com suas respectivas participações na Oferta, com as comissões da Oferta. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos em decorrência da Oferta Primária e, por consequência, os valores creditados ao patrimônio líquido da Companhia, o que poderá impactar negativamente os resultados da Companhia no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 54 deste Prospecto.

Os Investidores de Varejo Lock-up ou Investidores Private Lock-up, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores de Varejo *Lock-up* e os Investidores Private *Lock-up* se comprometeram, durante o período de 15 e 20 dias, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo *Lock-up* e Investidores Private *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e do Segmento Private aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo e do Segmento Private *Lock-up* serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no ponto médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão de aproximadamente R$[•] mil, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Os recursos líquidos da Oferta Primária correspondem a [•]% dos recursos líquidos da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 54 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para: (i) crescimento orgânico, com ênfase nas áreas de marketing, vendas, infraestrutura e recursos humanos, além de reforçar o capital de giro; (ii) Pesquisa e Desenvolvimento, com a finalidade de oferecer novos produtos e soluções para os seus clientes; e (iii) Crescimento inorgânico, de modo a oferecer novas tecnologias e produtos em novas geografias, aumentar a base de clientes e a sua capilaridade e agregar eventuais sinergias operacionais, destacando que a Companhia com o auxílio do Assessor Financeiro já mapeou 600 possíveis alvos de crescimento inorgânico.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária <u>sem considerar</u> a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido(1)(2)(3)**
		(em milhares de R$)
Crescimento Orgânico.....	40%	[•]
Pesquisa e Desenvolvimento	35%	[•]
Crescimento Inorgânico.....	25%	[•]
Total	**100,0%**	[•]

(1) Com base no ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.
(3) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária <u>considerando</u> a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido(1)(2)(3)**
		(em milhares de R$)
Crescimento Orgânico.....	40%	[•]
Pesquisa e Desenvolvimento	35%	[•]
Crescimento Inorgânico.....	25%	[•]
Total	**100,0%**	[•]

(1) Com base no ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.
(3) Considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais a Companhia baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Os valores efetivamente utilizados e a escolha do momento da utilização do capital arrecadado, dependerão de uma série de fatores, incluindo os fatores de risco, descritos na seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" na página 23 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos nossos negócios, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que a Companhia acredita estar dentro de sua política de investimento, visando à preservação de seu capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação, correspondente ao ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, conforme o caso, de R$[•] mil nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares.

Por fim, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta Secundária, visto que tais recursos líquidos reverterão integralmente aos Acionistas Vendedores.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos da Oferta Primária e a situação patrimonial da Companhia, veja a seção "Capitalização" na página 103 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta capitalização total da Companhia, composta por empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), passivo de arrendamento (circulante e não circulante) e Patrimônio líquido em 30 de junho de 2021, indicando: (i) a situação real naquela data; e (ii) ajustado para refletir o aumento do capital social da Companhia para R$ [•], mediante a emissão de [•] novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem integralmente subscritas e integralizadas pelos seus atuais acionistas, mediante a conferência da totalidade das ações que estes detém no capital social da ISH Tecnologia e Integrasys e o aumento de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante), condicionado à consumação da sua oferta pública inicial de ações; e (iii) ajustada para considerar os recursos líquidos estimados da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

As informações abaixo, referentes à coluna "Em 30 de junho de 2021", foram extraídas das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia relativas a 30 de junho de 2021.

As informações da coluna "Ajustado pela Oferta" refletem o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, estimados em R$[•] mil, calculado com base no ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e das despesas estimadas como devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

As informações da coluna "Ajustado pela Oferta (considerando Ações Adicionais e Ações Suplementares)" refletem o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, estimados em R$[•] mil, calculado com base no ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e das despesas estimadas como devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

O investidor deve ler a tabela abaixo em conjunto com as seções "3 – Informações Financeiras Selecionadas", "10 – Comentários dos Diretores" e "18 – Valores Mobiliários" do Formulário de Referência nas páginas 431, 602 e 728, respectivamente, deste Prospecto, bem como com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia relativas ao período compreendido entre 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021, as demonstrações contábeis combinadas da ISH TECH S.A., ISH Tecnologia S.A. e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("Grupo ISH") nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, e as demonstrações contábeis combinadas da ISH Tecnologia S.A. e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 330.

(em milhares de R$)	**Em 30 de junho de 2021**	**Ajustado pela Reorganização Societária (1)**	**Ajustado pela Oferta (2)**	**Ajustado pela Oferta (considerando Ações Adicionais e Ações Suplementares)(1)(3)**
Empréstimos e financiamentos (circulante)	–	[•]	[•]	[•]
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	–	[•]	[•]	[•]
Passivo de arrendamento (circulante)	[•]	[•]	[•]	[•]
Passivo de arrendamento (não circulante)	[•]	[•]	[•]	[•]
Total do Patrimônio Líquido	1	[•]	[•]	[•]
Capitalização Total(4)	1	[•]	[•]	[•]

(1) Ajustado para refletir o aumento no capital social da Companhia para R$ [•] mil, conforme desdobramento proveniente da Reorganização Societária, e aumento de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante). Os valores apresentados são decorrentes da incorporação dos passivos e patrimônio líquido da ISH Tecnologia e Integrasys.

(2) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, estimados em R$[•] mil, calculado com base no ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e das despesas estimadas como devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

(3) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, estimados em R$[•] mil, calculado com base no ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e das despesas estimadas como devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

(4) Capitalização total corresponde a soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), passivo de arrendamento (circulante e não circulante) e patrimônio líquido da Companhia. Ressalta-se que outras sociedades poderão utilizar definições diversas de capitalização total.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação, correspondente ao ponto médio da Faixa Indicativa, aumentaria (reduziria) o valor o patrimônio líquido da Companhia e sua capitalização total em R$[•] mil, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

[Não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 30 de junho de 2021.]

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de junho de 2021, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$1 mil e o valor patrimonial por ação de emissão da Companhia, na mesma data de R$1,00, ou de R$ 6.931 mil e R$ 1,023, respectivamente, quando considerada a Reorganização Societária. O referido valor patrimonial por ação de emissão da Companhia representa o valor do patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2021, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021.

Considerando a subscrição da totalidade das Ações no âmbito da Oferta Primária e após a dedução das comissões e despesas devidas por nós no âmbito da Oferta, com base no ponto médio da Faixa Indicativa, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 30 de junho de 2021 seria de R$[•] mil, representando um valor de R$[•] por ação de emissão da Companhia, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares. Isso representaria uma diluição imediata do valor patrimonial por ação de R$[•] para os novos investidores, subscritores/adquirentes de Ações no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o preço por ação ordinária de emissão da Companhia, calculado com base ponto médio da Faixa Indicativa, e o valor patrimonial por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", página 54 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de nossa emissão, com base em seu patrimônio líquido em 30 de junho de 2021 e considerando os impactos da realização da Oferta Primária:

	Em R$, exceto %
Preço por Ação[1]	[•]
Valor patrimonial por ação de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021	1,00
Valor patrimonial por ação de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021, ajustado para refletir a conclusão da Reorganização Societária [2]	1,023
Valor patrimonial por ação de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021, ajustado para refletir a Oferta Primária[1][2]	[•]
Aumento do valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021 para os atuais acionistas[1][2]	[•]
Diluição do valor patrimonial por ação de emissão da Companhia dos novos investidores[1][3][4]	[•]
Percentual de diluição dos novos investidores[1][5]	[•]

(1) Com base no ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

(2) Considera a conclusão da Reorganização Societária. Valores Apresentados são baseados nas informações combinadas das controladas da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(3) Considera o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, estimados em R$[•] mil, calculado com base no ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e das despesas estimadas como devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

(4) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o preço por ação de emissão da Companhia, calculado com base no Preço por Ação a ser pago pelos investidores, e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(5) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de nossa emissão e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção "Informações Sobre a Oferta – Preço por Ação", na página 52 deste Prospecto.

Um acréscimo (redução) de R$1,00 no Preço por Ação acarretaria um acréscimo (redução), após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, (i) de R$[•] mil no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de R$[•] valor do patrimônio líquido contábil por ação de emissão da Companhia; e (iii) na diluição do valor patrimonial por ação aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação, após deduzidas as comissões e as despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do nosso patrimônio líquido contábil após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de nossa emissão, nem em alteração relevante em nosso patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues aos Acionistas Vendedores.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ANEXO A	ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA
ANEXO B	ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA
ANEXO C	MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA
ANEXO D	DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400
ANEXO E	DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400
ANEXO F	DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400
ANEXO G	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA EM 30 DE JUNHO DE 2021 E PARA O PERÍODO DE 2 DE JUNHO DE 2021 A 30 DE JUNHO DE 2021
ANEXO H	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA EM 30 DE JUNHO DE 2021 E PARA O PERÍODO DE 2 DE JUNHO DE 2021 A 30 DE JUNHO DE 2021 ESPECIALMENTE PREPARADAS PARA FINS DE REGISTRO
ANEXO I	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS COMBINADAS DA ISH TECH S.A., ISH TECNOLOGIA S.A. E INTEGRASYS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. ("GRUPO ISH") EM 30 DE JUNHO DE 2021 E PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
ANEXO J	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMBINADAS DA ISH TECNOLOGIA S.A. E INTEGRASYS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018
ANEXO K	FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo A – Estatuto Social Consolidado da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ISH TECH S.A.

CNPJ/ME 42.496.531/0001-67
NIRE 32300042775
Companhia Aberta

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO

ARTIGO 1º A **ISH TECH S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, em vigor a partir de 2 de janeiro de 2018 ("Novo Mercado", "Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente), e pelas demais normas e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem do Novo mercado, a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, quando aplicável, administradores e membros de comitês de assessoramento e do conselho fiscal, quando instalado, sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A Companhia seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, deverão observar os

prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.

ARTIGO 2º A Companhia tem sede e foro na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na Rua Judith Maria Tovar Varejão, nº 355/Sala 101, Bairro Enseada do Suá, CEP 29050-360.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir, e/ou encerrar filiais, agências, escritórios e representações, no Brasil ou no exterior.

ARTIGO 3º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO OBJETO SOCIAL

ARTIGO 4º A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

CAPÍTULO III
DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

PARÁGRAFO 1º - O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias.

PARÁGRAFO 2º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

PARÁGRAFO 3º - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

PARÁGRAFO 4º - Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, que pode ser exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias, observado o previsto no artigo 3º, parágrafo 6º, abaixo.

PARÁGRAFO 5º - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

PARÁGRAFO 6º - As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

PARÁGRAFO 7º - A Companhia poderá aumentar o seu capital social em até 2.000.000 (dois milhões) de reais, independentemente de reforma deste Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração, hipótese em que lhe competirá a fixação do preço de

emissão e número de ações a ser emitido, bem como as demais condições da respectiva subscrição e integralização, inclusive a eventual destinação de parte do preço de emissão à conta de reserva de capital. O limite do capital autorizado da Companhia somente poderá ser modificado por deliberação da Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 8º - As emissões de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, bem como a outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou sociedade sob seu controle ou a aprovação de aumento do capital social mediante capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações, poderão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, nos limites estritos do capital autorizado, com exclusão ou redução do prazo de exercício do direito de preferência, conforme hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 6º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação, ou para cancelamento, até o montante do saldo de recursos disponíveis, conforme definidos e disciplinados por regulamento da CVM.

CAPÍTULO IV
DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º A Assembleia Geral reunir-se-á: (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem.

PARÁGRAFO 1º - As Assembleias Gerais serão convocadas: (i) pelo

Presidente do Conselho de Administração; (ii) na ausência do anterior, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração; (iii) na ausência dos anteriores, por membro do Conselho de Administração que o segundo, a seu critério, vier a designar; (iv) por solicitação de qualquer acionista titular de participação mínima estabelecida na legislação em vigor; ou (v) de outra forma estabelecida na legislação aplicável.

PARÁGRAFO 2º - A não convocação de Assembleia Geral a pedido de qualquer acionista com direito de fazê-lo, em até 8 (oito) dias consecutivos, contados da data de recebimento da solicitação pertinente, permitirá a tal acionista convocá-la, nos termos da legislação aplicável.

PARÁGRAFO 3º - Em qualquer hipótese, as Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do edital de convocação. Se não se realizar a Assembleia Geral, em primeira convocação, será publicado novo edital de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 4º - Os documentos pertinentes à(s) matéria(s) a ser(em) deliberada(s) na Assembleia Geral deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a Lei ou a regulamentação vigente exigir sua disponibilização em prazo maior.

PARÁGRAFO 5º - As Assembleias Gerais poderão realizar-se presencialmente, de forma parcialmente ou exclusivamente digital, na forma da legislação em vigor.

PARÁGRAFO 6º - Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável para assembleias parcial ou exclusivamente digitais, a mesa da assembleia poderá considerar válida a assinatura em atas se for: (a) aposta no suporte físico; (b) certificada por entidade credenciada da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil ("ICP-Brasil"), nos termos da legislação em vigor; (c) realizada por meio do e-CPF (certificado digital de pessoa física); e/ou (d) aposta por outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os mecanismos eletrônicos, sem suporte físico e/ou que não utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil.

ARTIGO 8º As Assembleias Gerais somente serão instaladas: (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, salvo quando a Lei das Sociedades por Ações exigir quórum diverso; e, (ii) em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

PARÁGRAFO 1º – A Assembleia Geral será instalada e presidida (i) pelo Presidente do Conselho de Administração, ou (ii) em sua ausência ou seu impedimento, por outro administrador por ele indicado, ou, na falta de indicação, por outro membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos acionistas, ou (iii) na ausência de tal indicação, ou na ausência ou no impedimento do membro do Conselho de Administração indicado, por qualquer dos acionistas indicado pela maioria dos acionistas presentes. Caberá ao presidente da Assembleia Geral, em qualquer caso, escolher o Secretário da Mesa.

PARÁGRAFO 2º – O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

PARÁGRAFO 3º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples, não computados os votos em branco, exceto as matérias sujeitas a quórum diverso por força de lei ou autorregulação.

PARÁGRAFO 4º - As atas das Assembleias poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas observado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 9º A Assembleia Geral terá competência para deliberar sobre as seguintes matérias:

(a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

(b) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, da Companhia;

(c) fixar a remuneração global da administração da Companhia, observado o Artigo 12, abaixo;

(d) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas;

(e) aprovar aumentos do capital social da Companhia e ajustes ao capital autorizado;

(f) aquisição, alienação e/ou oneração de participação em capital social, cujo

valor seja superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), exceto para a constituição de pessoas jurídicas no curso ordinário de seus negócios para a implementação de um ou mais projetos da Companhia;

(g) deliberar sobre questões gerais que lhe forem submetidas pelo Conselho de Administração;

(h) aprovar a dissolução e liquidação da Companhia, bem como eleger o liquidante;

(i) aprovar a cisão, fusão ou incorporação da Companhia;

(j) aprovar a participação da Companhia em negócios que não sejam relacionados ao seu objetivo social;

(k) aprovar a emissão de valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando a**:** ações, bônus de subscrição e opções de compra de ações;

(l) aprovar as demais matérias que lhe sejam atribuídas em lei ou neste Estatuto Social;

(m) aprovar a alteração do estatuto social da Companhia; e

(n) deliberar sobre proposta de saída da Companhia do Novo Mercado, ou ainda, sobre o cancelamento de registro de companhia aberta.

CAPÍTULO V
DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10º A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por

uma Diretoria, de acordo com os poderes conferidos pela legislação e pela autorregulação aplicáveis, pelo presente Estatuto Social e pelos respectivos Regimentos Internos.

ARTIGO 11º A posse dos membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, e da Diretoria, será condicionada à assinatura de Termo de Posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta neste Estatuto Social.

PARÁGRAFO 1º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão aderir à Política de Divulgação de Informação Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários.

PARÁGRAFO 2º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

ARTIGO 12º A Assembleia Geral Ordinária fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

SEÇÃO I
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 13º O Conselho de Administração é composto por no mínimo 05 (cinco) e no máximo 09 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, cujos mandatos serão unificados e terão a duração de 2 (dois) anos, contados da data de eleição, permitida reeleição.

PARÁGRAFO 1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

PARÁGRAFO 2º - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

PARÁGRAFO 3º - Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores.

PARÁGRAFO 4º - Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleito membro do Conselho de Administração, salvo dispensa expressa da Assembleia Geral, aquele que: (i) ocupar cargos em sociedades consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) possuir ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, posteriormente, os fatores de impedimento indicados neste parágrafo.

PARÁGRAFO 5º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou que represente interesse conflitante com os da Companhia.

PARÁGRAFO 6º - A Assembleia Geral que deliberar a eleição dos membros efetivos do Conselho de Administração deliberará qual o número de membros suplentes do Conselho de Administração a serem eleitos, podendo tal número ser alterado a qualquer momento, a critério da Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 7º - No caso da ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá as funções durante a ausência ou impedimento temporário.

ARTIGO 14º O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente e 1 (um) Secretário, que também serão eleitos pela Assembleia Geral. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, assumirá as funções do Presidente o Vice-Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, caberá aos demais membros efetivos escolher, dentre si, aquele que exercerá suas funções interinamente e, em caso de vacância de ambos, uma assembleia deverá ser convocada imediatamente para indicação dos membros que preencherão tais cargos. Sendo assim, os respectivos membros suplentes do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração atuarão como membros do Conselho de Administração, mas não exercerão as funções atribuídas à Presidência e à Vice-Presidência do Conselho de Administração

PARÁGRAFO 1º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

PARÁGRAFO 2º - O disposto no Parágrafo 1º acima não se aplicará na hipótese de vacância, desde que a cumulação de cargos seja devidamente divulgada na forma da regulamentação aplicável e cesse no prazo de até 1 (um) ano.

ARTIGO 15º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por qualquer de seus membros, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, da qual constará a ordem do dia.

PARÁGRAFO 1º - Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

PARÁGRAFO 2º - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

ARTIGO 16º As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número.

PARÁGRAFO 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

PARÁGRAFO 2º - No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, (i) manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado; ou (ii) fazer-se representar por qualquer outro membro, mediante procuração escrita com indicação de sua manifestação de voto sobre cada um dos pontos da ordem do dia, não podendo cada membro representar mais de 2 (dois) outros membros.

PARÁGRAFO 3º - No caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. Para fins deste parágrafo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

PARÁGRAFO 4º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes, ou que tenham manifestado seu voto na forma do parágrafo 2º acima. Na

hipótese de empate nas deliberações, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade ou, conforme o caso, ao membro do Conselho de Administração que o estiver substituindo.

ARTIGO 17º Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.

ARTIGO 18º As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida sua gravação e degravação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

PARÁGRAFO 1º - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado, observado o disposto neste Estatuto Social, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

PARÁGRAFO 2º - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração

da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

PARÁGRAFO 3º - O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

ARTIGO 19º O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia das sociedades sob seu controle, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente, deliberar sobre as seguintes matérias:

(a) aprovação de e/ou qualquer alteração no Plano de Negócios da Companhia;

(b) aprovação dos orçamentos anuais operacionais e de investimentos e verificação do cumprimento dos mesmos, inclusive dos orçamentos da área de auditoria interna da Companhia e/ou de eventuais outros comitês de assessoramento que sejam constituídos pela Companhia, estatutários ou não;

(c) nomeação e destituição dos membros da Diretoria e determinação de seus poderes, funções e remuneração;

(d) controle da gestão dos diretores, verificação, a qualquer tempo, dos livros e documentos da Companhia, solicitação de informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros assuntos relacionados à gestão dos diretores;

(e) autorização prévia para que a Diretoria pratique quaisquer atos que ultrapassem seus poderes de gestão fixados no Estatuto Social;

(f) convocação da Assembleia Geral quando julgar conveniente;

(g) manifestação sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria e submissão das demonstrações financeiras da Companhia para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas;

(h) avaliação e aprovação de transações realizadas direta ou indiretamente com partes relacionadas, cujo valor exceda R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), exceto aqueles com controladas, cujo capital seja direta ou indiretamente detido de forma integral pela Companhia, que não dependem de deliberação do Conselho de Administração;

(i) aquisição, alienação e/ou oneração de participação em capital social, cujo valor seja de até R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), exceto para a constituição de pessoas jurídicas no curso ordinário de seus negócios para a implementação de um ou mais projetos da Companhia;

(j) alienação ou oneração, de qualquer forma, de bens imóveis da Companhia, cujo valor exceda R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

(k) alienação ou oneração, de qualquer forma, de outros ativos da Companhia, que não sejam imóveis e recebíveis, cujo valor exceda,

em uma ou mais operações de mesma espécie, no período de 12 (doze) meses, a quantia de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

(l) concessão e obtenção de empréstimos, financiamentos e/ou descontos de duplicatas ou securitização de recebíveis cujo valor exceda a quantia de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

(m) nomeação e destituição dos auditores independentes, que deverão, necessariamente, ser registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e realizar auditoria anual com revisão trimestral da Companhia;

(n) nomeação e destituição dos membros de seus comitês de assessoramento;

(o) deliberação sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

(p) deliberação sobre a emissão de títulos de dívida no mercado internacional para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

(q) deliberação sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) para distribuição pública no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

(r) proposição à Assembleia Geral da declaração de dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis;

(s) aprovar a concessão, pela Companhia, de avais, fianças, endossos e outras garantias em favor de quaisquer terceiros fora do seu grupo econômico, cujo valor exceda R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

(t) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, sua remuneração, condições de pagamento dos juros, participação nos lucros e prêmio de reembolso das debêntures, se houver, bem como o prazo e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures;

(u) manifestação, favorável ou contrária, a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da OPA sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considere pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

(v) aprovar eventuais políticas que orientarão as relações com acionistas.

ARTIGO 20º Compete ao Presidente e ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, em conjunto, representar o Conselho de Administração nas Assembleias Gerais.

ARTIGO 21º O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comitês de assessoramento, bem como outros comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições.

PARÁGRAFO 1º - Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês de assessoramento, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

PARÁGRAFO 2º - Sem prejuízo de outros comitês que o Conselho de Administração venha a criar, a Companhia terá, obrigatoriamente, Comitê de Auditoria vinculado ao Conselho de Administração, de funcionamento permanente.

PARÁGRAFO 3º - Serão aplicáveis aos membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês que venham a ser criados nos termos deste Estatuto Social as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

SEÇÃO II
DA DIRETORIA

ARTIGO 22º A Diretoria será composta por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente e 1 (um) Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores, eleitos pela Assembleia Geral, para mandatos de até 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores serão empossados na data de assinatura do respectivo Termo de Posse.

PARÁGRAFO 1º – A remuneração global dos membros da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre a forma de sua distribuição.

ARTIGO 23º Na hipótese de ocorrer renúncia, impedimento ou incapacidade permanente, ausência, falecimento ou qualquer outro evento que resulte na vacância permanente de qualquer dos Diretores da Companhia, o Conselho de Administração indicará um substituto para desempenhar as funções do referido Diretor, observado o disposto em Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia.

ARTIGO 24º Compete aos Diretores (i) representar a Companhia, ativa e passivamente, em suas relações com terceiros, em Juízo ou fora dele; (ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (iii) supervisionar os negócios sociais, tomando as deliberações que se fizerem necessárias; (iv) coordenar as atividades em conjunto com os demais diretores; e (v) exercer outros poderes e atribuições conferidos pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 1º - Compete ao Diretor Presidente:

(a) Exercer as funções corporativas a ele atribuídas pela Assembleia Geral de acionistas e/ou pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto;

(b) Coordenar os membros da Diretoria, atribuir-lhe funções específicas e fixar metas para seu desempenho, bem como resolver questões de conflito de competências entre membros da Diretoria;

(c) Representar a Diretoria perante o Conselho de Administração e a Assembleia Geral, ou designar outro membro da Diretoria para fazê-lo;

(d) Liderar os comitês de gestão que forem instalados para tratar de determinadas atividades da Companhia e/ou de suas controladas;

(e) Dirigir e coordenar os assuntos relacionados ao planejamento e desempenho empresarial da Companhia;

(f) Indicar ao Conselho de Administração nomes para composição da Diretoria e recomendar ao Conselho de Administração a destituição de qualquer membro da Diretoria; e

(g) Exercer outras funções determinadas pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 2º - Compete ao Diretor Vice Presidente:

(a) Substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências;

(b) Responder pela direção e coordenação-geral das atividades que não sejam de responsabilidade específica do Diretor Presidente, assegurando que sejam conduzidas de acordo com as políticas e objetivos da Companhia;

(c) Coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, no interesse da Companhia;

(d) Elaborar proposta de destinação do lucro do exercício a ser apresentada ao Conselho de Administração;

(e) Avaliar e acompanhar políticas, estratégias e dirigir as atividades nas áreas definidas pelo Diretor Presidente e/ou pelo Conselho de Administração;

(f) Guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos seus assentamentos;

(g) Avaliar e acompanhar políticas, estratégias e dirigir as atividades nas áreas definidas pelo Diretor Presidente e/ou pelo Conselho de Administração; e

(h) Exercer outras funções determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Presidente.

PARÁGRAFO 3º - Compete ao Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores:

(a) Coordenar a elaboração e revisar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia;

(b) Gerir as finanças consolidadas e o risco financeiro da Companhia;

(c) Planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;

(d) Garantir a aplicação das políticas corporativas e dos princípios de desenvolvimento sustentável em todas as atividades sob sua responsabilidade;

(e) Representar a Companhia perante acionistas, investidores, mercados regulamentados de valores mobiliários, Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais;

(f) Planejar, coordenar e orientar o relacionamento e comunicação entre a Companhia e seus investidores, a CVM e demais órgãos nos quais os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação;

(g) Observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios;

(h) Tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM, mercados regulamentados de valores mobiliários e demais órgãos de controle que atuem nos

mercados de valores mobiliários nos quais os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação, conforme regulação aplicável;

(i) Supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações;

(j) Zelar pelo cumprimento e execução das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários;

ARTIGO 25º A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto Social e em Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia, validamente obrigar a Companhia, praticando todos os atos e operações necessários à consecução dos objetivos sociais.

ARTIGO 26º A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria simples.

PARÁGRAFO 1º - As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer de seus Diretores, através de carta registrada, fax, e-mail ou aviso entregue pessoalmente, contra recibo, a todos os diretores. Considerar-se-á dispensada a convocação a uma reunião a que comparecer a totalidade dos diretores.

PARÁGRAFO 2º As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença de, no mínimo, 2 (dois) diretores.

PARÁGRAFO 3º Um diretor poderá fazer-se representar nas reuniões, podendo votar por carta, e-mail, fax ou procuração. O diretor que enviar seu voto ou se fizer representar, na forma supra, será considerado presente à reunião.

PARÁGRAFO 4º Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos diretores presentes.

ARTIGO 27º Observado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia será representada e obrigar-se-á:

(i) pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores;

(ii) pela assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador devidamente constituído na forma prevista neste Estatuto Social;

(iii) pela assinatura de 2 (dois) procuradores, agindo em conjunto, desde que expressamente autorizado no respectivo instrumento de mandato;

(iv) pela assinatura de 1 (um) procurador com poderes especiais, agindo isoladamente, exclusivamente para fins ad judicia ou representação da Companhia em licitações, desde que expressamente autorizado no respectivo instrumento de mandato;

PARÁGRAFO ÚNICO – As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas pelos 2 (dois) Diretores em conjunto, e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação em processos judiciais e/ou

administrativos, que terão prazo de validade determinado e vedarão o substabelecimento.

ARTIGO 28º São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por Diretores, procuradores ou por empregados da Companhia que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da Companhia, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias de favor, a menos que tais atos tenham sido previamente aprovados pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI
DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 29º A Companhia terá um Conselho Fiscal que só funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas, na forma da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO – As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos.

ARTIGO 30º O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, com igual número de suplentes, que tomarão posse com a assinatura dos Termos de Posse, que contemplará a sujeição à cláusula compromissória, observado o disposto neste Estatuto Social. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral, que fixará a remuneração, obedecido o mínimo legal.

ARTIGO 31º Os membros do Conselho Fiscal, residentes no País, que atendam aos requisitos e impedimentos previstos na lei, terão a competência nela disciplinada.

CAPÍTULO VII
DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO

ARTIGO 32º O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia obriga-se a realizar a auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

ARTIGO 33º Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos termos do artigo 190 da Lei de Sociedade por Ações, as participações estatutárias de empregados e administradores serão determinadas, sucessivamente e nessa ordem, com base nos lucros que remanescerem depois de deduzidos os montantes indicados no caput.

ARTIGO 34º Do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas no artigo anterior, destinar-se-á:

(a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado ou o limite previsto no artigo 193, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações;

(b) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório a todos os seus acionistas, incidente sobre o saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata a letra “a” deste artigo e ajustado na forma do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações;

(a) Eventual saldo, após as distribuições anteriores, em percentual a ser proposto pela administração e fixado pela Assembleia Geral, a seu critério, observado o disposto em lei, para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de controladas, inclusive por subscrição de aumentos de capital, criação de novos empreendimentos e/ou outros instrumentos de capitalização.

PARÁGRAFO 1º - É permitida a destinação do lucro para reserva de contingências, reserva de incentivos fiscais e outras retenções permitidas na Lei das Sociedades por Ações, inclusive para fazer frente a orçamento de capital aprovado na forma de seu artigo 196.

PARÁGRAFO 2º- O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 35º Por proposta da Diretoria, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto.

ARTIGO 36º Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e sua atribuição ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o crédito no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação da Assembleia Geral, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

ARTIGO 37º Por deliberação da Assembleia Geral e observado o disposto no artigo 204, da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá elaborar balanços de períodos inferiores ao anual, inclusive semestrais, e declarar o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, com base nos lucros acumulados ou em lucros apurados nestes balanços, imputados ao valor do dividendo obrigatório.

ARTIGO 38º A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VIII
DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

ARTIGO 39º A alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do Controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações ("OPA") tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

PARÁGRAFO 1º - Em caso de alienação indireta de Controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

PARÁGRAFO 2º - Para os fins deste artigo, entende-se por "Controle" e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida, conforme o que dispõe o artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO IX
DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 40º A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer, nos termos das Seções II e III abaixo, em decorrência:

(a) da decisão do acionista controlador ou da Companhia;

(b) do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e

(c) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

SEÇÃO II
SAÍDA VOLUNTÁRIA

ARTIGO 41º A saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3, caso seja precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 361, de 05 de março de 2002, conforme alterada, para cancelamento de registro de companhia aberta e no Regulamento do Novo Mercado.

PARÁGRAFO 1º - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente de OPA mencionada neste artigo na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 2º - A Assembleia Geral referida no parágrafo primeiro acima deverá ser instalada (i) em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação; e, caso referido quórum não seja atingido, (ii) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação.

PARÁGRAFO 3º - A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

PARÁGRAFO 4º - Para fins do disposto neste artigo, "Ações em Circulação" significam todas as ações de emissão da Companhia, com exceção (i) daquelas de titularidade do(s) acionista(s) controlador(es), das pessoas vinculadas a ele(s) e dos administradores da Companhia; e (ii) daquelas mantidas em tesouraria.

SEÇÃO III
SAÍDA COMPULSÓRIA

ARTIGO 42º A aplicação de sanção de saída compulsória do Novo Mercado depende da realização de OPA com as mesmas características da OPA em decorrência de saída voluntária do Novo Mercado, conforme disposto no artigo 41 acima.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese de não atingimento do percentual de aprovação da OPA equivalente a 1/3 (um terço) das ações em circulação, após a realização da OPA, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no referido segmento, contados da realização do leilão da OPA, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária.

CAPÍTULO X
REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

ARTIGO 43º Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral deverão dar anuência a essa estrutura.

CAPÍTULO XI
DA LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 44º A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos

em lei e a Assembleia Geral fixará a forma de liquidação e nomeará o liquidante e o Conselho Fiscal que conduzirão a Companhia durante o período de liquidação.

CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 45º A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede e que estejam em vigor na data da deliberação aplicável, pelo que fica vedado, (i) aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou da administração, acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo; e, (ii) à Companhia, aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

ARTIGO 46º Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceituam a Lei das Sociedades por Ações e a CVM.

ARTIGO 47º Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO XIII
DO JUÍZO ARBITRAL

ARTIGO 48º A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu

regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforma alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado e dos demais regulamentos da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão que forem aplicáveis.

Anexo B – Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, Realizada em 28 de Julho de 2021, que Aprovou a Realização da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ISH TECH S.A.
CNPJ/ME nº 42.496.531/0001-67
NIRE 32300042775

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2021

A Assembleia Geral Extraordinária da **ISH TECH S.A.** ("Companhia"), instalada com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. Rodrigo Volk Etienne Dessaune e secretariada pelo Sr. João Paulo Barros da Silva Pinto, realizou-se às 10:00 horas do dia 28 de julho de 2021, na sede social da Companhia, na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: **(a) criar** o Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração"), composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição; **(b) eleger** para o Conselho de Administração da Companhia, para mandato de 2 (dois) anos a encerrar-se na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2023, ou em momento posterior definido pela Assembleia Geral, os Srs **(b.1) Armsthon Hamer dos Reis Zanelato**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade RG nº 837.438 SSP/ES e inscrito no CPF/ME sob o nº 002.931.257-40, residente e domiciliado na cidade de Vila Velha, estado do Espírito Santo, com endereço comercial na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355/Sala 101, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-360, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; **(b.2) Rodrigo Volk Etienne Dessaune**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 589.040 SSP/ES e inscrito no CPF/ME sob o nº 873.660.457-72, residente e domiciliado na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo, com endereço comercial na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355/Sala 101, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-360, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; **(b.3) José Fernando Etienne Dessaune**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 83.535-SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 086.211.287-72, residente

e domiciliado na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo, com endereço comercial na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355/Sala 101, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-360, para o cargo de Secretário do Conselho de Administração; **(c) consignar** que os membros independentes do Conselho de Administração serão eleitos em Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para este fim, observado o enquadramento aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3; **(d) fixar** a remuneração global da administração da Companhia em R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sujeito a ajustes por meio de deliberação dos acionistas em Assembleias Gerais posteriores; **(e) aprovar** o registro da Companhia como companhia aberta na categoria "A", emissora de valores mobiliários, perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (respectivamente, "Instrução CVM 480" e "Registro Categoria A"); **(f) aprovar** a adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") designado como "Novo Mercado" ("Adesão ao Novo Mercado" e, em conjunto com o Registro Categoria A, a "Listagem"); **(g) aprovar** a submissão **(g.i)** do pedido de registro de companhia aberta, categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480, **(g.ii)** do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado, bem como a celebração, com a B3, do "*Contrato de Participação no Novo Mercado*", e **(g.iii)** do pedido de listagem da Companhia na B3, ficando o Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, conforme aplicável, autorizados a tomar todas as medidas necessárias junto à CVM e/ou à B3 para fins da formalização da Listagem; **(h) aprovar** a reforma e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma constante do **DOCUMENTO I** que integra a presente Ata, de modo a adaptá-lo às exigências legais aplicáveis às companhias abertas e às exigências do Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado"), o qual somente vigorará a partir da data em que a Listagem for concluída, permanecendo em vigor as disposições estatutárias correspondentes do Estatuto Social atual até que tal condição suspensiva seja verificada. Os acionistas presentes fazem constar expressamente da presente Ata que, no caso de não realização da Listagem e seja por qual razão for, a deliberação da presente Ata, no tocante à reformulação e à consolidação do Estatuto Social da Companhia, perderá a eficácia; **(i) aprovar** a realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da

Companhia e de titularidade de determinados acionistas vendedores (respectivamente, "Ações", "Oferta" e "Acionistas Vendedores") no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e atualmente em vigor, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos investidores não institucionais. Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior: **(i.i)** nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários; e **(i.ii)** nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A.*", a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais"). Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a

quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais), poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao agente estabilizador a ser contratado no âmbito da Oferta, em conexão com a prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. Por fim, nos termos do artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta; **(j) autorizar** o Conselho de Administração da Companhia a aprovar todos os termos e condições da Oferta, desde que observadas as diretrizes da deliberação "e", incluindo, mas não se limitando a, poderes para: **(j.i)** deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; **(j.ii)** fixar o preço de emissão das Ações; **(j.iii)** aprovar o Prospecto e, para os esforços de colocação no exterior, o *Offering Memorandum*; **(j.iv)** autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos e quaisquer contratos, bem como realizar todos e quaisquer atos relacionados à Oferta; **(j.v) definir** a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Oferta; e **(j.vi) autorizar**, desde que observadas as diretrizes dos itens desta ata de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, conforme o caso, a praticar todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta Ata. Nada mais havendo a tratar, foi a presente Ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 28 de julho de 2021. Rodrigo Volk Etienne Dessaune – Presidente da Mesa. João Paulo Barros da Silva Pinto – Secretário da Mesa. Acionistas: Rodrigo Volk Etienne Dessaune, Armsthon Hamer dos Reis Zanelato, João Paulo Barros da Silva Pinto e Allan Marcelo de Campos Costa.

Confere com o original:

Rodrigo Volk Etienne Dessaune	João Paulo Barros da Silva Pinto
Presidente da Mesa	Secretário da Mesa

DOCUMENTO I – Autenticação da Mesa da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2021.

_____	_____
Rodrigo Volk Etienne Dessaune	João Paulo Barros da Silva Pinto
Presidente da Mesa	Secretário da Mesa

Estatuto Social

* * *

ISH TECH S.A.

CNPJ/ME 42.496.531/0001-67
NIRE 32300042775
Companhia Aberta

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO

ARTIGO 1º A **ISH TECH S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, em vigor a partir de 2 de janeiro de 2018 ("Novo Mercado", "Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente), e pelas demais normas e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem do Novo mercado, a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, quando aplicável, administradores e membros de comitês de assessoramento e do conselho fiscal, quando instalado, sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A Companhia seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, deverão observar os

prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.

ARTIGO 2º A Companhia tem sede e foro na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na Rua Judith Maria Tovar Varejão, nº 355/Sala 101, Bairro Enseada do Suá, CEP 29050-360.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir, e/ou encerrar filiais, agências, escritórios e representações, no Brasil ou no exterior.

ARTIGO 3º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO OBJETO SOCIAL

ARTIGO 4º A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

CAPÍTULO III
DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

PARÁGRAFO 1º - O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias.

PARÁGRAFO 2º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

PARÁGRAFO 3º - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

PARÁGRAFO 4º - Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, que pode ser exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias, observado o previsto no artigo 3º, parágrafo 6º, abaixo.

PARÁGRAFO 5º - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

PARÁGRAFO 6º - As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

PARÁGRAFO 7º - A Companhia poderá aumentar o seu capital social em até 2.000.000 (dois milhões) de reais, independentemente de reforma deste Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração, hipótese em que lhe competirá a fixação do preço de

emissão e número de ações a ser emitido, bem como as demais condições da respectiva subscrição e integralização, inclusive a eventual destinação de parte do preço de emissão à conta de reserva de capital. O limite do capital autorizado da Companhia somente poderá ser modificado por deliberação da Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 8º - As emissões de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, bem como a outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou sociedade sob seu controle ou a aprovação de aumento do capital social mediante capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações, poderão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, nos limites estritos do capital autorizado, com exclusão ou redução do prazo de exercício do direito de preferência, conforme hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 6º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação, ou para cancelamento, até o montante do saldo de recursos disponíveis, conforme definidos e disciplinados por regulamento da CVM.

CAPÍTULO IV
DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º A Assembleia Geral reunir-se-á: (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem.

PARÁGRAFO 1º - As Assembleias Gerais serão convocadas: (i) pelo

Presidente do Conselho de Administração; (ii) na ausência do anterior, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração; (iii) na ausência dos anteriores, por membro do Conselho de Administração que o segundo, a seu critério, vier a designar; (iv) por solicitação de qualquer acionista titular de participação mínima estabelecida na legislação em vigor; ou (v) de outra forma estabelecida na legislação aplicável.

PARÁGRAFO 2º - A não convocação de Assembleia Geral a pedido de qualquer acionista com direito de fazê-lo, em até 8 (oito) dias consecutivos, contados da data de recebimento da solicitação pertinente, permitirá a tal acionista convocá-la, nos termos da legislação aplicável.

PARÁGRAFO 3º - Em qualquer hipótese, as Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do edital de convocação. Se não se realizar a Assembleia Geral, em primeira convocação, será publicado novo edital de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 4º - Os documentos pertinentes à(s) matéria(s) a ser(em) deliberada(s) na Assembleia Geral deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a Lei ou a regulamentação vigente exigir sua disponibilização em prazo maior.

PARÁGRAFO 5º - As Assembleias Gerais poderão realizar-se presencialmente, de forma parcialmente ou exclusivamente digital, na forma da legislação em vigor.

PARÁGRAFO 6º - Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável para assembleias parcial ou exclusivamente digitais, a mesa da assembleia poderá considerar válida a assinatura em atas se for: (a) aposta no suporte físico; (b) certificada por entidade credenciada da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil ("ICP-Brasil"), nos termos da legislação em vigor; (c) realizada por meio do e-CPF (certificado digital de pessoa física); e/ou (d) aposta por outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os mecanismos eletrônicos, sem suporte físico e/ou que não utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil.

ARTIGO 8º As Assembleias Gerais somente serão instaladas: (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, salvo quando a Lei das Sociedades por Ações exigir quórum diverso; e, (ii) em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

PARÁGRAFO 1º – A Assembleia Geral será instalada e presidida (i) pelo Presidente do Conselho de Administração, ou (ii) em sua ausência ou seu impedimento, por outro administrador por ele indicado, ou, na falta de indicação, por outro membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos acionistas, ou (iii) na ausência de tal indicação, ou na ausência ou no impedimento do membro do Conselho de Administração indicado, por qualquer dos acionistas indicado pela maioria dos acionistas presentes. Caberá ao presidente da Assembleia Geral, em qualquer caso, escolher o Secretário da Mesa.

PARÁGRAFO 2º – O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

PARÁGRAFO 3º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples, não computados os votos em branco, exceto as matérias sujeitas a quórum diverso por força de lei ou autorregulação.

PARÁGRAFO 4º - As atas das Assembleias poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas observado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 9º A Assembleia Geral terá competência para deliberar sobre as seguintes matérias:

(a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

(b) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, da Companhia;

(c) fixar a remuneração global da administração da Companhia, observado o Artigo 12, abaixo;

(d) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas;

(e) aprovar aumentos do capital social da Companhia e ajustes ao capital autorizado;

(f) aquisição, alienação e/ou oneração de participação em capital social, cujo

valor seja superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), exceto para a constituição de pessoas jurídicas no curso ordinário de seus negócios para a implementação de um ou mais projetos da Companhia;

(g) deliberar sobre questões gerais que lhe forem submetidas pelo Conselho de Administração;

(h) aprovar a dissolução e liquidação da Companhia, bem como eleger o liquidante;

(i) aprovar a cisão, fusão ou incorporação da Companhia;

(j) aprovar a participação da Companhia em negócios que não sejam relacionados ao seu objetivo social;

(k) aprovar a emissão de valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando a: ações, bônus de subscrição e opções de compra de ações;

(l) aprovar as demais matérias que lhe sejam atribuídas em lei ou neste Estatuto Social;

(m) aprovar a alteração do estatuto social da Companhia; e

(n) deliberar sobre proposta de saída da Companhia do Novo Mercado, ou ainda, sobre o cancelamento de registro de companhia aberta.

CAPÍTULO V
DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10º A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por

uma Diretoria, de acordo com os poderes conferidos pela legislação e pela autorregulação aplicáveis, pelo presente Estatuto Social e pelos respectivos Regimentos Internos.

ARTIGO 11º A posse dos membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, e da Diretoria, será condicionada à assinatura de Termo de Posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta neste Estatuto Social.

PARÁGRAFO 1º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão aderir à Política de Divulgação de Informação Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários.

PARÁGRAFO 2º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

ARTIGO 12º A Assembleia Geral Ordinária fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

SEÇÃO I
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 13º O Conselho de Administração é composto por no mínimo 05 (cinco) e no máximo 09 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, cujos mandatos serão unificados e terão a duração de 2 (dois) anos, contados da data de eleição, permitida reeleição.

PARÁGRAFO 1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

PARÁGRAFO 2º - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

PARÁGRAFO 3º - Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores.

PARÁGRAFO 4º - Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleito membro do Conselho de Administração, salvo dispensa expressa da Assembleia Geral, aquele que: (i) ocupar cargos em sociedades consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) possuir ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, posteriormente, os fatores de impedimento indicados neste parágrafo.

PARÁGRAFO 5º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou que represente interesse conflitante com os da Companhia.

PARÁGRAFO 6º - A Assembleia Geral que deliberar a eleição dos membros efetivos do Conselho de Administração deliberará qual o número de membros suplentes do Conselho de Administração a serem eleitos, podendo tal número ser alterado a qualquer momento, a critério da Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 7º - No caso da ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá as funções durante a ausência ou impedimento temporário.

ARTIGO 14º O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente e 1 (um) Secretário, que também serão eleitos pela Assembleia Geral. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, assumirá as funções do Presidente o Vice-Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, caberá aos demais membros efetivos escolher, dentre si, aquele que exercerá suas funções interinamente e, em caso de vacância de ambos, uma assembleia deverá ser convocada imediatamente para indicação dos membros que preencherão tais cargos. Sendo assim, os respectivos membros suplentes do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração atuarão como membros do Conselho de Administração, mas não exercerão as funções atribuídas à Presidência e à Vice-Presidência do Conselho de Administração

PARÁGRAFO 1º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

PARÁGRAFO 2º - O disposto no Parágrafo 1º acima não se aplicará na hipótese de vacância, desde que a cumulação de cargos seja devidamente divulgada na forma da regulamentação aplicável e cesse no prazo de até 1 (um) ano.

ARTIGO 15º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por qualquer de seus membros, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, da qual constará a ordem do dia.

PARÁGRAFO 1º - Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

PARÁGRAFO 2º - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

ARTIGO 16º As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número.

PARÁGRAFO 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

PARÁGRAFO 2º - No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, (i) manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado; ou (ii) fazer-se representar por qualquer outro membro, mediante procuração escrita com indicação de sua manifestação de voto sobre cada um dos pontos da ordem do dia, não podendo cada membro representar mais de 2 (dois) outros membros.

PARÁGRAFO 3º - No caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. Para fins deste parágrafo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

PARÁGRAFO 4º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes, ou que tenham manifestado seu voto na forma do parágrafo 2º acima. Na

hipótese de empate nas deliberações, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade ou, conforme o caso, ao membro do Conselho de Administração que o estiver substituindo.

ARTIGO 17º Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.

ARTIGO 18º As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida sua gravação e degravação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

PARÁGRAFO 1º - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado, observado o disposto neste Estatuto Social, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

PARÁGRAFO 2º - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração

da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

PARÁGRAFO 3º - O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

ARTIGO 19º O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia das sociedades sob seu controle, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente, deliberar sobre as seguintes matérias:

(a) aprovação de e/ou qualquer alteração no Plano de Negócios da Companhia;

(b) aprovação dos orçamentos anuais operacionais e de investimentos e verificação do cumprimento dos mesmos, inclusive dos orçamentos da área de auditoria interna da Companhia e/ou de eventuais outros comitês de assessoramento que sejam constituídos pela Companhia, estatutários ou não;

(c) nomeação e destituição dos membros da Diretoria e determinação de seus poderes, funções e remuneração;

(d) controle da gestão dos diretores, verificação, a qualquer tempo, dos livros e documentos da Companhia, solicitação de informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros assuntos relacionados à gestão dos diretores;

(e) autorização prévia para que a Diretoria pratique quaisquer atos que ultrapassem seus poderes de gestão fixados no Estatuto Social;

(f) convocação da Assembleia Geral quando julgar conveniente;

(g) manifestação sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria e submissão das demonstrações financeiras da Companhia para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas;

(h) avaliação e aprovação de transações realizadas direta ou indiretamente com partes relacionadas, cujo valor exceda R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), exceto aqueles com controladas, cujo capital seja direta ou indiretamente detido de forma integral pela Companhia, que não dependem de deliberação do Conselho de Administração;

(i) aquisição, alienação e/ou oneração de participação em capital social, cujo valor seja de até R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), exceto para a constituição de pessoas jurídicas no curso ordinário de seus negócios para a implementação de um ou mais projetos da Companhia;

(j) alienação ou oneração, de qualquer forma, de bens imóveis da Companhia, cujo valor exceda R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

(k) alienação ou oneração, de qualquer forma, de outros ativos da Companhia, que não sejam imóveis e recebíveis, cujo valor exceda,

em uma ou mais operações de mesma espécie, no período de 12 (doze) meses, a quantia de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

(l) concessão e obtenção de empréstimos, financiamentos e/ou descontos de duplicatas ou securitização de recebíveis cujo valor exceda a quantia de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

(m) nomeação e destituição dos auditores independentes, que deverão, necessariamente, ser registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e realizar auditoria anual com revisão trimestral da Companhia;

(n) nomeação e destituição dos membros de seus comitês de assessoramento;

(o) deliberação sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

(p) deliberação sobre a emissão de títulos de dívida no mercado internacional para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

(q) deliberação sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) para distribuição pública no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

(r) proposição à Assembleia Geral da declaração de dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis;

(s) aprovar a concessão, pela Companhia, de avais, fianças, endossos e outras garantias em favor de quaisquer terceiros fora do seu grupo econômico, cujo valor exceda R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

(t) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, sua remuneração, condições de pagamento dos juros, participação nos lucros e prêmio de reembolso das debêntures, se houver, bem como o prazo e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures;

(u) manifestação, favorável ou contrária, a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da OPA sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considere pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

(v) aprovar eventuais políticas que orientarão as relações com acionistas.

ARTIGO 20º Compete ao Presidente e ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, em conjunto, representar o Conselho de Administração nas Assembleias Gerais.

ARTIGO 21º O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comitês de assessoramento, bem como outros comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições.

PARÁGRAFO 1º - Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês de assessoramento, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

PARÁGRAFO 2º - Sem prejuízo de outros comitês que o Conselho de Administração venha a criar, a Companhia terá, obrigatoriamente, Comitê de Auditoria vinculado ao Conselho de Administração, de funcionamento permanente.

PARÁGRAFO 3º - Serão aplicáveis aos membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês que venham a ser criados nos termos deste Estatuto Social as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

SEÇÃO II
DA DIRETORIA

ARTIGO 22º A Diretoria será composta por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente e 1 (um) Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores, eleitos pela Assembleia Geral, para mandatos de até 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores serão empossados na data de assinatura do respectivo Termo de Posse.

PARÁGRAFO 1º – A remuneração global dos membros da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre a forma de sua distribuição.

ARTIGO 23º Na hipótese de ocorrer renúncia, impedimento ou incapacidade permanente, ausência, falecimento ou qualquer outro evento que resulte na vacância permanente de qualquer dos Diretores da Companhia, o Conselho de Administração indicará um substituto para desempenhar as funções do referido Diretor, observado o disposto em Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia.

ARTIGO 24º Compete aos Diretores (i) representar a Companhia, ativa e passivamente, em suas relações com terceiros, em Juízo ou fora dele; (ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (iii) supervisionar os negócios sociais, tomando as deliberações que se fizerem necessárias; (iv) coordenar as atividades em conjunto com os demais diretores; e (v) exercer outros poderes e atribuições conferidos pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 1º - Compete ao Diretor Presidente:

(a) Exercer as funções corporativas a ele atribuídas pela Assembleia Geral de acionistas e/ou pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto;

(b) Coordenar os membros da Diretoria, atribuir-lhe funções específicas e fixar metas para seu desempenho, bem como resolver questões de conflito de competências entre membros da Diretoria;

(c) Representar a Diretoria perante o Conselho de Administração e a Assembleia Geral, ou designar outro membro da Diretoria para fazê-lo;

(d) Liderar os comitês de gestão que forem instalados para tratar de determinadas atividades da Companhia e/ou de suas controladas;

(e) Dirigir e coordenar os assuntos relacionados ao planejamento e desempenho empresarial da Companhia;

(f) Indicar ao Conselho de Administração nomes para composição da Diretoria e recomendar ao Conselho de Administração a destituição de qualquer membro da Diretoria; e

(g) Exercer outras funções determinadas pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 2º - Compete ao Diretor Vice Presidente:

(a) Substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências;

(b) Responder pela direção e coordenação-geral das atividades que não sejam de responsabilidade específica do Diretor Presidente, assegurando que sejam conduzidas de acordo com as políticas e objetivos da Companhia;

(c) Coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, no interesse da Companhia;

(d) Elaborar proposta de destinação do lucro do exercício a ser apresentada ao Conselho de Administração;

(e) Avaliar e acompanhar políticas, estratégias e dirigir as atividades nas áreas definidas pelo Diretor Presidente e/ou pelo Conselho de Administração;

(f) Guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos seus assentamentos;

(g) Avaliar e acompanhar políticas, estratégias e dirigir as atividades nas áreas definidas pelo Diretor Presidente e/ou pelo Conselho de Administração; e

(h) Exercer outras funções determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Presidente.

PARÁGRAFO 3º - Compete ao Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores:

(a) Coordenar a elaboração e revisar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia;

(b) Gerir as finanças consolidadas e o risco financeiro da Companhia;

(c) Planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;

(d) Garantir a aplicação das políticas corporativas e dos princípios de desenvolvimento sustentável em todas as atividades sob sua responsabilidade;

(e) Representar a Companhia perante acionistas, investidores, mercados regulamentados de valores mobiliários, Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais;

(f) Planejar, coordenar e orientar o relacionamento e comunicação entre a Companhia e seus investidores, a CVM e demais órgãos nos quais os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação;

(g) Observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios;

(h) Tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM, mercados regulamentados de valores mobiliários e demais órgãos de controle que atuem nos

mercados de valores mobiliários nos quais os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação, conforme regulação aplicável;

(i) Supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações;

(j) Zelar pelo cumprimento e execução das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários;

ARTIGO 25º A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto Social e em Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia, validamente obrigar a Companhia, praticando todos os atos e operações necessários à consecução dos objetivos sociais.

ARTIGO 26º A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria simples.

PARÁGRAFO 1º - As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer de seus Diretores, através de carta registrada, fax, e-mail ou aviso entregue pessoalmente, contra recibo, a todos os diretores. Considerar-se-á dispensada a convocação a uma reunião a que comparecer a totalidade dos diretores.

PARÁGRAFO 2º As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença de, no mínimo, 2 (dois) diretores.

PARÁGRAFO 3º Um diretor poderá fazer-se representar nas reuniões, podendo votar por carta, e-mail, fax ou procuração. O diretor que enviar seu voto ou se fizer representar, na forma supra, será considerado presente à reunião.

PARÁGRAFO 4º Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos diretores presentes.

ARTIGO 27º Observado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia será representada e obrigar-se-á:

(i) pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores;

(ii) pela assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador devidamente constituído na forma prevista neste Estatuto Social;

(iii) pela assinatura de 2 (dois) procuradores, agindo em conjunto, desde que expressamente autorizado no respectivo instrumento de mandato;

(iv) pela assinatura de 1 (um) procurador com poderes especiais, agindo isoladamente, exclusivamente para fins ad judicia ou representação da Companhia em licitações, desde que expressamente autorizado no respectivo instrumento de mandato;

PARÁGRAFO ÚNICO – As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas pelos 2 (dois) Diretores em conjunto, e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação em processos judiciais e/ou

administrativos, que terão prazo de validade determinado e vedarão o substabelecimento.

ARTIGO 28º São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por Diretores, procuradores ou por empregados da Companhia que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da Companhia, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias de favor, a menos que tais atos tenham sido previamente aprovados pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI
DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 29º A Companhia terá um Conselho Fiscal que só funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas, na forma da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO – As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos.

ARTIGO 30º O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, com igual número de suplentes, que tomarão posse com a assinatura dos Termos de Posse, que contemplará a sujeição à cláusula compromissória, observado o disposto neste Estatuto Social. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral, que fixará a remuneração, obedecido o mínimo legal.

ARTIGO 31º Os membros do Conselho Fiscal, residentes no País, que atendam aos requisitos e impedimentos previstos na lei, terão a competência nela disciplinada.

CAPÍTULO VII
DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO

ARTIGO 32º O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia obriga-se a realizar a auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

ARTIGO 33º Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos termos do artigo 190 da Lei de Sociedade por Ações, as participações estatutárias de empregados e administradores serão determinadas, sucessivamente e nessa ordem, com base nos lucros que remanescerem depois de deduzidos os montantes indicados no caput.

ARTIGO 34º Do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas no artigo anterior, destinar-se-á:

(a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado ou o limite previsto no artigo 193, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações;

(b) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório a todos os seus acionistas, incidente sobre o saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata a letra “a” deste artigo e ajustado na forma do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações;

(a) Eventual saldo, após as distribuições anteriores, em percentual a ser proposto pela administração e fixado pela Assembleia Geral, a seu critério, observado o disposto em lei, para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de controladas, inclusive por subscrição de aumentos de capital, criação de novos empreendimentos e/ou outros instrumentos de capitalização.

PARÁGRAFO 1º - É permitida a destinação do lucro para reserva de contingências, reserva de incentivos fiscais e outras retenções permitidas na Lei das Sociedades por Ações, inclusive para fazer frente a orçamento de capital aprovado na forma de seu artigo 196.

PARÁGRAFO 2º- O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 35º Por proposta da Diretoria, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto.

ARTIGO 36º Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e sua atribuição ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o crédito no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação da Assembleia Geral, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

ARTIGO 37º Por deliberação da Assembleia Geral e observado o disposto no artigo 204, da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá elaborar balanços de períodos inferiores ao anual, inclusive semestrais, e declarar o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, com base nos lucros acumulados ou em lucros apurados nestes balanços, imputados ao valor do dividendo obrigatório.

ARTIGO 38º A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VIII
DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

ARTIGO 39º A alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do Controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações ("OPA") tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

PARÁGRAFO 1º - Em caso de alienação indireta de Controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

PARÁGRAFO 2º - Para os fins deste artigo, entende-se por "Controle" e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida, conforme o que dispõe o artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO IX
DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 40º A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer, nos termos das Seções II e III abaixo, em decorrência:

(a) da decisão do acionista controlador ou da Companhia;

(b) do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e

(c) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

SEÇÃO II
SAÍDA VOLUNTÁRIA

ARTIGO 41º A saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3, caso seja precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 361, de 05 de março de 2002, conforme alterada, para cancelamento de registro de companhia aberta e no Regulamento do Novo Mercado.

PARÁGRAFO 1º - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente de OPA mencionada neste artigo na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 2º - A Assembleia Geral referida no parágrafo primeiro acima deverá ser instalada (i) em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação; e, caso referido quórum não seja atingido, (ii) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação.

PARÁGRAFO 3º - A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

PARÁGRAFO 4º - Para fins do disposto neste artigo, "Ações em Circulação" significam todas as ações de emissão da Companhia, com exceção (i) daquelas de titularidade do(s) acionista(s) controlador(es), das pessoas vinculadas a ele(s) e dos administradores da Companhia; e (ii) daquelas mantidas em tesouraria.

SEÇÃO III
SAÍDA COMPULSÓRIA

ARTIGO 42º A aplicação de sanção de saída compulsória do Novo Mercado depende da realização de OPA com as mesmas características da OPA em decorrência de saída voluntária do Novo Mercado, conforme disposto no artigo 41 acima.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese de não atingimento do percentual de aprovação da OPA equivalente a 1/3 (um terço) das ações em circulação, após a realização da OPA, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no referido segmento, contados da realização do leilão da OPA, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária.

CAPÍTULO X
REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

ARTIGO 43º Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral deverão dar anuência a essa estrutura.

CAPÍTULO XI
DA LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 44º A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos

em lei e a Assembleia Geral fixará a forma de liquidação e nomeará o liquidante e o Conselho Fiscal que conduzirão a Companhia durante o período de liquidação.

CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 45º A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede e que estejam em vigor na data da deliberação aplicável, pelo que fica vedado, (i) aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou da administração, acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo; e, (ii) à Companhia, aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

ARTIGO 46º Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceituam a Lei das Sociedades por Ações e a CVM.

ARTIGO 47º Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO XIII
DO JUÍZO ARBITRAL

ARTIGO 48º A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu

regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforma alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado e dos demais regulamentos da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão que forem aplicáveis.

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Eu, **Armsthon Hamer dos Reis Zanelato**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade RG nº 837.438 SSP/ES e inscrito no CPF/ME sob o nº 002.931.257-40, residente e domiciliado na cidade de Vila Velha, estado do Espírito Santo, com endereço comercial na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355/Sala 101, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-360, por meio da assinatura do presente Termo, tomo posse do cargo de **Presidente do Conselho de Administração** da **ISH TECH S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo ("Companhia"), para o qual fui eleito em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2021, e declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres e vedações inerentes à minha função, de acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), assim como com o Estatuto Social da Companhia.

Declaro, ainda, neste ato e para todos os fins de direito, sob as penas da lei:

i. não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer o cargo ora convencionado, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

ii. conforme determina o artigo 157 da Lei das Sociedades por Ações, que as informações acerca do número de ações, bônus de subscrição, opções de compra de ações e debêntures conversíveis em ações, de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou do mesmo grupo, de que eventualmente seja titular, constam do formulário individual por mim firmado, conforme preceitua o artigo 11 da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada;

iii. estar sujeito à cláusula compromissória constante do artigo 48 do Estatuto Social da Companhia e que, a partir da data em que a Companhia for registrada como companhia aberta na categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários, e aderida ao segmento especial de listagem "Novo Mercado" da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), estarei sujeito às disposições do Regulamento do Novo

Mercado da B3, que dispõe sobre a submissão de controvérsias ao juízo arbitral; e

iv. para os fins do artigo 149, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Vitória, 28 de julho de 2021.

_____

Armsthon Hamer dos Reis Zanelato

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Eu, **Rodrigo Volk Etienne Dessaune**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 589.040 SSP/ES e inscrito no CPF/ME sob o nº 873.660.457-72, residente e domiciliado na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo, com endereço comercial na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355/Sala 101, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-360, por meio da assinatura do presente Termo, tomo posse do cargo de **Vice-Presidente do Conselho de Administração** da **ISH TECH S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo ("Companhia"), para o qual fui eleito em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2021, e declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres e vedações inerentes à minha função, de acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), assim como com o Estatuto Social da Companhia.

Declaro, ainda, neste ato e para todos os fins de direito, sob as penas da lei:

i. não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer o cargo ora convencionado, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

ii. conforme determina o artigo 157 da Lei das Sociedades por Ações, que as informações acerca do número de ações, bônus de subscrição, opções de compra de ações e debêntures conversíveis em ações, de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou do mesmo grupo, de que eventualmente seja titular, constam do formulário individual por mim firmado, conforme preceitua o artigo 11 da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada;

iii. estar sujeito à cláusula compromissória constante do artigo 48 do Estatuto Social da Companhia e que, a partir da data em que a Companhia for registrada como companhia aberta na categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários, e aderida ao segmento especial de listagem "Novo Mercado" da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), estarei sujeito às disposições do Regulamento do Novo

Mercado da B3, que dispõe sobre a submissão de controvérsias ao juízo arbitral; e

iv. para os fins do artigo 149, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Vitória, 28 de julho de 2021.

_____

Rodrigo Volk Etienne Dessaune

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Eu, **José Fernando Etienne Dessaune**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 83.535-SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 086.211.287-72, residente e domiciliado na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo, com endereço comercial na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355/Sala 101, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-360, por meio da assinatura do presente Termo, tomo posse do cargo de **Secretário do Conselho de Administração** da **ISH TECH S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo ("Companhia"), para o qual fui eleito em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2021, e declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres e vedações inerentes à minha função, de acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), assim como com o Estatuto Social da Companhia.

Declaro, ainda, neste ato e para todos os fins de direito, sob as penas da lei:

i. não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer o cargo ora convencionado, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

ii. conforme determina o artigo 157 da Lei das Sociedades por Ações, que as informações acerca do número de ações, bônus de subscrição, opções de compra de ações e debêntures conversíveis em ações, de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou do mesmo grupo, de que eventualmente seja titular, constam do formulário individual por mim firmado, conforme preceitua o artigo 11 da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada;

iii. estar sujeito à cláusula compromissória constante do artigo 48 do Estatuto Social da Companhia e que, a partir da data em que a Companhia for registrada como companhia aberta na categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários, e aderida ao segmento especial de listagem "Novo Mercado" da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), estarei sujeito às disposições do Regulamento do Novo

Mercado da B3, que dispõe sobre a submissão de controvérsias ao juízo arbitral; e

iv. para os fins do artigo 149, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Vitória, 28 de julho de 2021.

_____

José Fernando Etienne Dessaune

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ISH TECH S.A. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00293125740	ARMSTHON HAMER DOS REIS ZANELATO
05232452703	JOAO PAULO BARROS DA SILVA PINTO
08621128772	JOSE FERNANDO ETIENNE DESSAUNE
87366045772	RODRIGO VOLK ETIENNE DESSAUNE

Anexo C – Minuta da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que Aprovará o Preço por Ação da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ISH TECH S.A.
CNPJ/ME nº 42.496.531/0001-67
NIRE 32300042775

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2021

A A Reunião do Conselho de Administração da **ISH TECH S.A.** ("Companhia"), instalada com a presença dos seus membros abaixo assinados, admitida a participação por conferência telefônica e/ou videoconferência conforme artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. [Armsthon Hamer dos Reis Zanelato] e secretariada pelo Sr. [José Fernando Etienne Dessaune], realizou-se às [•] horas do dia [•] de [•] de 2021, na sede social, na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas e aprovadas, por unanimidade de votos: **(a) aprovar** a fixação do preço de emissão de [•] ([•]) por unidade de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Preço por Ação"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária de Ações de emissão da Companhia e secundária de Ações de emissão da Companhia de titularidade de determinados acionistas vendedores, a ser realizada no Brasil em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), incluindo esforços de colocação no exterior ("Oferta"), conforme regras descritas no prospecto e no *offering memorandum* a serem utilizados no âmbito da Oferta. O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400, conforme alterada, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de Ações no contexto da Oferta; **(b) aprovar**, em decorrência da deliberação tomada no item "a" acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$[•] ([•]), o qual passará de R$[•] ([•]) para R$[•] ([•]), mediante a emissão de [•] ([•]) novas ações ordinárias, cada uma no valor de R$[•] ([•]), que serão objeto da distribuição primária realizada no âmbito da Oferta, passando

o capital social da Companhia de [•] ([•]) ações ordinárias para [•] ([•]) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia; **(c) aprovar** que as novas ações emitidas, nos termos da deliberação tomada no item "b" acima, terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta; **(d) aprovar** o prospecto definitivo e o *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; **(e) homologar**, em razão da deliberação tomada no item "b" acima, o aumento do capital da Companhia no montante de R$[•] ([•]), mediante a emissão de [•] ([•]) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, passando o mesmo a ser de R$[•] ([•]), dividido em [•] ([•]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal; **(f) aprovar**, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, por conta da homologação do aumento de capital objeto da deliberação dos itens "b" e "e" acima, a reforma do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$*[•] *(*[•]*), dividido em* [•] *(*[•]*) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal."*; **(g) autorizar** a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando a: **(i)** o "*Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A.*"; **(ii)** o "*Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A.*"; **(iii)** o "*Placement Facilitation Agreement*"; e **(iv)** o "*Contrato de Prestação de Serviços da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão*", os quais serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos; e **(h) autorizar** a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e à implementação das deliberações aqui tomadas. Nada mais havendo a tratar, foi a presente Ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes, admitida a assinatura em qualquer das formas indicadas no artigo 7, parágrafo sexto do Estatuto Social da Companhia. Vitória, [•] de [•] de 2021. [Armsthon Hamer dos Reis Zanelato] – Presidente da Mesa. [José Fernando Etienne Dessaune] – Secretário da Mesa. [Rodrigo Volk Etienne Dessaune], [Armsthon Hamer dos Reis Zanelato, [José Fernando Etienne Dessaune], [•], [•] – Conselheiros.

Confere com o original:

[Armsthon Hamer dos Reis Zanelato]
Presidente da Mesa

[José Fernando Etienne Dessaune]
Secretário da Mesa

Conselheiros:

_____
[Armsthon Hamer dos Reis Zanelato]

[Rodrigo Volk Etienne Dessaune]	José Fernando Etienne Dessaune
[•]	[•]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo D – Declaração da Companhia nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

ISH Tech S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na R. Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, CEP 29050-360, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67 ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de sua emissão ("Ações"), nos termos do "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A.*" ("Prospecto Preliminar"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade de determinados acionistas da Companhia identificados no Prospecto Preliminar ("Acionistas Vendedores"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob coordenação da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Coordenador Líder" ou "Agente Estabilizador"), o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS BB") e o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o UBS BB, os "Coordenadores da Oferta"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em junho de 2021 e que prosseguirá até a data de divulgação do *"Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A."* ("Prospecto Definitivo");

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos referidos no item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

A Companhia DECLARA, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, por ocasião do registro da Oferta, nas datas de suas respectivas divulgações, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Vitória, [•] de [•] de 2021.

ISH TECH S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

Anexo E – Declaração dos Acionistas Vendedores, nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

[ACIONISTA VENDEDOR], [qualificação e endereço] ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, de emissão da ISH Tech S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na R. Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, CEP 29050-360, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 42.496.531/0001-67 ("Companhia"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Ações" e "Oferta", respectivamente), nos termos do *"Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A."* ("Prospecto Preliminar") sob a coordenação da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Coordenador Líder" ou "Agente Estabilizador"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS BB") e do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o UBS BB, os "Coordenadores da Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A."* ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e, nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para a elaboração do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(E) além dos documentos a que se refere o item "(D)" acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e o Acionista Vendedor;

(F) conforme informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado, para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos, bem como prestaram todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e

por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor DECLARA, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, por ocasião do registro da Oferta, nas datas de suas respectivas divulgações, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) o Prospecto Preliminar da Oferta contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo da Oferta conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades, sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes.

Vitória, [●] de [●] de 2021.

_____

[ACIONISTA VENDEDOR]

Anexo F – Declaração do Coordenador Líder, nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO DA CVM Nº 400/03

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Sul, 30º andar, CEP 04551-065, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.332.886/0011-78 neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Coordenador Líder" ou "Agente Estabilizador"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da ISH Tech S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na R. Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, CEP 29050-360, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67 ("Ações" e "Companhia", respectivamente), nos termos do "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A.*" ("Prospecto Preliminar"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores identificados no Prospecto Preliminar ("Acionistas Vendedores"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em junho de 2021, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da ISH Tech S.A.*" ("Prospecto Definitivo" e, quando em conjunto com o Prospecto Preliminar, "Prospectos");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos, com as demonstrações financeiras combinadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, como o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, DECLARA que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

Anexo G – Informações Contábeis Intermediárias da Companhia em 30 de Junho de 2021 e para o Período de 2 de Junho de 2021 a 30 de Junho de 2021

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Informações Contábeis Intermediárias

ISH Tech S.A.

(Em fase pré-operacional)

30 de junho de 2021
com Relatório do Auditor Independente

ISH Tech S.A.
(Em fase pré-operacional)

Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2021

Índice

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais.....1

Balanço patrimonial 3
Demonstração do resultado 4
Demonstração do resultado abrangente 5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....6
Demonstração do fluxo de caixa 7
Demonstração do valor adicionado combinado 8
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias..... 9

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax:+55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos acionistas da
ISH Tech S.A.
(em fase pré-operacional)
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ISH Tech S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 02 de junho a 30 de junho de 2021, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Ênfase - Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia não teve operações desde a data de sua constituição, 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021 e que a sua restruturação societária está prevista para ocorrer no decorrer de 2021, condicionada à consumação da sua oferta pública inicial de ações. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de 02 de junho a 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Bruno Costa Oliveira
Contador CRC-1BA031359/O-8

ISH Tech S.A.
(Em fase pré-operacional)

Balanço patrimonial
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	30/06/2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	**1**
Total do ativo circulante		**1**
Não circulante		
Total do ativo não circulante		**-**
Total do ativo		**1**
Passivo		
Circulante		
Total do passivo circulante		**-**
Não circulante		
Total do passivo não circulante	-	
Total do passivo e Patrimônio líquido		**1**

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

ISH Tech S.A.
(Em fase pré-operacional)

Demonstração do resultado
Período de 02 de junho a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2021
Receita líquida		-
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados		-
Lucro bruto		-
Despesas administrativas		-
Despesas de vendas		-
Outras receitas (despesas), líquidas		-
		-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		-
Despesas financeiras		-
Receitas financeiras		-
Resultado financeiro, líquido		-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		-
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente		-
Diferido		-
		-
Lucro líquido do período		-
Lucro básico e diluído por ação – em R$		-

Conforme descrito na Nota 1 não houve operações entre a data de constituição da Companhia, 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

ISH Tech S.A.
(Em fase pré-operacional)

Demonstração do resultado abrangente
Período de 02 de junho a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	30/06/2021
Lucro líquido do período	-
Resultado abrangente	-

Conforme descrito na Nota 1 não houve operações entre a data de constituição da Companhia, 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

ISH Tech S.A.
(Em fase pré-operacional)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de 02 de junho a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Total
Saldos em 02 de junho de 2021	-	-
Integralização de capital	1	1
Saldos em 30 de junho de 2021	1	1

Conforme descrito na Nota 1 não houve operações entre a data de constituição da Companhia, 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

ISH Tech S.A.
(Em fase pré-operacional)

Demonstração do fluxo de caixa
Período de 02 de junho a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	30/06/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do período	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-
Fluxo de caixa de atividades de investimento	
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Integralização de capital	1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	1
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1

Conforme descrito na Nota 1 não houve operações entre a data de constituição da Companhia, 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

ISH Tech S.A.
(Em fase pré-operacional)

Demonstração do valor adicionado combinado
Período de 02 junho a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	30/06/2021
Receitas	-
Insumos adquiridos de terceiros	-
Valor adicionado bruto	-
Retenções	-
Valor adicionado líquido	-
Valor adicionado recebido em transferência	-
Valor adicionado total	-
Distribuição do valor adicionado	-
Pessoal e encargos	-
Impostos, taxas e contribuições	-
Remuneração de capitais de terceiros	-
Remuneração de capitais próprios	-
	-

Conforme descrito na Nota 1 não houve operações entre a data de constituição da Companhia, 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

A ISH Tech S.A. ("ISH Tech" ou "Companhia") foi constituída em 02 de junho de 2021, com sede em Vitória-ES, tem como atividade principal a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, e o objetivo de atuar como holding das empresas do Grupo ISH Tecnologia.

O Grupo ISH Tecnologia ("Grupo"), com sede na cidade de Vitória - ES, foi constituído em 23 de fevereiro de 1997 e é formado pelas entidades ISH Tech S.A. ("ISH Tech"), ISH Tecnologia S.A. ("ISH Tecnologia") e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("Integrasys").

O Grupo tem como atividade principal prover soluções para segurança da informação, infraestrutura de Tecnologia da Informação ("TI") e computação em nuvem.

O Grupo atua em todo território nacional, através de suas filiais estabelecidas nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Brasília, além da sua Matriz no Espírito Santo. Com o intuito de ampliar e internacionalizar sua área de atuação, foi constituída no final de 2020, uma subsidiária da ISH Tecnologia nos Estados Unidos, a ISH Cybersecurity Inc., a qual ainda se encontra em fase pré-operacional.

A Companhia não teve operações desde a data de sua constituição, 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021. A restruturação societária da Companhia está prevista para ocorrer no decorrer de 2021, condicionada à consumação da sua oferta pública inicial de ações, nos termos das deliberações descritas na nota 7.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e com o Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - "CPC 21", que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2021.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis intermediárias, aprovadas pela Administração em 19 de agosto de 2021.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação--Continuação

As informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2021 foi aprovada pela Administração da Companhia em 19 de agosto de 2021.

2.2. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional de suas operações.

2.3. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada de transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência.

2.4. Normas emitidas e ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias, estão descritas a seguir.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor que são:

<u>Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante</u>

Em janeiro de 2020, o IASB realizou alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Normas emitidas e ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante--Continuação

As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos existentes à época podem vir a exigir renegociação.

2.5. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, resgatáveis em até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

b) Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado (“DVA”)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade CPC 03 / NBC TG 03 (R3) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com a CPC 09 / NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

2.6. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros.

Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”.

A Companhia não possui passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2021
Bancos	1
	1

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

4. Instrumentos financeiros

A estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros está demonstrada a seguir:

	30/06/2021	
	Valor contábil	**Valor justo**
Ativos financeiros a custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	**1**	**1**
	1	**1**

5. Partes relacionadas

A ISH Tech S.A. passará a ser a companhia holding que deterá o controle da ISH Tecnologia S.A. e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., se e quando da realização da sua oferta pública inicial de ações. A partir da data em que o aumento do capital social da Companhia for efetivado mediante a emissão de novas ações ordinárias subscritas e integralizadas através a conferência da totalidade das ações que seus atuais acionistas detém no capital social da ISH Tecnologia e Integrasys, a Companhia passará a consolidar os resultados da ISH Tecnologia e Integrasys.

Considerando que a constituição da companhia se deu em 2 de junho de 2021, não houve o reconhecimento de qualquer remuneração em 2021 aos membros da diretoria estatutária.

A Companhia encontra-se em fase de constituição e registro perante a CVM e a B3, consequentemente está utilizando a estrutura administrativa da ISH Tecnologia. Não obstante, as despesas a título de taxas de registros e todas as demais despesas gerais e administrativas também serão efetuadas pela ISH Tecnologia até que se encontre plenamente constituída.

6. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 02 de junho de 2021, os acionistas da Companhia subscreveram mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os acionistas integralizaram o montante de R$1 em 24 de junho de 2021. Em 30 de junho de 2021, o capital social da Companhia totalizou R$1, representado por mil ações, conforme segue:

6. **Patrimônio líquido**--Continuação

a) Capital social--Continuação

	30/06/2021	
	Qtd de ações	**% participação**
Rodrigo Volk Etienne Dessaune	**523**	**52,3%**
Armsthon Hamer dos Reis Zanelato	**261**	**26,1%**
João Paulo Barros da Silva Pinto	**116**	**11,6%**
Allan Marcelo de Campos Costa	**100**	**10,0%**
	1.000	**100%**

O capital total autorizado é de R$1.

b) Distribuição de dividendos

Os acionistas da Companhia possuem direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado com base no lucro líquido ajustado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ação.

7. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de julho de 2021, os acionistas da Companhia autorizaram: (i) a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); (ii) a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado”); (iii) a realização de oferta pública inicial de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia a ser registrada junto à CVM (“Oferta”); (iv) realização de esforços de colocação das ações no exterior para investidores institucionais qualificados nos Estados Unidos da América e investidores qualificados e outros investidores fora dos Estados Unidos da América e do Brasil; e (v) a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias em relação aos itens anteriores.

Adicionalmente, em 18 de agosto de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Companhia de R$1, para R$ 6.769, mediante a emissão de 6.767.823 (seis milhões, setecentas e sessenta e sete mil, oitocentas e vinte e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem integralmente subscritas e integralizadas pelos seus atuais acionistas, mediante a conferência da totalidade das ações que estes detém no capital social da ISH Tecnologia e Integrasys, condicionado à consumação da sua oferta pública inicial de ações.

DocuSign Envelope ID: 7BCBB0AE-5DC3-4F3B-A3D3-59C2D454D36F

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

MICHELINI CAMUZZI FERRARI STORCK, brasileira, casada, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 1274495 e inscrito no CPF/ME sob nº 031.846.107-21, na qualidade de **Diretora Executiva de Finanças e de Relações com Investidores** da **ISH TECH S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, e com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período compreendido entre 02 de junho de 2021 (data de constituição) e 30 de junho de 2021.

São Paulo, 19 de agosto de 2021.

MICHELINI CAMUZZI FERRARI STORCK

DocuSign Envelope ID: 55288128-35E6-488C-9DF5-41D5FB888D5F

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

ALLAN MARCELO DE CAMPOS COSTA, brasileiro, divorciado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.597.936-9 e inscrito no CPF/ME sob nº 849.262.529-53, na qualidade de **Diretor Vice-Presidente** da **ISH TECH S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, e com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período compreendido entre 02 de junho de 2021 (data de constituição) e 30 de junho de 2021.

São Paulo, 19 de agosto de 2021.

DocuSigned by:
Assinado por: ALLAN MARCELO DE CAMPOS COSTA:84926252953
CPF: 84926252953
Data/Hora da Assinatura: 18/08/2021 | 12:01:28 BRT
ICP Brasil
FA86A254DF19473AAA146A5BBDE6BBC2

ALLAN MARCELO DE CAMPOS COSTA

DocuSign Envelope ID: 0522405A-86E7-4375-B1EA-E5F4F2A63558

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

RODRIGO VOLK ETIENNE DESSAUNE, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 589.040 e inscrito no CPF/ME sob nº 873.660.457-72, na qualidade de **Diretor Presidente** da **ISH TECH S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, e com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período compreendido entre 02 de junho de 2021 (data de constituição) e 30 de junho de 2021.

São Paulo, 19 de agosto de 2021.

RODRIGO VOLK ETIENNE DESSAUNE

Anexo H – Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia em 30 de Junho de 2021 e para o Período De 2 de Junho de 2021 a 30 de Junho de 2021 Especialmente Preparadas para Fins de Registro

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Contábeis Intermediárias

ISH Tech S.A.

(Em fase pré-operacional)

30 de junho de 2021
com Relatório do Auditor Independente

ISH Tech S.A.
(Em fase pré-operacional)

Demonstrações contábeis intermediárias

30 de junho de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias 1

Demonstrações contábeis intermediárias auditadas

Balanço patrimonial 5
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....8
Demonstração do fluxo de caixa 9
Demonstração do valor adicionado combinado 10
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 11

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Aos acionistas da
ISH Tech S.A.
(em fase pré-operacional)
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia ISH Tech S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 02 de junho a 30 de junho de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 02 de junho a 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia não teve operações desde a data de sua constituição, 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021 e que a sua restruturação societária está prevista para ocorrer no decorrer de 2021, condicionada à consumação da sua oferta pública inicial de ações. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 02 de junho a 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis intermediárias do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Bruno Costa Oliveira
Contador CRC-1BA031359/O-8

ISH Tech S.A.
(Em fase pré-operacional)

Balanço patrimonial
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	30/06/2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	1
Total do ativo circulante		**1**
Não circulante		
Total do ativo não circulante		**-**
Total do ativo		**1**
Passivo		
Circulante		
Total do passivo circulante		**-**
Não circulante		
Total do passivo não circulante		**-**
Total do passivo e Patrimônio líquido		**1**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis intermediárias.

ISH Tech S.A.
(Em fase pré-operacional)

Demonstração do resultado
Período de 02 de junho a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2021
Receita líquida		-
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados		-
Lucro bruto		-
Despesas administrativas		-
Despesas de vendas		-
Outras receitas (despesas), líquidas		-
		-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		-
Despesas financeiras		-
Receitas financeiras		-
Resultado financeiro, líquido		-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		-
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente		-
Diferido		-
		-
Lucro líquido do período		-
Lucro básico e diluído por ação – em R$		-

Conforme descrito na Nota 1 não houve operações entre a data de constituição da Companhia, 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis intermediárias.

ISH Tech S.A.
(Em fase pré-operacional)

Demonstração do resultado abrangente
Período de 02 de junho a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	30/06/2021
Lucro líquido do período	-
Resultado abrangente	-

Conforme descrito na Nota 1 não houve operações entre a data de constituição da Companhia, 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis intermediárias.

ISH Tech S.A.
(Em fase pré-operacional)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de 02 de junho a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Total
Saldos em 02 de junho de 2021	-	-
Integralização de capital	**1**	**1**
Saldos em 30 de junho de 2021	**1**	**1**

Conforme descrito na Nota 1 não houve operações entre a data de constituição da Companhia, 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis intermediárias.

ISH Tech S.A.
(Em fase pré-operacional)

Demonstração do fluxo de caixa
Período de 02 de junho a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	30/06/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do período	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-
Fluxo de caixa de atividades de investimento	
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Integralização de capital	1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	1
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1

Conforme descrito na Nota 1 não houve operações entre a data de constituição da Companhia, 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis intermediárias.

ISH Tech S.A.
(Em fase pré-operacional)

Demonstração do valor adicionado combinado
Período de 02 junho a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	30/06/2021
Receitas	-
Insumos adquiridos de terceiros	-
Valor adicionado bruto	-
Retenções	-
Valor adicionado líquido	-
Valor adicionado recebido em transferência	-
Valor adicionado total	-
Distribuição do valor adicionado	-
Pessoal e encargos	-
Impostos, taxas e contribuições	-
Remuneração de capitais de terceiros	-
Remuneração de capitais próprios	-
	-

Conforme descrito na Nota 1 não houve operações entre a data de constituição da Companhia, 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

A ISH Tech S.A. ("ISH Tech" ou "Companhia") foi constituída em 02 de junho de 2021, com sede em Vitória-ES, tem como atividade principal a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, e o objetivo de atuar como holding das empresas do Grupo ISH Tecnologia.

O Grupo ISH Tecnologia ("Grupo"), com sede na cidade de Vitória - ES, foi constituído em 23 de fevereiro de 1997 e é formado pelas entidades ISH Tech S.A. ("ISH Tech"), ISH Tecnologia S.A. ("ISH Tecnologia") e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("Integrasys").

O Grupo tem como atividade principal prover soluções para segurança da informação, infraestrutura de Tecnologia da Informação ("TI") e computação em nuvem.

O Grupo atua em todo território nacional, através de suas filiais estabelecidas nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Brasília, além da sua Matriz no Espírito Santo. Com o intuito de ampliar e internacionalizar sua área de atuação, foi constituída no final de 2020, uma subsidiária da ISH Tecnologia nos Estados Unidos, a ISH Cybersecurity Inc., a qual ainda se encontra em fase pré-operacional.

A Companhia não teve operações desde a data de sua constituição, 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021. A restruturação societária da Companhia está prevista para ocorrer no decorrer de 2021, condicionada à consumação da sua oferta pública inicial de ações, nos termos das deliberações descritas na nota 7.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2021 foi aprovada pela Administração da Companhia em 19 de agosto de 2021.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional de suas operações.

2.3. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada de transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência.

2.4. Normas emitidas e ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis intermediárias, estão descritas a seguir.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor que são:

<u>Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante</u>

Em janeiro de 2020, o IASB realizou alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Normas emitidas e ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante--Continuação

- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos existentes à época podem vir a exigir renegociação.

2.5. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, resgatáveis em até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

b) Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

c) Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado (“DVA”)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade CPC 03 / NBC TG 03 (R3) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com a CPC 09 / NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros.

Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro".

A Companhia não possui passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2021
Bancos	1
	1

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

4. Instrumentos financeiros

A estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros está demonstrada a seguir:

	30/06/2021	
	Valor contábil	**Valor justo**
Ativos financeiros a custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	**1**	**1**
	1	**1**

5. Partes relacionadas

A ISH Tech S.A. passará a ser a companhia holding que deterá o controle da ISH Tecnologia S.A. e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., se e quando da realização da sua oferta pública inicial de ações. A partir da data em que o aumento do capital social da Companhia for efetivado mediante a emissão de novas ações ordinárias subscritas e integralizadas através a conferência da totalidade das ações que seus atuais acionistas detém no capital social da ISH Tecnologia e Integrasys, a Companhia passará a consolidar os resultados da ISH Tecnologia e Integrasys.

Considerando que a constituição da companhia se deu em 2 de junho de 2021, não houve o reconhecimento de qualquer remuneração em 2021 aos membros da diretoria estatutária.

A Companhia encontra-se em fase de constituição e registro perante a CVM e a B3, consequentemente está utilizando a estrutura administrativa da ISH Tecnologia. Não obstante, as despesas a título de taxas de registros e todas as demais despesas gerais e administrativas também serão efetuadas pela ISH Tecnologia até que se encontre plenamente constituída.

6. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 02 de junho de 2021, os acionistas da Companhia subscreveram mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os acionistas integralizaram o montante de R$1 em 24 de junho de 2021. Em 30 de junho de 2021, o capital social da Companhia totalizou R$1, representado por mil ações, conforme segue:

6. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

	30/06/2021	
	Qtd de ações	% participação
Rodrigo Volk Etienne Dessaune	523	52,3%
Armsthon Hamer dos Reis Zanelato	261	26,1%
João Paulo Barros da Silva Pinto	116	11,6%
Allan Marcelo de Campos Costa	100	10,0%
	1.000	100%

O capital total autorizado é de R$1.

b) Distribuição de dividendos

Os acionistas da Companhia possuem direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado com base no lucro líquido ajustado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ação.

7. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de julho de 2021, os acionistas da Companhia autorizaram: (i) a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (ii) a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado"); (iii) a realização de oferta pública inicial de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia a ser registrada junto à CVM ("Oferta"); (iv) realização de esforços de colocação das ações no exterior para investidores institucionais qualificados nos Estados Unidos da América e investidores qualificados e outros investidores fora dos Estados Unidos da América e do Brasil; e (v) a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias em relação aos itens anteriores.

Adicionalmente, em 18 de agosto de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Companhia de R$1, para R$ 6.769, mediante a emissão de 6.767.823 (seis milhões, setecentas e sessenta e sete mil, oitocentas e vinte e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem integralmente subscritas e integralizadas pelos seus atuais acionistas, mediante a conferência da totalidade das ações que estes detém no capital social da ISH Tecnologia e Integrasys, condicionado à consumação da sua oferta pública inicial de ações.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PERÍODO DE 2 DE JUNHO DE 2021 À 30 DE JUNHO DE 2021

19 DE AGOSTO

ISTH TECH S/A

ISH TECH S/A

Fase pré-operacional

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS

A administração da ISH TECH S/A, sociedade anônima, futura controladora das empresas ISH TECNOLOGIA S/A e INTEGRASYS TECNOLOGIA LTDA, em atendimento as disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório de administração e as demonstrações financeiras da companhia relativos ao período de 2 de junho de 2021 à 30 de junho de 2021, acompanhadas do parecer de auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está á disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A ISH TECH S/A inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.496.531/0001-67, com endereço na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29.050-360, foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, como Companhia, em 02.06.2021.

Tem como atividade principal a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, e o objetivo de atuar como holding das empresas do Grupo ISH Tecnologia que são compostas pelas empresas: ISH TECNOLOGIA S/A, inscrita no CNPJ 01.707.536/0001-04, com endereço na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 202, CEP 29.050-360, fundada em 23/02/1997 e INTEGRASYS COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ 01.505.147/0001-04, com endereço na Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, sala 1802 Edifício Pasteur, Enseada do Suá, Vitória -ES, CEP 29.010-250, fundada em 25/10/1996.

A ISH TECH S/A passará a controlar o Grupo ISH por meio de um futuro aumento de capital a ser subscrito e integralizado pelos atuais acionistas da companhia com ações detidas por esses na ISH Tecnologia e Integrasys, resguardando o quadro acionário que são das 2 empresas comuns, nesta Holding.

Objetivo da holding está atrelado a estratégia de abertura de capital da companhia na bolsa de ações B3, com vistas a fomentar *funding* para seu processo de crescimento sustentado em 3 (três) pilares:

1º.: manutenção do crescimento orgânico, hoje a ISH Tecnologia já é a maior empresa *pure player* de cyber segurança do brasil,

2º.: continuidade no desenvolvimento de aplicações de sistemas de controle de segurança, novas tecnologias que garantirão a companhia continuar se posicionamento no mercado brasileiro, no quadrante de líder, e
3º.: aquisição por processos de M&A de empresas que atuam nestes segmentos e que tem *fit* para ser acoplada no grupo econômico.

Em todos os pilares os executivos estão sendo assessorados por uma equipe amplamente profissional e especialista no mercado de atuação em cada pilar mencionado.

Com este direcionamento os acionistas da ISH TECH realizaram no dia 28 de julho de 2021, Assembleia Geral Extraordinária, autorizando: (i) a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (ii) a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado") ; (iii) a realização de oferta pública inicial de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia a ser registrada junto à CVM ("Oferta"); (iv) realização de esforços de colocação das ações no exterior para investidores institucionais qualificados nos Estados Unidos da América e investidores qualificados e outros investidores fora dos Estados Unidos da América e do Brasil; e (v) a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias em relação aos itens anteriores.

Adicionalmente, em 18 de agosto de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Companhia de R$1.000,00, para R$ R$ 6.768.823,00 (seis milhões, setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e vinte e três reais), um aumento, portanto, de R$ 6.767.823,00 (seis milhões, setecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e vinte e três reais), mediante a emissão de 6.767.823 (seis milhões, setecentas e sessenta e sete mil, oitocentas e vinte e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem subscritas e integralizadas pelos seus atuais acionistas, mediante a conferência da totalidade das ações que estes detém no capital social da ISH Tecnologia e Integrasys, condicionado à consumação da sua oferta pública inicial de ações.

O Grupo ISH Tecnologia tem como atividade principal prover soluções para segurança da informação, infraestrutura de Tecnologia da Informação ("TI") e computação em nuvem, mas visa no planejamento subir cada vez mais a participação no mercado de cyber, que nos outros pilares de receita, dado que este mercado em específico está em expansão de acordo com informações divulgadas pelo relatório *Gartner e ISG Provider Lens* que monitora e acompanha este mercado no Brasil e no mundo.

De acordo com o *Gartner* o mercado de cyber crescerá no ciclo 2020 a 2024 15% ao ano, chegando a marca de 147 bilhões de dólares a serem investidos neste segmento por parte das empresas que cada vez mais estão se tornando digitais, quanto mais digitalização mais necessidade de ter ambientes seguros de movimentações transacionais. Evitando assim riscos para os *stakeholders,* perda de dados proprietários e propriedade intelectual, perdas financeiras e de clientes e Riscos Legais e Regulatórios vis a vis a implantação da Lei Geral Proteção de Dados (LGPD).

Hoje o Grupo ISH Tecnologia, possui um *track-record* de 25 anos no segmento, possuindo uma carteira de mais de 500 clientes ativos cujo *churn* não ultrapassa a marca de 2% ao ano.

O Grupo ISH Tecnologia conta com mais de 1 milhão de ativos gerenciados, e para manter esta operação possui mais de 590 colaboradores sendo destes 50 desenvolvedores e 450 engenheiros, em 9 escritórios (8 no Brasil e 1 nos Estados Unidos), com 3 data certes (1 no Espírito Santo e 2 em São Paulo), 4 SOC (Security Operations Center) e NOC (network operations center).

Para se diferenciar no mercado o Grupo ISH Tecnologia possui 3 certificações ISO (9001 / 20000 / 27001), além de contar com mais de 40 alianças tecnológicas.

Neste mercado cada vez mais competitivo por bons profissionais, o Grupo ISH Tecnologia está implantando duas frentes para reter e prospectar profissionais que estão atuando no mercado, através de uma estrutura com estilo *start up* visando desenvolvimento das novas ferramentas tecnológicas. Além disso está criando o ISH ACADEMY, para já fomentar interesse dos jovens profissionais numa carreira de sucesso dentro da ISH.

Com estas ações a ISH TECH S/A poderá escalar em atendimento em todas as principais frentes de soluções para seus clientes como integração, sustentação, operação, identidade e risco cibernético, tudo isso dentro de uma plataforma própria ISH VISION e dentro de uma nuvem segura se contratado que é a CLOUD PRIVADA ISH.

Além da plataforma VISION que aloca todas a experiencia e jornada cyber segurança do cliente, a empresa em seus pilares estratégicos está desenvolvendo novas ferramentas e sistemas para continuar como líder neste segmento e atuando com aplicações próprias de forma a melhorar a margem operacional da companhia e trazer barreiras a entradas de novos *players* no mercado nacional.

No *Roadmap* de novos produtos, a empresa conta com um robusto *pipeline* de soluções complementares ao *core business,* alavancados em 25 anos de história em Cyber segurança no Brasil. Elevando seu potencial de *cross-selling e up-selling* no modelo *"as a service",* aumentando recorrência dos contratos e aumento das margens.

Dentro do *pipeline* estão:

1 – Mantis, atua em riscos cibernéticos, já foi lançado versão MPV (mínimo produto viável) no segundo trimestre deste ano, e está escalando para novas frentes de versões.
2 – OWL, atua em operações cibernéticas, detectando vulnerabilidades e o lançamento está previsto para terceiro trimestre de 2021. 3 – ISH BOX (integração cibernética) este equipamento foi lançado em 2016, mas estão passando por melhorias no projeto, e a nova versão (2.0) está prevista para sair no quarto trimestre de 2022, atua em conjunto com sistemas VPN, Firewall e SDWAN.

3 – SIEM / SOAR, atua em operações cibernéticas como se fosse um orquestrador responsivo, está previsto lançamento para quarto trimestre de 2021.
4 – PROJETO BAS, operações cibernéticas atuando como simulação de ataques em ambientes controlados, lançamento previsto para terceiro trimestre de 2022, e poderá demonstrar as fragilidades dentro de uma companhia que solicitou *assessment*.
5 – PROJETO HERMES, atua em riscos cibernéticos, como plataforma de treinamento e soluções preventivas no ambiente cyber.

O plano estratégico da companhia passa por entender e traçar trajetórias nas principais avenidas de crescimento e acelerar a velocidade com novos investimentos. Assim mapeadas como avenidas temos: crescimento orgânico (aumento da base de novos clientes com oportunidades de *cross-selling e up-selling* com as entregas dos novos projetos), aumento da carteira de clientes não somente no Brasil, mas em toda América Latina, Desenvolvimento de novos produtos de propriedade do Grupo ISH Tecnologia melhorando a margem com substituição das plataformas terceirizadas por próprias, expansão de vendas por canais de distribuição dos novos produtos do *pipeline,* Aumento da demanda por privacidade (IoT e Nuvem), principalmente pós LGPD, e crescimento inorgânico, onde estão mapeadas mais de 600 companhias, estando em análise 20 das 80 que tiveram *fit* prévio com ecossistema ISH.

O *funding* proveniente do processo de abertura de capital, dará base para investimento através crescimento da infraestrutura, investimentos contínuos em P&D, contratação e retenção de talentos através do ISH LABS e ISH Academy, Investimentos em marketing e vendas visando aumentar a base e tornar a marca conhecida, capital de giro para crescimento e aporte na estratégia de *buy side.*

Assim a administração entende que este é o momento para dar o passo estratégico de abertura de capital, tendo em mente que seu posicionamento como: única empresa *pure player de cyber* do Brasil, somados a: maior time de engenheiros e analistas de cyber da América Latina, fabricante de soluções de Cyber nacional, com ISH LABS, reconhecimento internacional com forte presença em multinacionais, *cape table "puro"* são 4 acionistas fundadores, que atuam juntos a bastante tempo neste nicho, entre outros fatores, levam a empresa a um modelo de negócio amadurecido e inovador, gerando fortes barreiras a entradas de concorrências, no Brasil e na América Latina.

COMPOSIÇÃO DO GRUPO RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE	Armsthon Hamer dos Reis Zanelato
VICE PRESIDENTE	Rodrigo Volk Etienne Dessaune
SECRETÁRIO	José Fernando Etienne Dessaune

COMITÊ DE GESTÃO E ASSESSORIA

PRESIDENTE	João Paulo Barros da Silva Pinto
SECRETÁRIO	Allan Marcelo de Campos Costa
MEMBROS	Armsthon Hamer dos Reis Zanelato

COMITÊ DE AUDITORIA

PRESIDENTE	José Fernando Etienne Dessaune
SECRETÁRIO	Dalton Jacinto Dutra Junior
MEMBROS	Everson Moreira

COMITÊ DE FINANÇAS

PRESIDENTE	Michelini Camuzzi Ferrari Storck
SECRETÁRIO	Wagner Martins
MEMBROS	Tatiane Almeida Rodrigues Caliari

DIRETORIA EXECUTIVA

CEO	Rodrigo Volk Etienne Dessaune
VICE PRESIDENTE	Allan Marcelo de Campos Costa
CFO/RI	Michelini Camuzzi Ferrari Storck
CONTADOR	Cristiane Botura Dalmásio Blunck CRC 013728/ES

DocuSign Envelope ID: 7BCBB0AE-5DC3-4F3B-A3D3-59C2D454D36F

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

MICHELINI CAMUZZI FERRARI STORCK, brasileira, casada, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 1274495 e inscrito no CPF/ME sob nº 031.846.107-21, na qualidade de **Diretora Executiva de Finanças e de Relações com Investidores** da **ISH TECH S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, e com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período compreendido entre 02 de junho de 2021 (data de constituição) e 30 de junho de 2021.

São Paulo, 19 de agosto de 2021.

MICHELINI CAMUZZI FERRARI STORCK

DocuSign Envelope ID: 55288128-35E6-488C-9DF5-41D5FB888D5F

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

ALLAN MARCELO DE CAMPOS COSTA, brasileiro, divorciado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.597.936-9 e inscrito no CPF/ME sob nº 849.262.529-53, na qualidade de **Diretor Vice-Presidente** da **ISH TECH S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, e com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período compreendido entre 02 de junho de 2021 (data de constituição) e 30 de junho de 2021.

São Paulo, 19 de agosto de 2021.

DocuSigned by:
Assinado por: ALLAN MARCELO DE CAMPOS COSTA:84926252953
CPF: 84926252953
Data/Hora da Assinatura: 18/08/2021 | 12:01:26 BRT
ICP Brasil
FA86A254DF19473AAA146A5B8DE6BBC2

ALLAN MARCELO DE CAMPOS COSTA

DocuSign Envelope ID: 0522405A-86E7-4375-B1EA-E5F4F2A63558

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

RODRIGO VOLK ETIENNE DESSAUNE, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 589.040 e inscrito no CPF/ME sob nº 873.660.457-72, na qualidade de **Diretor Presidente** da **ISH TECH S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, e com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período compreendido entre 02 de junho de 2021 (data de constituição) e 30 de junho de 2021.

São Paulo, 19 de agosto de 2021.

RODRIGO VOLK ETIENNE DESSAUNE

Anexo I – Demonstrações Contábeis Intermediárias Combinadas da ISH TECH S.A., ISH Tecnologia S.A. e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("Grupo ISH") em 30 de Junho de 2021 e para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2021 e 2020

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações contábeis intermediárias combinadas

Grupo ISH Tecnologia

30 de junho de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Grupo ISH Tecnologia

Demonstrações contábeis intermediárias combinadas

30 de junho de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis combinadas 1

Demonstrações contábeis intermediárias combinadas auditadas

Balanço patrimonial combinado 5
Demonstração do resultado combinado.....7
Demonstração do resultado abrangente combinado 8
Demonstração das mutações do acervo líquido combinado 9
Demonstração dos fluxos de caixa combinado..... 10
Demonstração do valor adicionado combinado 11
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias combinadas..... 12

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias combinadas

Aos acionistas do Grupo ISH Tecnologia
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias combinadas do Grupo ISH Tecnologia ("Grupo") que compreendem o balanço patrimonial combinado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediáras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo em 30 de junho de 2021, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias combinadas". Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração combinada do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração do Grupo, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias combinadas do Grupo. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis intermediárias combinadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração combinada do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias combinadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias combinadas a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias combinadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Bruno Costa Oliveira
Contador CRC-1BA031359/O-8

Grupo ISH Tecnologia

Balanço patrimonial combinado
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Combinado 30/06/2021	Combinado 31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	**6.171**	17.505
Títulos e valores mobiliários	4	**22.147**	16.407
Contas a receber	5	**47.535**	54.250
Estoques	6	**7.489**	8.974
Impostos a recuperar	7	**13.161**	8.316
Outros ativos	9	**10.908**	6.869
Total do ativo circulante		**107.411**	112.321
Não circulante			
Contas a receber	5	**3.211**	21
Títulos e valores mobiliários	4	**2.528**	2.957
Partes relacionadas	8	**19.321**	13.794
Tributos diferidos	23	**5.638**	4.787
Outros ativos	9	**215**	267
Imobilizado	10	**13.911**	13.160
Ativo de direito de uso	11	**10.881**	11.445
Intangível	12	**10.417**	10.579
Total do ativo não circulante		**66.122**	57.010
Total do ativo		**173.533**	169.331

	Nota explicativa	Combinado 30/06/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	**22.868**	34.713
Empréstimos e financiamentos	13	**32.120**	28.955
Obrigações tributárias	15	**2.651**	3.806
Imposto de renda e contribuição social	23	**9.046**	3.498
Obrigações trabalhistas	16	**9.846**	6.821
Parcelamentos de tributos	17	**1.011**	1.204
Passivo de arrendamento	11 e 8	**878**	842
Partes relacionadas	8	**1**	-
Outros passivos		**1.267**	1.574
Total do passivo circulante		**79.688**	81.413
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	**62.067**	64.205
Parcelamentos de tributos	17	**3.583**	4.040
Passivo de arrendamento	11 e 8	**10.241**	10.659
Obrigações trabalhistas	16	**11.108**	10.490
Outros passivos		**79**	79
Total do passivo não circulante		**87.078**	89.473
Acervo líquido		**6.767**	(1.555)
Total do passivo e acervo líquido		**173.533**	169.331

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis intermediárias combinadas.

Grupo ISH Tecnologia

Demonstração do resultado combinado
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Combinado 30/06/2021	Combinado 30/06/2020
Receita líquida	19	**131.375**	97.040
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	20	**(86.871)**	(64.817)
Lucro bruto		**44.504**	32.223
Despesas administrativas	21	**(22.343)**	(12.896)
Despesas de vendas	21	**(3.917)**	(8.540)
Outras receitas (despesas), líquidas		**749**	(66)
		(25.511)	(21.502)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**18.993**	10.721
Despesas financeiras	22	**(6.101)**	(4.646)
Receitas financeiras	22	**1.192**	517
Resultado financeiro, líquido		**(4.909)**	(4.129)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**14.084**	6.592
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	23	**(5.628)**	(2.922)
Diferido	23	**852**	585
		(4.776)	(2.337)
Lucro líquido do período		**9.308**	4.255

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis intermediárias combinadas.

Grupo ISH Tecnologia

Demonstração do resultado abrangente combinado
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Combinado	
	30/06/2021	**30/06/2020**
Lucro líquido do período	**9.308**	4.255
Resultado abrangente	**9.308**	4.255

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis intermediárias combinadas.

Grupo ISH Tecnologia

Demonstração das mutações do acervo líquido combinado
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2019	(5.809)
Lucro líquido do período	4.255
Outros	(152)
Saldo em 30 de junho de 2020	(1.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.555)
Lucro líquido do período	**9.308**
Ajuste de avaliação patrimonial	**(66)**
Outros	**(920)**
Saldo em 30 de junho de 2021	**6.767**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis intermediárias combinadas.

Grupo ISH Tecnologia

Demonstração do fluxo de caixa combinado
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Combinado	
	30/06/2021	**30/06/2020**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	**9.308**	4.255
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	**7.152**	5.716
Provisão para perda esperada de crédito	**(81)**	-
Juros sobre passivos de arrendamentos	**700**	643
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**4.395**	2.256
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(852)**	(585)
Provisões	**619**	1.993
Ganho na remensuração de contratos de arrendamento	**(12)**	(317)
Efeitos da adesão de parcelamentos tributários	**-**	-
Efeito líquido da baixa de ativo imobilizado	**555**	97
	21.784	14.054
(Aumento) Redução dos ativos		
Contas a receber	**3.606**	(9.436)
Estoque	**1.485**	1.591
Impostos a recuperar	**(5.696)**	(2.950)
Outros ativos	**(3.987)**	(1.250)
(Redução) Aumento dos passivos		
Fornecedores	**(11.845)**	(2.638)
Obrigações tributárias	**(1.155)**	2.996
Imposto de renda e contribuição social	**5.548**	1.830
Obrigações trabalhistas	**3.024**	3.349
Parcelamento de tributos	**(650)**	(190)
Outros passivos	**(440)**	(119)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**11.674**	7.241
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	**(4.395)**	(2.256)
Juros pagos de passivos de arrendamentos	**(170)**	(150)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**7.109**	4.835
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	**(5.311)**	(842)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	**(7.666)**	(12.710)
Partes relacionadas	**(5.527)**	1.426
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(18.504)**	(12.126)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	**14.810**	22.368
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	**(13.783)**	(18.732)
Pagamento de passivo de arrendamento mercantil	**(966)**	(852)
Antecipações e dividendos pagos a acionistas	**-**	(2.190)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**61**	594
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	**(11.334)**	(6.697)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**17.505**	20.111
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**6.171**	13.414

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis intermediárias combinadas.

Grupo ISH Tecnologia

Demonstração do valor adicionado combinado
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Combinado	
	30/06/2021	**30/06/2020**
Receitas	**146.236**	109.539
Venda de mercadorias, produtos e serviços	**142.442**	108.058
Receita relativa à construção de ativos próprios	**2.824**	500
Outras receitas	**889**	981
Provisão para perda esperada de crédito	**81**	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(78.826)**	(48.273)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	**(71.742)**	(38.864)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(7.084)**	(9.409)
Valor adicionado bruto	**67.410**	61.266
Depreciação e amortização	**(7.152)**	(5.716)
Valor adicionado líquido produzido	**60.258**	55.550
Valor adicionado recebido em transferência	**501**	517
Receitas financeiras	**501**	517
Valor adicionado total a distribuir	**60.759**	56.067
Distribuição do valor adicionado	**60.759**	56.067
Pessoal e encargos:	**30.132**	33.748
Remuneração direta	**20.858**	26.945
Benefícios	**7.686**	5.502
FGTS	**1.588**	1.301
Impostos, taxas e contribuições	**15.899**	13.299
Federais	**11.132**	9.345
Estaduais	**1.600**	1.427
Municipais	**3.167**	2.527
Remuneração de capital de terceiros	**5.420**	4.765
Juros	**5.410**	4.652
Aluguéis	**10**	113
Remuneração de capitais próprios	**9.308**	4.255
Lucro líquido do período	**9.308**	2.339
Dividendos	**-**	1.916

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis intermediárias combinadas.

1. Contexto operacional

O Grupo ISH Tecnologia ("Grupo"), com sede na cidade de Vitória - ES, foi constituído em 23 de fevereiro de 1997 e é formado pelas entidades ISH Tech S.A. ("ISH Tech"), ISH Tecnologia S.A. ("ISH Tecnologia") e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("Integrasys").

O Grupo tem como atividade principal prover soluções para segurança da informação, infraestrutura de tecnologia da informação ("TI") e computação em nuvem.

O Grupo atua em todo território nacional, através de suas filiais estabelecidas nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Brasília, além da sua Matriz no Espírito Santo. Com o intuito de ampliar e internacionalizar sua área de atuação, foi constituída no final de 2020, uma subsidiária da ISH Tecnologia nos Estados Unidos, a ISH Cybersecurity Inc., a qual ainda se encontra em fase pré-operacional.

Ações e impactos causados pela pandemia de Covid-19

Apesar do impacto negativo e relevante que a pandemia de COVID-19 provocou em diversos seguimentos da economia, as atividades do Grupo seguiram crescendo, tendo sua receita líquida aumentado 35% no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 quando comparada com o mesmo período do ano anterior. Este crescimento foi fortemente impulsionado pelo aumento da demanda, liderado por empresas que necessitaram melhorar ou implementar soluções de segurança da informação que garantissem a continuidade das atividades, principalmente pelo aumento das transações virtuais em diversas atividades econômicas que se tornaram ainda mais vulneráveis aos ataques cibernéticos.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1. Base de combinação

Estas demonstrações contábeis intermediárias combinadas estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração contábil, informações relativas à totalidade das atividades de entidades do Grupo que se encontram sob controle comum, independentemente da disposição da sua estrutura societária, como se fossem uma única entidade. Assim, os saldos apresentados nas demonstrações contábeis combinadas estão representados pelos saldos combinados históricos da ISH Tech S.A., ISH Tecnologia S.A. e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para quaisquer outros fins societários.

As demonstrações contábeis intermediárias combinadas foram preparadas com o propósito de serem utilizadas como informação complementar no processo de oferta pública inicial de ações pretendido por parte do Grupo.

Os seguintes critérios foram adotados para a elaboração das demonstrações contábeis intermediárias combinadas:

- O exercício social é coincidente entre todas as empresas que compõem as demonstrações contábeis intermediárias combinadas, bem como as políticas contábeis adotadas em suas demonstrações contábeis são uniformes.

O processo de combinação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com a eliminação dos saldos de ativos, passivos e resultado derivado de transações entre as empresas.

- As demonstrações contábeis intermediárias combinadas do Grupo incluem as seguintes empresas, as quais estão sob controle comum:

	% Participação do Grupo	
Empresa	**30/06/2021**	**30/06/2020**
ISH Tech S.A. (a)	**100%**	-
ISH Tecnologia S.A. (b)	**100%**	100%
Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. (c)	**100%**	100%

(a) ISH Tech S.A.: Sociedade anônima capital fechado, constituída em 02 de junho de 2021, com sede na cidade de Vitória – ES, com o objetivo de atuar como holding das empresas do Grupo e que se encontra em fase pré-operacional.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de combinação--Continuação

(b) ISH Tecnologia S.A.: Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de fevereiro de 1997, com sede na cidade de Vitória – ES e que tem como objeto social principal soluções para segurança da informação, infraestrutura de TI e computação em nuvem. A ISH Tecnologia S.A. possui uma subsidiária integral, a ISH Cybersecurity Inc., criada em 23 de julho de 2020 de acordo com as leis do Estado da Flórida, EUA, a qual encontra-se em fase pré-operacional. As informações contábeis da ISH Cybersecurity Inc. em 31 de dezembro de 2020, as quais são consolidadas pela ISH Tecnologia para fins da preparação destas demonstrações contábeis combinadas, encontram-se a seguir.

30/06/2021	Participação	Total do ativo	Patrimônio líquido	Resultado
ISH Cybersecurity Inc.	**100%**	**109**	**109**	**-**

(c) Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda.: Sociedade empresarial limitada, constituída em 25 de outubro de 1996, com sede na cidade de Vitória – ES e que tem como objeto social principal soluções para segurança da informação e infraestrutura de TI.

A seguir demonstrativo dos saldos individuais e as respectivas eliminações:

30/06/2021	ISH Tech	ISH Tecnologia	Integrasys	Eliminações	Combinado
Ativo	**1**	**163.666**	**10.237**	**(371)**	**173.533**
Passivo	**-**	**158.755**	**8.382**	**(371)**	**166.766**
Acervo líquido	**1**	**4.911**	**1.855**	**-**	**6.767**
Lucro líquido	**-**	**8.210**	**1.098**	**-**	**9.308**

31/12/2020	ISH Tech	ISH Tecnologia	Integrasys	Eliminações	Combinado
Ativo	-	160.609	9.093	(371)	169.331
Passivo	-	163.024	8.233	(371)	170.886
Acervo líquido	-	(2.415)	860	-	(1.555)

30/06/2020	ISH Tech	ISH Tecnologia	Integrasys	Eliminações	Combinado
Lucro líquido	-	4.096	159	-	4.255

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias combinadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis intermediárias combinadas de 30 de junho de 2021 foi aprovada pela Diretoria do Grupo em 19 de agosto de 2021.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias combinadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional de suas operações.

2.4. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

Essas demonstrações contábeis intermediárias combinadas estão sendo apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional das empresas que individualmente compõem as demonstrações contábeis intermediárias combinadas do Grupo. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada de transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência.

2.5. Normas emitidas e ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis combinadas, estão descritas a seguir.

O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor que são:

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Normas emitidas e ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB realizou alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos existentes podem exigir renegociação.

2.6. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, resgatáveis em até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

b) Contas a receber

As contas a receber de clientes, correspondem aos valores a receber pelas vendas de mercadorias e prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Contas a receber--Continuação

A provisão para perda esperada de créditos do contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para perda esperada de créditos pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação a possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

As contas a receber de clientes não faturadas representam os valores pelos quais o Grupo reconheceu receita, de acordo com sua política de reconhecimento de receita, para serviços profissionais já realizados, mas ainda não faturados, e para os quais o Grupo acredita ter um direito incondicional de receber caixa.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques de hardware e software são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda das mercadorias ou dos serviços estimados dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda das mercadorias e prestação dos serviços.

d) Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Imobilizado--Continuação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Edificações e construções	25 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Instalações	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	3 a 10 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 15 anos
Veículos	5 anos

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

e) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis gerados internamente possuem os seus custos de desenvolvimento capitalizados até o momento da sua conclusão. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas ao valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Softwares desenvolvidos internamente	3 anos
Softwares e licenças adquiridas	1 a 5 anos

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Em 30 de junho de 2021 o Grupo não possuía registrado ativos intangíveis de vida útil indefinida.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda.

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Ativos intangíveis--Continuação

Pesquisa e desenvolvimento--Continuação

As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Arrendamentos

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do arrendamento.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Arrendamento--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que as taxas de juros implícita nos contratos de arrendamento não podem ser imediatamente determinadas. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

g) Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Redução ao valor recuperável--Continuação

A Administração verificou os indicadores para identificar a necessidade de aplicação do teste de redução ao valor recuperável (*impairment*), tais como: diminuição significativa do preço de mercado, mudança significativa relativa ao ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, alterações nas taxas de mercado com reflexo na taxa de desconto utilizada para definição do valor justo, baixa rentabilidade, evidência de obsolescência, planos para descontinuar ou reestruturar unidade operacional, gastos com manutenção acima do esperado, dentre outros.

Não foram identificados indícios de perda ao valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangível em 30 de junho de 2021.

h) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

i) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Principais práticas contábeis--Continuação

j) Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação. O imposto de renda e a contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas

k) Imposto de renda e contribuição social diferido

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre saldos de prejuízo fiscal e base negativa assim como para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Principais práticas contábeis--Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social diferido--Continuação

Em conformidade à ICPC 22/IFRIC 23, o Grupo avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

l) Reconhecimento da receita de vendas

Receita de vendas de hardware e software

O Grupo concluiu que a receita de vendas de hardware e software deve ser reconhecida quando o controle do ativo é transferido para o cliente, geralmente quando os produtos são entregues ou as licenças de software são disponibilizadas ao comprador. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que uma vez que atua como principal, nas vendas de hardware e software, e, como tal, tem a responsabilidade primária pelo cumprimento dos pedidos, arca com o risco de estoque, tem poder discricionário no estabelecimento de preços e arca com o risco de crédito do cliente.

Receita de serviços prestados

As receitas de serviços são reconhecidas quando ou conforme o Grupo satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas de serviços do Grupo derivam basicamente de:

Serviços gerenciados *(Managed Security Services):* serviços de supervisão, monitoramento e gerenciamento dos recursos e soluções de segurança da informação utilizados pelos clientes assim como da sua operação de rede, através do *Security Operations Center ("SOC") e Network Operations Center ("NOC")* do Grupo, respectivamente.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Principais práticas contábeis--Continuação

I) Reconhecimento da receita de vendas--Continuação

Receita de serviços prestados--Continuação

Os serviços de supervisão, monitoramento e gerenciamento de cybersegurança normalmente incluem serviços de instalação e manutenção antecipados, e também podem incluir o fornecimento de um dispositivo de hardware e licenças de software associados. Nos contratos em que o Grupo utiliza seus próprios dispositivos de hardware e licenças de software, a propriedade dos mesmos não é transferida para o cliente. Além disso, nesses casos, quaisquer custos de instalação relacionadas não são reembolsáveis, não são vendidos separadamente e/ou podem ser realizados por terceiros ou ter seus benefícios usufruídos de forma independente pelo cliente, não podendo assim ser distinguidos no contexto do contrato. Portanto, o Grupo considera que esses acordos possuem uma única obrigação de desempenho para a qual a receita e quaisquer custos relacionados são reconhecidos proporcionalmente ao longo do prazo do contrato, o que reflete o desempenho do Grupo na transferência do controle dos serviços para o cliente.

Para os contratos em que os serviços de dispositivos de hardware e licenças de software tem a propriedade transferida para o cliente, assim como o serviço de instalação é vendido separadamente e pode inclusive ser executado por terceiros, por não envolver ativos e/ou acesso à plataforma tecnológica do Grupo, é considerado a existência de obrigações de performance distintas, e a sua receita é reconhecida quando os produtos são entregues ou as licenças de software são disponibilizadas ao comprador, quando os serviços de instalação são finalizados assim como à medida em que os serviços de supervisão, monitoramento e gerenciamento de cybersegurança são prestados.

*Cyberpass: s*ubscrição para uso de ferramenta de *Marketing, Business Inteligence e Customer Smart Data,* desenvolvida internamente pelo Grupo. A receita é reconhecida de acordo com a utilização do serviço por parte do cliente.

Serviços em nuvem (Cloud services): serviços de armazenamento de dados dos clientes na nuvem, no qual o Grupo disponibiliza espaços em sua infraestrutura para que o cliente armazene dados de acordo com a capacidade contratada. A receita é reconhecida de acordo com a utilização do serviço por parte do cliente.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Principais práticas contábeis--Continuação

I) Reconhecimento da receita de vendas--Continuação

Receita de serviços prestados--Continuação

Mantis: subscrição para uso de ferramenta desenvolvida internamente pelo Grupo para proteção de ativos digitais críticos por meio de inteligência de ameaças, com intervenção contra personificação de marca, vazamento de dados, ameaças de mídia social, aquisição de contas e outros riscos digitais. A receita é reconhecida de acordo com a utilização do serviço por parte do cliente.

Terceirização (Outsourcing): disponibilização de mão de obra especializada para execução de atividades rotineiras de segurança da informação. A receita é reconhecida de acordo com a utilização do serviço por parte do cliente.

Serviços profissionais (Professional Services): incluem serviços de consultoria de risco e segurança da informação, soluções de respostas a incidentes, instalação e manutenção de softwares e hardwares e treinamento. A receita é reconhecida de acordo com a finalização e aceite dos serviços por parte do cliente.

Receitas não faturadas

As receitas não faturadas representam os valores pelos quais o Grupo reconheceu receita, de acordo com sua política de reconhecimento de receita, para licenças de software já entregues e serviços profissionais já realizados, mas faturados em atraso e para os quais o Grupo acredita ter um regime incondicional direito a contraprestação.

Despesas antecipadas

Representam valores pagos antecipadamente a prestadores de serviços terceirizados para garantia, suporte e contratos de licença de software em conexão com as obrigações do Grupo de fornecer serviços de supervisão, monitoramento e gerenciamento de cybersegurança. Os montantes pagos antecipadamente são amortizados pelo método linear ao longo do prazo do contrato e é reconhecido principalmente como um componente do custo de venda. Os montantes com previsão de amortização no prazo de um ano encontram-se registados em outros ativos no circulante e o saldo remanescente registado em outros ativos no não circulante.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Principais práticas contábeis--Continuação

l) Reconhecimento da receita de vendas--Continuação

Custos para obtenção de contrato

O Grupo paga comissão de vendas aos seus colaboradores e representantes para cada contrato que obtiverem pelas vendas de hardwares e softwares agrupadas com serviços. O Grupo aplica o expediente prático de reconhecer imediatamente nas despesas os custos para obtenção de contrato se o período de amortização do ativo que seria reconhecido teria sido inferior ou igual a um ano. Dessa forma, as comissões de vendas são reconhecidas imediatamente como despesas de vendas e o seu saldo residual a pagar é classificado no grupo de obrigações trabalhistas no passivo circulante.

Custos para cumprir o contrato

Estes custos referem-se principalmente a gastos diretamente relacionados à instalação e ativação de hardware e software de propriedade do Grupo para futura prestação de serviços de supervisão, monitoramento e gerenciamento de cybersegurança, e são compostos principalmente por uma parcela da remuneração do pessoal que executa essas atividades durante as fases iniciais de desenho, migração, integração e teste dos projetos.

Estes custos são então amortizados em base sistemática que seja consistente com a transferência ao cliente dos serviços aos quais se referem. Os montantes com previsão de amortização no prazo de um ano encontram-se registados em outros ativos no circulante e o saldo remanescente registado em outros ativos no não circulante.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado na medida em que o valor contábil do ativo reconhecido exceda: (a) o valor restante da contraprestação que a entidade espera receber em troca dos serviços aos quais o ativo se refere; menos (b) os custos que se referem diretamente ao fornecimento desses serviços e que não foram reconhecidos como despesa.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Principais práticas contábeis--Continuação

m) Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado ("DVA")

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade CPC 03 / NBC TG 03 (R3) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com a CPC 09 / NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

n) Segmentos operacionais

O Grupo possui três segmentos operacionais que são utilizados para fins de análise e tomada de decisão pelos seus Administradores e Presidente, conforme demonstrado na Nota 24.

2.7. Uso de estimativas e julgamentos contábeis

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Os principais elementos patrimoniais que envolvem julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo são os seguintes:

- Nota 5 - Provisão para perda esperada de crédito.
- Notas 10 e 12 - Vidas úteis do ativo imobilizado e intangível.
- Nota 11 – Ativo de direito de uso e passivos de arrendamentos;
- Nota 18 - Provisão riscos cíveis, fiscais e trabalhistas; e
- Nota 23 - Mensuração de tributos diferidos e estimativa de prazo de realização dos ativos fiscais diferidos.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando o Grupo assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros.

Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pelo Grupo. Passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

O Grupo não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”.

O Grupo não possui passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se o Grupo detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

O Grupo avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros.

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os recebíveis não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos, de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, na qual estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito para calcular a perda esperada do contas a receber.

Consideramos um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, também pode considerar um ativo financeiro que não está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo não receber integralmente os valores contratuais em aberto.

Em geral o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado devido ao ramo de negócio e pela carteira de clientes diversificada. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Caixa	**2**	2
Bancos	**2.791**	3.163
Aplicações financeiras	**3.378**	14.340
	6.171	17.505

O Grupo considera como caixa e equivalentes de caixa, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

A exposição do Grupo a risco de taxas de juros e análise de sensibilidade para esses ativos está apresentada na Nota 25.

4. Títulos e valores mobiliários

O Grupo considera como títulos e valores mobiliários, os depósitos bancários e outros investimentos de liquidez de curto prazo que não atendem a todos os critérios para serem classificadas como equivalentes de caixa nos termos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A composição do saldo de aplicações financeiras é como segue:

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Aplicação renda fixa (i)	**12.397**	4.699
Fundo renda fixa (ii)	**10.267**	13.293
Fundo renda variável (iii)	**491**	366
Título de capitalização	**1.520**	1.006
Total	**24.675**	19.364
Circulante	**22.147**	16.407
Não Circulante	**2.528**	2.957

(i) As aplicações em Certificados de Depósito Bancário ("CDB") pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As CDBs que compõem a carteira do Grupo apresentaram remunerações que variaram entre 100% a 109% do CDI em 30 de junho de 2021 (98% a 100% do CDI em 30 de junho de 2020);

4. **Títulos e valores mobiliários**--Continuação

(ii) As aplicações em cotas de fundos de investimento em renda fixa apresentaram remunerações que variaram entre 101% a 158% do CDI em 30 de junho de 2021 (89,25% e 215,74% do CDI em 30 de junho de 2020);

(iii) As aplicações em cotas de fundos de investimento em renda variável apresentaram remunerações que variaram entre 4,93 e 6,36% a.s. em em 30 de junho de 2021 (4,69% e 7,77% a.s em 30 de junho de 2020);

A exposição do Grupo a risco de taxas de juros e análise de sensibilidade para esses ativos está apresentada na Nota 25.

5. Contas a receber

O saldo de contas a receber de clientes incluem operações comerciais, líquido da respectiva provisão para perda esperada de crédito. A composição das contas a receber de clientes é demonstrada abaixo:

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Mercado interno	**50.236**	54.364
Mercado externo	**583**	61
	50.819	54.425
(-) Provisão para perda esperada de crédito	**(73)**	(154)
Total	**50.746**	54.271
Circulante	**47.535**	54.250
Não Circulante	**3.211**	21

A composição dos valores a receber dos clientes por idade de vencimento é como segue:

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
A vencer	**27.123**	42.579
A faturar	**20.723**	9.448
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	**1.444**	2.330
De 31 a 60 dias	**1.097**	41
De 61 a 90 dias	**182**	6
Acima de 90 dias	**250**	21
Subtotal	**50.819**	54.425
(-) Provisão para perda esperada de crédito	**(73)**	(154)
Total	**50.746**	54.271

5. Contas a receber--Continuação

Movimentação da provisão para perda esperada de crédito

A seguir a movimentação dos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020:

	Combinado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(88)
Adições, líquidas	-
Saldo em 30 de junho de 2020	(88)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(154)
Reversões, líquidas	**81**
Saldo em 30 de junho de 2021	**(73)**

6. Estoques

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Hardware e acessórios	**1.378**	1.153
Software	**6.111**	7.821
Total	**7.489**	8.974

Os estoques de software referem-se às licenças e garantias já adquiridas junto aos respectivos fabricantes, porém ainda não transferidas aos clientes.

Os valores nas datas base representam o valor realizável líquido dos estoques, não sendo necessária efetuar nenhuma provisão para realização dos saldos.

7. Impostos a recuperar

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
ICMS a recuperar	**921**	772
PIS e Cofins a recuperar	**3.256**	1.008
IR e CSLL a recuperar	**5.373**	2.952
IRRF a recuperar	**2.640**	2.786
INSS a recuperar	**499**	505
ISS a recuperar	**472**	293
Total	**13.161**	8.316

8. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes.

8.1. Créditos e obrigações com partes relacionadas

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Ativo não circulante		
Mútuo junto à Enseada Empreendimento	**-**	6.994
	-	6.994
Passivo circulante		
Passivo de arrendamento junto à Enseada Empreendimento	**185**	174
	185	174
Passivo não circulante		
Passivo de arrendamento junto à Enseada Empreendimento	**10.108**	10.204
	10.108	10.204
	30/06/2021	**30/06/2020**
Resultado		
Juros de arrendamento junto à Enseada Empreendimento	**636**	555

A ISH Tecnologia possui contrato de arrendamento relativo ao edifício sede do Grupo junto à Enseada Empreendimento, empresa que possui acionistas em comum com os do Grupo. O contrato iniciado em 31 de julho de 2015, possui vigência até 30 de setembro de 2038, prevê reajuste anual pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM e pagamento mensal de aluguel conforme condições estabelecidas entre as partes.

A operação de mútuo entre a ISH Tecnologia e a Enseada Empreendimento, que não possuía remuneração e/ou prazo de vencimento, foi liquidada em 29 de junho de 2021.

8.2. Transação ou relacionamento com acionistas e pessoal chave da administração

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Ativo não circulante		
Mútuo - Acionista (a)	**12.427**	-
Valores a receber de acionistas (b)	**6.894**	6.800
	19.321	6.800
Passivo não circulante	**1**	-
Valores a pagar a acionistas	**1**	-

8. Partes relacionadas--Continuação

8.2. Transação ou relacionamento com acionistas e pessoal chave da administração--Continuação

(a) Em 30 de junho de 2021, os acionistas do Grupo firmaram contratos de mútuo junto à ISH Tecnologia e Integrasys no valor total de R$12.521, com remuneração de 0,37% ao mês acrescida da variação do CDI. Os contratos preveem ainda a compensação dos valores mutuados com futuros créditos que venham a ser detidos pelos acionistas em face das empresas do Grupo assim como a destinação de forma prioritária por parte dos acionistas do fruto de futuras vendas de participação societária das empresas do Grupo à restituição do valor do mútuo.

(b) Em 30 de junho de 2021, os acionistas do Grupo firmaram instrumento particular de confissão de dívida junto à ISH Tecnologia e Integrasys no montante de R$6.894, dos quais R$6.800 encontravam-se em aberto como valores a receber dos acionistas em 31 de dezembro de 2020, sem juros remuneratórios. A maior parte dos valores em questão foram repassados aos acionistas a título de antecipação de lucros durante o ano de 2020, mas que ao encerramento das respectivas demonstrações contábeis, os devedores acabaram por perceber dividendos superiores aos finais, que não vieram a se concretizar. Os instrumentos de confissão de dívida preveem ainda a compensação dos valores devidos com futuros créditos que venham a ser detidos pelos acionistas em face das empresas do Grupo assim como a destinação de forma prioritária por parte dos acionistas do fruto de futuras vendas de participação societária das empresas do Grupo à restituição do valor da dívida.

8.3. Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos administradores do Grupo são resumidas como segue:

	Combinado	
	30/06/2021	**30/06/2020**
Salários, honorários e encargos sociais	**2.901**	1.030
Benefícios diretos e indiretos	**187**	171
Bônus variáveis	**92**	25
Total	**3.180**	1.226

9. Outros ativos

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Adiantamentos (a)	**3.313**	2.209
Despesas antecipadas e custos para cumprir contratos (b)	**6.777**	4.300
Outros	**1.089**	627
Total	**11.179**	7.136
Circulante	**10.908**	6.869
Não circulante	**271**	267

9. Outros ativos--Continuação

(a) Os adiantamentos são compostos por adiantamentos a empregados e adiantamentos a fornecedores.

(b) Referem-se a valores pagos antecipadamente a prestadores de serviços terceirizados de garantia, suporte e contratos de licença de software em conexão com as obrigações do Grupo de fornecer serviços de supervisão, monitoramento e gerenciamento de cybersegurança. Incluem também gastos diretamente relacionados à instalação e ativação de hardware e software de propriedade do Grupo para futura prestação de serviços. Os montantes com previsão de amortização no prazo de um ano encontram-se registados em outros ativos no circulante e o saldo remanescente registado em outros ativos no não circulante.

10. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Combinado					
	Edifícios e construções	**Instalações e Móveis e utensílios**	**Máquinas e Equipamentos**	**Veículos**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 31/12/2020	172	492	11.473	684	339	13.160
Custo						
Adições	13	70	3.410	-	108	3.601
Baixas	-	(6)	(3)	(1.021)	(59)	(1.089)
Transferências (*)	-		64	-	(197)	(133)
	13	64	3.471	(1.021)	(148)	2.379
Depreciação						
Adições	**(17)**	**(43)**	**(2.017)**	**(85)**	**-**	**(2.162)**
Baixas	**-**	**2**	**3**	**529**	**-**	**534**
	(17)	**(41)**	**(2.014)**	**444**	**-**	**(1.628)**
Saldo em 30/06/2021	**168**	**515**	**12.930**	**107**	**191**	**13.911**

(*) O Grupo efetuou a reclassificação do saldo de R$133 da rubrica de imobilizado para intangível.

	Combinado					
	Edifícios e construções	**Instalações e Móveis e utensílios**	**Máquinas e Equipamentos**	**Veículos**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 31/12/2019	42	533	8.122	958	318	9.973
Custo						
Adições	94	87	4.047	89	440	4.757
Baixas	-	-	-	(97)	-	(97)
Transferências	-	-	100	-	(100)	-
	94	87	4.147	(8)	340	4.660
Depreciação						
Adições	(5)	(104)	(1.625)	(82)	-	(1.816)
Baixas	-	-	-	-	-	-
	(5)	(104)	(1.625)	(82)	-	(1.816)
Saldo em 30/06/2020	131	516	10.644	868	658	12.817

10. Imobilizado--Continuação

Em 30 de junho de 2021 o Grupo não identificou indícios de perda ao valor recuperável de seus ativos imobilizados e concluiu que não há indicações de que os ativos possam ter sofrido desvalorização. Dessa forma, não foram identificados fatores indicativos de perdas por desvalorização dos bens ("*impairment*"). Adicionalmente o Grupo efetua anualmente a revisão das vidas úteis cujos efeitos são reconhecidos prospectivamente.

11. Direito de uso e passivo de arrendamento

O Grupo avaliou os seus contratos e reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento:

- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa.

Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento.

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Combinado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.160
Remensuração	412
Adição	32
Amortização do direito de uso	(524)
Saldo em 30 de junho de 2020	9.080
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.445
Remensuração	**66**
Adição	**-**
Amortização do direito de uso	**(630)**
Saldo em 30 de junho de 2021	**10.881**

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo.

11. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Passivo de arrendamento--Continuação

A taxa de empréstimo incremental do Grupo aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da aplicação inicial variou entre 15,11% a.a. e 13,01% a.a., conforme o prazo de arrendamento.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

	Combinado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.483
Remensuração	95
Adição	32
Encargos financeiros	643
Pagamentos de principal	(852)
Pagamentos de encargos financeiros	(150)
Saldo em 30 de junho de 2020	9.251
Saldo em 31 dezembro de 2020	11.501
Remensuração	**54**
Adição	**-**
Encargos financeiros	**700**
Pagamentos de principal	**(170)**
Pagamentos de encargos financeiros	**(966)**
Saldo em 30 de junho de 2021	**11.119**

Maturidade de contratos

	Combinado
Menos de 1 ano	878
Entre 1 e 2 anos	580
Entre 2 e 5 anos	1.729
Acima de 5 anos	7.932
Saldo dos passivos de arrendamento em 30 de junho de 2021	**11.119**

O direito potencial de PIS e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento é de 9,25% do saldo devedor.

11. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Maturidade de contratos--Continuação

O Grupo, em conformidade com o IFRS 16/CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo IFRS 16/CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. O Grupo avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações contábeis.

12. Intangível

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Softwares e licenças adquiridas (i)	**6.667**	7.268
Software desenvolvido internamente (ii)	**3.142**	1.808
Intangível em andamento (iii)	**608**	1.503
Total	**10.417**	10.579

(i) Softwares e licenças adquiridas para o uso dos funcionários da empresa tanto nas rotinas administrativas quanto na prestação de serviços a clientes. A amortização de software e licenças adquiridas para uso interno é registrada em despesas gerais e administrativas e a amortização de software e licenças adquiridas para prestação de serviços é registrada como custo dos serviços vendidos.

(ii) Software desenvolvido e sob um processo de inovação que já está sendo comercializado (Cyberpass e Mantis) e amortizado pelo período de 3 anos, que corresponde à expectativa da Administração em relação aos benefícios econômicos gerados por cada alteração significativa agregada ao intangível. A amortização do Cyberpass e Mantis é registrada como custo do serviço vendido no resultado.

(iii) Softwares em desenvolvimento cuja viabilidade já foi comprovada mas que ainda não foram comercializados e outros.

	Combinado			
	Intangível em andamento	**Software desenvolvido Internamente**	**Softwares e licenças adquiridas**	**Total**
Saldo em 31/12/2020	1.503	1.808	7.268	10.579
Custo				
Adições	-	1.996	2.069	4.065
Baixas	-	-	-	-
Transferências (*)	(895)	828	200	133
Amortização				
Adições	**-**	**(1.490)**	**(2.870)**	**(4.360)**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldo em 30/06/2021	**608**	**3.142**	**6.667**	**10.417**

(*) O Grupo efetuou a reclassificação do saldo de R$133 da rubrica de imobilizado para intangível.

12. Intangível--Continuação

	Combinado			
	Intangível em andamento	Software desenvolvido Internamente	Softwares e licenças adquiridas	Total
Saldo em 31/12/2019	-	2.938	6.326	9.264
Custo				
Adições	7.953	-	-	7.953
Baixas	-	-	-	-
Transferências	(7.751)	500	7.251	-
Amortização				
Adições	-	(1.067)	(2.309)	(3.376)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2020	202	2.371	11.268	13.841

A atividade do Grupo pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções de cybersegurança para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso.

13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos foram obtidos, basicamente, para aquisição de ativo imobilizado, intangível e para capital de giro e são compostos como segue:

			Combinado	
Contrato/Modalidade	Custo da dívida (% a.m.)	Vencimento	30/06/2021	31/12/2020
Circulante				
Cartão BNDES	1,31% mês	2025	**-**	1.271
Capital de giro	0,65% a 1,06% mês + CDI	2022	**30.151**	24.916
Leasing	0,98% a 1,25% mês	2023	**1.505**	2.208
Crédito direto ao consumidor - CDC	1,00% a 1,18% mês	2023	**464**	560
			32.120	28.955
Não circulante				
Cartão BNDES	1,31% mês	2025	**-**	665
Capital de giro	0,65% a 1,06% mês + CDI	2022	**61.487**	62.202
Leasing	0,98% a 1,25% mês	2023	**335**	893
Crédito direto ao consumidor - CDC	1,00% a 1,18% mês	2023	**245**	445
			62.067	64.205
Total			**94.187**	93.160

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Combinado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	52.579
Captações	22.368
Juros incorridos	2.256
Amortizações de principal	(18.732)
Pagamentos de juros	(2.256)
Saldo em 30 de junho de 2020	56.215

	Combinado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	93.160
Captações	14.810
Juros incorridos	4.395
Amortizações de principal	(13.783)
Pagamentos de juros	(4.395)
Saldo em 30 de junho de 2021	94.187

Os vencimentos das parcelas são os seguintes:

Ano de vencimento	Combinado
2021	15.431
2022	30.485
2023	25.610
2024	18.111
2025	4.550
Total	**94.187**

Cláusulas restritivas (*covenants* financeiros)

O Grupo está sujeito ao cumprimento de índices financeiros relacionados aos contratos de empréstimos e financiamentos conforme apresentado abaixo:

Índice	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Dívida líquida (+ dívida com instituições financeiras + arrendamentos – caixa e equivalentes de caixa e TVM)/EBITDA	<= 1,5	<= 1,75	<= 2,00

Os índices financeiros são mensurados anualmente tendo sido as cláusulas restritivas atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por cessão de direitos creditórios, penhor de bens móveis, aval dos sócios e garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

14. Fornecedores

O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, hardware, software e serviços, além da aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais.

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Fornecedores nacionais	**21.550**	30.769
Fornecedores exterior	**1.318**	3.944
Total	**22.868**	34.713

15. Obrigações tributárias

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
ICMS a recolher	**247**	379
IRRF a recolher	**199**	759
PIS a recolher	**233**	265
COFINS a recolher	**1.205**	1.424
ISS a recolher	**767**	9.79
Total	**2.651**	3.806

16. Obrigações trabalhistas

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Salários e encargos sociais a pagar	**1.919**	1.625
Provisão de férias e 13º salário e encargos sociais	**6.660**	3.767
Comissões de vendas	**1.266**	1.429
Provisão para indenizações trabalhistas	**9.152**	7.103
Provisão para indenização de representantes	**1.957**	3.387
Total	**20.954**	17.311
Circulante	**9.846**	6.821
Não circulante	**11.108**	10.490

17. Parcelamento de impostos

O saldo em aberto em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
REFIS Instituto Nacional de Seguro Social - INSS (a)	**596**	627
Instituto Nacional de Seguro Social - INSS (b)	**608**	794
Parcelamento de PIS e COFINS (c)	**2.069**	2.289
Parcelamento municipal - ISS (d)	**1.170**	1.356
Parcelamento IRPJ e CSLL	**151**	178
Total	**4.594**	5.244
Circulante	**1.011**	1.204
Não circulante	**3.583**	4.040

(a) Este parcelamento se refere a consolidação de modalidade de parcelamento da Lei 12.996/2014-REFIS da Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita Bruta – CPRB, cujos débitos se originaram nos períodos de 1º de dezembro de 2012 a 30 de setembro de 2013. O parcelamento foi realizado em 180 parcelas, de dezembro de 2014 até novembro de 2029.

(b) Referem-se a parcelamentos da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, os quais estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Os parcelamentos são amortizados mensalmente conforme segue:

- Parcelamento no INSS Nº 15578-720.495/19-48 – O parcelamento foi realizado em 12 parcelas, de setembro de 2020 a agosto de 2021.
- Programa Especial De Regularização Tributária (PERT) – INSS – O parcelamento foi realizado em 106 parcelas, de março de 2017 a junho de 2027.
- Parcelamento Previdenciário Simplificado – O parcelamento foi realizado em 59 parcelas, de julho de 2017 a agosto de 2022.
- INSS simplificado (Integrasys) – O parcelamento foi realizado em 50 parcelas, de junho de 2019 a abril de 2021.

(c) Referem-se aos parcelamentos dos tributos PIS e COFINS através do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), concedido através da Medida Provisória 783 de maio de 2017, convertida em Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, onde o pagamento da dívida consolidada é em cento e vinte prestações mensais e sucessivas. Em 11 de dezembro de 2018, a dívida foi consolidada pela Secretaria da Receita Federal. O parcelamento foi realizado em 120 parcelas, de julho de 2017 a junho de 2027.

Neste saldo estão incluídos também parcelamentos de Pis/Cofins, em sessenta parcelas, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC, de abril de 2018 a março de 2023.

(d) Refere-se ao parcelamento do ISS (Imposto Sobre Serviços), sobre ISS devido do ano de 2011 que estava em discussão através do processo 0065841-14.1100.8.26.0090 no qual a Grupo optou em efetuar o parcelamento e liquidar o processo com a Prefeitura de São Paulo. O parcelamento foi realizado em 60 parcelas, de dezembro de 2020 a novembro de 2025.

18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas

O Grupo está se defendendo de demandas judiciais de caráter tributário. Assim, foram efetuados levantamentos, avaliações e quantificações das ações com seus assessores jurídicos. O Grupo é polo passivo em alguns processos de natureza tributária, classificados por seus advogados como chance de perda possível, totalizando o montante de R$1 em 30 de junho de 2021 (R$46 em 31 de dezembro de 2020).

As causas tributárias consistem em naturezas previdenciárias, municipais, estaduais e federais. São representadas, basicamente, por autuações processuais que se encontram com processos em julgamento ou não. Referem-se, principalmente, a discussões quanto à adequada interpretação da legislação tributária, contestações de autos de infração referentes aos recolhimentos de ISS ao município de São Paulo e Vitória e do ICMS ao Estado do Mato Grosso.

19. Receita líquida

	Combinado	
	30/06/2021	**30/06/2020**
Hardwares	**10.547**	16.479
Softwares	**23.672**	45.756
Serviços gerenciados *(Managed security services)*	**77.385**	33.948
Cyberpass	**1.052**	744
Terceirização *(Outsourcing)*	**4.199**	4.263
Serviços profissionais *(Professional services)*	**6.613**	3.534
Serviços em nuvem *(Cloud services)*	**10.141**	7.066
Mantis	**207**	-
Receita não faturada	**13.432**	1.540
Outras	**134**	223
Receita bruta	**147.382**	113.553
ICMS sobre vendas	**(1.473)**	(1.352)
PIS sobre vendas	**(1.140)**	(1.273)
COFINS sobre vendas	**(5.257)**	(5.867)
ISS sobre vendas	**(3.196)**	(2.527)
Total de impostos	**(11.066**	(11.019)
Devoluções e abatimentos sobre mercadorias	**(4.941)**	(5.494)
Total de devoluções e abatimentos	**(4.941)**	(5.494)
Total	**131.375**	97.040

20. Custos de mercadorias e serviços vendidos

	Combinado	
	30/06/2021	**30/06/2020**
Custo de hardware e softwares vendidos	**(4.997)**	(7.405)
Custo de prestação de serviços	**(81.874)**	(57.412)
Mão de obra	**(41.060)**	(18.611)
Equipamentos e softwares	**(13.579)**	(27.964)
Depreciação e amortização	**(5.992)**	(4.636)
Serviços de terceiros	**(20.996)**	(4.548)
Outros	**(247)**	(1.653)
Total	**(86.871)**	(64.817)

21. Despesas por natureza

	Combinado	
	30/06/2021	**30/06/2020**
Vendas		
Pessoal	**(123)**	(2.501)
Marketing	**(409)**	(335)
Utilidades e serviços	**(1.044)**	(2.212)
Comissões	**(2.422)**	(3.395)
Reversão (provisão) de perda de crédito esperada	**81**	(97)
Total	**(3.917)**	(8.540)
Gerais e administrativas		
Pessoal	**(17.286)**	(9.225)
Depreciação e amortização	**(1.160)**	(1.080)
Utilidades e serviços	**(3.897)**	(2.591)
Total	**(22.343)**	(12.896)

22. Resultado financeiro

	Combinado	
	30/06/2021	**30/06/2020**
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos	**(4.395)**	(2.256)
Juros de parcelamentos	**(280)**	(834)
Despesas bancárias	**(313)**	(347)
Descontos concedidos	**(3)**	-
Comissões sobre empréstimos	**(125)**	(161)
IOF sobre operação de empréstimo	**(66)**	(254)
Variação monetária passiva	**(19)**	(4)
Variação cambial passiva	**(200)**	(147)
Juros de arrendamento	**(700)**	(643)
Total	**(6.101)**	(4.646)
Receitas financeiras		
Juros ativos	**3**	7
Rendimentos de aplicações financeiras	**423**	38
Descontos obtidos	**691**	91
Variação monetária ativa	**11**	58
Variação cambial ativa	**52**	6
Remensuração de contratos de arrendamento	**12**	317
Total	**1.192**	517
Resultado financeiro	**(4.909)**	(4.129)

23. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se aos tributos devidos pelo Grupo.

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Imposto de renda	**6.656**	2.581
Contribuição social	**2.390**	917
Total	**9.046**	3.498

23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Despesa de imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020 é como segue:

	Combinado	
	30/06/2021	**30/06/2020**
Impostos diferidos		
Imposto de renda	**626**	430
Contribuição social	**226**	155
	852	585
Impostos correntes		
Imposto de renda	**(4.128)**	(2.148)
Contribuição social	**(1.500)**	(774)
	(5.628)	(2.922)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(4.776)**	(2.337)

c) Conciliação do imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social contábeis e o montante determinado pela alíquota nominal para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 são apresentados a seguir:

	Combinado	
	30/06/2021	**30/06/2020**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**14.084**	6.592
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	**(4.789)**	(2.241)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	**16**	2
Despesas indedutíveis e outras	**(3)**	(98)
	13	(96)
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	**(4.776)**	(2.337)
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	**34%**	35%

d) Composição do ativo e passivo fiscal diferido

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos em 30 de junho de 2021, calculados de acordo com a alíquota nominal de 34% está composta conforme segue:

23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

d) Composição do ativo e passivo fiscal diferido--Continuação

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Ativo:		
Provisões	**3.835**	3.567
Provisão para perda esperada de crédito	**25**	52
Diferença de depreciação	**2.134**	1.486
Arrendamentos	**302**	242
Outros	**734**	734
Passivo:		
Contraprestações de arrendamentos	**(1.392)**	(1.281)
Outros	**-**	(13)
	5.638	4.787

e) Prazo de realização do diferido

A expectativa de realização do diferido é conforme segue abaixo:

2021	2022	2023	2024	2025	Total
798	952	1.118	1.297	1.473	5.638

24. Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

Um segmento operacional é definido como um componente do Grupo que atua em atividades comerciais a partir das quais pode gerar receita e incorrer em despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e despesas relacionadas às suas operações. Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem bruta (lucro bruto), e não avalia as operações usando informações de ativos e passivos por segmento. As transações entre os segmentos são eliminadas, e o Grupo aloca despesas administrativas e de vendas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais.

24. Segmentos operacionais--Continuação

Para fins de análise e gerenciamento das operações, o Grupo possui três segmentos operacionais que são utilizados pela Administração para fins de análise e tomada de decisão, sendo eles:

Cybersegurança:

Compreende serviços avançados de conformidade e segurança da informação voltados a prover visibilidade, gestão e proteção da infraestrutura de tecnologia da informação dos clientes.

Infraestrutura:

Compreende serviços de infraestrutura de TI segura que visam arquitetar, planejar e implantar infraestruturas de TI complexas tendo como premissas a disponibilidade, o desempenho e a integridade.

Serviços em Nuvem ("cloud services"):

Soluções de computação em nuvem e terceirização de Data Center, para otimizar os recursos de processamento de servidores, plataforma de aplicações e armazenamento de dados de forma segura, escalável e sob demanda.

30/06/2021	**Cybersegurança**	**Infraestrutura**	***Cloud services***	**Total**
Receita operacional líquida	**105.409**	**16.605**	**9.361**	**131.375**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	**(69.285)**	**(11.261)**	**(6.325)**	**(86.871)**
Lucro bruto	**36.124**	**5.344**	**3.036**	**44.504**
Despesas operacionais	**(20.463)**	**(3.363)**	**(1.685)**	**(25.511)**
Resultado financeiro, líquido	**(3.985)**	**(590)**	**(334)**	**(4.909)**
IRPJ e CSLL - corrente e diferido, líquido	**(3.959)**	**(470)**	**(347)**	**(4.776)**
Lucro líquido do período	**7.717**	**921**	**670**	**9.308**

30/06/2020	**Cibersegurança**	**Infraestrutura**	***Cloud services***	**Total**
Receita operacional líquida	67.981	22.593	6.466	97.040
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(39.361)	(20.490)	(4.966)	(64.817)
Lucro bruto	28.620	2.103	1.500	32.223
Despesas operacionais	(18.111)	(2.482)	(909)	(21.502)
Resultado financeiro, líquido	(3.544)	(381)	(204)	(4.129)
IRPJ e CSLL - corrente e diferido, líquido	(2.057)	(143)	(137)	(2.337)
Lucro líquido do período	4.908	(903)	250	4.255

24. Segmentos operacionais--Continuação

A receita líquida desagregada por segmento é como segue:

30/06/2021	Cibersegurança	Infraestrutura	*Cloud services*	Total
Receita operacional bruta após devoluções e abatimentos				
Hardwares	**7.134**	**2.740**	**-**	**9.874**
Softwares	**20.075**	**1.107**	**-**	**21.182**
Serviços gerenciados *(Managed security services)*	**67.724**	**11.545**	**-**	**79.269**
Cyberpass	**1.033**	**6**	**-**	**1.039**
Mantis	**207**	**-**	**-**	**207**
Serviços em nuvem *(Cloud services)*	**-**	**-**	**9.979**	**9.979**
Terceirização *(Outsourcing)*	**2.394**	**1.722**	**-**	**4.116**
Serviços profissionais *(Professional services)*	**15.730**	**910**	**-**	**16.640**
Outras	**-**	**134**	**-**	**134**
Impostos sobre vendas	**(8.887)**	**(1.561)**	**(617)**	**(11.066)**
Receita operacional líquida	**105.409**	**16.605**	**9.361**	**131.375**

30/06/2020	Cibersegurança	Infraestrutura	*Cloud services*	Total
Receita operacional bruta após devoluções e abatimentos				
Hardwares	5.725	10.754	-	16.479
Softwares	37.143	8.613	-	45.756
Serviços gerenciados *(Managed security services)*	28.788	6.271	-	35.059
Cyberpass	763	1	-	764
Mantis	-	-	-	-
Serviços em nuvem *(Cloud services)*	-	-	7.066	7.066
Terceirização *(Outsourcing)*	3.496	880	-	4.376
Serviços profissionais *(Professional services)*	3.284	546	-	3.830
Outras	-	223	-	223
Impostos sobre vendas	(11.218)	(4.695)	(600)	(16.513)
Receita operacional líquida	67.981	22.593	6.466	97.040

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

A tabela abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros:

		Combinado	
	Nível	**30/06/2021**	**31/12/2020**
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	2	**6.171**	17.505
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	2	**24.675**	19.364
Contas a receber de clientes (Nota 5)	2	**50.746**	54.271
Partes relacionadas (Nota 8)	2	**19.321**	13.794
Total de ativos financeiros		**100.913**	104.934
Passivos financeiros			
Fornecedores (Nota 14)	2	**22.868**	34.713
Passivo de arrendamento (Nota 11)	2	**11.119**	11.501
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	2	**94.187**	93.160
Total de passivos financeiros		**128.174**	139.374

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são mensurados pelo custo amortizado.

Os ativos e passivos financeiros foram classificados em níveis hierárquicos de valor justo, a saber:

Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/precificação. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros--Continuação

Em 30 de junho de 2021, o Grupo avaliou e concluiu que o valor justo de seus ativos e passivos financeiros são simulares aos valores contabilizados.

Gestão de riscos

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de exposição cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

a) *Exposição a riscos cambiais*

O fluxo de caixa do Grupo está sujeito à volatilidade do dólar norte-americano, uma vez que parte dos seus insumos são adquiridos com fornecedores no exterior, expondo o Grupo à flutuação do câmbio desta moeda.

O Grupo não contrata operações de hedge para proteger seu fluxo de caixa contra o risco cambial relacionado às suas obrigações.

		Combinado	
Passivos	**Fator de risco**	**30/06/2021**	**31/12/2020**
Fornecedores (nota 14)	USD	**1.318**	3.944
Total de passivos		**1.318**	3.944

Análise de sensibilidade

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 30 de junho de 2021, o Grupo realizou uma análise de sensibilidade com aumento da taxa de câmbio informada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para a data de encerramento do período (R$/US$) de 25% e 50%, conforme segue:

30/06/2021 – R$/US$: 5,0022				
		Cenários		
Instrumento	**Fator de risco**	**Saldo**	**25%**	**50%**
Fornecedores estrangeiros (nota 14)	Alta do USD	1.318	1.648	1.977
Efeito no resultado			(330)	(659)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

b) *Concentração de risco de crédito*

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam o Grupo a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

O Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

O Grupo está exposto ao risco de crédito decorrente de recebíveis, seguradoras, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco do Grupo em um nível aceitável.

Para a exposição de crédito comercial, decorrente da venda a clientes finais, a área de gestão de risco, de acordo com o nível de delegação em vigor, aprova ou solicita a aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte.

O Grupo atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado, ratings de crédito externos e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre a posição estratégica da contraparte e o histórico de relacionamento comercial.

c) *Riscos de taxa de juros*

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Análise de sensibilidade

Com base nos instrumentos financeiros sujeitos a variação da CDI, levantados em 30 de junho de 2021, o Grupo realizou uma análise de sensibilidade com o cenário provável para os 12 meses seguintes com base em projeções de assessores financeiros na data base, e a partir destes, simulou variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), conforme segue:

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

c) *Riscos de taxa de juros*--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

30 de junho de 2021	Cenários		
Empréstimos e financiamentos	**Cenário Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Capital de giro	**91.638**	**91.638**	**91.638**
Taxa sujeita a variação	**2,56%**	**3,20%**	**3,84%**
Despesa financeira projetada	**2.346**	**2.932**	**3.519**
Variação		**586**	**1.173**

30 de junho de 2021	Cenários		
Aplicação financeira	**Cenário Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Aplicação renda fixa	**12.397**	**13.397**	**12.397**
Taxa Sujeita a variação	**2,56%**	**1,92%**	**1,28%**
Receita Financeira Projetada	**317**	**238**	**159**
Variação		**(79)**	**(158)**
Fundo renda fixa	**10.267**	**10.267**	**10.267**
Taxa sujeita a variação	**2,56%**	**1,92%**	**1,28%**
Receita financeira projetada	**263**	**197**	**131**
Variação		**(66)**	**(132)**

d) *Riscos de liquidez*

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

d) *Riscos de liquidez*--Continuação

A seguir são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, como segue:

	Combinado			
	Valor	**Até 1 ano**	**1-5 anos**	**Acima de 5 anos**
Fornecedores (Nota 14)	22.868	22.868	-	-
Passivo de arrendamento (Nota 11)	11.119	878	2.309	7.932
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	94.187	32.120	62.067	-
Total	**128.174**	**55.866**	**64.376**	**7.932**

e) *Gestão de capital*

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos. A estrutura de capital do Grupo consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

	Combinado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Total dos empréstimos (Nota 13)	**94.187**	93.160
Passivo de arrendamento (Nota 11)	**11.119**	11.501
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	**(6.171)**	(17.505)
(-) Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	**(24.675)**	(19.364)
Dívida líquida	**74.460**	67.792

26. Cobertura de seguros

O Grupo, com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil. Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e os prédios onde o Grupo está instalado.

Em 30 de junho de 2021, os principais seguros contratados são:

		Vigência		
Ramo	**Seguradora**	**De**	**Até**	**Limite máximo de Responsabilidades (milhões)**
Compreensivo Empresarial	Alfa Seguradora	out-20	dez-21	R$14.500
Veículos (i)	HDI Seguros/Tokio Marine	dez-20	out-21	Tabela Fipe
Garantia (ii)	Tokio Marine/Porto Seguro			5% Contrato Cliente

(i) Valor de Mercado Determinado pela tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

(ii) 5% do valor do contrato com cliente.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

27. Eventos subsequentes

Reestruturação societária

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de julho de 2021, os acionistas da ISH Tech S.A. (“Companhia”) autorizaram: (i) a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); (ii) a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado”); (iii) a realização de oferta pública inicial de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia a ser registrada junto à CVM (“Oferta”); (iv) realização de esforços de colocação das ações no exterior para investidores institucionais qualificados nos Estados Unidos da América e investidores qualificados e outros investidores fora dos Estados Unidos da América e do Brasil; e (v) a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias em relação aos itens anteriores.

27. Eventos subsequentes--Continuação

Reestruturação societária--Continuação

Em 18 de agosto de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da ISH Tech S.A. aprovou o aumento do seu capital social de R$1, para R$ 6.769, mediante a emissão de 6.767.823 (seis milhões, setecentas e sessenta e sete mil, oitocentas e vinte e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem integralmente subscritas e integralizadas pelos atuais acionistas do Grupo, mediante a conferência da totalidade das ações detidas no capital social da ISH Tecnologia e Integrasys, condicionado à consumação da sua oferta pública inicial de ações.

DocuSign Envelope ID: 7BCBB0AE-5DC3-4F3B-A3D3-59C2D454D36F

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

MICHELINI CAMUZZI FERRARI STORCK, brasileira, casada, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 1274495 e inscrito no CPF/ME sob nº 031.846.107-21, na qualidade de **Diretora Executiva de Finanças e de Relações com Investidores** da **ISH TECH S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, e com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período compreendido entre 02 de junho de 2021 (data de constituição) e 30 de junho de 2021.

São Paulo, 19 de agosto de 2021.

MICHELINI CAMUZZI FERRARI STORCK

DocuSign Envelope ID: 55288128-35E6-488C-9DF5-41D5FB888D5F

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

ALLAN MARCELO DE CAMPOS COSTA, brasileiro, divorciado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.597.936-9 e inscrito no CPF/ME sob nº 849.262.529-53, na qualidade de **Diretor Vice-Presidente** da **ISH TECH S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, e com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período compreendido entre 02 de junho de 2021 (data de constituição) e 30 de junho de 2021.

São Paulo, 19 de agosto de 2021.

DocuSigned by:
Assinado por: ALLAN MARCELO DE CAMPOS COSTA:84926252953
CPF: 84926252953
Data/Hora da Assinatura: 18/08/2021 | 12:01:26 BRT
ICP Brasil
FA86A254DF19473AAA146A5B8DE6BBC2

ALLAN MARCELO DE CAMPOS COSTA

DocuSign Envelope ID: 0522405A-86E7-4375-B1EA-E5F4F2A63558

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

RODRIGO VOLK ETIENNE DESSAUNE, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 589.040 e inscrito no CPF/ME sob nº 873.660.457-72, na qualidade de **Diretor Presidente** da **ISH TECH S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, e com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período compreendido entre 02 de junho de 2021 (data de constituição) e 30 de junho de 2021.

São Paulo, 19 de agosto de 2021.

DocuSigned by:
Rodrigo Volk Etienne Dessaune
Assinado por: RODRIGO VOLK ETIENNE DESSAUNE:87366045772
CPF: 87366045772
Data/Hora da Assinatura: 19/08/2021 | 13:15:45 BRT
ICP
A1717B9E3515AC4B9B88A02B8DA67AA

RODRIGO VOLK ETIENNE DESSAUNE

Anexo J – Demonstrações Contábeis Combinadas da ISH Tecnologia S.A. e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações contábeis combinadas

Grupo ISH Tecnologia

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Grupo ISH Tecnologia

Demonstrações contábeis combinadas

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis combinadas 1

Demonstrações contábeis combinadas auditadas

Balanço patrimonial combinado 5
Demonstração do resultado combinado.....7
Demonstração do resultado abrangente combinado 8
Demonstração das mutações do acervo líquido combinado 9
Demonstração dos fluxos de caixa combinado 10
Demonstração do valor adicionado combinado.....11
Notas explicativas às demonstrações contábeis combinadas 12

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
10º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis combinadas

Aos
acionistas do
Grupo ISH Tecnologia
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis combinadas do Grupo ISH Tecnologia ("Grupo") que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas". Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração combinada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do Grupo, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis combinadas do Grupo. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis combinadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração combinada do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis combinadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis combinadas a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis combinadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Bruno Costa Oliveira
Contador CRC-1BA031359/O-8

Grupo ISH Tecnologia

Balanço patrimonial combinado
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Combinado 31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	**17.505**	20.111	1.713
Títulos e valores mobiliários	4	**16.407**	805	764
Contas a receber	5	**54.250**	30.641	27.604
Estoques	6	**8.974**	4.490	1.209
Impostos a recuperar	7	**8.316**	6.542	5.137
Partes relacionadas	8	**-**	-	91
Outros ativos	9	**6.869**	10.038	11.594
Total do ativo circulante		**112.321**	72.627	48.112
Não circulante				
Contas a receber	5	**21**	-	160
Títulos e valores mobiliários	4	**2.957**	364	479
Partes relacionadas	8	**13.794**	7.964	9.896
Tributos diferidos	23	**4.787**	2.594	2.612
Outros ativos	9	**267**	184	146
Imobilizado	10	**13.160**	9.973	9.153
Ativo de direito de uso	11	**11.445**	9.160	-
Intangível	12	**10.579**	9.264	11.021
Total do ativo não circulante		**57.010**	39.503	33.467
Total do ativo		**169.331**	112.130	81.579

	Nota explicativa	Combinado 31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	14	**34.713**	34.261	25.986
Empréstimos e financiamentos	13	**28.955**	32.995	21.102
Obrigações tributárias	15	**3.806**	807	1.970
Imposto de renda e contribuição social	23	**3.498**	3.796	3.661
Obrigações trabalhistas	16	**6.821**	4.533	3.175
Parcelamentos de tributos	17	**1.204**	671	512
Passivo de arrendamento	11 e 8	**842**	682	-
Outros passivos		**1.574**	1.180	350
Total do passivo circulante		**81.413**	78.925	56.756
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	**64.205**	19.584	18.473
Parcelamentos de tributos	17	**4.040**	3.695	3.921
Partes relacionadas	8	**-**	-	403
Passivo de arrendamento	11 e 8	**10.659**	8.801	-
Obrigações trabalhistas	16	**10.490**	6.717	5.120
Outros passivos		**79**	217	217
Total do passivo não circulante		**89.473**	39.014	28.134
Acervo líquido		**(1.555)**	(5.809)	(3.311)
Total do passivo e acervo líquido		**169.331**	112.130	81.579

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo ISH Tecnologia

Demonstração do resultado combinado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

	Nota explicativa	Combinado 2020	2019	2018
Receita líquida	19	**223.263**	156.042	120.324
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	20	**(153.387)**	(103.447)	(72.135)
Lucro bruto		**69.876**	52.595	48.189
Despesas administrativas	21	**(30.824)**	(24.723)	(21.666)
Despesas de vendas	21	**(20.131)**	(12.938)	(5.977)
Outras receitas (despesas), líquidas		**802**	(94)	(256)
		(50.153)	(37.755)	(27.899)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**19.723**	14.840	20.290
Despesas financeiras	22	**(10.638)**	(10.841)	(11.336)
Receitas financeiras	22	**1.150**	403	873
Resultado financeiro, líquido		**(9.488)**	(10.438)	(10.463)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**10.235**	4.402	9.827
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	23	**(5.331)**	(1.510)	(4.963)
Diferido	23	**2.194**	(15)	540
		(3.137)	(1.525)	(4.423)
Lucro líquido do exercício		**7.098**	2.877	5.404

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo ISH Tecnologia

Demonstração do resultado abrangente combinado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Lucro líquido do exercício	**7.098**	2.877	5.404
Resultado abrangente	**7.098**	2.877	5.404

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo ISH Tecnologia

Demonstração das mutações do acervo líquido combinado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Acervo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	(6.571)
Lucro líquido do exercício	5.404
Dividendos	(1.157)
Ajuste de avaliação patrimonial	(187)
Transações de capital com os acionistas	(800)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.311)
Lucro líquido do exercício	2.877
Dividendos	(5.199)
Ajuste de avaliação patrimonial	(164)
Transações de capital com os acionistas	(300)
Outros	288
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(5.809)
Lucro líquido do exercício	**7.098**
Dividendos	**(3.290)**
Ajuste de avaliação patrimonial	**(53)**
Outros	**499**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(1.555)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo ISH Tecnologia

Demonstração dos fluxos de caixa combinado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	**7.098**	2.877	5.404
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	**13.328**	11.034	7.714
Provisão para perda esperada de crédito	**65**	43	45
Juros sobre passivos de arrendamentos	**1.289**	1.151	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**5.887**	6.164	7.813
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(2.194)**	15	(540)
Provisões	**3.773**	1.597	993
Ganho na remensuração de contratos de arrendamento	**(577)**	-	-
Efeitos da adesão de parcelamentos tributários	**1.545**	-	-
Efeito líquido da baixa de ativo imobilizado	**1.693**	161	383
	31.907	23.042	21.812
(Aumento) Redução dos ativos			
Contas a receber	**(23.695)**	(2.920)	(17.385)
Estoque	**(4.484)**	(3.281)	4.056
Impostos a recuperar	**(8.780)**	(4.909)	(1.414)
Outros ativos	**3.194**	1.428	(7.010)
(Redução) Aumento dos passivos			
Fornecedores	**452**	8.275	7.315
Obrigações tributárias	**2.999**	(1.163)	2.396
Imposto de renda e contribuição social	**4.982**	3.190	5.606
Obrigações trabalhistas	**2.288**	1.358	668
Parcelamento de tributos	**(667)**	(67)	872
Outros passivos	**238**	882	29
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**8.434**	25.835	16.945
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	**(5.887)**	(6.164)	(7.813)
Juros pagos de passivos de arrendamentos	**(283)**	(185)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	-	(199)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**2.264**	19.486	8.933
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários	**(18.195)**	74	(1.223)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	**(18.517)**	(9.780)	(13.477)
Partes relacionadas	**1.421**	(1.169)	(4.677)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(35.291)**	(10.875)	(19.377)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	**83.789**	43.881	31.523
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	**(43.208)**	(30.877)	(15.817)
Pagamento de passivo de arrendamento mercantil	**(1.689)**	(1.121)	-
Transações de capital junto a acionistas	**-**	(300)	(800)
Antecipações e dividendos pagos a acionistas	**(8.471)**	(1.796)	(4.183)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**30.421**	9.787	10.723
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	**(2.606)**	18.398	279
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**20.111**	1.713	1.434
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**17.505**	20.111	1.713

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo ISH Tecnologia

Demonstração do valor adicionado combinado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receitas	**252.883**	174.786	138.033
Venda de mercadorias, produtos e serviços	**250.205**	172.799	133.836
Receita relativa à construção de ativos próprios	**1.003**	807	3.225
Outras receitas	**1.740**	1.223	1.137
Provisão para perda esperada de créditos	**(65)**	(43)	(165)
Insumos adquiridos de terceiros	**(115.235)**	(82.904)	(62.344)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	**(85.783)**	(58.954)	(47.791)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(29.452)**	(23.950)	(14.553)
Valor adicionado bruto	**137.648**	91.882	75.689
Retenções	**(13.328)**	(11.034)	(7.714)
Depreciação e amortização	**(13.328)**	(11.034)	(7.714)
Valor adicionado líquido	**124.320**	80.848	67.975
Valor adicionado recebido em transferência	**1.147**	403	873
Receitas financeiras	**1.150**	403	873
Outras	**(3)**	-	-
Valor adicionado total	**125.467**	81.251	68.848
Distribuição do valor adicionado	**125.467**	81.251	68.848
Pessoal e encargos	**76.372**	48.704	33.406
Remuneração direta	**59.183**	37.173	26.129
Benefícios	**14.531**	9.381	5.912
F.G.T.S.	**2.658**	2.150	1.365
Impostos, taxas e contribuições	**31.233**	18.303	17.195
Federais	**20.070**	11.082	11.905
Estaduais	**4.259**	3.097	2.287
Municipais	**6.904**	4.124	3.003
Remuneração de capitais de terceiros	**10.764**	11.367	12.843
Juros	**8.798**	9.185	9.972
Aluguéis	**126**	526	1.507
Outros	**1.840**	1.656	1.364
Remuneração de capitais próprios	**7.098**	2.877	5.404
Lucros (prejuízos) retidos	**(1.373)**	1.081	1.221
Antecipações e dividendos pagos a acionistas	**8.471**	1.796	4.183

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis combinadas.

1. Contexto operacional

O Grupo ISH Tecnologia ("Grupo"), com sede na cidade de Vitória - ES, foi constituído em 23 de fevereiro de 1997 e é formado pelas entidades ISH Tecnologia S.A. ("ISH Tecnologia") e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("Integrasys").

O Grupo tem como atividade principal prover soluções para segurança da informação, infraestrutura de tecnologia da informação ("TI") e computação em nuvem.

O Grupo atua em todo território nacional, através de suas filiais estabelecidas nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Brasília, além da sua Matriz no Espírito Santo. Com o intuito de ampliar e internacionalizar sua área de atuação, foi constituída no final de 2020, uma subsidiária da ISH Tecnologia nos Estados Unidos, a ISH Cybersecurity Inc., a qual ainda se encontra em fase pré-operacional.

Ações e impactos causados pela pandemia de Covid-19

Apesar do impacto negativo e relevante que a pandemia de COVID-19 provocou em 2020 em diversos seguimentos da economia, as atividades do Grupo seguiram crescendo, tendo sua receita líquida aumentado 45% quando comparada com o exercício de 2019. Este crescimento foi fortemente impulsionado pelo aumento da demanda, liderado por empresas que necessitaram melhorar ou implementar soluções de segurança da informação que garantissem a continuidade das atividades, principalmente pelo aumento das transações virtuais em diversas atividades econômicas que se tornaram ainda mais vulneráveis aos ataques cibernéticos.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1. Base de combinação

Estas demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração contábil, informações relativas à totalidade das atividades de entidades do Grupo que se encontram sob controle comum, independentemente da disposição da sua estrutura societária, como se fossem uma única entidade. Assim, os saldos apresentados nas demonstrações contábeis combinadas estão representados pelos saldos combinados históricos da ISH Tecnologia S.A. e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para quaisquer outros fins societários.

As demonstrações combinadas foram preparadas com o propósito de serem utilizadas como informação complementar no processo de oferta pública inicial de ações pretendido por parte do Grupo.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de combinação--Continuação

Os seguintes critérios foram adotados para a elaboração das demonstrações contábeis combinadas:

- O exercício social é coincidente entre todas as empresas que compõem as demonstrações contábeis combinadas, bem como as políticas contábeis adotadas em suas demonstrações contábeis são uniformes.

O processo de combinação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com a eliminação dos saldos de ativos, passivos e resultado derivado de transações entre as empresas.

- As demonstrações contábeis combinadas do Grupo incluem as seguintes empresas, as quais estão sob controle comum:

	% Participação do Grupo		
Empresa	**2020**	**2019**	**2018**
ISH Tecnologia S.A. (a)	**100%**	100%	100%
Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. (b)	**100%**	100%	100%

(a) ISH Tecnologia S.A.: Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de fevereiro de 1997, com sede na cidade de Vitória – ES e que tem como objeto social principal soluções para segurança da informação, infraestrutura de TI e computação em nuvem. A ISH Tecnologia S.A. possui uma subsidiária integral, a ISH Cybersecurity Inc., criada em 23 de julho de 2020 de acordo com as leis do Estado da Flórida, EUA, a qual encontra-se em fase pré-operacional. As informações contábeis da ISH Cybersecurity Inc. em 31 de dezembro de 2020, as quais são consolidadas pela ISH Tecnologia para fins da preparação destas demonstrações contábeis combinadas, encontram-se a seguir.

31/12/2020	Participação	Total do ativo	Patrimônio líquido	Resultado
ISH Cybersecurity Inc.	100%	109	109	(3)

(b) Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda.: Sociedade empresarial limitada, constituída em 25 de outubro de 1996, com sede na cidade de Vitória – ES e que tem como objeto social principal soluções para segurança da informação e infraestrutura de TI.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de combinação--Continuação

A seguir demonstrativo dos saldos individuais e as respectivas eliminações:

31/12/2020	ISH Tecnologia	Integrasys	Eliminações	Combinado
Ativo	**160.609**	**9.093**	**(371)**	**169.331**
Passivo	**163.024**	**8.233**	**(371)**	**170.886**
Acervo líquido	**(2.415)**	**860**	**-**	**(1.555)**
Lucro líquido	**6.925**	**173**	**-**	**7.098**

31/12/2019	ISH Tecnologia	Integrasys	Eliminações	Combinado
Ativo	105.137	7.364	(371)	112.130
Passivo	112.961	5.349	(371)	117.939
Acervo líquido	(7.824)	2.015	-	(5.809)
Lucro líquido	1.348	1.529	-	2.877

31/12/2018	ISH Tecnologia	Integrasys	Eliminações	Combinado
Ativo	77.361	4.589	(371)	81.579
Passivo	81.729	3.532	(371)	84.890
Acervo líquido	(4.368)	1.057	-	(3.311)
Lucro líquido	4.124	1.280	-	5.404

2.2. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis combinadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis combinadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foi aprovada pela Diretoria do Grupo em 19 de agosto de 2021.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis combinadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional de suas operações.

2.4. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

Essas demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional das empresas que individualmente compõem as demonstrações contábeis combinadas do Grupo. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada de transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2018

CPC 38 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

A norma CPC 38 / IFRS 9 substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças: i) classificação e mensuração de ativos financeiros; ii) redução do valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”); e iii) contabilidade de hedge.

O Grupo avaliou os efeitos da implementação dos normativos acima em suas demonstrações contábeis combinadas e concluiu que os impactos não foram significativos.

CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes:

A norma CPC 47 / IFRS 15 substituiu todos os requisitos anteriores de reconhecimento de receita. A nova norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a CPC 47 / IFRS 15 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que o Grupo espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

O Grupo realizou a adoção da norma CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não prevê a reapresentação das informações de períodos anteriores comparativas. Vide Nota 2.9 para maiores detalhes em relação às principais práticas contábeis de reconhecimento de receita.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos:

Substitui as normas de arrendamento existentes, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A atualização da CPC 06 (R2) / IFRS 16 não trouxe mudanças significativas para o arrendador, a contabilidade permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Arrendamentos em que o Grupo atua como arrendatário

Até 2018, o Grupo aplicava a norma CPC 06(R1) / IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil, no qual estabelecia que a determinação de se um acordo é, ou contém, arrendamento mercantil está baseada em aspectos relativos ao uso de um ativo ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Neste contexto, com base nestas normas, os arrendamentos mercantis financeiros são aqueles que transferem ao Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado e são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, incluindo, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os arrendamentos operacionais, que eram os arrendamentos substancialmente mantidos pelo Grupo são aqueles cujos riscos e benefícios não são transferidos ao arrendatário, sendo os custos reconhecidos no resultado de forma linear por competência, à medida que o ativo é utilizado. As diferenças entre os valores efetivamente pagos e os reconhecidos como despesa no resultado são reconhecidos como despesas antecipadas ou provisionados no balanço patrimonial, os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos que não se qualificarem nesta regra são classificados como operacional.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019--Continuação

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos--Continuação

A partir de 1º de janeiro de 2019, o Grupo adotou a norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 que substituiu a CPC 06 (R1) / IAS 17 e ICPC 03 / IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento. A CPC 06 (R2) / IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a CPC 06 (R1) / IAS 17. Desse modo, na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O Grupo selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos. O Grupo aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou a CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com a CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

Estabelece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A administração do Grupo deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 – Tributos sobre lucro com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1° de janeiro de 2019.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019--Continuação

ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro--Continuação

Na avaliação da Administração do Grupo, não existiram impactos significativos em decorrência desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e procedentes de tribunais Administrativos e Judiciais.

2.7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2020

Alterações no CPC 15 (R1) / IFRS 3: Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar outputs - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis combinadas do Grupo, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38 (R1) / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9: Reforma da taxa de juros de referência

As alterações aos pronunciamentos CPC 38 e CPC 48, fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis combinadas do Grupo, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2020--Continuação

Alterações no CPC 26 (R1) / IAS 1 e CPC 23 / IAS 8: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral, tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações contábeis sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura conceitual para relatório financeiro

O pronunciamento traz revisão de alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas, critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis combinadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Grupo.

Alterações no CPC 06 (R2) / IFRS 16: Benefícios relacionados *à* COVID-19, concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2), sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia de COVID-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à COVID-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao COVID-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2), se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Além de não terem ocorridos benefícios relevantes relacionados como consequência direta da pandemia de COVID-19 em seus contratos de arrendamento, o Grupo optou por não aplicar esse expediente prático, portanto não houve impacto em suas demonstrações contábeis combinadas.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Normas emitidas e ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis combinadas, estão descritas a seguir.

O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor que são:

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB realizou alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos existentes podem exigir renegociação.

2.9. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, resgatáveis em até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Contas a receber

As contas a receber de clientes, correspondem aos valores a receber pelas vendas de mercadorias e prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A provisão para perda esperada de créditos do contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para perda esperada de créditos pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação a possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

As contas a receber de clientes não faturadas representam os valores pelos quais o Grupo reconheceu receita, de acordo com sua política de reconhecimento de receita, para serviços profissionais já realizados, mas ainda não faturados, e para os quais o Grupo acredita ter um direito incondicional de receber caixa.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques de hardware e software são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda das mercadorias ou dos serviços estimados dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda das mercadorias e prestação dos serviços.

d) Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Imobilizado--Continuação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Edificações e construções	25 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Instalações	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	3 a 10 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 15 anos
Veículos	5 anos

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

e) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis gerados internamente possuem os seus custos de desenvolvimento capitalizados até o momento da sua conclusão. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas ao valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Softwares desenvolvidos internamente	3 anos
Softwares e licenças adquiridas	1 a 5 anos

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 o Grupo não possuía registrado ativos intangíveis de vida útil indefinida.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda.

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Ativos intangíveis--Continuação

Pesquisa e desenvolvimento--Continuação

As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Arrendamentos

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do arrendamento.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que as taxas de juros implícita nos contratos de arrendamento não podem ser imediatamente determinadas. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

g) Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Redução ao valor recuperável--Continuação

A Administração verificou os indicadores para identificar a necessidade de aplicação do teste de redução ao valor recuperável (*impairment*), tais como: diminuição significativa do preço de mercado, mudança significativa relativa ao ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, alterações nas taxas de mercado com reflexo na taxa de desconto utilizada para definição do valor justo, baixa rentabilidade, evidência de obsolescência, planos para descontinuar ou reestruturar unidade operacional, gastos com manutenção acima do esperado, dentre outros.

Não foram identificados indícios de perda ao valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangível em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

h) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

i) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Principais práticas contábeis--Continuação

j) Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação. O imposto de renda e a contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas

k) Imposto de renda e contribuição social diferido

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre saldos de prejuízo fiscal e base negativa assim como para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade à ICPC 22/IFRIC 23, o Grupo avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Principais práticas contábeis--Continuação

I) Reconhecimento da receita de vendas

Receita de vendas de hardware e software

O Grupo concluiu que a receita de vendas de hardware e software deve ser reconhecida quando o controle do ativo é transferido para o cliente, geralmente quando os produtos são entregues ou as licenças de software são disponibilizadas ao comprador. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que uma vez que atua como principal, nas vendas de hardware e software, e, como tal, tem a responsabilidade primária pelo cumprimento dos pedidos, arca com o risco de estoque, tem poder discricionário no estabelecimento de preços e arca com o risco de crédito do cliente.

Receita de serviços prestados

As receitas de serviços são reconhecidas quando ou conforme o Grupo satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas de serviços do Grupo derivam basicamente de:

Serviços gerenciados *(Managed Security Services):* serviços de supervisão, monitoramento e gerenciamento dos recursos e soluções de segurança da informação utilizados pelos clientes assim como da sua operação de rede, através do *Security Operations Center ("SOC") e Network Operations Center ("NOC")* do Grupo, respectivamente.

Os serviços de supervisão, monitoramento e gerenciamento de cybersegurança normalmente incluem serviços de instalação e manutenção antecipados, e também podem incluir o fornecimento de um dispositivo de hardware e licenças de software associados. Nos contratos em que o Grupo utiliza seus próprios dispositivos de hardware e licenças de software, a propriedade dos mesmos não é transferida para o cliente. Além disso, nesses casos, quaisquer custos de instalação relacionadas não são reembolsáveis, não são vendidos separadamente e/ou podem ser realizados por terceiros ou ter seus benefícios usufruídos de forma independente pelo cliente, não podendo assim ser distinguidos no contexto do contrato. Portanto, o Grupo considera que esses acordos possuem uma única obrigação de desempenho para a qual a receita e quaisquer custos relacionados são reconhecidos proporcionalmente ao longo do prazo do contrato, o que reflete o desempenho do Grupo na transferência do controle dos serviços para o cliente.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Principais práticas contábeis--Continuação

I) Reconhecimento da receita de vendas--Continuação

Receita de serviços prestados--Continuação

Para os contratos em que os serviços de dispositivos de hardware e licenças de software tem a propriedade transferida para o cliente, assim como o serviço de instalação é vendido separadamente e pode inclusive ser executado por terceiros, por não envolver ativos e/ou acesso à plataforma tecnológica do Grupo, é considerado a existência de obrigações de performance distintas, e a sua receita é reconhecida quando os produtos são entregues ou as licenças de software são disponibilizadas ao comprador, quando os serviços de instalação são finalizados assim como à medida em que os serviços de supervisão, monitoramento e gerenciamento de cybersegurança são prestados.

*Cyberpass: s*ubscrição para uso de ferramenta de *Marketing, Business Inteligence e Customer Smart Data, desenvolvida* internamente pelo Grupo. A receita é reconhecida de acordo com a utilização do serviço por parte do cliente.

Serviços em nuvem *(Cloud services):* serviços de armazenamento de dados dos clientes na nuvem, no qual o Grupo disponibiliza espaços em sua infraestrutura para que o cliente armazene dados de acordo com a capacidade contratada. A receita é reconhecida de acordo com a utilização do serviço por parte do cliente.

Terceirização *(Outsourcing):* disponibilização de mão de obra especializada para execução de atividades rotineiras de segurança da informação. A receita é reconhecida de acordo com a utilização do serviço por parte do cliente.

Serviços profissionais *(Professional Services):* incluem serviços de consultoria de risco e segurança da informação, soluções de respostas a incidentes, instalação e manutenção de softwares e hardwares e treinamento. A receita é reconhecida de acordo com a finalização e aceite dos serviços por parte do cliente.

Receitas não faturadas

As receitas não faturadas representam os valores pelos quais o Grupo reconheceu receita, de acordo com sua política de reconhecimento de receita, para licenças de software já entregues e serviços profissionais já realizados, mas faturados em atraso e para os quais o Grupo acredita ter um regime incondicional direito a contraprestação.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Principais práticas contábeis--Continuação

I) Reconhecimento da receita de vendas--Continuação

Despesas antecipadas

Representam valores pagos antecipadamente a prestadores de serviços terceirizados para garantia, suporte e contratos de licença de software em conexão com as obrigações do Grupo de fornecer serviços de supervisão, monitoramento e gerenciamento de cybersegurança. Os montantes pagos antecipadamente são amortizados pelo método linear ao longo do prazo do contrato e é reconhecido principalmente como um componente do custo de venda. Os montantes com previsão de amortização no prazo de um ano encontram-se registados em outros ativos no circulante e o saldo remanescente registado em outros ativos no não circulante.

Custos para obtenção de contrato

O Grupo paga comissão de vendas aos seus colaboradores e representantes para cada contrato que obtiverem pelas vendas de hardwares e softwares agrupadas com serviços. O Grupo aplica o expediente prático de reconhecer imediatamente nas despesas os custos para obtenção de contrato se o período de amortização do ativo que seria reconhecido teria sido inferior ou igual a um ano. Dessa forma, as comissões de vendas são reconhecidas imediatamente como despesas de vendas e o seu saldo residual a pagar é classificado no grupo de obrigações trabalhistas no passivo circulante.

Custos para cumprir o contrato

Estes custos referem-se principalmente a gastos diretamente relacionados à instalação e ativação de hardware e software de propriedade do Grupo para futura prestação de serviços de supervisão, monitoramento e gerenciamento de cybersegurança, e são compostos principalmente por uma parcela da remuneração do pessoal que executa essas atividades durante as fases iniciais de desenho, migração, integração e teste dos projetos.

Estes custos são então amortizados em base sistemática que seja consistente com a transferência ao cliente dos serviços aos quais se referem. Os montantes com previsão de amortização no prazo de um ano encontram-se registados em outros ativos no circulante e o saldo remanescente registado em outros ativos no não circulante.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Principais práticas contábeis--Continuação

l) Reconhecimento da receita de vendas--Continuação

Custos para cumprir o contrato--Continuação

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado na medida em que o valor contábil do ativo reconhecido exceda: (a) o valor restante da contraprestação que a entidade espera receber em troca dos serviços aos quais o ativo se refere; menos (b) os custos que se referem diretamente ao fornecimento desses serviços e que não foram reconhecidos como despesa.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado ("DVA")

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade CPC 03 / NBC TG 03 (R3) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com a CPC 09 / NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

n) Segmentos operacionais

O Grupo possui três segmentos operacionais que são utilizados para fins de análise e tomada de decisão pelos seus Administradores e Presidente, conforme demonstrado na Nota 24.

2.10. Uso de estimativas e julgamentos contábeis

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Uso de estimativas e julgamentos contábeis--Continuação

Os principais elementos patrimoniais que envolvem julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo são os seguintes:

- Nota 5 - Provisão para perda esperada de crédito.
- Notas 10 e 12 - Vidas úteis do ativo imobilizado e intangível.
- Nota 11 – Ativo de direito de uso e passivos de arrendamentos;
- Nota 18 - Provisão riscos cíveis, fiscais e trabalhistas; e
- Nota 23 - Mensuração de tributos diferidos e estimativa de prazo de realização dos ativos fiscais diferidos.

2.11. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando o Grupo assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros.

Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pelo Grupo. Passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros--Continuação

O Grupo não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”.

O Grupo não possui passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se o Grupo detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

O Grupo avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros.

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os recebíveis não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos, de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros--Continuação

Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, na qual estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito para calcular a perda esperada do contas a receber.

Consideramos um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, também pode considerar um ativo financeiro que não está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo não receber integralmente os valores contratuais em aberto.

Em geral o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado devido ao ramo de negócio e pela carteira de clientes diversificada. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Caixa	**2**	3	1
Bancos	**3.163**	13.109	632
Aplicações financeiras	**14.340**	6.999	1.080
	17.505	20.111	1.713

O Grupo considera como caixa e equivalentes de caixa, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

A exposição do Grupo a risco de taxas de juros e análise de sensibilidade para esses ativos está apresentada na Nota 25.

4. Títulos e valores mobiliários

O Grupo considera como títulos e valores mobiliários, os depósitos bancários e outros investimentos de liquidez de curto prazo que não atendem a todos os critérios para serem classificadas como equivalentes de caixa nos termos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A composição do saldo de aplicações financeiras é como segue:

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Aplicação renda fixa (i)	**4.699**	649	609
Cotas de fundos de investimento em renda fixa (ii)	**13.293**	167	160
Cotas de fundos de investimento em renda variável (iii)	**366**	-	-
Títulos de capitalização	**1.006**	353	474
Total	**19.364**	1.169	1.243
Circulante	**16.407**	805	764
Não Circulante	**2.957**	364	479

(i) As aplicações em Certificados de Depósito Bancário ("CDB") pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As CDBs que compõem a carteira do Grupo apresentaram remunerações que variaram entre 98% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019; 92,87% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

(ii) As aplicações em cotas de fundos de investimento em renda fixa apresentaram remunerações que variaram entre 89,25% e 215,74% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (89,88% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2019; 85% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

(iii) As aplicações em cotas de fundos de investimento em renda variável apresentaram remunerações que variaram entre 4,69% e 7,7% a.a. em 31 de dezembro de 2020.

A exposição do Grupo a risco de taxas de juros e análise de sensibilidade para esses ativos está apresentada na Nota 25.

5. Contas a receber

O saldo de contas a receber de clientes incluem operações comerciais, líquido da respectiva provisão para perda esperada de crédito. A composição das contas a receber de clientes é demonstrada abaixo:

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Mercado interno	**54.364**	30.514	27.690
Mercado externo	**61**	215	119
	54.425	30.729	27.809
(-) Provisão para perda esperada de crédito	**(154)**	(88)	(45)
Total	**54.271**	30.641	27.764
Circulante	**54.250**	30.641	27.604
Não Circulante	**21**	-	160

A composição dos valores a receber dos clientes por idade de vencimento é como segue:

	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
A vencer	**42.579**	14.321	18.575
A faturar	**9.448**	9.036	5.995
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	**2.330**	6.128	1.772
De 31 a 60 dias	**41**	599	383
De 61 a 90 dias	**6**	44	141
Acima de 90 dias	**21**	601	943
Subtotal	**54.425**	30.729	27.809
(-) Provisão para perda esperada de crédito	**(154)**	(88)	(45)
Total	**54.271**	30.641	27.764

Movimentação da provisão para perda esperada de crédito

A seguir a movimentação dos exercícios de 2020, 2019 e 2018:

	Combinado
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Não auditado)	-
Adições, líquidas	(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(45)
Adições, líquidas	(43)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(88)
Adições, líquidas	**(66)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(154)**

6. Estoques

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Hardware e acessórios	**1.153**	2.828	517
Software	**7.821**	1.662	692
Total	**8.974**	4.490	1.209

Os estoques de software referem-se às licenças e garantias já adquiridas junto aos respectivos fabricantes, porém ainda não transferidas aos clientes.

Os valores nas datas base representam o valor realizável líquido dos estoques, não sendo necessária efetuar nenhuma provisão para realização dos saldos.

7. Impostos a recuperar

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
ICMS a recuperar	**772**	392	427
PIS e COFINS a recuperar	**1.008**	603	1.219
IR e CS a recuperar	**2.952**	1.519	1.387
IRRF a recuperar	**2.786**	3.108	1.624
INSS a recuperar	**505**	505	65
ISS a recuperar	**293**	415	415
Total	**8.316**	6.542	5.137

8. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes.

8. Partes relacionadas--Continuação

8.1. Créditos e obrigações com partes relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Ativo não circulante			
Mútuo junto à Enseada Empreendimento	**6.994**	6.169	5.713
	6.994	6.169	5.713
Passivo circulante			
Passivo de arrendamento junto à Enseada Empreendimento	**174**	90	-
	174	90	-
Passivo não circulante			
Passivo de arrendamento junto à Enseada Empreendimento	**10.204**	7.689	-
	10.204	7.689	-
Resultado			
Juros de arrendamento junto à Enseada Empreendimento	**1.108**	1.121	-

A ISH Tecnologia possui contrato de arrendamento relativo ao edifício sede do Grupo junto à Enseada Empreendimento, empresa que possui acionistas em comum com os do Grupo. O contrato iniciado em 31 de julho de 2015, possui vigência até 30 de setembro de 2038, prevê reajuste anual pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM e pagamento mensal de aluguel conforme condições estabelecidas entre as partes.

A operação de mútuo entre a ISH Tecnologia e a Enseada Empreendimento, que não possuía remuneração e/ou prazo de vencimento, foi liquidada em 29 de junho de 2021.

8.2. Transação ou relacionamento com acionistas e pessoal chave da administração

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante			
Mútuo com acionista	**-**	-	91
Antecipação de lucros	**-**	1.795	4.183
	-	1.795	4.274
Ativo não circulante			
Valores a receber de acionistas	**6.800**	-	-
	6.800	-	-

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Passivo não circulante			
Valores a pagar a acionistas	**-**	-	403
	-	-	403

8. Partes relacionadas--Continuação

8.2. Transação ou relacionamento com acionistas e pessoal chave da administração--Continuação

Os saldos de antecipação de lucros aos acionistas em aberto em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram destacados do acervo líquido do Grupo quando da efetiva deliberação de distribuição de dividendos pela assembleia geral dos acionistas no início de cada ano subsequente.

Em 30 de junho de 2021, os acionistas do Grupo firmaram instrumento particular de confissão de dívida junto à ISH Tecnologia e Integrasys no montante de R$6.894, dos quais R$6.800 encontravam-se em aberto como valores a receber dos acionistas em 31 de dezembro de 2020, sem juros remuneratórios. A maior parte dos valores em questão foram repassados aos acionistas a título de antecipação de lucros durante o ano de 2020, mas que ao encerramento das respectivas demonstrações contábeis, os devedores acabaram por perceber dividendos superiores aos finais, que não vieram a se concretizar. Os instrumentos de confissão de dívida preveem ainda a compensação dos valores devidos com futuros créditos que venham a ser detidos pelos acionistas em face das empresas do Grupo assim como a destinação de forma prioritária por parte dos acionistas do fruto de futuras vendas de participação societária das empresas do Grupo à restituição do valor da dívida.

8.3. Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos administradores da Grupo são resumidas como segue:

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Salários, honorários e encargos sociais	**3.076**	1.915	913
Benefícios diretos e indiretos	**342**	243	205
Bônus variáveis	**448**	524	210
Total	**3.866**	2.682	1.328

9. Outros ativos

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Adiantamentos (a)	**2.209**	1.367	1.405
Despesas antecipadas e custos para cumprir contratos (b)	**4.300**	8.380	10.025
Outros	**627**	475	310
Total	**7.136**	10.222	11.740
Circulante	**6.869**	10.038	11.594
Não circulante	**267**	184	146

(a) Os adiantamentos são compostos por adiantamentos a empregados e adiantamentos a fornecedores.

(b) Referem-se a valores pagos antecipadamente a prestadores de serviços terceirizados de garantia, suporte e contratos de licença de software em conexão com as obrigações do Grupo de fornecer serviços de supervisão, monitoramento e gerenciamento de cybersegurança. Incluem também gastos diretamente relacionados à instalação e ativação de hardware e software de propriedade do Grupo para futura prestação de serviços. Os montantes com previsão de amortização no prazo de um ano encontram-se registados em outros ativos no circulante e o saldo remanescente registado em outros ativos no não circulante.

10. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Combinado					
	Edifícios e construções	**Instalações e Moveis e utensílios**	**Máquinas e Equipamentos**	**Veículos**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 31/12/2019	43	533	8.120	958	319	9.973
Custo						
Adições	**149**	**158**	**8.508**	**-**	**238**	**9.053**
Baixas	**-**	**(287)**	**(3.223)**	**(98)**	**(47)**	**(3.655)**
Transferências	**-**	**-**	**199**	**-**	**(199)**	**-**
	149	**(129)**	**5.484**	**(98)**	**(8)**	**5.398**
Depreciação						
Adições	**(20)**	**(109)**	**(3.868)**	**(189)**	**-**	**(4.186)**
Baixas	**-**	**-**	**1.934**	**13**	**28**	**1.975**
	(20)	**(109)**	**(1.934)**	**(176)**	**28**	**(2.211)**
Saldo em 31/12/2020	**172**	**295**	**11.670**	**684**	**339**	**13.160**

10. Imobilizado--Continuação

	Combinado					
	Edifícios e construções	Instalações e Moveis e utensílios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	45	338	7.967	800	3	9.153
Custo						
Adições	-	327	3.394	328	536	4.585
Baixas	-	(32)	(175)	-	-	(207)
Transferências	-	-	220	-	(220)	-
	-	295	3.439	328	316	4.378
Depreciação						
Adições	(2)	(126)	(3.306)	(170)	-	(3.604)
Baixas	-	26	20	-	-	46
	(2)	(100)	(3.286)	(170)	-	(3.558)
Saldo em 31/12/2019	43	533	8.120	958	319	9.973

	Combinado					
	Edifícios e construções	Instalações e Moveis e utensílios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017 (Não auditado)	47	457	4.957	372	-	5.833
Custo						
Adições	-	10	5.906	679	190	6.785
Baixas	-	-	(268)	(196)	-	(464)
Transferências	-	-	187	-	(187)	-
	-	10	5.825	483	3	6.321
Depreciação						
Adições	(2)	(129)	(2.816)	(135)	-	(3.082)
Baixas	-	-	1	80	-	81
	(2)	(129)	(2.815)	(55)	-	(3.001)
Saldo em 31/12/2018	45	338	7.967	800	3	9.153

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 o Grupo não identificou indícios de perda ao valor recuperável de seus ativos imobilizados e concluiu que não há indicações de que os ativos possam ter sofrido desvalorização. Dessa forma, não foram identificados fatores indicativos de perdas por desvalorização dos bens ("*impairment*"). Adicionalmente o Grupo efetua anualmente a revisão das vidas úteis cujos efeitos são reconhecidos prospectivamente.

11. Direito de uso e passivo de arrendamento

O Grupo avaliou os seus contratos e reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento:

Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa

Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento.

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Combinado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	8.024
Adição	1.614
Amortização do direito de uso	(478)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.160
Remensuração	**3.278**
Amortização do direito de uso	**(993)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**11.445**

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo.

A taxa de empréstimo incremental do Grupo aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da aplicação inicial variou entre 15,11% a.a. e 13,01% a.a., conforme o prazo de arrendamento.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

11. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa--Continuação

Passivo de arrendamento--Continuação

	Combinado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	8.024
Adição	1.614
Encargos financeiros	1.151
Pagamentos de encargos financeiros	(185)
Pagamentos de principal	(1.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.483
Remensuração	**2.701**
Encargos financeiros	**1.289**
Pagamento de encargos financeiros	**(283)**
Pagamentos de principal	**(1.689)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**11.501**

Maturidade de contratos

	Combinado
Menos de 1 ano	**842**
Entre 1 e 2 anos	**863**
Entre 2 e 5 anos	**874**
Acima de 5 anos	**8.922**
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2020	**11.501**

O direito potencial de PIS e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento é de 9,25% do saldo devedor.

O Grupo, em conformidade com o IFRS 16/CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo IFRS 16/CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. O Grupo avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações contábeis.

12. Intangível

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Softwares e licenças adquiridas (i)	**7.268**	6.326	6.486
Software desenvolvido internamente (ii)	**1.808**	2.938	4.406
Intangível em andamento (iii)	**1.503**	-	129
Total	**10.579**	9.264	11.021

(i) Softwares e licenças adquiridas para o uso dos funcionários da empresa tanto nas rotinas administrativas quanto na prestação de serviços a clientes. A amortização de software e licenças adquiridas para uso interno é registrada em despesas gerais e administrativas e a amortização de software e licenças adquiridas para prestação de serviços é registrada como custo dos serviços vendidos.

(ii) Software desenvolvido e sob um processo de inovação que já está sendo comercializado (Cyberpass) e amortizado pelo período de 3 anos, que corresponde à expectativa da Administração em relação aos benefícios econômicos gerados por cada alteração significativa agregada ao intangível. A amortização do Cyberpass é registrada como custo do serviço vendido no resultado.

(iii) Softwares em desenvolvimento cuja viabilidade já foi comprovada mas que ainda não foram comercializados e outros.

	Combinado			
	Intangível em andamento	**Software desenvolvido Internamente**	**Softwares e licenças adquiridas**	**Total**
Saldo em 31/12/2019	-	2.938	6.326	9.264
Custo				
Adições	**9.464**	**-**	**-**	**9.464**
Transferências	**(7.961)**	**1.003**	**6.958**	**-**
Amortização				
Adições	**-**	**(2.133)**	**(6.016)**	**(8.149)**
Saldo em 31/12/2020	**1.503**	**1.808**	**7.268**	**10.579**

	Combinado			
	Intangível em andamento	**Software desenvolvido Internamente**	**Softwares e licenças adquiridas**	**Total**
Saldo em 31/12/2018	129	4.406	6.486	11.021
Custo				
Adições	5.195	-	-	5.195
Transferências	(5.324)	807	4.517	-
Amortização				
Adições	-	(2.275)	(4.677)	(6.952)
Saldo em 31/12/2019	-	2.938	6.326	9.264

	Combinado			
	Intangível em andamento	**Software desenvolvido Internamente**	**Softwares e licenças adquiridas**	**Total**
Saldo em 31/12/2017 (Não auditado)	4.666	1.869	2.426	8.961
Custo				
Adições	6.692	-	-	6.692
Transferências	(11.229)	3.225	8.004	-
Amortização				
Adições	-	(688)	(3.944)	(4.632)
Saldo em 31/12/2018	129	4.406	6.486	11.021

12. Intangível--Continuação

A atividade do Grupo pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções de cybersegurança para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso.

13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos foram obtidos, basicamente, para aquisição de ativo imobilizado, intangível e para capital de giro e são compostos como segue:

		Combinado			
Contrato/Modalidade	**Custo da dívida (% a.m.)**	**Vencimento**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Circulante					
Cartão BNDES	1,31% mês	2025	**1.271**	97	124
Capital de giro	0,65% a 1,06% mês +CDI	2022	**24.916**	31.554	19.691
Leasing	0,98% a 1,25% mês	2023	**2.208**	3.812	3.321
Crédito direto ao consumidor - CDC	1,00% a 1,18% mês	2023	**560**	563	138
Conta garantida	1,89% mês		**-**	2.100	1.500
Juros a apropriar			**-**	(5.131)	(3.672)
			28.955	32.995	21.102
Não circulante					
Cartão BNDES	1,31% mês	2025	**665**	112	142
Capital de giro	0,65% a 1,06% mês+CDI	2022	**62.202**	16.514	16.816
Leasing	0,98% a 1,25% mês	2023	**893**	2.866	3.079
Crédito direto ao consumidor - CDC	1,00% a 1,18% mês	2023	**445**	427	150
Juros a apropriar			**-**	(335)	(1.714)
			64.205	19.584	18.473
Total			**93.160**	52.579	39.575

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Combinado
Saldo final em 31 de dezembro de 2017 (Não auditado)	23.869
Captações	31.523
Juros incorridos	7.813
Amortizações de principal	(15.817)
Pagamentos de juros	(7.813)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	39.575
Captações	43.881
Juros incorridos	6.164
Amortizações de principal	(30.877)
Pagamentos de juros	(6.164)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	52.579
Captações	**83.789**
Juros incorridos	**5.887**
Amortizações de principal	**(43.208)**
Pagamentos de juros	**(5.887)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**93.160**

Os vencimentos das parcelas são os seguintes:

Ano de vencimento	Combinado
2021	28.955
2022	25.064
2023	20.142
2024	15.595
2025	3.404
Total	93.160

Cláusulas restritivas (*covenants* financeiros)

O Grupo está sujeito ao cumprimento de índices financeiros relacionados aos contratos de empréstimos e financiamentos conforme apresentado abaixo:

Índice	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Dívida líquida (+ dívida com instituições financeiras + arrendamentos – caixa e equivalentes de caixa e TVM) / EBITDA	**<= 1,5**	<= 1,75	<= 2,00

As cláusulas restritivas foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por cessão de direitos creditórios, penhor de bens móveis, aval dos sócios e garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

14. Fornecedores

O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, hardware, software e serviços, além da aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais.

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Fornecedores nacionais	**30.769**	31.901	25.391
Fornecedores exterior	**3.944**	2.360	595
Total	**34.713**	34.261	25.986

15. Obrigações tributárias

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
ICMS a recolher	**379**	208	391
IRRF a recolher	**759**	308	129
PIS a recolher	**474**	-	156
COFINS a recolher	**1.215**	-	835
ISS a recolher	**979**	291	459
Total	**3.806**	807	1.970

16. Obrigações trabalhistas

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Salários e encargos sociais a pagar	**1.625**	1.052	923
Provisão de férias e encargos sociais	**3.767**	2.534	2.252
Comissões de vendas	**1.429**	947	-
Provisão para indenizações trabalhistas	**7.103**	5.469	4.864
Provisão para indenização de representantes	**3.387**	1.248	256
Total	**17.311**	11.250	8.295
Circulante	**6.821**	4.533	3.175
Não circulante	**10.490**	6.717	5.120

17. Parcelamento de impostos

O saldo em aberto 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 é como segue:

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
REFIS Instituto Nacional de Seguro Social - INSS (a)	**627**	683	723
Instituto Nacional de Seguro Social - INSS (b)	**794**	749	776
Parcelamento de PIS e COFINS (c)	**2.289**	2.707	2.934
Parcelamento municipal - ISS (d)	**1.356**	-	-
Parcelamento IRPJ e CSLL	**178**	227	-
Total	**5.244**	4.366	4.433
Circulante	**1.204**	671	512
Não circulante	**4.040**	3.695	3.921

(a) Este parcelamento se refere a consolidação de modalidade de parcelamento da Lei 12.996/2014-REFIS da Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita Bruta – CPRB, cujos débitos se originaram nos períodos de 1º de dezembro de 2012 a 30 de setembro de 2013. O parcelamento foi realizado em 180 parcelas, de dezembro de 2014 até novembro de 2029.

(b) Referem-se a parcelamentos da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, os quais estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Os parcelamentos são amortizados mensalmente conforme segue:

- Parcelamento no INSS Nº 15578-720.495/19-48 – O parcelamento foi realizado em 12 parcelas, de setembro de 2020 a agosto de 2021.
- Programa Especial De Regularização Tributária (PERT) – INSS – O parcelamento foi realizado em 106 parcelas, de março de 2017 a junho de 2027.
- Parcelamento Previdenciário Simplificado – O parcelamento foi realizado em 59 parcelas, de julho de 2017 a agosto de 2022.
- INSS simplificado (Integrasys) – O parcelamento foi realizado em 50 parcelas, de junho de 2019 a abril de 2021.

(c) Referem-se aos parcelamentos dos tributos PIS e COFINS através do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), concedido através da Medida Provisória 783 de maio de 2017, convertida em Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, onde o pagamento da dívida consolidada é em cento e vinte prestações mensais e sucessivas. Em 11 de dezembro de 2018, a dívida foi consolidada pela Secretaria da Receita Federal. O parcelamento foi realizado em 120 parcelas, de julho de 2017 a junho de 2027.

Neste saldo estão incluídos também parcelamentos de Pis/Cofins, em sessenta parcelas, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC, de abril de 2018 a março de 2023.

(d) Refere-se ao parcelamento do ISS (Imposto Sobre Serviços), sobre ISS devido do ano de 2011 que estava em discussão através do processo 0065841-14.1100.8.26.0090 no qual a Grupo optou em efetuar o parcelamento e liquidar o processo com a Prefeitura de São Paulo. O parcelamento foi realizado em 60 parcelas, de dezembro de 2020 a novembro de 2025.

Os efeitos do reconhecimento inicial da adesão de parcelamentos tributários no ano de 2020 monta R$1.545 e foram registrados como outras despesas no resultado do exercício.

18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas

O Grupo está se defendendo de demandas judiciais de caráter tributário. Assim, foram efetuados levantamentos, avaliações e quantificações das ações com seus assessores jurídicos. O Grupo é polo passivo em alguns processos de natureza tributária, classificados por seus advogados como chance de perda possível, totalizando o montante de R$46 em 31 de dezembro de 2020 (R$0 em 31 de dezembro de 2019 e R$454 em 31 de dezembro de 2018).

As causas tributárias consistem em naturezas previdenciárias, municipais, estaduais e federais. São representadas, basicamente, por autuações processuais que se encontram com processos em julgamento ou não. Referem-se, principalmente, a discussões quanto à adequada interpretação da legislação tributária, contestações de autos de infração referentes aos recolhimentos de ISS ao município de São Paulo e Vitória e do ICMS ao Estado do Mato Grosso.

19. Receita líquida

	Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Hardwares	**43.296**	21.337	19.033
Softwares	**99.078**	60.864	57.746
Serviços gerenciados *(Managed security services)*	**84.024**	76.792	40.622
Cyberpass	**1.719**	1.301	989
Terceirização *(Outsourcing)*	**8.523**	11.360	3.548
Serviços profissionais *(Professional services)*	**8.476**	5.626	5.456
Serviços em nuvem *(Cloud services)*	**15.433**	12.026	8.803
Receita não faturada	**1.788**	3.080	517
Outras	**611**	376	210
Receita bruta	**262.948**	192.762	136.924
ICMS sobre vendas	**(4.557)**	(2.423)	(2.205)
PIS sobre vendas	**(2.990)**	(1.820)	(1.480)
COFINS sobre vendas	**(13.779)**	(8.389)	(6.823)
ISS sobre vendas	**(5.556)**	(4.124)	(3.003)
Total de impostos	**(26.882)**	(16.756)	(13.511)
Devoluções e abatimentos sobre mercadorias	**(12.803)**	(19.964)	(3.089)
Total de devoluções e abatimentos	**(12.803)**	(19.964)	(3.089)
Total	**223.263**	156.042	120.324

20. Custos de mercadorias e serviços vendidos

	Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Custo de hardware e softwares vendidos	**(20.924)**	(12.985)	(8.834)
Custo de prestação de serviços	**(132.463)**	(90.462)	(63.301)
Mão-de-obra	**(45.320)**	(23.077)	(13.277)
Equipamentos e softwares	**(61.312)**	(43.333)	(36.846)
Depreciação e amortização	**(10.008)**	(8.753)	(6.439)
Serviços de terceiros	**(13.100)**	(12.626)	(4.726)
Outros	**(2.723)**	(2.673)	(2.013)
Total	**(153.387)**	(103.447)	(72.135)

21. Despesas por natureza

	Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Vendas			
Pessoal	**(259)**	(297)	(272)
Marketing	**(1.561)**	(1.732)	(1.406)
Utilidades e serviços	**(358)**	(479)	(729)
Comissões	**(17.889)**	(10.388)	(3.404)
Perda de crédito esperada	**(64)**	(42)	(166)
Total	**(20.131)**	(12.938)	(5.977)
Gerais e administrativas			
Pessoal	**(20.694)**	(15.293)	(13.595)
Depreciação e amortização	**(3.320)**	(2.281)	(1.275)
Utilidades e serviços	**(6.810)**	(7.149)	(6.796)
Total	**(30.824)**	(24.723)	(21.666)

22. Resultado financeiro

	Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(5.887)**	(6.164)	(7.813)
Juros de parcelamentos	**(1.370)**	(1.675)	(2.015)
Despesas bancárias	**(475)**	(389)	(615)
Descontos concedidos	**(17)**	(25)	4
Comissões sobre empréstimos	**(669)**	(568)	(268)
IOF sobre operação de empréstimo	**(679)**	(674)	(485)
Variação monetária passiva	**(4)**	-	(49)
Variação cambial passiva	**(248)**	(195)	(95)
Juros de arrendamento	**(1.289)**	(1.151)	-
Total	**(10.638)**	(10.841)	(11.336)
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	**132**	52	59
Descontos obtidos	**192**	231	365
Variação monetária ativa	**110**	71	325
Variação cambial ativa	**98**	44	118
Remensuração de contratos de arrendamento	**557**	-	-
Outros	**61**	5	6
Total	**1.150**	403	873
Resultado financeiro	**(9.488)**	(10.438)	(10.463)

23. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se aos tributos devidos pelo Grupo.

	Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Imposto de renda	**2.581**	2.791	2.695
Contribuição social	**917**	1.005	966
Total	**3.498**	3.796	3.661

23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Despesa de imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 é como segue:

	Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Impostos diferidos			
Imposto de renda	**1.614**	(12)	397
Contribuição social	**580**	(3)	143
	2.194	(15)	540
Impostos correntes			
Imposto de renda	**(3.906)**	(1.093)	(3.633)
Contribuição social	**(1.425)**	(417)	(1.330)
	(5.331)	(1.510)	(4.963)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(3.137)**	(1.525)	(4.423)

c) Conciliação do imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social contábeis e o montante determinado pela alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 são apresentados a seguir:

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**10.235**	4.402	9.827
Alíquota nominal	**34%**	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	**(3.480)**	(1.496)	(3.341)
Efeitos fiscais incidentes sobre:			
Incentivos fiscais	**2**	18	14
Despesas indedutíveis e outras	**341**	(47)	(1.096)
	343	(29)	(1.082)
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	**(3.137)**	(1.525)	(4.423)
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	**31%**	35%	45%

23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

d) Composição do ativo e passivo fiscal diferido

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos em de 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, calculados de acordo com a alíquota nominal de 34% está composta conforme segue:

	Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Ativo:			
Provisões	**3.567**	2.284	1.740
Provisão para perda esperada de crédito	**52**	30	15
Diferença de depreciação	**1.486**	846	678
Arrendamentos	**242**	122	-
Outros	**734**	734	734
Passivo:			
Contraprestações de arrendamentos	**(1.281)**	(956)	(555)
Outros	**(13)**	(466)	-
	4.787	2.594	2.612

e) Prazo de realização do diferido

A expectativa de realização do diferido é conforme segue abaixo:

2021	2022	2023	2024	2025	Total
678	808	949	1.101	1.250	4.787

24. Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

Um segmento operacional é definido como um componente do Grupo que atua em atividades comerciais a partir das quais pode gerar receita e incorrer em despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e despesas relacionadas às suas operações. Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem bruta (lucro bruto), e não avalia as operações usando informações de ativos e passivos por segmento. As transações entre os segmentos são eliminadas, e o Grupo aloca despesas administrativas e de vendas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais.

24. Segmentos operacionais--Continuação

Para fins de análise e gerenciamento das operações, o Grupo possui três segmentos operacionais que são utilizados pela Administração para fins de análise e tomada de decisão, sendo eles:

Cybersegurança:

Compreende serviços avançados de conformidade e segurança da informação voltados a prover visibilidade, gestão e proteção da infraestrutura de tecnologia da informação dos clientes.

Infraestrutura:

Compreende serviços de infraestrutura de TI segura que visam arquitetar, planejar e implantar infraestruturas de TI complexas tendo como premissas a disponibilidade, o desempenho e a integridade.

Serviços em Nuvem ("cloud services"):

Soluções de computação em nuvem e terceirização de Data Center, para otimizar os recursos de processamento de servidores, plataforma de aplicações e armazenamento de dados de forma segura, escalável e sob demanda.

2020	**Cybersegurança**	**Infraestrutura**	***Cloud services***	**Total**
Receita operacional líquida	**139.549**	**68.270**	**15.444**	**223.263**
Custo dos produtos e serviços vendidos	**(94.444)**	**(48.923)**	**(10.020)**	**(153.387)**
Lucro bruto	**45.105**	**19.347**	**5.424**	**69.876**
Despesas operacionais	**(31.319)**	**(15.167)**	**(3.667)**	**(50.153)**
Resultado financeiro líquido	**(6.074)**	**(2.749)**	**(665)**	**(9.488)**
IRPJ e CSLL - corrente e diferido, líquido	**(2.701)**	**(74)**	**(362)**	**(3.137)**
Lucro líquido do período	**5.011**	**1.357**	**730**	**7.098**

2019	**Cybersegurança**	**Infraestrutura**	***Cloud services***	**Total**
Receita operacional líquida	97.726	46.699	11.618	156.042
Custo dos produtos e serviços vendidos	(64.443)	(31.233)	(7.771)	(103.447)
Lucro bruto	33.283	15.465	3.847	52.595
Despesas operacionais	(23.219)	(11.608)	(2.928)	(37.755)
Resultado financeiro líquido	(6.387)	(3.288)	(763)	(10.438)
IRPJ e CSLL - corrente e diferido, líquido	(1.400)	(32)	(102)	(1.525)
Lucro líquido do período	2.277	537	54	2.877

24. Segmentos operacionais--Continuação

2018	Cybersegurança	Infraestrutura	*Cloud services*	Total
Receita operacional líquida	70.393	41.687	8.244	120.324
Custo dos produtos e serviços vendidos	(42.481)	(24.758)	(4.896)	(72.135)
Lucro bruto	27.912	16.929	3.348	48.189
Despesas operacionais	(16.042)	(9.899)	(1.958)	(27.899)
Resultado financeiro líquido	(6.121)	(3.625)	(717)	(10.463)
IRPJ e CSLL - corrente e diferido, líquido	(2.588)	(1.532)	(303)	(4.423)
Lucro líquido do período	3.161	1.873	370	5.404

A receita líquida desagregada por segmento é como segue:

2020	Cybersegurança	Infraestrutura	*Cloud services*	Total
Receita operacional bruta após devoluções e abatimentos				
Hardwares	**6.153**	**31.069**	**-**	**37.222**
Softwares	**72.103**	**24.435**	**-**	**96.538**
Serviços gerenciados *(Managed security services)*	**62.519**	**19.192**	**511**	**82.222**
Cyberpass	**1.704**	**2**	**-**	**1.706**
Serviços em nuvem *(Cloud services)*	**-**	**-**	**15.466**	**15.466**
Terceirização *(Outsourcing)*	**6.517**	**1.938**	**-**	**8.455**
Serviços profissionais *(Professional services)*	**6.106**	**1.914**	**-**	**8.020**
Outras	**-**	**-**	**516**	**516**
Impostos sobre vendas	**(15.553)**	**(10.280)**	**(1.049)**	**(26.882)**
Receita operacional líquida	**139.549**	**68.270**	**15.444**	**223.263**

2019	Cybersegurança	Infraestrutura	*Cloud services*	Total
Receita operacional bruta após devoluções e abatimentos				
Hardwares	5.495	14.161	-	19.656
Softwares	42.786	11.773	-	54.559
Serviços gerenciados *(Managed security services)*	44.534	22.872	347	67.753
Cyberpass	1.276	2	-	1.278
Serviços em nuvem *(Cloud services)*	-	-	11.985	11.985
Terceirização *(Outsourcing)*	9.230	1.859	-	11.089
Serviços profissionais *(Professional services)*	3.819	2.318	-	6.137
Outras	-	341		341
Impostos sobre vendas	(9.415)	(6.627)	(714)	(16.756)
Receita operacional líquida	97.726	46.699	11.618	156.042

24. Segmentos operacionais--Continuação

2018	Cybersegurança	Infraestrutura	*Cloud services*	Total
Receita operacional bruta após devoluções e abatimentos				
Hardwares	-	18.080	-	18.080
Softwares	42.495	14.503	-	56.998
Serviços gerenciados *(Managed security services)*	25.583	11.660	-	37.243
Cyberpass	823	-	-	823
Serviços em nuvem *(Cloud services)*	-	-	8.785	8.785
Terceirização *(Outsourcing)*	3.240	1.756	-	4.996
Serviços profissionais *(Professional services)*	5.175	1.525	-	6.700
Outras	-	210	-	210
Impostos sobre vendas	(6.923)	(6.047)	(541)	(13.511)
Receita operacional líquida	70.393	41.687	8.244	120.324

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

A tabela abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros:

		Combinado		
	Nível	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	2	**17.505**	20.111	1.713
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	2	**19.364**	1.169	1.243
Contas a receber de clientes (Nota 5)	2	**54.271**	30.641	27.764
Partes relacionadas (Nota 8)	2	**13.794**	7.964	9.987
Total de ativos financeiros		**104.934**	59.885	40.707
Passivos financeiros				
Fornecedores (Nota 14)	2	**34.713**	34.261	25.986
Passivo de arrendamento (Nota 11)	2	**11.501**	9.483	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	2	**93.160**	52.579	39.575
Total de passivos financeiros		**139.374**	96.323	65.561

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são mensurados pelo custo amortizado.

Os ativos e passivos financeiros foram classificados em níveis hierárquicos de valor justo, a saber:

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros--Continuação

Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/precificação. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 o Grupo avaliou e concluiu que o valor justo de seus ativos e passivos financeiros são simulares aos valores contabilizados.

Gestão de riscos

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de exposição cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

a) *Exposição a riscos cambiais*

O fluxo de caixa do Grupo está sujeito à volatilidade do dólar norte-americano, uma vez que parte dos seus insumos são adquiridos com fornecedores no exterior, expondo o Grupo à flutuação do câmbio desta moeda.

O Grupo não contrata operações de hedge para proteger seu fluxo de caixa contra o risco cambial relacionado às suas obrigações.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

a) *Exposição a riscos cambiais*--Continuação

Passivos	Fator de risco	Combinado 31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores (nota 15)	USD	**3.944**	2.360	595
Total de passivos		**3.944**	2.360	595

Análise de sensibilidade

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o Grupo realizou uma análise de sensibilidade com aumento das taxas de câmbio informadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para a data de encerramento de cada exercício (R$/US$) de 25% e 50%, conforme segue:

31/12/2020 – R$/US$: 5,1967				
		Cenários		
Instrumento	**Fator de risco**	**Saldo**	**25%**	**50%**
Fornecedores estrangeiros	Alta do USD	**3.944**	**4.930**	**5.916**
Efeito no resultado			**(986)**	**(1.972)**

31/12/2019 – R$/US$: 4,0307				
		Cenários		
Instrumento	**Fator de risco**	**Saldo**	**25%**	**50%**
Fornecedores estrangeiros	Alta do USD	2.360	2.950	3.540
Efeitos no resultado			(590)	(1.180)

31/12/2018 – R$/US$: 3,8748				
		Cenários		
Instrumento	**Fator de risco**	**Saldo**	**25%**	**50%**
Fornecedores estrangeiros	Alta do USD	595	744	893
Efeito no resultado			(149)	(298)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

b) *Concentração de risco de crédito*

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam o Grupo a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

O Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

O Grupo está exposto ao risco de crédito decorrente de recebíveis, seguradoras, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco do Grupo em um nível aceitável.

Para a exposição de crédito comercial, decorrente da venda a clientes finais, a área de gestão de risco, de acordo com o nível de delegação em vigor, aprova ou solicita a aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte.

O Grupo atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado, ratings de crédito externos e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre a posição estratégica da contraparte e o histórico de relacionamento comercial.

c) *Riscos de taxa de juros*

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

c) *Riscos de taxa de juros*--Continuação

Análise de sensibilidade

Com base nos instrumentos financeiros sujeitos a variação da CDI, levantados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o Grupo realizou uma análise de sensibilidade com o cenário provável para os 12 meses seguintes com base em projeções de assessores financeiros nas respectivas datas base, e a partir destes, simulou variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), conforme segue:

	2020		
	Cenários		
Empréstimos e Financiamentos	**Cenário Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Capital de giro	**87.118**	**87.118**	**87.118**
Taxa sujeita a variação	**2,75%**	**3,49%**	**4,19%**
Despesa Financeira Projetada	**2.431**	**3.038**	**3.646**
Variação	**-**	**608**	**1.215**

	2019		
	Cenários		
Empréstimos e Financiamentos	**Cenário Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Capital de giro	48.068	48.068	48.068
Taxa sujeita a variação	5,96%	7,45%	8,94%
Despesa Financeira Projetada	2.864	3.581	4.297
Variação	-	716	1.432

	2018		
	Cenários		
Empréstimos e Financiamentos	**Cenário Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Capital de giro	36.507	36.507	36.507
Taxa sujeita a variação	6,42%	8,03%	9,63%
Despesa Financeira Projetada	2.344	2.930	3.516
Variação	-	586	1.172

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

c) *Riscos de taxa de juros*--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

	2020		
	Cenários		
Aplicação Financeira	**Cenário Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Aplicação renda fixa	**4.699**	**4.699**	**4.699**
Taxa Sujeita a variação	**2,75%**	**2,06%**	**1,36%**
Receita Financeira Projetada	**129**	**97**	**65**
Variação	**-**	**(32)**	**(65)**
Fundo renda fixa	**13.293**	**13.293**	**13.293**
Taxa Sujeita a variação	**2,75%**	**2,06%**	**1,36%**
Receita Financeira Projetada	**365**	**274**	**183**
Variação	**-**	**(91)**	**(182)**

	2019		
	Cenários		
Aplicação Financeira	**Cenário Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Aplicação renda fixa	649	649	649
Taxa sujeita a variação	5,96%	4,47%	2,98%
Receita Financeira Projetada	39	29	19
Variação	-	(10)	(20)
Fundo renda fixa	167	167	167
Taxa sujeita a variação	5,96%	4,47%	2,98%
Receita Financeira Projetada	10	7	5
Variação	-	(3)	(5)

	2018		
	Cenários		
Aplicação Financeira	**Cenário Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Aplicação renda fixa	609	609	609
Taxa sujeita a variação	6,42%	4,82%	3,21%
Receita Financeira Projetada	39	29	18
Variação	-	(10)	(18)
Fundo renda fixa	160	160	160
Taxa sujeita a variação	6,42%	4,82%	3,21%
Receita Financeira Projetada	10	8	5
Variação	-	(2)	(5)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

d) *Riscos de liquidez*

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A seguir são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, como segue:

	Combinado			
	Valor em 31/12/2020	**Até 1 ano**	**1-5 anos**	**Acima de 5 anos**
Fornecedores (Nota 14)	**34.713**	34.713	-	-
Passivo de arrendamento (Nota 11)	**11.501**	842	1.737	8.922
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	**93.160**	28.955	64.205	-
Total	**139.374**	64.510	65.942	8.922

e) *Gestão de capital*

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos. A estrutura de capital do Grupo consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

	Combinado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Total dos empréstimos (Nota 13)	**93.160**	52.579	39.575
Passivo de arrendamento (Nota 11)	**11.501**	9.483	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	**(17.505)**	(20.111)	(1.713)
(-) Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	**(19.364)**	(1.169)	(1.243)
Dívida líquida	**67.792**	40.782	36.619

26. Cobertura de seguros

O Grupo, com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil. Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e os prédios onde o Grupo está instalado.

Em 31 de dezembro de 2020, os principais seguros contratados são:

		Vigência		
Ramo	**Seguradora**	**De**	**Até**	**Limite máximo de Responsabilidades**
Compreensivo Empresarial	Alfa Seguradora	out-20	dez-21	R$14.500
Veículos	HDI Seguros / Tokio Marine	dez-20	out-21	(i) Tabela Fipe
Garantia	Tokio Marine / Porto Seguro			(ii) 5% Contrato Cliente

(i) Valor de Mercado Determinado pela tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)

(ii) 5% do valor do contrato com cliente

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

27. Eventos subsequentes

Reestruturação societária

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de julho de 2021, os acionistas da ISH Tech S.A. (“Companhia”) autorizaram: (i) a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); (ii) a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado”); (iii) a realização de oferta pública inicial de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia a ser registrada junto à CVM (“Oferta”); (iv) realização de esforços de colocação das ações no exterior para investidores institucionais qualificados nos Estados Unidos da América e investidores qualificados e outros investidores fora dos Estados Unidos da América e do Brasil; e (v) a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias em relação aos itens anteriores.

27. Eventos subsequentes--Continuação

Reestruturação societária--Continuação

Em 18 de agosto de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da ISH Tech S.A. aprovou o aumento do seu capital social de R$1, para R$ 6.769, mediante a emissão de 6.767.823 (seis milhões, setecentas e sessenta e sete mil, oitocentas e vinte e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem integralmente subscritas e integralizadas pelos atuais acionistas do Grupo, mediante a conferência da totalidade das ações detidas no capital social da ISH Tecnologia e Integrasys, condicionado à consumação da sua oferta pública inicial de ações.

Operações de mútuos junto a acionistas e partes relacionadas

Em 29 de junho de 2021, o Grupo ISH recebeu o valor de R$ 5.713, referente à quitação do mútuo existente com a Enseada Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Em 30 de junho de 2021, a ISH Tecnologia e Integrasys firmaram junto a seus acionistas contratos de mútuo no valor total de R$12.521, com remuneração de 0,37% ao mês acrescida da variação do CDI. Os contratos preveem ainda a compensação dos valores mutuados com futuros créditos que venham a ser detidos pelos acionistas em face das empresas do Grupo assim como a destinação de forma prioritária por parte dos acionistas do fruto de futuras vendas de participação societária das empresas do Grupo à restituição do valor do mútuo.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

ANUAL

2020 – 2019 - 2018

19 DE AGOSTO

ISTH TECH S/A

GRUPO ISH

2020 – 2019 - 2018

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS

A Administração do Grupo ISH, aqui constituído pelas empresas ISH TECNOLOGIA S/A, inscrita no CNPJ 01.707.536/0001-04, com endereço na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 202, CEP 29.050-360, fundada em 23/02/1997 e INTEGRASYS COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ 01.505.147/0001-04, com endereço na Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, sala 1802 Edifício Pasteur, Enseada do Suá, Vitória -ES, CEP 29.010-250, fundada em 25/10/1996, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, vem por meio deste apresentar os resultados da Companhia e suas controladas, bem como as demonstrações contábeis da Companhia, individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Abaixo seguem comentários desta Administração sobre os itens que consideramos relevantes no desempenho da Companhia.

CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo ISH Tecnologia (“Grupo”), com sede na cidade de Vitória - ES, foi constituído em 23 de fevereiro de 1997 e é formado pelas entidades ISH Tecnologia S.A. (“ISH Tecnologia”) e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. (“Integrasys”).

O Grupo ISH Tecnologia tem como atividade principal prover soluções para segurança da informação, infraestrutura de Tecnologia da Informação (“TI”) e computação em nuvem, mas visa no planejamento subir cada vez mais a participação no mercado de cyber, que nos outros pilares de receita, dado que este mercado em específico está em expansão de acordo com informações divulgadas pelo relatório Gartner e ISG Provider Lens que monitora e acompanha este mercado no Brasil e no mundo.

De acordo com o Gartner o mercado de cyber crescerá no ciclo 2020 a 2024 15% ao ano, chegando a marca de 147 bilhões de dólares a serem investidos neste segmento por parte das empresas que cada vez mais estão se tornando digitais, quanto mais digitalização mais necessidade de ter ambientes seguros de movimentações transacionais. Evitando assim riscos para os stakeholders, perda de dados proprietários e propriedade intelectual, perdas financeiras e de clientes e Riscos Legais e Regulatórios vis a vis a implantação da Lei Geral Proteção de Dados (LGPD).

Hoje o Grupo ISH Tecnologia, possui um track-record de 25 anos no segmento, possuindo uma carteira de mais de 500 clientes ativos cujo churn não ultrapassa a marca de 2% ao ano.

O Grupo ISH Tecnologia conta com mais de 1 milhão de ativos gerenciados, e para manter esta operação possui mais de 590 colaboradores sendo destes 50 desenvolvedores e 450 engenheiros, em 9 escritórios (8 no Brasil e 1 nos Estados Unidos), com 3 data certes (1 no Espírito Santo e 2 em São Paulo), 4 SOC (Security Operations Center) e NOC (network operations center).

Para se diferenciar no mercado o Grupo ISH Tecnologia possui 3 certificações ISO (9001 / 20000 / 27001), além de contar com mais de 40 alianças tecnológicas.

Neste mercado cada vez mais competitivo por bons profissionais, o Grupo ISH Tecnologia está implantando duas frentes para reter e prospectar profissionais que estão atuando no mercado, através de uma estrutura com estilo start up visando desenvolvimento das novas ferramentas tecnológicas. Além disso está criando o ISH ACADEMY, para já fomentar interesse dos jovens profissionais numa carreira de sucesso dentro da ISH.

Com estas ações a ISH TECH S/A poderá escalar em atendimento em todas as principais frentes de soluções para seus clientes como integração, sustentação, operação, identidade e risco cibernético, tudo isso dentro de uma plataforma própria ISH VISION e dentro de uma nuvem segura se contratado que é a CLOUD PRIVADA ISH.

Além da plataforma VISION que aloca todas a experiencia e jornada cyber segurança do cliente, a empresa em seus pilares estratégicos está desenvolvendo novas ferramentas e sistemas para continuar como líder neste segmento e atuando com aplicações próprias de forma a melhorar a margem operacional da companhia e trazer barreiras a entradas de novos players no mercado nacional.

O Grupo atua em todo território nacional, através de suas filiais estabelecidas nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Brasília, além da sua Matriz no Espírito Santo. Com o intuito de ampliar e internacionalizar sua área de atuação, foi constituída no final de 2020, uma subsidiária da ISH Tecnologia nos Estados Unidos, a ISH Cybersecurity Inc., a qual ainda se encontra em fase pré-operacional.

AÇÕES E IMPACTOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DE COVID-19

Apesar do impacto negativo e relevante que a pandemia de COVID-19 provocou em 2020 em diversos seguimentos da economia, as atividades do Grupo seguiram crescendo, tendo sua receita líquida aumentado 45% quando comparada com o exercício de 2019. Este crescimento foi fortemente impulsionado pelo aumento da demanda, liderado por empresas que necessitaram melhorar ou implementar soluções de segurança da informação que garantissem a continuidade das atividades, principalmente pelo aumento das transações virtuais em diversas atividades econômicas que se tornaram ainda mais vulneráveis aos ataques cibernéticos.

Analisando sobre a ótica da gestão interna, a empresa tornou a operação das áreas de forma híbrida, podendo o gestor juntamente com sua equipe, montar a estrutura de trabalho que mais favoreçam a saúde e a prevenção diante do cenário de pandemia. Para isso a empresa disponibilizou todos os equipamentos necessários para a operação seja ela presencial, quando a situação era possível diante do quadro pandemia nacional, quanto híbrida, nas janelas que eram possíveis.

PLANO DE EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO

Para continuar crescendo de forma sustentável e buscar a consolidação do mercado, o Grupo ISH elaborou *business plan* com todos os parâmetros necessários para direcionar a estratégia da companhia, focadas em três pilares:

1º.: manutenção do crescimento orgânico, hoje a ISH Tecnologia já é a maior empresa *pure player* de cyber segurança do brasil,
2º.: continuidade no desenvolvimento de aplicações de sistemas de controle de segurança, novas tecnologias que garantirão a companhia continuar se posicionamento no mercado brasileiro, no quadrante de líder, e
3º.: aquisição por processos de M&A de empresas que atuam nestes segmentos e que tem *fit* para ser acoplada no grupo econômico.

No *Roadmap* de novos produtos, a empresa conta com um robusto *pipeline* de soluções complementares ao *core business,* alavancados em 25 anos de história em Cyber segurança no Brasil. Elevando seu potencial de *cross-selling e up-selling* no modelo "*as a service",* aumentando recorrência dos contratos e aumento das margens.

Dentro do *pipeline* estão compostos os seguintes projetos:

1 – Mantis, atua em riscos cibernéticos, já foi lançado versão MPV (mínimo produto viável) no segundo trimestre deste ano, e está escalando para novas frentes de versões.
2 – OWL, atua em operações cibernéticas, detectando vulnerabilidades e o lançamento está previsto para terceiro trimestre de 2021. 3 – ISH BOX (integração cibernética) este equipamento foi lançado em 2016, mas estão passando por melhorias no projeto, e a nova versão (2.0) está prevista para sair no quarto trimestre de 2022, atua em conjunto com sistemas VPN, Firewall e SDWAN.
3 – SIEM / SOAR, atua em operações cibernéticas como se fosse um orquestrador responsivo, está previsto lançamento para quarto trimestre de 2021.
4 – PROJETO BAS, operações cibernéticas atuando como simulação de ataques em ambientes controlados, lançamento previsto para terceiro trimestre de 2022, e poderá demonstrar as fragilidades dentro de uma companhia que solicitou *assessment*.
5 – PROJETO HERMES, atua em riscos cibernéticos, como plataforma de treinamento e soluções preventivas no ambiente cyber.

O plano estratégico da companhia passa por entender e traçar trajetórias nas principais avenidas de crescimento e acelerar a velocidade com novos investimentos. Assim mapeadas como avenidas temos: crescimento orgânico (aumento da base de novos clientes com oportunidades de *cross-selling e up-selling* com as entregas dos novos projetos), aumento da carteira de clientes não somente no Brasil, mas em toda América Latina, Desenvolvimento de novos produtos de propriedade do Grupo ISH Tecnologia melhorando a margem com substituição das plataformas terceirizadas por próprias, expansão de vendas por canais de distribuição dos novos produtos do *pipeline,* Aumento da demanda por privacidade (IoT e Nuvem), principalmente pós LGPD, e crescimento inorgânico, onde estão mapeadas mais de 600 companhias, estando em análise 20 das 80 que tiveram *fit* prévio com ecossistema ISH.

O *funding* virá proveniente de um futuro processo de abertura de capital, que a empresa está estruturando no próximo ano, e será base para investimento através crescimento da infraestrutura, investimentos contínuos em P&D, contratação e retenção de talentos através do ISH LABS e ISH Academy, Investimentos em marketing e vendas visando aumentar a base e tornar a marca conhecida, capital de giro para crescimento e aporte na estratégia de *buy side.*

A administração entende que este é o momento para dar este passo estratégico, tendo em mente seu posicionamento como: única empresa *pure player de cyber* do Brasil, somados a: maior time de engenheiros e analistas de cyber da América Latina, fabricante de soluções de Cyber nacional, com ISH LABS, reconhecimento internacional com forte presença em multinacionais, *cape table "puro"* são 4 acionistas fundadores, que atuam juntos a bastante tempo neste nicho, entre outros fatores, levam a empresa a um modelo de negócio amadurecido e inovador, gerando fortes barreiras a entradas de concorrências, no Brasil e na América Latina.

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Grupo ISH Tecnologia

Demonstração do resultado combinado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

	Combinado		
	2020	**2019**	**2018**
Receita líquida	**223.263**	**156.042**	**120.324**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(153.387)	(103.447)	(72.135)
Lucro bruto	**69.876**	**52.595**	**48.189**
Despesas administrativas	(30.824)	(24.723)	(21.666)
Despesas de vendas	(20.131)	(12.938)	(5.977)
Outras receitas (despesas), líquidas	802	(94)	(256)
	(50.153)	(37.755)	(27.899)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**19.723**	**14.840**	**20.290**
Despesas financeiras	(10.638)	(10.841)	(11.336)
Receitas financeiras	1.150	403	873
Resultado financeiro, líquido	(9.488)	(10.438)	(10.463)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**10.235**	**4.402**	**9.827**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(5.331)	(1.510)	(4.963)
Diferido	2.194	(15)	540
	(3.137)	(1.525)	(4.423)
Lucro líquido do exercício	**7.098**	**2.877**	**5.404**

Receita líquida

A receita líquida aumentou em R$ 67.221 mil, ou 43,1%, e passou de R$ 156.042 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 223.263 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao aumento da demanda pelos produtos do Grupo ISH em função da realidade de trabalho remoto imposta pela covid-19. O crescimento dos demais serviços gerenciados (*managed security services*) também representou uma importante fonte de receita do

Grupo ISH, já que a receita gerada destes produtos passou de R$ 76.792 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 84.024 mil em 31 de dezembro de 2020.
Em relação ao comparativo com 2018, a receita líquida aumentou em R$ 35.718 mil, ou 29,7%, e passou de R$ 120.324 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 156.042 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, seguindo a estratégia de aumento de clientes e pipeline do Grupo ISH.

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

O saldo de custo dos produtos vendidos e serviços prestados aumentou em R$49.940 mil, ou 48,3%, de R$ 103.447 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$153.387 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao aumento da receita conforme variações apontadas acima, ao aumento do saldo de depreciação no período, que passou de R$ 8.753 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 10.008 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e o aumento do custo de mão de obra que passou de R$ 23.077 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 45.320 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
Em relação a 2018, o saldo de custos dos produtos vendidos e serviços prestados aumentou em R$ 31.312 mil, ou 43,4%, de R$ 72.135 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 103.447 mil no exercício social encerrado em dezembro de 2019, devidos a motivos semelhantes.

Lucro bruto

Em decorrência do crescimento do volume de serviços prestados e produtos vendidos, o lucro bruto aumentou de R$ 52.595 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 69.876 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um crescimento de R$ 17.291 mil ou 32,8%.

Em relação a 2018, com crescimento do aumento dos custos dos produtos vendidos e serviços prestados ser inferior ao aumento de receita nos períodos comparativos, o lucro bruto aumentou de R$ 48.189 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 52.595 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma aumento de R$ 4.406 mil ou 9,1%.

Despesas e receitas operacionais

As despesas e receitas operacionais aumentaram em R$ 12.398 mil ou 32,8%, passando de R$ 37.755 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 50.153 mil no mesmo exercício encerrado em dezembro de 2020, em razão das seguintes variações:

Aumento de R$ 7.193 mil ou 55,6% nas despesas de vendas, que passaram de R$ 12.938 em 31 de dezembro de 2019 mil para R$ 20.131 mil em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao incremento de receita, o aumento de clientes e o aumento dos gastos com comissões de vendas, que

passou de R$ 10.388 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 17.889 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Aumento de R$ 6.101 mil ou 24,7 % nas despesas administrativas, que passaram de R$ 24.723 mil, para R$ 30.824 mil em função principalmente da inflação do período, que variou 4,52% no período e aumento dos custos com pessoal, por aumento das despesas com bônus e participação nos lucros dos representantes comerciais e PJs, que passou de R$ 15.293 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 20.694 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Em relação a 2018, as despesas e receitas operacionais aumentaram em R$ 9.856 mil ou 35,3%, passando de R$ 27.899 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 37.755 mil no exercício social encerrado em dezembro de 2019, em razão das seguintes variações:

Aumento de R$ 6.961 mil ou 116,5% nas despesas de vendas, que passaram de R$ 5.977 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 12.938 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente devido ao incremento de receita, o aumento de clientes e o aumento dos gastos com comissões, que passou de R$ 3.404 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 10.388 mil no exercício social em 31 de dezembro de 2019.

Aumento de R$ 3.057 mil ou 14,1% nas despesas administrativas, que passaram de R$ 21.666 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 24.723 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em função principalmente da inflação do período, que variou 4,31%, e dos custos com pessoal, por aumento das despesas com bônus e participação nos lucros dos representantes comerciais e PJs, que passou de R$ 13.595 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 15.293 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido variou em R$ 950 mil ou 9,1% na comparação entre uma despesa financeira líquida de R$9.488 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e uma despesa financeira líquida de R$ 10.438 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em decorrência das seguintes variações:

Aumento na receita financeira, no montante de R$ 747 mil ou 185,4%, que passou de R$ 403 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 1.150 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em decorrência da nova mensuração de contratos, através da captação robusta de empréstimos no período, cujo saldo total passou de R$ 43.881 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 83.789 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Redução na despesa financeira, no montante de R$ 203 mil ou 1,9%, que registrou R$ 10.638 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R$ 10.841 mil no exercício social encerrado

em 31 de dezembro de 2019, ocasionada, principalmente, pela redução dos juros passivos pagos em virtude da redução do CDI no período, além da estratégia do Grupo ISH de antecipar os empréstimos contratados com custos maiores, e substituição por outros empréstimos com custo de capital inferior.

Em relação a 2018 o resultado financeiro líquido apresentou uma redução de R$ 25 mil ou 0,2% na comparação entre o resultado negativo de R$ 10.463 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e o resultado negativo de R$10.438 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em decorrência das seguintes variações:

Redução na receita financeira, no montante de R$ 470 mil ou 53,8%, que passou de R$ 873 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 403 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da queda da variação monetária ativa, que passou de R$ 325 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 71 mil no exercício social em 31 de dezembro de 2019.

Redução na despesa financeira, no montante de R$ 495 mil ou 4,4%, que registrou R$ 11.336 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e R$ 10.841 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, ocasionada, principalmente pela redução dos juros de parcelamentos, que passou de R$ 2.015 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 1.675 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Por conta das variações acima mencionadas, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou um lucro no montante de R$ 10.235 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a um lucro de R$ 3.027 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma variação de R$7.208 mil ou 238,1% entre os períodos.

Em relação a 2018, por conta das variações acima mencionadas, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou um lucro no montante de R$3.027 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um lucro de R$ 9.827 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 representando uma redução de R$ 6.800 mil ou 69,2% entre os períodos.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O provisionamento do Imposto de Renda e Contribuição Social sofreu um aumento de R$ 2.546 mil ou 240,6%, passando de R$ 1.525 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$3.137 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O regime de apuração é de lucro real, de forma que os valores registrados nos resultados contemplam os impostos devidos e os calculados sobre diferenças temporárias, controladas em registros próprios extra contabilmente.

Em relação a 2018, a provisão sobre o Imposto de Renda e Contribuição Social sofreu uma redução de R$ 2.898 mil ou 65,5%, passando de R$ 4.423 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 1.525 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O regime de apuração é de lucro real, de forma que os valores registrados nos resultados contemplam os impostos devidos e os calculados sobre diferenças temporárias, controladas em registros próprios extra contabilmente.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores apresentados acima o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi no montante de R$ 7.098 mil, um aumento de R$ 4.221 mil ou 246,7% se comparado ao lucro líquido de R$ 2.877 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Em relação a 2018, o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi no montante de R$ 2.877 mil, representando uma redução de R$ 2.527 mil ou 46,7% se comparado ao lucro líquido de R$ 5.404 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pelo Grupo ISH em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), e consiste no lucro líquido do período/exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA, é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida ("Margem EBITDA").

Utilizamos EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil e consiste no EBITDA ajustado por efeitos extraordinários com aquisições e eventos não-recorrentes, que são relativos: (i) a pagamentos realizados à Sócios e Ex-Sócios da Companhia; (ii) Despesas de Treinamento Não Recorrentes; (iii) Despesas com Serviços de Terceiros Não Recorrentes; e (iv) Despesas não Recorrentes – FINDESLAB, conforme melhor detalhado abaixo ("EBITDA Ajustado"). O EBITDA Ajustado não possui significado padrão e nossa definição pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida ("Margem EBITDA Ajustado"). O EBITDA, o EBITDA Ajustado, bem como a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado, são informações adicionais às demonstrações contábeis combinadas e demonstrações contábeis intermediárias combinadas do Grupo ISH, mas não são medidas contábeis reconhecidas pelas

práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não sendo, portanto, medidas de lucratividade, desempenho operacional ou liquidez definidas pelo BR GAAP nem pelas IFRS.

Segue abaixo os valores do EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(Em Reais mil, exceto %)	Exercício social findo em 31/12/2020	Exercício social findo em 31/12/2019	Exercício social findo em 31/12/2018
EBITDA(1)	33.051	25.874	28.004
Margem EBITDA(1)(2)	14,8%	16,6%	23,3%
EBITDA Ajustado(1)	34.209	28.655	30.626
Margem EBITDA Ajustado(1) (3)	15,3%	18,4%	25,5%

(1) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1º de janeiro de 2019.
(2) Margem EBITDA calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.
(3) Margem EBITDA Ajustado calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pelo Grupo ISH e refere-se aos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), acrescido do saldo de Fornecedores e o passivo de arrendamento. A Dívida Líquida é calculada como a Dívida Bruta deduzida do (i) caixa e equivalentes de caixa; e (ii) títulos e valores mobiliários.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possuem um significado padrão. Outras sociedades podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pelo Grupo ISH.

Seguem abaixo os valores da Dívida bruta e líquida apresentados em 30 de junho de 2021, e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(Em Reais mil)	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018
Dívida bruta	139.374	96.323	65.561
Dívida líquida	102.505	75.043	62.605

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta o EBITDA, a Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado apresentados pelo Grupo ISH para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(Em milhares de Reais, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Lucro líquido do período/exercício	7.098	2.877	5.404
(+) Imposto de renda e contribuição social	3.137	1.525	4.423
(+) Resultado financeiro, líquido	9.448	10.438	10.463
(+) Depreciações e amortizações	13.328	11.034	7.714
EBITDA[(1) (2)]	**33.051**	**25.874**	**28.004**
(+) Pagamentos para Ex-Diretor Estatutário	323	2.104	2.308
(+) Despesas com Treinamento Não Recorrentes	306	19	168
(+) Despesas com Serviços de Terceiros Não Recorrentes – Advogados	37	586	134
(+) Despesas com Serviços de Terceiros Não Recorrentes – Auditoria	-	-	-
(+) Despesas com Serviços de Terceiros Não Recorrentes – VDR	16	6	-
(+) Despesas com Serviços de Terceiros Não Recorrentes – Assessoria Financeira	349	66	11
(+) Despesas Não Recorrentes - FINDESLAB	125	-	-
EBITDA Ajustado[(1) (2)]	**34.209**	**28.655**	**30.626**
Receita líquida	223.263	156.042	120.324
Margem EBITDA[(3)]	**14,8%**	**16,6%**	**23,3%**
Margem EBITDA Ajustado[(4)]	15,3%	18,4%	25,5%

[(1)] O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas contábeis definidas pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não representam os fluxos de caixa para os exercícios/períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos ou alternativas ao lucro líquido, como indicadores de desempenho operacional, medidas de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular o EBITDA e o EBITDA Ajustado de maneira diferente ao calculado pelo Grupo ISH.

[(2)] Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1º de janeiro de 2019.

[(3)] Margem EBITDA calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

[(4)] Margem EBITDA Ajustado calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta a Dívida Bruta e a Dívida Líquida apresentadas pelo Grupo ISH em 30 de junho de 2021, e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em Reais mil, exceto %)	Exercício social findo em 31/12/2020	Exercício social findo em 31/12/2019	Exercício social findo em 31/12/2018
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	28.955	32.995	21.102
Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante	64.205	19.584	18.473
Passivos de Arrendamento	11.501	9.483	-
Fornecedores	34.713	34.261	25.986
Dívida Bruta	139.374	96.323	65.561
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(17.505)	(20.111)	(1.713)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(19.364)	(1.169)	(1.243)
Dívida Líquida	**102.505**	**75.043**	**62.605**
Divida Líquida s/EBITDA	**3,1**	**2,9**	**2,2**
Divida Líquida s/EBITDA AJUSTADO	**2,99**	**2,6**	**2,0**

O crescimento da Dívida Líquida sobre EBITDA, foi necessário para dar suporte ao crescimento da companhia, gerando *funding* necessário para alocar crescimento da equipe desenvolvimento e toda infraestrutura necessária além de aquisição e implantação dos ecossistemas nos novos clientes.

ANÁLISE COMPARATIVA DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA COMBINADO PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2020	**2019**	**2018**	**AH 20/19 %**	**AH 19/18 %**
(R$ mil, exceto %s)					
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.264	19.486	8.933	(88,4)%	118,1%
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(35.291)	(10.875)	(19.377)	224,5%	(43,9)%
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	30.421	9.787	10.723	210,8%	(8,7)%

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2020	**2019**	**2018**	**AH 20/19 %**	**AH 19/18 %**
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(2.606)	18.398	279	N/A	6.494,3%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais reduziu 88,4%, passando para R$ 2.264 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em comparação a um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R$ 19.486 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, essa redução deveu-se principalmente ao aumento do saldo de contas a receber no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 25.070 mil, parcialmente compensado pelo aumento no lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 de R$ 7.098 mil em comparação com um lucro líquido de R$ 2.877 mil no exercício anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais aumentou em 118,1%, passando de R$ 8.933 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 19.486 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, esse aumento é explicado pela variação no saldo de outros ativos.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento aumentou em 224,5%, passando de R$ 10.875 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 35.291 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente em decorrência da variação do saldo de títulos e valores mobiliários no montante de R$ 18.195 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e pela aquisição de ativo imobilizado e intangível no montante de R$ 18.517 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento reduziu em 43,9%, passando de R$ 19.377 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 10.875 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Tal variação é justificada, principalmente, em razão da redução no saldo de aquisição de ativo imobilizado e intangível, que passou de R$ 13.477 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 9.780 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R$ 30.421 mil, representando um aumento de 210,8% ou R$ 20.634 mil, comparado ao caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento de R$ 9.787 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019. Esse aumento é justificado principalmente em

decorrência do aumento de captação de empréstimos e financiamentos no período, que passou de R$ 43.881 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 83.789 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R$ 9.787 mil, uma variação negativa de 8,7%, comparado a um caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento de R$ 10.723 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução é justificada principalmente em decorrência da maior amortização do principal de empréstimos e financiamentos, que passou de R$ 15.817 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 30.877 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a qual foi parcialmente compensada pela captação de empréstimos e financiamentos, que passou de R$ 31.523 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 43.881 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

A política da Companhia junto aos seus Auditores Independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados a auditoria das demonstrações contábeis, está fundamentada nos princípios que preservam a independência do Auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Durante os exercícios findos em 31/12/2020, 31/12/2019 e 31/12/2018, a ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. não prestou à Companhia, diretamente ou por partes relacionadas, outros serviços que não fossem a auditoria independente das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em observância à Instrução CVM nº 480/09 art. 25 – inc. V e VI os diretores do Grupo ISH declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2020, 31/12/2019 e 31/12/2018.

A DIRETORIA

DocuSign Envelope ID: 7BCBB0AE-5DC3-4F3B-A3D3-59C2D454D36F

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

MICHELINI CAMUZZI FERRARI STORCK, brasileira, casada, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 1274495 e inscrito no CPF/ME sob nº 031.846.107-21, na qualidade de **Diretora Executiva de Finanças e de Relações com Investidores** da **ISH TECH S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, e com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período compreendido entre 02 de junho de 2021 (data de constituição) e 30 de junho de 2021.

São Paulo, 19 de agosto de 2021.

DocuSigned by:
Michelini Camuzzi Ferrari Storck
Assinado por: MICHELINI CAMUZZI FERRARI STORCK:03184610721
CPF: 03184610721
Data/Hora da Assinatura: 19/08/2021 | 15:11:50 BRT
ICP Brasil
8C3F8FC5E5D9434B8EE245FF5ACAE20A

MICHELINI CAMUZZI FERRARI STORCK

DocuSign Envelope ID: 55288128-35E6-488C-9DF5-41D5FB888D5F

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

ALLAN MARCELO DE CAMPOS COSTA, brasileiro, divorciado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.597.936-9 e inscrito no CPF/ME sob nº 849.262.529-53, na qualidade de **Diretor Vice-Presidente** da **ISH TECH S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, e com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período compreendido entre 02 de junho de 2021 (data de constituição) e 30 de junho de 2021.

São Paulo, 19 de agosto de 2021.

DocuSigned by:
Assinado por: ALLAN MARCELO DE CAMPOS COSTA:84926252953
CPF: 84926252953
Data/Hora da Assinatura: 18/08/2021 | 12:01:28 BRT
ICP Brasil
FA86A254DF19473AAA146A5BBDE6BBC2

ALLAN MARCELO DE CAMPOS COSTA

DocuSign Envelope ID: 0522405A-86E7-4375-B1EA-E5F4F2A63558

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

RODRIGO VOLK ETIENNE DESSAUNE, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 589.040 e inscrito no CPF/ME sob nº 873.660.457-72, na qualidade de **Diretor Presidente** da **ISH TECH S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360, na cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com as demonstrações contábeis combinadas das controladas da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, e com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período compreendido entre 02 de junho de 2021 (data de constituição) e 30 de junho de 2021.

São Paulo, 19 de agosto de 2021.

RODRIGO VOLK ETIENNE DESSAUNE

Anexo K – Formulário de Referência da Companhia nos Termos da Instrução CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5
2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7
3.2 - Medições Não Contábeis 8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 9
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 10
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 11
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 12
3.7 - Nível de Endividamento 13
3.8 - Obrigações 14
3.9 - Outras Informações Relevantes 15

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 23
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 60
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 62
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 65
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 67
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 68
4.7 - Outras Contingências Relevantes 70

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 71

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 72

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 81

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 83

5.4 - Programa de Integridade 85

5.5 - Alterações significativas 93

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 94

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 95

6.3 - Breve Histórico 96

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 98

6.6 - Outras Informações Relevantes 99

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 100

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 119

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 120

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 121

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 153

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 154

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 159

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 160

7.8 - Políticas Socioambientais 161

7.9 - Outras Informações Relevantes 162

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 163

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 164

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 165

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 166

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 167

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 168

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 169

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 176

9.2 - Outras Informações Relevantes 177

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 178

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 181

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 182

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 183

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 184

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 185

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 186

10.8 - Plano de Negócios 187

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 188

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 222

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 223

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 224

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 231

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 234

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 236

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 237

12.7/8 - Composição Dos Comitês 239

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 243

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 244

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 251

12.12 - Outras informações relevantes 252

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 254

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 259

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 260

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 261

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 262

13.6 - Opções em Aberto 263

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 264

13.8 - Precificação Das Ações/opções 265

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 266

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 267

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 268

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 269

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 270

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 271

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 272

13.16 - Outras Informações Relevantes 273

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 274

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 276

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 277

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 279

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 280

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 281

15.3 - Distribuição de Capital 283

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 284

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 285

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 286

15.7 - Principais Operações Societárias 287

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 289

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 290

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 292

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 295

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 298

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 299

17.2 - Aumentos do Capital Social 300

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 301

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 302

17.5 - Outras Informações Relevantes 303

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 304

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 305

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 306

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 307

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 308

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 309

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 310

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 311

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 312

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 313

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 314

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 315

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 316

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 317

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 318

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 319

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 320

20.2 - Outras Informações Relevantes 321

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 322

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 323

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 325

21.4 - Outras Informações Relevantes 326

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Rodrigo Volk Etienne Dessaune**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Michelini Camuzzi Ferrari Storck**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Rodrigo Volk Etienne Dessaune
Cargo do responsável	Diretor Presidente
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Michelini Camuzzi Ferrari Storck
Cargo do responsável	Diretora Executiva de Finanças e de Relações com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DECLARAÇÃO

Rodrigo Volk Etienne Dessaune, brasileiro, divorciado, Administrador, nascido em 07/01/1967, residente e domiciliado na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, com endereço comercial na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, salas 202 e 203, Enseada do Suá, CEP 29050-360, portador da cédula de identidade nº 589.040, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia ("CPF") sob o nº 873.660.457-72, na qualidade de Diretor Presidente da **ISH Tech S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede e foro na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360 ("Companhia" ou "ISH"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: **(i)** reviu o formulário de referência; **(ii)** todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos artigos 14 a 19; e **(iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

_____

Rodrigo Volk Etienne Dessaune
Diretor Presidente

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

DECLARAÇÃO

Michelini Camuzzi Ferrari Storck, brasileira, casada, economista, residente e domiciliada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, com endereço comercial na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, salas 202 e 203, Enseada do Suá, CEP 29050-360, portadora da cédula de identidade nº 1274495, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia ("CPF") sob o nº 031.846.107-21,na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da **ISH Tech S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 42.496.531/0001-67, com sede e foro na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360 ("Companhia" ou "ISH"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: **(i)** reviu o formulário de referência; **(ii)** todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos artigos 14 a 19; e **(iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

_____

Michelini Camuzzi Ferrari Storck
Diretora Executiva de Finanças e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0014-40
Data Início	09/11/2020
Descrição do serviço contratado	A ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S. prestou os seguintes serviços para a Companhia: (i) (A) auditoria das demonstrações contábeis combinadas do Grupo ISH Tecnologia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”); e (B) auditoria das demonstrações contábeis intermediárias combinadas do Grupo ISH Tecnologia em 30 de junho de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, elaboradas de acordo com o BR GAAP e com as IFRS, emitidas pelo IASB; (C) revisão das informações contábeis intermediárias da ISH Tech S.A. em 30 de junho de 2021 e para o período de 2 de junho de 2021 (data de constituição) à 30 de junho de 2021, elaboradas de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo IASB e com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR); e (D) auditoria das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2021, elaboradas de acordo com o BR GAAP e com as IFRS, emitidas pelo IASB; e (ii) realização de procedimentos previamente acordados em conexão com a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 2 de junho de 2021.
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Bruno Costa Oliveira	02/06/2021	013.620.285-33	Rua Antônio de Albuquerque, nº 156 no Edifício Phelps Office, 10º andar, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30112-010, Telefone (071) 996236819, e-mail: bruno.costa@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

A Companhia não possui políticas ou procedimentos adotados para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou a objetividade de seus auditores independentes, bem como não possui transferências relevantes de serviços ou recursos entre os auditores e partes relacionadas com a Companhia.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Total	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	1.000	0	0	0
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,000000	0,000000	0,000000	0,000000

3.2 - Medições Não Contábeis

As informações contábeis apresentadas neste item do Formulário de Referência são derivadas das demonstrações contábeis intermediárias auditadas da Companhia em 30 de junho de 2021 e para o período de 2 de junho de 2021 (data da constituição) e 30 de junho de 2021. Tendo em vista que a Companhia foi constituída em 2 de junho de 2021, e estava em fase pré-operacional até 30 de junho de 2021, não há medições não contábeis relacionadas a Companhia para o exercício social corrente ou últimos três exercícios sociais. Para informações adicionais ao item 3 deste Formulário de Referência sobre o Grupo ISH com base nas demonstrações contábeis combinadas e demonstrações contábeis intermediárias combinadas do Grupo ISH, incluindo medições não contábeis, vide item 3.9 deste Formulário de Referência.

(a) Informar o valor das medições não contábeis

Não aplicável.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não aplicável.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não aplicável.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Os eventos subsequentes às demonstrações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2021 da Companhia, cuja emissão foi aprovada pela Administração da Companhia em 18 de agosto de 2021 foram:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de julho de 2021, os acionistas da Companhia autorizaram: (i) a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (ii) a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado"); (iii) a realização de oferta pública inicial de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia a ser registrada junto à CVM ("Oferta"); (iv) realização de esforços de colocação das ações no exterior para investidores institucionais qualificados nos Estados Unidos da América e investidores qualificados e outros investidores fora dos Estados Unidos da América e do Brasil; e (v) a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias em relação aos itens anteriores.

Adicionalmente, em 18 de agosto de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Companhia de R$1 mil, para R$ 6.769 mil, mediante a emissão de 6.767.823 (seis milhões, setecentas e sessenta e sete mil, oitocentas e vinte e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem integralmente subscritas e integralizadas pelos seus atuais acionistas, mediante a conferência da totalidade das ações que estes detém no capital social da ISH Tecnologia e Integrasys, condicionado à consumação da sua oferta pública inicial de ações.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

A Companhia foi constituída em 2 de junho de 2021 e, consequentemente, não teve política instituída de destinação de resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

	2020	2019	2018
a) regras sobre retenção de lucros:	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
a.i) Valores das retenções de lucros	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
b) regras sobre distribuição de dividendos	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
c) periodicidade das distribuições de dividendos	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	0,00			
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000			
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000			
Dividendo distribuído total	0,00			
Lucro líquido retido	0,00			
Data da aprovação da retenção				

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00							

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Não aplicável, dado que a Companhia é uma holding constituída em 2 de junho de 2021 que não possui controladas, coligadas ou controladas em conjunto, uma vez que o aumento de capital pelos atuais acionistas da Companhia mediante a conferência da totalidade das ações que estes detém no capital social da ISH Tecnologia S.A. ("ISH Tecnologia") e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("Integrasys"), está condicionada à consumação da sua oferta pública inicial de ações da Companhia.

Desta forma, não houve declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas no exercício social corrente e/ou nos últimos três exercícios sociais.

3.7 - Nível de Endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia foi constituída em 02 de junho de 2021 e não possui endividamento até 30 de junho de 2021.

3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia foi constituída em 02 de junho de 2021 e não possui obrigações relacionadas a endividamento e obrigações até 30 de junho de 2021.

3.9 - Outras Informações Relevantes

A Companhia foi constituída em 2 de junho de 2021, para fins de registro de companhia aberta e por se tratar de uma holding não apresentou resultados no período compreendido entre 2 de junho de 2021 (data de sua constituição) e 30 de junho de 2021. Outrossim, em 29 de junho de 2021, a Companhia aprovou a incorporação das empresas ISH Tecnologia S.A. e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., empresas sob controle comum pertencentes aos atuais acionistas da Companhia, sob a condição suspensiva da realização da Oferta. Conforme melhor descrito no Item 10.9 deste Formulário de Referência, com o objetivo de propiciar comparabilidade às informações contábeis, demonstrar uma aproximação histórica das operações da Companhia após a incorporação, a mesma optou por apresentar neste item as informações derivadas das demonstrações contábeis combinadas da Companhia, ISH Tecnologia S.A. e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("Grupo ISH") em 30 de junho de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e das demonstrações contábeis combinadas da ISH Tecnologia S.A. e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para os exercícios findos naquelas datas.

As informações financeiras apresentadas nos itens 3.1 a 3.8 deste Formulário de Referência refletem informações da Companhia com base nas suas informações contábeis intermediárias individuais em 30 de junho de 201 e para o período compreendido entre 2 de junho (data da constituição) e 30 de junho de 2021.

As demonstrações contábeis combinadas e demonstrações contábeis intermediárias combinadas do Grupo ISH foram elaboradas, sob a responsabilidade da Administração da Emissora, com o objetivo de apresentar as informações contábeis das empresas sob controle comum por meio de uma única demonstração financeira. As demonstrações contábeis combinadas e demonstrações contábeis intermediárias combinadas não devem ser utilizadas em última análise para a tomada de qualquer decisão de investimento na Companhia, pois não representam as demonstrações contábeis individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e estão apresentadas para fornecimento de informações adicionais sobre as operações do Grupo ISH, não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para quaisquer outros fins societários e não são indicativas de resultados que teriam ocorrido se os negócios tivessem sido conduzidos como uma única unidade de negócio durante os períodos apresentados e nem são necessariamente indicativas dos resultados consolidados futuros das operações ou a posição financeira consolidada da Companhia.

A ISH Tech S.A., ISH Tecnologia S.A. e a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. foram as entidades consideradas no processo de elaboração das demonstrações contábeis combinadas e demonstrações contábeis intermediárias combinadas do Grupo ISH. As entidades sujeitas à combinação estiveram sob controle comum durante todos os exercícios cobertos pelas demonstrações contábeis combinadas e demonstrações contábeis intermediárias combinadas, cuja avaliação foi baseada na definição de controle do pronunciamento técnico CPC 36 (R3) e IFRS 10.

O Grupo ISH possui contratos de empréstimos e de financiamentos que preveem hipóteses de vencimento antecipado, as quais incluem, dentre outras cláusulas de "*cross default*" e "*cross acceleration*", conforme padrão de mercado para esse tipo de operação. Os indicadores financeiros que poderão ensejar em "*cross default*" e "*cross acceleration*" são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Além disso, as controladas da Companhia possuem dois contratos financeiros com previsão de vencimento antecipado no caso (i) da razão entre a Dívida Financeira Líquida e o EBITDA não ser menor ou igual a 2,5 vezes, a partir de 2020, até o vencimento do contrato, no ano de 2025; e (ii) da razão entre a dívida líquida e o EBITDA não ser menor ou igual a (a) 2 vezes em 2020; (b) 1,75 vez em 2021; e (c) 1,5 vez em 2022, com vencimento no ano de 2023. Para mais informações acerca do endividamento do Grupo ISH, vide item 10.1, "f", deste Formulário de Referência, bem como vide item 4.1 no fator de risco "*A Companhia e suas controladas estão sujeitas a certas obrigações financeiras (covenants) e limitações ao endividamento nos termos dos seus contratos financeiros e poderão não ser capazes de atender a tais disposições restritivas, bem como poderão não conseguir cumprir com os índices financeiros, podendo causar impactos adversos financeiros*."

O Grupo ISH não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018 ou no exercício social corrente, nem cedeu/alienou/transferiu qualquer recebível e/ou título, para emissão de Debênture ou Notas Promissórias, e não têm qualquer cessão/alienação/transferência de direitos creditórios para compor ativos subjacentes a cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

3.9 - Outras Informações Relevantes

A seguir apresentamos os subitens da seção 3.1 com base nas demonstrações contábeis combinadas e demonstrações contábeis intermediárias combinadas do Grupo ISH.

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Acervo Líquido	6.767.000,00	(1.555.000,00)	(5.809.000,00)	(3.311.000,00)
Ativo Total	173.533.000,00	169.331.000,00	112.130.000,00	81.579.000,00
Rec. Liq.	131.375.000,00	223.263.000,00	156.042.000,00	120.324.000,00
Lucro Bruto	44.504.000,00	69.876.000,00	52.595.000,00	48.189.000,00
Lucro Líquido	9.308.000,00	7.098.000,00	2.877.000,00	5.404.000,00

A seguir apresentamos os subitens da seção 3.2 com base nas demonstrações contábeis combinadas e demonstrações contábeis intermediárias do Grupo ISH.

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pelo Grupo ISH em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), e consiste no lucro líquido do período/exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA, é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida ("Margem EBITDA").

O Grupo ISH utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, o Grupo ISH não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pelo Grupo ISH pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pelo Grupo ISH e consiste no EBITDA ajustado por despesas referentes à assessoria da Falconi e da Conquer junto aos times de gestão e execução da ISH para adequação a práticas de liderança e estratégia da Companhia ("EBITDA Ajustado"). O EBITDA Ajustado não possui significado padrão e nossa definição pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida ("Margem EBITDA Ajustado").

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, bem como a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado, são informações adicionais às demonstrações contábeis combinadas e demonstrações contábeis intermediárias combinadas do Grupo ISH, mas não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não sendo, portanto, medidas de lucratividade, desempenho operacional ou liquidez definidas pelo BR GAAP nem pelas IFRS. Adicionalmente, o EBITDA e o EBITDA Ajustado não representam os fluxos de caixa para os exercícios/períodos apresentados e não devem ser considerados como substituto ou alternativa ao lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos.

3.9 - Outras Informações Relevantes

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, bem como a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado apresentam limitações que afetam o seu uso como indicador de lucratividade, liquidez e/ou rentabilidade, pois não consideram certas despesas e custos intrínsecos ao negócio do Grupo ISH, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente o resultado operacional, tais como o resultado financeiro, o imposto de renda e contribuição social, o custo e despesas de depreciação e amortização e despesas consideradas pela Administração do Grupo ISH como não recorrentes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, o resultado do Grupo ISH foi impactado pela adoção do IFRS 16 (CPC 06- R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Na adoção de tal norma o Grupo ISH optou pelo método retrospectivo modificado, não reapresentando exercícios/períodos anteriores à 1º de janeiro de 2019. Desta forma, as informações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção desta norma e, portanto, não são comparáveis com as informações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Os principais efeitos trazidos pela nova norma foram: (i) aumento das despesas de depreciação devido à amortização do direito de uso; (ii) aumento das despesas financeiras pelos juros incidentes da atualização do passivo de arrendamento; e (iii) redução das despesas com aluguéis. Para mais informações sobre os efeitos pela adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2), vide seção 10.9 deste Formulário de Referência.

Segue abaixo os valores do EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(Em Reais mil, exceto %)	Período de 6 meses findo em 30/06/2021	Período de 6 meses findo em 30/06/2020	Exercício social findo em 31/12/2020	Exercício social findo em 31/12/2019	Exercício social findo em 31/12/2018
EBITDA(1)	26.145	16.437	33.051	25.874	28.004
Margem EBITDA(1)(2)	19,9%	16,9%	14,8%	16,6%	23,3%
EBITDA Ajustado(1)	26.624	16.437	33.051	25.874	28.004
Margem EBITDA Ajustado(1) (3)	20,3%	16,9%	14,8%	16,6%	23,3%

(1) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1º de janeiro de 2019.
(2) Margem EBITDA calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.
(3) Margem EBITDA Ajustado calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pelo Grupo ISH e refere-se aos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), acrescido do saldo de passivo de arrendamento (circulante e não circulante). A Dívida Líquida é calculada como a Dívida Bruta deduzida do (i) caixa e equivalentes de caixa; e (ii) títulos e valores mobiliários.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possuem um significado padrão. Outras sociedades podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pelo Grupo ISH.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Seguem abaixo os valores da Dívida bruta e líquida apresentados em 30 de junho de 2021, e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(Em Reais mil)	Em 30/06/2021	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018
Dívida bruta	105.306	104.661	62.062	39.575
Dívida líquida	74.460	67.792	40.782	36.619

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações contábeis combinadas e demonstrações contábeis intermediárias combinadas do Grupo ISH

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta o EBITDA, a Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado apresentados pelo Grupo ISH para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e e2020, e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(Em milhares de Reais, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Lucro líquido do período/exercício	**9.308**	**4.255**	**7.098**	**2.877**	**5.404**
(+) Imposto de renda e contribuição social	4.776	2.337	3.137	1.525	4.423
(+) Resultado financeiro, líquido	4.909	4.129	9.448	10.438	10.463
(+) Depreciações e amortizações	7.152	5.716	13.328	11.034	7.714
EBITDA (1) (2)	**26.145**	**16.437**	**33.051**	**25.874**	**28.004**
(+) Despesas com serviços de consultoria (3)	479	-	-	-	-
EBITDA Ajustado (1) (2)	**26.624**	**16.437**	**33.051**	**25.874**	**28.004**
Receita líquida	131.375	97.040	223.263	156.042	120.324
Margem EBITDA (4)	19,9%	16,9%	14,8%	16,6%	23,3%
Margem EBITDA Ajustado (5)	20,3%	16,9%	14,8%	16,6%	23,3%

(1) O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas contábeis definidas pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não representam os fluxos de caixa para os exercícios/períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos ou alternativas ao lucro líquido, como indicadores de desempenho operacional, medidas de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular o EBITDA e o EBITDA Ajustado de maneira diferente ao calculado pelo Grupo ISH.
(2) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1º de janeiro de 2019.
(3) Despesas referentes à assessoria da Falconi e da Conquer junto aos times de gestão e execução do Grupo ISH para adequação das práticas de liderança e estratégia da Companhia.
(4) Margem EBITDA calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.
(5) Margem EBITDA Ajustado calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida

3.9 - Outras Informações Relevantes

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta a Dívida Bruta e a Dívida Líquida apresentadas pelo Grupo ISH em 30 de junho de 2021, e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em Reais mil)	Em 30/06/2021	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	32.120	28.955	32.995	21.102
Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante	62.067	64.205	19.584	18.473
Passivos de Arrendamento - Circulante	878	842	682	-
Passivos de Arrendamento – Não Circulante	10.241	10.659	8.801	-
Dívida Bruta	**105.306**	**104.661**	**62.062**	**39.575**
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.171)	(17.505)	(20.111)	(1.713)
(-) Títulos e Valores Mobiliários (circulante e não circulante)	(24.675)	(19.364)	(1.169)	(1.243)
Dívida Líquida	**74.460**	**67.792**	**40.782**	**36.619**

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA e a Margem EBITDA, são indicadores não contábeis utilizados pela Administração do Grupo ISH para aferir o desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados do Grupo ISH sem influência da estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e itens considerados como não usuais pelo Grupo ISH.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

O Grupo ISH entende que as métricas Dívida Bruta e Dívida Líquida oferecem uma visão abrangente sobre alavancagem e a alocação de capital do Grupo ISH, oferecendo dados úteis na avaliação do grau de endividamento da Companhia.

A seguir apresentamos os subitens da seção 3.3 com base nas demonstrações contábeis intermediárias combinadas do Grupo ISH.

Os eventos subsequentes às demonstrações contábeis intermediárias combinadas de 30 de junho de 2021 do Grupo ISH, cuja emissão foi aprovada pela Diretoria do Grupo ISH em 19 de agosto de 2021 foram:

3.9 - Outras Informações Relevantes

Reestruturação societária

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de julho de 2021, os acionistas da ISH Tech S.A. ("Companhia") autorizaram: (i) a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (ii) a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado"); (iii) a realização de oferta pública inicial de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia a ser registrada junto à CVM ("Oferta"); (iv) realização de esforços de colocação das ações no exterior para investidores institucionais qualificados nos Estados Unidos da América e investidores qualificados e outros investidores fora dos Estados Unidos da América e do Brasil; e (v) a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias em relação aos itens anteriores.

Em 18 de agosto de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da ISH Tech S.A. aprovou o aumento do seu capital social de R$1, para R$ 6.769, mediante a emissão de 6.767.823 (seis milhões, setecentas e sessenta e sete mil, oitocentas e vinte e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem integralmente subscritas e integralizadas pelos atuais acionistas do Grupo, mediante a conferência da totalidade das ações detidas no capital social da ISH Tecnologia e Integrasys, condicionado à consumação da sua oferta pública inicial de ações.

A seguir apresentamos os subitens da seção 3.4 com base nas demonstrações contábeis combinadas e demonstração contábeis intermediárias combinadas do Grupo ISH.

Não aplicável.

A seguir apresentamos os subitens da seção 3.5 com base nas demonstrações contábeis combinadas e demonstração contábeis intermediárias combinadas do Grupo ISH.

Não aplicável.

A seguir apresentamos os subitens da seção 3.6 com base nas demonstrações contábeis combinadas e demonstração contábeis intermediárias combinadas do Grupo ISH.

Não aplicável.

A seguir apresentamos os subitens da seção 3.7 com base nas demonstrações contábeis combinadas e demonstração contábeis intermediárias combinadas do Grupo ISH.

Exercício Social (Em R$, exceto índices)	Soma do passivo circulante e do passivo não circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice (1)
30/06/2021	164.872.000,00	Índice de Endividamento	23,79	
30/06/2021	-	Outros índices (Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado)	1,72	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado: Em 30 de junho de 2021, a Dívida Líquida do Grupo ISH, era de R$ 74.460 mil e no período de doze meses encerrado naquela data o EBITDA Ajustado era de R$43.238 mil, o qual refere-se ao (i) EBITDA Ajustado referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 R$ 33.051 mil; subtraído pelo (ii) EBITDA Ajustado referente ao período de seis meses

3.9 - Outras Informações Relevantes

				findo em 30 de junho de 2020 de R$ 16.437 mil; somado ao (iii) EBITDA Ajustado referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 de R$26.624 mil representando um índice de Dívida Líquida / EBITDA Ajustado de 2,17 vezes. Por Dívida Líquida entende-se os empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Companhia entende que o índice Dívida Líquida / EBITDA Ajustado representa, de forma mais adequada, o seu nível de endividamento. Para mais informações a respeito da reconciliação do EBITDA Ajustado ver item 3.9 deste Formulário de Referência.
31/12/2020	170.886.000,00	Índice de Endividamento	-109,89	
31/12/2020		Outros índices (Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado)	2,05	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado: Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Líquida do Grupo ISH, era de R$ 67.792 mil e no exercício social encerrado naquela data o EBITDA Ajustado era de R$ 33.051 mil, representando um índice de Dívida Líquida / EBITDA Ajustado de 2,05 vezes. Por Dívida Líquida entende-se os empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Companhia entende que o índice Dívida Líquida / EBITDA Ajustado representa, de forma mais adequada, o seu nível de endividamento. Para mais informações a respeito da reconciliação do EBITDA Ajustado ver item 3.9 deste Formulário de Referência.

(1) Mede a capacidade de uma empresa de pagar sua dívida incorrida, esse índice é útil para determinar quantos anos de EBITDA seriam necessários para pagar todas as dívidas.

3.9 - Outras Informações Relevantes

A seguir apresentamos os subitens da seção 3.8 com base nas demonstrações financeiras intermediárias combinadas do Grupo ISH.

Ult. Inf. Contábil (30/06/2021)							
Tipo de Obrigação	**Tipo de Garantia**	**Outras garantias ou privilégios**	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Financiamentos	Real		1.505.000,00	335.000,00	0	0	1.840.000,00
Empréstimos	Quirografária		30.615.000,00	48.351.000,00	13.381.000,00	0	92.347.000,00
Títulos de Dívida	N/A		0	0	0	0	0
Total	-	-	32.120.000,00	48.686.000,00	13.381.000,00	0	94.187.000,00

Observação
Os saldos apresentados na tabela acima referem-se aos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) conforme demonstrações financeiras intermediárias combinadas do Grupo ISH em 30 de junho de 2021.

Último Exercício Social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	**Tipo de Garantia**	**Outras garantias ou privilégios**	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Financiamentos	Real		2.208.000,00	893.000,000	0	0	3.101.000,00
Empréstimos	Quirografária		26.747.000,000	41.085.000,00	22.227.000,000	0	90.059.000,00
Títulos de Dívida	N/A		0	0	0	0	0
Total	-	-	28.955.000,00	41.978.000,00	22.227.000,00	0	93.160.000,00

Observação
Os saldos apresentados na tabela acima referem-se aos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) conforme demonstrações financeiras combinadas do Grupo ISH em 31 de dezembro de 2020.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras e notas explicativas da Companhia. Os negócios atuais e futuros, a reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante os seus negócios. Além disso, deve-se ressaltar que, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes também poderão afetar adversamente a Companhia.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim indicar, a menção a um risco, incerteza ou problema que poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “impacto negativo” para a Companhia e suas futuras Controladas, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas investidas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas neste contexto. Adicionalmente, não obstante a subdivisão prevista neste item, feita em observância à regulamentação aplicável, determinados fatores de risco elencados abaixo poderão também ser aplicáveis a outros subitens.

(a) Riscos Relacionados à Companhia

A Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas a riscos de mudanças nas legislações de proteções de dados, desenvolvimento de novos tipos de ataques cibernéticos e nas preferências dos consumidores e podem não responder de forma eficiente à tais alterações, o que pode vir a afetar de maneira adversa a aceitação dos seus produtos e serviços por seus clientes e seus resultados.

Os serviços e produtos da Companhia e de suas controladas são baseados em clientes cujas preferências não podem ser previstas com precisão e estão sujeitas a mudanças rápidas, principalmente quando considerada as frequentes inovações tecnológicas do mundo globalizado atual e frequentes incertezas jurídicas do Brasil. Se não forem alterados os serviços para adequá-los aos gostos e necessidades do cliente, a Companhia e/ou de suas controladas poderão perder seus clientes para concorrentes. Qualquer falha para antecipar, identificar e responder às inovações tecnológicas e alterações em legislações pode afetar de maneira adversa a aceitação dos clientes aos seus serviços e produtos, o que poderia, por sua vez, afetar de maneira adversa seu negócio bem como sua imagem junto aos consumidores.

A tecnologia da informação e o mercado de segurança cibernética estão em constante evolução. A Companhia e suas futuras controladas podem não ser capazes de se adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes, preferências e padrões do setor. Podem se deparar com obstáculos em busca de uma transformação digital relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Esses desafios podem provocar uma limitação no crescimento dos seus servidores e Data Centers e afetar de forma adversa os seus negócios e resultados.

Se não conseguir responder à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, seus servidores, Data Centers e sua tecnologia própria poderão ficar ultrapassadas e afetar adversamente seus resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, cada vez mais os criminosos inovam nas formas de realizar ataques cibernéticos e hackear pessoas físicas e jurídicas, devendo as tecnologias desenvolvias pela Companhia e por suas controladas e/ou as tecnologias de terceiros as quais a Companhia e suas futuras controladas representam, identificarem e responderem a novas e cada vez mais sofisticadas ameaças enquanto atende a requisitos técnicos rigorosos nas áreas de desempenho, usabilidade e disponibilidade. A demanda pelos produtos da Companhia e de suas controladas pode mudar significativamente caso não sejam capazes de antecipar algum ataque cibernético e não sejam capazes de proteger os sistemas, dados ou servidores de seus clientes, o que pode reduzir sua credibilidade e capacidade de vender seus serviços ou produtos futuramente.

Pela atividade principal da Companhia e de suas controladas ser respostas a incidentes de segurança cibernética e prevenção de ataques virtuais, a Companhia e suas futuras controladas combatem as atividades desenvolvidas por hackers, podendo impactar a busca por receita ilícita dos atacantes. Desta forma, a Companhia pode vir a se tornar alvo de ataques por hacker, o que pode impactar seus resultados financeiros, a prestação de seus serviços e sua imagem reputacional.

A Companhia e suas futuras controladas podem ser incapazes de desenvolver novas tecnologias para acompanhar a evolução das ameaças, das necessidades tecnológicas ou de armazenamento de dados ou enfrentar atrasos imprevistos na disponibilidade de novas soluções e, portanto, não atender às expectativas de seus clientes. Se não forem capazes de antecipar ou atender às necessidades em evolução e rigorosas de seus clientes, ou não responder rapidamente às mudanças nas expectativas ou demandas dos clientes (desenvolvendo e lançando novas soluções ou melhorias que podem responder com eficácia e eficiência a novas ameaças à segurança cibernética ou necessidades tecnológicas de maneira contínua e oportuna), a posição competitiva da Companhia e suas futuras controladas, negócios e resultados financeiros serão prejudicados.

O desenvolvimento de produtos requer investimento, a eficácia de novas tecnologias é muitas vezes incerta, e o momento para lançamento comercial e disponibilidade de novas soluções e melhorias é incerto. Certos serviços ou produtos que a Companhia e suas futuras controladas ofertam podem exigir prazos de entrega mais longos e os seus colaboradores podem não conseguir implementar os serviços ou produtos a tempo de impedir um ataque cibernético. Um eventual ataque cibernético em larga escala ou uma alteração relevante na Lei Geral de Proteção de Dados podem fazer com que a demanda por seus serviços ou produtos aumente desproporcionalmente e impossibilite de atender a todos os clientes que necessitem o serviço ao mesmo tempo, o que pode ter um efeito material negativo. A ocorrência de qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente resultados operacionais da Companhia e de suas controladas e causar um risco reputacional negativo.

Adicionalmente, para se preparar para um potencial evento que acarrete um aumento de demanda pelos produtos e serviços, a Companhia e/ou suas controladas poderão ter que contratar pessoal temporário. Qualquer aumento dos colaboradores da Companhia e de suas controladas não planejado (por exemplo, devido à duração e ao impacto contínuos da pandemia da covid-19 sobre a prestação de serviços e demanda dos seus clientes) ou redução da demanda por serviços durante este período de pico de demandas, pode obrigar a vender produtos e serviços a um preço substancialmente menor, o que afetaria negativamente seus resultados operacionais e condição financeira. Tais flutuações em seus resultados operacionais e condição financeira podem afetar o valor de mercado de suas ações ordinárias.

Por fim, a introdução de novos produtos ou serviços por concorrentes, a aceitação do mercado de produtos ou serviços com base em tecnologias emergentes e a evolução de novos padrões, sejam formalizados ou não, podem tornar as soluções existentes ou as estratégias de crescimento obsoletas ou tornar mais fácil para outros produtos e serviços competirem com soluções da Companhia e de suas controladas. Além disso, os ciberataques modernos são qualificados para se adaptar a novas tecnologias e desenvolver novos métodos de clientes violadores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Tais mudanças na natureza das ameaças à segurança cibernética podem resultar em uma mudança nos gastos com segurança cibernética, tecnologias da informação e com as nuvens desenvolvidas pela Companhia e nas preferências de soluções pelos clientes da Companhia e de suas controladas. Além disso, quaisquer alterações nos padrões de conformidade ou requisitos de auditoria aplicáveis aos seus clientes empresariais e governamentais que não enfatizar os tipos de controles, monitoramento e análises que as soluções da Companhia fornecem, impactariam adversamente sua demanda. Se as soluções não forem vistas pelos clientes como necessárias ou eficazes para atender às suas necessidades de segurança cibernética, armazenamento de dados ou infraestrutura de TI, a receita da Companhia e de suas controladas pode não crescer tão rapidamente quanto o esperado ou, ainda, diminuir, e seus negócios serem prejudicados.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura ou eventuais imperfeições, falhas ou atrasos em produtos e serviços necessários para manter sistemas de TI podem resultar em danos financeiros e reputacionais e na perda de contratos.

Incidentes de segurança cibernética podem resultar em apropriação indevida de informações da Companhia e de suas controladas e/ou das informações de seus clientes ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações, o que pode afetá-la material e adversamente, inclusive sua reputação. Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das suas operações podem afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia e de suas controladas.

Além disso, as operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou atrasos em produtos e serviços que podem gerar a perda de contratos. Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia e por suas controladas são tecnicamente complexos que, quando introduzidos pela primeira vez ou lançados como novas versões, podem conter defeitos difíceis de serem detectados e corrigidos em tempos considerados aceitáveis.

Pelas soluções e produtos da Companhia e de suas controladas e/ou seu parceiros tecnológicos serem complexos, erros, defeitos, interrupções ou outros problemas de desempenho podem ocorrer. Por exemplo, é possível enfrentar interrupções e outros problemas de desempenho devido a uma variedade de fatores, incluindo, mas não se limitando a mudanças na infraestrutura, erros humanos ou de software, restrições de capacidade devido a um número esmagador de usuários acessar os sistemas ou Data Centers simultaneamente, fraude ou ataques de segurança. Em alguns casos, a Companhia e/ou suas controladas poderão não ser capazes de identificar a causa (ou causas) desses problemas dentro de um período aceitável de tempo. Interrupções nas soluções, incluindo a operação da inteligência cibernética da rede de ameaças e do armazenamento de dados dos clientes, pode impactar a receita da Companhia e de suas controladas ou fazer com que seus clientes deixem de fazer negócios consigo.

O regular funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação pode ser comprometido também por falhas na infraestrutura de telecomunicação, sendo que uma interrupção prolongada poderá prejudicar o contínuo funcionamento das operações dos clientes da Companhia ou de suas controladas. Assim, a existência de quaisquer falhas, defeitos e atrasos nas entregas e correções podem fazer com que o relacionamento com os clientes seja abalado, tendo como resultado a perda da reputação e da força da marca, prováveis processos administrativos ou judiciais, bem como desembolsos financeiros ou na perda de contratos. A ocorrência de qualquer um desses fatores poderá afetar adversamente as atividades da Companhia e de suas controladas.

O risco de ocorrência de incidentes cibernéticos poderá ser acentuado em virtude da pandemia da covid-19. Devido à graves pandemias (tais como a pandemia da covid-19 e novas ondas de contaminação decorrentes desta) ou adoção de novo modelo organizacional, as práticas de trabalho remoto pelos colaboradores da Companhia aumentaram, sendo que nos escritórios administrativos da Companhia houve, durante um período, adoção de regime de teletrabalho para a maior parte dos colaboradores administrativos e aprofundamento da utilização de ferramentas de comunicação à distância. Um período prologando de regime de teletrabalho pode aumentar os riscos operacionais, incluindo, entre outros, o risco de segurança cibernética, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar seus negócios. Assim, uma falha na segurança cibernética dos sistemas internos da Companhia poderá prejudicar sua reputação e marca e, ainda, pode causar um efeito adverso para os negócios e resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A impossibilidade de implementar a estratégia de crescimento orgânico da Companhia poderá afetar adversamente a Companhia e suas futuras controladas.

A capacidade de expansão orgânica da Companhia e de suas controladas depende de inúmeros fatores que estão fora de seu controle, tais como demanda de seus clientes, sistemas de tecnologia da informação e disponibilidade de mão de obra capaz de performar seus serviços e desenvolver seus produtos adequadamente. Além disso, a capacidade de expansão poderá ser prejudicada se não forem capazes de captar novos clientes ou manter os clientes atuais. Ainda, os novos clientes poderão não alcançar o nível de receita e lucratividade no tempo estimado, em comparação ao apresentado por clientes antigos. Caso a Companhia não seja capaz de implementar a sua estratégia de crescimento orgânico, poderá sofrer uma desmobilização da equipe de colaboradores e atrasar a implementação de novos softwares e produtos em desenvolvimento, o que poderá afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Ademais, caso venha a expandir suas operações para servidores ou sistemas onde ainda não atua, a Companhia e suas futuras controladas poderão enfrentar dificuldade relacionada ao pouco conhecimento e não ser bem-sucedida em novos investimentos. O sucesso da Companhia e de suas controladas depende da sua capacidade de implementar e integrar novos serviços e alinhá-los à demanda dos clientes. Tendo em vista os constantes avanços tecnológicos do mercado de TI e que as necessidades dos clientes são cada vez mais complexas e estes demandam constantemente novos serviços e produtos, é possível que a Companhia não tenha a capacidade de desenvolver novas soluções ou de se adaptar a mudanças tecnológicas e de padrões de mercado, bem como de melhorar o desempenho dos seus serviços e respectiva confiabilidade. As adaptações às mudanças tecnológicas podem envolver investimentos substanciais, que poderão afetar seus resultados operacionais e situação financeira.

A estratégia de crescimento da Companhia e de suas controladas pode demandar uma expansão na capacidade da sede e dos escritórios operacionais ou contratação de novos colaboradores. Caso, por qualquer motivo, não seja possível encontrar locais adequados para estabelecer novos escritórios operacionais, ou contratar e integrar novos colaboradores capazes de executar serviços de maneira eficaz, a Companhia e suas controladas poderão não conseguir entregar os serviços ou produtos ofertados, o que poderá gerar um efeito negativo.

Neste sentido, não é possível assegurar que a capacidade de gerenciamento de crescimento da Companhia e de suas controladas será bem-sucedida ou que não interferirá adversamente na estrutura já existente. Caso não sejam capazes de gerenciar o crescimento de forma satisfatória, a Companhia e suas futuras controladas podem perder sua posição no mercado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre suas condições financeiras, resultados operacionais e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A estratégia de crescimento inorgânico da Companhia e de suas controladas e seus resultados financeiros e operacionais poderão ser adversamente afetados caso as operações e negociações de aquisições em andamento e as intenções de aquisições futuras não gerarem o retorno esperado, resultarem em passivos provenientes das empresas adquiridas ou se a Companhia e suas futuras ***controladas não conseguirem integrar as empresas de forma satisfatória.***

A estratégia de crescimento inorgânico da Companhia e de suas controladas inclui a aquisição de ativos ou empresas que oferecem produtos e serviços tecnológicos. Não é possível assegurar que a atual estratégia de aquisição trará resultados positivos no futuro. É possível que a Companhia e suas futuras controladas enfrentem atrasos na execução do pipeline de aquisições que podem afetar adversamente os resultados em trimestres futuros ou resultados anuais.

O crescimento da Companhia e de suas controladas, até o momento, não deve ser considerado como indicativo de crescimento futuro, sendo que a Companhia e suas futuras controladas podem não conseguir gerenciar o crescimento por meio de aquisições de maneira eficaz.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os riscos que a Companhia e suas futuras controladas podem enfrentar no âmbito destas aquisições e dos processos de integração de algum dos ativos ou de alguma das empresas adquiridas incluem, dentre outros, os seguintes fatores: (i) possível interrupção das operações em curso e desvio da atenção por parte da administração para atividades de transição, aquisição ou integração; (ii) dificuldade na integração das operações e atividades de ativos e das empresas adquiridas no sentido de obter as economias de escala e os ganhos de eficiência previstos, além de outras incompatibilidades, inclusive na integração de recursos humanos e de outros recursos administrativos; (iii) perda de administradores e colaboradores importantes na condução dos negócios adquiridos; (iv) deterioração nas relações com clientes, parceiros ou fornecedores de tecnologia e de produtos terceirizados, tanto da Companhia e de suas controladas, como das empresas adquiridas; (v) uma aquisição, após realizada, pode não se mostrar adequada a estratégia de negócios do Grupo ISH da forma esperada, podendo demandar investimentos adicionais não previstos inicialmente ou não apresentar o retorno esperado do investimento realizado; (vi) a Companhia e suas futuras controladas podem ter dificuldades relacionadas: (a) à gestão dos produtos e serviços adquiridos; ou (b) à entrada em novos mercados nos quais não possuem experiência ou que tenham experiência prévia limitada; (c) aos concorrentes que tenham posições de mercado mais fortes e consolidadas nos produtos e serviços adquiridos; ou (d) às autorizações regulatórias necessárias para os produtos e serviços adquiridos ou da própria empresa adquirida; (vii) dificuldades para incorporar produtos e serviços adquiridos nas linhas de produtos e serviços existentes da Companhia e de suas controladas, bem como manter padrões, controles, procedimentos, suporte e políticas de forma uniforme; (viii); como resultado das aquisições, podem existir linhas de produtos e serviços diversos oferecidos, precificados e suportados de formas distintas, podendo afetar a qualidade do atendimento, a decisão de compra do cliente para os clientes da Companhia e de suas controladas e atrasos em seus fornecimentos ou entregas; (ix) podem existir despesas não previstas ou custos superiores aos previstos decorrentes do contínuo apoio e desenvolvimento de produtos e serviços adquiridos, do aumento dos serviços de suporte oferecidos aos novos produtos e serviços ou de operações relacionadas que sejam mais complicadas do que previstos pela Companhia e/ou por suas controladas; (x) prejuízos decorrentes de falhas na diligência quando da realização de tais aquisições ou de ocorrência de contingências não previstas; (xi) a Companhia e suas futuras controladas podem não ser capazes de obter aprovações rápidas ou estarem sujeitas a certas limitações, restrições ou outras sanções impostas aos seus negócios e aos ativos ou empresas adquiridas por autoridades de defesa da concorrência, sindicatos, órgãos ou agências reguladoras, demais autoridades governamentais ou órgãos similares que podem afetar adversamente seus negócios, resultados em trimestres futuros ou resultados anuais, planos de integração e de oferta dos produtos e serviços adquiridos; (xii) a utilização de caixa como forma de financiamento para aquisições pode limitar outros gastos potenciais, incluindo recompra de ações e pagamento de dividendos; (xiii) a Companhia e suas futuras controladas podem sofrer demandas judiciais, administrativas e/ou arbitrais relacionadas a passivos dos ativos ou das empresas adquiridas e serem obrigadas a pagar valores para os quais não tenham direito à indenização destes respectivos vendedores ou em relação aos quais não consigam receber, total ou parcialmente, a indenização acordada com esses respectivos vendedores; (xiv) a Companhia e suas futuras controladas podem sofrer questionamentos das autoridades fiscais referentes ao registro e a amortização de ágios para fins fiscais, bem como poderá haver potencial perda no valor recuperável do ágio resultante de aquisições ou potencial acúmulo de contingências identificadas pré aquisição dos ativos e empresas adquiridos; e (xv) a Companhia e suas futuras controladas podem ter dificuldades de aprovação por parte de credores, sócios ou outros terceiros de certos termos e condições previstos nas aquisições.

Desta forma, a Companhia e suas futuras controladas podem não ser bem-sucedidas ao lidar com estes ou outros riscos, ou problemas relacionados a qualquer aquisição futura, podendo ser afetadas adversamente pelos ativos ou empresas adquiridos ou que venham a ser adquiridos. A materialização de qualquer risco relacionado a uma aquisição poderá afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários da Companhia e de suas controladas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia, suas controladas e/ou seus administradores e acionistas controladores estão sujeitos à eventuais decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais que podem acarretar impactos adversos financeiros e reputacionais.

A Companhia e suas futuras controladas, seus administradores ou seus acionistas controladores são e poderão ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais no curso normal dos seus negócios, incluindo, mas não se limitando a questões cíveis, tributárias, trabalhistas, societárias, de propriedade intelectual, regulatórias, concorrenciais, ambientais e criminais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos, termos de ajustamentos de condutas (TAC) investigações e inquéritos cíveis e criminais no âmbito de órgãos de controle como Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União, Tribunais de Contas Estaduais, CVM, dentre outros, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos seus interesses, que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos negócios conforme inicialmente planejados, poderão causar um efeito adverso. Além disso, a Companhia e suas futuras controladas também podem ser partes em processos judiciais e administrativos que estão além do curso normal de seus negócios, que podem acarretar impactos adversos à sua imagem. A decisão final desses processos pode exceder as reservas da ISH Tecnologia. Caso as provisões não sejam suficientes para pagar tais contingências quando devidas, diante de aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, incorrerão em custos maiores que os estimados, os quais, se significativos, poderão afetar adversamente os resultados operacionais e financeiros e causar impactos na reputação e imagem da Companhia e de suas controladas.

O envolvimento dos seus administradores e acionistas controladores em processos de qualquer natureza que prejudiquem sua imagem, ou decisões que sejam contrárias aos seus interesses, incluindo decisões que impeçam a Companhia e suas futuras controladas de conduzirem seus negócios conforme planejado originalmente, podem vir a ter um efeito adverso relevante, especialmente à imagem da Companhia.

Além disso, a Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas a processos trabalhistas no futuro, seja por parte de seus empregados, ex-empregados, terceirizados, prestadores de serviços autônomos, dentre outros. Não há como se garantir que o resultado desses processos será favorável ou que as provisões serão suficientes para cobrir todas as responsabilidades decorrentes de tais processos. A Companhia e suas futuras controladas também podem estar sujeitas a fiscalizações periódicas e regulares por órgãos governamentais, incluindo o Ministério da Economia – Secretaria de Inspeção do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, em relação à conformidade das práticas com as obrigações legais trabalhistas, incluindo situações envolvendo a saúde e segurança no trabalho. Essas fiscalizações podem resultar em multas e ações judiciais que podem nos afetar de forma relevante e adversa.

Decisões judiciais e administrativas desfavoráveis à Companhia e/ou seus administradores e acionistas, especialmente em processos envolvendo valores relevantes, matérias sensíveis e causas conexas, que alcancem valores substanciais, causem impacto na imagem da Companhia ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso nos resultados da Companhia, bem como os negócios, a situação financeira e o valor de mercado das ações da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia e suas futuras controladas poderão enfrentar obstáculos para prestar ou oferecer garantias requeridas em processos judiciais, administrativos ou arbitrais. Adicionalmente, a Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas à fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais. Essas autoridades poderão autuá-las e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais.

Decisões contrárias de valores substanciais ou que afetem as marcas, imagem ou habilidade de executar suas operações planejadas, poderão causar um efeito adverso nos seus negócios, reputação, condição financeira e resultados operacionais. Com relação a esses processos ou procedimentos, vide itens 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Uma parte da receita da controlada ISH Tecnologia é gerada por vendas a entidades governamentais, que estão sujeitas a uma série de desafios e riscos podendo impactar adversamente seus resultados financeiros e sua imagem reputacional.

As vendas para órgãos governamentais federais, estaduais e municipais foram responsáveis por 11,4% dos contratos fechados no semestre findo em 30 de junho de 2021 da ISH Tecnologia, 24,8% das vendas de 2020, 26,1% das vendas de 2019 e 38,8% das vendas de 2018 e os respectivos percentuais da receita da ISH Tecnologia gerada por vendas a entidades governamentais representam 16,6% em 30 de junho de 2021, 35,8% em 2020, 37,5% em 2019 e 46,5% em 2018. É possível que entidades governamentais anunciem reduções ou experimentem pressão para reduzir os gastos, incluindo restrições orçamentárias, especialmente após a crise econômica decorrente da pandemia da covid-19 e da crise política vivida no Brasil atualmente. Ainda, poderá ocorrer uma mudança nas prioridades de gastos de entidades governamentais ou eventual suspensão temporária de contratação com o poder público, podendo afetar adversamente as vendas dos produtos e serviços da ISH Tecnologia para essas entidades, fazendo com que as vendas para este setor se reduzam ainda mais do que o previsto, podendo acarretar na redução de sua receita e margem líquida.

As vendas a entidades governamentais estão sujeitas a vários riscos, especialmente aqueles referentes às licitações e necessidade de transparência. Vender para entidades governamentais pode ser altamente competitivo, caro e demorado, muitas vezes exigindo tempo e despesas iniciais significativas, sem qualquer garantia de que a ISH Tecnologia irá ganhar os certames licitatórios e vender seus produtos com sucesso.

Além disso, contratar com a administração pública podem exigir termos de contrato diferentes dos contratos padrão da ISH Tecnologia. Contratos administrativos podem exigir a manutenção de certas autorizações de segurança para instalações e funcionários e preços específicos, o que pode envolver tempo e esforço administrativo que podem resultar em custos adicionais e atrasos. Além disso, a demanda governamental pelos produtos e serviços da Companhia pode ser mais volátil, pois é afetada pelos ciclos orçamentários do setor público, abertura de processos licitatórios, autorizações de financiamento e o potencial para reduções ou atrasos de financiamento, tornando o tempo para fechar tais transações mais difíceis de prever. Esse risco aumenta à medida que o tamanho dessas vendas a entidades governamentais aumenta. Se o uso dos produtos e serviços se expandem para usos mais sensíveis, seguros ou de missão crítica pelos clientes governamentais, a ISH Tecnologia poderá estar sujeita a um maior controle de transparência, com risco potencial de reputação ou responsabilidade potencial se os produtos não funcionarem conforme o esperado ou se não cumprir os termos ou requisitos dos contratos administrativos.

A administração pública pode ter direitos contratuais ou outros direitos legais para rescindir contratos, especialmente com base na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), por conveniência ou devido a uma inadimplência, e qualquer a rescisão pode afetar adversamente os resultados operacionais futuros da Companhia. Ainda, os órgãos públicos rotineiramente auditam e investigam contratados governamentais e podemos estar sujeitos a tais auditorias e investigações. Se uma auditoria ou investigação descobrir atividades impróprias ou ilegais, incluindo qualquer uso indevido de informações confidenciais ou classificadas pelos funcionários da ISH Tecnologia, esta poderá estar sujeita a penalidades civis ou criminais e sanções administrativas.

A ISH Tecnologia pode ser penalizada com proibição de contratar com entes da Administração Pública o que pode acarretar graves impactos em sua situação reputacional e financeira.

A ISH Tecnologia é ré em processos decorrentes da "Operação Logoff", iniciada pela Polícia Federal, depois do processo licitatório (Pregão Presencial nº 19/2009) para implementação do projeto Jampa Digital, que foi vencido pela empresa Ideia Digital Sistemas Consultoria e Comercio Ltda ("Ideia Digital") e contou com a participação de algumas empresas do ramo, dentre as quais encontrava-se a ISH Tecnologia.

Em decorrência da "Operação *Logoff*", a Controladoria Geral da União instaurou o processo administrativo de nº 00190.018887/2013-25 ("Processo Administrativo"), e decidiu aplicar à ISH Tecnologia suspensão do direito de contratar com a Administração Pública e participar de certames licitatórios por 2 (dois) anos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventual condenação definitiva ou a reversão da decisão liminar de 9 de abril de 2019 no âmbito do agravo de instrumento ligado à ação anulatória, poderia impossibilitar a ISH Tecnologia de contratar com órgãos da Administração Pública Federal e participar de certames licitatórios pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo impactar sua geração de receita advinda desse setor e podendo causar graves impactos em sua reputação e imagem. Para mais informações sobre as receitas e vendas da Companhia e de suas controladas para entidades governamentais, vide fator de risco **"***Uma parte da receita da controlada ISH Tecnologia é gerada por vendas a entidades governamentais, que estão sujeitas a uma série de desafios e riscos podendo impactar adversamente seus resultados financeiros e sua imagem reputacional*" acima. Para mais informações sobre o processo da ação anulatória e do Processo Administrativo, vide seção 4.3 deste Formulário de Referência.

Também como desdobramento da "Operação *Logoff*", o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública de improbidade administrativa, a qual pode resultar na proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de 3 a 5 anos (art. 12, I, II e III da Lei Federal 8.429/1992).

O sucesso da atividade da Companhia e de suas controladas depende, em grande parte, da capacidade de atrair, contratar, treinar e manter pessoal qualificado. Se não conseguirem atrair novos talentos e/ou manter colaboradores qualificados em apoio as suas operações poderá prejudicar suas respectivas prestações de serviços.

A atividade da Companhia e de suas controladas depende de um grande número de profissionais e da capacidade que possuem em atrair, contratar, treinar e manter pessoal qualificado para atuar nas equipes comerciais e técnicas. Por terem dependência do conhecimento dos colaboradores, a perda dos seus produtos e/ou serviços poderá atrasar ou impedir significativamente a realização dos seus objetivos e negócios. Além disso, o crescimento e desempenho da Companhia e de suas controladas dependem em grande parte de esforços e da capacidade de sua alta administração formada por experientes executivos e colaboradores, entre eles, os fundadores da Companhia e de suas controladas. A perda destes membros da alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante seus negócios e resultados operacional e financeiro.

As práticas de trabalho remoto pelos colaboradores da Companhia aumentaram, sendo que nos escritórios administrativos da Companhia houve, durante um período, adoção de regime de teletrabalho para a maior parte dos colaboradores administrativos e aprofundamento da utilização de ferramentas de comunicação à distância. Um período prologando de regime de teletrabalho pode aumentar os riscos operacionais, incluindo, entre outros, o risco de segurança cibernética, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar seus negócios. Assim, uma falha na segurança cibernética dos sistemas internos da Companhia poderá prejudicar sua reputação e marca e, ainda, pode causar um efeito adverso para os negócios e resultados da Companhia.

Dado o cenário atual da covid-19, o treinamento, manutenção e contratação de pessoal qualificado, em sua grande maioria, são feitos de forma remota, via vídeo conferência, podendo tais atividades serem impactadas, pois não é possível garantir que a performance e produtividade dos novos colaboradores serão as informadas no momento da contratação. Essa situação pode impactar a capacidade de retenção e atrair equipe especializada.

Outro ponto relevante é que atualmente há uma competição muito forte por profissionais no mercado de tecnologia da informação em função da carência de mão de obra especializada e, pela Companhia e suas futuras controladas serem uma empresa de referência de serviço de segurança da informação no país, também são alvos de constante tentativa, pelos seus concorrentes, de captação de seus profissionais, podendo impactar seus indicies de retenção. Este cenário pode reduzir a capacidade da Companhia e de suas controladas em atrair, contratar e reter os profissionais, elevando a taxa de *turnover*. Desta forma, é possível que a Companhia e suas futuras controladas não consigam contratar e manter pessoal com as necessárias qualificações para atender os clientes, o que poderá afetar materialmente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira. Por isso a Companhia e suas futuras controladas acreditam ser este um fator crítico de sucesso dos negócios e da estratégia de crescimento.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por fim, cabe ressaltar que a Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas à legislação federal, estadual e municipal bem como à regulamentação de diversos órgãos governamentais, inclusive com relação à obrigação de cumprir cotas mínimas de contratação de pessoas com deficiência e/ou de aprendizes. A Companhia e suas futuras controladas podem não ser capazes de atender tais cotas mínimas em sua integralidade. O eventual descumprimento das normas aplicáveis poderá acarretar, dentre outras consequências, a aplicação de sanções, resultando, portanto, em efeitos adversos sobre a imagem e os negócios da Companhia, potencialmente afetando de forma negativa seus resultados financeiros e operacionais.

A Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas a riscos de erros humanos na oferta de serviços gerenciados (NOC, SOC e CLOUD) e Serviços Profissionais (consultoria), os quais podem gerar prejuízos relevantes para seus clientes.

Os contratos de prestação de serviços da Companhia e de suas controladas podem prever um "*Acordo de Nível de Serviço*", no qual são definidos os níveis mínimos de atendimento esperado pelo cliente, podendo prever, por exemplo, que um determinado ambiente fique disponível em 99,5% do tempo durante o mês, previsão de que após a abertura de um incidente o cliente seja atendido em até 15 mim e/ou previsão de que incidentes ou problemas classificados como severidade critica sejam resolvidos em até 4h, dentre outros. A maior possibilidade de descumprir tais acordos decorre principalmente por erros humanos, incluindo, mas não se limitando à imperícia de realizar o atendimento no tempo adequado ou a falta de conhecimento para uma determinada tecnologia onde uma configuração errada pode gerar uma indisponibilidade de toda a prestação de serviço contratada.

No caso de descumprimento de referidos "*Acordos de Nível de Serviço*" a Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas a penalidades contratuais, tais como glosas, multas ou impedimentos. A ocorrência de qualquer uma de tais penalidades poderá afetar adversamente as atividades da Companhia e de suas controladas e suas respectivas condições financeiras e reputacionais.

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do coronavírus (covid-19), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia e de suas controladas depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes em seus negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, capacidade de continuar operando seus negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas operações da Companhia e de suas controladas. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia da covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da covid-19 afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimentos globais e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros. Até a presente data, o Brasil era considerado um dos centros da pandemia global em número de casos e óbitos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Cabe destacar que, assim como nos demais países, o Brasil tem enfrentado o surgimento de novas cepas da covid-19, que tem ocasionado o aumento significativo no número de mortos e de infectados, fato que pode prolongar a pandemia e as medidas restritivas para contê-la no Brasil e no mundo. No momento presente, a cepa Delta é mais contagiosa e potencialmente mais letal do que as demais, ocasionando um alerta quanto ao seu avanço mundial e acelerando novas medidas de restrições sociais. A Companhia e suas futuras controladas não podem garantir que outros surtos regionais ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia e suas futuras controladas não tem como garantir que serão capazes de impedir um impacto negativo em seus negócios. As novas cepas do vírus e o aumento no número de casos podem causar efeitos adversos para a Companhia e suas futuras controladas, tais como redução da atividade econômica e restrição de mobilidade que podem impactar adversamente o potencial de consumo da população e a necessidade de redução da atividade produtiva, respectivamente. Ainda, eventual contaminação de colaboradores pelas novas cepas da covid-19 pode acarretar uma redução da atividade operacional, que poderá causar impactos nos resultados financeiros e operacionais da Companhia e de suas controladas.

Como resultado da pandemia da covid-19, os colaboradores da Companhia e de suas controladas intensificaram o trabalho remoto, e é possível que esse novo formato impacte negativamente a execução dos planos de negócios e operações comerciais da Companhia e de suas controladas. O trabalho remoto pode vir a influenciar a produtividade dos colaboradores da Companhia e de suas controladas. Além disso, se, por exemplo, um desastre natural, uma queda de energia, um problema de conectividade ou qualquer outro evento similar impactar a capacidade de trabalho remoto dos colaboradores da Companhia, pode ser difícil ou em certos casos até mesmo impossível manter as atividades comerciais por um período substancial. Além disso, se a pandemia da covid-19 se mantiver inalterada, é possível que a Companhia e/ou suas controladas sofram interrupções caso seus colaboradores adoeçam fruto de uma contaminação generalizada e se encontrem incapazes de desempenhar suas funções. Também é possível que operações, serviços móveis e de internet sejam afetados caso sejam aplicadas novas regulamentações de medidas restritivas ou de circulações de pessoas ou caso os serviços prestados pela Companhia e por suas controladas não sejam mais considerados como essenciais pelo Decreto Federal 10.282, de 20 de março de 2020.

A ampliação do trabalho remoto também pode resultar em questões referentes ao direito de privacidade, à segurança dos sistemas de TI e a possíveis operações fraudulentas, relacionadas a implementação de acessos por funcionários com privilégio de operação e/ou administração do ambiente de rede coorporativa e/ou por clientes fora do sistema de VPN do Grupo ISH. Ainda, é possível que sejam realizados downloads de conteúdo ou softwares fraudulentos que podem acarretar a violação da privacidade da Companhia e de suas controladas que podem afetar adversamente a imagem da Companhia e/ou de suas controladas.

Ainda, o gasto dos consumidores também poderá ser afetado negativamente pelas condições gerais macroeconômicas e pela confiança do consumidor, inclusive os impactos de qualquer recessão, resultante da pandemia da covid-19. Isso pode afetar negativamente a procura e as vendas dos serviços da Companhia e de suas controladas, caso ocorra cancelamentos de contratos por clientes que sofram impactos econômicos decorrentes da covid-19. Qualquer redução significativa no número e na demanda de clientes da Companhia e de suas controladas devido à pandemia da covid-19, e qualquer diminuição de gastos do consumidor após a pandemia poderá resultar em perda de receita, afetando a lucratividade e capacidade de sua geração de caixa.

Se os negócios da Companhia e de suas controladas não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis para a Companhia e para suas controladas por meio de empréstimos através das linhas de crédito ou de outras fontes, poderá não conseguir cobrir suas despesas, investir no crescimento do seu negócio, responder aos desafios competitivos ou atender outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar seus negócios. Os custos com seguro também podem aumentar substancialmente no futuro para cobrir os custos que os seguradores poderão vir a incorrer em função da pandemia da covid-19.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O alcance total do impacto da pandemia da covid-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia e de suas controladas depende de desdobramentos futuros, que são incertos e imprevisíveis mesmo com o que já foi apresentado até o momento, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, especial no Brasil, seu impacto sobre os mercados de capitais e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões, bem como as ações tomadas para contê-la, entre outras. No atual momento, não é possível estimar de forma razoável se o alcance total do impacto da pandemia da covid-19 poderá exacerbar os efeitos de outros fatores de risco divulgados nesta seção do Formulário de Referência. Por fim, o impacto da pandemia da covid-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos descritos neste item 4.1 do Formulário de Referência. Para maiores informações sobre os efeitos da pandemia da covid-19 sobre as atividades da Companhia, vide itens 7.1 e 10.9 deste Formulário de Referência.

A incapacidade ou falha em proteger a propriedade intelectual ou a infração da propriedade intelectual de terceiros pode ter impacto negativo nos resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

O valor da Companhia e de suas controladas está associado às inovações de produtos da marca "ISH". O uso não autorizado ou outra forma de utilização indevida das marcas utilizadas pela Companhia e por suas controladas pode diminuir o valor da marca "ISH", do seu negócio ou sua reputação e causar um declínio na demanda por seus produtos e serviços. Similarmente, qualquer infração ou reivindicação de violação de propriedade intelectual dirigida contra si sobre as marcas utilizadas, nacional ou internacionalmente, pode resultar em um litígio demorado e dispendioso, causando atrasos na prestação de serviços ou exigindo o pagamento de royalties ou taxas de licenciamento.

Além disso, a Companhia e suas futuras controladas não tem como garantir que os direitos associados à propriedade intelectual estejam protegidos pela legislação de países estrangeiros e os custos necessários para tal proteção, em patentes e marcas comerciais, podem ser substanciais. Como resultado, a incapacidade ou falha em proteger sua propriedade intelectual, nacional ou internacionalmente, ou qualquer processo envolvendo uma suposta violação de propriedade intelectual de terceiros pela Companhia ou de suas controladas pode ter um efeito negativo em seus resultados operacionais e imagem.

Nesse sentido, a Companhia e suas futuras controladas não podem garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade intelectual. O monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos, podendo acarretar demandas judiciais e custos não previstos inicialmente para proteção dos direitos de propriedade intelectual.

A Companhia e suas futuras controladas podem não conseguir renovar os registros das suas propriedades intelectuais em tempo hábil e estão sujeitas a tentativas de contestação ou invalidação pelos concorrentes de suas propriedades intelectuais existentes ou futuras. Qualquer falha da Companhia e/ou de suas controladas em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais. Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual relevantes para a Companhia e para suas controladas, vide item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

A Companhia e suas futuras controladas são altamente dependentes de sistemas de tecnologia da informação para operar seus negócios e falhas nestes sistemas podem impactar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

A Companhia e suas futuras controladas dependem em grande parte da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de seus Data Centers e de vários sistemas (seus ou de terceiros), incluindo sistemas de armazenamento de dados em nuvem, sistemas de relacionamentos com clientes, e diversos outros softwares usados para controlar os dados e servidores de seus clientes. Consequentemente, também conta com os sistemas de tecnologia da informação próprios para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos, bem como para se comunicar com clientes e terceiros.

Os sistemas e dispositivos podem ser vulneráveis a quebras por defeitos nos mecanismos de segurança, no sistema operacional, nos aplicativos de softwares, na plataforma de hardware ou ainda pelo uso indevido por parte de usuários.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, os seus sistemas de informação podem sofrer interrupções causadas por desastres naturais, ataques de hackers, problemas de telecomunicações vírus, softwares maliciosos, entre outros fatores. Na eventualidade de falhas ou interrupção dos seus sistemas de tecnologia da informação, a Companhia e/ou suas controladas podem perder dados, ficar sujeitas à violação de dados ou não conseguir realizar transações comerciais e, dessa forma, deixar de ganhar receitas de vendas, o que pode ocasionar um efeito adverso relevante. Adicionalmente, tais falhas em seus sistemas de tecnologia da informação podem vir a gerar alteração ou divulgação não autorizada de dados pessoais e/ou informações confidenciais de clientes, o que pode afetar de forma prejudicial suas reputações, considerando, principalmente, que esta é a atividade principal do Grupo ISH, conforme definido abaixo.

Assim, caso a segurança dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia e de suas controladas seja comprometida, a reputação da Companhia e de suas controladas e a aceitação de seus produtos e serviços no mercado poderão ser afetados. Ademais, a Companhia e/ou suas controladas podem ser obrigadas a despender recursos financeiros significativos para se proteger da ameaça de eventuais quebras de segurança e para minimizar os problemas causados por violações, bem como por qualquer indisponibilidade dos sistemas internos de modo geral, podendo afetar seus resultados operacionais e financeiros.

A estrutura de controles internos, bem como as estruturas de governança da Companhia foram recentemente implementados para fins de adequação às regras aplicáveis a companhias abertas e decorrentes do segmento de listagem Novo Mercado da B3, portanto, falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

Considerando sua constituição em 02 de junho de 2021 e com a finalidade de obter o registro de sua oferta pública inicial de ações e consequente listagem no segmento de Novo Mercado da B3, a Companhia recentemente implementou a sua atual estrutura de controles internos, para maiores informações vide item 5 deste Formulário de Referência. Além disto, nesse sentido, a governança corporativa da Companhia também foi recentemente estabelecida, como por exemplo a recente criação do conselho de administração da Companhia e a eleição de seus membros. Tais novas estruturas poderão não serem capazes de evitar falhas nos mecanismos de controles internos das sociedades do grupo, gerenciamento de riscos, das transações realizadas e do ambiente informatizado da Companhia, o que pode expor a Companhia a riscos que podem afetar adversamente seus negócios. Os métodos de gerenciamento de riscos estabelecidos pela Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia aprovada em 28 de julho de 2021, podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que a Companhia e suas futuras controladas utilizam. Além disso, outros métodos de gerenciamento de riscos adotados que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que a Companhia e suas futuras controladas se baseiam ou com que alimentam ou mantem modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos seus controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios.

Adicionalmente, os procedimentos de *compliance* e controle internos da Companhia e de suas controladas podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, ataques cibernéticos ou violações de leis aplicáveis por parte de seus funcionários e membros de sua administração, em especial as leis de combate a corrupção, tais como a Lei de Improbidade Administrativa e da Lei de Prevenção de Lavagem de Dinheiro . Os mecanismos de combate a corrupção previstos no Código de Conduta e Ética da Companhia podem não ser suficientes para o combate contra a corrupção, formação de cartel, fraudes, lavagem de dinheiro, ilicitudes em licitações e processos concorrenciais e qualquer outro ato contra a Administração Pública, seja por parte de seus empregados, seja por terceiros agindo em seu nome.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não é possível garantir que os colaboradores da Companhia e/ou de suas controladas não terão condutas fraudulentas ou desonestas que envolvam os bens, os ativos ou os relatórios/demonstrações financeiras e contabilísticas da Companhia, de suas controladas ou de quaisquer terceiros. Caso seus funcionários ou outras pessoas relacionadas a ela se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou suas políticas internas, a Companhia e suas futuras controladas poderão ser responsabilizas por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente seus negócios e imagem.

Incapacidade de manter níveis de capital de giro suficientes para o negócio da Companhia ou de suas controladas pode limitar seu crescimento e afetá-las adversamente.

Considerando o caráter sazonal do negócio da Companhia e de suas controladas, conforme descrito na seção 7.3 (d) deste Formulário de Referência, podem existir períodos em que a necessidade de capital de giro é maior. A Companhia e suas futuras controladas possuem contratos financeiros com cláusulas de limite de endividamento que podem não ser suficientes para o montante do capital de giro necessário para implementação de suas estratégias de crescimento.

Não existe garantia de que, caso necessário, a Companhia ou suas controladas terão oportunidade de (i) renovar suas linhas de crédito atuais; (ii) ter acesso a novos financiamentos; (iii) emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições favoráveis; (iv) negociar os prazos de pagamento com seus fornecedores em condições atrativas; (v) receber de seus clientes em prazos reduzidos; ou (vi) manter sua eficiência de prestação de serviços. Caso essas condições não ocorram, a Companhia e suas futuras controladas poderão se tornar insolvente, incapazes de implementar sua estratégia de crescimento e de responder a pressões de concorrentes ou de financiar iniciativas importantes, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o seu resultado operacional e situação financeira.

A Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas ao risco de crédito relacionado a seus clientes, bem como a possíveis perdas decorrentes de inadimplência relevante a eles relacionada.

As receitas da Companhia e de suas controladas dependem significativamente da capacidade de seus clientes de pagarem pelos produtos e serviços contratados. Em 30 de junho de 2021, considerando os últimos 12 meses, a Companhia e suas futuras controladas possuíam um percentual de 1,4% de inadimplência de seus clientes (somando aproximadamente R$3.600.000,00), sendo que destes, 87,1% estão na faixa de 0 a 60 dias de atraso. Caso a Companhia e suas futuras controladas não consigam ter um processo adequado de avaliação de risco de crédito de potenciais clientes que queiram adquirir seus produtos ou serviços ou se não puderem implementar medidas para limitar a inadimplência de pagamento pelos clientes dos valores relacionados aos contratos firmados, suas receitas poderão ser adversamente afetadas. As hipóteses que podem gerar a interrupção no pagamento destes clientes incluem rescisão de contrato, dificuldades financeiras dos clientes ou de seus negócios, inclusive em razão da pandemia do covid-19, término de vigência de contratos sem que haja renovação, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, ou mesmo inadimplemento não justificado de tais clientes, dentre outros.

Em caso de inadimplência recorrente de parte significante dos clientes, a Companhia e de suas controladas poderão sofrer um efeito adverso em seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de seus valores mobiliário.

A Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas a certas obrigações financeiras (covenants) e limitações ao endividamento nos termos dos seus contratos financeiros e poderão não ser capazes de atender a tais disposições restritivas, bem como poderão não conseguir cumprir com os índices financeiros, podendo causar impactos adversos financeiros.

A Companhia e suas futuras controladas estão e podem vir a estar sujeitas a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) existentes em contratos de empréstimos e financiamentos de que são parte ou virão a ser parte, ou ainda suas subsidiárias, com base em indicadores financeiros e não financeiros incluindo, entre outras, restrições sobre incorporações, pagamento de dividendos, aquisições e outras reestruturações societárias, cláusulas de efeito adverso relevante, disposições de alteração de controle, falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia e suas futuras controladas são parte em diversos contratos financeiros e instrumentos de dívida, alguns dos quais exigem a manutenção de certos índices financeiros e/ou de cumprimento de determinadas obrigações. Dessa forma, caso a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de (i) atender aos *covenants* financeiros estabelecidos com seus credores em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios; (ii) cumprir com quaisquer índices financeiros; (iii) manter as garantias dos contratos de empréstimo e financiamentos válidas; (iv) cumprir com as premissas de modelo financeiro; (v) adimplir com todas as obrigações financeiras contraídas, o que pode levar a um vencimento cruzado de seus instrumentos (*cross default*); (vi) cumprir com seus contratos com clientes; (vii) obter consentimento de seus credores para eventual alteração do objeto social da Companhia e de seus controladas; (viii) obter consentimento de seus credores para a alienação de seu estabelecimento comercial e/ou parcela significativa do ativo permanente da Companhia e de suas controladas; e (ix) obter a autorização (*waiver*) de seus credores para a realização de qualquer tipo de reestruturação societária, incluindo ou não a alienação de controle direto ou indireto, ou de titularidade de parte das ações das controladas da Companhia, poderá ser declarado o vencimento antecipado de parte de suas dívidas (*cross acceleration*), o que pode afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Os principais contratos de financiamento da Companhia e de suas controladas contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross acceleration), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a antecipação do vencimento de outros contratos. A Companhia e suas futuras controladas poderão não ser capazes de cumprir com todas as obrigações financeiras antecipadas, podendo ficar inadimplentes perante seus credores e podendo ter seus resultados impactados negativamente.

Ainda, a Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas a cláusulas restritivas que podem limitar, dentre outras coisas, sua capacidade de pagar dividendos, resgatar ou recomprar capital social, incorrer em endividamento adicional, vender ativos, criar certos ônus, firmar transações de venda e relocação, estabelecer limitações de dividendos e outras restrições de pagamento que afetam subsidiárias restritas e consolidar, mesclar, transferir ou arrendar todos ou substancialmente todos os seus ativos, o que pode afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas. Para mais informações sobre os contratos financeiros, vide seção 3.9 deste Formulário de Referência.

A Companhia e suas futuras ***controladas dependem de Data Centers e qualquer interrupção ou falha em sua operação poderá nos causar um efeito adverso.***

Alguns dos produtos e serviços da Companhia e de suas controladas, especialmente da ISH Tecnologia, dependem de Data Centers, situados em Vitória. Qualquer interrupção significativa, fechamento ou mal funcionamento na operação desses Data Centers ou na infraestrutura de transportes devido a qualquer desastre da natureza, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas, outras causas imprevistas e fatores externos ao controle da Companhia e de suas controladas, incluindo epidemias e pandemias, tais como a atual pandemia da covid-19, podem atrasar ou prejudicar a capacidade de prestação de serviços, ou ainda resultar na diminuição da demanda.

Não é possível assegurar que a Companhia e suas futuras controladas não serão solicitadas ou obrigadas a suspender operações ou implementar restrições em suas operações nos Data Centers ou nos colaboradores que atuam na operação dos mesmos, como consequência da pandemia da covid-19, o que pode afetar material e substancialmente a Companhia e de suas controladas.

Adicionalmente, tanto a estratégia de crescimento orgânica quanto a inorgânica da Companhia e de suas controladas demandam a expansão de sua capacidade operacional e geográfica. Caso não consigam encontrar locais adequados para estabelecer novos Data Centers, ou não consigam integrar ou expandir os Data Centers existentes de maneira eficaz, Companhia e suas controladas poderão não conseguir prestar serviços em tempo hábil, o que poderá acarretar efeito negativo nas vendas e na estratégia de crescimento da Companhia e de suas controladas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Alguns dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e suas futuras controladas dependem de tecnologia licenciada por terceiros e eventuais términos dessas alianças podem atrasar o lançamento e/ou a oferta de produtos ou serviços ou forçar a Companhia e suas futuras controladas a pagarem taxas de licenciamento mais altas, o que poderá afetar adversamente os negócios, receitas e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia e suas futuras controladas dependem de sofisticados sistemas de informações e processamentos para operar e, eventuais interrupções nesses sistemas podem afetar adversamente seus negócios, condição financeira e seus resultados operacionais. Esses sistemas de informações e processamentos dependem de tecnologia e *softwares* licenciados à Companhia e às suas controladas por terceiros. Assim, existe a possibilidade de a Companhia ser impedida de usar referidos sistemas de informações e processamento em decorrência de eventual rescisão das licenças dos *softwares* utilizados, podendo acarretar atrasos no lançamento de novos produtos e na manutenção da operação de produtos e serviços já existentes.

Além disso, a Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas a pleitos por indenizações e/ou multas contratuais por interrupção de serviços nos contratos com seus clientes, problemas de qualidade, problemas de segurança (roubo de informação, fuga de informação, integridade de dados) entre outros, em contratos de prestação de serviços, os quais, se concretizados, podem afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultado operacional da Companhia.

Prejuízos no valor e na reputação da marca ISH podem afetar adversamente a condição financeira da Companhia e de suas controladas.

O sucesso da Companhia e de suas controladas é altamente dependente do valor e reputação da marca ISH Tecnologia, que é primordial para seu negócio e para a implementação de suas estratégias para crescimento do negócio. A manutenção, promoção e posicionamento da marca dependerá de seus esforços em termos de marketing e sua habilidade de demonstrar a consistência e boa qualidade de seus produtos, serviços e experiências. A Companhia e suas futuras controladas dependem das mídias sociais como uma de suas estratégias de marketing para que possa ter um impacto positivo tanto no valor quanto na reputação de suas marcas.

As marcas e reputação da Companhia e de suas controladas podem ser adversamente afetados se falhar na busca por estes objetivos, se sua imagem perante o público for prejudicada por publicidade negativa ou se falhar na entrega de inovações e produtos de alta qualidade para seus clientes. Adicionalmente, o valor da marca da Companhia e de suas controladas podem ser adversamente afetados. Qualquer prejuízo à sua marca e reputação pode afetar adversamente sua condição financeira.

A Companhia e suas futuras controladas dependem da eficácia das suas campanhas de marketing e publicidade para atingir seus resultados operacionais e financeiros e, se elas não forem bem sucedidas, os resultados operacionais, a imagem e a condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

Se as campanhas publicitária e de marketing da Companhia e de suas controladas não atenderem às metas esperadas, isto é, não fazendo sucesso entre seus clientes, suas vendas e lucratividade poderão ser afetadas negativamente, e a Companhia pode não conseguir fortalecer sua marca como esperado. Consequentemente, seus resultados operacionais, imagem e condição financeira podem ser adversamente afetados. Além disso, se não forem capazes de identificar mudanças no comportamento e nas preferências dos clientes e de responder adequadamente em suas campanhas de marketing e publicidade, podem ser adversamente afetadas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Perdas não cobertas ou insuficientemente cobertas pelos seguros contratados pela Companhia ou por suas controladas podem resultar em prejuízos, o que poderá afetá-las adversamente.

Certos riscos não são garantidos pelas apólices de seguro das seguradoras as quais a Companhia e suas futuras controladas contratam (tais como riscos decorrentes de guerra, terrorismo, caso fortuito e de força maior, interrupção de certas atividades e falhas humanas). Além disso, desastres naturais, condições meteorológicas adversas e outros eventos podem causar danos de todo tipo, incluindo, danos na estrutura operacional, na infraestrutura e interrupção de atividades, dentre outros. As apólices de seguro atualmente contratadas pela Companhia e por suas controladas poderão não ser adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. Adicionalmente, a Companhia e/ou suas controladas podem vir a ser responsabilizadas judicialmente por eventuais danos causados a terceiros e, assim, obrigadas a indenizar as respectivas vítimas, o que poderá ter um efeito adverso para si.

Ainda, a cobertura de suas apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia e suas futuras controladas em uma situação de risco, em que o dano não será indenizado sob a cobertura contratada junto à seguradora. Além disso, apólices de seguro poderão não ser mantidas a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis. A Companhia e/ou suas controladas poderão não recontratar a cobertura com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Todas as situações descritas acima poderão ter um efeito adverso para a Companhia e suas futuras controladas.

A Companhia e/ou suas controladas podem precisar realizar um aumento de capital adicional no futuro para implementar sua estratégia de negócios, o que poderá resultar em uma diluição da participação de seus acionistas no capital social em se tratando de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações.

A Companhia e/ou suas controladas podem precisar de recursos adicionais no futuro para implementar sua estratégia de negócios e podem optar por obtê-los por meio da distribuição pública ou privada de ações ou de títulos de dívida ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações. Na hipótese de indisponibilidade ou restrição ao acesso de financiamentos ou dívidas, públicos ou privados, ou caso assim decidam seus acionistas, esses recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital social com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas, de modo que suas participações societárias no capital social da Companhia e/ou de suas controladas poderão sofrer diluição, situação na qual seus valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Dificuldades para obter capital adicional em termos satisfatórios poderá atrasar, impedir a expansão ou afetar adversamente os nossos negócios. Adicionalmente, o presente risco pode ser acentuado em virtude da pandemia da covid-19, a qual pode impor dificuldades adicionais para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras restrições de caixa, o que poderá comprometer o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia e de suas controladas com terceiros, e, por conseguinte, afetar de forma adversa os seus negócios e condição financeira.

Uma paralisação da força de trabalho ou greve pode afetar as operações da Companhia e de suas controladas.

Os empregados da Companhia e de suas controladas são representados por sindicatos trabalhistas, conforme descritos na seção 14.4 deste Formulário de Referência e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das instalações da Companhia e de suas controladas, ou que afetem qualquer um de seus fornecedores ou contratados, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Se a Companhia e suas futuras controladas não cumprirem satisfatoriamente as disposições legais e regulamentares destinadas a combater atos de corrupção, poderão ficar sujeitas a multas, penalidades ou outras sanções administrativas e judiciais, e poderão ser impactadas de forma negativa e relevante.

A Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção") introduziu o conceito de responsabilidade objetiva, no âmbito administrativo e civil, para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Os controles internos da Companhia e de suas controladas para promover que seus empregados, representantes ou agentes intermediários pratiquem seus atos em conformidade com o que é proposto em seu Código de Ética poderão ser ineficazes, o que pode resultar na prática de atos que violem a Lei Anticorrupção ou outras leis relativas à prevenção e combate à corrupção e fraudes. Conforme a Lei Anticorrupção, as empresas que forem consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ser sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação, além de reparação integral dos danos e publicação de decisão condenatória em meios de comunicação de grande circulação.

Por conseguinte, se a Companhia e suas futuras controladas se envolverem em quaisquer investigações nos termos da Lei Anticorrupção, poderão sofrer sanções e desdobramentos processuais em diversas esferas ainda mais graves, incluindo a suspensão ou interdição parcial de suas atividades, sua dissolução, além de danos à sua reputação, o que poderá afetá-las de modo adverso e relevante. Adicionalmente, os atos praticados por seus colaboradores, representantes ou agentes intermediários fogem de seu controle, e, caso violem a Lei Anticorrupção ou legislação relacionada, podem culminar com a aplicação de sanções para si, inclusive as sanções mencionadas acima.

Assim, a Companhia não pode garantir que seus administradores, empregados e terceiros que agem em seu nome ou benefício ou representantes atuarão em estrita observância às regras e determinações aplicáveis à Companhia, ao seu Código de Ética ou ainda às leis anticorrupção, o que pode resultar em multas, sanções disciplinares, condenações criminais que, por sua vez, podem acarretar em danos à reputação da Companhia e de suas controladas e em um efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos seus resultados operacionais.

O descumprimento da Lei Anticorrupção pela Companhia, suas controladas nacionais ou internacionais ou por seus representantes pode representar um evento de inadimplemento no âmbito dos contratos celebrados pela Companhia e, consequentemente, provocar o vencimento antecipado de suas dívidas. Se a administração da Companhia ou de suas controladas, seus colaboradores ou terceiros agindo em seus nomes nos países onde a Companhia possui negócios, forem condenados em processos relativos a atos de corrupção ou criminais em conexão com seus negócios no Brasil ou em qualquer outra jurisdição, os negócios da Companhia podem ser afetados adversamente de forma relevante tanto em relação a aspectos financeiros quanto em relação à sua imagem.

A Companhia pode não pagar dividendos aos acionistas detentores de suas ações, o que poderá impactar o valor a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

O lucro líquido da Companhia pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a Legislação Societária Brasileira, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. O conselho de administração da Companhia poderá determinar a não distribuição de dividendos aos seus acionistas em um determinado ano fiscal se não tiver lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com a situação financeira no momento e seus acionistas escolham não distribuir dividendos.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderão ser revistas, considerando, inclusive, a preocupação com a arrecadação estatal em momento de crise econômica e sanitária causada pela por graves pandemias (tais como a covid-19 ou possíveis novas ondas de contaminação), e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor que atualmente é recebido ou valores futuros a serem recebidos pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A proposta de reforma tributária do Governo Federal pode impactar os resultados operacionais e as distribuições de lucros da Companhia.

Recentemente, o Governo Federal apresentou proposta de reforma tributária aplicável ao IRPF, IRPJ e à CSLL.

Dentre as principais mudanças apresentadas no novo projeto, relativo à tributação da renda, encontra-se a tributação de lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas brasileiras a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento e investidores não residentes à alíquota de 20%. Pretende-se ainda que dividendos pagos a investidores residentes em jurisdições com tributação favorecida ou sujeitos a regime fiscal privilegiado sejam tributados à alíquota de 30%. Atualmente, o pagamento de dividendos é isento de tributação.

O projeto de reforma tributária também pretende vedar a dedução dos juros sobre capital próprio pagos pelas empresas aos seus acionistas da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Atualmente, os juros sobre capital próprio pagos podem ser deduzidos da base de cálculo desses tributos.

A proposta do Governo Federal também extingue a possibilidade de amortização fiscal do ágio (*goodwil*l) gerado em aquisições de participações societárias ocorridas após 31 de dezembro 2021 e, no caso de aquisições anteriores a essa data, a amortização fiscal somente será admitida se a operação de incorporação, fusão e cisão prevista no art. 22 da Lei 12.973/14 ocorrer até 31 de dezembro de 2022. A proposta também modifica o regime de aproveitamento da mais-valia gerada por aquisições de participações societárias. A proposta também estabelece regras quanto ao prazo de amortização de ativos intangíveis, que passam a ser amortizáveis em 20 anos, exceto se houver prazo legal ou contratual distinto.

A aprovação da proposta de reforma tributária apresentada pelo Governo Federal pode afetar as distribuições de lucros da Companhia e o valor líquido dos dividendos recebidos pelos acionistas. Os resultados da Companhia também podem ser afetados pelas modificações propostas pelo Governo Federal. A aprovação ou não da proposta de reforma tributária e os termos de sua aprovação ainda são incertos. Desse modo, a Companhia não pode assegurar que essas e outras modificações não afetarão seus resultados e as distribuições de lucros aos seus acionistas.

A Companhia e suas futuras controladas possuem contratos de locação vigentes por período determinado que estão sujeitos à rescisão nos termos da Lei n° 8.245/91.

A Companhia está sujeita a contratos de locação com partes relacionadas, em que a locadora detém uma parcela do quadro acionário da locatária. De acordo com a Lei nº 8.245/91 (Lei de Locações), findo o prazo estipulado no contrato, se a locatária permanecer no imóvel por mais de trinta dias sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação nas condições ajustadas, mas sem prazo determinado. Na hipótese destes contratos não terem as negociações para renovação efetivadas dentro do prazo de vigência do contrato ou não serem distribuídas as ações renovatórias para renovação judicial no prazo, tais contratos vigerão por prazo indeterminado. Nessa hipótese, qualquer uma das partes poderá rescindir a locação, mediante o envio de notificação à outra parte, com 30 dias de antecedência, livre de penalidades.

Tendo em vista a importância operacional dos escritórios da Companhia e de suas controladas, especialmente o de Vitória – ES, onde está localizado o Data Center, a Companhia e suas futuras controladas podem ser adversamente afetadas caso a rescisão das locações ocorra em quantidades significativas e repentinamente. Para mais informações a respeito da locação dos imóveis de partes relacionadas, vide seção 16 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia e suas futuras controladas podem não ser capazes de renovar ou manter em boas condições os contratos de locação de seus escritórios operacionais e estarem sujeitas a multas contratuais em caso de rescisão. Ainda, existem fatores que podem aumentar o custo de ocupação de seus escritórios.

Os imóveis nos quais se encontram os escritórios operacionais e a sede são alugados. Em relação aos contratos dos escritórios da Companhia e de suas controladas cujo prazo seja igual ou superior a 05 anos, é possível pleitear judicialmente a renovação do prazo contratualmente previsto, desde que observados os requisitos legais e estejam adimplentes nos contratos. A legislação aplicável, no entanto, prevê que o locador não estará obrigado a renovar o contrato se (i) por determinação do Poder Público, tiver que realizar no imóvel obras que importem na sua radical transformação, ou para modificações de tal natureza que aumente o valor do negócio ou da propriedade; (ii) o imóvel vier a ser utilizado por ele próprio ou para transferência de fundo de comércio existente há mais de 1 ano, sendo detentor da maioria do capital o locador, seu cônjuge, ascendente ou descendente. Dessa forma, caso a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de entrar em um acordo com o locador ou caso o locador decida vender o imóvel e não seja possível alcançar um acordo com o novo proprietário, a Companhia e/ou suas controladas poderão não obter a renovação compulsória de alguns dos seus contratos de locação.

Em qualquer dos casos, a perda de qualquer de suas localizações estratégicas, seja por não renovação ou manutenção dos contratos de locação de seus escritórios, pode afetar adversamente as operações, resultado financeiros e/ou impactar negativamente a notoriedade da marca ISH e/ou no valor dos valores mobiliários ofertados. Adicionalmente, a Companhia e suas futuras controladas terão que buscar novos imóveis para instalar seus escritórios, o que poderia acarretar a interrupção das atividades de alguns dos escritórios e acarretar custos de transição.

Ainda, nos casos em que os contratos de locação não contiverem cláusula de vigência e/ou não estiverem devidamente registrados e averbados junto aos cartórios de registro de imóveis competentes e na hipótese de os respectivos proprietários decidirem vender a terceiros os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, a Companhia e suas futuras controladas poderão não opor aos compradores a manutenção da vigência de seus contratos, bem como não ter o direito de adjudicar judicialmente o imóvel no caso do comprador aliená-lo a terceiros e não respeitar seu direito de preferência. Como a Companhia e suas futuras controladas não adotam como prática a averbação e o registro dos contratos de locação nas matrículas dos imóveis, estão sujeitas a esse risco, caso o novo proprietário viesse a requerer a desocupação de algum de seus escritórios operacionais, o que pode afetar adversamente suas atividades e resultados financeiros.

Caso não seja possível locar novos espaços e o valor de aluguel destes imóveis seja superior ao valor anteriormente pago ou estejam em áreas que não apresentam a mesma visibilidade e funcionalidade que as localizações atuais, a rentabilidade dos escritórios poderá ser reduzida e afetar adversamente e de forma relevante as receitas operacionais.

Ademais, a cada 3 (três) anos, a Lei de Locações permite a revisão dos aluguéis a valor de mercado. Tal reajuste a valor de mercado poderá resultar em um aumento significativo no valor do aluguel dos imóveis que a Companhia e suas futuras controladas alugam, o que poderá resultar em impactos não esperados nos custos operacionais, podendo afetar negativamente seus resultados. Além disso, se a Companhia e/ou suas controladas decidirem fechar qualquer de suas filiais, localizadas em imóveis alugados, antes do fim do prazo contratual da locação, poderão ter que pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. Os valores envolvidos em tais multas e sua eventual quantidade poderia, no total, afetar adversamente, especialmente seus resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia e suas futuras controladas podem enfrentar potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

A Companhia e suas futuras controladas possuem receitas, custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 16.2 deste Formulário de Referência. A Companhia e suas futuras controladas não podem garantir que sua Política de Transação com Partes Relacionadas seja eficaz para tratar das situações de conflito de interesse entre as partes, e que seus acionistas controladores ou os administradores por eles eleitos prestaram ou prestarão estrita observância às boas práticas de governança ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado, em cada transação em que potencialmente exista conflito de interesses.

As situações de conflito de interesses com partes relacionadas poderão causar um impacto adverso nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários da Companhia. Adicionalmente, caso a Companhia celebre transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados. Para maiores informações a respeito das transações com partes relacionadas da Companhia, vide item 16.2 deste Formulário de Referência.

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

A Companhia possui acionistas controladores diretos, que são parte de um acordo de acionistas, cujos interesses podem ser conflitantes com os interesses de seus investidores e causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia possui acionistas diretos titulares da maioria absoluta do capital votante, que são parte de um acordo de acionistas. Tais acionistas controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros de seu Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses de investidores e causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A gestão da Companhia e de suas controladas é fortemente influenciada por seus acionistas controladores. O enfraquecimento de sua cultura organizacional e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado poderá afetar negativamente seus negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.

A gestão da Companhia e de suas controladas é consideravelmente influenciada por seus acionistas controladores que orientam vários aspectos da condução de seus negócios e que continuarão no controle da Companhia após a oferta pública inicial de ações da Companhia. Assim, o falecimento ou afastamento de membros que compõem direta ou indiretamente o bloco de acionistas controladores da Companhia e de suas controladas e que estão entre os principais executivos poderá afetar adversamente seus negócios, uma vez que suas estruturas são associadas ao bom relacionamento mantido por seus acionistas controladores com seus colaboradores, clientes e principais fornecedores. Poderão também se deparar com questões sucessórias no futuro o que poderá afetar adversamente seus resultados operacionais e situação financeira.

Adicionalmente, a capacidade da Companhia e de suas controladas de manter uma posição competitiva depende em larga escala da cultura organizacional difundida e de sua capacidade de contratar e manter trabalhando um número suficiente de profissionais que estejam alinhados à sua cultura organizacional. Caso venha a perder algum desses profissionais qualificados, não há garantia de atração, contratação, gestão e manutenção de pessoal capacitado para acompanhar seus respectivos ritmos de crescimento.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, na medida em que expande seus negócios para diferentes localidades, não há garantia que a Companhia e suas futuras controladas terão êxito em identificar, contratar e manter trabalhando um número suficiente de profissionais alinhados à sua cultura corporativa. A competição por tais funcionários altamente qualificados é intensa e a Companhia e de suas controladas estão sujeitas a não serem capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir com sucesso tais profissionais qualificados. Tal falha poderia resultar em uma queda de seus desempenhos operacionais, bem como em um enfraquecimento de suas marcas. Dessa forma, a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode afetar adversamente e de forma relevante o resultado operacional e a situação financeira da Companhia e de suas controladas.

Qualquer disputa entre acionistas controladores concernentes aos seus respectivos direitos pode afetar adversamente a Companhia e suas futuras controladas e o valor de suas ações.

Eventual conflito entre os acionistas controladores poderá prejudicar a condução estratégica dos negócios da Companhia e de suas controladas, afetando inclusive o seu resultado operacional. Caso seus acionistas controladores tenham interesses conflitantes entre si ou haja quaisquer discussões em arbitragem ou judiciais, isso poderá retardar ou resultar no não implemento de estratégias e significativas para a Companhia e suas futuras controladas. Portanto, eventual discordância entre os acionistas poderá prejudicar a condução estratégica, em particular quando se tratar de matérias que dependem da aprovação dos acionistas em assembleia geral de acionistas, e, consequentemente, a Companhia poderá ser adversamente afetada.

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

A Companhia acredita não estar exposta a outros riscos em que a fonte do risco sejam os seus acionistas que não estejam descritos acima

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

A receita da Companhia é decorrente do resultado operacional de sociedades controladas. O resultado negativo e/ou a descontinuidade de algumas das controladas poderá afetar negativamente as operações e resultados da Companhia.

A Companhia é uma holding que detém como subsidiárias integrais a ISH Tecnologia e a Integrasys, sociedades operacionais. Dessa forma, seu resultado decorre do resultado de referidas sociedades controladas.

O resultado negativo e/ou a descontinuidade de uma ou mais sociedades controladas poderá afetar negativamente suas operações e seus resultados. Por conseguinte, em razão de eventuais resultados negativos nas empresas controladas e coligadas, não há garantia de que a Companhia receberá quaisquer dividendos ou outras distribuições de resultado dessas sociedades.

Eventuais falhas na prestação de serviço pelas controladas da Companhia podem acarretar prejuízos financeiros e danos reputacionais a elas próprias e a Companhia, de maneira direta ou indireta. Na condição de controladora das empresas tratadas no parágrafo anterior, não é possível estimar que o risco de reputação que porventura elas estão sujeitas não venha afetar os resultados da Companhia.

(e) Riscos Relacionados a Fornecedores

Aumentos significativos nos custos dos materiais necessários às atividades podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas a aumentos por parte de fornecedores e prestadores de serviços nos custos de materiais e serviços necessários às suas atividades. Os preços desses materiais são influenciados por uma série de fatores sobre os quais não possui controle, incluindo, mas não se limitando a produção industrial, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, bem como pandemias (tais como a recente pandemia da covid-19). Caso não seja possível repassar os aumentos dos custos dos materiais e serviços aos clientes, a condição financeira e resultados podem ser impactados adversamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia e suas futuras controladas dependem de terceiros para fabricar equipamentos e softwares que utilizam em suas soluções e produtos e eventuais interrupções nas operações desses fornecedores poderão afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia e suas futuras controladas dependem de terceiros (nacionais e internacionais) para fabricar equipamentos e softwares utilizados em algumas das soluções e produtos desenvolvidos pela Companhia ou por suas controladas. Ao usar terceiros para fabricar seus equipamentos, estão sujeitas a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos ambientais, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, como a atual covid-19, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não possuem controle, o que pode afetar adversamente seus negócios, vendas e resultados operacionais.

Por uma das principais atividades da Companhia e de suas controladas serem os serviços gerenciados de segurança, e um dos componentes de tal serviço serem *hardware* e *softwares* de fabricantes (terceiros) estes podem apresentar mal funcionamento ou vulnerabilidade crítica de segurança, podendo, por sua vez, comprometer os serviços ofertados pela Companhia e suas futuras controladas. Referido comprometimento pode acarretar o descumprimento de contratos de prestação de serviços celebrados com clientes, sob pena de multas, glosas e demais penalidades contratuais.

Se algum fornecedor sofrer interrupções prolongadas na fabricação ou transporte por qualquer motivo, incluindo em razão de condições de saúde pública como a recente pandemia da covid-19 e não puder fornecer os equipamentos na quantidade, qualidade e dentro do prazo que normalmente a Companhia e/ou suas controladas adquirem, e se estas não forem capazes de substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de modo algum, podem não conseguir manter seu nível usual de prestação de serviços na categoria do equipamento afetada pelo não fornecimento, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios e resultados operacionais.

Os fornecedores poderão ter problemas relacionados às condições de trabalho, bem como ao respeito às normas ambientais e de segurança, ou que não usarão práticas irregulares. Se algum dos fornecedores se envolver em práticas irregulares, incluindo, mas não se limitando às práticas acima mencionadas, a reputação e marca da Companhia podem ser prejudicada.

A Companhia e suas futuras controladas podem ser responsáveis por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços, que podem ter um efeito adverso relevante sobre sua capacidade econômica e seu resultado financeiro.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, a Companhia e suas futuras controladas podem ser responsabilizadas solidariamente e subsidiariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem materialmente afetá-la adversamente, inclusive a sua imagem. Também podem ser responsabilizadas por lesões corporais ou morte dentro de suas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente a reputação e seus negócios.

Ademais, a Companhia e/ou suas controladas podem ser questionadas em juízo ou por órgãos administrativos sobre o reconhecimento de vínculo empregatício dos empregados dos prestadores de serviço terceirizados contratados pela Companhia ou por suas controladas, ou consideradas subsidiariamente responsável por obrigações trabalhistas e previdenciárias não devidamente quitadas por seus prestadores de serviços terceirizados, o que poderá resultar em um aumento substancial do passivo da Companhia e/ou de suas controladas e, consequentemente, ter um efeito adverso relevante sobre sua capacidade econômica e seu resultado financeiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(f) Riscos Relacionados a Clientes

A Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderão ser afetadas adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Lei nº 13.709/2018, conforme alteração promovida pela Lei nº 13.853/2019, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD") regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação, vazamentos de dados pessoais e a transferência de dados pessoais, bem como estabelece sanções para o descumprimento de suas disposições. Ainda, a LGPD autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD, que na data de elaboração deste documento ainda não foi efetivamente estruturada pelo Poder Público.

Ademais, necessário esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 e às suas sanções administrativas (arts. 52, 53 e 54), já podem ser aplicadas desde o dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Neste cenário, o descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 ("Marco Civil da Internet") por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Além disso, caso a Companhia e suas futuras controladas descumpram as disposições previstas na LGPD, poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso poderão ser responsabilizadas por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

A Companhia e suas futuras controladas coletam, usam, processam, armazenam e transmitem dados pessoais, dispondo, cada vez mais, de uma maior quantidade de informações confidenciais, incluindo informações de identificação pessoal, e outros dados críticos de funcionários e clientes, em conexão com a operação de seus negócios. Especialmente em relação às suas ofertas de proteção de dados e armazenamento em nuvem de informações, a Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas a um número crescente de leis federais, estaduais e estrangeiras (i.e. European Union General Data Protection Regulation) sobre privacidade e segurança de dados, bem como eventuais cláusulas contratuais que celebrem com seus clientes. Desta forma, poderão estar sujeitas as sanções descritas acimas, além de outras previstas em leis nas quais seus clientes estejam submetidos ou em contratos com cláusulas de confidencialidade e proteção de dados.

Relevante destacar, ainda, que o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas, pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados atualmente vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva atuação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia e por suas controladas, bem como a inadequação à legislação aplicável, poderão acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão das atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e de suas controladas e, consequentemente, o valor das suas ações.

Para mais informações sobre a regulamentação aplicável, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

A Companhia e suas futuras controladas podem ser responsabilizadas por perdas causadas por seus produtos ou serviços aos consumidores, o que pode afetar adversamente seus resultados.

As leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Esta última pode ser proposta em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que os produtos da Companhia e/ou de suas controladas estavam danificados, os serviços não foram adequadamente prestados pelos funcionários, incorretamente vendidos ou indevidamente cobrados e outros motivos.

No caso de a Companhia e/ou suas controladas serem responsabilizadas em um processo judicial, poderão ter um efeito adverso relevante em seus negócios, reputação, marcas, condição operacional e financeira, fluxos de caixa e lucratividade.

Ademais, a defesa em tais procedimentos legais podem exigir custos adicionais de tempo e atenção substanciais do pessoal administrativo e técnico. Além disso, publicidade negativa associada aos serviços ou produtos da Companhia e de suas controladas, incluindo defeitos, erros, falhas e qualidade, pode afetar adversamente sua reputação com consumidores atuais e futuros, sua imagem corporativa e suas marcas, o que pode ter um efeito adverso nos negócios e condição financeira.

A Companhia e suas futuras controladas podem ser responsabilizadas na esfera civil por danos causados a consumidores ou a terceiros em razão dos serviços que intermedeia, inclusive por fatos alheios aos seus controles, o que poderá afetar adversamente suas reputações e os seus resultados operacionais.

A legislação brasileira de defesa do consumidor é extremamente protetiva aos interesses dos consumidores. Nesse sentido, a Companhia e suas futuras controladas poderão ser responsabilizadas por qualquer vício ou defeito nos serviços prestados ou em caso de acidente, de maneira objetiva, ou seja, independentemente de existência de culpa. Deve-se destacar que, em processos dessa natureza, geralmente ocorre a inversão do ônus da prova, o que significa que a Companhia e/ou suas controladas serão responsáveis por provar a improcedência da demanda de seus clientes. Assim, terão em geral a responsabilidade de provar que tais reclamações ou processos judiciais são improcedentes, colocando-se em posição de desvantagem em qualquer demanda envolvendo relações de consumo.

Além disso, está exposta a outras demandas ou reclamações no curso normal de seus negócios, incluindo demandas relacionadas a clientes do setor público. Para mais informações, vide fator de risco "*Uma parte da receita da controlada ISH Tecnologia é gerada por vendas a entidades governamentais, que estão sujeitas a uma série de desafios e riscos e caso tais vendas sejam impactadas negativamente, seus resultados financeiros e sua imagem reputacional poderão ser afetados adversamente*", bem como o fator de risco *"**A ISH Tecnologia pode ser penalizada com proibição de contratar com entes da Administração Pública o que pode acarretar graves impactos em sua situação reputacional e financeira.",*** acima descritos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia atue

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das operações da Companhia e de suas controladas.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia e suas futuras controladas e, por fim, a demanda do consumidor por seus produtos. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, sua carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobram por seus serviços e produtos, restringir suas respectivas capacidades de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa seus negócios e resultados operacionais.

Destaca-se ainda que a Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas à fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia e de suas controladas podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. Os provisionamentos para tais processos (se e quando houver) poderão não estar corretos, poderá haver identificação de exposição fiscal adicional, e poderá ser necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia e/ou de suas controladas pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia e/ou suas controladas. Seus resultados poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

A suspensão, o cancelamento ou a não renovação dos benefícios fiscais de que a Companhia é titular podem afetar negativamente sua lucratividade e liquidez.

A Companhia e suas futuras controladas recebem atualmente determinados benefícios fiscais e/ou regimes especiais de tributação, referentes a redução da alíquota de ISS de 2,5% no município de Vitória para as atividades inerentes ao CNAE 6202-3/00 (desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis), 6204-0/00 (consultoria em tecnologia da informação) e 6209-1/00 (suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação). Não é possível garantir que esses benefícios serão mantidos ou renovados, dado o atual ambiente político e econômico no Brasil. Caso a Companhia e/ou suas controladas não consigam renovar seus benefícios fiscais, ou se tais benefícios forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, a Companhia e suas futuras controladas poderão ser afetadas de forma adversa. Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. Caso as autoridades fiscais interpretem as leis tributárias de forma diferente das interpretações da Companhia e de suas controladas, estas poderão ser adversamente afetadas.

Além disso, as atividades desempenhadas pela Companhia e por suas controladas estão sujeitas à incidência direta ou indireta de impostos, taxas e contribuições que, por sua vez, estão sujeitos a alterações, podendo impactar adversamente seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e seu fluxo de caixa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso a Companhia e/ou suas controladas deixem de cumprir determinadas obrigações a que estão sujeitas em decorrência da concessão desses benefícios fiscais, como geração de determinado número de empregos e contribuição de um percentual do tributo devido a fundos de desenvolvimento dos estados, dentre outras, seus benefícios poderão ser suspensos ou cancelados e a Companhia e/ou suas controladas poderão ser obrigadas a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, sem considerar os benefícios, acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso na lucratividade e liquidez da Companhia e/ou de suas controladas. O mesmo pode ocorrer caso os benefícios fiscais sejam questionados judicialmente por terceiros e a decisão final seja desfavorável, determinando a cassação dos benefícios. A Companhia e suas futuras controladas não podem garantir que terão sucesso com relação a referidos questionamentos ou que seus atuais benefícios serão renovados ou, ainda, que conseguirá obter novos benefícios fiscais.

A Companhia e suas futuras controladas operam em um ambiente altamente competitivo e podem não conseguir competir de forma eficaz.

O mercado da tecnologia da informação e cibersegurança é um setor intensamente competitivo. As barreiras à entrada são relativamente baixas e os concorrentes off-line e novos, inclusive as pequenas empresas que desejam criar e promover suas próprias plataformas e sistemas podem lançar novos serviços a um custo relativamente baixo, usando softwares disponíveis comercialmente. A Companhia e suas futuras controladas enfrentam muitos e variados concorrentes em âmbito nacional, bem como concorrentes internacionais.

Adicionalmente, outras empresas do ramo podem vir a celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva. À medida que a carteira de clientes de participantes de outros segmentos da tecnologia da informação for crescendo e sua fidelização for aumentando, os participantes destes segmentos poderão buscar expandir os seus negócios para os segmentos de mercado no qual a Companhia e suas futuras controladas atuam. Além disso, novas tecnologias podem intensificar ainda mais a natureza competitiva do negócio e a Companhia e suas futuras controladas poderão não ser capazes de se adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos seus clientes e pelo setor. Esse aumento na concorrência pode vir a reduzir as suas demandas e o seu resultado operacional. Ainda, os concorrentes poderão vir a disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de tecnologia e marketing do que elas. Ademais, na medida em que o uso da Internet e de outros serviços de proteção e armazenamento de dados aumentar, outros players atuantes neste setor poderão vir a ser adquiridos, receber investimentos, ou iniciar outros relacionamentos comerciais com empresas maiores, melhor estabelecidas e dotadas de recursos financeiros.

A proteção da cibersegurança e armazenamento de dados também é oferecida por alguns concorrentes a preços inferiores aos da Companhia e de suas controladas ou, em alguns casos, gratuitamente. Outras companhias podem agrupar seus próprios produtos de segurança cibernética e armazenamento de dados de forma gratuita ou com preços mais baixos, com ofertas de produtos de software ou hardware de computador de forma que desencorajaria os usuários de comprar produtos e serviços da Companhia e/ou de suas controladas. Nesse caso, a posição competitiva da Companhia e de suas controladas pode ser adversamente afetada na medida em que seus clientes atuais ou potenciais percebam esses produtos como substitutos da necessidade dos da Companhia e de suas controladas ou se eles tornam suas soluções não comercializáveis. A expansão dessas tendências competitivas poderia ter um impacto negativo significativo nas vendas e resultados financeiros da Companhia e de suas controladas, causando, entre outras coisas, reduções de preço de produtos, redução da lucratividade e perda de participação de mercado.

Não é possível prever se novos competidores nacionais e/ou internacionais entrarão no setor da tecnologia da informação e exercer pressão sobre os preços dos produtos e serviços da Companhia e de suas controladas. Caso novos competidores apareçam, a concorrência poderá ficar ainda mais acirrada e a Companhia e suas futuras controladas poderão ser obrigadas a tomar novas estratégias, cuja eficácia não conseguem assegurar. Caso não sejam capazes de fazer frente à concorrência, seu *market share*, seu resultado operacional e sua situação financeira poderão ser afetados negativamente e de forma relevante.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O setor da tecnologia da informação e cibersegurança é sensível à diminuição do poder de compra do cliente e a ciclos econômicos desfavoráveis e essa sensibilidade poderá afetar adversamente e de forma relevante a Companhia e suas futuras controladas.

O sucesso da atuação no setor de tecnologia da informação e cibersegurança depende de vários fatores relacionados ao consumo e à renda dos clientes, inclusive das condições dos negócios em geral, da taxa de juros, da inflação, da disponibilidade de crédito ao cliente, da tributação, da confiança do cliente nas condições econômicas futuras, dos níveis de emprego e renda e da existência de epidemias ou pandemias (como o alcance e a duração do impacto da atual pandemia da covid-19, incluindo redução na demanda de consumidores, diminuição de suas rendas e fechamento temporário das atividades de clientes). Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou no mundo refletidas na economia brasileira podem reduzir significativamente a demanda (principalmente das classes com menor poder aquisitivo, impactando os clientes que atuam neste mercado), tornar as condições de refinanciamento de dívida mais restritas e causar aumentos na taxa de desemprego. Assim, a redução do poder aquisitivo dos clientes e condições econômicas adversas podem afetar o resultado operacional e a situação financeira da Companhia e de suas controladas de forma negativa e relevante.

A Companhia e suas futuras controladas vendem produtos e serviços para empresas que atuam em diferentes setores da economia, tais como: varejo, educação, saúde, seguros e portuário. Caso esses setores sejam impactados de forma abrupta, devida a qualquer ao isolamento causado por uma pandemia, como por exemplo a covid-19, poderão ter os resultados também impactados.

A Companhia e suas futuras controladas não podem garantir que setores que foram impactados e que venham a ser impactados por pandemias, como por exemplo a covid-19, continuarão a demandar por seus serviços e produtos. Caso algum setor apresente condições desfavoráveis devido ao isolamento social e/ou a redução de movimentação de pessoas para evitar qualquer evolução de uma epidemia, este mercado poderá ser prejudicado e, consequentemente, a Companhia e de suas controladas poderão perder receita.

O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil, periodicamente introduz regulamentações com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito para reduzir ou aumentar o consumo e, consequentemente, controlar a taxa de inflação. Tais regulamentações incluem, entre outras ferramentas, (i) alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e em outras operações; (ii) a regulação do prazo máximo dos financiamentos; e (iii) a imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas regulamentações podem reduzir a capacidade dos clientes da Companhia e de suas controladas de obter crédito junto a instituições financeiras. Alguns desses controles podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que reduzam o acesso dos clientes da Companhia e de suas controladas a créditos junto a instituições financeiras, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o seu resultado operacional e a sua situação financeira.

Ainda, as atividades da Companhia e de suas controladas dependem do aumento da taxa de crescimento da população e do aumento de sua renda. A redução ou desaceleração em tal crescimento poderá afetar negativamente e de forma relevante as suas demandas, o seu resultado operacional e a sua situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

A Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas a penalidades por descumprimento das obrigações previstas no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) na provisão de conexão à internet e de aplicações de internet.

Em abril de 2014, foi aprovada Lei nº 12.965, o Marco Civil da Internet, que estabelece os princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil. Dentre os termos que disciplina, destacam-se a proteção de dados pessoais, a preservação e garantia de neutralidade de redes, a responsabilidade por danos causados pelo conteúdo geral ou publicado por terceiros e o armazenamento e divulgação de perfis de uso. Se houver descumprimento das obrigações previstas no Marco Civil da Internet sobre a neutralidade de rede, a guarda e disponibilização de registros de conexão e de acesso a aplicações de internet, a Companhia e de suas controladas estarão sujeitas às penalidades constantes do artigo 12 da referida lei, que incluem advertência, multa de até 10% (dez por cento) do faturamento do grupo econômico no país, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, a suspensão temporária e/ou a proibição do exercício de atividades que envolvam atos de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, dados pessoais ou comunicações de usuários. A sujeição a tais penas pode afetar o desempenho econômico da Companhia e de suas controladas.

Ainda, a Companhia e suas futuras controladas estarão sujeitas a possíveis indenizações a terceiros prejudicados pelo descumprimento do Marco Civil da Internet. A eventual incidência das penalidades previstas na referida lei pode afetar o desempenho econômico da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas futuras controladas podem sofrer multas e restrições sob o Código de Defesa do Consumidor.

A legislação de defesa do consumidor imputa a Companhia e suas futuras controladas o ônus da prova na demanda de um cliente, colocando-as em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou o PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Decisões desfavoráveis envolvendo valores substanciais poderão afetar adversamente o resultado e a situação financeira da Companhia e de suas controladas. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente suas imagens e a imagem das marcas ISH, afetando, consequentemente, suas vendas e reputações, o que pode impactar de forma adversa e relevante os seus resultados operacionais e a situação financeira.

A Companhia e suas futuras controladas enfrentam riscos relacionados aos registros, autorizações e alvarás para a instalação e a operação de seus escritórios operacionais.

As atividades da Companhia e de suas controladas estão sujeitas à obtenção de diversos registros, autorizações e alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação de sua sede e de seus escritórios operacionais e deverá obter e renovar periodicamente grande parte desses registros, autorizações e alvarás. Na hipótese de a Companhia e de suas controladas não conseguirem obter ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, alvarás e autorizações necessários, poderão vir a sofrer sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas, a suspensão de suas atividades ou até a interdição da sua sede e de seus escritórios operacionais, afetando também a sua imagem. A imposição dessas penalidades, em especial, o fechamento de unidades, poderá ter um efeito adverso nos resultados operacionais e negócios Companhia e de suas controladas. Assim, a estratégia de negócio poderá ser substancial e adversamente afetada se a Companhia e suas futuras controladas não conseguirem abrir e operar novos escritórios operacionais ou se tiverem que suspender ou fechar seus escritórios operacionais e/ou seus Data Centers em consequência da não obtenção ou não renovação dos registros, autorizações e alvarás a que estão sujeitas ou se um acidente afetar um escritório operacional enquanto estiverem com uma autorização pendente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia e suas futuras controladas também não podem garantir que obterão, no futuro, a renovação desses registros, autorizações e alvarás sempre em prazos adequados ou que os imóveis hoje em fase de obtenção ou renovação de tais licenças irão de fato obtê-las.

Ainda, a interrupção na operação da sede ou dos escritórios operacionais por falta de licenças pode prejudicar a prestação de serviços, o que pode afetar adversamente os resultados financeiros. Para mais informações acerca do impacto da obtenção de licenças para o funcionamento dos escritórios operacionais, ver seção 7.5 deste Formulário de Referência.

Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais de modo a adequar suas atividades a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público, poderá ter um efeito adverso para suas atividades.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

A Companhia e suas futuras controladas podem ter seu desempenho financeiro afetado de maneira negativa pelas condições regulatórias, políticas, econômicas e sociais nos países nos quais possui clientes com operações ou projetos relevantes.

Atualmente a Companhia e suas futuras controladas possuem clientes brasileiros que possuem atuação nos mercados do Chile, Argentina e Colômbia (ou possuem subsidiárias e controladas nestes países) e podem levar os produtos e soluções da Companhia e de suas controladas para referidos países. Assim, a Companhia e suas futuras controladas podem ter seu desempenho financeiro afetado de maneira negativa pelas condições regulatórias, políticas, econômicas e sociais nestes países, nos quais possui operações ou projetos relevantes. Em muitas dessas jurisdições, a Companhia está exposta a vários riscos, tais como instabilidade política, suborno, extorsão, corrupção, roubos, sabotagem, sequestro, guerra civil, atos de guerra, atividades de guerrilha, pirataria nas rotas de transporte internacional e terrorismo. Esses problemas podem afetar adversamente as condições econômicas e outras condições sob as quais a Companhia opera de diversas maneiras, prejudicando significativamente seus negócios.

A Companhia e suas futuras controladas também são obrigadas a atender exigências internas fiscais dos países em que atua, tais como normas locais, impostos de exportação, restrições ou encargos específicos sobre seus produtos e serviços. A imposição ou aumento de tais exigências, impostos ou encargos pode aumentar significativamente o perfil de risco e os custos operacionais nessas jurisdições.

As operações da Companhia e de suas controladas podem depender de autorizações e concessões de órgãos reguladores governamentais dos países em que opera. A Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas, em muitas jurisdições, a leis e regulamentos passíveis de mudança a qualquer momento, e tais mudanças nas leis e regulamentos podem exigir modificações nas tecnologias e operações da Companhia e de suas controladas, resultando em despesas de capital inesperadas.

As regulamentações sociais, ambientais e de saúde e segurança em nível global vêm se tornando mais rígidas nos últimos anos, e é possível que mais regulamentações ou uma aplicação mais rigorosa das regulamentações existentes nos países em que a Companhia e suas futuras controladas atuem a afetem negativamente ao impor restrições a suas atividades e produtos, criando novas exigências para a emissão ou renovação de licenças e autorizações de trabalho, resultando em atrasos de operação, aumentando seus custos ou exigindo que se envolva em dispendiosos esforços de recuperação.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, a pandemia decorrente da covid-19 afetou significativamente os países nos quais a Companhia e suas futuras controladas possuem atuação. Não é possível prever que normas ou recomendações sejam editadas pelas autoridades governamentais destes países para tentar conter a propagação da covid-19. Caso a pandemia se agrave ou uma nova onda ou novas variantes da doença se disseminem globalmente ou nos países em que os clientes da Companhia e suas futuras controladas atuam, a condição econômica desses clientes ou de potenciais novos clientes poderá ser afetada e a Companhia e suas futuras controladas podem enfrentar dificuldade de expansão de suas atividades nestes e outros países da América Latina. Assim, acredita-se que os resultados financeiros da Companhia e de suas controladas podem ser afetados de forma adversa e relevante em decorrência da pandemia da covid-19, especialmente no Chile, Argentina e Colômbia.

Além disso, a Companhia e suas futuras controladas possuem parceiros internacionais provedores de softwares para seus clientes. Mudanças macroeconômicas associadas aos países de atuação dos seus parceiros podem afetar operacionalmente e tecnologicamente as soluções de software e outros serviços que vendem para seus clientes. A administração e acionistas de tais parceiros internacionais podem tomar decisões equivocadas. Caso esse risco se materialize e o parceiro não seja capaz de superá-los, a Companhia e suas futuras controladas poderão ocorrer em perdas de faturamento e, consequentemente, de lucratividade.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

A Companhia e suas futuras controladas poderão sofrer sanções legais por não administrarem corretamente os resíduos gerados por suas operações.

A Lei n° 12.305/10 estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com princípios, objetivos e instrumentos, bem como diretrizes sobre gestão integrada e gestão de resíduos sólidos. Como resultado, a Companhia e suas futuras controladas são responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos gerados em suas instalações (incluindo papel, papelão, lâmpadas, plásticos, equipamentos de informática e outros), por qualquer não conformidade com a legislação ambiental aplicável e, se aplicável, por qualquer dano ambiental causado por suas operações, desde que haja evidência de cadeia de causalidade entre suas atividades e o dano ambiental. Penalidades podem ser aplicadas se deixarem de cumprir as condições exigidas, o que afetaria adversamente suas operações e reputação.

Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode impactar a Companhia e suas futuras controladas de forma adversa.

A Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais referentes à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações estabelecem padrões e exigências para emissões atmosféricas, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode submetê-las a sanções administrativas e penais, além da obrigação de remediar os danos causados ou indenizar terceiros.

É possível que essas leis e regulamentações fiquem mais rigorosas sendo que, neste caso, poderá ser necessário aumentar significativamente, os gastos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem afetar substancial e negativamente a Companhia e suas futuras controladas.

(k) Riscos Macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus causador da covid-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia da covid-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da covid-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da covid-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, foi adversamente afetada em razão do surto da covid-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Cabe destacar que, assim como nos demais países, o Brasil tem enfrentado o surgimento de novas cepas da covid-19, que tem ocasionado o aumento significativo no número de mortos e de infectados, fato que pode prolongar a pandemia e as medidas restritivas para contê-la no Brasil e no mundo. No momento presente, a cepa Delta é mais contagiosa e potencialmente mais letal do que as demais, ocasionando um alerta quanto ao seu avanço mundial e acelerando novas medidas de restrições sociais. O surgimento de novas variantes da covid-19 impacta os mercados de capitais globais e brasileiro, causando oscilação no preço dos valores mobiliários de companhias de setores diversos e podem impactar o preço de negociação dos valores mobiliários da Companhia.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia e de suas controladas.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam intervenções nas taxas de juros e no mercado de câmbio, mudança das políticas fiscais, controle de preços, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia e suas futuras controladas não possuem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- Inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e de suas controladas e análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia, gerando consequências negativas aos seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre a Companhia e suas futuras controladas e sobre o preço de mercado das ações ordinárias da Companhia.

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo IBGE, as taxas de inflação do Brasil foram de 4,2%, 4,3% e 3,8% para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente. Para o período de doze meses findos em 30 de junho de 2020, o IPCA acumulado foi de 2,1%. O Brasil pode experimentar altas taxas de inflação no futuro, e pressões inflacionárias podem levar o governo brasileiro a intervir na economia e introduzir políticas que impactem negativamente os negócios e o preço de negociação das ações da Companhia. O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com histórico de altas taxas de juros, o que pode restringir a disponibilidade de crédito e reduzir o crescimento econômico. Uma das consequências deste combate à inflação é a variação significativa das taxas de juros oficiais no Brasil, que variaram de 14,25% a.a. em 31 de dezembro de 2015 a 4,50% a.a. em 31 de dezembro de 2019, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil ("COPOM"). Em 7 de fevereiro de 2018, o COPOM reduziu a taxa SELIC para 6,75%, com nova redução para 6,50% em 21 de março de 2018. O COPOM manteve a taxa SELIC em 6,50% em 16 de maio de 2018 e subsequentemente em 20 de junho de 2018. Em 30 de dezembro de 2018, a taxa SELIC era de 6,50%. O COPOM manteve a taxa SELIC em 6,50% em 6 de fevereiro de 2019, mas a reduziu para 6,00% em 1° de agosto de 2019, com nova redução para 5,00% em 30 de outubro de 2019. Em 30 de dezembro de 2019, a taxa SELIC era de 4,50%. Em 5 de fevereiro de 2020, o COPOM reduziu a taxa SELIC para 4,25%, com nova redução para 3,75% em 31 de março de 2020. Em um esforço para conter os impactos da pandemia da covid-19 na demanda doméstica, o COPOM reduziu novamente a taxa SELIC em maio, junho e agosto de 2020 e se manteve na faixa de 2% entre agosto de 2020 e março de 2021. A partir de 2021, o COPOM aumentou gradativamente a taxa SELIC, estando definida em 5,25% na data deste Formulário de Referência.

Políticas do Governo Federal e do Banco Central mais lenientes e a redução nas taxas de juros já causaram e podem vir a causar aumento na inflação e, consequentemente, volatilidade na taxa de crescimento da economia e a necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso uma inflação ou deflação substancial venha a ocorrer no Brasil, a Companhia e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações podem ser adversamente afetadas. Tais pressões poderiam, ainda, afetar o acesso da Companhia a mercados financeiros internacionais e ensejar políticas que afetem adversamente a economia brasileira como um todo e, portanto, a Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode não ser capaz de ajustar as taxas cobradas de seus clientes para compensar o impacto da inflação nas suas despesas, o que geraria um aumento de despesas e redução na margem operacional líquida da Companhia.

Acontecimentos e mudanças na percepção de riscos em outros países ou regiões podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e de suas controladas, bem como o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou de suas controladas.

O valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países da Europa, bem como em outros países da América Latina e de países emergentes. As reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um impacto adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas no mercado de capitais brasileiro, por exemplo, têm sido historicamente suscetíveis às flutuações das taxas de juros nos Estados Unidos, bem como às variações das principais bolsas de valores dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo nas ações e/ou valores mobiliários da Companhia e de suas controladas. Tais acontecimentos poderão afetar adversamente o valor de mercado das ações e/ou valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou de suas controladas, restringir o acesso da Companhia e/ou de suas controladas ao mercado de capitais e comprometer suas capacidades de financiar suas operações em condições favoráveis.

Nos últimos anos, houve um aumento na volatilidade do mercado brasileiro devido a, entre outros fatores, incertezas com relação a ajustes da política monetária nos Estados Unidos e como tais ajustes afetariam os mercados financeiros internacionais, ao aumento da aversão ao risco de países emergentes, bem como a incertezas sobre as condições macroeconômicas e políticas. Além disso, a Companhia e suas futuras controladas estão expostas à instabilidade e à volatilidade nos mercados financeiros globais em razão de seus efeitos sobre o ambiente econômico e financeiro, particularmente no Brasil, tais como desaceleração da economia, aumento da taxa de desemprego, redução no poder de compra dos consumidores e a falta de disponibilidade de crédito.

Tais instabilidades ou volatilidades nos mercados financeiros globais podem aumentar ainda mais os efeitos negativos no ambiente econômico e financeiro no Brasil, o que poderia causar um efeito material adverso sobre os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia e de suas controladas.

O governo federal exerce influência substancial sobre a maneira como as atividades comerciais de importação e exportação da Companhia e de suas controladas são conduzidas e decisões contrarias aos interesses da Companhia e de suas controladas poderão ter um impacto adverso sobre suas condições econômicas.

O governo federal exerceu e continua a exercer controle substancial sobre a maneira como as atividades comerciais de importação e exportação da Companhia e de suas controladas são conduzidas por meio de regulamentações sobre os impostos de importação e exportação. A capacidade da Companhia e de suas controladas de importar e exportar seus produtos pode ser prejudicada por mudanças nas leis e regulamentações brasileiras tributárias, caso essas sejam mais rígidas ou com alíquotas desfavoráveis ao setor, comparada com produtos concorrentes de outros países ou, ainda, caso surjam novas interpretações das regulamentações existentes que eventualmente exijam outras despesas e esforços adicionais da parte da Companhia e de suas controladas para garantir conformidade com tais regulamentações ou interpretações.

Consequentemente, as ações do governo no futuro, incluindo qualquer decisão de não continuar a apoiar as reformas tributárias e econômicas recentes e retornar a uma economia planejada de forma mais centralizada ou variações regionais ou locais na implementação de políticas econômicas, podem ter um efeito significativo sobre as condições econômicas da Companhia e de suas controladas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Um mercado secundário de negociação ativo e líquido para as ações da Companhia poderá não se desenvolver, limitando a capacidade dos acionistas da Companhia em venderem as ações pelo preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido. O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Dessa forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez das ações da Companhia e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de emissão da Companhia de vendê-las ao preço e nas datas desejados.

O valor de mercado das ações da Companhia poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência. Para maiores informações acerca dos impactos causados nas operações da Companhia pela covid-19, bem como as medidas por ela tomadas, veja o disposto no item 10.9 deste Formulário de Referência.

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e de suas controladas.

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.). Consequentemente a incerteza sobre se o governo brasileiro vai conseguir promulgar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia tem levado a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo.

A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia e de suas controladas. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da deflagração de um esquema de corrupção envolvendo vários políticos, incluindo membros do alto escalão, o que culminou com o impeachment da última presidente da república e com ações contra seu sucessor e sua equipe.

Além disso, os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país.

O potencial resultado de referidas investigações em andamento é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira e tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios da Companhia e de suas controladas, sua condição financeira e seus resultados operacionais, bem como o preço de negociação de suas ações. Não é possível prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Também não é possível prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro tem sido criticado tanto no Brasil quanto internacionalmente, com os efeitos desestabilizadores da pandemia da covid-19 aumentando a incerteza política e a estabilidade no Brasil, particularmente após a saída de vários ministros federais de alto nível, negação de compra de vacinas contra a covid-19 e alegações de corrupção contra o presidente Bolsonaro.

As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

Adicionalmente, qualquer dificuldade do Governo Federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia e de suas controladas. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo o desempenho da Companhia e de suas controladas. Não é possível prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia, suas controladas ou sobre a economia brasileira.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o rating de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB +, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor’s rebaixou novamente o rating de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB + para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em abril de 2020, a Standard & Poor’s manteve o rating de crédito do Brasil em BB, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa.

Em dezembro de 2015, a Moody’s colocou os ratings Baa3 do Brasil em análise, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB + com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada e fez um rebaixamento ainda maior em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa, que manteve em 2017 e rebaixou para BB- em fevereiro de 2018. Em maio de 2020, a Fitch manteve o rating de crédito do Brasil em BB-, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar, e a instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo sobre os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de câmbio de venda de dólar foi de R$ 4,0307 por US$ 1,00, refletindo uma depreciação de 4,0234% em relação ao dólar norte-americano em comparação a 31 de dezembro de 2018. Mais recentemente, em maio de 2020, o real se desvalorizou ao seu nível mais baixo desde o início da moeda, a R$ 5,94 por US$ 1,00. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio de venda do Dólar foi de R$ 5,31 por US$ 1,00 refletindo uma depreciação do Real em relação ao dólar norte-americano de 28,9% em comparação a 31 de dezembro de 2019.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas, por conta da retração no consumo e aumento dos custos da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia e de suas controladas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Flutuações cambiais nos países dos quais a Companhia e suas futuras controladas compram seus equipamentos e licenciamentos de softwares podem afetar adversamente seus negócios.

A Companhia e suas futuras controladas importam alguns de seus equipamentos e licenciamento de softwares de países como Estados Unidos da América, Reino Unido e Israel, que são utilizados em certos produtos e serviços. Dessa forma, o preço de seus produtos e serviços depende, em certa medida, da taxa de câmbio dos países de que adquire mercadorias ou matérias-primas.

Desse modo, caso haja depreciação do Real em relação à moeda corrente de tais países ou ao dólar dos Estados Unidos da América, ou das moedas correntes de tais países em relação ao dólar norte-americano, os produtos da Companhia e de suas controladas poderão ser menos atrativos para seus clientes a Companhia e suas futuras controladas ou poderão ter de diminuir suas margens ou descontinuar a venda de certas mercadorias, resultando em impacto adverso nos seus resultados operacionais. Adicionalmente, tais flutuações cambiais podem impactar adversamente o preço dos equipamentos e o preço dos serviços e produtos oferecidos pela Companhia e suas futuras controladas aos seus clientes, podendo impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais da Companhia e de suas controladas.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

As atividades da Companhia e de suas controladas a expõem a diversos riscos incluindo riscos de mercado oriundos do curso natural de seus negócios e que correspondem à possibilidade de ocorrência de variações financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia e por suas controladas. Tais riscos de mercado, que estão além do controle da Companhia e de suas controladas, relacionam-se principalmente à possibilidade de variações cambiais e flutuações das taxas de juros que podem afetar negativamente o valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa e lucros futuros.

Além dos fatores de risco indicados no item "4.1 – Fatores de Risco", a Companhia e suas futuras controladas estão expostas a diversos riscos de mercado. Os riscos de mercado mais significativos conforme descritos nas demonstrações contábeis combinadas intermediárias da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 são: (i) riscos cambiais; e (ii) risco de taxa de juros.

Risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira ou pela compra de produtos estrangeiros associados a estas moedas. A instabilidade da variação cambial pode ter um efeito negativo significativo sobre os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas está sujeito à volatilidade do dólar norte-americano, uma vez que parte dos seus insumos são adquiridos com fornecedores no exterior, expondo a Companhia e duas controladas à flutuação do câmbio desta moeda.

A Companhia e suas futuras controladas não contratam operações de hedge para proteger seu fluxo de caixa contra o risco cambial relacionado às suas obrigações.

Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por contratos de compra e venda de equipamentos e licenças de *software*.

Análise de sensibilidade:

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 30 de junho de 2021, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento da taxa de câmbio apurada na data de encerramento do período (R$/US$) de 25% e 50%, conforme segue:

Cenário Base - R$/US$: 4,9764				
Instrumento (Em R$ mil)	**Fator de Risco**	**Saldo em 30 de junho de 2021**	**Cenário I**	**Cenário II**
Fornecedores estrangeiros	Alta do Dólar	1.191	1.489	1.786
Efeito no resultado	-	-	(307)	(595)

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia e suas futuras controladas ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros, sendo que tais instrumentos emitidos às taxas prefixadas as expõem ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Companhia e suas futuras controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos emitidos a taxas pós fixados. Tanto as aplicações financeiras quanto empréstimos financeiros são corrigidas pelo CDI e/ou taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

Análise de sensibilidade:

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia, considerando o pronunciamento técnico CPC 40(R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, convertidos a uma taxa projetada para a liquidação final de cada contrato, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI, o cenário I considerou a manutenção da cotação do CDI em junho de 2021 em 2,56% a.a. Os demais cenários, II e III, consideram um decréscimo da cotação em 25% (3,20% a.a.) e 50% (3,84% a.a.), respectivamente.

Empréstimos e Financiamentos (Em R$ mil, exceto %s)	Em 30 de junho de 2021	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Capital de giro	91.638	91.638	92.547	92.547
Taxa Sujeita a variação	-	2,56%	3,20%	3,84%
Despesa Financeira Projetada	-	2.346	2.932	3.519
Variação	-	0	586	1.173

Aplicação Financeira (Em R$ mil, exceto %s)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicação renda fixa	12.397	13.397	13.423
Taxa Sujeita a variação	2,56%	1,92%	1,28%
Receita Financeira Projetada	317	238	159
Variação		(79)	(158)
Fundo renda fixa	10.267	10.267	10.267
Taxa Sujeita a variação	2,56%	1,92%	1,28%
Receita Financeira Projetada	263	197	131
Variação		(66)	(132)

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia e suas futuras controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme a avaliação da probabilidade de perda, o que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Somente são constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas futuras controladas figuram como parte e que em 30 de junho de 2021 (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia e/ou de suas controladas, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia e/ou de suas controladas.

A seguir, são descritos os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 30 de junho de 2021 segregados conforme sua natureza.

Processos Cíveis

Processo nº 00190.018887/2013-25	
a. Juízo	Controladoria Geral da União
b. Instância	1ª instancia
c. Data de instauração	07/03/2014
d. Partes no processo	ISH Tecnologia S.A. (“Réu” ou “ISH Tecnologia”) Controladoria Geral da União (Autor)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Possibilidade da ISH contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos
f. Principais fatos	Processo Administrativo nº 00190.018887/2013-25 instaurado pela CGU, instaurado com base na Nota Técnica nº 449/2014/CGU/CRG/COREP. O processo teve substância extraída do inquérito policial que visou apurar irregularidades na utilização de recursos federais, por meio do Convênio 01.0020.00/2009, relacionado ao financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da União, do projeto denominado “Jampa Digital”, que foi objeto do Pregão Presencial nº 19/2009, voltado para a implantação de uma rede de internet sem fio e uma reestruturação dos sistemas tecnológicos da Prefeitura de João Pessoa. O certame foi vencido pela empresa Ideia Digital Sistemas Consultoria e Comercio Ltda. Especificamente com relação a ISH Tecnologia, a Polícia Federal constatou que, no certame investigado a ISH Tecnologia, apresentou, em relação a concorrentes, procurações, entre outros documentos, com estrutura e contexto textual idênticos, documentação técnica coincidente, orçamento com correlação de valores em proposta apresentada um dia após o termo de referência (indicativo de ajuste prévio) e carta inidônea de comprovação de fabricante. Em defesa, a ISH Tecnologia aduziu que seu nome foi indevidamente envolvido no certame, havendo falsificação por terceiros de propostas técnicas e comerciais em nome da empresa, requerendo a produção de prova pericial para análise de autenticidade e autoria dos documentos. Em que pese a ISH Tecnologia tenha requerido no processo a produção de prova pericial para corroborar sua tese de defesa, a prova foi indeferida pela CGU.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Ao final a CGU declarou a inidoneidade da Ideia Digital para licitar ou contratar com a Administração Pública e suspendeu as demais empresas envolvidas de participarem de licitações e contratarem com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos, incluindo a ISH Tecnologia. A penalidade e o processo encontram-se suspensos em função da decisão judicial prolatada no Ação Anulatória de nº 1025750-74.2018.4.01.3400
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de condenação a ISH Tecnologia estaria impedida de contratar com o poder público e de participar de certames licitatórios por 2 (dois) anos, impactando tanto sua geração de novos negócios com o poder público, como sua reputação e imagem.

Processo nº 1025750-74.2018.4.01.3400	
a. Juízo	Justiça Federal da 1ª Região
b. Instância	1ª instancia
c. Data de instauração	28/11/2018
d. Partes no processo	ISH Tecnologia S.A. (“Autor” ou “ISH Tecnologia”) União Federal (Réu)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Possibilidade da ISH contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos
f. Principais fatos	Ação Anulatória proposta pela ISH requerendo o reconhecimento da prescrição intercorrente no Processo Administrativo nº 00190.018887/2013-25 instaurado pela Controladoria Geral da União (“CGU”), que suspendeu a ISH de participar de licitações e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos. A ISH aduz que o processo ficou sobrestado por mais de 3 (três) anos por inércia da Administração Pública. Subsidiariamente, também requereu a anulação da decisão proferida no Processo Administrativo, com base em cerceamento de defesa decorrente do indeferimento do pedido de realização de prova pericial, e por não ter sido intimada para apresentar alegações finais. Pleiteou, liminarmente, a suspensão dos efeitos das sanções impostas pela CGU. O processo administrativo foi instaurado pela CGU com base em inquérito policial visando apurar irregularidades na utilização de recursos federais, por meio do Convênio 01.0020.00/2009, relacionado ao financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da União, do projeto denominado “Jampa Digital”, que foi objeto do Pregão Presencial nº 19/2009, voltado para a implantação de uma rede de internet sem fio e uma reestruturação dos sistemas tecnológicos da Prefeitura de João Pessoa. O certame foi vencido pela empresa Ideia Digital Sistemas Consultoria e Comercio Ltda. e contou com a participação de algumas empresas do ramo, dentre as quais a ISH. Especificamente com relação a ISH Tecnologia, a Polícia Federal constatou que, no certame investigado a ISH Tecnologia, apresentou, em relação a concorrentes, procurações, entre outros documentos, com estrutura e contexto textual idênticos; documentação técnica coincidente, orçamento com correlação de valores em proposta apresentada um dia após o termo de referência (indicativo de ajuste prévio) e carta inidônea de comprovação de fabricante.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

		No âmbito do procedimento administrativo, a CGU declarou a inidoneidade da Ideia Digital para licitar ou contratar com a Administração Pública e suspendeu as demais empresas envolvidas de participarem de licitações e contratarem com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos, incluindo a ISH Tecnologia. Contra esta decisão, a ISH Tecnologia impetrou o Mandado de Segurança Nº 21.373/DF ("MS") e ajuizou a presente Ação Anulatória. O STJ negou provimento ao mencionado recurso, por entender que a CGU não teria respeitado o direito da ISH Tecnologia à apresentação de alegações finais no processo administrativo. Posteriormente, o STJ julgou o mandado de segurança e, por maioria, denegou a segurança pleiteada pela ISH Tecnologia e revogou a decisão liminar que havia sido concedida para suspender a sanção imposta à ISH, por entender que o arcabouço probatório confirmava a participação dos prepostos da ISH Tecnologia na fase externa do procedimento licitatório, – de modo que o objeto da dilação probatória solicitada pela ISH Tecnologia não endereçaria tal ponto –, e que o rito processual da penalidade (art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/1993) não abrangia alegações finais nos termos do art. 44 da Lei nº 9.784/1999. Em 14/02/2019, o Juiz da ação anulatória extinguiu parcialmente o processo, sem resolução do mérito, ante o reconhecimento de litispendência da ação com o MS, e indeferiu o pedido liminar. Contra esta decisão foi interposto o Agravo de Instrumento nº 1008099-10.2019.4.01.0000 pela ISH Tecnologia, no qual foi concedida liminar "para sobrestar a execução das penalidades fustigadas nos autos de origem (impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública), até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora". Contra tal decisão, a União interpôs agravo interno em 24/04/2019 alegando litispendência com o MS e ausência da prescrição intercorrente. No momento, aguarda-se julgamento do agravo interno da União. Em 16/08/2020, foi deferida pelo Juízo da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal a realização da prova pericial desejada pela ISH Tecnologia, por meio de perícia grafotécnica a ser efetivada pelo Departamento de Polícia Federal - DPF nos documentos apontados pela ISH Tecnologia na Ação Anulatória, com o objetivo de comprovar a falsidade das assinaturas e dos documentos indevidamente utilizados com o nome da ISH Tecnologia no processo licitatório do projeto "Jampa Digital". Atualmente, aguarda-se realização da perícia pelo Departamento de Polícia Federal.
g.	**Chance de perda (provável, possível ou remota)**	Remota
h.	**Análise do impacto em caso de perda do processo**	Em caso de condenação a ISH Tecnologia estaria impedida de contratar com o poder público e de participar de certames licitatórios por 2 (dois) anos, impactando tanto sua geração de novos negócios com o poder público, como sua reputação e imagem.

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas futuras controladas não possuem processos individualmente relevantes classificados com probabilidade de perda provável descritos no item 4.3.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Na data deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Abaixo, a descrição dos processos judiciais, administrativos e arbitrais sigilosos em que a Companhia e suas futuras controladas são parte, e que, no entendimento da Companhia e de suas controladas, são relevantes para os seus negócios.

Processo nº 0805260-62.2015.4.05.8200	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
b. Análise do impacto em caso de perda	Eventual decisão desfavorável no processo geraria prejuízos financeiros para a Companhia e suas futuras controladas, decorrentes da imposição de multa e proibição de contratar com o Poder Público, receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, por período que pode variar de 3 a 5 anos. As penalidades possíveis são aquelas descritas no Artigo 12, inciso I, II ou III da Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, e poderá envolver o pagamento de multa pecuniária de até duas vezes o valor do dano supostamente causado ao erário.
c. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido no processo, conforme análise da Companhia em 30 de junho de 2021, é ilíquido.
d. Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública de Improbidade instaurada pelo Ministério Público Federal, no âmbito da Operação *Logoff*.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Na data deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e ou seus investidores ou de suas controladas.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Na data deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e ou seus investidores ou de suas controladas.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia era parte em um procedimento administrativo instaurado pelo Ministério Público do Trabalho da 17ª Região de Vitória – ES ("MPT"), conforme breve relato abaixo:

(i) **IC 000362.2014.17.000/5**: Em abril de 2014, a Companhia foi autuada por descumprimento da jornada de trabalho dos seus colaboradores. Este fato culminou na instauração, pelo MPT, do Inquérito Civil ("IC") 000362.2014.17.000/5. No âmbito deste IC, a Companhia celebrou com o MPT, o Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC"), determinando regras de formalização e registro das horas praticadas, bem como o limite destas, o período mínimo de repouso e de intervalo intrajornada, conforme abaixo:

Termo de Ajuste de Conduta nº 000125.2017 – IC nº 000362.2014.17.000/5	
a. abrangência	IHS Tecnologia S.A.
b. data de assinatura	25 de outubro de 2017.
c. prazo de vigência	Prazo indeterminado.
d. jurisdição responsável pelo TAC:	Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região (Vitória - ES).
e. objeto	(a) consignar em registro manual, mecânico ou eletrônico os horários de entrada e saída efetivamente praticados pelos seus funcionários; (b) se abster de prorrogar a jornada de trabalho dos seus colaboradores além do limite legal de 2 (duas) horas diárias; (c) conceder a seus colaboradores intervalo interjornadas de no mínimo 11 (onze) horas consecutivas; (d) conceder aos seus colaboradores um descanso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas; e (e) conceder a seus empregados intervalo intrajornada de no mínimo 1 (uma) hora, caso a duração do trabalho exceda 6 (seis) horas, ou de quinze mínimos caso a duração do trabalho ultrapasse 4 (quatro) horas, sem ultrapassar o período de 6 (seis) horas.
f. consequência por descumprimento	R$1.000,00 por infração, a serem revertidos ao Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT).
g. status	A Companhia declara que está cumprindo os termos do TAC, não havendo quaisquer tipo de evidências de descumprimento e/ou nova solicitação promovida pelo MPT.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, uma vez que a Companhia é um emissor nacional e com valores mobiliários custodiados no Brasil.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, uma vez que a Companhia é um emissor nacional e com valores mobiliários custodiados no Brasil.

(c) hipóteses de cancelamento de registro e direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, uma vez que a Companhia é um emissor nacional e com valores mobiliários custodiados no Brasil.

(d) direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia é um emissor nacional e com valores mobiliários custodiados no Brasil.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, uma vez que a Companhia é um emissor nacional e com valores mobiliários custodiados no Brasil.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Informar se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota política de gerenciamento de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), com finalidade estabelecer as diretrizes adotadas pela Companhia na identificação, avaliação, comunicação e tratamento dos riscos derivados e/ou inerentes à sua atividade. A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2021 e encontra-se disponível em seu website (ri.ish.com.br).

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gestão de Riscos, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados pela Companhia e suas futuras controladas no processo de gerenciamento dos riscos a que estejam sujeitas, devidamente identificados a seguir, de forma a possibilitar a correta identificação, a avaliação, a priorização, o monitoramento constante, a eficaz comunicação dos riscos, a melhoria contínua de processos de trabalho, projetos e a alocação e a utilização eficaz dos recursos disponíveis, visando sempre a perpetuidade dos negócios da Companhia.

As atividades da Companhia podem ser impactadas negativamente, implicando em perdas ao negócio, bem como podem ser afetadas positivamente através do aproveitamento das oportunidades decorrentes das atividades da Companhia. O estabelecimento da Política de Gerenciamento de Riscos visa assegurar que as responsabilidades e diretrizes sejam definidas abrangendo inclusive metas, metodologias e monitoramentos aplicáveis. Na gestão e monitoramento dos riscos de seu negócio, estratégicos e/ou operacionais, a Companhia e suas futuras controladas devem, sempre que possível, objetivar oportunidades que minimizem aspectos negativos das atividades, compensando com ações positivas.

A gestão dos riscos a que a Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas é parte de sua estratégia e corrobora seu esforço na construção de pilares sustentáveis do seu negócio, a partir de premissas estabelecidas pelas boas práticas de mercado e/ou expressas em regulamentações brasileiras e internacionais. A existência de um processo estruturado de gestão de riscos deve, sobretudo, assegurar que os riscos e os seus impactos sejam considerados no processo de tomada de decisão pelos Colaboradores da Companhia e suas futuras controladas.

Por "Riscos", entende-se o evento ou ação, ou mesmo expectativa de algum fato que possa afetar negativamente a realização dos objetivos, negócios e oportunidades de negócios da Companhia e/ou suas controladas, e que pode abranger um ou mais aspectos, entre eles: Estratégico Político, Regulatório, Tecnológico, Financeiro, Operacional, de Compliance, Legal e Socioambiental.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais se busca proteção são:

(a) **Riscos Estratégicos:** Englobam as seguintes espécies de Riscos:
- (i) Riscos associados às definições e decisões estratégicas da Companhia e de suas controladas para atingir seus objetivos de negócios e na sociedade; e/ou
- (ii) Riscos decorrentes da inabilidade da Companhia e/ou de suas controladas de antecipar cenários ou adaptar-se às mudanças de política governamental, de mercado, ou de ambiente regulatório, bem como proteger-se de impactos causados por concorrentes nacionais ou internacionais, incluindo, mas não se limitando:
  - (ii.1.) **Riscos Políticos:** Riscos relacionados a mudanças políticas, no cenário nacional e internacional, crises globais e imprevistos econômicos.
  - (ii.2.) **Riscos Regulatórios:** Riscos decorrentes de mudanças nas regulamentações em vigor, que podem afetar negativamente dos negócios da Companhia e/ou de suas controladas.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(ii.3.) **Riscos Tecnológicos:** Riscos de novas tecnologias que não sejam de domínio da Companhia ou dos setores de cibersegurança, infraestrutura de tecnologia da informação e computação em nuvem e que podem, de alguma forma, ser assimiladas de forma mais rápida pelo mercado, trazendo desvantagens econômicas e ecológicas que impactem nos negócios atuais.

(b) **Riscos Financeiros:** Englobam as seguintes espécies de Riscos:

(i) Riscos Ligados ao Mercado: Riscos que podem implicar em perdas financeiras, decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico e nas tendências de mercado, refletidos no comportamento das taxas de juros, do câmbio, da inflação, do emprego, da renda, do endividamento, da escolha dos investimentos financeiros, dos preços das ações, dos preços de commodities, dentre outros;

(ii) Riscos Ligados ao Crédito: Riscos decorrentes da possibilidade de perdas resultantes da incerteza quanto aos recebimentos de valores contratados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos; e/ou

(iii) Riscos Ligados à Liquidez: Riscos relacionados à possibilidade de **(i.1)** perdas decorrentes da incapacidade de realização de uma transação em tempo pactuado e razoável, ou **(I.2)** falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descompasso entre os ativos e passivos.

(c) **Riscos Operacionais:** Riscos de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, como, por exemplo:

(i) Falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações;

(ii) Falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos da Companhia e/ou de controladas;

(iii) Fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia e/ou controladas;

(iv) Falhas na operacionalização e mensuração da manutenção das prestações de serviços, ou no dimensionamento das necessidades da Companhia e/ou de controladas confrontadas com custos e margens operacionais;

(v) Impossibilidade ou atraso na montagem de equipamentos, transporte e acondicionamento de recursos para execução dos serviços contratados, bem como estrutura inadequada para operacionalização dos serviços contratados.

(d) **Riscos de *Compliance*:** Riscos de sanções legais ou regulatórias, de impacto negativo financeiro ou reputacional que a Companhia e/ou suas controladas possam sofrer como resultado da falha no cumprimento de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e conduta e/ou políticas internas.

(e) **Riscos Legais:** Riscos de perda decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais.

(f) **Riscos Socioambientais:** Riscos de perdas em consequência de**:**

(i) Efeitos negativos no meio ambiente e na sociedade, causadas pela atividade executada nos setores de cibersegurança, infraestrutura de tecnologia da informação e computação em nuvem; e/ou

(ii) Desastres naturais não previstos que afetem a atividade nos setores de cibersegurança, infraestrutura de tecnologia da informação e computação em nuvem.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia possui as seguintes etapas para mitigação de seus principais riscos: identificação dos riscos e eventos; avaliação dos Riscos; priorização e tratamento; e monitoramento, conforme explicadas abaixo:

1) **Identificação de Riscos e Eventos:** Consiste em criar e consolidar uma base de dados abrangente sobre riscos baseada em eventos que possam criar, aumentar, evitar, reduzir, acelerar ou atrasar a realização dos objetivos da Companhia. A identificação de riscos e eventos na Companhia e/ou controladas ocorrerá de maneira estruturada, em linha com as estratégias de negócio da Companhia, por meio de:
   - **Fontes internas**: Periodicamente os administradores, os proprietários do Risco, demais colaboradores e os representantes da Auditoria Interna serão entrevistados pelo Comitê de Auditoria para identificação de tendências a novos Riscos;
   - **Fontes externas**: Serão consultados e entrevistados pelo Comitê de Auditoria, a seu exclusivo critério, auditores externos, órgãos reguladores, o próprio mercado, o governo, a mídia e demais partes interessadas ou relacionadas ao segmento de atuação da Companhia. Suas descrições obedecerão a um formato padronizado e consistente para facilitar sua identificação, avaliação e monitoramento; e
   - **Denúncias ou Comunicações:** Serão consideradas fontes de identificação de Riscos eventuais denúncias ou comunicações apresentadas por agentes internos ou externos relacionados à Companhia e/ou suas controladas, que sejam relevantes à implementação de suas estratégias de negócio e à realização de suas atividades.

2) **Avaliação de Riscos:** Com base na identificação e enumeração dos Riscos realizadas na etapa anterior, esta etapa envolve o entendimento das causas e das fontes dos Riscos, seus impactos, positivos e negativos, bem como da probabilidade de sua ocorrência. Para tanto, o proprietário do Risco (*risk owner*) deve avaliar os critérios de impacto e de probabilidade de ocorrência dos Riscos, conforme descritos a seguir.

   O critério da Probabilidade consiste na medição de o quão provável é que um evento aconteça e o Risco se materialize, e será definido conforme os critérios do quadro abaixo:

Probabilidade		Descrição dos critérios de probabilidade
Numérica	Descritiva	
1% a 30%	Remota	Não é provável que aconteça ou pode ser que ocorra uma vez dentro de um ano
31% a 50%	Possível	Pode ser que ocorra mais de uma vez dentro de um ano
51% a 70%	Provável	Pode ser que ocorra mensalmente
71% a 90%	Muito Provável	Pode ser que ocorra semanalmente

   O critério de Impacto se refere às consequências do Risco caso ele venha a ocorrer, considerando as seguintes definições:
   - Quantitativo: Estimativa da potencial perda financeira caso o evento aconteça e o Risco se materialize.
   - Qualitativo: Estimativa do potencial impacto em imagem/reputação, operação e meio ambiente da Companhia e que pode interromper os negócios.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Quanto ao impacto, os Riscos estão classificados em quatro graus, conforme os critérios do quadro abaixo:

Impacto	Descrição dos critérios de impacto
Baixo	Os riscos possuem consequências pouco significativas ou reversíveis em curto e médio prazo com custos pouco significativos
Médio	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com custos baixos
Elevado	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com custos altos
Extremo	Os riscos possuem consequências irreversíveis ou com custos inviáveis

Após a análise dos Riscos segundo os critérios de impacto e probabilidade, é possível calcular e visualizar o Risco dentro da estrutura de base da Matriz de Riscos da Companhia, identificando a classificação do Risco, ou seja, o quão crítico um determinado Risco é, o que deverá auxiliar a Companhia (i) na verificação de quais Riscos necessitam de tratamento; e (ii) na priorização dos Riscos e das medidas necessárias para sua contenção e/ou mitigação.

GRAU DE IMPACTO					
	EXTREMO				RISCO Y
	ELEVADO	RISCO Z			
	MÉDIO			RISCO X	
	BAIXO				
		REMOTA	POSSÍVEL	PROVÁVEL	MUITO PROVÁVEL
		PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA			

Características dos Riscos por Quadrante:

I. **Risco Trivial (verde claro):** Riscos de probabilidade rara e consequências desprezíveis. São aceitos e costuma-se agir apenas se o problema de fato ocorrer, de modo a evitar perda de tempo com riscos improváveis e que quase não geram impacto ao negócio.

II. **Risco Aceitável (verde escuro):** perdas de menor relevância, podendo o custo do impacto ser menor do que o custo de mitigá-los. Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

III. **Risco Moderado (amarelo):** Risco de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio. Demanda a definição de níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência de modo a evitar que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Necessária a contratação de seguros contra tais Riscos.

IV. **Risco Substancial (marrom):** Riscos com alto impacto e baixa frequência. Devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer. Compreende também o risco inesperado ("cisne negro") de perdas esporádica, refletindo eventos extremos, mas raros. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

V. **Risco Intolerável (vermelho):** representam ameaça potencial aos negócios da empresa. Demandam ação gerencial prioritária para eliminar o componente de risco ou ao menos reduzir sua severidade e/ou frequência.

O Conselho de Administração deve considerar impactos negativos e positivos no estabelecimento da Matriz de Riscos. Os riscos elencados na Matriz de Riscos da Companhia devem evoluir para o estabelecimento de planos de contingenciamento, criados a partir da simulação de cenários de realização do risco, vislumbrando impactos negativos e positivos.

3) **Priorização e tratamento:** Depois de identificados e avaliados, deve-se definir qual o tratamento que será dado aos Riscos, bem como as prioridades na implementação de referido tratamento, com base em sua criticidade e na Disposição a Riscos da Companhia. O tratamento dos riscos envolve a escolha de uma das alternativas listadas abaixo:

- **Aceitar o Risco:** nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do Risco, conforme determinação do Comitê de Auditoria, não implicando na necessidade de adequação de processos e controles. No entanto, o monitoramento deve ser contínuo de modo a assegurar que, caso haja mudança de conjuntura que justifique alteração no tratamento do Risco, a Companhia implemente referido tratamento.
- **Não Aceitar o Risco:** caso seja determinado que a Companhia não deseja conviver com o Risco nas condições em que este se apresenta, deverão ser adotados processos e controles para sua mitigação, transferência ou eliminação, conforme o caso. Referida estratégia será discutida e aprovada para cada Risco verificado, conforme determinação do Comitê de Auditoria. Para cada Risco, definido e monitorado pela área de Área de Compliance e Assuntos Jurídicos, são definidos processos contingenciais para que se garanta a continuidade do negócio da Companhia em caso de exposição, minimizando os eventuais danos, conforme Planejamento, Controle e Riscos Corporativos.
  - **Eliminar o risco:** não correr o Risco e descontinuar as atividades que o geram. Evitar o Risco pode implicar na descontinuação de uma linha de produtos, divisão de negócios ou processos.
  - **Mitigar o Risco:** ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do Risco. Esta resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos.
  - **Tranferir/Compartilhar o Risco:** atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do Risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do Risco a terceiros, como, por exemplo, contratação de apólices de seguro, *outsourcing* e *hedging*.

4) **Monitoramento:** O Comitê de Auditoria deve acompanhar continuamente e documentar o desempenho dos indicadores de Riscos, monitorados pela Área de Compliance e Assuntos Jurídicos, bem como os seus limites, reportando-os ao Conselho de Administração, que deverá supervisionar a implementação e manutenção dos planos de ação através de gestão contínua e avaliações internas ou externas independentes, quando aplicável. Os Riscos priorizados serão divulgados bimestralmente, pelo Comitê de Auditoria, à Diretoria e ao Conselho de Administração, para discussão e acompanhamento.

Por fim, os riscos serão reavaliados periodicamente, conforme grau de exposição e maturidade de seus controles internos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Para melhor compreensão da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia, segue organograma resumindo as competências descritas abaixo:

O gerenciamento de riscos da Companhia é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos, com as seguintes competências:

Conselho de Administração:

(a) Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos, bem como a Matriz de Riscos mapeada para a Companhia e/ou suas controladas nos termos previstos na Política de Gerenciamento de Riscos;
(b) Monitorar os Riscos aos quais a Companhia e/ou suas controladas estão expostas, com apoio do Comitê de Auditoria e da Área de Compliance e Assuntos Jurídicos;
(c) Aprovar o nível de disposição a Risco da Companhia e de suas controladas na condução de seus negócios;
(d) Acompanhar e policiar o cumprimento dos parâmetros de Riscos definidos na Política de Gerenciamento de Riscos; e
(e) Conscientizar e cobrar os administradores e colaboradores da Companhia sobre a importância da gestão de Riscos e as responsabilidades inerentes a cada um deles, conforme previstas na Política de Gerenciamento de Riscos e em seus regimentos internos ou políticas próprias, conforme o caso.

Diretoria

(a) Patrocinar a implantação da Política de Gerenciamento de Riscos;
(b) Tomar decisões referentes à Política de Gerenciamento de Riscos que não sejam da alçada do Conselho de Administração;
(c) Gerenciar (identificar, avaliar e tratar) os Riscos inerentes às respectivas atividades conduzidas pela Companhia e suas futuras controladas;
(d) Definir e acompanhar os planos de ação/mitigação para redução da exposição ao Risco, assim como definir o responsável e data da implantação do plano de ação;
(e) Definir a aplicação de medidas corretivas e punitivas no gerenciamento de Riscos, quando necessário;
(f) Informar à Área de Compliance e Assuntos Jurídicos a identificação de novos Riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções;
(g) Reportar os Riscos de seu conhecimento, classificados como críticos e respectivas exposições, para o Conselho de Administração e para o Comitê de Auditoria;
(h) Propor ao Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Auditoria, as edições da Política de Gerenciamento de Riscos, ao Manual de Riscos e alteração do nível de disposição a Risco; e

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(i) Definir as diretrizes e assegurar recursos materiais, bem como sistemas, infraestrutura e governança necessários, para garantir o bom funcionamento e a eficácia do gerenciamento de Riscos.

As atribuições acima estabelecidas, que competem à Diretoria, são desempenhadas prioritariamente pelo Diretor Presidente.

Comitê de Auditoria

(a) Recomendar à Administração as edições da Política de Gerenciamento de Riscos, do Manual de Riscos e o nível de disposição a Riscos e opinar sobre as consultas da Diretoria sobre edições da Política de Gerenciamento de Riscos e do Manual de Riscos;

(b) Monitorar a Área de Compliance e Assuntos Jurídicos no exercício de suas atribuições;

(c) Assegurar que a implementação da Política de Gerenciamento de Riscos pela Área de Compliance e Assuntos Jurídicos reflita os interesses da Companhia;

(d) Monitorar as exposições de Risco da Companhia, a adequação dos planos de mitigação e a eficácia dos controles internos, eventualmente propondo alterações à Área de Compliance e Assuntos Jurídicos e/ou à administração, conforme o caso;

(e) Revisar a eficácia dos processos de controles internos implementados pela Área de Compliance e Assuntos Jurídicos da Companhia, especialmente em áreas com alto potencial de Risco;

(f) Monitorar a adequação dos recursos humanos e financeiros da Companhia e de suas controladas, conforme o caso, destinados ao gerenciamento de Riscos da Companhia e de suas controladas; e

(g) Monitorar e antecipar tendências em temas globais de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, identificando questões críticas que representem Riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem da Companhia e no resultado de curto, médio e longo prazos.

Auditoria Interna

(a) Monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos Riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações;

(b) Fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; e

(c) Consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os Riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de *compliance*) da Companhia ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria. A área de auditoria interna deverá reportar suas atividades ao Comitê de Auditoria e Compliance que, por sua vez, se reportará ao Conselho de Administração;

(d) Reportar suas atividades ao Comitê de Auditoria, que, por sua vez, se reportará ao Conselho de Administração.

Conforme determinado pelo Conselho de Administração, alternativamente à constituição de área própria de Auditoria Interna, a Companhia poderá contratar auditor independente registrado na CVM, responsável por essa função, o qual também estará sujeito aos termos da Política de Gerenciamento de Riscos no exercício de suas atribuições.

Dentre outras funções estabelecidas pela regulação aplicável e atribuídas pelo Conselho de Administração, no que se refere ao acompanhamento e à implementação da Política de Gerenciamento de Riscos, caberá ao responsável pela Auditoria Interna:

(a) Avaliar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional conduzidas pelas áreas internas da Companhia e/ou prestadores de serviços contratados pela Companhia;

(b) Propor medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;

(c) Verificar o cumprimento e a implementação das determinações do Estatuto Social e procedimentos internos da Companhia;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(d) Aferir a adequação dos processos de governança e dos controles internos da Companhia, bem como a efetividade do gerenciamento dos Riscos pela Companhia, seus Administradores e Colaboradores, atuando como terceira linha de defesa nos termos das Diretrizes do COSO;
(e) Aferir a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras;
(f) Apurar denúncias recebidas pelo canal de denúncia, quando acionado, e enviar relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas;
(g) Desenvolver trabalhos de auditoria extraordinária, por demanda do Conselho de Administração ou por sugestão do Comitê de Auditoria;
(h) Elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, bem como o Relatório Anual de Auditoria Interna, conforme aplicável; e
(i) Recomendar a adoção de planos de ação, acompanhar e auditar a sua implementação e a efetividade dos tratamentos propostos.

Área de Compliance e Assuntos Jurídicos
A Área de Compliance e Assuntos Jurídicos é composta por Colaboradores da Companhia responsáveis pelo desempenho das atividades de verificação da conformidade e apoio as demais áreas na gestão e mitigação dos Riscos.

Dentre outras funções estabelecidas pelo Comitê de Auditoria, no que se refere ao acompanhamento e à implementação da Política de Gerenciamento de Riscos, caberá à Área de Compliance e Assuntos Jurídicos:

(a) Auxiliar o desenvolvimento e monitoramento dos controles da primeira linha de defesa (Colaboradores – Gerência);
(b) Facilitar e monitorar a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de Riscos por parte da gerência operacional;
(c) Apoiar as políticas de gestão, bem como definir responsabilidades na gestão das conformidades, além de estabelecer metas para implementação de controles;
(d) Monitorar a adequação e a eficácia dos controles internos, a precisão e a integridade dos reportes, a conformidade com leis e regulamentos e a resolução oportuna de deficiências;
(e) Auxiliar as gerências a desenvolver processos e controles para o melhor gerenciamento dos Riscos;
(f) Orientar sobre processos de gerenciamento de Riscos e controles, de modo a conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de Riscos e a responsabilidade inerente de cada Colaborador;
(g) Alertar a gerência operacional para questões emergentes e para as mudanças no cenário regulatório e de Riscos;
(h) Auxiliar o Comitê de Auditoria no monitoramento da exposição da Companhia a Riscos, bem como na identificação preventiva de Riscos e sugerir medidas para sua prevenção e minimização;
(i) Averiguar o cumprimento das estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração e implementadas pela Diretoria;
(j) Acompanhar as atualizações dos novos temas relativos à conformidade e integridade, à responsabilidade socioambiental, à governança e à responsabilidade corporativa revisando periodicamente os programas antifraude e de conformidade, reportando-se nesse sentido ao Comitê de Auditoria; e
(k) Reportar ao Comitê de Auditoria a apuração de atos de não conformidade e de denúncias de fraude, bem como outros atos que configurem ou possam configurar descumprimento do Código de Conduta e Ética da Companhia.

Proprietário do Risco (*risk owner*)
(a) Identificar, mensurar, avaliar e gerenciar os Riscos que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos, operacionais, financeiros e de *Compliance* da Companhia e/ou de suas controladas;
(b) Avaliar as alterações nos ambientes externos e internos, verificar o impacto nos Riscos sob sua responsabilidade, bem como avaliar a necessidade de planos de ação para garantir seu tratamento;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(c) Buscar aconselhamento do Comitê de Auditoria e/ou da Área de Compliance e Assuntos Jurídicos sobre o tema de gerenciamento de Riscos, sempre que entender necessário;

(d) Manter um efetivo ambiente de controle de Riscos, por meio de abordagens preventivas em relação às atividades desenvolvidas internamente, às atividades terceirizadas relevantes sob sua gestão; bem como em relação aos seus sistemas de informações;

(e) Propor e implantar os planos de ação para endereçamento de Riscos potenciais ou efetivos; e

(f) Participar de reuniões, quando convocado, para reporte de eventos ou potenciais eventos de Risco, dos respectivos desvios em relação a disposição de risco aprovada, e dos respectivos planos de ação de maneira proativa.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos, nos termos previsto em sua Política de Gerenciamento de Riscos, é adequada para o efetivo controle, monitoramento e gestão dos riscos da Companhia, possuindo atribuições definidas e governança estabelecida, com participação da alta administração da Companhia, o que a torna compatível com a complexidade dos produtos e serviços prestados pela Companhia e por suas controladas, com a natureza das operações e a dimensão de exposição a riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente pela Diretoria da Companhia. Entretanto, não há uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado formalizada, uma vez que a Companhia adota práticas que entende suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado. A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de julho de 2021 e descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, a qual traz o processo de gerenciamento de riscos da Companhia de uma maneira geral.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, incluindo:

Não aplicável, pois a Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e ao risco cambial, conforme descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência. A Companhia acredita que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, tais riscos não têm efeito material direto sobre os seus negócios, mas ainda assim realiza seu gerenciamento através de sua Diretoria.

Com relação a Política de Gerenciamento de Riscos, que trata do gerenciamento de riscos da Companhia de uma maneira geral, esta tem por objetivo estabelecer os princípios e parâmetros a serem observados com relação ao processo de o gerenciamento de riscos da Companhia com vistas a identificar, avaliar, priorizar e gerenciar certos eventos que possam ter um efeito significativo sobre atividades da Companhia.

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os principais riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são:

- Câmbio: risco associado à volatilidade do mercado de câmbio, e pode afetar as margens dos projetos desenvolvidos pela Companhia, em virtude do aumento ou redução substancial do preço dos produtos adquiridos em moeda estrangeira, que representam 3% do total adquirido em 30 de junho de 2021.
- Juros: risco associado à volatilidade do mercado de juros. A Companhia possui dívidas indexadas ao CDI, bem como à taxas de juros fixas, porém, as alterações na percepção de risco dos agentes do mercado podem gerar aumento no custo financeiro da dívida, além de dificuldades em possível refinanciamento.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (hedge).

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adota procedimentos específicos para gerenciamento de riscos de mercado.

(v) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, uma vez que na avaliação de seus administradores a Companhia não está exposta a riscos que justificariam operações de tal natureza.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Diretoria da Companhia determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, assim como monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Apesar da Companhia não possuir uma política especifica para tratar dos riscos de mercado, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos, bem como o monitoramento de riscos de mercado pela administração, em especial pela Diretoria , é adequada para o efetivo controle, monitoramento e gestão dos riscos da Companhia e de suas controladas.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia acreditam na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. Ainda, os Diretores não identificaram quaisquer tipos de imperfeições que possam comprometer as demonstrações financeiras da Companhia.

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos que são também refletidos em sua Política de Gerenciamento de Riscos, para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade na elaboração de suas demonstrações financeiras.

Como parte integrante dos mecanismos de Governança Corporativa e Sistema de Integridade, a Área de Compliance e Assuntos Jurídicos e os Comitês de Auditoria e Gestão e Assessoramento atuam de acordo com suas atribuições, identificando oportunidades e propondo a adoção consistente de procedimentos de controle que mitiguem os riscos.

A metodologia de gestão do sistema de controles internos está baseada, mas não se limita, no modelo de estrutura integrada de controles internos, proposta pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). Essa metodologia, amplamente utilizada, relaciona os componentes da estrutura de controles internos aos objetivos e níveis organizacionais, à luz de suas linhas de defesa.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

As áreas envolvidas com os trabalhos de verificação e monitoramento de controles internos são diretamente ligadas ao Conselho de Administração, garantindo a independência de sua atuação. Os riscos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras confiáveis e os procedimentos de gerenciamento desses riscos estão sob responsabilidade da Área de Compliance e Assuntos Jurídicos e do Comitê de Auditoria. Este gerenciamento é feito com o suporte da diretoria financeira e do Diretor Presidente e da Auditoria Interna.

Os controles internos destinados à elaboração de demonstrações confiáveis são avaliados e reportados em relatório elaborado bimestralmente pelo Comitê de Auditoria, posteriormente consolidado em relatório elaborado pela mesma área a partir de todos os relatórios integrantes do primeiro nível do sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia. Com base nesse fluxo de informação incorporado nos relatórios periódicos, o Comitê de Auditoria reporta trimestralmente suas conclusões e sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia, inclusive sobre o risco operacional, ao Conselho de Administração, dando suporte ao monitoramento, à aprovação e revisão das estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia pelo Conselho de Administração.

Para maiores informações sobre as funções e procedimentos do Comitê de Auditoria e da Área de Compliance e Assuntos Jurídicos, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A efetividade dos trabalhos realizados por controles internos é acompanhada e registrada pelo Comitê de Auditoria, coordenado por seus membros e pelo Coordenador do Comitê de Auditoria, pelo Comitê de Gestão e Assessoramento, coordenado por seus membros e pelo Coordenador do Comitê de Gestão e Assessoramento, e pelos Diretores Executivo de Finanças e Relações com Investidores, Presidente e Vice Presidente, sendo monitorada e supervisionada, também, pela Área de Compliance e Assuntos Jurídicos.

Além disso, em relação à supervisão, a Companhia entende que um ambiente de controle efetivo é formado mediante a participação de todos os colaboradores, independentemente de função ou posição hierárquica.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Adicionalmente, todos os gestores têm o papel de disseminar as regras, políticas, e normas do Grupo ISH para seus colaboradores, considerando a transparência e segurança do cumprimento das normas.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SNC/GNA/n° 01/2019, item 7, os Auditores Independentes possuem um prazo de até 60 dias contados da data da emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado neste item. Por esta razão, a Companhia informa que está em processo de obtenção do relatório circunstanciado e que fará a devida divulgação de suas informações por meio deste item, em atenção ao prazo legal.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que o relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente ainda não foi emitido.

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui seu compromisso com a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar as diretrizes que pautam sua atuação corporativa, a Companhia estruturou algumas de suas práticas em seu Código de Conduta Ética, o qual foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de julho de 2021. Essas normas internas voltadas à integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

O Código de Conduta e Ética, que visa conferir coerência e convergência às políticas, normas e procedimentos internos da Companhia e de suas controladas descritos abaixo, integrando contratos de fornecimento de serviços e de materiais, aplicando-se também aos acionistas, administradores e empregados que deverão observá-lo firmando compromisso de ciência e adesão. O conteúdo do Código de Conduta e Ética é revisto e atualizado periodicamente.

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia estão descritos em seu Código, que destaca veemente a intolerância com qualquer prática ilícita ou antiética, como pagamento de suborno, fraude, lavagem de dinheiro, cartel, concorrência desleal, favorecimentos indevidos, entre outros, seja no relacionamento com o poder público ou na esfera dos relacionamentos privados, especialmente no que concerne a atos de corrupção, norteando o desenvolvimento e manutenção de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos ou tentativas de corrupção, sendo aplicável indiscriminadamente a todos os integrantes da Companhia.

A Companhia possui um canal interno para apresentação eventuais denúncias (internas e externas) relacionadas a violações do Código de Conduta e Ética ou de quaisquer leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia.

A Companhia possui as diretrizes internas de integridade, refletidas no Código de Conduta e Ética para adequação aos seus principais riscos:

- **Saúde e a Segurança no Trabalho:** A Companhia zela pela saúde, qualidade de vida e segurança de todos os seus colaboradores. Desta forma, é obrigatória a observância a todos os procedimentos de segurança. Como um cuidado adicional, qualquer situação que possa representar uma ameaça à integridade física de pessoas no ambiente da empresa deverá ser comunicada ao gestor responsável.

- **Política social**: A Companhia respeita todos aqueles que escolheram trabalhar com ela. As pessoas trabalham na Companhia por sua livre e espontânea vontade, observando as normas de segurança do trabalho e respeito mútuo entre os colaboradores. A Companhia não compactua com o uso de mão-de-obra infantil nem trabalhos forçados. A Companhia respeita a dignidade pessoal, a privacidade e os direitos pessoais de todos os seus colaboradores e está comprometida em manter um ambiente de trabalho livre de discriminação e assédio. Neste sentido, os Colaboradores não devem discriminar com base na origem, nacionalidade, religião, raça, sexo, idade ou orientação sexual, ou praticar qualquer tipo de assédio verbal ou físico, com base em algum dos motivos acima citados, ou com base em qualquer outro. Os colaboradores que sentirem que o seu ambiente de trabalho não respeita os princípios acima mencionados são encorajados a relatar as suas preocupações ao Comitê de Ética.

5.4 - Programa de Integridade

- **Transparência**: A Companhia não compactua com a corrupção, formação de cartel, fraudes, lavagem de dinheiro, ilicitudes em licitações e processos concorrenciais e qualquer outro ato contra a Administração Pública, seja por parte de seus empregados, seja por terceiros agindo em seu nome. Os Colaboradores não devem ter qualquer conduta fraudulenta ou desonesta que envolva os bens, os ativos ou os relatórios/demonstrações financeiras e contabilísticas da Companhia ou de quaisquer terceiros. Este tipo de conduta pode conduzir não apenas a sanções disciplinares, mas também resultar em acusações criminais.

- **Participação em licitações**: As normas de conduta para as participações em processos licitatórios devem seguir as seguintes orientações, de forma a mitigar os riscos relacionados: (i) Análise detalhada dos documentos que serão apresentados para participação da Companhia em licitações, com o intuito de mitigar riscos de falsificação ou eventuais fraudes ao processo; (ii) A definição de preços deve seguir rigorosamente parâmetros técnicos pré-estabelecidos, condizentes com política de preços praticado pela instituição em situações semelhantes;(iii) Processos que envolvam atividades de alto risco deverão passar pela aprovação de nível hierárquico elevado ou do Conselho de Ética; (iv) É recomendada a realização de rotatividade de funcionários da empresa que tenham contato com agentes públicos; e (v) Evitar a realização de reunião de um único funcionário da empresa com agentes públicos – preferencialmente realizar a reunião com mais de um agente público presente.

- **Proteção**: Quaisquer informações relacionadas às estratégias de negócio da Companhia e de suas controladas, por estarem ligadas à competitividade das empresas, devem permanecer confidenciais, não podendo ser divulgadas sob qualquer pretexto nem utilizadas para o colaborador obter qualquer tipo de vantagem ou favorecimento pessoal.

- **Pagamento de tributos**: Todos os tributos envolvidos em operações de compra e venda de produtos e/ou serviços deverão ser recolhidos de forma integral e compulsoriamente. Como forma complementar de acompanhamento desses recolhimentos, as certidões negativas dos tributos federais, estaduais e municipais deverão ser emitidas conforme suas datas de validade e arquivadas na área responsável para referências futuras.

- **Contratação de atuais e ex-agentes públicos:** Os atuais ou ex-agentes públicos e pessoas a eles relacionadas não poderão ser contratados sem a comprovação do caráter técnico da escolha, devendo ser obrigatoriamente adotado o período mínimo de 6 meses de quarentena antes de se realizar qualquer contratação. A política da Companhia, da mesma forma que as leis dos locais nos quais opera, proíbem dar dinheiro ou qualquer coisa de valor em troca de favores ou favorecimento pessoal, diretamente ou por intermédio de terceiros, a qualquer agente ou servidor público. Os colaboradores devem estar cientes de que a oferta ou entrega de benefícios impróprios para influenciar a decisão de um terceiro, mesmo se tal terceiro não for um membro do governo ou de qualquer esfera do poder público, pode conduzir não apenas a sanções disciplinares, mas também resultar em acusações criminais. Os benefícios impróprios podem consistir em algo de valor para o terceiro, incluindo contratos de prestação de serviços ou de consultoria para terceiros próximos e relacionados.

5.4 - Programa de Integridade

- **Hospitalidade, brindes e presentes a agentes públicos nacionais e/ou estrangeiros:** O relacionamento com o setor público envolve, com frequência, questões relacionadas a brindes, presentes e hospitalidades, que merecem destaque, pois demandam a adoção de regras e políticas específicas por parte da empresa. Os funcionários da Companhia e de suas controladas devem se atentar que geralmente há regras sobre o valor de brindes que agentes públicos podem receber. Além disso, o oferecimento de presente ou custeio de viagens pode vir a ser utilizado para ocultar o pagamento de vantagens indevidas e a política de integridade da Companhia está adequada para prevenir esse tipo de situação. No que tange a esse tópico, ficam estabelecidas as seguintes regras: Viagens: Convites que envolvam viagens e despesas relacionadas devem ser realizados em clara conexão com o negócio da empresa, seja para promover, demonstrar ou apresentar produtos e serviços ou viabilizar a execução de atuais ou potenciais contratos; é vedado o custeio de viagens pela Companhia. A autorização deverá ser realizada pelo ordenador de despesas do respectivo órgão convidado para a participação na viagem ou evento, mesmo que esteja gozando de período de férias. O custeio das despesas deverá ser realizado pelo convidado ou pelo órgão, em hipótese alguma pela Companhia. Brindes: Está autorizado somente o oferecimento de brindes disponibilizados pela área de Marketing da Companhia. O recebimento de brindes ofertados por parceiros de negócios, cujo valor seja superior a US$ 100, deverão ser submetidos à aprovação do Diretor Estatutário e/ou CEO. Presentes: O oferecimento de presentes somente ocorrerá mediante autorização prévia do CEO, seguindo as alçadas de aprovação previstas no Código de Conduta e Ética.

- **Contratos e registros contábeis:** O estabelecimento de procedimentos rígidos para o registro contábil, seja para movimento de entrada ou de saída, é essencial para identificação de impropriedades. Suborno, assim como outras práticas ilícitas, é geralmente disfarçado contabilmente em pagamentos legítimos como comissões, consultorias, gastos com viagens, bolsas de estudo, entretenimento etc. A organização estabelece controles pertinentes para assegurar o cumprimento da legislação vigente e prevenir a ocorrência de fraudes financeiras e contábeis. Os registros pertinentes são mantidos pelo prazo legal. A Companhia adota como padrão a inclusão dos seguintes procedimentos em seus registros: (i) autorização expressa do diretor da área relacionada à necessidade de contratação de serviços; (ii) pesquisa de preços em, no mínimo, 3 localidades de forma a optar pela compra do menor valor obtido na pesquisa de mercado; (iii) autorização expressa do diretor da área demandante justificando eventual pagamento de valores acima do valor de Mercado; (iv) informações sobre a entrega do produto ou serviço; (v) quando demandado por cliente ou área interna, promove o registro com comentários sobre a qualidade do serviço prestado em comparação ao valor pago, tomando medidas práticas para mitigar nova incidência do mesmo problema.

- **Contratação de terceiros**: Para diminuir as chances de envolvimento da empresa em casos de corrupção ou fraude em licitações e contratos, em função da atuação de terceiros, é importante a adoção de verificações apropriadas para contratação e supervisão de fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, entre outros, principalmente em situações de elevado risco à integridade. Dessa forma, as contratações realizadas pela Companhia serão pautadas pelos padrões descritos abaixo, cujas condutas deverão ser adotadas pelos contratados: (i) comprometimento com a integridade nas relações público-privadas e com as orientações e políticas da Companhia, inclusive com a previsão de aplicação do seu Programa de Integridade, se for o caso; (ii) previsão de rescisão contratual caso a contratada pratique atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira; (iii) pagamento de indenização pelo contratado em caso de responsabilização da empresa contratante por ato do contratado; (iv) verificação se o terceiro está atuando de forma condizente com o acordado em contrato e se não adota comportamentos contrários aos seus valores ou às leis. Além disso a ISH Tecnologia, possui uma unidade de negócio de gerenciamento do relacionamento com os determinados parceiros (fabricantes ou fornecedores) a fim de otimizar o relacionamento com os terceiros e agilizar o processo se eventualmente surgirem problemas com os terceiros ou produtos adquiridos.

5.4 - Programa de Integridade

- **Patrocínios e doações**: Uma empresa comprometida com a integridade nos negócios deve estar atenta para o histórico daqueles que receberão seus financiamentos, patrocínios ou doações, para evitar possíveis associações de sua imagem com fraudes ou corrupção. Para tanto, a Companhia adota os seguintes padrões: (i) o estabelecimento de critérios tanto para a seleção dos destinatários, quanto para acompanhamento dos projetos aprovados; (ii) a adoção de mecanismos para verificar se os valores estão sendo utilizados para fins lícitos aos quais foram inicialmente destinados; e (iii) a verificação de relacionamento entre a instituição beneficiária e agentes públicos, para evitar a utilização dos recursos para ocultar pagamentos ou vantagens indevidas.

- **Atuação na empresa**: É preciso estar atento à circulação de e-mails e de documentos confidenciais, não os deixando expostos na mesa ou na tela do computador e certificando-se de que eles chegarão ao destinatário sem desvios. Senhas e outros códigos de acessos aos sistemas internos são individuais e intransferíveis. A Companhia não permite o seu compartilhamento e considera seu proprietário integralmente responsável por seu uso. Deve-se zelar pelos recursos de mídia e outros dispositivos oferecidos para o desempenho de suas atividades (celular, pen drive, CDs, notebooks e impressoras). A instalação de recursos de mídia e a utilização de dispositivos próprios e/ou não autorizados para o transporte ou transmissão de informações relativas ao trabalho devem ser evitadas. Todo e qualquer evento que coloque em risco a segurança da informação, assim como quaisquer incidentes relacionados, deverão ser comunicados ao Comitê de Segurança da Informação, responsável pela avaliação das Políticas de Segurança da Informação da empresa.

- **Clientes**: A Companhia formaliza o seu compromisso com a cultura da ética e integridade para seus parceiros de negócios e principais fornecedores, com o intuito de engajá-los na luta contra corrupção, fraude, atitudes anticoncorrenciais e outras ilicitudes. Para tanto, exige comprometimento similar de sua cadeia de suprimentos e seus parceiros, conforme classificação de risco e/ou grau de importância, assim como monitora o registro das atividades realizadas.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia adota controles internos para o monitoramento da eficiência de seus procedimentos de verificação de integridade. Participam dessas atividades o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, o Comitê de Gestão e Assessoramento, a Diretoria e a Área de Compliance e Assuntos Jurídicos, conforme estipuladas nas políticas e regimentos internos da Companhia, aprovadas pelo Conselho de Administração.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, seus comitês, a Diretoria, a Auditoria Interna e a Área de Compliance e Assuntos Jurídicos e reportam-se diretamente ao Conselho de Administração.

Considerando apenas o gerenciamento dos riscos de integridade, segue abaixo a descrição das competências de cada um dos órgãos/estruturas envolvidos no processo:

<u>Conselho de Administração</u>:

Analisar os reportes e relatórios encaminhados pelos comitês, comissões e pela Diretoria da Companhia a respeito dos riscos de integridade identificados, definindo as diretrizes a serem observadas para o seu tratamento e mitigação, bem como determinando as providências a serem tomadas pela Diretoria em relação aos fatos e colaboradores envolvidos. Além disso, possui o dever de conscientizar e cobrar os administradores e colaboradores da Companhia sobre a importância da gestão de Riscos e as responsabilidades inerentes a cada um deles, conforme previstas na Política de Gerenciamento de Riscos e em seus regimentos internos ou políticas próprias, conforme o caso.

5.4 - Programa de Integridade

Comitê de Auditoria:

São competências relativas à integridade do Comitê de Auditoria:

(i) avaliar por meio da recepção e tratamento de informações a respeito do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis a Companhia, além de regulamentos e códigos internos, garantindo a proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
(ii) zelar e disseminar o comprometimento da Companhia por uma gestão pautada pelos pilares de governança corporativa, sustentabilidade e ética empresarial, incluindo, mas não se limitando a:
  a) transparência de informações;
  b) equidade;
  c) prestação de contas;
  d) responsabilidade corporativa;
  e) erradicação do trabalho infantil, forçado ou compulsório;
  f) combate às práticas de discriminação, sob quaisquer formas;
  g) prevenção ao assédio moral ou sexual;
  h) valorização da diversidade;
  i) combate a todas as formas de corrupção;
  j) preservação ambiental e gerenciamento de impactos; e
  k) gestão dos riscos corporativos.
(iii) revisar periodicamente, discutir e propor alterações ao Estatuto Social, Regimentos Internos dos comitês de assessoramento, ao Código de Conduta e Ética, assim como a outros documentos, políticas e normas internas da Companhia relacionados à governança, conduta e ética;
(iv) avaliar a efetividade do Código de Conduta e Ética e do canal de denúncias da Companhia;
(v) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, acompanhando e supervisionando o processo de gerenciamento de riscos;
(vi) assegurar a adequação, fortalecimento e funcionamento dos sistemas de controles internos da Companhia, visando reduzir, exterminar e/ou mitigar riscos existentes e prevenir potenciais riscos, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos;
(vii) disseminar a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos na Companhia visando assegurar o estrito cumprimento de todas a leis, normas e regulamentos a ela aplicáveis;
(viii) emitir recomendações sobre situações de potencial conflito de interesses entre partes relacionadas da Companhia quando julgar necessário ou por solicitação do Conselho de Administração.

Comitê de Gestão e Assessoramento:

A competência relativa a integridade do Comitê de Gestão e Assessoramento é:

(i) assessorar na atualização dos instrumentos de gestão, como o Código de Conduta e Ética da Companhia e outros que expressem valores da cultura organizacional da Companhia.

Diretoria:

São competências da Diretoria relativas à integridade:

(i) patrocinar a implantação da Política de Gerenciamento de Riscos;
(ii) tomar decisões referentes à Política de Gerenciamento de Riscos que não sejam da alçada do Conselho de Administração;
(iii) gerenciar (identificar, avaliar e tratar) os Riscos inerentes às respectivas atividades conduzidas pela Companhia e suas futuras controladas;
(iv) definir e acompanhar os planos de ação/mitigação para redução da exposição ao Risco, assim como definir o responsável e data da implantação do plano de ação;

5.4 - Programa de Integridade

(v) definir a aplicação de medidas corretivas e punitivas no gerenciamento de Riscos, quando necessário;
(vi) informar à Área de Compliance e Assuntos Jurídicos a identificação de novos Riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções;
(vii) reportar os Riscos de seu conhecimento, classificados como críticos e respectivas exposições, para o Conselho de Administração e para o Comitê de Auditoria;
(viii) propor ao Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Auditoria, as edições desta Política de Gerenciamento de Riscos, ao Manual de Riscos e alteração do nível de Disposição a Risco; e
(ix) definir as diretrizes e assegurar recursos materiais, bem como sistemas, infraestrutura e governança necessários, para garantir o bom funcionamento e a eficácia do gerenciamento de Riscos.

Área de Compliance & Assuntos Jurídicos:

A Área de Compliance & Assuntos Jurídicos da Companhia é a estrutura criada no organograma como responsável pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. Sua criação foi formalmente aprovada por mensagem da Presidência informando a todos da companhia suas atribuições e funções, relativamente ao Sistema de Integridade. A mencionada área reporta-se diretamente à Presidência da Companhia, garantidas sua independência e atuação por intermédio do seu regimento interno e apoio da alta gestão nas reuniões de Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia, momento em que toda diretoria reitera o seu compromisso com o conteúdo de seus códigos de ética, de conduta e Programa de Integridade.

São competências da Área de Compliance & Assuntos Jurídicos relativas à integridade:

(i) auxiliar o desenvolvimento e monitoramento dos controles da primeira linha de defesa (Colaboradores – Gerência);
(ii) apoiar as políticas de gestão, bem como definir responsabilidades na gestão das conformidades, além de estabelecer metas para implementação de controles;
(iii) monitorar a adequação e a eficácia dos controles internos, a precisão e a integridade dos reportes, a conformidade com leis e regulamentos e a resolução oportuna de deficiências;
(iv) facilitar e monitorar a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos por parte da gerência operacional;
(v) auxiliar as gerências a desenvolver processos e controles para o melhor gerenciamento dos riscos;
(vi) orientar sobre processos de gerenciamento de riscos e controles, de modo a conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente de cada colaborador;
(vii) auxiliar o Comitê de Auditoria no monitoramento da exposição da Companhia a Riscos, bem como na identificação preventiva de Riscos e sugerir medidas para sua prevenção e minimização;
(viii) acompanhar as atualizações dos novos temas relativos à conformidade e integridade, à responsabilidade socioambiental, à governança e à responsabilidade corporativa revisando periodicamente os programas antifraude e de conformidade, reportando-se nesse sentido ao Comitê de Auditoria; e
(ix) reportar ao Comitê de Auditoria a apuração de atos de não conformidade e de denúncias de fraude, bem como outros atos que configurem ou possam configurar descumprimento do Código de Conduta e Ética da Companhia.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A aplicação do Código de Conduta e Ética cabe aos acionistas, executivos em todos os níveis, gestores de contrato, trabalhadores, prestadores de serviços, fornecedores e demais partes. O encaminhamento de qualquer tipo de comunicação relativa ao Código de Conduta e Ética, inclusive sugestões, críticas, dúvidas ou denúncias, deve ser feito livremente por qualquer pessoa através do portal da Companhia, em especial no local reservado para críticas e sugestões, divulgado e destacado no texto de seus códigos.

5.4 - Programa de Integridade

A Companhia organiza revisão do conteúdo dos seus códigos a cada dois anos, ou sempre que um evento relevante possa influenciar nas regras e compromissos legais assumidos. Os conteúdos são disponibilizados em plataforma eletrônica para acesso e consulta a qualquer instante por qualquer colaborador contratado em atividade ou mesmo os recém-contratados. Esses últimos são cadastrados na plataforma e instados a promoverem o treinamento no conteúdo dos códigos e do sistema, bem como passarem por processo de certificação para avaliação do conhecimento do conteúdo dos documentos. O treinamento na plataforma, conhecimento do conteúdo e avaliação do conhecimento faz parte do processo admissional, que somente é considerado apto durante o período de experiência, se o colaborador concluir todo o processo e for aprovado na avaliação conduzida pela plataforma.

Quaisquer violações ao Código Conduta ou às políticas internas da Companhia poderão acarretar ações corretivas contra o infrator. Conforme artigo 482 da CLT, medidas disciplinares, inclusive demissão, podem ser adotadas contra colaboradores que desobedeçam às práticas de ética, conduta e postura empresarial da Companhia ou que, conscientemente, forneçam quaisquer informações falsas, incorretas ou incompletas; ou ainda se omitam diante de quaisquer situações em que deveriam agir de acordo com o código e optem por silenciar-se.

A Companhia espera que seus colaboradores sejam cooperativos em casos em que a empresa decida investigar alegações de desvios ou má conduta ética e empresarial. Além disso, todos devem sempre ser sinceros e estar acessíveis no decorrer dessas investigações. A política de integridade da Companhia prevê o afastamento de membros da alta direção envolvidos em atos de corrupção e fraude contra a administração pública.

Em casos de necessidade de aplicação de sanções, a análise e decisão sobre o processo ficará ao encargo do Conselho de Ética e sua validação será feita pelo CEO. O colaborador deve estar ciente de que as sanções não se limitam às medidas disciplinares estabelecidas no código de ética, podendo ser levadas às esferas competentes, judiciais e/ou administrativas.

O Código de Conduta e Ética foi formalmente aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de julho de 2021 e pode ser consultado no website ri.ish.com.br.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo, se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros, se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados, se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé e órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias:

A Companhia possui um portal específico para receber denúncias ao Código de Conduta e Ética terceirizado, mas monitorado pela Área de Compliance e Assuntos Jurídicos. A realização de denúncias poderá ser feita por qualquer colaborador, parceiro de negócios, ou público em geral, identificados ou não, desde que haja uma conduta contrária ao estabelecido no código de ética. As denúncias deverão ser fundamentadas em fatos e evidências que comprovem a necessidade de abertura de processo investigativo, não devendo ser feitas denúncias que evidenciem situações de desafetos pessoais e situações infundadas.

As denúncias, alegações, suspeitas ou informações que representem eventual ou potencial violação do Código de Ética e Conduta, desvio de conduta, descumprimento de normas internas ou transgressão da legislação e/ou regulamentação aplicável, seja por parte de um colaborador ou terceiro, são direcionadas ao Conselho de Ética por meio dos canais de comunicação disponíveis para essa finalidade, dentre os quais:

- E-mail: grupoish@eticca.com.br
- Telefone do Canal Confidencial: 0800 717 7725. Atendimento de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h.
- Formulário web https://ishtecnologia.eticca.com.br/denuncia

Os canais acima também podem ser utilizados para o esclarecimento de dúvidas relacionadas ao programa de integridade.

5.4 - Programa de Integridade

O processo investigativo obedece aos prazos descritos abaixo, sendo que o prazo máximo será de 45 dias prorrogáveis por igual período, a depender da gravidade do fato.

- Recebimento e análise da denúncia – 7 dias
- Investigação para apuração dos fatos – 15 dias
- Direito de defesa e instrução – 10 dias
- Emissão de parecer final – 7 dias

Os envolvidos nos processos de denúncias, caso haja interesse, poderão acompanhar o andamento da investigação, a qualquer tempo, sob demanda direta ao Conselho de Ética. O acompanhamento de denúncias realizadas por meio do formulário web poderá ser feito com a consulta ao protocolo único divulgado ao denunciante no momento do registro da denúncia. Essa consulta poderá ser realizada diretamente no formulário web, aba "Buscar Andamento da denúncia". Após o cumprimento dessas etapas, os resultados das investigações serão reportados ao CEO. Constatadas irregularidades, a empresa as interromperá prontamente, aplicando a solução adequada.

As denúncias encaminhadas ao portal da plataforma do sistema de integridade da Companhia, se assim o denunciante desejar, podem ser realizadas de forma anônima. A garantia do anonimato dá-se por recurso tecnológico que enumera a denúncia, mesmo com o campo denunciante em branco, permitindo que as respostas sejam direcionadas diretamente ao denunciante por intermédio da caixa postal da plataforma que somente é acessada pelo denunciante. Por intermédio dessa ferramenta é possível a comunicação direta do denunciante com o Conselho de Ética, sem que o mesmo seja identificado. As denúncias que possuem características de anonimato devem ser realizadas com subsídios mínimos que permitam avaliar a veracidade dos fatos narrados, mitigando assim as hipóteses de "picuinhas" ou fatos irrelevantes por pura vingança de participantes, devendo ser pautadas pela boa-fé.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Nos termos do Código de Conduta e Ética, para prevenir a responsabilização por atos lesivos praticados por outra empresa com a qual esteja envolvida em decorrência de processos de fusões, aquisições ou reestruturações societárias, são medidas para verificar se a outra empresa esteve ou está implicada em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, e se ela possui vulnerabilidades que acarretam riscos à integridade:

- Verificações de documentos, livros societários, demonstrações financeiras, validades de licenças e autorizações, processos e procedimentos documentados, pesquisas em bases de dados públicas e na internet, entre outros meios;

- Caso haja incidências de irregularidades e, ainda assim a Companhia decida por seguir o processo de aquisição/fusão, deverá ser verificado se a empresa-alvo sanou os problemas, aplicou sanções disciplinares, reportou à administração pública e cooperou efetivamente com as investigações;

- A Companhia garantirá a extensão do programa de integridade para a nova empresa.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia entende que seus mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao seu porte, riscos correspondentes e ao volume de suas interações com entes públicos e agentes de governo.

5.5 - Alterações significativas

Para mais informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas em decorrência dos impactos causados nas operações da Companhia pela covid-19, bem como as medidas por ela tomadas, veja os itens 4.1, 10.1, 10.2, 10.8 e 10.9 deste Formulário de Referência.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 28 de julho de 2021 a Política de Gerenciamento de Riscos, o Código de Ética e a Política de *Compliance*, conforme detalhada nos itens 5.1 a 5.4 acima e no último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao gerenciamento de riscos de mercado e controles internos da Companhia que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	02/06/2021
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

Em 23 de outubro de 1996, Rodrigo Dessaune fundou a ISH Assessoria e Consultoria em Informática Empresarial e Financeira Ltda., com a missão de prover os serviços de consultoria que as empresas necessitavam para desenvolver projetos que possibilitavam o acesso seguro dessas organizações à Internet, conectando computadores e sistemas à rede, e apoiando na migração de estruturas legadas de mainframe e/ou rede Novell para o novo protocolo de rede da Internet.

Em 25 de outubro de 1996, Armsthon Zanelato e Sergio Teixeira fundaram a Technet Serviços de Informática LTDA. em Cariacica – ES, que viria a se tornar a Integrasys Comércio e Serviços de Informática LTDA. ("Integrasys"). A empresa nasceu com missão similar à da Assessoria e Consultoria em Informática Empresarial e Financeira Ltda., ou seja, apoiar as empresas no caminho da Internet através de serviços de consultoria em Tecnologia da Informação ("TI"). Quase três anos depois, em 28 de janeiro de 1999 altera-se a razão social da ISH Assessoria e Consultoria em Informática Empresarial e Financeira Ltda. para ISH Tecnologia Ltda. ("ISH Tecnologia"), passando esta empresa também a fornecer software de segurança da informação para proteger as redes das empresas dos hackers, na época bastavam um firewall e um antivírus.

Em 10 de abril de 2001, Armsthon Zanelato passa a ser sócio da ISH Tecnologia, tornando a Integrasys uma empresa parte do Grupo ISH. A Integrasys passa a focar em venda de hardware, software e serviços de infraestrutura de rede, e na montagem de Datacenters para empresas, o que no futuro viria a se chamar de Nuvem. Com a expansão de demanda pelas atividades ofertadas pela ISH Tecnologia, em 26 de abril de 2001, abriu sua primeira filial, em São Paulo, no intuito de expandir seu processo de expansão Brasil afora.

Em 2006 a ISH Tecnologia implantou o seu primeiro *Security and Network Operation Center* (SOC/NOC) que marcou o início de uma revolução na história e no futuro da Companhia. Atualmente o ISH Vision MDR (*Managed Detection and Response*) e o ISH Vision SOC *as a service*, principais soluções de serviços de segurança da ISH Tecnologia, tem como base o que foi criado desde 2006, sendo mais de 15 anos de experiência acumulada nestes serviços.

Iniciando um processo de maturidade administrativa e de governança ISH Tecnologia, em 30 de setembro de 2011, os acionistas da ISH Tecnologia resolvem alterar a ISH Tecnologia de empresa LTDA para S/A, que passou desde então a ter seus balanços auditados e contar com maior transparência publicando balanço e prestando contas da companhia. Com o crescimento de suas atividades e com o intuito de satisfazer a demanda de seus clientes, foi inaugurada em 2012, a nova sede da ISH Tecnologia, com infraestrutura de Data Center própria, ou seja, um ambiente projetado para abrigar servidores e outros componentes como sistemas de armazenamento de dados e ativos de rede, tendo toda infraestrutura de energia, refrigeração, rede, segurança e conexões Internet totalmente redundantes em um sistema N+1 que garante disponibilidade de 99,96%.

Em maio de 2018, visando ampliar sua estrutura comercial, João Paulo Barros passa a fazer parte do quadro de acionistas da ISH Tecnologia e assume a posição de Diretor Regional Leste, com objetivo de reforçar a posição da companhia nessa região. Mais tarde também assume cumulativamente uma posição de gestão de estratégia junto ao CEO, de assessoria ao CEO Rodrigo Dessaune.

Com o advento da LGPD, e na mesma linha comercial da Companhia que visa a criação de serviços inovadores que originou o Cyberpass, foi implementada a área de Gestão de Riscos e Compliance da Companhia buscando auxiliar seus clientes com a sua conformidade com as obrigações e disposições da nova regulamentação de proteção de dados pessoais. Também em 2019 a ISH Tecnologia inicia projeto interno de conformidade com a LGPD, iniciando *assessment* em todas as áreas da empresa, contratando consultoria externa especializada para implementação de processos aderentes ao tratamento de dados pessoais conforme parâmetros legais, bem como oferecer canal de respostas ao exercício de direitos do titular de dados. O projeto foi implementado em de agosto de 2021, momento que houve eficácia plena da lei na aplicação de penalidades e atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Em 2019, ocorreu o relançamento do Cyberpass, com novas *features* e nova logomarca para o mercado, desta vez como uma solução integrada de Marketing, BI e *Customer Smart Data*, auxiliando empresas no entendimento da experiência e comportamento de clientes e visitantes, fornecendo acesso Wi-Fi e garantindo a segurança da navegação e a conformidade com as Leis de Privacidade, com as funcionalidades de acesso descomplicado a fim de privilegiar a *user experience* dos seus clientes e visitantes.

6.3 - Breve Histórico

Em setembro de 2019, sempre visando inovar em todos os segmentos de atuação no mercado, Allan Costa passa a fazer parte do quadro de acionistas e executivos da companhia, criou a área de inovação e alianças, responsável por assegurar que a ISH Tecnologia possa se manter estrategicamente sempre um passo à frente do mercado, antecipando tendências e adotando soluções que sejam convergentes com as melhores práticas em cibersegurança. O diferencial competitivo dessa mudança foi o de construir alianças com parceiros relevantes do mercado, como a Forcepoint, McAfee, RSA, Securonix, Sentinel One, Tenable, dentre outras, fomentando práticas inovadoras de gestão para tornar a organização cada vez mais ágil, enxuta e conectada com as tendências de ponta.

Em 2020 a ISH Tecnologia renovou sua identidade de marketing através da criação de um novo logo, na cor azul, fortalecendo sua identidade visual e reforçando sua missão de garantir a continuidade do sucesso de seus negócios, contribuindo para um mundo digital mais seguro e acessível para todas as organizações. A partir de então, a marca ISH se colocou na linha de frente, cuidando do que mais importa para as empresas, com o objetivo de proteger o futuro dos negócios do país, tornando-o mais íntegro e confiável. O objetivo era ampliar o conhecimento da marca ISH no Brasil nos mercados-foco, com base nos valores da ética, inovação, paixão, qualidade, visão e orgulho. Neste mesmo ano, a ISH Tecnologia passou a figurar entre as 30 maiores empresas MSSP – Managed Security Service Provider do mundo, de acordo com a lista das 250 maiores MSSP publicadas pela MSSPAlert.

Mais um exemplo das iniciativas de inovação da companhia é o lançamento pelo ISH Labs, em maio de 2021, de uma Plataforma de Segurança denominada Mantis, produto de DRP – Digital Risk Protection (proteção de riscos digitais), segmento que se encontra no início da curva de crescimento e desenvolvimento de mercado, de acordo com o Gartner, com um enorme espaço de mercado a ser construído e ocupado, cujo lançamento teve sucesso absoluto com dezenas de contratos assinados já no primeiro mês de comercialização.

Finalmente, em 2021 o Grupo ISH passou por uma reorganização societária, na qual, em 2 de junho de 2021, foi constituída a ISH Tech S.A., holding que será detentora de 100% do capital social da ISH Tecnologia e Integrasys. O organograma abaixo identifica o grupo econômico da Companhia em momento anterior à sua constituição e em 2 de junho de 2021, após a reorganização societária do grupo econômico da Companhia e de suas controladas, ainda sujeita a condição suspensiva. Para mais informações da reorganização societária da Companhia e de suas controladas, vide seção 15.7 deste Formulário de Referência.

Fonte: Companhia

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário e Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao gerenciamento de riscos de mercado e controles internos da Companhia que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Apresentamos abaixo as informações das principais atividades desenvolvidas pela Companhia, por meio de suas subsidiárias ISH Tecnologia S.A. e à Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. **Para fins da leitura deste item 7.1, qualquer menção à Companhia e a controladas da Companhia deve ser entendida como menção ao resultado da combinação de negócios por meio da reorganização societária que se operará sob condição suspensiva conforme descrita no item 15.7 deste Formulário de Referência.**

Visão Geral

Reconhecida como a empresa brasileira mais bem posicionada no ranking da MSSP Alerts[1], a Companhia, por meio de suas controladas, é uma das maiores empresas de cibersegurança do país e da América Latina, atuando com clientes dos mais diversos ramos, incluindo varejo, fintechs, instituições financeiras, saúde, educação, indústria, entre outros. Apesar de não fazer parte da estratégia principal de crescimento da Companhia, ela também oferece serviços de cibersegurança ao setor público.

Sediada em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, a Companhia e suas futuras controladas contam com infraestrutura de Data Center própria em Vitória e outros 9 escritórios operacionais regionais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Goiânia, Recife e Fort Lauderdale, na Flórida, Estados Unidos. A Companhia, por meio de suas controladas, está no mercado há 25 anos e atualmente conta com um robusto time de engenheiros e analistas, com mais de 490 colaboradores, atendendo a aproximadamente 500 clientes e com mais de 1 milhão de ativos gerenciados. Nos últimos 12 meses findos em 30 de junho de 2021, a Companhia registrou R$388 milhões em *bookings*[2], totalizando R$257 milhões em receita líquida e um crescimento médio anual (CAGR) entre 2019 e 2020 superior a 43%, com mais de 85% das receitas sendo recorrentes.

Além de um time qualificado e experiente, com mais de 490 colaboradores engajados na operação, a Companhia e suas futuras controladas possuem tecnologia proprietária certificada, com mais de 40 parcerias de sucesso no negócio.

Infográfico de destaques da Companhia

Fonte: Companhia

Nota: informações até junho/2021, referentes às operações combinadas da ISH Tecnologia S.A. e da Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., subsidiárias da ISH Tech S.A. (Companhia criada em 2 de junho de 2021)

---

[1] Ranking cuja metodologia avalia, dentre outros pontos, a receita e a rentabilidade do negócio. Disponível em: https://www.msspalert.com/top250/list-2020/23/

[2] *bookings* são os contratos fechados celebrados pela Companhia ou suas controladas, ou seja, quando um cliente assina um contrato, o valor total do contrato – valor inicial, mais valor mensal, vezes o número de meses do contrato – é somado ao total de *bookings* ou vendas da Companhia ou de suas controladas nos últimos doze meses (UDM)

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Entende-se que a segurança não se vale de um método único, mas sim um processo dinâmico e ágil. Por isso, um ambiente, para ser considerado seguro, precisa ser analisado e monitorado de modo contínuo e ininterrupto, por meio de operações cibernéticas, integração cibernética e avaliação do risco cibernético. Devido a isso, a fim de manter a qualidade de sua operação, a Companhia, por meio de suas controladas, foca em um posicionamento estratégico, o qual entende ser único e bem definido em cibersegurança no Brasil, guiado por alguns pilares-chave:

- Possuir reconhecimento internacional, se posicionando ao lado de gigantes multinacionais (listada no ranking internacional das *250 Top Managed Security Service Providers*)[3].
- Possuir modelo de negócios que entende ser inovador, associando uma filosofia de MSSP (*Managed Security Services Provider*), com entrega de MDR (Monitoramento, detecção e Resposta), a uma plataforma proprietária desenvolvida pela Companhia que permite encapsular soluções em um único produto, sempre entregue como serviço.
- Uma história de 25 anos desde a fundação da ISH Tecnologia, com o desenvolvimento da Companhia totalmente fomentado com recursos próprios, sem recorrer a investidores externos, apenas na receita das primeiras vendas e linhas de financiamento, preservando apenas os sócios fundadores como acionistas
- Possuir presença já estabelecida no Brasil, bem como planos de expansão para América Latina e EUA.
- Possuir um time robusto de mais de 490 colaboradores especializados pela própria companhia
- Ser desenvolvedor de soluções de cibersegurança nacional, com o centro de inovação tecnológica ISH LABS.

O *core* de suas atividades inclui serviços avançados de segurança cibernética voltados a prover proteção, sustentação e detecção de ameaças, respostas a incidentes e gestão de risco dos clientes, por meio da plataforma ISH Vision.

Ainda, a Companhia, por meio de suas controladas, possui um pipeline robusto de produtos e soluções complementares ao seu *core business*, alavancados em mais de 25 anos de histórico. A trajetória da Companhia, por meio de suas controladas, se divide em 4 períodos. Inicialmente, entre 1996 e 2005, a ISH Tecnologia operava com um modelo de Revendedor de Valor Agregado (VAR - Value Added Reseller) com canais de venda direto e atendendo grandes companhias. No segundo momento de sua atuação, a partir de meados de 2005, a ISH Tecnologia passa a oferecer também serviços gerenciados de segurança. Na terceira fase da operação da ISH Tecnologia, entre 2013 e 2020, começa a oferecer soluções de Segurança como Serviço (SECaaS), somando ofertas de MSS, MDR e Centro de Operações de Segurança como serviço (*SOC as a service*), com canais de venda que incluem distribuidores. A partir de 2020, a ISH Tecnologia entra em sua quarta fase de operação, com soluções SECaaS escaláveis, e adiciona Provedores de Serviços de Segurança Gerenciados (MSSPs) aos canais de venda e as pequenas e médias empresas (PMEs) ao mercado focal, tal como representado na imagem abaixo.

[3] Top 250 MSSPs for 2020: Companies 30 to 21https://www.msspalert.com/top250/list-2020/23/

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia, por meio de suas controladas, possui atuação focada e especializada, com soluções flexíveis, adaptáveis, sofisticadas e que empregam customização. Em 30 de junho de 2021, aproximadamente 70% dos *bookings* (que são a soma do valor total dos contratos fechados com clientes finais em um determinado período) são relativos à soluções de cibersegurança, decorrentes de contratos do ISH Vision, plataforma responsável pelos produtos (próprios e de terceiros) e serviços de cibersegurança. O percentual restante, de aproximadamente 30% dos *bookings*, são de soluções complementares de infraestrutura de tecnologia da informação e armazenamento e processamento de dados em nuvem de forma segura através da plataforma ISH Secure Cloud.

Por entender que cada cliente possui desafios únicos, a estratégia da Companhia e de suas controladas na utilização dos módulos disponíveis na plataforma ISH Vision é implementar camadas de segurança sob medida, mitigando os riscos com soluções integradas, simples, modernas e que aplicam tecnologia de vanguarda. As soluções para suporte aos negócios da Companhia e de suas controladas garantem disponibilidade, segurança e performance, pois tratam-se de tecnologias de fácil usabilidade, para que seus clientes tenham acesso aos dados e sistemas de maneira segura e controlada.

Vantagens Competitivas

A Companhia e suas futuras controladas acreditam que as seguintes vantagens competitivas as diferenciam de seus concorrentes e contribuem para seu sucesso:

Portfolio completo e inovador

As soluções da Companhia e de suas controladas suportam negócios por meio de um portfólio completo de soluções para proteção, integridade, desempenho e disponibilidade – Tudo com um *modelo As a Service*. Ao todo, são 6 principais verticais de operação:

- Integração cibernética: implantação de soluções para proteção integrada de redes, nuvem, aplicações, dados e plataformas, fornecidas no modelo de subscrição de assinatura de terceiros *(Partner SaaS* – Software como serviços de parceiros) adicionados dos serviços da Companhia e de suas controladas.
- Sustentação cibernética: serviços gerenciados de cibersegurança (MSS), incluindo monitoramento, operação e suporte de ferramentas de segurança realizados de forma remota por meio de um centro de operações de segurança (SOC).
- Operação cibernéticas: serviços gerenciados de detecção e resposta de incidentes de cibersegurança (MDR), com monitoramento 24x7 de redes, dispositivos, aplicações e ambiente de nuvem.
- Identidade cibernética: serviço de gestão de acesso ao ciclo de vida do usuário, ou seja, a gestão da identidade digital de um usuário dentro de um ambiente corporativo, da criação à gestão dos acessos, até a exclusão do usuário.
- Risco cibernético: serviços que visam permitir que uma organização possa identificar as ações necessárias para mitigar, evitar, transferir ou aceitar riscos cibernéticos e, assim aumentar a probabilidade de a organização alcançar seus objetivos estratégicos. Dentre esses serviços, é possível citar o *Vision Privacy Office* que alinha as necessidades de negócios do cliente com os requisitos legais de privacidade, possibilitando que a organização alcance seus objetivos de forma segura visando ao respeito da Lei Geral de Proteção de Dados, e o Mantis DRP que visa monitorar riscos cibernéticos na internet que possam causar algum impacto na empresa de forma direta ou indireta – como organização de ataques cibernéticos contra o cliente, grupos criminosos comprando e vendendo dados confidenciais ou até mesmo uso da marca do cliente de forma fraudulenta, com o intuito de roubar dados e informações confidenciais.
- Soluções complementares: são ferramentas de terceiros ativadas no serviço de nuvem da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar que empresas de diversos tamanhos e segmentos possam ter acesso a tecnologias de ponta e referência global com preços mais competitivos e pagamento *as-a-service* (soluções como serviço). Nesta estratégia, quanto maior o número de contratos ativados no serviço de nuvem, menor o custo mensal, permitindo redução de custo de acordo com a quantidade de licenciamento adquirido. Dessa forma, a redução de custo da Companhia e de suas controladas possibilitada por ganho de escala de terceiro diminui o custo para o cliente final da Companhia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Companhia

Infraestrutura Própria

A Companhia, por meio de suas controladas, possui 3 data centers, sendo 1 próprio em Vitória – ES e 2 *colocation* (disponibilização de infraestrutura para hospedar servidores de clientes em um data center alugado) em datacenters em São Paulo, 3 estruturas de Centro de Operações de Segurança (SOC – Security Operations Center), sendo 2 em Vitória – ES e 1 em São Paulo e 1 estrutura de NOC (NOC – Network Operation Center) em Vitória.

O Data Center da Companhia fornece a infraestrutura que seus clientes necessitam para instalar e hospedar seus equipamentos em um local seguro e com as melhores práticas de infraestrutura e gerenciamentos de recursos, preservando, assim, investimentos já realizados. Para que os clientes possam operar seus equipamentos e aplicações são fornecidos recursos, tais como:

- Rack
- Energia elétrica redundante
- Conectividade
- Sistema de segurança
- Monitoramento 24x7x365 da infraestrutura
- Refrigeração de precisão
- Serviços de nuvem
- Geradores redundantes
- No-Breaks redundantes
- Sistema de detecção e combate a incêndio nos data center
- Internet e sistema de telecomunicações com dupla abordagem

As ofertas de SOC/NOC e Serviços Gerenciados de Data Center permitem que os clientes concentrem esforços em seus negócios, transferindo parcial ou totalmente a operação do seu ambiente de TI para a estrutura do ISH Data Center. O portfólio de serviços SOC/NOC e serviços gerenciados contempla:

- SOC – Centro de segurança da informação
- NOC – Centro de operações e redes
- Monitoramento e administração de rede, segurança da informação e sistemas de armazenamento
- Suporte avançado para TI
- Análise e testes de segurança (Pen Test)
- Outsourcing de TI

Os SOCs e o NOC da Companhia são distribuídos em 3 cidades, com operação e redundância 24 horas por dia, 7 dias por semana, atendendo a mais de 200 clientes, resolvendo mais de 120.000 incidentes nos 12 meses a contar de 30 de junho de 2020 e relatando 97% (noventa e sete por cento) de satisfação dos novos clientes no período findo em 30 de junho de 2021, conforme dados da Companhia baseados no *health score*. A Companhia e suas futuras controladas monitoram atualmente 50 bilhões de eventos por mês oriundos das redes de seus clientes. Tal volume permite a extração de tendências e inteligência de ameaças que auxiliam na melhoria contínua da qualidade dos serviços.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia acredita ser, por meio de suas controladas, a maior empresa de capital 100% nacional de serviços de cibersegurança, conforme publicação da MSSP Alert de 2020, que listou as 250 maiores empresas de serviços de cibersegurança do mundo. Ainda, a Companhia, por meio de suas controladas, acredita estar presente em todo o país e em todas as verticais de negócio, contando com centros de operação de segurança (SOC) distribuídos, sendo que os dois principais se encontram em duas capitais separadas por quase 1000 quilômetros de distância (São Paulo e Vitória), mitigando o risco de que seus clientes fiquem desamparados em caso de catástrofe.

ISH Vision

Além das soluções próprias, a Companhia e suas futuras controladas integram dezenas de soluções de parceiros em uma única plataforma, o ISH Vision, que é ofertada ao cliente na modalidade de serviço. Com isso, o cliente tem maior segurança em suas operações e pode focar seus esforços em seu respectivo *core business*. O modelo permite que a Companhia e suas futuras controladas substituam gradualmente tecnologias de parceiros nos contratos correntes, evitando impactos ao cliente, que enxergam a Companhia e suas futuras controladas como provedoras do serviço, e não como meros provedores de determinada tecnologia.

O ISH Vision associa inteligência de processos, negócios e tecnologia robusta, além de ser apoiada por profissionais altamente capacitados que fazem a gestão de vulnerabilidades e de incidentes capazes de prejudicar os sistemas dos clientes da Companhia e de suas controladas, prestando serviços avançados de conformidade e segurança da informação voltados a prover visibilidade, gestão e proteção da infraestrutura de tecnologia da informação dos seus usuários, configurando uma oferta chamada pelo mercado de "*one stop shop*", onde o cliente encontra, em uma única plataforma, solução virtual para diferentes desafios no campo da cibersegurança.

Dessa forma, quando um cliente sofre alguma tentativa de ataque cibernético, a plataforma ISH Vision detecta e responde ao ataque antes que o mesmo possa causar danos ao usuário final. Após garantir que o serviço de segurança necessário seja realizado, o Portal Vision consolida os principais indicadores das soluções e torna a entrega mais tangível e a deixa da forma mais simplificada possível para o cliente.

Fonte: Companhia

O conhecimento da equipe de Inteligência de Ameaças, que pesquisa e coleta informações de modo contínuo, é usado para o aprendizado da Inteligência Artificial (IA). O resultado é um Serviço de Detecção e Resposta do ISH Vision que elimina o problema de alertas falsos positivos ou falsos negativos, promovendo resposta rápida e específica para a realidade da organização.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A plataforma ISH Vision foi construída a partir de uma grade de inteligência com sólida expertise, somando mais de 14 anos de experiência em SOC e mais de 200 especialistas em segurança cibernética. Ao todo, são 3 centros de operações de segurança com mais de 10 mil incidentes resolvidos, em média por mês. Com, em média, 4 mil horas por mês de automação e 500 mil bloqueios de ataques por dia, a plataforma possui uma inteligência de violação com pelo menos 100 mil horas de resposta a ataques.

O ISH Vision traz o benefício de um efeito rede para a Companhia e suas futuras controladas, que parte da atração de mais clientes, permitindo a captação de mais dados e, consequentemente, a redução no tempo de resposta aos incidentes, com mais automação e menor necessidade de capital humano.

ISH Labs

Dentre as soluções inovadoras da Companhia e de suas controladas, destaca-se o ISH Labs, que visa desenvolver soluções de propriedade intelectual 100% detida por elas. Este funciona em modelo de startup, no qual cada produto tem seu grupo de trabalho com desenvolvedores, gerentes de projetos, suporte, além de um *head* de produto (*team leader*).

O ISH Labs é um centro de inovação tecnológica que usa como alavanca o conhecimento gerado pelo que a Companhia e suas futuras controladas acreditam ser o maior provedor de serviços de cibersegurança do Brasil e por tendências internacionais de mercado, para criar soluções no mesmo ritmo que novos riscos cibernéticos surgem, produzindo crescimento por meio da inovação e entregando continuamente produtos de vanguarda para os clientes. Caracteriza-se como um laboratório de inovação e desenvolvimento de produtos que viabiliza a adoção de práticas de *open innovation*, ou inovação aberta em português, e consiste em uma forma de inovação mais colaborativa e diversificada, com adoção de metodologias ágeis e desenvolvimento de novos produtos de cibersegurança para compor o portfólio de ofertas do ISH Vision, bem como produtos com potencial de posicionamento independente no mercado.

Para atingir este objetivo, o ISH Labs utiliza métodos modernos de desenvolvimento ágil, que permeiam toda a sua organização, com foco na experiência do usuário, na experimentação e na validação antecipada de hipóteses de negócios, permitindo melhorias iterativas, flexibilidade e respostas rápidas para as necessidades do mercado. O processo de ideações do ISH Labs inicia-se pelo funil de estudos de demandas tecnológicas nacionais e internacionais de mercado. Nesta etapa são avaliadas, por time de profissionais altamente qualificados, a relevância da solução que seria proposta perante os clientes, a aderência ao ecossistema de produtos e serviços da Companhia e de suas controladas, a possibilidade de alavancar tal produto usando vantagens competitivas já pertencentes a Companhia e suas futuras controladas e finalmente os diferenciais competitivos que o novo produto em si possui.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Identificados os requisitos descritos acima, o *time to Market* da Companhia e de suas controladas, ou seja, todo o processo de desenvolvimento, busca o MMP (*minimum marketable product*) que varia de 6 a 12 meses para que tais vantagens sejam exploradas o mais rápido possível. Após esse prazo, entende-se que, no mercado cada vez mais volátil, podem surgir novas variáveis que aumentariam a incerteza dos projetos.

A estratégia do ISH Labs busca adaptabilidade e agilidade para antecipar as disrupções do mercado. O objetivo é ter a Companhia e suas futuras controladas em uma posição favorável de exploração de *green fields* ao invés de desenvolver soluções ou modelos de negócios já dominados por outros *players* e que teriam um custo de oportunidade mais alto.

Para cumprir com seu propósito, o ISH Labs alia de forma inteligente a leveza de uma *startup* com a expertise de um time robusto de especialistas em cibersegurança, em uma estrutura orgânica, concebida para otimizar a criação e sustentação dos seus produtos e com inovação em seu DNA. Como produto final, o ISH Labs garante que o melhor produto possível esteja indo para o mercado, com o seu marketing trabalhado e seus parâmetros comerciais definidos, proporcionando uma entrega de valor acelerada, em que o time atua no desenvolvimento usando o *framework* ágil, que é um conjunto de padrões de organização e fluxo de trabalho para implementar práticas ágeis em escala corporativa, mais adequado ao produto que estiver sendo produzido.

Companhia bem posicionada em um mercado latente

A Companhia, por meio de suas controladas, atua em um mercado endereçável, que significa o tamanho potencial de receita proporcionada por determinada atividade, em tendência de expansão. Os danos causados pelo cibercrime globalmente atingiram US$ 6 trilhões em 2020, conforme o Global Risk Report do World Economic Forum (Insight Report)[4]. A violação de dados para companhias atingidas pelo cibercrime causa riscos reputacionais para todos os *stakeholders,* bem como pode causar perdas de dados proprietários, de propriedade intelectual, financeiras e de clientes, e ainda os sujeita a riscos legais e regulatórios. Ou seja, os riscos decorrentes do cibercrime impactam significativamente as empresas, que buscam soluções para tais problemas, oferecidas pela Companhia e suas futuras controladas.

No Brasil, o mercado local de cibersegurança também é relevante e está em crescimento, podendo ser observado pelo número crescente de incidentes registrados pela Companhia e por suas controladas. Entre o terceiro trimestre de 2020 e junho de 2021 houve aumento de 49% na quantidade registrada de incidentes. A Companhia e suas futuras controladas têm reduzido constantemente o tempo de resposta a incidentes, passando de uma média de 41 minutos observada no terceiro trimestre de 2020, para apenas 15 minutos no segundo trimestre de 2021, representando uma melhoria no desempenho do atendimento de 63%. Quanto mais incidentes são analisados, mais dados e inteligência a Companhia e suas futuras controladas geram e, portanto, se tornam mais assertivas em suas respostas, reforçando o efeito rede.

Fonte: Companhia

[4] http://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risk_Report_2020.pdf

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia contabiliza que os gastos com soluções em cibersegurança no primeiro semestre de 2021 ultrapassaram R$16,4 bilhões, com CAGR de mais de 4,7% desde 2018, conforme pesquisa realizada pela área de inteligência de mercado da Companhia e de suas controladas. Desses gastos, a Companhia acredita que somente os gastos com serviços de cibersegurança ultrapassaram R$8,7 bilhões no primeiro semestre de 2021, com crescimento de 33% em soluções de segurança para nuvem desde 2018, conforme levantamentos internos da Companhia e das suas controladas. Neste mercado em desenvolvimento, a Companhia e suas futuras controladas vêm realizando investimentos em novos produtos, nas áreas de risco cibernético, com a evolução da plataforma de Proteção de Riscos Digitais MANTIS, lançada pela ISH Tecnologia em maio de 2021, do ISH Vision SOC Portal (OWL) plataforma de gerenciamento do SOC "*as a service*", que é um centro de operações de segurança, lançada em junho de 2021, do ISH Box lançado em 2016, dentre outras.

Com um portfólio completo de serviços, a Companhia e suas futuras controladas atendem à crescente demanda e observam certas tendências no consumo. A maior necessidade de serviços e soluções em cibersegurança que a Companhia vem constatando decorre de:

- digitalização e *e-commerce*;
- consolidação de contratos (clientes desejam ter ponto focal para prover múltiplas soluções);
- regulações, como a Lei Geral de Proteção de Dados;
- necessidade de ciberprivacidade;
- migração passiva para nuvem;
- aumento de conscientização cibernética da sociedade; e
- complexidade de soluções, que trazem consigo maiores necessidades de segurança: cloud, IoT, SaaS, Home Office.

Reconhecimento de mercado

Neste cenário, a Companhia e suas futuras controladas vêm conseguindo cada vez mais reconhecimento de mercado, melhorando a presença de sua marca e a percepção de seu portfólio. Um dos exemplos desse reconhecimento veio da ISG, que é um instituto de pesquisa de mercado em tecnologia com sede na França e que realiza avaliações de mercado em todo o planeta. Um dos relatórios publicados anualmente é o ISG Provider Lens para o mercado de cibersegurança e, de acordo com o relatório de 2020, a ISH Tecnologia se posicionava como líder, no Brasil, nos segmentos de Serviços de Segurança Técnica e Serviços Gerenciados de Segurança, além de ser um relevante *Challenger* na categoria de Serviços de Segurança Estratégica. Já no relatório de 2021, a ISH Tecnologia aparece como líder nos três quadrantes, figurando como a primeira do Brasil em todos eles.

A seguir, são descritas as categorias avaliadas pelo ISG Provider Lens:

- Serviços de Segurança Estratégica: São os serviços estratégicos de segurança e cobrem principalmente consultoria para soluções de segurança de TI. Este quadrante examina empresas de consultoria que podem ajudar os clientes a melhorar suas práticas de GRC (Governance Risk and Compliance, risco de governança e compliance). Esses avaliadores são independentes e podem avaliar as soluções dos fornecedores que melhor atendem às necessidades de um cliente, sendo que escopo de consultoria estratégica pode incluir avaliações de vulnerabilidade e hackers éticos para testar os recursos de defesa e resposta de um cliente. Alterações nos processos de negócios, treinamento do usuário, conscientização sobre segurança, preparação para auditoria e certificação são comuns entre as opções de serviço disponíveis, sendo que as empresas de consultoria que equilibram os recursos tecnológicos com expertise em governança de negócios, riscos e conformidade, obtêm uma classificação melhor neste quadrante. Dentro deste quadrante de serviços, a ISH Tecnologia se posiciona com os serviços de identidade cibernética e de risco cibernético da plataforma ISH Vision.

  Critérios de elegibilidade:

  - demonstrar experiência em consultoria de segurança de TI sobre soluções de segurança para empresas no Brasil
  - a empresa deve ser independente de fornecedor para fornecer avaliações imparciais
  - a capacidade técnica do provedor de realizar avaliações de vulnerabilidade, como testes de intrusão e hackers éticos, deve ser equilibrada com sua expertise em consultoria de negócios.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- Serviços de Segurança Técnica: Os serviços técnicos de segurança cobrem integração, manutenção e suporte para soluções de segurança de TI. Este quadrante examina os provedores de serviços que não estão focados exclusivamente em seus respectivos produtos proprietários e que podem implementar e integrar soluções de fornecedores. Dentro deste quadrante de serviços, a ISH Tecnologia se posiciona com os serviços de integração cibernética, infraestrutura e nuvem segura da plataforma ISH Vision.

  Critérios de elegibilidade (a ISH Tecnologia, como líder do ISG, atende todos os critérios do instituto):

  - demonstrar experiência na implementação de soluções de segurança para empresas no Brasil;
  - ser autorizado pelos fornecedores a distribuir e dar suporte a soluções de segurança;
  - especialistas certificados devem prestar suporte a suas tecnologias de segurança; e
  - idealmente, o provedor deve ser membro de associações de segurança.

- Serviços Gerenciados de Segurança (MSS): os serviços gerenciados de segurança compreendem as operações e o gerenciamento de infraestruturas de segurança de TI para um ou vários clientes por um SOC. Os serviços típicos incluem monitoramento de segurança, análise de comportamento, detecção de acesso não autorizado, aconselhamento sobre medidas de prevenção, teste de penetração (*pen-test*), operações de firewall, operações de antivírus, serviços de operação de IAM (*Identity and Access Management*, ou gerenciamento de acesso e identidade) e operações de DLP (*Data Loss Prevention,* ou prevenção de perda de dados), para fornecer proteção contínua em tempo real, sem comprometer o desempenho dos negócios. Este quadrante examina os provedores de serviços que não se concentram exclusivamente em produtos proprietários, mas que podem gerenciar e operar as melhores ferramentas de segurança, e avalia a capacidade de um provedor de serviços de fornecer serviços de gerenciamento contínuos para grandes clientes corporativos. Esses grandes clientes geralmente têm operações em vários países, formando uma ampla rede com um grande número de terminais que precisam ser protegidos. Eles são os alvos preferenciais para hackers e violações de dados devido ao valor de seus ativos e à sua capacidade financeira. Esse grupo também inclui bancos, serviços financeiros, organizações de seguros e assistência à saúde e outras empresas que precisam cumprir regulamentos estritos. Para apoiar esse seleto grupo de empresas, os provedores de serviços são proficientes em muitas ferramentas de segurança, incluindo ferramentas de identificação de ameaças de qualidade. Eles podem lidar com todo o ciclo de vida de incidentes de segurança, desde a identificação até a resolução. Dentro deste quadrante de serviços, a ISH Tecnologia se posiciona com os serviços de sustentação e operação cibernética da plataforma ISH Vision.

  Critérios de elegibilidade (a ISH e suas controladas, como líder do ISG, atende todos os critérios do instituto):

  - capacidade de fornecer serviços de segurança, como detecção e prevenção, (SIEM- Security information and event management), consultoria de segurança e suporte à auditoria, remotamente ou no local do cliente
  - possuir acreditações de fornecedores de ferramentas de segurança
  - os SOCs devem idealmente pertencer e ser gerenciados pelo provedor e não predominantemente pelos parceiros
  - manter pessoal com certificações de segurança, como CISSP, CISM, GIAC etc.

A Companhia, por meio de suas controladas, é o único competidor independente em cibersegurança no Brasil e que figura como líder nos 3 quadrantes apontados no relatório, com operação focada e especializada, além de ter capacidade de execução por meio de uma infraestrutura de última geração e de um portfólio completo de produtos e soluções, sendo reconhecida com a tríplice certificação: ISO 9001, ISO 20.000 e ISSO 27.001 e mais de 40 alianças tecnológicas com fabricantes líderes mundiais em tecnologias de cibersegurança, infraestrutura e nuvens seguras. No ranking das 250 principais provedoras de serviços de segurança gerenciados do mundo, publicado pela MSSP Alert, a ISH Tecnologia ocupa a 27ª posição. Além disso, o corpo técnico da Companhia, por meio de suas controladas, possui mais de 1.000 certificações técnicas reconhecidas pelo mercado.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: ISG Provider Lens - Cyber Security - Solutions & Services Brasil 2021 – agosto de 2021.

Comprometida com seus valores e princípios, a base de seu trabalho é o que chama de tríade de segurança: pessoas, processos e produtos, sendo o mais relevante as pessoas, que agregam inteligência e experiência às atividades da Companhia e de suas controladas. Isso quer dizer que a Companhia enxerga as ferramentas sob a lente da inovação. A tecnologia é um componente essencial, por isso, o modo de usá-la a favor da segurança está em permanente revisão na Companhia e em suas controladas. Da mesma forma que busca inovação, a Companhia e suas futuras controladas investem em profissionais especializados. Essa combinação de talentos, tecnologia e experiência em proteger é o que o cliente recebe, com um nível de serviço personalizado que considera o papel e o momento de cada empresa.

A Companhia e suas futuras controladas oferecem a cada um de seus clientes um completo portfólio de produtos em nuvem segura, com rede e sistemas integrados, e aplicações para qualquer dispositivo, completado por processos contínuos e integrados que garantem a qualidade do serviço, passando por etapas que vão desde a coleta da informação, passando por análise e elaboração de relatórios, até a notificação por e-mail, telefone ou via sistema. Tudo isso é possível graças ao time completo e experiente em operação, oferecendo segurança 24/7.

A Companhia e suas futuras controladas acreditam que suas equipes de gestão e técnica estabeleceram uma reputação favorável no mercado de cibersegurança e constroem fortes parcerias com empresas internacionais de primeira linha do setor, desenvolvendo uma vasta rede de relacionamentos corporativos e adquirindo profundo conhecimento dos fundamentos econômicos e do ambiente regulatório dos segmentos em que atuam.

Administração da Companhia

A Companhia e suas futuras controladas são geridas pelos seus acionistas controladores, que além de atuarem como executivos na operação do dia a dia, sendo executivos com ampla vivência profissional e característica complementares, eram os únicos acionistas da Companhia até a realização da oferta, seguindo uma abordagem totalmente "mão na massa".

O CEO da Companhia e membro do Conselho de Administração, Rodrigo Dessaune, foi emancipado aos 16 anos para abrir sua primeira empresa. Desde então, teve negócios na área de granito, atuou como gestor de tecnologia no Sebrae do Espírito Santo e em 1996 fundou a ISH Tecnologia. Possui vasta experiência no setor de cibersegurança e consagrou sua formação acadêmica em engenharia e administração nas melhores faculdades do país, dentre elas a Universidade Federal do Espírito Santo, FAESA e EBAP/FGV.

O Diretor Vice-Presidente, Allan Costa, possui formação nacional e internacional, em faculdades como Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade de Lancaster no Reino Unido, Harvard Business School, nos Estados Unidos e cursos na Universidade de Milão, na Itália. Possui mais de 30 anos de atuação em tecnologia, inovação e cibersegurança e é autor de livros publicados nos Estados Unidos e no Brasil, além de palestrante de renome internacional, com mais de 1.000 palestras realizadas ao redor do mundo.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O Presidente do Conselho de Administração, Amsthon Zanelato, juntou-se a ISH Tecnologia em 1997 e é formado em Engenharia Civil e pós-graduado em redes de computadores pela Universidade Federal do Espírito Santo, além de possuir MBA pela Fundação Getúlio Vargas, possuindo mais de 32 anos de atuação na indústria de tecnologia e cibersegurança.

João Paulo Barros, Presidente do Comitê de Gestão e Assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, formado em ciência da computação pela faculdade FASE em Vitória, com curso superior técnico e pós graduação, começou a atuar na ISH Tecnologia em 2007 como pré-vendas, sendo o primeiro profissional da empresa a atuar exclusivamente na função de Engenheiro de vendas. Em fevereiro de 2011 tornou-se Gerente Regional de Vendas permanecendo nessa função até se tornar Diretor Comercial em janeiro de 2016.

Para mais informações dos acionistas controladores e administradores da Companhia, vide seção 15 deste Formulário de Referência.

O fator humano da segurança da informação

As melhores soluções de segurança não podem ser medidas pela tecnologia que utilizam, mas pelo quanto facilitam a vida das pessoas. Assim, a Companhia e suas futuras controladas acreditam que empresas não são todas iguais e o que as tornam tão singulares são as pessoas que as compõem e quando essas pessoas estão em um ambiente protegido, podem trabalhar de forma mais tranquila e produtiva. Por isso, entendem que segurança é, antes de tudo, um olhar atento ao ser humano. Para compreender ameaças no mundo virtual é preciso considerar como o usuário pensa, se comporta e tem experiências. Na Companhia e em suas controladas, essa lógica está por trás de tudo o que é criado.

São aplicados centenas de projetos todos os anos, somando mais de 1 milhão de ativos protegidos pelas soluções da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2021. Seu time técnico altamente qualificado, sua base de inteligência própria e seu laboratório de inovação possibilitaram que a Companhia e de suas controladas solucionassem 67.320 incidentes de segurança entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2021.

A Companhia e suas futuras controladas crescem mais de 30% por ano em *bookings,* desde 2018, procurando sempre aprimorar o desenvolvimento de seus produtos próprios, com suas tecnologias proprietárias, e investir nos seus serviços e colaboradores responsáveis pelo desenvolvimento de tais soluções próprias. Tudo para oferecer as ferramentas certas e ajudar as empresas a crescerem em um mundo digital mais seguro e acessível para todas as organizações.

ISH Academy e demais treinamentos

A Companhia e suas futuras controladas estão desenvolvendo uma unidade formal de treinamento em tecnologia para seus colaboradores, por meio do programa ISH Academy, visando ampliar sua atratividade de jovens estudantes e sua capacidade de multiplicar o conhecimento por meio de uma estrutura formal e profissional de disseminação de conhecimento, com treinamentos de *hard skills* e *soft skills*, com profissionais altamente qualificados, tendo como objetivo o desenvolvimento de novos profissionais que sejam capazes de atuar a curto e médio prazo em empresas. Com o robusto processo de formação de profissionais de cibersegurança, por meio do ISH Academy, a Companhia e suas futuras controladas irão formar profissionais com a cultura ISH, buscando manter estes talentos na Companhia e de suas controladas pelo maior tempo possível.

Os candidatos elegíveis ao programa de formação da ISH Academy serão estudantes cursando os últimos períodos de qualquer curso de tecnologia da informação no país, sem ser exigido conhecimento prévio na área. Ao completarem um ciclo de formação de cerca de 1 ano, os estagiários poderão ser efetivados como analistas de cibersegurança em uma das várias unidades de negócio da Companhia ou de suas controladas. De três em três meses novos profissionais serão inseridos no programa criando uma esteira de formação constante, e para reter os profissionais formados, todos serão submetidos a uma política de investimento, onde precisam permanecer um período mínimo de 3 anos na Companhia ou em suas controladas. Ao final do programa os jovens que concluírem com aproveitamento mínimo poderão assumir vagas dentro da Companhia ou de suas controladas, se disponíveis, e com isso suprir a necessidade de mão de obra especializada, além de poder construir uma carreira sólida na Companhia ou em suas controladas. Nas próximas turmas serão contemplados estudantes de outras regiões do Brasil, em especial onde a Companhia, por meio de suas controladas mantém escritórios operacionais regionais.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Apenas entre 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2021 foram subsidiadas mais de 200 capacitações técnicas distribuídas entre cursos, treinamentos, workshops e certificações para os colaboradores. Sempre pensando no desenvolvimento de seus colaboradores e na manutenção de seus profissionais estratégicos dentro da Companhia, desenvolveu-se uma nova estrutura dentro da área de "gente e gestão", denominada *People Analytics*, para aplicar inteligência artificial a todos os dados de gente e gestão da empresa. A área mantém informações estratégicas sobre o nível de satisfação de seus colaboradores e principais talentos, quem são seus pares nos principais concorrentes da Companhia e de seus controladas, quais seus níveis de receptividade para aceitar uma nova proposta de trabalho, em quais localidades no Brasil a Companhia e suas futuras controladas possuem mais facilidade de contratação, qual o valor médio estimado de salário e benefícios dos concorrentes, dentre outros, gerando um direcionamento estratégico e cirúrgico no momento da contratação e da retenção de seus colaboradores.

Programa de retenção de talentos

Há quase 8 anos, a ISH Tecnologia deixou de ser uma empresa integradora de tecnologia, em que os fatores de sucesso eram a própria tecnologia e os fabricantes, e passou a ser uma empresa de prestação de serviços customizados de cibersegurança e infraestrutura em tecnologia da informação, com a missão de tornar o mundo digital mais seguro e acessível para as organizações, em que as pessoas passaram a ser o principal fator de sucesso da empresa.

O plano de retenção de talentos é baseado nas principais práticas de mercado e também nas necessidades dos colaboradores, identificadas através da pesquisa do prestador de serviços *Great Place to Work*, nas entrevistas de desligamento, e também na percepção da liderança e da equipe de Recursos Humanos, que acompanha o dia a dia dos colaboradores na Companhia e em suas controladas.

Na pesquisa realizada pelo Great Place to Work em 04 de abril de 2021, foi questionado o principal motivo para permanência dos colaboradores na Companhia e em suas controladas e as respostas foram (por percentual de respondentes):

Programa de desenvolvimento de líderes

A Companhia e suas futuras controladas criaram o programa de desenvolvimento de líderes, realizado em conjunto com uma empresa de consultoria privada, como uma das saídas do processo de *assessment* no Redesenho da Estrutura Organizacional e do Modelo de Gestão da Companhia e de suas controladas, tendo como objetivo potencializar a liderança da Companhia e de suas controladas por meio do desenvolvimento de competências essenciais para um líder diante dessa nova estrutura definida. O programa está dividido em quatro etapas:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- Encontros com Gerentes: Etapa composta por diversos encontros on-line, conduzidos por consultores especializados, nos quais são abordados temas diversos, identificados por meio do *assessment*, como pontos de desenvolvimento coletivo da liderança da Companhia e de suas controladas, tais como ferramentas gerenciais, comunicação, gestão de pessoas, gestão de conflitos, entre outros.

- Encontros com CEO e Diretores: Esta frente também é conduzida por consultores especializados, sendo composta por encontros coletivos on-line em conjunto com o CEO e todos os Diretores para tratar de temas específicos relacionados ao papel de alta liderança. São realizados encontros individuais dos líderes em desenvolvimento, com cada um dos Diretores e CEO a fim de acompanhá-los de forma mais próxima na evolução dessas competências e do sumário do *assessment* de sua diretoria.

- Road of skills: Alguns líderes da Companhia e de suas controladas foram selecionados pela Diretoria para fazer um programa de desenvolvimento mais profundo com a empresa de consultoria, denominado *Road of Skill*, ou seja, uma solução educacional online para o desenvolvimento do profissional do futuro, para os potenciais líderes da Companhia e de suas controladas. O programa consiste em uma experiência de alto valor para o indivíduo e para a empresa, possibilitando que profissionais de diversos perfis alcancem sua máxima performance.

  Mentoria de Gente e Gestão: A mentoria é realizada por consultores de empresa especializada, em conjunto com a liderança do time de recursos humanos da Companhia e de suas controladas, tendo por objetivo oferecer orientações na construção de planos estratégicos e integrados de gestão de pessoas, por exemplo, *workforce planning*, cultura, gestão da mudança, jornada do colaborador, dentre outros.

Estratégias

A companhia identifica diversas avenidas de crescimento para os próximos anos, as quais estão inseridas como base da sua estratégia de aceleração do crescimento. Para a expansão de suas operações, a Companhia e suas futuras controladas olham para estratégia de crescimento orgânico, com oportunidades de *cross-sell e up-sell*, expansão das vendas por canal, expansão geográfica, exploração de tendências de mercado como IoT e Nuvem, além do desenvolvimento de novos produtos e potenciais oportunidades de M&A que podem auxiliar em muitas das frentes propostas, com a vantagem da redução de *time-to-market*.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Crescimento Orgânico

Hoje, no grupo das mil maiores empresas do Brasil, conforme relatório Valor1000 a Companhia e suas futuras controladas atendem a cerca de 8% delas, sendo que o restante não está necessariamente atendido por soluções robustas de cibersegurança (o que é comprovado pelos ataques cibernéticos sucessivos a grandes empresas brasileiras), restando possível um vasto mercado para novos clientes. Além disso, a Companhia e suas futuras controladas também estão em processo de desenvolvimento de produtos, conforme demonstrado acima, para criar ofertas em outras camadas do mercado de empresas de médio porte a partir de 100 usuários de TI. Devido à crescente complexidade dos ambientes de cibersegurança e ao surgimento de novas necessidades ligadas a ciber privacidade e à LGPD, a Companhia e suas futuras controladas identificam a possibilidade de aceleração de *up-sell* e *cross-sell* nos atuais clientes, devido à modularidade das soluções existentes – como o ISH Vision – e a possibilidade de agregar novos módulos e funcionalidades com extrema velocidade, tornando possível criar novas ofertas com agilidade suficiente para capturar as novas oportunidades de mercado antes da concorrência.

Expansão Geográfica

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía uma presença geográfica nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, com sua sede em Vitória – ES, escritórios operacionais em São Paulo – SP, Brasília – DF, Belo Horizonte – MG, Goiás – GO, Rio de Janeiro – RJ e Curitiba – PR e um escritório operacional internacional em Fort Laudardale, nos Estados Unidos da América. A Companhia e suas futuras controladas possuem diversos clientes que atuam na América Latina, incluindo na Argentina, Chile e Colômbia e nos Estados Unidos da América. Seu reconhecimento internacional a faz ser posicionada ao lado de grandes empresas multinacionais do setor de cibersegurança, conforme mostrou a MSSP.

Ainda assim, a Companhia e suas futuras controladas enxergam uma imensa oportunidade de crescimento por meio da expansão geográfica, com a abertura/implantação de novos escritórios em centros estratégicos no Brasil onde a Companhia e suas futuras controladas hoje não possuem filiais, apenas clientes (i.e. Porto Alegre, Fortaleza e Manaus) e em países da América Latina com grande mercado potencial sub-atendido, incluindo países nos quais a Companhia já oferta seus produtos e serviços a clientes nacionais que possuem atuação internacional (i.e. Argentina e Chile).

Além da América Latina, a Companhia estuda novos mercados, sem planejamento concreto no momento, mas nos quais acredita que poderia ter bom potencial de atração de clientes como Estados Unidos da América. A forte demanda de serviços de cibersegurança e a escassez de recursos humanos capacitados em algumas regiões, além do elevado custo de contratação e retenção de profissionais, possibilitam uma atuação para outros países a partir do Brasil e de bases locais.

Desenvolvimento de Novos Produtos

Trata-se de uma das principais avenidas do crescimento futuro pretendido para a Companhia e suas futuras controladas, à medida em que permite a ampliação e o incremento da competitividade das ofertas e cria "pequenas startups" dentro da própria Companhia e de suas controladas, com o desenvolvimento de produtos que podem ter vida própria e ser comercializados via amplas redes de distribuição e canais. São soluções inovadoras e complementares aos serviços e produtos atuais da Companhia e de suas controladas, a saber:

- Mantis – Digital Risk Protection: O Mantis é um produto proprietário desenvolvido no ISH Labs que faz proteção de riscos digitais, sendo parte dos serviços de risco cibernético da plataforma ISH Vision, realizando monitoramento contínuo em superfície, *deep* e *dark web*, identificando dados vazados, menções a marcas e pessoas relevantes em organizações e reportando o que encontra de maneira ágil para que a resposta adequada possa ser dada. Ele explora um segmento novo de mercado em cibersegurança chamado de proteção de riscos digitais. De acordo com o Instituto de Pesquisa Gartner, trata-se de uma tecnologia que se encontra na fase de *gatilho de inovação*, acarretando interesse de clientes com demanda reprimida para essa tecnologia, e da imprensa, o que gera publicidade significativa. Lançado em 1º de maio 2021, no primeiro mês de operação bateu a meta de vendas para o trimestre. É um produto que é utilizado como um dos módulos do ISH Vision, que já foi desenvolvido em português, inglês e espanhol pensando na expansão internacional do produto por distribuidores e canais de distribuição.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- SIEM/SOAR (Security Information and Event Manager / Security Orchestration Automation Response): o SIEM é um software base de qualquer oferta de serviço de MDR (Monitoramento, Detecção e Resposta), estando na base do ISH Vision. É uma solução que monitora tudo que acontece na rede, nas instalações e nos ativos dos clientes e identifica comportamentos ou eventos anômalos, classificados como incidentes. É o primeiro passo de qualquer estratégia de ciberdefesa efetiva, originando as ações de respostas a incidentes. A Companhia e suas futuras controladas estão desenvolvendo um SIEM proprietário, para substituir SIEM de parceiros tecnológicos estrangeiros em parte de sua base de clientes, que possuem custo em dólar, para gerar aumento de escalabilidade, pois a Companhia e suas futuras controladas poderão configurá-la e ofertá-la de diferentes formas. Ainda, isto viabiliza a criação de ofertas para parcelas do mercado que hoje não são atendidas – como o mercado de PMEs (Pequenas e Medias Empresas) – em função do elevado custo das ofertas existentes de MSSP (managed security service provider, ou provedor de serviços de segurança gerenciado). Ter uma solução própria precificada em real permite reduzir o custo de insumos envolvidos na criação dessas ofertas e, portanto, torna viável criar produtos com ticket médio menor, além de possibilitar um aumento de margem operacional na base de contratos existente.

- Vision Portal (Gestão de Indicadores de Segurança): o Vision Portal pode ser compreendido como uma solução que permite realizar a gestão consolidada de todas as soluções de cibersegurança dos clientes da Companhia e/ou de suas controladas, agregando os dados de todas as plataformas para permitir uma visão do gestor de conformidade, gestor de contratos e o gestor de cibersegurança. No Vision Portal são condensadas as visões estratégicas, táticas e operacionais que sumarizam para os clientes da Companhia e de suas controladas o status da segurança de seus negócios sob sua gestão. É uma forma do cliente entender como e porque está seguro através dos nossos serviços gerenciados de segurança da Plataforma ISH VISION. Assim como no SIEM, a Companhia estima que o desenvolvimento e evolução do Vision Portal trará maior rentabilidade, maior ganho de escala, e redução de custos com consequente criação de ofertas para públicos hoje não atendidos.

- BAS (Breach Attack Simulator): O BAS é uma ferramenta que realiza de forma constante e automatizada teste de invasão nas instalações dos clientes, auferindo efetividade e a assertividade das estratégias de defesa em uso. A exemplo do Mantis, esse é um produto que se encontra no início da sua curva de maturidade no mundo de cibersegurança, possuindo potencial de ganho de mercado e será um módulo da oferta do ISH Vision, desenvolvido em português, inglês e espanhol.

- ISH Box (Virtual Private Network, Firewall e SD-WAN): o ISH Box já existe atualmente como plataforma de VPN e está em desenvolvimento para se tornar um produto vendido como plataforma em nuvem que levará para o público de pequenas e médias empresas uma oferta padronizada e de fácil implementação de VPN, Firewall e SD-WAN "all-in-one". Com a conclusão do projeto do ISH Box, será possível acessar o mercado de SMB com uma oferta consistente e diferenciada da concorrência pelo seu custo em real, pela sua simplicidade de operação e facilidade de implementação.

- Hermes (cybersecurity awareness and training solution): um dos pontos mais fracos na equação de cibersegurança necessária para assegurar proteção de ameaças digitais efetiva é o elemento humano. O Brasil carece de uma rápida evolução no que o mercado chama de *cybersecurity awareness*, ou conscientização cibernética, nas organizações. Isso só será atingido com treinamento e capacitação constantes, e esse aspecto abriu uma avenida de oportunidades para treinamento. O Hermes será o produto da ISH Tecnologia para endereçar essa necessidade das empresas de contarem com uma solução integrada de formação e treinamento dos seus colaboradores em consciência cibernética.

Novos Canais

Nos últimos anos a Companhia e suas futuras controladas habilitaram canais relevantes no mercado, como a Scansource, para a venda de produtos próprios como o Cyberpass, e a Algar Telecom, com milhares de clientes em sua carteira. A partir do aprendizado obtido nessas iniciativas, a Companhia e suas futuras controladas enxergam a oportunidade de ampliar sensivelmente os canais de distribuição de produtos e serviços, não apenas no Brasil, mas potencialmente para outros países da América Latina, ampliando o percentual de receita originado de vendas por meio desses canais. No mês de junho de 2021 foi estabelecido o primeiro canal de parceria do ISH Vision com a Algar Telecom para ampliação do seu portfólio de soluções de segurança da informação, inicialmente com oferta do produto "Vision MEDR– *Managed Endpoint Detection and Response*" para sua carteira de clientes corporativos utilizando seu time de vendas e marketing.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Crescimento Inorgânico (M&A)

O mercado de cibersegurança no Brasil é altamente fragmentado. A Companhia e suas futuras controladas enxergam inúmeras oportunidades de crescimento por meio de aquisições de novas empresas, já tendo um pipeline de empresas em avaliação com cerca de 600 alvos mapeados e cerca de 90 empresas que estão em estágio avançado de análise para eventual negociação futura. A estratégia de crescimento inorgânico é assessorada pela empresa de consultoria financeira Ártica Participações e Assessoria Financeira Ltda., que auxilia neste mapeamento e desenvolvimento das estratégias de M&A da Companhia. A base da tese de aquisições é buscar alvos que tragam expansão geográfica com consistente base de clientes nessas localidades ou que incorporem tecnologias que possam acelerar o ciclo de desenvolvimento de novos produtos.

Nesse sentido, a Companhia e suas futuras controladas pretendem alavancar ainda mais sua experiência operacional e técnica por meio da aquisição de outras empresas do setor. Dentre seus pilares de estratégia para M&As está a aquisição de empresas com tecnologias e produtos complementares aos seus atuais, com alto *cross-selling* e *up-selling* (SaaS, IoT, inteligência artificial, educação de cibersegurança, *machine learning*, *data Science* e *big data*), empresas que auxiliem na sua expansão geográfica, principalmente em estados selecionados do Brasil e na América Latina, e empresas que proporcionem aquisição de clientes e retenção de talentos, ou seja, competidores com base de clientes e colaboradores complementares e receitas recorrentes.

A Companhia e suas futuras controladas seguem pilares estratégicos de M&A que olham para três possibilidades diferentes: aquisições focadas em expansão de tecnologia e produtos complementares, expansão geográfica ou aquisição de clientes e talentos. Ao todo, em junho de 2021, são 600 ativos em verificação, dos quais 42 se encontram em fase de negociação.

Fonte: Companhia

Exploração de tendências de mercado como Privacidade, IoT e Nuvem

A chegada da LGPD ao Brasil e o aumento da preocupação da sociedade com as questões ligadas à privacidade vêm colocando crescente pressão nas empresas que de alguma forma armazenam ou utilizam dados de clientes. Na área de IoT, a Companhia e suas futuras controladas visam dispositivos conectados na vida cotidiana, sendo que cada um desses dispositivos será uma porta de acesso para informações pessoais e corporativas e, portanto, precisarão de proteção. A aceleração da transformação digital, em grande parte impulsionada pela pandemia da covid-19, também acelerou a migração das empresas para a nuvem, o que gera inúmeras oportunidades a partir do momento em que a utilização da nuvem pelas corporações torna o seu perímetro de proteção indefinido e aumenta a necessidade de implementar soluções robustas de proteção digital para assegurar a integridade e a disponibilidade das informações armazenadas na nuvem. A Companhia e suas futuras controladas já possuem ofertas em cada uma dessas vertentes de crescimento e pretendem ampliá-las, tentando se posicionar como líder no fornecimento de soluções específicas para cada uma delas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Principais Informações Operacionais e Financeiras

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

Dados Financeiros e Operacionais

	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Em R$ mil, exceto %s	**2021**	**2020**	**2020**	**2019**	**2018**
Bookings(1)	180.994	152.091	359.330	228.787	193.401
Receita líquida	131.375	97.040	223.263	156.042	120.324
Lucro bruto	44.504	32.223	69.876	52.595	48.189
Lucro líquido	9.308	4.255	7.098	2.877	5.404
Margem líquida	7,1%	4,4%	3,2%	1,8%	4,5%
EBITDA Ajustado(2)(3)	26.624	16.437	33.051	25.874	28.004
Margem EBITDA Ajustado (%)	20,3%	16,9%	14,8%	16,6%	23,3%

(1) Bookings se referem ao preço total dos produtos e serviços fornecidos em um contrato pela ISH aos seus clientes. O valor total de bookings de um determinado período se refere ao valor total de todos os contratos vendidos durante o período.
(2) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pelo Grupo ISH e consiste no lucro líquido ajustado pela despesa financeira líquida, pelo imposto de renda e contribuição social, pelos custos e despesas de depreciação e amortização e por despesas com serviços de consultoria. O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS e não representa os fluxos de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro líquido, indicador de desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente do Grupo ISH. Para reconciliação do lucro líquido para o EBITDA Ajustado, vide seção 3.9 deste Formulário de Referência.
(3) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das operações de arrendamento (IFRS 16/CPC 06 (R2)) emitidas pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção desta norma e, por isso, algumas informações financeiras não são comparáveis com os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Desta forma, o EBITDA Ajustado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram impactados pela adoção do IFRS16/CPC 06 (R2) e, consequentemente, não é comparável aos valores apresentados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Pela análise da tabela acima, é possível concluir que a Companhia, por meio de suas controladas, cresceu mais de 30% por ano em *bookings*, desde 2018. No entendimento da Companhia, este fato decorre da procura pelas melhores alianças tecnológicas e por oferecer as ferramentas certas e ajudar as empresas a operarem em com segurança e acessibilidade.

Prêmios e certificações

Abaixo seguem os principais prêmios e certificações recebidos pela Companhia ou por suas controladas:

- 2004 A ISH Tecnologia foi certificada em ISO 9001, que garante a conformidade da Companhia com as normas do sistema de gestão da qualidade (SGQ) de reconhecimento internacional.
- 2011 A ISH Tecnologia obteve novas certificações: ISO 20000 e ISO 27001. A ISO 20000 foi a primeira norma editada pela ISO sobre gestão de qualidade e boas práticas de serviços de TI e a ISO 27001 garante um padrão de gestão da segurança da informação.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- 2012 A ISH Tecnologia figurou pela primeira vez no ranking: As Pequenas e Médias Empresas que Mais Crescem no Brasil – 2012, publicado pela revista EXAME.

- 2013 **Março**: A ISH Tecnologia foi premiada como Aruba Networks Latin America Partner of the Year 2013 e também foi premiada Aruba Networks Latin America Partner of the Year 2013.

- 2014 A ISH Tecnologia foi listada como "As Pequenas e Médias Empresas que Mais Crescem no Brasil – 2014" pela revista Exame.

- 2015 A ISH Tecnologia foi premiada como SYMANTEC Latin America & Caribbean Partner Of Year 2015.

- 2018 A ISH Tecnologia é incluída no ranking das 250 maiores empresas MSSP (Managed Security Service Provider) do mundo na posição 27ª segundo a publicação da MSSP Alert.

- 2019 **Julho**: A ISH Tecnologia recebeu o selo Certigov – Certificação de Compliance e Melhores Práticas de Vendas ao Governo pela Certigov.

  Outubro: A ISH Tecnologia volta a figurar no ranking das 250 maiores empresas MSSP (Managed Security Service Provider) do mundo, na 33ª posição, segundo a publicação da MSSP Alert.

- 2020 **Abril**: A ISH Tecnologia recebeu o selo *"Great Place to Work"* pela empresa Great Place to Work.

  Agosto: A ISH Tecnologia foi destaque no ISG Provider Lens Cyber Security – Solutions & Services – Brazil de 2020.

  Setembro: A ISH Tecnologia figura na lista das 250 maiores empresas MSSP do mundo na posição 27º, sendo o 1º lugar entre as empresas brasileiras presentes no ranking internacional, publicado pela MSSP Alert.

Eventos Recentes – Impactos da Pandemia da Covid-19 nas Atividades da Companhia e de suas controladas

Ainda que a Companhia e suas futuras controladas tenham sido afetadas pela pandemia decorrente da covid-19 e tenham tido que migrar parte adicional de sua equipe de colaboradores para o regime de home office, se adaptaram positivamente ao trabalho a distância e mantiveram seu nível de crescimento de receita acima de 30% em 2020. A Companhia e suas futuras controladas acreditam que esse crescimento foi incentivado positivamente pela implementação de trabalho a distância pelos seus clientes, o que gerou a demanda de produtos e serviços adicionais de cibersegurança.

Pelas atividades da Companhia e de suas controladas se enquadrarem como atividades essenciais, nos termos do art. 3, inciso XXIII do Decreto 10.282, de 20 de março de 2020, mantiveram as suas atividades, prestação de serviços e oferta de seus produtos neste período e os impactos econômicos e sociais da pandemia da covid-19 afetam e poderão afetar a Companhia e suas futuras controladas no cenário macro, considerando a economia nacional. Apesar de ser considerada uma atividade essencial, a Companhia e suas futuras controladas facultaram aos seus funcionários a possibilidade de trabalho remoto, o que foi aderido pela maioria de seus colaboradores, e minimizou a possibilidade de contaminação de seus funcionários.

Além de facultar a instituição de trabalho remoto para os colabores que assim o desejassem, a Companhia e suas futuras controladas adotaram todas as medidas de sanitização e higienização dos ambientes em suas sedes físicas, distanciamento social entre os locais de trabalho, e uso obrigatório de máscaras desde o início da pandemia, fazendo com que a covid-19 não representasse um impacto financeiro ou social no ambiente corporativo e de convivência da Companhia e de suas controladas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Desta forma, a Companhia e suas futuras controladas entendem que por prestarem um serviço essencial aos seus clientes, não houve impacto financeiro negativo relevante em suas atividades em função da pandemia da covid-19.

Eventos Subsequentes das Demonstrações Financeirações

Reestruturação societária

Em 02 de junho de 2021, foi constituída a Companhia, com sede em Vitória-ES e com o objetivo de atuar como holding da ISH Tecnologia S.A. e da Integrasys. Em 02 de junho de 2021 foi realizado o aporte de capital no montante de R$ 1 mil na ISH Tech pelos seus acionistas. O organograma abaixo demonstra o grupo econômico da Companhia e de suas controladas no após a reestruturação societária.

Operações de mútuos junto a acionistas e partes relacionadas

Em 29 de junho de 2021, a ISH Tecnologia S.A. recebeu o valor de R$ 5.713 mil, referente à quitação do mútuo existente com a Enseada Empreend imentos Imobiliários Ltda.

Em 30 de junho de 2021, os acionistas da Companhia firmaram contratos de mútuo junto à ISH Tecnologia e Integrasys no valor total de R$12.521 mil, com remuneração de 0,37% ao mês acrescida da variação do CDI. Os contratos preveem ainda a compensação dos valores mutuados com futuros créditos que venham a ser detidos pelos acionistas em face das empresas do Grupo assim como a destinação de forma prioritária por parte dos acionistas do fruto de futuras vendas de participação societária das empresas do Grupo à restituição do valor do mútuo.

Em 30 de junho de 2021, os acionistas da Companhia firmaram instrumento particular de confissão de dívida junto à ISH Tecnologia e Integrasys no montante de R$6.894 mil, dos quais R$6.800 mil encontravam-se em aberto como valores a receber dos acionistas em 31 de dezembro de 2020, sem juros remuneratórios. A maior parte dos valores em questão foram repassados aos acionistas a título de antecipação de lucros durante o ano de 2020, mas que ao encerramento das respectivas demonstrações contábeis, os devedores acabaram por perceber dividendos superiores aos finais, que não vieram a se concretizar. Os instrumentos de confissão de dívida preveem ainda a compensação dos valores devidos com futuros créditos que venham a ser detidos pelos acionistas em face das empresas do Grupo assim como a destinação de forma prioritária por parte dos acionistas do fruto de futuras vendas de participação societária das empresas do Grupo à restituição do valor da dívida.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, pois a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

Não aplicável, pois a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, pois a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

Conforme descrito no item 10.9 deste Formulário de Referência, a Companhia, foi constituída em 02 de junho de 2021 e não possuía atividades próprias nos três últimos exercícios sociais, bem como não possui atividades no exercício social corrente. Imediatamente após a consumação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar a ISH Tecnologia e a Integrasys, consequentemente, passará a consolidar seus resultados.

Para mais informações sobre (i) as demonstrações contábeis combinadas do Grupo ISH, vide item 3.9 e (ii) a reorganização societária que resultará na incorporação da ISH Tecnologia e da Integrasys pela Companhia, vide item 15.7 e 15.8 deste Formulário de Referência.

As atividades da ISH Tecnologia e da Integrasys são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações contábeis: (i) cibersegurança: Serviços avançados de conformidade e segurança da informação voltados a prover visibilidade, gestão e proteção da infraestrutura de tecnologia da informação dos clientes; (ii) infraestrutura: Serviços de infraestrutura de TI segura que visam arquitetar, planejar e implantar infraestruturas de TI complexas tendo como premissas a disponibilidade, o desempenho e a integridade; (iii) nuvem ("cloud services"): Serviço de computação em nuvem e terceirização de Data Center, para otimizar os recursos de processamento de servidores, plataforma de aplicações e armazenamento de dados de forma segura, escalável e sob demanda.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A Companhia encontrava-se em fase pré-operacional em 30 de junho e por isso não possuía receita líquida nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício corrente.

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia encontrava-se em fase pré-operacional em 30 de junho e por isso não possuía receita líquida nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício corrente.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

As soluções para suporte aos negócios da Companhia e de suas controladas garantem proteção, integridade, performance e disponibilidade. Trata-se de tecnologias de fácil usabilidade, para que a empresa tenha acesso aos dados e sistemas de maneira segura e controlada. Entre os principais serviços prestados pela Companhia e suas futuras controladas estão:

- **Cibersegurança**: Serviços avançados de conformidade e segurança da informação voltados a prover visibilidade, gestão e proteção da infraestrutura de tecnologia da informação dos clientes, através do ISH Vision. Entende-se que a segurança não é um método único, mas sim um processo dinâmico e ágil. Por isso, um ambiente, para ser considerado seguro, precisa ser analisado e monitorado de modo contínuo e ininterrupto.

Fonte: Companhia – Data Sheet

Por meio do ISH Vision, é utilizado inteligência e profissionais altamente capacitados para fazer a gestão de vulnerabilidades e de incidentes das empresas. Assim, através de soluções e estratégias desenhadas segundo cada contexto corporativo, ou seja, analisando o risco que a empresa está exposta para elaborar a estratégia de resposta mais apropriada. O conhecimento da equipe de Inteligência de Ameaças, que pesquisa e coleta informações de modo contínuo, se soma ao aprendizado da Inteligência Artificial (IA). O resultado é um Serviço de Detecção e Resposta (MDR) que elimina a fadiga de alertas e falsos positivos, e promove uma resposta mais rápida, específica para a realidade da organização, com as melhores práticas, planejamento estratégico e orçamento disponível.

O ISH Vision MDR é uma plataforma para monitoramento de segurança em tempo real, que captura logs e eventos para correlacioná-los em uma base de conhecimento de ameaças, fornecendo a melhor representação das ameaças que afetam o Brasil. A base de conhecimento compartilhada da ISH Vision garante que as atualizações estejam imediatamente disponíveis para seus clientes. Em 2019, a ISH Tecnologia estabeleceu laboratórios de inovação para melhorar ainda mais a plataforma ISH Vision e agora presta suporte a serviços de avaliação de conformidade à LGPD.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

As operações de segurança cibernética incluem:

- **Operações cibernéticas: SOCaaS – Security Operation Center as a Service & MDR – Managed Detection and Response**

- Monitoramento e detecção de ameaças cibernéticas: através do Centro de Operações de Segurança Cibernética (SOC), é monitorado, sem pausas, o ambiente da empresa para detectar mudanças de padrões de qualquer espécie, em usuários, em aplicações, em serviços e em infraestruturas.
- Respostas a incidentes cibernéticos: em caso de incidente de segurança, é colocado em prática o plano de resposta, tomando ações para remediar e conter o incidente;
- Pesquisas de ameaças cibernéticas: estudo dos agentes que ameaçam o negócio, as técnicas e os métodos utilizados por criminosos e também as vulnerabilidades normalmente exploradas, sendo possível manter a estratégia de defesa madura e atualizada;
- Avaliação de vulnerabilidades: as vulnerabilidades podem virar porta de entradas para invasores, portanto, a Companhia trabalha para identificá-las e corrigi-las, de forma recorrente, antes que criminosos as encontrem primeiro;
- Gamificação para ataque e defesa cibernética: serviço destinado para empresas que já possuem políticas e planos de segurança cibernética, mas que querem testar a força da estrutura que montaram. Assim, dão simulados ataques de hackers para que vulnerabilidades sejam apontadas e corrigidas; e
- Testes de invasão: são analisadas as falhas do sistema da empresa com uma simulação de ataque hacker, com um alvo específico, sendo possível, portanto, identificar as falhas na segurança para controlá-las e corrigi-las.

Fonte: Companhia – Data Sheet

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **Integração Cibernética: Security as a Service**

  - Segurança para plataformas: O foco aqui são ferramentas e processos ligados a hardwares e softwares. Por isso, colocamos proteção em todas as plataformas, como computadores e celulares, usadas por colaboradores. E assim, garantimos que as operações do dia a dia da empresa sejam realizadas sem riscos.
  - Segurança para aplicações: São protegidas as aplicações, através de definição de configurações de segurança adequadas para que, no dia a dia da empresa, elas não sejam exploradas por cibercriminosos.
  - Segurança para dados: O serviço protege os dados armazenados e acessados na rotina da empresa. Dentro da segurança de dados, o bloqueio do envio e do compartilhamento de algum dado específico pode ocorrer, caso seja detectada desobediência nos procedimentos estabelecidos.
  - Gestão de vulnerabilidades: Gerir vulnerabilidades é estabelecer uma operação permanente de raio-X do momento, de criação de histórico, de análise de contexto e de correções de falhas. A gestão inclui, ainda, verificar novas vulnerabilidades e, assim, criar tendências, criticidade e visão gerencial em cima do que foi levantado.

- **Sustentação Cibernética: Managed Security Services**

  - Gestão de correções de software: Estabelecemos uma rotina de testes e de correções de softwares, com uma rotina de testes, administração de ativos de segurança para empresas que não administram os próprios ativos de segurança, gestão de mudanças na empresa e a gestão de usuários da empresa.
  - Administração de ativos de segurança: Muitas vezes, as empresas não têm braço para administrar os ativos de segurança. Assim, a Companhia e suas futuras controladas realizam a operação de todos eles por meio de um catálogo pré-estabelecido, que pode incluir (i) a administração de governança e identidade, possibilitando a criação de uma política para controle de identidades e acessos gerais; (ii) a gestão de acessos, identificando, rastreando, controlando e gerenciando os acessos autorizados e de usuários específicos a sistemas e aplicações; (iii) a gestão de acessos privilegiados, sendo possível controlar e gerenciar acessos privilegiados aos sistemas da empresas, restringindo-os a pessoas autorizadas; (iv) análise de identidade com base na análise comportamental, sendo possível verificar a identidade real do usuário e detectar mudanças sutis no comportamento do usuário e revelar atividades maliciosas.
  - Gestão de mudança: Criamos controle e padronização para todas as alterações feitas na área de tecnologia que envolvam pessoas, processos ou produtos. Qualquer mudança realizada dentro do ambiente corporativo, desde a instalação de um novo software até a criação de uma nova política, é acompanhada nos mínimos detalhes. Pode incluir as seguintes vertentes: inclui as seguintes vertentes (i) elaboração de políticas de segurança para orientar e regular o dia a dia da organização; (ii) garantia de qualidade para que a cultura e estratégia de segurança cibernética estejam alinhadas com as metas de crescimento do negócio; (iii) atuação para que as políticas de segurança sejam seguidas pelos colaboradores dos clientes; (iv) criação de estratégias com objetivos no curto e longo prazo para orientar o time da empresa no desenvolvimento de projetos que ajudem a alcanças as metas; (v) avaliação periódica de pontos que causem riscos, quantificação do impacto financeiros das ameaças e definição do

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

investimento necessário para eliminar o risco; (vi) conscientização dos usuários que poderiam ser alvo de ataques e implementação de programa de capacitação interna sobre boas práticas de segurança da informação no ambiente corporativo; (vii) backups que garantem a restauração de dados sempre que for necessária e estabelece políticas de backup visando a continuidade do negócio.

- Provisionamento de usuário: Aqui, gerimos os usuários da empresa. Isso quer dizer criar, modificar e excluir contas, seguindo padrões de segurança, para garantir que quem acessa a informação é quem deve acessá-la.

➢ **Identidade Cibernética: Identity and Access Management**

- Administração de governança de identidade: Resolução de um dos problemas mais graves que uma empresa pode ter: o de não conhecer todos os usuários que consultam dados e informações. Por isso, o serviço permite a criação de uma política para controle de identidades e de acessos gerais, garantindo que, dentro da organização, cada pessoa tenha o acesso adequado de acordo com a estratégia de segurança.
- Gestão de acesso: Esse serviço identifica, rastreia, controla e gerencia os acessos autorizados e os de usuários específicos a sistemas e aplicações. A gestão de acesso no ambiente tecnológico se dá por meio ferramentas que instalamos e de processos e metodologias criadas dentro da empresa.
- Gestão de acesso privilegiado: Controle e gerência de acessos privilegiados aos sistemas da empresa, restringindo-os somente a pessoas autorizadas.
- Análise de identidade: Com base em análise comportamental, é verificada a identidade real do usuário, para ter certeza de que ele realmente é quem diz ser. Isso porque atacantes costumam se passar por usuários legítimos. O serviço desenvolvido é capaz de detectar mudanças sutis no comportamento do usuário e revelar atividades maliciosas.

➢ **Risco Cibernético: Integrated Risk Management**

- Políticas: A jornada cibernética precisa de políticas de segurança para orientar e regular o dia a dia da organização. Aqui, são criadas políticas para determinar como usuários devem se comportar, quais sistemas podem ser acessados e por quem, quais dados e informações podem ser consultados em um home office, entre outros pontos. Depois de criadas, as políticas são divulgadas para toda a organização e atualizadas sempre que necessário.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Garantia de qualidade: O objetivo é que a organização atue com integridade e alcance suas metas de maneira confiável. Para isso, é garantido que a cultura e a estratégia de segurança cibernética estejam alinhadas com as metas de crescimento do negócio.
- Conformidade: Atuação para que as políticas de segurança da informação sejam seguidas pelos colaboradores. Fazemos ações para averiguar e conscientizar. O serviço também inclui informar o corpo estratégico e a alta direção da empresa a respeito de riscos e impactos que eventuais incidentes de segurança e vulnerabilidades diagnosticadas podem trazer para os negócios.
- Estratégia: É a estratégia que dita os rumos das ações de segurança cibernética dentro da organização. Inclui objetivos de curto e longo prazo, e serve de base para orientar o time da empresa no desenvolvimento de programas, projetos e planos de ação que ajudarão a alcançar essas metas.
- Risco: O cenário de ameaças muda em uma velocidade cada vez maior. Por isso, são avaliados e identificados periodicamente pontos que causam riscos para a segurança da empresa. Também é quantificado o impacto financeiro de possíveis ameaças e definido, junto com o time da empresa, o investimento que será necessário para implantar a medida de eliminação do risco.
- Conscientização: As políticas de segurança cibernética só geram resultados quando são seguidas. Por isso, é realizado o trabalho de conscientização, para identificar usuários na organização que poderiam ser alvo de ataques e implementar um programa de capacitação interna, voltado a eles, sobre boas práticas de segurança da informação no ambiente corporativo.
- Continuidade de negócio: Esse serviço opera, suporta e sustenta todo o ambiente de backup e suas rotinas. Garante a restauração de dados sempre que for necessária e estabelece políticas de backup para que as operações e os negócios não sejam interrompidos em caso de desastres, ou de falhas que inviabilizem o acesso a informações.
- Mantis – Digital Risk Protection: O Mantis é um produto proprietário desenvolvido no ISH Labs que faz proteção de riscos digitais, realizando monitoramento contínuo em superfície, *deep* e *dark web*, identificando dados vazados, menções a marcas e pessoas relevantes em organizações e reportando o que encontra de maneira ágil para que a resposta adequada possa ser dada. Ele explora um segmento novo em cibersegurança, qual seja de proteção de riscos digitais, onde possui apenas um concorrente brasileiro e alguns estrangeiros sem representação relevante no Brasil. Lançado em 01 de maio 2021, no primeiro mês de operação bateu a meta de vendas para o trimestre. É utilizado como um dos módulos do ISH Vision e foi desenvolvido em português, inglês e espanhol.

- **Programa de Gestão de Privacidade (ISH Privacy Office)**: O Programa de Privacidade da ISH Tecnologia oferece uma solução para ajudar empresas a estarem em conformidade com as legislações de privacidade e formam uma das soluções mais completas do mercado na área de proteção de dados. A contratação é modularizada, dinamizando a oferta para todos os perfis de empresas, como, por exemplo, as que já iniciaram a jornada de adequação, e as que contam com limitações de recursos financeiros. Assim, é garantido, em qualquer que seja o cenário, que a organização possa começar a adequação de maneira sólida, priorizando as iniciativas que mitigam os riscos para os negócios.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Entre os principais serviços do ISH Privacy Office estão:

- Diagnóstico: A LGPD exige que a maioria das empresas altere seus processos e tecnologias de suporte em torno da proteção de dados e define funções, responsabilidades e penalidades de acordo. O Serviço de Análise de Adequação à LGPD parte do mapeamento de sistemas, dados pessoais, infraestrutura de suporte, controles de segurança e políticas. Nesse processo, é elaborada a documentação dos fluxos de tratamento de dados pessoais, a criação do inventário de dados, a elaboração da análise gap e do plano de atividades de adequação.

- Gestão estratégica da privacidade: Tem por objetivo definir, implementar, monitor, analisar criticamente e melhorar de modo contínuo o sistema de gestão de privacidade da organização.

- Serviços de descoberta e mapeamento de dados: O mapeamento de dados é um componente crítico da conformidade com a LGPD e uma ferramenta importante para visualização de dados dentro de uma empresa. As ferramentas de software de mapeamento de dados para LGPD oferecidas automatizam partes do processo, facilitando a compreensão de onde os dados são coletados e se estão sendo compartilhados.

- Atendimento a requisições de titulares: A LGPD garante direito às pessoas (titulares de dados) para gerenciar os dados que foram coletados por um empregador, ou organização (controladores de dados). Assim, para ajudar no cumprimento desses quesitos, são oferecidos serviços que vão desde a identificação dos agentes de tratamentos autorizados a receber Solicitação de Assuntos de Dados (DSR) até a gestão do processo de atendimento a essas solicitações.

- Gestão de operadores de dados: Os controladores são os principais tomadores de decisão, com controle geral sobre os propósitos e os meios do processamento de dados pessoais (sendo que quando o fazem em dois ou mais, são vistos como controladores conjuntos – a não ser que estejam processando os mesmos dados para propósitos diferentes). Por isso, são criados os serviços de gestão de operadores de dados.

- Conscientização e treinamento: Tem por objetivo divulgar, em forma de treinamentos, a postura da organização frente à privacidade, assim como as responsabilidades e deveres de todos os envolvidos. O trabalho inclui a elaboração do plano de comunicação dos executivos e do plano de treinamento e conscientização.

- **Infraestrutura (ISH Infrastructure Services):** Serviços de infraestrutura de TI para arquitetar, planejar e implantar infraestruturas de tecnologia complexas, sendo a base de todos os sistemas de informação. Ter uma empresa competitiva exige uma grande variedade de equipamentos, softwares e ferramentas de comunicação, além dos serviços de um profissional treinado que saiba operar e administrar toda essa tecnologia. Para isso, são entregues os componentes e serviços que fornecem a base para sustentar todos os sistemas de informação de uma organização.

Os serviços do ISH Infrastructure Service incluem:

- Monitoramento de rede e infraestrutura (NOC): Monitoramento avançado da infraestrutura e da experiência do usuário em suas aplicações. Identifica os gargalos e problemas em tempo real, minimizando os impactos ao negócio e evitando paradas desnecessárias nas operações.
- Monitoramento de Performance de Aplicações: Por meio da estrutura de NOC 24x7 a Companhia e suas futuras controladas têm capacidade de fornecer monitoramento a sites e aplicações para corrigir problemas de desempenho de ambientes externos e internos.
- Infraestrutura de redes de datacenters e campus: Fornecimento de soluções para operação de ambientes de nuvem com inteligência e automação.
- Infraestrutura de redes wi-fi: Fornecimento de soluções de conectividade sem fio no modelo *as a service*, com agregação de plataforma de BI e Marketing auxiliando a empresa no fornecimento de acesso a usuários e entendimento do comportamento e experiência dos usuários no uso do serviço.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Virtualização: Implementação fim a fim (rede/armazenamento/processamento) de soluções de virtualização para empresas aproveitarem ao máximo os benefícios de terem uma nuvem própria também na modalidade de serviço.
- Armazenamento (storage): Armazenamento de última geração, aliando performance, disponibilidade e segurança em equipamentos de alta densidade e máxima eficiência energética.

- **Nuvem Segura (ISH Secure Cloud)**: Soluções de computação em nuvem e terceirização de Data Center numa forma segura, escalável e sob demanda. As soluções da Companhia e de suas controladas para suporte aos negócios garantem proteção, integridade, performance e disponibilidade. Tecnologias simples, para que a empresa tenha acesso aos dados e sistemas de maneira segura e controlada, sempre. Assim, em uma necessidade de rotina, como recuperação de um arquivo, ou em uma mais complexa, como a ativação de uma recuperação de desastre, as informações serão recuperadas de acordo com o tempo do ambiente indisponível (RTO) e o intervalo de tempo do último backup até os serviços serem interrompidos (RPO), conforme a realidade do negócio.

  Os serviços do ISH Secure Cloud incluem:

  - Cloud: A Nuvem Segura é simples, escalável e de alto desempenho, garantindo alta performance, baixa latência de leitura e escrita em disco. São entregues desde a migração do Datacenter legado até a sustentação da operação pós-migração. Além disso, a infraestrutura de Nuvem Segura é utilizada para entregar a solução de VDI com a maior proteção do mercado, garantindo o acesso de seus usuários aos desktops virtuais, a qualquer hora e de qualquer lugar.

    Também é oferecida a modalidade Colocation & Hosting, onde o hardware dos clientes ou o fornecido pela Companhia e suas futuras controladas é implementado dentro dos Datacenters da Companhia, garantindo qualidade da energia elétrica e refrigeração, assim como segurança e controle de acesso aos dados. No serviço de Hosting, os equipamentos e tecnologia necessários são fornecidos pelo ISH Data Center e mantidos dentro da sua estrutura, sendo possível processar seus sistemas e dados de forma segura e no tamanho e medida da sua necessidade, em regime 24x7x365. Já no Colocation, o ISH Data Center fornece toda infraestrutura que o cliente precisa para instalar e hospedar seus equipamentos em um local extremamente seguro e com as melhores práticas de infraestrutura e gerenciamentos de recursos, preservando, assim, investimentos já realizados.

  - Backup as a Service: Uma solução de backup em nuvem profissional, desenvolvida especialmente para aplicações críticas e para bancos de dados de servidores que nunca podem parar, com criptografia de nível militar, seguindo os mais altos padrões de segurança, a solução Backup as a Service da ISH Secure Cloud é um serviço completo com benefícios tangíveis e de baixo custo. São fornecidos: política de backup feita com apoio de especialistas, dados salvaguardados de forma estruturada e segura, portal de gerenciamento para backup e *restore*, relatórios técnicos, relatórios gerenciais, dashboard de desempenho, atuação de incidentes, testes de *restore*, dentre outros serviços adicionais.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Conectividade e Segurança: possui as seguintes vertentes: (i) *Load Balancer*: considerando que um desafio para operar sem interrupções são os picos no tráfego online, é oferecida uma solução de gerenciamento desse tráfego, em que feita a distribuição de cargas de trabalho em vários servidores e recursos, aumentando o desempenho e eliminando as sobrecargas; (ii) *Web Application Firewall*: o objetivo é filtrar, monitorar e bloquear o tráfego proveniente do aplicativo da web ou recebido pelo mesmo – enquanto os firewalls regulares servem como um portão de segurança entre os servidores, essa solução, ao inspecionar o tráfego da aplicação, impede ataques decorrentes de falhas na codificação e nas configurações de segurança de aplicativos; (iii) *Proteção contra Ataques DDoS*: todos os clientes do Datacenter da Companhia e de suas controladas contam nativamente com proteção rápida e inteligente contra ataques DDoS sofisticados, podendo este serviço ser ofertado no formato *on premises*, para clientes que desejam proteger seus Data Centers próprios; (iv) *Centro de Operações de Rede – NOC*: monitoramento avançado da infraestrutura e da experiência do usuário em suas aplicações, identificando os gargalos e problemas em tempo real, minimizando os impactos ao negócio e evitando paradas desnecessárias nas operações; (v) *Firewall & SD-WAN*: roteamento e proteção contra ameaças, com economia de custos com circuitos caros e simplificação do gerenciamento das redes.

- Proteção de Dados: (i) *Backup e Recuperação*: simplificação da recuperação de dados, tempestivamente, se necessário, sendo que a plataforma de backup opera via internet, garantindo ao cliente redundância geográfica para o armazenamento das informações protegidas; e (ii) *Recuperação de desastres*: a solução de DRaaS da Companhia e de suas controladas simplifica o processo de recuperação do ambiente do cliente para que não haja interrupção nos negócios, permitindo o acionamento completo ou parcial de planos de recuperação de desastres.

(a) Características do Processo de Produção

Hoje mais de 90% da receita da Companhia e de suas controladas é oriunda negócios fechados com sua própria estrutura comercial, ou seja, venda direta ao cliente final, e parcela inferior a 10% através de venda indireta, na qual a Companhia e suas futuras controladas faturam o distribuidor ou revenda, que por sua vez, faturam o cliente final.

O processo produtivo na Companhia e de suas controladas inicia-se na Área de Inovação, responsável pela criação de soluções que alimenta o vasto portfólio de produtos e serviços da companhia. Tais soluções são criadas baseando-se em três pilares de pesquisa e desenvolvimento, quais sejam o valor agregado de seus produtos, tendências tecnológicas e feedback dos clientes. Tais soluções visam gerenciar os produtos da Companhia, desenvolver soluções de propriedade intelectual totalmente detidas pela Companhia, através do ISH Labs, desenvolver alianças estratégicas e garantir o sucesso de seus clientes.

Após as soluções serem criadas e/ou modeladas, a área de inovação além disponibilizar todo o material de força de venda, também capacita todo o time de negócio para posicionar as soluções de acordo com necessidade de cada cliente, além de acompanhar as primeiras vendas monitorando e ajudando aprimorar as habilidades do time de negócio.

Na sequência, inicia a atuação da Área de Negócios, responsável por todos o processo de negócios da Companhia e de suas controladas, sendo dividida em executivos de conta, responsáveis pela engenharia financeira da venda, além de manter constante relacionamento com os clientes de sua carteira, gestão comercial, responsável pela definição, monitoramento e cumprimento das metas comerciais de acordo com as regionalidades e posicionamento geográfico da Companhia e de suas controladas, engenharia de solução, que são os técnicos de venda responsáveis por entender as necessidades e expectativas do cliente, e posteriormente arquitetar o desenho técnico mais adequado para aquela necessidade, de acordo com o portfólio estabelecido pelo time de produto e, por fim, o marketing, responsável pela definição e execução de ações de marketing em sua maioria de comunicação e de relacionamento com a base de clientes e novos clientes, tendo como alvo a estratégia comercial de manutenção da carteira e expansões de base de clientes (Net-new Logo).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Estas divisões são distribuídas em quantidades adequadas nos principais centros de negócio do Brasil, e cada nova oportunidade segue o ciclo de vendas abaixo:

Ciclo de Vendas

Após a conclusão de uma oportunidade, a área comercial transita o fechamento para a Área de Entrega da Companhia e de suas controladas que é modelada em função dos pilares de negócio. Serviços de segurança da informação são sustentados pela área conhecida como SOC (Security Operations Center), os serviços de infraestrutura são sustentados pela área de NOC (Network Operations Center) e os serviços de nuvem são sustentados pela área de CLOUD. A Área de Entregas é dividida entre a área de professional service, com serviços voltados para consultorias, implantação, integração de serviços de segurança, infraestrutura e nuvem e de serviços continuados.

A área de entrega, assim como as demais do Grupo ISH, possui organização interna influenciada pelos pilares de modelagem da oferta: pessoas, processos e tecnologias. Pelo vasto portfólio de soluções da Companhia, os profissionais desta área são agrupados segundo suas habilidades e conhecimentos alinhado com tal portfólio de soluções, as capacidades destes times são geridas por um processo conhecido como Just in time, onde diariamente são analisados as previsões de fechamento do funil de vendas em função das expectativas e probabilidades de cada oportunidade, elas recebem um peso de complexidade a qual é possível projetar o esforço para realizar a entrega e se na época prevista de fechamento haverá profissional disponível com o conhecimento adequado, ou seja, é uma correlação de gestão de disponibilidade, conhecimento e capacidade, com objetivo de posicionar o engenheiro no tempo correto e com conhecimento adequado logo após o fechamento da venda. Casos estas projeções apresentem GAPs de conhecimento ou disponibilidade, ações de contratações de recursos ou treinamentos para os recursos existentes são iniciadas.

Ao final da implantação do projeto é realizada a transição dos serviços para área que seguirá com a prestação do serviço, sendo que se for um serviço de cibersegurança a transição será feita para o SOC, se for um serviço de infraestrutura a transição será feita para o NOC, e se for um serviço de nuvem a transição será feita para a área de Cloud.

Pós-implantação dos serviços de cibersegurança a área de SOC passa a gerir toda execução recorrente de tais serviços, com objetivo de monitoramento, detecção e resposta a incidentes de segurança da informação e gerenciamento e operação de ecossistemas de segurança da informação.

Para definir as habilidades, conhecimento e demais competências para cada um dos profissionais que participam dos times acima, a Companhia e suas futuras controladas adotam um framework denominado NIST SP 800-181 (NICE Framework For Cyber Workforce). O National Institute of Standards and Technology (NIST) é uma agência governamental não regulatória da administração de tecnologia do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, sua missão principal é definir metodologias e processos de cibersegurança para o governo americano, e parte destes processos e metodologias são amplamente divulgado como boas práticas para o mundo, e entre os diversos processos do NIST que o SOC da Companhia e de suas controladas adotam está o NICE.

O SOC ainda conta com uma terceira área conhecida como ISO (information security officer). Tal área é responsável pelo monitoramento de ameaças globais, além de realizar todo o gerenciamento das entregas ao final de cada ciclo dos serviços executados. Somando todas as áreas, em 30 de junho de 2021, o SOC tem cerca de 200 profissionais.

Pós-implantação dos serviços de infraestrutura e Cloud a área de Managed Services passa a gerir toda execução recorrente de tais serviços, com objetivo de monitoramento, detecção e resposta a eventos de infraestrutura, gerenciamento e operação de ecossistemas de infraestrutura e instalação, operação e suporte a serviços de computação em nuvem. Tal área possui duas coordenações: NOC e Cloud. A coordenação de NOC está focada em entregar todos os serviços de infraestrutura presente no portfólio, e a coordenação de Cloud focada em entregar serviço de computação em nuvem presente no portfólio. As áreas estão sobre a mesma gestão, pois apesar de terem algumas especificidades de entrega, o perfil de conhecimento dos integrantes das devidas áreas é bastante parecido, desta forma está sobre a mesma gestão facilita o processo de cooperação maximizando os ganhos operacionais e diminuindo a ociosidade.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Além dos times destacados acima, a área de Managed Services possui uma subárea chamada de Central de Serviços, que tem por objetivo recepcionar e documentar todos os pedidos de clientes, e posteriormente mediante ao alcance do entendimento do problema do cliente, encaminhar para o time de especialista. É também através da central de serviço que é entregue o serviço de monitoramento dos diversos ativos de TI dos clientes, com objetivo de entender se estes ativos estão disponíveis, se estão performando bem, e se suas capacidades estão adequadas.

A área de Managed Services também é responsável pela principal ferramenta de gerenciamento de ticket da Companhia e suas futuras controladas, conhecida no mercado com tecnologia de codinome ITSM (Information Technology Service Management), que possui todos os registros das solicitações dos clientes, quais são os acordos de níveis de serviços estabelecidos, gerenciamento de ativos e suas principais mudanças. É através desta plataforma que é correlacionado o contrato do cliente com quais itens de serviços contratado do catálogo de serviço da Companhia e de suas controladas, além de também possuir uma dimensão de gerenciamento de conhecimento para registro de soluções de incidentes conhecidos. A plataforma é consumida por todas as áreas de serviço continuado da Companhia e de suas controladas (SOC, NOC e Cloud). Em 30 de junho de 2021, a área de Managed Services possui cerca de 70 profissionais.

Fonte: Companhia

Seguro de riscos profissionais RCP e Seguro de Riscos Cibernéticos

A ISH Tecnologia contratou um seguro denominado RCP (Risco Civil Profissional) que prevê o reembolso referente a indenizações por danos corporais ou materiais, causados de maneira não intencional a terceiros, nas dependências da empresa ou no local de prestação de serviço. Tal seguro além de possuir dispositivos para apoiar com ações que não fazem parte das principais atividades e serviços prestados pela empresa, como, por exemplo, comunicação com a impressa, ações de marketing para reconstrução da imagem, apoio jurídico para eventuais ações, também possui um prêmio financeiro compatível com o dano a receita que eventualmente tal falha venha causar.

Além disso, a ISH Tecnologia também contratou seguro contra eventuais ataques cibernéticos bem sucedidos, possuindo dispositivos para apoio com ações que não fazem parte do nosso *core bussiness* da Companhia e de suas controladas. Tal seguro além de possuir dispositivos para apoiar com ações que não fazem parte das principais atividades e serviços prestados pela empresa, como, por exemplo, comunicação com a impressa, ações de marketing para reconstrução da imagem, apoio jurídico para eventuais ações, também possui um prêmio financeiro compatível com o dano a receita que eventualmente tal falha venha causar.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Time de analistas responsáveis pela produção

Sabendo que um dos principais pilares de entrega de serviço são as pessoas, aos quais geram valores para a oferta, aplicando seus conhecimentos e inteligência no momento da entrega, a Companhia e suas futuras controladas possuem um sistema forte de gestão de conhecimento a qual é aplicado durante toda a jornada do colaborador no Grupo ISH.

Este sistema começa a ser aplicado desde o momento da seleção dos profissionais, onde a área de gente e gestão possui todos os perfis técnicos baseado no framework NIST SP 800-181 (NICE Framework For Cyber Workforce), tal framework define as principais competências (habilidades e conhecimentos) que tal posição precisa ter.

Fonte: Framework NICE NIST

Uma vez selecionado os profissionais com as competências necessárias, suas primeiras semanas de trabalho é obter os conhecimentos específicos da Companhia e de suas controladas, como processos e procedimentos para implantação, suporte e operação dos serviços. O Grupo ISH tem um programa conhecido como ISH University, onde todos os principais procedimentos técnicos e operacionais estão mapeados, e concebidos dentro de uma plataforma de ensino para o onboarding dos novos funcionários. Cada posição possui uma trilha de conhecimento específico, e ao final de cada módulo é obtido uma certificação de conclusão da determinada etapa. Após a conclusão da etapa de ensino via plataforma, o novo funcionário passa acompanhar as entregas em par com outros funcionários mais seniors, e mais um espaço de tempo passa realizar suas entregas, porém ainda supervisionado por outro responsável, até que enfim passa a realizar as entregas de forma autônoma.

Todo novo produto que nasce na área de Gestão de Produto, deve possuir algumas documentações relevantes para operação, que são:

- Quick start guide: Guia rápido de como iniciar a implantação da solução.
- Installation Guide: Guia de instalação avançada da solução.
- Admin Guide: Guida de operação e suporte da solução.

Tais documentações também são inseridas no programa ISH, e à medida que novas soluções vão sendo inseridas no catálogo de produtos e serviços da companhia, engenheiros e analistas elegíveis a entrega de tais soluções são reinseridos no programa para capacitação da nova solução.

A Companhia e suas futuras controladas também possuem uma torre apenas de especialistas técnicos, que acompanham grande parte das entregas, o objetivo além de garantir a qualidade da entrega, também é de produzir documentações de boas práticas, que são geradas ao longo do tempo baseando-se em lições aprendidas em campo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Atualmente o Grupo ISH conta com um time de engenharia de cerca de 490 profissionais, aos quais possuem, juntos, mais de 1.000 certificações técnicas em diversas soluções e produtos líderes em seus segmentos de mercado. Em sua maioria possui ensino superior, e os profissionais sêniores quase que em totalidade falam dois idiomas (português e inglês). Muitos destes profissionais são palestrantes, pois são referência para a comunidade de cibersegurança em determinadas especialidades, alguns inclusive são professores acadêmicos, e convidados para trabalhar na criação de provas para certificações reconhecidas internacionalmente como por exemplo a Comptia.

Uso de tecnologias de automatização e orquestração de processos de atendimento.

A Companhia e suas futuras controladas tem aderido a tecnologias que tem por objetivo automatizar parte do processo de atendimento tornando-o mais operacional, incluindo a participação de um engenheiro de segurança da informação na análise e tomada de decisão dos caminhos para a solução.

Trata-se de um processo de atendimento de resposta a incidente que possuí diversas fases. As fases iniciais envolvem coletas de dados e evidência, sendo que, após, baseado nos dados coletados, são analisadas possíveis causas e soluções para o incidente. Antes do uso de tais tecnologias era necessário a participação do engenheiro durante todo o processo. Atualmente, com o uso de SOAR (*Security Orchestration Automation and Response*) uma das tecnologias de automatização de parte deste processo, o engenheiro participa apenas da parte inteligente do processo que é a tomada de decisão de qual caminho seguir. Além de tornar o processo de resposta mais ágil, tornou a operação mais escalável onde um engenheiro consegue atender até 30 vezes mais incidentes do que antes.

Marcas

A Companhia é uma marca de amplo reconhecimento no segmento de cibersegurança e tecnologia da informação no Brasil. Atualmente, os serviços estão segmentados na marca ISH de segurança da informação, infraestrutura de TI e na Integrasys que fornece soluções de infraestrutura e segurança da informação, locação de mão de obra, representação comercial e fornecimento hardware para suportar as soluções implantadas, além de consultoria em tecnologia da informação.

A Companhia e suas futuras controladas acreditam ter uma plataforma eficiente e segura, bem como busca proporcionar uma experiência satisfatória aos seus usuários, de forma a satisfazer as demandas e problemas apresentados por seus clientes. A Companhia entende que sua plataforma oferece soluções completas, intuitivas e de simples usabilidade.

(b) Características do processo de distribuição

Atualmente a Companhia e suas futuras controladas possuem três canais de vendas, quais sejam seu canal direto, distribuidores e MSSPs. O canal direto ocorre através do time comercial da ISH Tecnologia, sendo ele o principal canal de distribuição que atinge todo o mercado nacional. O processo comercial se inicia com o foco de geração de leads pelo time de marketing utilizando a metodologia AIDA (atenção, interesse, desejo e ação), focada na jornada de compra dos clientes, com objetivo de aumentar a taxa de conversão em vendas. Esta estratégia permite não apenas atrair novos clientes, mas também alimentar a base atual instalada com informações relevantes atraindo o interesse de expansão dos clientes em relação as ofertas da plataforma ISH Vision.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

As equipes de inovação e engenharia fornecem ao marketing conteúdos relevantes para atrair o cliente em todas as fases da estratégia de comunicação. Uma vez que o cliente entra na fase de interesse, se torna um LEAD gerenciado pela equipe de marketing, a ser entregue para a área de vendas apenas na fase de ação, momento no qual o LEAD é convertido em oportunidade. Mediante o surgimento de uma nova oportunidade, esta é distribuída para a equipe comercial responsável pela região do cliente.

No momento em que uma nova oportunidade é entregue pela área de marketing ao comercial, o diretor da regional, que realiza uma análise da vertical e tamanho do cliente, designando um executivo de vendas adequado para este tipo de cliente. No início da oportunidade o executivo de vendas recebe apoio técnico do arquiteto de soluções, que apoia na transformação dos problemas dos clientes em necessidades endereçáveis pelas soluções da Companhia, em especial, pela plataforma ISH Vision. Este time de arquitetura utiliza os custos e pacotes de serviços pré-definidos pela área de inovação e, através da composição destes pacotes de serviço, é elaborada uma oferta específica para a necessidade do cliente. Quando o desenho da solução está concluído, a oportunidade comercial entra na fase de negociação comercial.

Ainda, a equipe comercial conta com um time nacional de engenharia de soluções composto, em 30 de junho de 2021, de seis profissionais que são referência de mercado em suas áreas de especializações, responsáveis por capacitar o time comercial e os clientes em relação a plataforma ISH Vision, as tendências de mercado e os diferenciais competitivos do Grupo ISH. Este time conta com profissionais dedicados as disciplinas de cibersegurança, nuvem segura e infraestrutura, gestão integradas de risco e análise de dados. O objetivo desta equipe é, em especial:

- Aumentar a geração de oportunidades na base de clientes e em novos clientes e mercados além de traduzir para o cliente as soluções técnicas ofertadas pelo Grupo ISH e a forma de geração de valor de uso destas soluções ao negócio do cliente.

- Gerar estratégias relevantes para aumentar a efetividade de atuação do time comercial, através de análise de dados (cientista de dados) e análise de mercado, para melhorar o posicionamento dos serviços de acordo com verticais, tamanho de cliente e focos de atuação. Esta ação permite o aumento da taxa de conversão de vendas e de margem bruta média com o melhor posicionamento dos pacotes de serviços elaborados pela área de inovação.

- A capacitação da equipe comercial e de arquitetos de soluções em relação aos pacotes de serviços e necessidades de negócios e casos de sucesso.

- Geração de informações relevantes para o time de marketing e mercado.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O time possuí um gerente nacional e está distribuído da seguinte forma:

Grupo	Equipe Comercial	Região de Atendimento
Cibersegurança	Engenheiros especializados em cibersegurança para suportar toda área comercial da Companhia e de suas controladas.	Brasil
Nuvem Segura	Engenheiro especializados em nuvem segura para suportar toda área comercial Companhia e de suas controladas.	Brasil
Gestão Integrada de Riscos	Engenheiro especializados em gestão integrada de riscos, para suportar toda área comercial Companhia e de suas controladas.	Brasil
Análise de Dados	Cientistas de dados especializados em análise de bases complexas de dados, para suportar toda área comercial Companhia e de suas controladas.	Brasil

Ainda, a Companhia conta com parceiros nacionais e internacionais para fornecer os serviços e soluções que os seus clientes necessitam.

Outro canal de venda relevante para a Companhia e suas futuras controladas é composto por operadoras e outas empresas de tecnologia que querem atuar no mercado como MSSPs mas não dispõe da expertise e/ou dos recursos financeiros necessários para criar estrutura própria de provimento de serviços gerenciados de segurança (para um SOC – Security Operation Center – operando em uma base 24x7 com redundância, são necessários, por exemplo, no mínimo 60 profissionais e uma infraestrutura de tecnologia robusta). Nesse caso, a Companhia e suas futuras controladas passam a atuar como *broker* de MSSP para outras empresas que atuam como canais de venda e distribuição. Trata-se de um sistema conhecido e maduro em mercados mais evoluídos, como o norte-americano. Esse modelo já se encontra em operação com clientes que utilizam o ISH Vision MDR dentro do seu portfólio de ofertas e está em crescimento significativo em termos de canais de vendas e distribuição.

O Grupo ISH possui estratégias de expansão intensas que já começaram a ser implantadas, nas quais a Companhia e suas futuras controladas irão passar a explorar novos canais de vendas de forma mais intensiva nos próximos anos. Atualmente, a ISH Tecnologia já possui acordo de distribuição para produtos como o Cyberpass com alguns distribuidores, sendo o de maior destaque a Scansource, o que trouxe para o Grupo ISH o aprendizado de como utilizar uma rede de distribuidores para impulsionar as vendas de produtos proprietários da Companhia e de suas controladas. No futuro, esse aprendizado será a base para a estruturação de uma ampla rede de canais para a venda de produtos como o Mantis DRP não apenas no Brasil, mas em países de toda a América Latina.

(c) Características dos mercados de atuação

Mercado Global de Tecnologia e Software

O mercado de Tecnologia é um setor ainda em desenvolvimento que tem observado um crescimento elevado nos últimos anos, principalmente com o aumento de penetração da internet para a população em geral. Nos últimos anos, o crescimento desse mercado tornou-se cada vez mais evidente, e pode ser observado pela evolução e pela automação de processos de produção em diversas áreas.

Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Software ("ABES"), o mercado global de Tecnologia, estava avaliado, em 2019, em aproximadamente US$ 2,4 trilhões, apresentando crescimento anual composto médio (CAGR) de 6% entre 2004 e 2019.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Figura 1 - Mercado Global de Tecnologia (US$t)

Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de *Software*

O setor é extremamente diverso e, apesar das diferentes frentes de atuação, os subsegmentos de Tecnologia, incluindo *Software*, Serviços e *Hardware*, são desenvolvidos justamente para proporcionar a inserção de usuários em um mundo cada vez mais digital. O histórico da participação global de cada subsegmento mostra que o de *software* aumentou sua participação, enquanto o de *hardware* apresentou redução, indicando um movimento de migração favorável à digitalização.

Figura 2 - Evolução global da participação dos subsegmentos de TI (%)

Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de *Software*
2019 e 2015

O investimento em serviços de tecnologia de qualidade é um grande impulsionador para o crescimento das empresas e deixou de ser um diferencial, se tornando uma necessidade para os negócios dos diferentes setores de atuação. De acordo com pesquisa da Flexera, realizada com 300 empresas americanas, de no mínimo 2000

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

funcionários, de diferentes setores dentre as 3 prioridades de investimentos em tecnologia, a busca por transformação digital aparece em primeiro (54%), seguida por segurança cibernética (49%) e migração para o modelo Cloud (40%).

Figura 3 - Top 3 Prioridades para Investimento em Tecnologia

Fonte: Flexera 2020 State of Tech Spend Report

As pressões competitivas são crescentes na indústria de tecnologia e estão colocando um prêmio em velocidade, agilidade e flexibilidade, impulsionando cada vez mais a automação e permitindo operações em tempo real e a reimaginação de modelos de negócios. Com isso, muitas empresas já progrediram significativamente em seus esforços para digitalizar suas operações, mas muito ainda precisa ser feito para a integração real da tecnologia no cotidiano das pessoas.

Perspectiva e adoção global de produtos e serviços de Cibersegurança

Devido ao investimento cada vez maior em tecnologia e nos esforços de digitalização, um novo mercado ganha espaço: o setor de segurança cibernética. Entre 2017 e 2021 o orçamento do Governo Federal destinado a proteção cibernética apresentou um crescimento anual composto de 9,3% nos Estados Unidos, chegando a US$18,8 bilhões ao ano, apresentando um crescimento anual composto médio (*CAGR*) de 9,3% entre 2017 e 2020.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Figura 4 - Gasto do governo estadunidense com cibersegurança (US$b)

Fonte: Budget of the U.S. Government - Fiscal Years 2021, 2020, 2019

De acordo com relatório da Technavio, a expectativa global é de que o mercado de cibersegurança continue a apesentar taxas de crescimento elevadas nos próximos anos. Entre 2020 e 2025, espera-se um crescimento anual médio de 15%, alcançado 378 bilhões de dólares.

Figura 5 – Mercado Global de Cibersegurança (US$b)

Fonte: Technavio

O mercado se mostra ainda muito concentrado, com mais de 71% dos gastos vindos da América do Norte (46,8%) e Europa Ocidental (24,9%). A América Latina se encontra na 7˚ colocação (atrás de Japão (9%), Países Desenvolvidos da Ásia (5%), China (5%) e Países Emergentes Asiáticos (3%) com apenas 2,3% do mercado e indicando grande oportunidade de penetração para os anos seguintes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Figura 6 – Participação do Mercado Global de Cibersegurança por região (%)

(%)	2020
América do Norte	46.8%
Europa Ocidental	24.9%
Japão	9.0%
Ásia (Desenvolvidos)	5.1%
China	4.6%
Ásia (Emergente)	2.9%
América Latina	2.3%
Oriente Médio & Norte da África	1.5%
Europa Oriental	1.4%
África Sub-Saariana	0.9%
Eurasia	0.6%

Fonte: Companhia

Segmentando os gastos com cibersegurança, praticamente a metade é devido à venda de produtos como *softwares* ou *hardwares* com soluções segurança, com 51% do total gasto, em 2020, segundo o Gartner. Tais soluções de tecnologia de cibersegurança se dividem em diversas áreas como: segurança de aplicações, segurança de nuvem, segurança de dados, gerenciamento de identidade e acesso, infraestrutura de proteção, gerenciamento integrado de riscos de segurança e outros. Em seguida, aparecem os serviços de segurança com 49% do total de gastos em 2020, incluindo serviços de consultoria, suporte, implementação e serviços gerenciados de segurança.

A crescente importância da segurança cibernética está mudando a maneira como as empresas adquirem serviços estratégicos de segurança, pois o cibercrime está se tornando mais complexo com o uso de inteligência artificial para automatizar a criação de ameaças, identificar vulnerabilidades e espalhar *malware*. Assim, para se defender, as empresas precisam se manter atualizadas com o uso de ferramentas sofisticadas e cada vez mais atualizadas. De acordo com o Global Risk Repor 2020, a cibersegurança já é o segundo maior risco apontado pelas empresas e aparece também na percepção de riscos no horizonte global de longo prazo (3 a 5 anos).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Figura 6 – Maiores riscos enfrentados pelas empresas

Fontes: Global Risk Report (World Economic Forum)

Figura 7 – Horizonte Global de Riscos (3 a 5 anos)

Fonte: Global Risk Report (World Economic Forum)

Os ataques cibernéticos estão entre os principais riscos no qual uma sociedade está exposta e, desta forma, as empresas vem mostrando maior interesse na busca por serviços e produtos que a protejam deste risco:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Figura 8 – Principais Riscos Observados

Fonte: Global Risk Report (World Economic Forum)

Os danos causados pelo cibercrime atualmente ultrapassam o valor de US$ 6 trilhões, de maneira que o mercado global de cibersegurança (*information security and risk management*) mobilizou, em 2020, aproximadamente US$ 188 bilhões, havendo um amplo espaço no mercado para empresas com o objeto social da Companhia e de suas controladas, uma vez que esse mercado espera atingir o montante de US$ 212 bilhões em 2021. Entre 2020 e 2024, espera-se um crescimento anual médio de aproximadamente 10% no Mercado Global de Cibersegurança, sendo que no mesmo período os danos causados por cibercrime devem crescer a um crescimento anual médio de 15%, chegando ao tamanho de uma economia que corresponderia à terceira maior globalmente, apenas atras de China e Estados Unidos.

Figura 9 – Mercado Global de Cibersegurança

Fonte: IDC,Tecnavio e Cybercrime Magazine|Nota: (1) Calculado utilizando-se a divisão da receita líquida da Companhia (2020) pelo tamanho total do mercado;

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O mercado de tecnologia da informação e cibersegurança da América Latina, no qual a Companhia e suas futuras controladas atuam, está em expansão. Espera-se um *gap* constante entre o crescimento das ameaças emergentes e da tecnologia de proteção, criando espaço para a implementação e consolidação do ISH Vision e outros produtos da Companhia e de suas controladas.

Figura 10 – Potencial de Mercado na América Latina

Fonte: Gartner, valores em US$

Mercado brasileiro de tecnologia

O mercado de tecnologia na América Latina ocupa posição de destaque em comparação com as demais regiões, graças ao significativo crescimento apresentado. Em 2019, o mercado total registrou tamanho de US$ 112 bilhões, sendo que o Brasil figura como líder representando aproximadamente 43% do mercado total.

Figura 11 - Mercado de Tecnologia por Região

Fonte: Brasscom

A região apresenta ainda um grande potencial de exploração, com percentual crescente da população com acesso à internet, mas ainda em nível inferior à média de países desenvolvidos. Na América Latina, a taxa de penetração de internet na população é de aproximadamente 75,6%, enquanto na América do Norte o percentual chega a quase 94%. No Brasil, o potencial de exploração é ainda maior, com índice abaixo da média da América Latina, com penetração de 70,7%.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Figura 12 - Taxa de penetração de internet por região em 2021

Fonte: Internet World Stats

Além disso, de acordo com a ABES a distribuição dos subsegmentos de TI no País apresenta 23% para *Software*, 24% para Serviços e 53% para Hardware, indicando também um espaço de aumento na penetração de soluções em *Software* e Serviços no mercado brasileiro.

Figura 13 - Subsegmentos de TI no Brasil

Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de Software 2020

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mercado brasileiro de Cibersegurança

O cenário nacional e global atual é favorável para as atividades centrais da Companhia, pois cada vez mais os ataques e ameaças cibernéticos estão crescendo[1] e o Brasil se tornando um alvo. Em 2020, os ataques virtuais cresceram quase 100% no Brasil, que teve mais de 8,4 bilhões de tentativas de ciberataques[2] e foi o segundo país com mais vítimas de stalkerware[3], que é termo usado para descrever qualquer software usado para Stalking, ou seja, rastreamento não autorizado, e é o quarto país do mundo que sofre mais ataques financeiros de hackers[4].

O mercado tem se mostrado aquecido nos últimos anos. Entre 2015 e 2020, a Companhia por meio de suas controladas, apresentou CAGR de 35% no número de novos clientes adicionados a base, registrando ao todo, no último ano mais de 500 clientes ativos, com um *booking* total de R$359 milhões em 2020, sendo R$ 71 milhões vendidos em clientes novos. No decorrer dos 5 anos observados, a Companhia variou o percentual de novos clientes em relação à base de 19% em 2015 a 27% em 2019 que foi o máximo registrado. Em 2020, foram 20% de novos clientes em relação ao total.

Figura 14 – Novos Clientes x Base Total

Fonte: Companhia

Além disso, com a pandemia decorrente da covid-19, as ameaças cibernéticas cresceram 394%[5]. Com as restrições de circulação impostas e a necessidade do trabalho remoto, as empresas passaram a ter mais uma fonte de preocupação com a segurança de seus dados. Mesmo com o fim das restrições, espera-se que a tendência do trabalho remoto continue a crescer. Segundo pesquisa da IDC, apenas 14% acreditam voltar ao modelo 100% presencial de trabalho e 43% já apostam no híbrido.

onal das Empresas Combinadas, excluído despesas não recorrentes. O valor relativo a 2021, refere-se ao EBITDA da primeira metade de 2021, já para os anos fechados, refere-se ao EBITDA do ano. Para a reconciliação do EBTIDA Ajustado, vide seção 3.9 do Formulário de Referência

021, elaborado pela Axur Segurança d Defesa Cibernética LTDA.

[2] Fortinet: (Disponível em: https://www.fortinet.com/br/corporate/about-us/newsroom/press-releases/2021/latin-america-suffered-more-than-41-billion-cyberattack-attempts-in-2020)

[3] Relatório Kaspersky e Coaliton Against Stalkerware: O Estado do Stalkerware em 2020. https://www.kaspersky.com.br/about/press-releases/2021_espionagem-de-celular-brasil-foi-o-segundo-com-mais-vitimas-em-2020

[4] Kaspersky: Financial Cyberthreats in 2019 – (Disponível em: https://securelist.com/financial-cyberthreats-in-2019/96692/)

[5] Relatório Apura Cyber Intelligence: 2020, O Ano em Resumo. p. 6.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Figura 15 – Adoção do Trabalho Remoto

Fonte: IDC WW COVID-19 Impact on IT Spending Survey, 2020 (n=880) / IDC BR, "Estudo sobre o Futuro do Trabalho", 2021 (n=897)

Pesquisas indicam também que:

- 68% dos empresários sentem que os riscos de cibercrime têm aumentado[6];
- Em 2020, mais de 75% dos ataques tiveram motivações financeiras e menos de 25% por espionagem[7];
- Hackers atacam computadores e redes à uma taxa de 1 ataque há cada 39 segundos[8];
- 73% dos ataques são causados por "outsiders" e 27% por "insiders"[9].

A violação de dados possui impactos significativos às empresas, causando principalmente riscos reputacionais para todos os stakeholders, perda de dados proprietários e de propriedade intelectual, perdas financeiras e de clientes e riscos legais e regulatórios. Em relatório de 2020, a Verizon[7] aponta que os dados ainda mais procurados pelos criminosos são os dados de credenciais, representando mais de 60% dos incidentes, seguido pelos dados pessoais, dados médicos, bancários, internos e de pagamento, respectivamente. Um ataque a apenas uma empresa, a depender de seu tamanho e atuação, pode resultar em milhões de usuários impactados, como foi o caso de ataques ocorridos nos Estados Unidos nos últimos 5 anos, que totalizaram mais de 2 milhões de queixas, com uma perda de US$13,3 bilhões, entre 2016 e 2020, de acordo com o FBI[10].

[6] Accenture – The Cost of Cybercrime. Ninth annual cost of cybercrime study.
[7] 2020 Verizon Data Brech Investigations Report..
[8] University of Maryland. Study: Hackers Attack Every 39 seconds. (Disponível em: https://eng.umd.edu/news/story/study-hackers-attack-every-39-seconds)
[9] 2018 Verizon Data Brech Investigations Report.
[10] Internet Crime Report 2020 FBI (Disponível em: https://www.fbi.gov/news/pressrel/press-releases/fbi-releases-the-internet-crime-complaint-center-2020-internet-crime-report-including-covid-19-scam-statistics)

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em sentido semelhante, em 2020, o Brasil sofreu o maior ataque hacker de sua história, onde informações do Superior Tribunal de Justiça, Ministério da Saúde e Distrito Federal foram violadas e os cibercriminosos tiveram acesso às informações sigilosas. Em maio de 2021, a empresa JBS sofreu um ataque hacker nas unidades dos Estados Unidos e da Austrália, impactando transações nos dois países e, em junho de 2021, os sistemas do Grupo Fleury caíram após tentativa de ataque hacker do tipo *ransomware*, no qual códigos maliciosos bloqueiam acesso a sistemas ou criptografam informações da vítima. Os ataques de hackers estão tomando escalas globais e afetam as atividades de empresas de setores distintos, colocando suas operações e clientes em riscos.

Os impactos da violação de dados para as empresas são graves, podendo destacar os riscos reputacionais para todos os stakeholders, perda de dados proprietários e de propriedade intelectual, perdas financeiras e de clientes e riscos legais e regulatórios. O prejuízo médio de um acidente de violação de dados para as empresas é de USD 4 milhões (US$150 por cada dado violado). Apesar do forte aumento de ataques cibernéticos e violação de dados pessoais nos últimos anos, ainda existe uma incultura em cibersegurança no Brasil, sendo que apenas 50% das companhias dizem estar em estágio avançado de adequação à legislação em questão, 66% das companhias dizem que o maior desafio é o mapeamento e controle de informações e 20% das companhias utilizam soluções para proteção do ambiente na nuvem[10]. No entanto, as perspectivas comprovam que o mercado de cibersegurança no Brasil é relevante e está em crescimento notório. Para 2021, espera-se que o mercado de soluções cibernéticas atinja US$2,4 bilhões, sendo US$1,4 bilhões apenas dos serviços cibernéticos.

A partir deste mercado local relevante e em crescimento, a Companhia e suas futuras controladas desenvolvem seus serviços e produtos, com soluções inovadoras, focadas no mercado de grandes e médias empresas, tendo como foco que a crescente importância da segurança cibernética está mudando a maneira como as empresas adquirem serviços estratégicos de segurança.

Adicionalmente, no Brasil, com a entrada em vigor da LGPD no dia 18 de setembro de 2020, é exigido que a maioria das empresas altere seus processos e tecnologias de suporte em torno da proteção de dados e defina funções, responsabilidades e penalidades mais rigorosas, tornando-se, portanto, mais um desafio para na estratégia de tecnologia e cibersegurança das empresas. Com isso, empresas de consultoria vêm reestruturando seu portfólio de consultoria estratégica para incluir segurança cibernética, como foi o caso da Companhia e de suas controladas, que oferecem serviços de adequação a LGPD neste momento favorável, como o Vision MDR e o Vision SOCaaS (Security Operation Center as a Service).

(i) Participação em cada um dos mercados

Principais clientes e relação com os clientes

A carteira de clientes da Companhia e de suas controladas é amplamente distribuída em praticamente todos os setores da economia, compreendendo setor financeiro, fintechs, varejo, educação, saúde e. Além disso, alguns clientes da Companhia e de suas controladas já começam a ser incorporados no segmento definido como SMB (*small and medium business*), ou seja, são empresas com faturamento até de R$ 300 milhões, de acordo com o BNDES.

[10] IDC Analyze the Future – Predictions Brazil 2021.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Abaixo, segue a distribuição setorial dos clientes da companhia ao longo dos anos:

Fonte: Companhia I Nota: As informações financeiras apresentadas são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas combinadas da ISH Tecnologia S.A. e da Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. Uma vez que a Companhia (ISH Tech S.A.) foi incorporada em 2 de junho de 2021 e as medições contábeis da Companhia para o período de 1º de janeiro de 2021 a 30 de junho de 2021 têm comparabilidade limitada e não são representativas das operações da Companhia e de suas subsidiárias atuais, bem como não há medições contábeis relacionadas às demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro, 2020, 2019 e 2018.

A Companhia e suas futuras controladas possuem mais de 500 clientes ativos (considerando todas as empresas as quais foram fechados negócios nos últimos 5 anos, pois o prazo padrão dos contratos é de 60 meses) em uma base bastante diversificada e altamente fidelizada. O *churn* de clientes em 30 de junho de 2021 é inferior a 2% e a Companhia e suas futuras controladas não dependem de nenhum setor da economia, pois suas soluções são aderentes a todos tipos de empresa.

Em 30 de junho de 2021, é gerenciada a segurança de mais de 1 milhão de ativos dos clientes da Companhia e de suas controladas, que geram anualmente mais de 120.000 mil incidentes resolvidos pelo SOC entre junho de 2020 e 30 de junho de 2021. Por ativo gerenciado entende-se os dispositivos dos usuários finais tais como computadores ou dispositivos da infraestrutura de TI do cliente, servidores (físicos ou na nuvem), equipamentos de segurança, equipamentos de rede, links de comunicação, dentre outros.

Abaixo, alguns dos clientes da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2021:

Fonte: Companhia

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia e suas futuras controladas possuem uma ampla fonte de geração da receita, com carteira de clientes pulverizada, reduzindo sua exposição aos riscos inerentes à concentração de receita em reduzido número de clientes.

Abaixo, segue a concentração de clientes de acordo com a % total dos *bookings:*

Fonte: Companhia I Nota: As informações financeiras apresentadas são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas combinadas da ISH Tecnologia S.A. e da Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. Uma vez que a Companhia (ISH Tech S.A.) foi incorporada em 2 de junho de 2021 e as medições contábeis da Companhia para o período de 1º de janeiro de 2021 a 30 de junho de 2021 têm comparabilidade limitada e não são representativas das operações da Companhia e de suas subsidiárias atuais, bem como não há medições contábeis relacionadas às demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro, 2020, 2019 e 2018.

O relacionamento da Companhia e de suas controladas com seus clientes faz parte de sua grande vantagem competitiva. Os contratos celebrados entre a Companhia e suas futuras controladas e seus clientes nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e no exercício social findo em 30 de junho de 2021 possuem uma taxa de renovação acima de 95%, demonstrando um elevadíssimo LTV (*life time value*) para cada cliente. Ainda, Companhia e suas controladas possuem na sua carteira clientes que estão consigo desde sua fundação, e diversos clientes que, em 30 de junho de 2021, estavam com a Companhia, por meio de suas controladas, por mais de 15 ou 20 anos de parceria.

O modelo de negócios em uso se baseia no fornecimento das soluções sob a plataforma ISH Vision que tira proveito da dinâmica do mercado de cibersegurança, criando novas disciplinas, tecnologias e necessidades quase que diuturnamente. Nesse caso, ao invés de o cliente precisar contratar novas tecnologias e novos fornecedores, ela simplesmente utiliza-se da elasticidade do contrato de serviços vigente e agrega novas funcionalidades ao ISH Vision. Importante notar que essa é a tangibilização do conceito de ecossistema, utilizada com sucesso por empresas como Apple ou Google.

O custo de aquisição de uma nova tecnologia emergente por parte de um cliente do ISH Vision torna-se proibitivo quando comparado ao custo para a mesma solução entregue como serviço, de maneira integrada ao ISH Vision, dentro do mesmo contrato já existente. Isso eleva barreiras de entrada, eleva o custo de substituição, e ajuda a assegurar a longevidade do relacionamento dos clientes da Companhia e suas futuras controladas. O gráfico abaixo ilustra o comportamento dos *cohorts* de clientes dos últimos 3 exercícios sociais e elenca o crescimento da receita líquida por funcionário, evidenciando o crescimento da produtividade da força de trabalho da Companhia e de suas controladas a cada ano, refletindo, por sua vez, o acerto da estratégia de padronização das soluções visando ganhos de escala embaixo da plataforma ISH Vision.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: Companhia I Nota: (1) As informações apresentadas são derivadas das operações consolidadas combinadas da ISH Tecnologia S.A. e da Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. Desde que a Empresa (ISH Tech S.A.) foi incorporada em 2 de junho, 2021 e as medidas não contábeis da Companhia para o período de 1º de janeiro de 2021 a 30 de junho de 2021 têm comparabilidade limitada e não são representativas das operações da Companhia e de suas subsidiárias vigentes, bem como não há medições não contábeis relacionadas às demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro, 2020, 2019 e 2018; (2) Considera apenas contratos sem pagamento antecipado; (3) TRL – Taxa de Retenção Líquida, Calculada como RL safra 2018, em 2019, dividida pela RL safra 2018 , em 2018 & RL safra 2018 + RL safra 2019, ambas em 2020, divididas pela RL safra 2018 + RL safra 2019, ambas em 2019

Utilização da métrica Health Score

Para assegurar a satisfação de seus clientes, o que se configura um pilar básico para a manutenção dos níveis de rentabilidade e de LTV (*life time value*) dos clientes, a Companhia e suas futuras controladas fazem uso da metodologia de *Customer Health Score*. Essa metodologia é uma métrica de mercado utilizada para analisar e acompanhar o nível de engajamento e satisfação dos clientes. Com isso, é possível prevenir eventuais possibilidades de cancelamento, através da antecipação de eventuais problemas e crises antes que eles atinjam nível de criticidade irreversível, além de possibilitar identificar oportunidades de novos negócios por meio do *cross selling* e *up selling*. A análise da saúde do cliente permite estudar seu comportamento e, com base nessa informação, se antecipar às suas ações ou mesmo conseguir atender mais prontamente suas necessidades.

Para quantificar o Health Score e, consequentemente a saúde do cliente, é preciso definir um período específico em que ele será medido. No caso da Companhia e de suas controladas, a mensuração é feita trimestralmente, sendo necessário conceituar a saúde do cliente de acordo com o seu negócio e criar os indicadores chave de desempenho (KPIs) relevantes para seu tipo de serviço.

Em resumo, mensurar a saúde do cliente ajuda a:

- Diminuir ou virtualmente extinguir os cancelamentos (taxa de churn);
- Elevar as taxas de fidelização;
- Aumentar o faturamento;
- Melhorar a experiência do cliente;
- Priorizar clientes que precisam de mais atenção;
- Ampliar a percepção de valor criado pelo produto/serviço por parte do cliente;
- Aprimorar o atendimento;

Referida métrica fica sob gestão da área de *Customer Success* e é compartilhada com a empresa periodicamente, a fim de engajar as áreas cujos clientes eventualmente sinalizem tendências 'detratoras' para antecipação e melhoria da entrega dos serviços ou correção dos pontos apresentados como problema.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Valor Adicionado

A distribuição do valor adicionado da ISH é dividido em 4,6% para financiadores, 6,5% para acionistas, 3,3% para o governo e, por fim, 11,4% para funcionários.

Participação em licitações

As vendas (*bookings*) para órgãos governamentais federais, estaduais e municipais foram responsáveis por 11,4% dos contratos fechados no semestre findo em 30 de junho de 2021 da ISH Tecnologia, 24,8% das vendas de 2020, 26,1% das vendas de 2019 e 38,8% das vendas de 2018. As vendas ao setor público seguem em tendência de queda desde 2018, devendo representar menos de 10% do total das vendas nos próximos três anos. Tal tendência se explica devido a companhia ter ampliado seu foco no setor privado, que apresenta maior demanda pelos serviços de cibersegurança ofertados.

É parte inerente das atividades da Companhia e de suas controladas a participação em certames licitatórios para contratar com entidades governamentais e órgãos da administração pública direta e indireta. Para tanto, faz-se necessário observar a política sobre participação em licitações que garante a análise detalhada dos documentos que serão apresentados para participação da Companhia e/ou de suas controladas em licitações, com o intuito de mitigar riscos de falsificação ou eventuais fraudes ao processo e a regras para definição de preços, que deve seguir rigorosamente parâmetros técnicos pré-estabelecidos, condizentes com política de preços praticado pela instituição em situações semelhantes.

(ii) Condições de competição nos mercados

O mercado da cibersegurança, armazenamento de dados e infraestrutura de tecnologia da informação no Brasil é altamente fragmentado, com centenas de provedores de serviços oferecendo serviços de integração. No entanto, no Brasil, a maioria não possui experiência adequada ou opera apenas em uma região específica, permanecendo no mercado para oferecer suporte a clientes de fornecedores globais de software, localmente, pois o extenso território brasileiro e a baixa densidade de negócios obrigam os fornecedores globais a buscar muitas pequenas empresas parceiras para cobrir todas as regiões.

O mercado internacional de MSSP (Managed Security Service Providers) tem crescido a taxas significativas e tem sido ocupado por companhias que se tornaram relevantes ao longo dos últimos anos. No mercado americano, que via de regra é *benchmarking* para esse tipo de empresa, temos exemplos como Arctic Wolf e Expel, que vêm utilizando há anos modelo de negócios muito similar ao adotado pelo Grupo ISH e que tem permitido obter as taxas de crescimento ano sobre ano que a companhia vem experimentando.

Os principais concorrentes da Companhia e de suas controladas no mercado nacional e na América Latina se segmentam em três grupos. O Primeiro, corresponde a empresas multinacionais de consultoria que, embora tenham tradição em outras áreas de negócios – tais como auditoria ou consultoria estratégica – começam a se posicionar também na área de serviços gerenciados de segurança. Esse grupo de competidores compreende empresas como Accenture, Ernst Young, Delloite e Price Water House Cooper e atuam de maneira concentrada no topo da cadeira das maiores empresas, normalmente empresas globais, nas quais elas já atuam em outros segmentos de consultoria e se aproveitam das oportunidades de cross sell. Ainda, embora busquem se posicionar no mercado como empresas de serviços gerenciados de segurança, análises do mercado internacional, como a da ISG, por exemplo, na qual a ISH Tecnologia aparece como líder nos três quadrantes avaliados – Strategic Security Services, Technical Security Services e Managed Security Sercices -, sua oferta tende a se concentrar no primeiro quadrante, que trata da oferta de serviços estratégicos de segurança, onde o relacionamento do cliente é baseado em ofertas mais padronizadas, sem espaço para flexibilidade, e altamente intensiva em mão de obra, o que tira competitividade da oferta quando comparada à proposta da Companhia e de suas controladas, mais focada no conceito de “one stop shop” de cibersegurança, onde resolvem a necessidade do cliente de ponta a ponta, de forma simplificada, com gerenciamento a partir de uma única console e, ao mesmo tempo, com bom nível de personalização – garantido pela diversidade de módulos da plataforma ISH Vision, que permitem customizar a oferta à necessidade do cliente.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O segundo grupo de concorrentes são grandes empresas globais de tecnologia, tais como IBM, Logicalis, Atos ou Tivit. Nesse grupo, estão empresas que atuam tradicionalmente em outras áreas de tecnologia em todo o mundo e que estão buscando desenvolver ofertas no mercado de segurança digital. O grande ponto fraco dessa oferta é a necessidade premente do mercado de cibersegurança de integrar diferentes tecnologias de diferentes *vendors* para que funcionem de forma integrada e harmônica, o que muitas vezes traz dificuldades para que um único player de tecnologia converse com a miríade de outros fabricantes, o que empobrece a oferta e a torna menos abrangente do que o mercado necessita. Além disso, alguns desses players são empresas acostumadas a outras modalidades de oferta de serviços – como outsourcing ou prestação de serviços em nuvem – e ainda estão em fase de desenvolvimento das competências necessárias para abordar o mercado de cibersegurança com sucesso.

O terceiro e último grupo de concorrentes é formado por empresas de natureza parecida com a da Companhia e de suas controladas, são o que chamamos de "*pure players*" de cibersegurança (empresas em que mais de 80% da receita é oriunda de serviços de segurança digital), e que atuam no mercado nacional e da América Latina buscando criar ofertas de serviços gerenciados de cibersegurança. Pode-se citar empresas como Tempest e Cipher, por exemplo. Aqui, os diferenciais competitivos da Companhia e de suas controladas são extremamente significativos. Em primeiro lugar, tamanho é algo relevante no mercado de cibersegurança porque quanto maior a base de clientes, maior é a capacidade de gerar conhecimento e resposta em tempo hábil para toda essa mesma comunidade de clientes, em efeito parecido com o que empresas como o Google experimentam: quanto mais pessoas usam seus produtos e serviços, mais o Google aprende sobre elas, e mais benefício pode gerar para esses próprios clientes, gerando um ciclo virtuoso que torna o custo de troca extremamente alto, configurando a ideia de um ecossistema que funciona como força gravitacional em torno da qual giram os clientes. Além disso, a ISH Tecnologia foi pioneira no modelo de negócios focado em torno da "servicilização" da oferta, atuando como provedora de serviços gerenciados de segurança já há mais de cinco anos, época em que o mercado ameaçava engatinhar na direção desse modelo de negócios. Hoje, com a tese de efetividade e geração de valor desse modelo comprovada, muitas empresas estão buscando fazer o movimento de migração nessa direção, o que é caro, complexo e demanda tempo. A Companhia e suas futuras controladas praticamente desenvolveram este modelo no mercado de cibersegurança nacional, o que permite que criem ofertas extremamente mais competitivas do que a concorrência, considerando que captaram 50% das oportunidades de negócio em que estão envolvidas, um número sem precedentes na indústria de tecnologia global.

Ainda, o fato de a ISH Tecnologia ter desenvolvido o ISH Vision, uma plataforma entregue como serviço, que simplifica a gestão de contratos, a integração e operação da tecnologia e que facilita enormemente a vida do cliente, a partir da utilização de uma única e simples interface, torna a oferta de MSSP da Companhia e de suas controladas sem paralelos no mercado nacional. Pelo fato da Companhia e de suas controladas serem desenvolvedores de parte das tecnologias integradas debaixo do Vision, criam uma barreira de entrada muito difícil de ser suplantada pelos competidores, sejam eles os grandes players internacionais descritos acima, sejam eles as pequenas empresas nacionais que buscam criar ofertas competitivas nesse mercado.

Assim, o mercado da tecnologia da informação e cibersegurança não é um setor competitivo no Brasil, principalmente em comparação com o tamanho e diversidade de produtos da Companhia e de suas controladas, tanto para competidores nacionais, que são poucos e sem a estrutura necessária para competir com a Companhia quanto no âmbito internacional, pela falta de atuação no mercado local.

Não existem fatores adicionais que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia e de suas controladas que não tenham sido mencionados nos itens acima.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(d) Eventual sazonalidade

O setor de atuação da Companhia e de suas controladas é sensível às demandas de seus clientes. Adicionalmente, cerca 40% de seus resultados é gerado no primeiro semestre, enquanto aproximadamente 60% é gerado no segundo semestre, conforme gráficos a seguir:

Para análise do gráfico acima, cumpre destacar que *bookings* são os contratos fechados celebrados pela Companhia ou suas controladas, ou seja, quando um cliente assina um contrato, o valor total do contrato – valor inicial, mais valor mensal, vezes o número de meses do contrato – é somado ao total de *bookings* ou vendas da Companhia ou de suas controladas em um determinado ano.

Essa sazonalidade se deve a uma característica do mercado brasileiro de tecnologia, que tem a tendência de postergar investimentos e deixar, muitas vezes, para realizar o investimento "na última hora", evitando a perda de recursos garantidos em orçamento que, caso não utilizados, seriam perdidos a partir da virada do exercício fiscal. Esse fato não altera projeções e resultados da companhia, e é relevante apenas para colocar em contexto a avaliação dos números da Companhia e de suas controladas, uma vez que é um fator já conhecido e ponderado em todo o processo de planejamento e execução anual.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia e de suas controladas adquirem insumos e matérias-primas de diversos fornecedores ativos de mercadorias, entre Brasil e exterior.

A Companhia e suas futuras controladas formalizam o seu compromisso com a cultura da ética e integridade para seus parceiros de negócios e principais fornecedores, com o intuito de engajá-los na luta contra corrupção, fraude, atitudes anticoncorrenciais e outras ilicitudes. Para tanto, exigem comprometimento similar de sua cadeia de suprimentos e seus parceiros, conforme classificação de risco e/ou grau de importância, assim como monitora o registro das atividades realizadas. O compromisso é materializado por cláusulas contratuais que estreitam os laços entre as partes interessadas, bem como com o compromisso com o tema da ética e integridade.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

O setor da tecnologia da informação é composto por uma ampla variedade de fornecedores de matérias-primas, máquinas e componentes, de modo que a Companhia não possui dependência material ou elevada concentração por fornecedores para a realização de suas atividades. A Companhia e suas futuras controladas utilizam-se, sempre, de ao menos dois fornecedores para cada tipo de componente necessário de forma que não possuem dependência de um único fornecedor. Atualmente possuem 37 fornecedores de tecnologia com referida característica, possuindo baixa dependência de poucos fornecedores, considerando a ampla variedade.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

As principais matérias-primas dos produtos da Companhia e de suas controladas estão sujeitas a flutuações de preço. Os preços das matérias-primas são influenciados por uma série de fatores em relação aos quais a Companhia tem pequeno ou nenhum controle, incluindo, mas não se limitando a câmbio, condições econômicas, produção industrial, custos de transporte e processamento, regulamentação e políticas governamentais, bem como relação entre oferta e demanda mundial.

O impacto dos custos de matéria-prima, individualmente, no preço de venda dos produtos da Companhia e de suas controladas é limitado, de forma que eventual volatilidade dos custos de matérias-primas de forma geral não impacta significativamente a margem bruta da Companhia e de suas controladas.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 ou no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia ou de suas controladas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 ou no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia não depende de autorizações governamentais para exercer suas atividades e tampouco está submetida a fiscalização e regulação de agências reguladoras. Ainda assim, as atividades que desempenha estão sujeitas à obtenção de licenças e a Companhia envida os melhores esforços para obter, manter e renovar todas as licenças necessárias dentro do prazo aplicável.

A operação normal de seus escritórios operacionais e de sua sede está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença municipal de funcionamento e licença do corpo de bombeiros, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão.

Em função da atividade que desempenha, a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação ambiental. Vale ressaltar que suas atividades na forma de serviços prestados é uma atividade limitada e praticamente não onera o meio ambiente, exceto no descarte de materiais (exemplo: PC, mouse, teclado, Hardwares, etc.). A Companhia e suas futuras controladas entendem que suas atividades praticamente não oneram o meio ambiente em suas praças de atuação e quando necessário o descarte dos materiais de consumo pelos seus colaboradores, utiliza-se de todas as métricas ambientais de descarte, conforme legislação vigente.

A Companhia trabalha continuamente para manter sua operação regularmente autorizada, buscando sempre o atendimento das exigências realizadas pelos órgãos da Administração Pública. Assim, envidas todos os melhores esforços para obter, manter e renovar todas as licenças necessárias dentro do prazo aplicável. A falta de qualquer licença pode acarretar um efeito adverso para suas atividades, bem como na imposição de penalidades nas esferas administrativa e criminal.

Regras de Zoneamento e Licenciamento

A operação normal dos escritórios operacionais e da sede está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento e construtivas aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença municipal de funcionamento e alvará do corpo de bombeiros, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, deverá ser obtida e renovada periodicamente as respetivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento de indenização securitária em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS"), instituída pela Lei Federal n.º 12.305/2010, tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, exceto os rejeitos radioativos, que são regulados por legislação própria e específica. O gerador de resíduos sólidos é, portanto, responsável pela sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, podendo ser obrigado a reparar qualquer sorte de danos ambientais decorrentes da má gestão de tais resíduos.

Por meio da responsabilidade compartilhada, instituída pela PNRS, as tarefas e custos envolvidos nas diferentes etapas de gerenciamento de resíduos sólidos são pulverizados por toda a cadeia, na medida de responsabilização de cada uma das partes envolvidas.

Nesse sentido, a contratação de terceiros para consecução de qualquer das fases do gerenciamento de resíduos sólidos, a exemplo da destinação final ambientalmente adequada, não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A disposição inadequada de resíduos sólidos pode sujeitar o infrator à responsabilidade administrativa, criminal e/ou civil.

Na esfera administrativa, de acordo com o Decreto Federal n.º 6.514/2008, causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoque a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade, sujeita a penalidades, incluindo multa de até R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Na esfera criminal, conforme a Lei Federal n.º 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais"), aquele que causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. Se o crime for culposo, a pena será de detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa. Tais sanções podem ser aplicadas independentemente da eventual necessidade de reparação de danos ambientais.

Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, além de estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições podem resultar na responsabilização criminal e administrativa, além da obrigação de reparar e/ou indenizar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros.

Convém ressaltar que a Lei de Crimes Ambientais também estende a possibilidade de responsabilização criminal por todos os crimes nela definidos às pessoas jurídicas. Na hipótese de eventual condenação por crime ambiental, a pessoa jurídica estaria sujeita às penas restritivas de direitos, multa e/ou prestação de serviços à comunidade, bem como ao efeito da reincidência, caso posteriormente venha a ser processada criminalmente mais uma vez no futuro.

As penas restritivas de direitos previstas na Lei de Crimes Ambientais são suspensão parcial ou total de atividades; interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; e proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações por até 10 (dez) anos. A prestação de serviços à comunidade, por sua vez, pode ser traduzida em custeio de programas e de projetos ambientais; execução de obras de recuperação de áreas degradadas; manutenção de espaços públicos; e contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.

Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia e de suas controladas, resultando, consequentemente, em lucros menores.

Cumpre indicar que Ministério Público e órgãos regulatórios poderão fiscalizar e instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais irregularidades que possam ser atribuídos às suas atividades. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Condutas (TAC) e/ou Termos de Compromissos (TC) genéricos perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas, por tempo determinado. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convencionados no TAC e/ou TC, a Companhia e suas futuras controladas poderão estar sujeitas à riscos e penalidades, tais como pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

Regulamentação da Proteção de Dados Pessoais

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relativas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD, que entrou em vigor em setembro de 2020, trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais.

Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o processamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de processamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

Além disso, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e processadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

Relevante destacar, ainda, que o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, independentemente da vigência de suas sanções, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas, pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados atualmente vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva atuação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Código de Defesa do Consumidor

Ainda, a Companhia e suas futuras controladas estão sujeitas à Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), que estabelece os princípios e requisitos legais aplicáveis às relações de consumo no Brasil. Assim, as obrigações e a relação de responsabilidade estabelecida entre a Companhia e seus consumidores é regulada por meio do Código de Defesa do Consumidor. Trata-se do marco regulatório de proteção aos consumidores, determinando seus direitos, dentre os quais está o direito à informação clara e precisa sobre os produtos e serviços a ele oferecidos no mercado, com especificações corretas referentes às suas características, estrutura, qualidade, preço e riscos que podem oferecer.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia não possui política ambiental formalizada, até o momento, vez que as atividades da Companhia podem ser consideradas de baixo impacto ambiental. Até a data de fechamento do presente Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a um padrão internacional de proteção ambiental, por conta do tipo de atividade desenvolvida e também não incorreu, até o momento, em custos para cumprimento da regulação ambiental.

Cabe ressaltar que a Companhia e suas futuras controladas buscam eficiência energética em seus produtos e soluções para redução do impacto ambiental, resultando em Datacenters mais eficientes com menos consumo de energia elétrica, reduzindo custos e tornando-se mais competitivas. Os equipamentos da Companhia e de suas controladas são de baixo consumo energético e possuem sistemas de fluxo de ar customizados. As sedes da Companhia e da ISH Tecnologia também foram projetadas com telhados verdes, coleta de água da chuva, vidros especiais com isolamento térmico, disposição das salas para otimização da iluminação natural e áreas de circulação com ventilação natural para fins de preservação do meio ambiente.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

A Companhia é titular de marcas e nomes de domínio relevantes atrelados às suas atividades, tais como os domínios cyberpass.com.br, datacenterish.com.br, ish.com.br, mantisdrp.com.br, mantisdrp.com, integrasys.com.br, cyberlabs.net, mantis.services e visioncybersecurity.com e as marcas ISH Tecnologia, Integrasys, Mantis e Cyberpass, sendo que as últimas duas ainda estão em processo de registro.

As marcas e ativos de propriedade intelectual que a Companhia e suas futuras controladas possuem, em especial a marca "ISH Tecnologia" e "Integrasys" são muito relevantes para o desempenho das atividades da Companhia e de suas controladas, pois projetam sua própria identidade, sendo reconhecidas e influenciando o público em geral. A dependência da Companha em tais marcas é relevante, uma vez que esta desempenha um importante papel na manutenção e melhoria de sua posição competitiva, além de exercer grande influência na decisão de seus clientes.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Companhia e suas futuras controladas não são dependentes de marcas, patentes e licenças de direitos de propriedade intelectual de terceiros para o devido desenvolvimento de suas atividades e manutenção de sua posição competitiva. Ainda, a Companhia e suas futuras controladas não possuem terceiros que utilizam seus direitos de propriedade intelectual, bem como não celebram contratos de licença de marcas estrategicamente para comercialização e divulgação de seus produtos.

Para maiores informações sobre marcas, nomes de domínio e demais ativos de propriedade intelectual de titularidade da Companhia e de suas controladas, vide item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não possui receitas relevantes provenientes do exterior nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não possui receitas relevantes provenientes do exterior nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não possui receitas relevantes provenientes do exterior nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

(a) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que as atividades da Companhia não provocam impactos negativos significativos ao meio ambiente, motivo pelo qual a Companhia não adota uma política formal de responsabilidade socioambiental, bem como não publica relatório de sustentabilidade.

(b) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(c) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(d) Indicar se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(e) Indicar, caso aplicável, o motivo para não atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU nas informações socioambientais divulgadas

A Companhia entende que a legislação ambiental atual não traz exigência para suas atividades.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Para um melhor entendimento do investidor acerca das operações do Grupo, as tabelas abaixo refletem as informações consolidadas do Grupo ISH, a respeito da receita proveniente dos segmentos operacionais do emissor, bem como o lucro ou prejuízo resultante dos segmentos operacionais e sua participação no lucro líquido do emissor.

(em R$ milhares, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de				Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2021		2020		2020		2019		2018	
	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Cibersegurança	105.409	80,2	67.981	70,1	139.549	62,5	97.726	62,6	70.393	58,50
Infraestrutura	16.605	12,6	22.593	23,3	68.270	30,6	46.699	29,9	41.687	34,6
Nuvem	9.361	7,1	6.466	6,7	15.444	6,9	11.618	7,4	8.244	6,9
Receita Líquida	131.375	100,0	97.040	100,0	223.263	100,0	156.042	100,0	120.324	100,0

(em R$ milhares, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de				Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2021		2020		2020		2019		2018	
	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Cibersegurança	7.717	82,9	4.908	115,3	5.011	70,6	2.277	79,1	3.161	58,5
Infraestrutura	921	9,9	(903)	(21,2)	1.357	19,1	537	18,7	1.873	34,7
Nuvem	670	7,2	250	5,9	730	10,3	54	1,9	370	6,8
Lucro Líquido	9.308	100,0	4.255	100,0	7.098	100,0	2.877	100,0	5.404	100,0

8.1 - Negócios Extraordinários

Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 não houve aquisição e/ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 não ocorreram quaisquer alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 não foram celebrados contratos não relacionados com as atividades operacionais entre a Companhia e suas futuras controladas.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao gerenciamento de riscos de mercado e controles internos da Companhia que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Salas do Edifício Sede da Companhia e da ISH Tecnologia	Brasil	ES	Vitória	Alugada
Data Center e “facilities” para armazenamento de equipamentos	Brasil	ES	Vitória	Alugada
Imóvel comercial ISH Tecnologia	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Imóvel comercial ISH Tecnologia	Brasil	DF	Brasília	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	backupasaservice.com.br	24/01/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio backupasaservice.com.br, a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	canaisish.com.br	22/10/2023	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio canaisish.com.br, a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	canalish.com.br	22/10/2023	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio canalish.com.br, a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	cyberlabstech.com.br	06/03/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio cyberlabstech.com.br, a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	cyberpass.com.br	01/02/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio cyberpass.com.br, a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	datacenterish.com.br	18/08/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio datacenterish.com.br a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	dcish.com.br	18/08/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio dcish.com.br a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	eventosish.com.br	25/09/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio eventosish.com.br a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	ish.com.br	24/03/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio ish.com.br a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	ish.net.br	08/05/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio ish.net.br a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	ishcioforum.com.br	25/09/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio ishcioforum.com.br a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	labish.com.br	26/04/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio labish.com.br a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	mantisdrp.com.br	01/03/2024	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio mantisdrp.com.br a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	svntech.com.br	10/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio svntech.com.br a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	cyberpass-latam.app	23/06/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio cyberpass-latam.app a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	ish-latam.com	22/06/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio ish-latam.com a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	mantisdrp.com	02/03/2024	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio mantisdrp.com a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	integrasys.com.br	16/10/2023	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio integrasys.net.br a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	integrasys.net.br	08/05/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio integrasys.net.br a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	cyberlabs.net	06/03/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio cyberlabs.net, a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	mantis.services	30/11/2021	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio mantis.services, a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	cyberlabs.net	06/03/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio cyberlabs.net, a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Nome de domínio na internet	visioncybersecurity.com	20/09/2021	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio in visioncybersecurity.com, a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização do domínio.
Marcas	ISH Tecnologia	29/11/2031	Podem ocasionar a perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento do decênio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos pelo INPI; (iv) ordem judicial; e (v) decisão do INPI em processo administrativo de nulidade.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Integrasys	Em processo de aprovação pelo	Podem ocasionar a perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) a não aprovação do processo de registro pelo INPI; (ii) falta de pagamento do decênio; (iii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iv) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos pelo INPI; (v) ordem judicial; e (vi) decisão do INPI em processo administrativo de nulidade.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Cyberpass	06/11/2028	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) rescisão do contrato de cessão de direitos patrimoniais com o desenvolvedor do software; (ii) dificuldade de manutenção técnica; (iii) problemas legais de violação de direitos sobre dados pessoais; (iv) custos operacionais elevados; (v) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (vi) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; e (vii) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente.do requerente.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do Cyberpass, a ISH deverá cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização da software.
Marcas	Cyberpass	Em processo de aprovação pelo	Podem ocasionar a perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) a não aprovação do processo de registro pelo INPI; (ii) falta de pagamento do decênio; (iii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iv) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos pelo INPI; (v) ordem judicial; e (vi) decisão do INPI em processo administrativo de nulidade.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário, a Companhia não possuí participações em outras sociedades, nem possuiu durante os três últimos exercícios sociais e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021. Contudo, com a abertura de capital da Companhia, a mesma realizará a incorporação da ISH Tecnologia S.A. e da Integrasys Comércio e Serviços Ltda.. Para maiores informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marcas

No Brasil, adquire-se a propriedade de uma marca somente por meio do registro da marca validamente expedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial ("INPI"), sendo então assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional durante o prazo de dez anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, para uma determinada classe de serviços ou produtos. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos e serviços. Os pedidos de registro de marca podem ser indeferidos pelo INPI, nas hipóteses previstas na Lei nº 9.279/96, inclusive em decorrência de oposição apresentada ao INPI por terceiro que tenha direito de precedência sobre a marca ou seja titular de pedido de registro ou registro de marca colidente anterior.

Atualmente, a Companhia e suas futuras controladas são titulares de direitos sobre 2 (duas) marcas, correspondentes à "CYBERPASS" na classe 42 (aluguel de software de computador) de número 912751207, e na classe 45 (licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação) de número 912751223, e à "ISH Tecnologia" na classe 42 (aluguel de software de computador) de número 900864095, e na classe 35 (agenciamento de mão-de-obra, assessoria, consultoria e informação em compilação de informações em bancos de dados de computador e atualização e manutenção de dados em bancos de dados de computadores, dentre outros) de número 900864052.

Ainda, existem 2 (dois) processos de registro em andamento referente à "MANTIS", na classe 42 de número 922223459, e na classe 45 de número 922223718. Os pedidos de registro da marca "MANTIS", foram publicados em 16 de março de 2021, e estão aguardando o prazo de apresentação de oposição de terceiros.

Também foram apresentados três de pedidos de registro da marca "INTEGRASYS" em 26 de janeiro de 2021, referentes à classe 35 de número 921576196, da classe 42 de número 921577230, e na classe 45 de número 921577389, todos ainda pendentes do exame de mérito para aprovação frente ao INPI.

Nomes de Domínio

Atualmente, a Companhia e suas futuras controladas são titulares de diversos nomes de domínio perante o NIC.Br, órgão responsável pelo registro de nomes de domínio no Brasil, os quais estão válidos e em pleno vigor. Informações sobre as marcas e nomes de domínio relevantes da Companhia estão inseridas na seção 9.1b deste Formulário de Referência.

Demais ativos relevantes

A Companhia, por meio de suas controladas, possui três softwares relevantes, quais sejam (a) o Cyberpass, com duração até 9 de setembro de 2067; (b) o OWL, com duração até 29 de abril de 2072; e (c) o Mantis com duração até 22 de fevereiro de 2072. Podem ocasionar a perda dos direitos sobre tais ativos (i) rescisão do contrato de cessão de direitos patrimoniais com o desenvolvedor do software; (ii) dificuldade de manutenção técnica; (iii) problemas legais de violação de direitos sobre dados pessoais; (iv) custos operacionais elevados; (v) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (vi) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; e (vii) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente.do requerente. Em caso de perda destes softwares a Companhia e suas futuras controladas deverão cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização de tais ativos.

A Companhia, por meio de suas controladas, é detentora dos seguintes blocos de endereço IP que possuem duração até 31 de outubro de 2021: 177.39.232.0/21, 200.252.226.144/28, 2804:b98::/32, 189.2.172.240/28, 189.201.213.232/29. Além disso, a Companhia é detentora de um ASN (*Autonomous System Number*), qual seja o AS 52797, com duração até 31 de outubro de 2021. Em caso de perda ou não renovação destes ativos a Companhia e suas futuras controladas deverão cessar a sua utilização, não sendo esperadas perdas financeiras e/ou operacionais, significativas, diretamente atreladas à não utilização de tais ativos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Introdução

Nos itens 10.1 a 10.8 deste Formulário de Referência serão apresentadas informações relativas ao balanço patrimonial da Companhia em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 02 de junho de 2021 (data de constituição da Companhia) e 30 de junho de 2021. Essas informações derivam das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao período anteriormente indicado, especialmente elaboradas para fins do inciso VIII, do artigo 1º, do Anexo III, da Instrução CVM 480, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela CVM e conforme as IFRS.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

Demonstrações contábeis combinadas

A Administração optou por apresentar no item 10.9 deste Formulário de Referência informações derivadas das demonstrações contábeis combinadas da ISH Tech S.A, ISH Tecnologia S.A. e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("Grupo ISH") Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e das demonstrações contábeis combinadas da ISH Tecnologia S.A. e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

Tais informações contábeis têm o objetivo de proporcionar informações mais úteis e representativas aos seus destinatários, para que as operações, a gestão e a posição patrimonial do Grupo ISH sejam compreendidas tendo como base a potencial estrutura societária pós oferta inicial de ações da Companhia, além de propiciar comparabilidade às informações financeiras, o histórico das operações da Companhia, posição financeira, desempenho das suas operações e os fluxos de caixa, de forma combinada do Grupo ISH, bem como comentar os fatores que influenciaram o seu desempenho nos períodos indicados, possibilitando uma análise razoável para tomada de decisão de investimento nas ações de emissão da Companhia.

As demonstrações contábeis intermediárias combinadas do Grupo ISH referentes aos períodos de 6 meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020 ("Demonstrações Contábeis Intermediárias Combinadas") e as demonstrações contábeis combinadas do Grupo ISH referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 ("Demonstrações Contábeis Combinadas") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e as normas internacionais de relatórios financeiros - International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IAB").

As demonstrações contábeis intermediárias combinadas e as demonstrações contábeis combinadas não devem ser utilizadas em última análise para a tomada de qualquer decisão de investimento na Companhia, pois não são indicativas de resultados que teriam ocorrido se os negócios tivessem sido conduzidos como uma única unidade de negócios durante o período apresentado e não representam indicativos dos resultados ou posição financeira consolidados futuros da Companhia.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais para executar o seu plano de negócios, observando sempre o perfil de sua estrutura de capital (alavancagem financeira e operacional, fluxo de caixa e liquidez), permitindo assim, pagar seus custos, despesas, dívidas e outros compromissos no curto e médio prazo. A Companhia acredita que, a fim de expandir suas operações, de modo a fomentar o seu crescimento orgânico ou seguir sua estratégia de crescimento por meio de aquisições, poderá ser necessário a ampliação do seu crédito junto a instituições financeiras ou via aportes de capital. Condições financeiras e patrimoniais estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e crescimento da economia brasileira, desta forma, não é possível precisar se a Companhia conseguirá obter recursos junto aos seus acionistas ou mercado financeiro para aprimorar e/ou alavancar seu plano de negócios no longo prazo.

Ademais, como parte da estratégia de implementação de seu plano de negócios, a Companhia optou por captar recursos junto ao mercado de capitais por meio de oferta pública de ações.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

b. Estrutura de capital

A Companhia acredita que detém uma estratégia definida para a gestão de recursos, de forma que possui liquidez e recursos de capital suficientes para honrar suas obrigações assumidas apresentadas nas demonstrações contábeis até a data deste Formulário de Referência, embora não possa garantir que tal situação seja mantida nos próximos exercícios. Contudo, caso seja necessário, a Companhia buscará outras formas de aporte de Capital para financiar suas atividades.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política de gestão de ativos e passivos da Companhia visa garantir que sua posição de capital esteja de acordo com as normas e diretrizes regulamentares aplicáveis. Esta situação pode ser verificada por meio de índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) e de endividamento (calculado pela divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e de longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – pelo EBITDA dos últimos 12 meses).

A Companhia acredita que a manutenção da sua saúde econômico-financeira é consequência do valor que suas atividades entregam para o cliente, da base robusta e resiliente de clientes e da forte geração de caixa operacional.

A Administração da Companhia acredita que em 30 de junho de 2021 a atual estrutura de capital aliada à estratégia aplicada na gestão de seus recursos confere plena capacidade de pagamento para fazer frente aos compromissos financeiros assumidos.

d. *Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas*

Para administrar o capital de giro, as necessidades de recursos financeiros, bem como os investimentos em ativos não circulantes, a Companhia acessa a sua geração de caixa próprio e, principalmente, empréstimos contratados junto a instituições financeiras sólidas para financiar suas necessidades de capital.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para as necessidades de capital que a Companhia utilizará no curso regular de seus negócios serão os empréstimos do tipo capital de giro (CCBs) para coberturas de curto prazo, e contratos de *leasing* para aquisição de *hardwares* e *softwares* de terceiros.

A Diretoria acredita que a Companhia será capaz de custear suas necessidades de capital de giro conforme elas se apresentem.

f. Níveis de endividamento e características das dívidas

Em 30 de junho de 2021, a Companhia não possuía endividamento.

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Em 30 de junho de 2021, a Companhia não possuía contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores acreditam que a Companhia possui um relacionamento próximo com as principais instituições financeiras no mercado brasileiro, com disponibilidade de linhas de crédito em caso de demandas adicionais de capital de giro.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia não possui dívidas existentes em 30 de junho de 2021.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia não possuía linhas de crédito com cláusulas restritivas (covenants), ou que impõem restrições à alienação de ativos, distribuição de dividendos, emissão de novos valores mobiliários ou à alienação do controle societário.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 30 de junho de 2021, a Companhia não apresentava empréstimos contratados e não utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não houve alterações significativas nas demonstrações contábeis da Companhia.

Em 30 de junho de 2021, o capital social da Companhia era de R$ 1.000,00.

O quadro a seguir apresenta informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia em 30 de junho de 2021.

	Em 30 de junho de	
	2021	**AV**
(R$ mil, exceto %)		
Ativo		
Circulante	1	100%
Caixa e equivalentes de caixa	1	100%
Total do ativo	1	100%
Passivo e acervo líquido	1	100%
Acervo líquido	1	100%
Capital social	1	100%
Total do passivo e Acervo líquido	1	100%

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia reconhece receitas de seu segmento operacional, pela venda de pacotes de produtos, *softwares*, aluguel de máquina, mão de obra terceirizada e serviços de cibersegurança aos seus clientes. A receita da entrega de produtos é reconhecida quando o produto é efetivamente entregue ao comprador, e a receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços.

Os três segmentos operacionais da Companhia estão abaixo descritos.

Cybersegurança

Compreende serviços avançados de conformidade e segurança da informação voltados a prover visibilidade, gestão e proteção da infraestrutura de tecnologia da informação dos clientes.

Infraestrutura

Compreende serviços de infraestrutura de TI segura que visam arquitetar, planejar e implantar infraestruturas de TI complexas tendo como premissas a disponibilidade, o desempenho e a integridade.

Serviços em Nuvem

Soluções de computação em nuvem e terceirização de Data Center, para otimizar os recursos de processamento de servidores, plataforma de aplicações e armazenamento de dados de forma segura, escalável e sob demanda.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados da Companhia não foram impactados materialmente por fatores externos.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Conforme comentários da Diretoria constantes do item 10.1 deste Formulário de Referência, a totalidade da receita da Companhia, é proveniente da venda de pacotes de produtos, *softwares*, aluguel de máquina, mão de obra terceirizada e serviços de cibersegurança aos seus clientes, tem variações diretamente atribuíveis aos preços praticados pela Companhia, que são precificados através margem de lucratividade mínima estabelecida por política interna da Companhia, ponderando o volume de serviços por cada cliente. Regularmente a Companhia avalia a precificação dos seus produtos e serviços, portanto, a variação na receita foi impactada também por incremento de preços.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Uma parte reduzida dos custos operacionais totais da Companhia é relacionado aos servidores e *Data Centers* e é diretamente impactado pela variação cambial, considerando que alguns desses produtos são integralmente importados, ou possuem insumos cuja importação é necessária. As principais despesas são as relacionadas ao custo dos serviços prestados, bem como, o custo de materiais, energia, serviços de terceiro e outros, custos estes que possuem uma relação direta com a inflação.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não ocorreram no período compreendido entre 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e Entidades controladoras são disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. A Companhia não realizou nenhuma aquisição de participação societária no período compreendido entre 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no período compreendido entre 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação às suas atividades e que tenham causado efeitos relevantes nas demonstrações contábeis ou na apuração dos resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não foram identificadas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, uma vez que a Companhia foi constituída em 2 de junho de 2021. Para informações adicionais sobre as mudanças significativas nas práticas do Grupo ISH no exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não foram identificados efeitos significativos decorrentes das alterações das práticas contábeis, uma vez que a Companhia foi constituída em 2 de junho de 2021. Para informações adicionais sobre as mudanças significativas nas práticas do Grupo ISH no exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no relatório do auditor independente da Companhia relativo às informações contábeis intermediárias relativas ao período de 2 de junho de 2021 (data da constituição) e 30 de junho de 2021. Entretanto, o relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias acima referidas inclui a ênfase abaixo:

Ênfase - Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia não teve operações desde a data de sua constituição, 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021 e que a sua restruturação societária está prevista para ocorrer no decorrer de 2021, condicionada à consumação da sua oferta pública inicial de ações. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A Companhia não possui políticas contábeis críticas referentes ao período apresentados nas Demonstrações Financeiras Combinadas.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período compreendido entre 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período compreendido entre 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período compreendido entre 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no período compreendido entre 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período compreendido entre 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao período compreendido entre 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao período compreendido entre 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao período compreendido entre 02 de junho de 2021 e 30 de junho de 2021.

10.8 - Plano de Negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são focados em melhorar e aumentar a oferta de produtos nos principais pilares da companhia: cybersegurança, cloud e infraestrutura tecnológica, oferecidas ao público alvo da Companhia, possuindo 3 grandes linhas: (i) aquisição de novas empresas complementares; (ii) desenvolvimento de novos produtos para complemento de oferta; e (iii) investimento em infraestrutura.

Na estimativa da Companhia, o mercado potencial em todos os pilares estão em expansão, mas destacando Cyber, onde a empresa volta maior parte dos seus investimentos, já que este cresce há uma velocidade de 15% ano, e a ISH no mercado das 1000 maiores empresas do Brasil, atua em somente 8% desta carteira, conforme descrito no item 7.1 deste Formulário de Referência.. Quanto a possibilidade de aquisições, a Companhia já identificou diversas potenciais aquisições em fase de avaliação e negociação. Contudo, a Companhia não pode prever o momento em que essas potenciais aquisições serão efetivadas nem o valor destinado para cada uma das aquisições.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por realização de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

Existe um plano de aceleração desses investimentos, que será financiado por meio dos recursos líquidos obtidos no âmbito da Oferta Pública Primária.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Introdução

As informações financeiras contidas neste item 10.9, exceto quando expressamente ressalvado, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis combinadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e com as demonstrações financeiras intermediárias combinadas auditadas para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, e suas respectivas notas explicativas. As informações deste item 10.9, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

As demonstrações contábeis combinadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e demonstrações contábeis intermediárias combinadas auditadas para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros - International Financial Reporting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board.

As demonstrações contábeis combinadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e demonstrações contábeis intermediárias combinadas auditadas para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020 não devem ser utilizadas em última análise para a tomada de qualquer decisão de investimento na Companhia, pois não são indicativas de resultados que teriam ocorrido se os negócios tivessem sido conduzidos como uma única unidade de negócios durante o período apresentado e não representam indicativos dos resultados ou posição financeira consolidados futuros da Companhia.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pela diretoria da Companhia ("Diretoria"), com o esclarecimento dos resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais. Assim, constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras combinadas ou nas demonstrações financeiras intermediárias combinadas sobre a situação financeira e patrimonial da Companhia, da ISH Tecnologia S.A. e da Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. (conjuntamente, o "Grupo ISH"). A Diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários da Diretoria, ora apresentados, traduzem sua visão e percepção sobre as atividades, negócios e desempenho do Grupo ISH.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia entende que o Grupo ISH possui condições financeiras e patrimoniais para executar os seus planos de negócios, observando sempre o perfil de suas estruturas de capital (alavancagem financeira e operacional, fluxo de caixa e liquidez), permitindo assim, pagar seus custos, despesas, dívidas e outros compromissos no curto e médio prazo. A Companhia acredita que, a fim de expandir as operações do Grupo ISH, de modo a fomentar o seu crescimento orgânico ou seguir sua estratégia de crescimento por meio de aquisições, poderá ser necessário a ampliação do seu crédito junto a instituições financeiras ou via aportes de capital. Condições financeiras e patrimoniais estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia e do Grupo ISH, tais como a estabilidade e crescimento da economia brasileira, desta forma, não é possível precisar se o Grupo ISH conseguirá obter recursos junto aos seus acionistas ou mercado financeiro para aprimorar e/ou alavancar seu plano de negócios no longo prazo.

As atividades do Grupo ISH foram e estão sendo suportadas pelo fluxo de caixa gerado pelo Grupo ISH. Ademais, como parte da estratégia de implementação e aceleração de seu plano de negócios, a Companhia optou por captar recursos junto ao mercado de capitais por meio de oferta pública de ações.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

O quadro a seguir apresenta informações sobre a estrutura financeira e patrimonial do Grupo ISH em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(R$ mil, exceto índices)	**Em 30 de junho de**	**Em 31 de dezembro de**		
	2021	**2020**	**2019**	**2018**
Caixa e equivalentes de caixa	6.171	17.505	20.111	1.713
Títulos e Valores Mobiliários (Circulante e não circulante)	24.675	19.364	1.169	1.243
Empréstimo e financiamentos (Circulante)	32.120	28.955	32.995	21.102
Dívida Bruta(1)	105.306	104.661	62.062	39.575
Dívida Líquida(2)	74.460	67.792	40.782	36.619
EBITDA Ajustado(3) (6)	26.624	33.051	25.874	28.004
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	n/a(4)	2,1x	1,6x	1,3x
Ativo Circulante	107.411	112.321	72.627	48.112
Passivo Circulante	79.688	81.413	78.925	56.756
Liquidez corrente (vezes) (5)	1,3x	1,4x	0,9x	0,8x

(1) A Dívida Bruta equivale à soma dos empréstimos e financiamento (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BRGAAP e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possui um significado padrão. Para a reconciliação da Dívida Bruta, vide seção 3.9 do Formulário de Referência.
(2) A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do caixa e equivalentes de caixa e do saldo de títulos e valores mobiliários ((circulante e não circulante) do Grupo ISH. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BRGAAP e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possui um significado padrão. Para a reconciliação da Dívida Líquida (Caixa Líquido), vide seção 3.9 do Formulário de Referência.
(3) O EBITDA Ajustado não é medida contábil definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não representa os fluxos de caixa para os exercícios/períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos ou alternativas ao lucro líquido , como indicadores de desempenho operacional, medidas de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente ao calculado pelo Grupo ISH. Para a reconciliação do EBTIDA Ajustado, vide seção 3.9 do Formulário de Referência.
(4) Valor não calculado dado que a dívida líquida calculado pelo EBITDA para o período de 6 meses não é comparável com o índice calculado para os exercícios sociais anteriores.
(5) A liquidez corrente corresponde à divisão entre o ativo circulante pelo passivo circulante.
(6) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1º de janeiro de 2019.

O caixa e equivalentes de caixa do Grupo ISH totalizou, em 31 de dezembro de 2020, R$ 17.505 mil, e R$ 6.171 mil em 30 de junho de 2021. A redução do caixa e equivalentes de caixa do Grupo ISH no período entre 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 foi decorrente dos pagamentos de compromissos assumidos com fornecedores, liquidação de empréstimos bancários e oportunidade de compra de produtos descontados por meio de pagamento à vista aos seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante do Grupo ISH era de R$ 112.321 mil, sendo superior ao passivo circulante, que era de R$ 81.413 mil, representando um índice de liquidez corrente de 1,4x. Em 30 de junho de 2021, o saldo do ativo circulante era de R$ 107.411 mil, enquanto o saldo de passivo circulante era de R$ 79.688 mil, representando um índice de liquidez corrente de 1,3x.

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante do Grupo ISH era de R$ 72.627 mil, sendo inferior ao passivo circulante, que era de R$ 78.925 mil, representando um índice de liquidez corrente de 0,9x. Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante do Grupo ISH era de R$ 48.112 mil, sendo inferior ao passivo circulante, que era de R$ 56.756 mil, representando um índice de liquidez corrente de 0,8x. A oscilação do índice é consequência da geração de caixa do Grupo ISH, da utilização de recursos para financiar as atividades operacionais e o crescimento do Grupo ISH durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o Grupo ISH registrou em seus balanços os montantes totais de R$ 93.160 mil, R$ 52.579 mil e R$ 39.575 mil em empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras ou de terceiros. Este aumento do saldo, pode ser explicada pela necessidade de capital de giro e investimentos nas atividades operacionais do Grupo ISH. Em 30 de junho de 2021, o saldo de empréstimos e financiamentos do Grupo ISH era de R$ 94.187 mil.

A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, era de respectivamente, 2,1x, 1,6x e 1,3x.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o Grupo ISH apresentou lucro líquido nos montantes de R$ 7.098 mil, R$ 2.877 mil e R$ 5.404 mil.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o Grupo ISH apresentou lucro líquido de R$ 9.308 mil, em função do crescimento orgânico da operação, e incremento das vendas no segmento de Cibersegurança onde as margens são maiores, em detrimentos dos outros segmentos.

b. Estrutura de capital

	Em 30 de junho de			**Em 31 de dezembro de**					
		(%)			**(%)**		**(%)**		**(%)**
(R$ mil– exceto percentuais)	**2021**	**Passivo Total**		**2020**	**Passivo Total**	**2019**	**Passivo Total**	**2018**	**Passivo Total**
Capital Próprio[1]	**6.767**	3,9%		**(1.555)**	(0,9)%	**(5.809)**	(5,2)%	**(3.311)**	(4,1)%
Capital de Terceiros [2]	**166.766**	96,1%		**170.886**	100,9%	**117.939**	105,2%	**84.890**	104,1%
Capital Total[3]	**173.533**	100%		**169.331**	100%	**112.130**	100%	**81.579**	100%

(1) O capital próprio corresponde ao Acervo Líquido.
(2) O capital de terceiros é composto pela soma do Passivo circulante e não circulante.
(3) O capital total é composto pela soma entre o Capital Próprio e o Capital de Terceiros.

Conforme demonstrado na tabela acima, houve um aumento nominal do capital de terceiros significativo ao longo dos exercícios. Esta é uma estratégia adotada pelo Grupo ISH, para fins de extrair benefícios de sua alavancagem financeira, minimizando a utilização de capital próprio, vale ressaltar que especialmente nestes exercícios, o Grupo ISH foi impactado pelas variações das provisões para indenizações trabalhistas.

O Grupo ISH acredita que detém uma estratégia definida para a gestão de recursos, de forma que possui liquidez e recursos de capital suficientes para honrar suas obrigações assumidas apresentadas nas demonstrações contábeis até a data deste Formulário de Referência, embora não possa garantir que tal situação seja mantida nos próximos exercícios. Contudo, caso seja necessário, o Grupo ISH buscará outras formas de aporte de Capital para financiar suas atividades, dado que esse nível de alavancagem teve respectiva melhora findo o primeiro semestre de 2021.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Não se aplica uma análise com base nas demonstrações contábeis combinadas para este item. Vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

d. ***Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas***

Não se aplica uma análise com base nas demonstrações contábeis combinadas para este item. Vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não se aplica uma análise com base nas demonstrações contábeis combinadas para este item. Vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

f. Níveis de endividamento e características das dívidas

Não se aplica uma análise com base nas demonstrações contábeis combinadas para este item. Vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos tomados pelo Grupo ISH, bem como o saldo de cada um nas datas conforme demonstrados nas tabelas abaixo:

			Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de:		
Modalidade [1]	**Vencimento**	**Encargos**	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
				Em R$ mil		
Circulante						
Cartão BNDES	2025	1,31% a.m	**-**	1.271	97	124
Capital de Giro	2022	0,65% a 1,06% + CDI a.a	**30.151**	24.916	31.554	19.691
Leasing	2023	0,98% a 1,25% a.m	**1.505**	2.208	3.812	3.321
Crédito direto ao consumidor - CDC	2023	1,00 a 1,18% a.m	**464**	560	563	138
Conta Garantida	N/A	1,89% a.m	**-**	-	2.100	1.500
Juros a apropriar				-	(5.131)	(3.672)
Total - Circulante			**32.120**	**28.955**	**32.995**	**21.102**
Não circulante						
Cartão BNDES	2025	1,31% a.m.	-	665	112	142
Capital de giro	2022	0,65% a 1,06% + CDI a.a	61.487	62.202	16.514	16.816
Leasing	2023	0,98% a 1,25% a.m	335	893	2.866	3.079
Crédito direto ao consumidos – CDC	2023	1,00 a 1,18% a.m	245	445	427	150
Juros a apropriar			-	-	(335)	(1.714)
Total - Não Circulante			62.067	**64.205**	**19.584**	**18.473**
Total – Empréstimos e financiamentos			94.187	**93.160**	**52.579**	**39.575**

[1] *Os contratos contidos na tabela acima estão agrupados por modalidade de contrato.*

Em 24 de setembro de 2020, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 7.605.720, no valor de R$ 3.400 mil, com vencimento em 24 de setembro de 2024 em favor do Banco ABC Brasil S.A. A remuneração é de 100% do CDI acrescido de uma taxa fixa de 0,57% ao mês. Os pagamentos são realizados mensalmente. Como garantia deste financiamento, foi realizada a (i) cessão fiduciária de ativos; (ii) garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI); e (iii) garantia fidejussória dos Sócios Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista) e João Paulo Barros da Silva Pinto (avalista**).** Em 24 de Maio de 2021 foi realizado um aditivo desse contrato onde vencimento passou para 24 de Março de 2025. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 3.319 mil.

Em 10 de fevereiro de 2020, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 12.653.222, no valor de R$ 1.400 mil, com vencimento em 10 de fevereiro 2023 em favor do Banco Bradesco S.A. A remuneração é de 10,57% ao ano. Os pagamentos são realizados mensalmente. Como garantia deste financiamento, foi realizada (i) penhor de direitos creditórios; (ii) penhor de títulos de crédito; (iii) penhor de bens móveis; (iv) alienação fiduciária de bens móveis; (v) cessão fiduciária de títulos de crédito e/ou direitos; e (vi) garantia fidejussória do Sócio Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 829 mil.

Em 3 de setembro de 2020, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 14.171.568, no valor de R$ 3.000 mil, com vencimento em 3 de setembro de 2025 em favor do Banco Bradesco S.A. A remuneração é de 9,98% ao ano. Os pagamentos são realizados mensalmente. Como garantia deste financiamento, foi realizada a garantia fidejussória do Sócio Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista) e a garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 3.223 mil.

Em 25 de abril de 2019, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 12.055.431, no valor de R$ 1.685 mil, com vencimento em 25 de abril de 2022 em favor do Banco Bradesco S.A. A remuneração é de 14,57% ao ano. Os pagamentos são realizados mensalmente. Como garantia deste financiamento, foi realizada (i) penhor de direitos creditórios; (ii) penhor de títulos de crédito; (iii) penhor de bens móveis; (iv) alienação fiduciária de bens móveis (v) cessão fiduciária de títulos de crédito e/ou direitos; e (vi) garantia fidejussória do Sócio Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 650 mil.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Em 3 de setembro de 2020, a Integrasys Comércio e Serviço de Informática Ltda. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 14.172.729 no valor de R$ 3.000 mil, com vencimento em 3 de setembro de 2025 em favor do Banco Bradesco S.A. A remuneração é de 9,9828% ao ano. Os pagamentos são realizados mensalmente. Como garantia deste financiamento, foi realizada a garantia fidejussória do Sócio Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista) e garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 3.223 mil.

Em 24 de julho de 2020, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 43.013.982.262, no valor de R$ 7.000 mil, com vencimento em 24 de julho de 2025 em favor do Banco Bradesco S.A. A remuneração é de 9,029% ao ano. Os pagamentos são realizados mensalmente. Como garantia deste financiamento, foi realizada a garantia fidejussória do Sócio Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista) e a garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$8.028 mil.

Em 27 de agosto de 2020, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 920.762, no valor de R$ 10.000 mil, com vencimento em 27 de agosto de 2024 em favor da Caixa Econômica Federal. A remuneração é de 0,71 % ao mês. Os pagamentos são realizados mensalmente. Como garantia deste financiamento, foi realizada a garantia fidejussória dos Sócios Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista) e Renato Jager Patrocinio (avalista), e garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 9.170 mil.

Em 23 de junho de 2020, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 343.102.975, no valor de R$ 14.800 mil, com vencimento em 27 de junho de 2023 em favor do Banco do Brasil S.A. A remuneração é de 100% do CDI acrescido de uma taxa fixa de 5,35% ao ano. Os pagamentos são realizados mensalmente. Como garantia deste financiamento, foi realizada a (i) cessão de direitos creditórios; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; e (iii) garantia fidejussória dos Sócios Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista), Renato Jager Patrocinio (avalista), Allan Marcelo de Campos Costa (avalista), e Armsthon Hamer Reis Zanelato (avalista). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 11.840 mil.

Em 30 de outubro de 2020, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 343.103.036, no valor de R$ 6.000 mil, com vencimento em 7 de outubro de 2024 em favor do Banco do Brasil S.A. A remuneração é de 100% do CDI acrescido de spread representado pelo percentual fixo de 4,55% ao ano. Os pagamentos são realizados mensalmente. Como garantia deste financiamento, foi realizada a (i) cessão fiduciária de direitos creditórios; e (ii) garantia fidejussória do Sócio Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 6.000 mil.

Em 15 de janeiro de 2019, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 82.559/1, no valor de R$ 4.000 mil, com vencimento em 25 de abril de 2022 em favor do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES). A remuneração é 7% ao ano sobre a variação acumulada da SELIC. Como garantia deste financiamento, foi realizada a (i) garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI); (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; e (iii) garantia fidejussória dos Sócios Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista), Renato Jager Patrocinio (avalista), Allan Marcelo de Campos Costa (avalista), Armsthon Hamer Reis Zanelato (avalista), Eliane Caetano Arreco Zanelato, Joelma Savergnin (avalista), e Júlia Falqueato Bragatto Barros (avalista). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$1.148 mil.

Em 23 de novembro de 2020, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 83.771/1, no valor de R$ 10.000 mil, com vencimento em 25 de novembro de 2024 em favor do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES). A remuneração é 6% ao ano sobre a variação acumulada da SELIC. Como garantia deste financiamento, foi realizada a garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e a garantia fidejussória dos Sócios Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista), João Paulo Barros da Silva Pinto (avalista), Renato Jager Patrocinio (avalista), Integrasys Comércio e Serviço de Informática Ltda. (avalista), e Júlia Falqueato Bragatto Barros (avalista). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 9.761 mil.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Em 3 de agosto de 2020, a Integrasys Comércio e Serviço de Informática Ltda. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 1.657.219.679, no valor de R$ 1.041 mil, com vencimento em 3 de agosto de 2024 em favor do Banco Itaú . A remuneração é de 12,549% ao ano. Como garantia deste financiamento, foi realizada garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e garantia fidejussória dos Sócios Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista), João Paulo Barros da Silva Pinto (avalista), e Júlia Falqueato Bragatto Barros (avalista). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 1.021 mil.

Em 3 de agosto de 2020, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 1.657.224.125, no valor de R$ 4.199 mil, com vencimento em 6 de agosto de 2024 em favor do Banco Itaú . A remuneração é de 12,549% ao ano. Como garantia deste financiamento, foi realizada a garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e a garantia fidejussória dos Sócios Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista), João Paulo Barros da Silva Pinto (avalista), e Júlia Falqueato Bragatto Barros (avalista). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 4.115 mil.

Em 20 de julho de 2020, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 1.003.838, no valor de R$ 1.700 mil, com vencimento em 16 de julho de 2021 em favor do Banco Safra . A remuneração é de 11,22% ao ano. Como garantia deste financiamento, foi realizada a garantia fidejussória dos Sócios Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista), João Paulo Barros da Silva Pinto (avalista), e Júlia Falqueato Bragatto Barros (avalista). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 462 mil.

Em 20 de julho de 2020, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 1.003.846, no valor de R$ 3.144 mil, com vencimento em 22 de julho de 2024 em favor do Banco Safra. A remuneração é de 13,89% ao ano. Como garantia deste financiamento, foi realizada a garantia fidejussória dos Sócios Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista), João Paulo Barros da Silva Pinto (avalista), e Júlia Falqueato Bragatto Barros (avalista). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 2.842 mil.

Em 1 de junho de 2020, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 333.874.300.000.011.990, no valor de R$ 1.480 mil com vencimento 1 de junho de 2022 em favor do Banco Santander. A remuneração é 10,69%. Como garantia deste financiamento, foi realizada garantia fidejussória dos Sócios Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista), e João Paulo Barros da Silva Pinto (avalista). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 844 mil.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Em 21 de agosto de 2020, a ISH Tecnologia S.A. emitiu o aditamento à Cédula de Crédito Bancário de nº 333.874.300.000.011.990, no valor de R$ 10.000 mil com vencimento em 21 de agosto de 2025 em favor do Banco Santander. A remuneração é de 11,35% ao ano. Como garantia deste financiamento, foi realizada a (i) cessão fiduciária de direitos creditórios; (ii) cessão fiduciária de títulos de crédito; (iii) alienação fiduciária de bens; (iv) cessão fiduciária de títulos de crédito e/ou direitos; e (v) garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI); e (vi) garantia fidejussória dos Sócios Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista), João Paulo Barros da Silva Pinto (avalista), e Armsthon Hamer Reis Zanelato (avalista). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 10.000 mil.

Em 5 de maio de 2020, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 6.019.195.407-01, no valor de R$ 2.000 mil com vencimento em 15 de maio de 2022 em favor do Banco Santander. A remuneração é da variação da SELIC com sobretaxa fixa de 0,10% ao ano acrescida de spread BNDES e Agente representados, respectivamente, pelo percentual fixo de 1,25% e 8% ao ano. Como garantia deste financiamento, foi realizada garantia fidejussória dos Sócios Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista), e João Paulo Barros da Silva Pinto (avalista). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 1.222 mil.

Em 12 de julho de 2020, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 88.754-6, no valor de R$ 2.124 mil com vencimento em 17 de janeiro de 2024 em favor do Banco Daycoval. A remuneração é da variação da SELIC com sobretaxa fixa de 1,12% ao ano. Como garantia deste financiamento, foi realizada garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e garantia fidejussória do Sócio Rodrigo Volk Etienne Dessaune (avalista). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$ 1.876 mil.

Em 12 de setembro de 2019, a ISH Tecnologia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 359.675, no valor de R$ 2.034 mil com vencimento em 12 de setembro de 2021 em favor do Money Plus Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte Ltda. A remuneração é da variação da SELIC com sobretaxa fixa de 1,14% ao ano. Como garantia deste financiamento, foi realizada garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e a garantia fidejussória dos Sócios Rodrigo Volk Etienne Dessaune (devedor solidário), João Paulo da Silva Pinto (devedor solidário), e Allan Marcelo de Campos Costa (devedor solidário). Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor era de R$380 mil.

Em 12 de Maio de 2021, a ISH Tecnlogia S.A. emitiu a Cédula de Crédito Bancário de nº 1037126, no valor de R$12.000 mil com vencimento em 29 de abril de 2024 em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. A remuneração é prefixada com juros equivalentes a 12,22933% ao ano. Como garantia deste financiamento, foi realizado garantia deste financiamento dos Sócios Rodrigo Volk Etienne Dessaune (devedor solidário), João Paulo da Silva Pinto (devedor solidário). Em 30 de Junho de 2021, o saldo devedor era de R$12.000 mil.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O Grupo ISH não possui outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras. Os Diretores acreditam que o Grupo ISH possui um relacionamento próximo com as principais instituições financeiras no mercado brasileiro, com disponibilidade de linhas de crédito em caso de demandas adicionais de capital de giro.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas do Grupo ISH existentes em 30 de junho de 2021 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas do Grupo ISH é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Em 30 de junho de 2021, o Grupo ISH possui linhas de crédito com cláusulas restritivas (covenants). Os contratos de empréstimos e financiamentos do Grupo ISH que possuem cláusulas restritivas estão listados abaixo:

Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito – Empréstimo – nº 7.605.720, celebrado em 24 de setembro de 2020 entre a ISH Tecnologia e o Banco ABC Brasil S.A. – impõe restrições à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia, bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo – nº 7.605.720, celebrada em 24 de setembro de 2020 entre a ISH Tecnologia e o Banco ABC Brasil S.A. – impõe restrições à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia, bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo Capital de Giro – nº 12.653.222, celebrada em 10 de fevereiro de 2020 entre a ISH Tecnologia e o Banco Bradesco S.A. – impõe restrições à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia, bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo Capital de Giro– nº 14.171.528, celebrada em 3 de setembro de 2020 entre a ISH Tecnologia e o Banco Bradesco S.A. – impõe restrições à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia, bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo Capital de Giro – nº 12.055.431, celebrada em 25 de abril de 2019 entre a ISH Tecnologia e o Banco Bradesco S.A. – impõe restrições à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia, bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo Capital de Giro Aval– nº 14.172.729, celebrada em 3 de setembro de 2020 entre a Integrasys Comércio e Serviço de Informática Ltda. e o Banco Bradesco S.A. – impõe restrições à alteração ou modificação da composição do capital social da Integrasys Comércio e Serviço de Informática Ltda., bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo Capital de Giro Aval– nº 43.013.982.262, celebrada em 24 de julho de 2020 entre a ISH Tecnologia e o Banco Bradesco S.A. – impõe restrições à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia, bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo Giro Caixa Empresarial MGE– nº 920.762, celebrada em 27 de agosto de 2020 entre a ISH Tecnologia e a Caixa Econômica Federal – impõe restrições à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia, bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo– nº 343.102.975, celebrada em 23 de junho de 2020 entre a ISH Tecnologia e o Banco do Brasil S.A. – impõe restrições à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia, bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo Giro BB – n° 343.102.975, celebrada em 23 de junho de 2020 entre a ISH Tecnologia e o Banco do Brasil S.A. – impõe restrições (i) à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia, bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor; e (ii) à não manutenção (1) da razão entre a dívida líquida e o EBITDA menor ou igual a (1.i) 2x (duas vezes) em 2020; (1.ii) 1,75x (uma vez e setenta cinco) em 2021; e (1.iii) 1,5x (uma vez e meia) em 2022. A dívida líquida é o valor da dívida menos as disponibilidades e ativos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo– nº 343.103.036, celebrada em 30 de outubro de 2020 entre a ISH Tecnologia e o Banco do Brasil S.A. – impõe restrições (i) à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia, bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor; e (ii) à alteração do controle social das controladas que resulte em perda de nosso controle societário, direto ou indireto dessas empresa.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro– n° 1.657.219.679, celebrada em 3 de agosto de 2020 entre a Integrasys Comércio e Serviço de Informática Ltda. e o Banco Itaú. – impõe restrições (i) à alteração ou modificação da composição do capital social da Integrasys Comércio e Serviço de Informática Ltda., bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor; e (ii) à alteração do objeto social, ou de sua atividade principal ou alienação de estabelecimento comercial ou de parcela significativa de bens ou direitos do seu ativo permanente.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro – nº 1.657.224.125, celebrada em 3 de agosto de 2020 entre ISH Tecnologia S.A. e o Banco Itaú. – impõe restrições (i) à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia S.A. bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor; e (ii) à alteração do objeto social, ou de sua atividade principal ou alienação de estabelecimento comercial ou de parcela significativa de bens ou direitos do seu ativo permanente.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo Mútuo– nº 1.003.838,, celebrada em 20 de julho de 2020 entre ISH Tecnologia S.A. e o Banco Safra. – impõe restrições (i) à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia S.A. bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor; e (ii) à oneração ou alienação de ativos financeiros (tais como, mas não se limitando a, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários) de forma substancial ou total, salvo em garantia proveniente de contrato com BNDES.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo Mútuo – nº 1.003.846, celebrada em 20 de julho de 2020 entre ISH Tecnologia S.A. e o Banco Safra. – impõe restrições (i) à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia S.A. bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor; e (ii) à oneração ou alienação de ativos financeiros (tais como, mas não se limitando a, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários) de forma substancial ou total, salvo em garantia proveniente de contrato com BNDES.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo PEAC – nº 00333874300000012450, celebrada em 1 de junho de 2020 entre a ISH Tecnologia e o Banco Santander S.A. – impõe restrições (i) à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia, bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Aditamento à Célula de Crédito Bancário – Empréstimo PEAC – nº 00333874300000012450, celebrado em 21 de agosto de 2020 entre a ISH Tecnologia e o Banco Santander S.A. – impõe restrições (i) à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia, bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor; e (ii) à não manutenção (1) da razão entre a dívida líquida e o EBITDA menor ou igual a 2,5x (duas vezes e meia) a partir de 2020 até a integral liquidação das obrigações assumidas no âmbito da Cédula de Crédito Bancário em questão. A dívida líquida é o valor da dívida menos as disponibilidades e ativos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro – nº 6.019.195.407-01 celebrada em 5 de maio de 2020 entre a ISH Tecnologia e o Banco Santander S.A. – impõe restrições à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia, bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo Crédito Livre (FGI) – nº 88.754-6, celebrada em 12 de julho de 2020 entre a ISH Tecnologia e o Banco Daycoval – impõe restrições (i) à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia, bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor; e (ii) à alteração do controle ou troca de gestão financeira.

Célula de Crédito Bancário – Empréstimo– nº 359.675, celebrada em 12 de setembro de 2019, entre a ISH Tecnologia e o Money Plus Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte Ltda. – impõe restrições (i) à alteração ou modificação da composição do capital social da ISH Tecnologia, bem como qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, sem a prévia e expressa anuência do credor; (ii) à alteração do objeto social; e (iii) à alienação, cessão, doação ou transferência, por qualquer meio, de bens, ativos ou direitos de propriedade previstas no âmbito da Cédula de Crédito Bancário em questão.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 30 de junho de 2021, o Grupo ISH não apresentava empréstimos contratados e não utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações abaixo são referentes às demonstrações de resultado combinado do Grupo ISH referentes ao período de seis meses findo em junho de 2021 e 2020 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO COMBINADO

ANÁLISE COMPARATIVA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO COMBINADO PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

	Período de seis meses findo em 30 de junho de				
	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH (%)
(R$ mil, exceto %)					
Receita líquida	131.375	100,0%	97.040	100,0%	35,4%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(86.871)	(66,1)%	(64.817)	(66,8)%	34,0%
Lucro Bruto	**44.504**	**33,9%**	**32.223**	**33,2%**	**38,1%**
Despesas administrativas	(22.343)	(17,0)%	(12.896)	(13,3)%	73,3%
Despesas de vendas	(3.917)	(3,0)%	(8.540)	(8,8)%	(54,1)%
Outras receitas (despesas), líquidas	749	0,6%	(66)	(0,1)%	N/A
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**18.993**	**14,5%**	**10.721**	**11,0%**	**77,2%**
Despesas financeiras	(6.101)	(4,6)%	(4.646)	(4,8)%	31,3%
Receitas financeiras	1.192	0,9%	517	0,5%	130,6%
Resultado financeiro, líquido	(4.909)	(3,7)%	(4.129)	(4,3)%	18,9%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**14.084**	**10,7%**	**6.592**	**6,8%**	**113,7%**
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(5.628)	(4,3)%	(2.992)	(3,1)%	92,6%
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	852	0,6%	585	0,6%	45,6%
Lucro líquido do período	**9.308**	**7,1%**	**4.255**	**4,4%**	**118,8%**

Receita líquida

A receita líquida aumentou em R$ 34.335 mil, ou 35,4%, e passou de R$ 97.040 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para R$ 131.375 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, principalmente devido crescimento orgânico do Grupo ISH, aumento da base de vendas, aumento da capacidade de atendimento de serviços, através do aumento de produtividade, e maior inserção em outros segmentos de mercado como pequenas e médias empresas (PME) e FINTECS. Nesse sentido, destaca-se a evolução da receita líquida obtida por serviços de *managed security services* no segmento de Cibersegurança. A evolução da receita líquido por segmento operacional foi como segue:

(em milhares de R$, exceto %)	**Período de seis meses findo em 30 de junho de**		**Variação**	
	2021	**2020**	**R$**	**%**
Cybersegurança	105.409	67.981	37.428	55,1%
Infraestrutura	16.605	22.593	-5.988	-26,5%
Cloud services	9.361	6.466	2.895	44,8%
Total – Receita líquida	**131.375**	**97.040**	**34.335**	**35,4%**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O saldo de custos operacionais aumentou em R$ 22.054 mil, ou 34,0%, de R$ 64.817 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para R$ 86.871 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, principalmente devido ao aumento de custos de mão de obra, em função da estratégia da Companhia de antecipar o crescimento de seu quadro de colaboradores considerando o crescimento histórico de receita, de modo que o custo de mão de obra aumentou de R$ 18.611 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para R$ 41.060 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. A evolução dos custos dos produtos vendidos e serviços prestados por segmento operacional foi como segue:

(em milhares de R$, exceto %)	**Período de seis meses findo em 30 de junho de**		**Variação**	
	2021	**2020**	**R$**	**%**
Cybersegurança	(69.285)	(39.361)	(29.924)	76,0%
Infraestrutura	(11.261)	(20.490)	9.229	(45,0)%
Cloud services	(6.325)	(4.966)	(1.359)	27,4%
Total – Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	**(86.871)**	**(64.817)**	**(22.054)**	**34,0%**

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores apresentados acima, o lucro bruto aumentou de R$ 32.223 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para R$ 44.504 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, representando um crescimento de R$ 12.281 mil ou 38,1%.

Despesas e receitas operacionais

As despesas e receitas operacionais aumentaram em R$ 4.009 mil ou 18,6%, passando de R$ 21.502 mil, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para R$ 25.511 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, em razão das seguintes variações:

Redução de R$ 4.623 mil ou 54,1% nas despesas de vendas, que passaram de R$ 8.540 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 para R$ 3.917 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, principalmente devido ao reposicionamento das políticas comerciais do Grupo ISH e aumento do rebate de verbas de propaganda, conforme negociações com fornecedores.

Aumento de R$ 9.447 mil ou 73,3% nas despesas administrativas, que passaram de R$ 12.896 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para R$ 22.343 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, em função principalmente de provisões para indenizações trabalhistas quanto aos contratos firmados com pessoas jurídicas e representantes comerciais e ao aumento do *backoffice* parcial para suportar o crescimento da operação.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido cresceu R$ 780 mil ou 18,9% de uma despesa financeira líquida de R$ 4.129 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para uma despesa financeira líquida de R$ 4.909 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, em decorrência, principalmente, do aumento das despesas financeiras, de R$ 4.646 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 para R$ 6.101 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, ocasionada, principalmente pelo aumento do endividamento bancário para suportar as operações de vendas, buscando linhas para *funding* dos equipamentos nos contratos fechados.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Em decorrência dos fatores apresentados acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social totalizou R$ 14.084 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado a R$ 6.592 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 7.492 mil ou 113,7%.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A despesa de imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) na comparação entre o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, aumentou R$ 2.439 mil ou 104,4%, passando de R$ 2.337 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para R$ 4.776 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. O regime de apuração é de lucro real, de forma que os valores registrados nos resultados contemplam os impostos devidos e os calculados sobre diferenças temporárias, controladas em registros próprios extra contabilmente.

Lucro líquido do período

Em decorrência dos fatores apresentados acima, o lucro líquido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$ 9.308 mil, um aumento de R$ 5.053 mil ou 118,8% quando comparado ao lucro líquido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

ANÁLISE COMPARATIVA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO COMBINADO PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2020	AV (%)	2019	AV (%)	AH (%)
(R$ mil, exceto %)					
Receita líquida	223.263	100,0%	156.042	100,0%	43,1%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(153.387)	(68,7)%	(103.447)	(66,3)%	48,3%
Lucro Bruto	**69.876**	**31,3%**	**52.595**	**33,7%**	**32,9%**
Despesas administrativas	(30.824)	(13,8)%	(24.723)	(15,8)%	24,7%
Despesas de vendas	(20.131)	(9,0)%	(12.938)	(8,3)%	55,6%
Outras receitas (despesas), líquidas	802	0,4%	(94)	(0,1)%	N/A
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**19.723**	**8,8%**	**14.840**	**9,5%**	**32,9%**
Despesas financeiras	(10.638)	(4,8)%	(10.841)	(6,9)%	(1,9)%
Receitas financeiras	1.150	0,5%	403	0,3%	185,4%
Resultado financeiro, líquido	**(9.488)**	**(4,2)%**	**(10.438)**	**(6,7)%**	**(9,1)%**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**10.235**	**4,6%**	**4.402**	**2,8%**	**132,5%**
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(5.331)	(2,4)%	(1.510)	(1,0)%	253,0%
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	2.194	1,0%	(15)	(0,0)%	N/A%
Lucro líquido do exercício	**7.098**	**3,2%**	**2.877**	**1,8%**	**146,7%**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Receita líquida

A receita líquida aumentou em R$ 67.221 mil, ou 43,1%, de R$ 156.042 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 223.263 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao aumento da demanda pelos produtos do Grupo ISH em função da realidade de trabalho remoto imposta pela pandemia da COVID-19. O crescimento dos demais serviços gerenciados (*managed security services*) também representou uma importante fonte de receita do Grupo ISH. A evolução da receita líquida por segmento operacional foi como segue:

(em milhares de R$, exceto %)	**Exercício findo em 31 de dezembro de**		**Variação**	
	2020	**2019**	**R$**	**%**
Cybersegurança	139.549	97.726	41.823	42,8%
Infraestrutura	68.270	46.699	21.571	46,2%
Cloud services	15.444	11.618	3.826	32,9%
Total – Receita líquida	**223.263**	**156.042**	**67.221**	**43,1%**

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados aumentou em R$49.940 mil, ou 48,3%, de R$ 103.447 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$153.387 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao aumento do custo de equipamentos e softwares, de R$ 43.333 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 61.312 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, ao aumento do custo de mão de obra que passou de R$ 23.077 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 45.320 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A evolução dos custos dos produtos vendidos e serviços prestados por segmento operacional foi como segue:

(em milhares de R$, exceto %)	**Exercício findo em 31 de dezembro de**		**Variação**	
	2020	**2019**	**R$**	**%**
Cybersegurança	(94.444)	(64.443)	(30.001)	46,6%
Infraestrutura	(48.923)	(31.233)	(17.690)	56,6%
Cloud services	(10.020)	(7.771)	(2.249)	28,9%
Total – Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	**(153.387)**	**(103.447)**	**(49.940)**	**48,3%**

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores apresentados acima, o lucro bruto aumentou de R$ 52.595 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 69.876 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 17.281 mil ou 32,9%.

Despesas e receitas operacionais

As despesas e receitas operacionais aumentaram em R$ 12.398 mil ou 32,8%, passando de R$ 37.755 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 50.153 mil no mesmo exercício encerrado em dezembro de 2020, em razão das seguintes variações:

Aumento de R$ 6.101 mil ou 24,7 % nas despesas administrativas, que passaram de R$ 24.723 mil, para R$ 30.824 mil em função principalmente da inflação de 4,5% do período e aumento das despesas com pessoal, por aumento das despesas com bônus e participação nos lucros dos representantes comerciais e serviços de terceiros, que passou de R$ 15.293 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 20.694 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Aumento de R$ 7.193 mil ou 55,6% nas despesas de vendas, que passaram de R$ 12.938 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 mil para R$ 20.131 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente relacionado ao aumento das despesas com comissões, que passou de R$ 10.388 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 17.889 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido reduziu R$ 950 mil ou 9,1% de uma despesa financeira líquida de R$ 10.438 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para uma despesa financeira líquida de R$ 9.488 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em decorrência dos seguintes fatores:

Aumento na receita financeira, no montante de R$ 747 mil ou 185,4%, que passou de R$ 403 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 1.150 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em decorrência principalmente da remensuração de contratos de arrendamento.

Redução na despesa financeira, no montante de R$ 203 mil ou 1,9%, que totalizou R$ 10.638 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R$ 10.841 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, ocasionada, principalmente, pela redução dos juros sobre empréstimos e financiamentos em virtude da redução do CDI no período, além da estratégia do Grupo ISH de antecipar os empréstimos contratados com custos maiores, e substituição por outros empréstimos com custo de capital inferior.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Em decorrência dos fatores apresentados acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social totalizou R$ 10.235 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$ 4.402 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$5.833 mil ou 132,5% entre os períodos.

Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido)

A despesa de imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) aumentou R$ 1.612 mil ou 105,7%, passando de R$ 1.525 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$3.137 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O regime de apuração é de lucro real, de forma que os valores registrados nos resultados contemplam os impostos devidos e os calculados sobre diferenças temporárias, controladas em registros próprios extra contabilmente.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores apresentados acima, o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$ 7.098 mil, um aumento de R$ 4.221 mil ou 146,7% se comparado ao lucro líquido de R$ 2.877 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

ANÁLISE COMPARATIVA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO COMBINADO PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	AV (%)	2018	AV (%)	AH (%)
(R$ mil, exceto %)					
Receita líquida	156.042	100,0%	120.324	100,0%	29,7%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(103.447)	(66,3)%	(72.135)	(60,0)%	43,4%
Lucro Bruto	**52.595**	**33,7%**	**48.189**	**40,0%**	**9,1%**
Despesas administrativas	(24.723)	(15,8)%	(21.666)	(18,0)%	14,1%
Despesas de vendas	(12.938)	(8,3)%	(5.977)	(5,0)%	116,5%
Outras receitas (despesas), líquidas	(94)	(0,1)%	(256)	(0,2)%	(63,3)%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**14.840**	**9,5%**	**20.290**	**16,9%**	**(26,9)%**
Despesas financeiras	(10.841)	(6,9)%	(11.336)	(9,4)%	(4,4)%
Receitas financeiras	403	0,3%	873	0,7%	(53,8)%
Resultado financeiro, líquido	**(10.438)**	**(6,7)%**	(10.463)	(8,7)%	(0,2)%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**4.402**	**2,8%**	**9.827**	**8,2%**	**(55,2)%**
Imposto de renda e contribuição- Corrente	(1.510)	(1,0)%	(4.963)	(4,1)%	(69,6)%
Imposto de renda e contribuição - Diferido	(15)	(0,0)%	540	0,4%	N/A
Lucro líquido do exercício	**2.877**	**1,8%**	**5.404**	**4,5%**	**(46,8)%**

Receita líquida

A receita líquida aumentou em R$ 35.718 mil, ou 29,7%, de R$ 120.324 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 156.042 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente devido ao incremento substancial de novos clientes nos serviços gerenciados (*managed security services*), conforme estratégia de aumento de clientes e *pipeline* do Grupo ISH. A evolução da receita líquida por segmento operacional foi como segue:

(em milhares de R$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018	R$	%
Cybersegurança	97.726	70.393	27.333	38,8%
Infraestrutura	46.699	41.687	5.012	12,0%
Cloud services	11.618	8.244	3.374	40,9%
Total – Receita líquida	**156.042**	**120.324**	**35.718**	**29,7%**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados aumentou em R$ 31.312 mil, ou 43,4%, de R$ 72.135 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 103.447 mil no exercício social encerrado em dezembro de 2019, principalmente devido ao aumento do custo com (i) mão de obra que passou de R$ 13.277 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 23.077 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) equipamentos e softwares, que passou de R$36.846 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$43.333 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e (iii) serviços de terceiros, que passou de R$4.726 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$12.626 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A evolução dos custos dos produtos vendidos e serviços prestados por segmento operacional foi como segue:

(em milhares de R$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		Variação	
	2019	2018	R$	%
Cybersegurança	(64.443)	(42.481)	(21.962)	51,7%
Infraestrutura	(31.233)	(24.758)	(6.475)	26,2%
Cloud services	(7.771)	(4.896)	(2.875)	58,7%
Total – Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	**(103.447)**	**(72.135)**	**(31.312)**	**43,4%**

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores apresentados acima, o lucro bruto aumentou de R$ 48.189 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 52.595 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma aumento de R$ 4.406 mil ou 9,1%.

Despesas e receitas operacionais

As despesas e receitas operacionais aumentaram em R$ 9.856 mil ou 35,3%, passando de R$ 27.899 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 37.755 mil no exercício social encerrado em dezembro de 2019, em razão das seguintes variações:

Aumento de R$ 3.057 mil ou 14,1% nas despesas administrativas, que passaram de R$ 21.666 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 24.723 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em função principalmente da inflação de 4,3% do período, e do aumento das despesas com pessoal, por aumento das despesas com bônus e participação nos lucros dos representantes comerciais e serviços de terceiros, que passou de R$ 13.595 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 15.293 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Aumento de R$ 6.961 mil ou 116,5% nas despesas de vendas, que passaram de R$ 5.977 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 12.938 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente devido ao aumento dos gastos com comissões, que passou de R$ 3.404 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 10.388 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido apresentou uma redução de R$ 25 mil ou 0,2% de uma despesa financeira líquida de R$ 10.463 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para uma despesa financeira líquida de R$10.438 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em decorrência das seguintes variações:

Redução na receita financeira, no montante de R$ 470 mil ou 53,8%, que passou de R$ 873 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 403 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em decorrência principalmente da queda da variação monetária ativa, que passou de R$ 325 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 71 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Redução na despesa financeira, no montante de R$ 495 mil ou 4,4%, que registrou R$ 11.336 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e R$ 10.841 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, ocasionada, principalmente pela redução dos juros de parcelamentos, que passou de R$ 2.015 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 1.675 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Em decorrência dos fatores apresentados acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou um lucro no montante de R$4.402 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um lucro de R$ 9.827 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 representando uma redução de R$ 5.425 mil ou 55,2% entre os períodos.

Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido)

A despesa de imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) reduziu R$ 2.898 mil ou 65,5%, passando de R$ 4.423 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 1.525 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O regime de apuração é de lucro real, de forma que os valores registrados nos resultados contemplam os impostos devidos e os calculados sobre diferenças temporárias, controladas em registros próprios extra contabilmente.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores apresentados acima, o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 2.877 mil, representando uma redução de R$ 2.527 mil ou 46,8% se comparado ao lucro líquido de R$ 5.404 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

BALANÇO PATRIMONAL

ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL COMBINADO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	Em 30 de junho de 2021	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	AH (%)
(R$ mil, exceto %)					
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6.171	3,6%	17.505	10,3%	(64,7)%
Títulos e valores mobiliários	22.147	12,8%	16.407	9,7%	35,0%
Contas a receber	47.535	27,4%	54.250	32,0%	(12,4)%
Estoques	7.489	4,3%	8.974	5,3%	(16,5)%
Impostos a recuperar	13.161	7,6%	8.316	4,9%	58,3%
Outros ativos	10.908	6,3%	6.869	4,1%	58,8%
Total do ativo circulante	**107.411**	**61,9%**	**112.321**	**66,3%**	**(4,4)%**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Não circulante					
Contas a receber	3.211	1,9%	21	0,0%	N/A
Títulos e valores mobiliários	2.528	1,5%	2.957	1,7%	(14,5)%
Partes relacionadas	19.321	11,1%	13.794	8,1%	40,1%
Tributos diferidos	5.638	3,2%	4.787	2,8%	17,8%
Outros ativos	215	0,1%	267	0,2%	(19,5)%
Imobilizado	13.911	8,0%	13.160	7,8%	5,7%
Ativo de direito de uso	10.881	6,3%	11.445	6,8%	(4,9)%
Intangível	10.417	6,0%	10.579	6,2%	(1,5)%
Total do ativo não circulante	**66.122**	**38,1%**	**57.010**	**33,7%**	**16,0%**
Total do ativo	**173.533**	**100,0%**	**169.331**	**100,0%**	**2,5%**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	22.868	13,2%	34.713	20,5%	(34,1)%
Empréstimos e financiamentos	32.120	18,5%	28.955	17,1%	10,9%
Obrigações tributárias	2.651	1,5%	3.806	2,2%	(30,3)%
Imposto de renda e contribuição social	9.046	5,2%	3.498	2,1%	158,6%
Obrigações trabalhistas	9.846	5,7%	6.821	4,0%	44,3%
Parcelamentos de tributos	1.011	0,6%	1.204	0,7%	(16,0)%
Passivo de arredamento	878	0,5%	842	0,5%	4,3%
Partes relacionadas	1	0,00%	-	0,0%	N/A
Outros Passivos	1.267	0,7%	1.574	0,9%	(19,5)%
Total do passivo circulante	**79.688**	**45,9%**	**81.413**	**48,1%**	**(2,1)%**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	62.067	35,8%	64.205	37,9%	(3,3)%
Parcelamentos de tributos	3.583	2,1%	4.040	2,4%	(11,3)%
Passivo de arrendamento	10.241	5,9%	10.659	6,3%	(3,9)%
Obrigações trabalhistas	11.108	6,4%	10.490	6,2%	5,9%
Outros Passivos	79	0,0%	79	0,0%	0,0%
Total do passivo não circulante	**87.078**	**50,2%**	**89.473**	**52,8%**	**(2,7)%**
Acervo líquido	6.767	3,9%	(1.555)	(0,9)%	(535,2)%
Total do passivo e acervo líquido	**173.533**	**100,0%**	**169.331**	**100,0%**	**2,5%**

Ativo circulante

O ativo circulante reduziu 4,4% ou R$ 4.910 mil, passando de R$ 112.321 mil em 31 de dezembro de 2020, para R$ 107.411 mil em 30 de junho de 2021. O ativo circulante representava 66,3% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020 e 61,9% em 30 de junho de 2021. Essa variação do ativo circulante decorreu principalmente da redução do saldo do caixa e equivalentes de caixa, que passou de R$ 17.505 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 6.171 mil em 30 de junho de 2021, decorrente do aumento do saldo de partes relacionadas no período.

Ativo não circulante

O ativo não circulante aumentou R$ 9.112 mil ou 16,0%, passando de R$ 57.010 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 66.122 mil em 30 de junho de 2021. O ativo não circulante representava 33,7% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020 e 38,1% em 30 de junho de 2021. Essa variação decorreu principalmente do aumento no saldo de partes relacionadas, que passou de R$ 13.794 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 19.321 mil em 30 de junho de 2021, representando uma variação liquida de R$5.527 mil, ou 40,1%, em razão da celebração de novo mútuo no valor de R$ 12.427 mil em 30 de junho de 2021 junto aos acionistas.

Passivo circulante

O passivo circulante reduziu 2,1%, ou R$ 1.725 mil, passando de R$ 81.413 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 79.688 mil em 30 de junho de 2021. O passivo circulante representava 48,1% do total do passivo e Acervo líquido em 31 de dezembro de 2020 e 45,9% em 30 de junho de 2021.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Essa variação decorreu principalmente da redução do saldo de fornecedores que passou de R$ 34.713 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 22.868 mil em 30 de junho de 2021, motivado pela estratégia do Grupo ISH em negociar descontos com seus fornecedores para pagamentos à vista.

Passivo não circulante

O passivo não circulante teve uma redução de 2,7%, ou R$ 2.395 mil, passando de R$ 89.473 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 87.078 mil em 30 de junho de 2021. O passivo não circulante representava 52,8% do total do passivo e Acervo líquido em 31 de dezembro de 2020 e 50,2% em 30 de junho de 2021. Essa redução ocorreu principalmente devido à redução do saldo de empréstimos e financiamentos, motivado pela estratégia do Grupo ISH pelo pagamento de empréstimos com custo de capital superior.

Acervo líquido

O Acervo líquido variou R$ 8.322 mil, passando de um saldo negativo de R$ 1.555 mil em 31 de dezembro de 2020 para um saldo positivo de R$ 6.767 mil em 30 de junho de 2021. O Acervo líquido representava 3,9% em 30 de junho de 2021. Essa variação, é representada basicamente pela apuração de lucro líquido de R$ 9.308 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL COMBINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	Em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	AH (%)
(R$ mil, exceto %)					
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	17.505	10,3%	20.111	17,9%	(13,0)%
Títulos e valores mobiliários	16.407	9,7%	805	0,7%	N/A
Contas a receber	54.250	32,0%	30.641	27,3%	77,1%
Estoques	8.974	5,3%	4.490	4,0%	99,9%
Impostos a recuperar	8.316	4,9%	6.542	5,8%	27,1%
Outros ativos	6.869	4,1%	10.038	9,0%	(31,6)%
Total do ativo circulante	**112.321**	**66,3%**	**72.627**	**64,8%**	**54,7%**
Não circulante					
Contas a receber	21	0,0%	-	-	N/A
Títulos e valores mobiliários	2.957	1,7%	364	0,3%	712,4%
Partes relacionadas	13.794	8,1%	7.964	7,1%	73,2%
Tributos diferidos	4.787	2,8%	2.594	2,3%	84,5%
Outros ativos	267	0,2%	184	0,2%	45,1%
Imobilizado	13.160	7,8%	9.973	8,9%	32,0%
Ativo de direito de uso	11.445	6,8%	9.160	8,2%	24,9%
Intangível	10.579	6,2%	9.264	8,3%	14,2%
Total do ativo não circulante	**57.010**	**33,7%**	**39.503**	**35,2%**	**44,3%**
Total do ativo	**169.331**	**100,0%**	**112.130**	**100,0%**	**51,0%**
Passivo e Acervo Líquido					
Circulante					
Fornecedores	34.713	20,5%	34.261	30,6%	1,3%
Empréstimos e Financiamentos	28.955	17,1%	32.995	29,4%	(12,2)%
Obrigações tributárias	3.806	2,2%	807	0,7%	371,6%
Imposto de renda e Contribuição social	3.498	2,1%	3.796	3,4%	(7,9)%
Obrigações trabalhistas	6.821	4,0%	4.533	4,0%	50,5%
Parcelamento de tributos	1.204	0,7%	671	0,6%	79,4%
Passivo de arredamento	842	0,5%	682	0,6%	23,5%
Outros Passivos	1.574	0,9%	1.180	1,1%	33,4%
Total do passivo circulante	**81.413**	**48,1%**	**78.925**	**70,4%**	**3,2%**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	64.205	37,9%	19.584	17,5%	227,8%
Parcelamentos de tributos	4.040	2,4%	3.695	3,3%	9,3%
Passivo de arrendamento	10.659	6,3%	8.801	7,8%	21,1%
Obrigações Trabalhistas	10.490	6,2%	6.717	6,0%	56,2%
Outros Passivos	79	0,0%	217	0,2%	(63,6)%
Total do passivo não circulante	**89.473**	**52,8%**	**39.014**	**34,8%**	**129,3%**
Acervo líquido	(1.555)	(0,9)%	(5.809)	(5,2)%	(73,2)%
Total do passivo e Acervo líquido	**169.331**	**100,0%**	**112.130**	**100,0%**	**51,0%**

Ativo circulante

O ativo circulante aumentou 54,7% ou R$ 39.694 mil, passando de R$ 72.627 mil em 31 de dezembro de 2019, para R$ 112.321 mil em 31 de dezembro de 2020. O ativo circulante representava 64,8% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 66,3% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento do saldo do ativo circulante decorreu principalmente do aumento de contas a receber de clientes, que passou de R$ 30.641 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 54.250 mil em 31 de dezembro de 2020, cuja variação se deve ao aumento no volume de clientes e de receita líquida no período.

Ativo não circulante

O ativo não circulante aumentou em R$ 17.507 mil ou 44,3%, passando de R$ 39.503 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 57.010 mil em 31 de dezembro de 2020. O ativo não circulante representava 35,2% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 33,7% em 31 de dezembro de 2020.

Essa variação decorreu principalmente do aumento no saldo de imobilizado, que passou de R$ 9.973 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 13.160 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 3.187 mil, ou 32,0%, principalmente relacionado a um aumento no saldo de Máquinas e Equipamentos em 31 de dezembro de 2020, investimento necessário em função do aumento de clientes e de demanda. Além disso, o saldo de Partes Relacionadas também cresceu, em função do montante de lucros antecipados distribuídos aos sócios, que acabaram sendo superiores aos dividendos apurados ao final do exercício, levando o saldo de Partes Relacionadas de R$ 7.964 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 13.794 mil em 31 de dezembro de 2020.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou 3,2%, ou R$ 2.488 mil, passando de R$ 78.925 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 81.413 mil em 31 de dezembro de 2020. O passivo circulante representava 70,4% do total do passivo e Acervo líquido em 31 de dezembro de 2019 e 48,1% em 31 de dezembro de 2020.

Essa variação decorreu principalmente do aumento no saldo de obrigações trabalhistas, que passou de R$ 4.533 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 6.821 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 2.288 mil, ou 50,5%, ambos ocasionados em razão do aumento de funcionários e pessoal nesse período, resultando em um aumento no saldo de provisão de férias, encargos sociais de funcionários e Pessoas Jurídicas em 31 de dezembro de 2020.

Passivo não circulante

O passivo não circulante teve um aumento de 129,3%, ou R$ 50.459 mil, passando de R$ 39.014 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 89.473 mil em 31 de dezembro de 2020. O passivo não circulante representava 34,8% do total do passivo e Acervo líquido em 31 de dezembro de 2019 e 52,8% em 31 de dezembro de 2020.

Essa variação ocorreu principalmente devido ao aumento do saldo de empréstimos e financiamentos, que passou de R$ 19.584 mil em 31 de dezembro de 2019, para R$ 64.205 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R$ 44.621 mil, ou 227,8%. Esse aumento faz parte da estratégia que vem sendo adotada pelo Grupo ISH, para extrair benefícios de sua alavancagem financeira, minimizando a utilização de capital próprio.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Acervo líquido

O Acervo líquido reduziu em R$ 4.254 mil, passando de um saldo negativo de R$ 5.809 mil em 31 de dezembro de 2019 para um saldo negativo de R$ 1.555 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa redução, é representado principalmente por dividendos declarados de R$ 3.290 mil no período.

ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL COMBINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	Em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2018	AV (%)	AH (%)
(R$ mil, exceto %)					
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	20.111	17,9%	1.713	2,1%	N/A
Títulos e valores mobiliários	805	0,7%	764	0,9%	5,4%
Contas a receber	30.641	27,3%	27.604	33,8%	11,0%
Estoques	4.490	4,0%	1.209	1,5%	271,4%
Impostos a recuperar	6.542	5,8%	5.137	6,3%	27,4%
Partes relacionadas	-	N/A	91	0,1%	(100,0)%
Outros ativos	10.038	9,0%	11.594	14,2%	(13,4)%
Total do ativo circulante	**72.627**	**64,8%**	**48.112**	**59,0%**	**51,0%**
Não circulante					
Contas a receber	-	-	160	0,2%	(100,0)%
Títulos e valores mobiliários	364	0,3%	479	0,6%	(24,0)%
Partes relacionadas	7.964	7,1%	9.896	12,1%	(19,5)%
Tributos diferidos	2.594	2,3%	2.612	3,2%	(0,7)%
Outros ativos	184	0,2%	146	0,2%	26,0%
Imobilizado	9.973	8,9%	9.153	11,2%	9,0%
Ativo de direito de uso	9.160	8,2%	-	N/A	N/A
Intangível	9.264	8,3%	11.021	13,5%	(15,9)%
Total do ativo não circulante	**39.503**	**35,2%**	**33.467**	**41,0%**	**18,0%**
Total do ativo	**112.130**	**100,0%**	**81.579**	**100,0%**	**37,4%**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	34.261	30,6%	25.986	31,9%	31,8%
Empréstimos e financiamentos	32.995	29,4%	21.102	25,9%	56,4%
Obrigações tributárias	807	0,7%	1.970	2,4%	(59,0)%
Imposto de renda e contribuição social	3.796	3,4%	3.661	4,5%	3,7%
Obrigações trabalhistas	4.533	4,0%	3.175	3,9%	42,8%
Parcelamento de tributos	671	0,6%	512	0,6%	31,1%
Passivo de arredamento	682	0,6%	-	N/A	N/A
Outros Passivos	1.180	1,1%	350	0,4%	237,1%
Total do passivo circulante	**78.925**	**70,4%**	**56.756**	**69,6%**	**39,1%**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19.584	17,5%	18.473	22,6%	6,0%
Parcelamentos de tributos	3.695	3,3%	3.921	4,8%	(5,8)%
Partes relacionadas	-	N/A	403	0,5%	(100,0)%
Passivo de arrendamento	8.801	7,8%	-	N/A	N/A
Obrigações trabalhistas	6.717	6,0%	5.120	6,3%	31,2%
Outros passivos	217	0,2%	217	0,3%	0,0%
Total do passivo não circulante	**39.014**	**34,8%**	**28.134**	**34,5%**	**38,7%**
Acervo líquido	(5.809)	(5,2)%	(3.311)	(4,1)%	75,4%
Total do passivo e acervo líquido	**112.130**	**100,0%**	**81.759**	**100,0%**	**37,4%**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Ativo circulante

O ativo circulante aumentou 51,0% ou R$ 24.515 mil, passando de R$ 48.112 mil em 31 de dezembro de 2018, para R$ 72.627 mil em 31 de dezembro de 2019. O ativo circulante representava 59,0% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 64,8% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento do ativo circulante decorreu principalmente do saldo de contas a receber, que passou de R$ 27.604 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 30.641 mil em 31 de dezembro de 2019 e no saldo de caixa e equivalentes de caixa, que passou de R$ 1.713 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 20.111 mil em 31 de dezembro de 2019, cujo aumento se deve aos clientes e de receita no período, além da forte geração de caixa nas atividades operacionais do Grupo ISH no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Ativo não circulante

O ativo não circulante aumentou R$ 6.036 mil ou 18,0%, passando de R$ 33.467 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 39.503 mil em 31 de dezembro de 2019. O ativo não circulante representava 41,0% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 35,2% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento decorreu principalmente do saldo de ativo de direito de uso devido a introdução da norma do IFRS 16 / CPC 06 em 31 de dezembro de 2019 e imobilizado, que passou de um saldo zerado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 9.160 mil em 31 de dezembro de 2019.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou 39,1%, ou R$ 22.169 mil, passando de R$ 56.756 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 78.925 mil em 31 de dezembro de 2019. O passivo circulante representava 69,6% do total do passivo e acervo líquido em 31 de dezembro de 2018 e 71,0% em 31 de dezembro de 2019.

Esse aumento decorreu principalmente do saldo de empréstimos e financiamentos, que passou de R$ 21.102 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 32.995 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 11.893 mil, ou 56,4%, fruto da estratégia de alavancagem do Grupo ISH para minimizar o uso de capital próprio em seus investimentos, bem como um aumento no saldo de fornecedores, que passou de R$ 25.986 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 34.261 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 8.275 mil, ou 31,8%, ocasionado pelo investimento em hardwares em 31 de dezembro de 2019.

Passivo não circulante

O passivo não circulante teve um aumento de 38,7%, ou R$ 10.880 mil, passando de R$ 28.134 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 39.014 mil em 31 de dezembro de 2019. O passivo não circulante representava 34,5% do total do passivo e acervo líquido em 31 de dezembro de 2018 e 34,8% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente devido a implementação da norma do IFRS16/CPC 06, bem como do aumento do saldo de empréstimos e financiamentos, que passou de R$ 18.473 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 19.584 mil em 31 de dezembro de 2019 no período comparativo fruto da estratégia do Grupo ISH de crescimento minimizando o uso de capital próprio.

Acervo líquido

O acervo líquido reduziu em R$ 2.498 mil ou 75,4% no período, passando de um acervo líquido negativo de R$ 3.311 mil em 31 de dezembro de 2018 para um acervo líquido negativo de R$ 5.809 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa redução, é representada basicamente pelos dividendos declarados de R$ 5.199 mil em 31 de dezembro de 2019.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

FLUXO DE CAIXA
ANÁLISE COMPARATIVA DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA COMBINADO PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

	Período de seis meses findo em 30 de junho de		
	2021	2020	AH (%)
(R$ mil, exceto %s)			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.109	4.835	47,0%
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(18.504)	(12.126)	(52,6)%
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	61	594	(89,7)%
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(11.334)**	**(6.697)**	(69,2)%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o Grupo ISH gerou um caixa líquido nas atividades operacionais de R$ 7.109 mil, um decréscimo de R$ 2.274 mil em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, em que o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R$ 4.835 mil. Esta redução ocorreu, em especial, devido ao aumento no saldo de contas a receber de clientes de R$ 9.436 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 para uma redução no saldo no valor de R$ 3.606 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o Grupo ISH consumiu um caixa líquido nas atividades de investimento de R$ 18.504 mil, em comparação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 onde o Grupo ISH consumiu um caixa nas atividades de investimento de R$ 12.126 mil. Esta variação ocorreu, em especial, devido ao saldo negativo de títulos e valores mobiliários no valor de R$ 5.311 mil e de partes relacionadas no montante de R$ 5.527 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o Grupo ISH gerou um caixa líquido nas atividades de financiamento de R$ 61 mil, uma diminuição em relação período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, onde o caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R$ 594 mil. Esta variação ocorreu, em especial, devido a menor captação de empréstimos e financiamentos no período, parcialmente compensada por uma menor amortização do principal de empréstimos e financiamentos e pelo fato de que no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 ocorreu antecipações e dividendos pagos a acionistas, fato que não se repetiu no mesmo período de 2021.

ANÁLISE COMPARATIVA DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA COMBINADO PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2020	2019	2018	AH 20/19 %	AH 19/18 %
(R$ mil, exceto %s)					
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.264	19.486	8.933	(88,4)%	118,1%
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(35.291)	(10.875)	(19.377)	224,5%	(43,9)%
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	30.421	9.787	10.723	210,8%	(8,7)%
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	**(2.606)**	**18.398**	**279**	**N/A**	**N/A**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais reduziu 88,4%, passando para R$ 2.264 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em comparação a um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R$ 19.486 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, essa redução deveu-se principalmente ao aumento do saldo de contas a receber no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 23.695 mil, parcialmente compensado pelo aumento no lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 de R$ 7.098 mil em comparação com um lucro líquido de R$ 2.877 mil no exercício anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais aumentou em 118,1%, passando de R$ 8.933 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 19.486 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, esse aumento é explicado, principalmente, pela variação no saldo de outros ativos.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento aumentou em 224,5%, passando de R$ 10.875 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 35.291 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente em decorrência da variação do saldo de títulos e valores mobiliários no montante de R$ 18.195 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e pela aquisição de ativo imobilizado e intangível no montante de R$ 18.517 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento reduziu em 43,9%, passando de R$ 19.377 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 10.875 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Tal variação é justificada, principalmente, em razão da redução no saldo de aquisição de ativo imobilizado e intangível, que passou de R$ 13.477 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 9.780 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R$ 30.421 mil, representando um aumento de 210,8% ou R$ 20.634 mil, comparado ao caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento de R$ 9.787 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019. Esse aumento é justificado principalmente em decorrência do aumento de captação de empréstimos e financiamentos no período, que passou de R$ 43.881 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 83.789 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R$ 9.787 mil, uma variação negativa de 8,7%, comparado a um caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento de R$ 10.723 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução é justificada principalmente em decorrência da maior amortização do principal de empréstimos e financiamentos, que passou de R$ 15.817 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 30.877 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a qual foi parcialmente compensada pela captação de empréstimos e financiamentos, que passou de R$ 31.523 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 43.881 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A seguir apresentamos os subitens da seção 10.2 com base nas demonstrações contábeis combinadas.

a. Resultados das Operações da Companhia

O Grupo ISH reconhece receitas de seu segmento operacional, pela venda de pacotes de produtos, *softwares*, mão de obra terceirizada e serviços de cibersegurança aos seus clientes. A receita da entrega de produtos é reconhecida quando o produto é efetivamente entregue ao comprador, e a receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados do Grupo ISH não foram impactados materialmente por fatores externos.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Conforme comentários da Diretoria constantes do item 10.9 deste Formulário de Referência, a totalidade da receita do Grupo ISH, é proveniente da venda de pacotes de produtos, *softwares*, mão de obra terceirizada e serviços de cibersegurança aos seus clientes, tem variações diretamente atribuíveis aos preços praticados pelo Grupo ISH, que são precificados através margem de lucratividade mínima estabelecida por política interna da Companhia, ponderando o volume de serviços por cada cliente. Regularmente o Grupo ISH avalia a precificação dos seus produtos e serviços, portanto, a variação na receita foi impactada também por incremento de preços.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Uma parte do custo do Grupo ISH é relacionada aos servidores e *Data Centers* e é diretamente impactado pela variação cambial, considerando que alguns desses produtos são integralmente importados, ou possuem insumos cuja importação é necessária. As principais despesas são as relacionadas ao custo dos serviços prestados, bem como, o custo de materiais, energia, serviços de terceiro e outros, custos estes que possuem uma relação direta com a inflação.

A seguir apresentamos os subitens da seção 10.3 com base nas demonstrações contábeis combinadas.

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não ocorreram nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 ou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional do Grupo ISH.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e Entidades controladoras são disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. A Companhia não realizou nenhuma aquisição de participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 ou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, nos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 ou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação às suas atividades e que tenham causado efeitos relevantes nas demonstrações contábeis ou na apuração dos resultados do Grupo ISH.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

A seguir apresentamos os subitens da seção 10.4 com base nas demonstrações contábeis combinadas.

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2018

CPC 38 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

A norma CPC 38 / IFRS 9 substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças: i) classificação e mensuração de ativos financeiros; ii) redução do valor recuperável (substituição do modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas em crédito esperadas"); e iii) contabilidade de hedge.

O Grupo avaliou os efeitos da implementação dos normativos acima em suas demonstrações contábeis combinadas e concluiu que os impactos não foram significativos.

CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes:

A norma CPC 47 / IFRS 15 substituiu todos os requisitos anteriores de reconhecimento de receita. A nova norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a CPC 47 / IFRS 15 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que o Grupo espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

O Grupo realizou a adoção da norma CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não prevê a reapresentação das informações de períodos anteriores comparativas. Vide Nota 2.9 das demonstrações contábeis combinadas do Grupo ISH Tecnologia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, para maiores detalhes em relação às principais práticas contábeis de reconhecimento de receita.

ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

Estabelece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A administração do Grupo deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 – Tributos sobre lucro com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1° de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração do Grupo, não existiram impactos significativos em decorrência desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e procedentes de tribunais Administrativos e Judiciais.
Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes desde 1° de janeiro de 2018.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos:

Substitui as normas de arrendamento existentes, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A atualização da CPC 06 (R2) / IFRS 16 não trouxe mudanças significativas para o arrendador, a contabilidade permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

O Grupo ISH avaliou os seus contratos e reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento:

- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2020

Alterações no CPC 15 (R1) / IFRS 3: Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar outputs - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis combinadas do Grupo, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38 (R1) / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9: Reforma da taxa de juros de referência

As alterações aos pronunciamentos CPC 38 e CPC 48, fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis combinadas do Grupo, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) / IAS 1 e CPC 23 / IAS 8: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral, tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações contábeis sobre relatório específico da entidade”. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura conceitual para relatório financeiro

O pronunciamento traz revisão de alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas, critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis combinadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Grupo.

Alterações no CPC 06 (R2) / IFRS 16: Benefícios relacionados à COVID-19, concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2), sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia de COVID-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à COVID-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao COVID-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2), se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Além de não terem ocorridos benefícios relevantes relacionados como consequência direta da pandemia de COVID-19 em seus contratos de arrendamento, o Grupo optou por não aplicar esse expediente prático, portanto não houve impacto em suas demonstrações contábeis combinadas.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O Grupo avaliou os seus contratos e reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento:

Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa

Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento.

Movimentação do ativo de direito de uso:

(Em R$ milhares)	**Combinado**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	8.024
Adição	1.614
Amortização do direito de uso	(478)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.160
Remensuração	**3.278**
Amortização do direito de uso	**(993)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**11.445**

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo ISH.

A taxa de empréstimo incremental do Grupo aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da aplicação inicial variou entre 15,11% a.a. e 13,01% a.a., conforme o prazo de arrendamento.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Em R$ milhares	Combinado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	8.024
Adição	1.614
Encargos financeiros	1.151
Pagamentos de encargos financeiros	(185)
Pagamentos de principal	(1.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.483
Remensuração	**2.701**
Encargos financeiros	**1.289**
Pagamento de encargos financeiros	**(283)**
Pagamentos de principal	**(1.689)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**11.501**

Maturidade de contratos

Em R$ milhares	Combinado
Menos de 1 ano	**842**
Entre 1 e 2 anos	**863**
Entre 2 e 5 anos	**874**
Acima de 5 anos	**8.922**
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2020	**11.501**

O direito potencial de PIS e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento é de 9,25% do saldo devedor.

O Grupo ISH, em conformidade com o IFRS 16/CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo IFRS 16/CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. O Grupo avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações contábeis.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não aplicável, tendo em vista que não houve ressalvas ou ênfases nos relatórios do auditor independente da Companhia relativo às informações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 ou ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

A seguir apresentamos os subitens da seção 10.5 com base nas demonstrações contábeis combinadas.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020. A Diretoria entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas por conter estimativas ou julgamentos considerando situações que envolvem cálculos com certa complexidade que possam resultar em alterações decorrente de circunstâncias do futuro.

As premissas utilizadas são revistas periodicamente, baseadas no conhecimento e experiência da Administração, no histórico de informações da própria Companhia, estimativas elaboradas pela Administração tendo como referência eventos futuros, e utilizando referências disponíveis no mercado e auxílio de especialista.

A Administração avalia continuamente as políticas contábeis críticas e entende que são essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais no final de cada período de relatório e acredita que as premissas e estimativas utilizadas são razoáveis.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

- Receita de contrato com cliente

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo ISH. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Comentários da Administração:

A Administração da Companhia avaliou as obrigações de performance e concluiu que a receita é reconhecida quando cumpridas as obrigações de performance e quando for provável que a Companhia receba a contraprestação que lhe é de direito, de acordo com o CPC 47/IFRS 15.

- Provisão para perda esperada de crédito

A provisão para perda esperada de créditos do contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos.
A provisão para perda esperada de créditos do contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para perda esperada de créditos pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação a possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

Comentários da Administração:

Comentários da Administração:

- Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação aos benefícios futuros esperados, e as hipóteses relacionadas aos benefícios futuros esperados implicam em um grau significativo de julgamento.

Comentários da Administração:

Caso a Diretoria da Companhia identifique algum sinal de que o tempo estimado para obtenção de benefícios esperados dos seus ativos sofra alguma modificação, as vidas úteis dos bens do imobilizado e dos ativos intangíveis são reavaliadas com base em laudos técnicos. A mudança da estimativa de vida útil pode decorrer por evolução tecnológica, obsolescência programada ou mudança nas estimativas de uso dos ativos.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

- Teste de redução ao valor recuperável de ativo imobilizado e intangíveis

As principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.

Comentários da Administração:

A Administração avalia anualmente os relatórios de avaliação econômico-financeira da Companhia, cujas projeções incluem premissas e julgamentos significativos, entre outras, relacionadas à projeção do fluxo de caixa.

- Provisão para risco tributários, cíveis e trabalhistas

A determinação das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos requer julgamento significativo.

Comentários da Administração:

A Administração da Companhia avalia, respaldada por seus assessores jurídicos, o risco de perda para cada demanda judicial ou riscos de natureza cível, trabalhista e previdenciário e tributário pela probabilidade de perda, sendo que, quando tal perda é classificada como provável, é contabilizada uma provisão pelo montante esperado de saída de recursos.

- Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia deve utilizar julgamento quando avaliar seu modelo de negócios para gerenciar ativos financeiros e essa avaliação não é determinada por um único fator ou atividade. Em vez disso, a Companhia deve considerar toda a evidência relevante, disponível na época da avaliação.

Comentários da Administração:

A Administração considera toda a evidência relevante, disponível na época da avaliação, classificando os instrumentos financeiros de acordo com (i) modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, ou (ii) modelo de negócios cujo objetivo é atingido, tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda de ativos financeiros.

- Arrendamentos

A Companhia tendo como base a norma IFRS 16 (CPC 06 – R2) aplicou o modelo de contabilização de arrendamentos mercantil para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e arrendamentos de ativo de baixo valor.

	Combinado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.160
Remensuração	412
Adição	32
Amortização do direito de uso	(524)
Saldo em 30 de junho de 2020	9.080
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.445
Remensuração	**66**
Adição	**-**
Amortização do direito de uso	**(630)**
Saldo em 30 de junho de 2021	**10.881**

Comentários da Administração:

A aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06 – R2) em 1º de janeiro de 2019 ensejou o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no montante de R$8.084 mil.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

- Mensuração de tributos diferidos e estimativa de prazo de realização dos ativos fiscais diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre saldos de prejuízo fiscal e base negativa assim como para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Comentários da Administração:

Ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Com relação a análise dos subitens da seção 10.6 com base nas demonstrações contábeis combinadas

Não se aplica uma análise com base nas demonstrações contábeis combinadas para este item. Vide item 10.6 deste Formulário de Referência.

Com relação a análise dos subitens da seção 10.7 com base nas demonstrações contábeis combinadas

Não se aplica uma análise com base nas demonstrações contábeis combinadas para este item. Vide item 10.7 deste Formulário de Referência.

Com relação a análise dos subitens da seção 10.8 com base nas demonstrações contábeis combinadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível totalizaram R$18.517 mil, e o caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R$ 35.921 milhões.

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R$ 3.601 mil.

Os investimentos em Softwares em desenvolvimento nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 sofreram adições de R$ 9.464 mil, R$ 5.195 mil e R$ 6.692 mil, respectivamente, sendo que não houve investimento em 2019. Vale ressaltar que os investimentos em Desenvolvimento de Novos Produtos são capitalizados no ativo intangível.

Por fim, cabe ressaltar que ainda que a Companhia e suas futuras controladas tenham sido afetadas pela pandemia decorrente da covid-19 e tiveram que migrar parte adicional de sua equipe de colaboradores para o regime de home office, a Companhia se adaptou positivamente ao trabalho a distância e manteve seu nível de crescimento de receita acima de 30% em 2020. A Companhia acredita que esse crescimento foi incentivado positivamente pela implementação de trabalho a distância pelos seus clientes, o que gerou a demanda de serviços adicionais de cibersegurança.

Pelas atividades da Companhia e de suas controladas se enquadrarem como atividades essenciais, nos termos do art. 3, inciso XXIII do Decreto 10.282, de 20 de março de 2020, as empresas do Grupo ISH mantiveram as suas atividades, bem como a prestação de serviços e oferta de seus produtos neste período e os impactos econômicos e sociais da pandemia da covid-19 afetam e poderão afetar a Companhia no cenário macro, considerando a economia nacional. Apesar de ser considerada uma atividade essencial, a Companhia facultou aos seus funcionários a possibilidade de trabalho remoto, o que foi aderido pela maioria de seus colaboradores, e minimizou a possibilidade de contaminação de seus funcionários.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Além de facultar a instituição de trabalho remoto para os colabores que assim o desejassem, a Companhia adotou todas as medidas de sanitização e higienização dos ambientes em suas sedes físicas, distanciamento social entre os locais de trabalho, e uso obrigatório de máscaras desde o início da pandemia, fazendo com que a covid-19 não representasse um impacto financeiro ou social no ambiente corporativo e de convivência da Companhia.

A Companhia entende que por prestar um serviço essencial aos seus clientes, não houve impacto financeiro negativo relevante em suas atividades em função da Pandemia da covid-19, ressaltando que o saldo a receber de seus clientes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 cresceu em linha com o crescimento da receita líquida apurada no período.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

(a) Objeto das projeções

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

(c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

(d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

(a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A estrutura administrativa da Companhia é constituída pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme previsto em seu Estatuto Social.

O conselho fiscal não tem caráter permanente e pode ser instalado a pedido de seus acionistas ou mediante exigência legal. Na data deste Formulário de Referência, o conselho fiscal não está instalado.

Adicionalmente, a Companhia não possuí comitês estatutários. Os Comitês instaurados pela Companhia atualmente são: Comitê de Auditoria, Comitê de Gestão e Assessoramento e Comitê de Finanças, sendo que são de assessoramento ao Conselho de Administração.

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Conselho de Administração:

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por, no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes.

Além de outras matérias previstas em lei e no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração:

a. aprovação de e/ou qualquer alteração no Plano de Negócios da Companhia;
b. aprovação dos orçamentos anuais operacionais e de investimentos e verificação do cumprimento dos mesmos, inclusive dos orçamentos da área de auditoria interna da Companhia e/ou de eventuais outros comitês de assessoramento que sejam constituídos pela Companhia, estatutários ou não;
c. nomeação e destituição dos membros da Diretoria e determinação de seus poderes, funções e remuneração;
d. controle da gestão dos diretores, verificação, a qualquer tempo, dos livros e documentos da Companhia, solicitação de informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros assuntos relacionados à gestão dos diretores;
e. autorização prévia para que a Diretoria pratique quaisquer atos que ultrapassem seus poderes de gestão fixados no Estatuto Social;
f. convocação da Assembleia Geral quando julgar conveniente;
g. manifestação sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria e submissão das demonstrações financeiras da Companhia para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas;
h. avaliação e aprovação de transações realizadas direta ou indiretamente com partes relacionadas, cujo valor exceda R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), exceto aqueles com controladas, cujo capital seja direta ou indiretamente detido de forma integral pela Companhia, que não dependem de deliberação do Conselho de Administração;
i. aquisição, alienação e/ou oneração de participação em capital social, cujo valor seja de até R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), exceto para a constituição de pessoas jurídicas no curso ordinário de seus negócios para a implementação de um ou mais projetos da Companhia;
j. alienação ou oneração, de qualquer forma, de bens imóveis da Companhia, cujo valor exceda R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
k. alienação ou oneração, de qualquer forma, de outros ativos da Companhia, que não sejam imóveis e recebíveis, cujo valor exceda, em uma ou mais operações de mesma espécie, no período de 12 (doze) meses, a quantia de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
l. concessão e obtenção de empréstimos, financiamentos e/ou descontos de duplicatas ou securitização de recebíveis cujo valor exceda a quantia de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
m. nomeação e destituição dos auditores independentes, que deverão, necessariamente, ser registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e realizar auditoria anual com revisão trimestral da Companhia;
n. nomeação e destituição dos membros de seus comitês de assessoramento;
o. deliberação sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

p. deliberação sobre a emissão de títulos de dívida no mercado internacional para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
q. deliberação sobre a emissão de notas promissórias (commercial papers) para distribuição pública no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
r. proposição à Assembleia Geral da declaração de dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis;
s. aprovar a concessão, pela Companhia, de avais, fianças, endossos e outras garantias em favor de quaisquer terceiros fora do seu grupo econômico, cujo valor exceda R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
t. emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, sua remuneração, condições de pagamento dos juros, participação nos lucros e prêmio de reembolso das debêntures, se houver, bem como o prazo e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures;
u. manifestação, favorável ou contrária, a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da OPA sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considere pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e
v. aprovar eventuais políticas que orientarão as relações com acionistas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer reunião ou assembleia ou, ainda, de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenham um conflito de interesses com a Companhia.

Além das disposições acima previstas, constantes do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração possui Regimento Interno próprio, sendo certo que o mesmo está subordinado ao Estatuto Social, que prevalece em caso de qualquer conflito ou inconsistência.

Comitê de Auditoria:

De acordo com o regimento interno do Comitê de Auditoria da Companhia, o Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, ao menos um membro do Comitê de Auditoria deverá ser conselheiro independente da Companhia, e ao menos um membro do Comitê deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, de controles internos, informações e operações financeiras e de auditoria, cumulativamente, sendo possível que tal requisito seja cumulado pelo conselheiro independente.

Além de outras matérias previstas em lei e no regimento interno do Comitê de Auditoria da Companhia, compete ao Comitê de Auditoria:

(a) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
(b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia;
(c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, incluindo a qualidade dos seus trabalhos, estrutura existente, plano de trabalho e resultados dos trabalhos realizados;
(d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, incluindo os riscos operacionais, financeiros, estratégicos e de imagem, acompanhando e supervisionando o processo de gerenciamento de riscos;
(e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas;
(f) monitorar o controle da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, do gerenciamento de riscos e compliance;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(g) avaliar por meio da recepção e tratamento de informações a respeito do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis a Companhia, além de regulamentos e códigos internos, garantindo a proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
(h) monitorar a efetividade do trabalho dos auditores independentes, assim como sua independência, reportando ao Conselho de Administração a evolução dos seus trabalhos;
(i) avaliar e discutir o plano anual de trabalho do auditor independente e encaminhá-lo para a apreciação do Conselho de Administração;
(j) informar suas atividades trimestralmente ao Conselho de Administração, constando em ata o mencionado reporte;
(k) zelar e disseminar o comprometimento da Companhia por uma gestão pautada pelos pilares de governança corporativa, sustentabilidade e ética empresarial, incluindo, mas não se limitando a:
i) transparência de informações;
ii) equidade;
iii) prestação de contas;
iv) responsabilidade corporativa;
v) erradicação do trabalho infantil, forçado ou compulsório;
vi) combate às práticas de discriminação, sob quaisquer formas;
vii) prevenção ao assédio moral ou sexual;
viii) valorização da diversidade;
ix) combate a todas as formas de corrupção;
x) preservação ambiental e gerenciamento de impactos; e
xi) gestão dos riscos corporativos.
(l) promover a constante melhoria das práticas de governança adotadas pela Companhia, recomendando novas práticas e/ou propondo alterações às práticas existentes;
(m) zelar pelo eficaz funcionamento do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, bem como promover o bom relacionamento entre o Conselho de Administração, a Diretoria, acionistas e demais stakeholders da Companhia;
(n) revisar periodicamente, discutir e propor alterações ao Estatuto Social, Regimentos Internos dos comitês de assessoramento, ao Código de Conduta, assim como a outros documentos, políticas e normas internas da Companhia relacionados à governança, conduta e ética;
(o) avaliar a efetividade do código de conduta e do canal de denúncias da Companhia;
(p) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, acompanhando e supervisionando o processo de gerenciamento de riscos;
(q) assegurar a adequação, fortalecimento e funcionamento dos sistemas de controles internos da Companhia, visando reduzir, exterminar e/ou mitigar riscos existentes e prevenir potenciais riscos, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos;
(r) disseminar a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos na Companhia visando assegurar o estrito cumprimento de todas a leis, normas e regulamentos a ela aplicáveis;
(s) emitir recomendações sobre situações de potencial conflito de interesses entre partes relacionadas da Companhia quando julgar necessário ou por solicitação do Conselho de Administração;
(t) discutir, propor e atualizar as políticas e diretrizes socioambientais da Companhia, objetivando potencializar o impacto positivo e mitigar, dentro do possível, as externalidades negativas;
(u) submeter ao Conselho de Administração suas recomendações sobre questões de sua competência e reportar suas atividades periodicamente ao Conselho de Administração, que deverá orientar o Comitê com relação ao nível de tolerância ao risco nos processos e atividades executadas nos diversos níveis da Companhia; e
(v) acompanhar a execução de suas recomendações, reunindo-se periodicamente com a Diretoria e gestores da Companhia.

Comitê de Finanças:

De acordo com o regimento interno do Comitê de Finanças da Companhia, o Comitê de Finanças será composto por, no mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

Além de outras matérias previstas em lei e no regimento interno do Comitê de Finanças da Companhia, compete ao Comitê de Finanças:

(a) comparecer às reuniões constantes do calendário anual do Comitê;
(b) propor temas para serem tratados pelo Comitê, dentro de sua abrangência;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(c) apresentar-se para as reuniões do Comitê devidamente preparado, tendo conhecimento de todos os temas e documentos colocados à disposição;
(d) pautar sua conduta por elevados padrões éticos, observar e estimular as boas práticas de governança corporativa na Companhia, além de manter sigilo sobre toda e qualquer informação a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, utilizando-a somente para o exercício de suas funções, sob pena de responder pelo ato que contribuir para sua indevida divulgação;
(e) declarar, previamente à deliberação, que, por qualquer motivo, tem interesse particular ou conflitante com o da Companhia quanto a determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de sua discussão e/ou voto;
(f) manter postura imparcial e ética no desempenho de suas atividades.

Comitê de Gestão e Assessoramento:

De acordo com o regimento interno do Comitê de Gestão e Assessoramento da Companhia, o Comitê de Gestão e Assessoramento será composto por até 4 (quatro) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

Além de outras matérias previstas em lei e no regimento interno do Comitê de Gestão e Assessoramento da Companhia, compete ao Comitê de Gestão e Assessoramento:

(a) comparecer às reuniões do Comitê realizadas na forma prevista neste Regimento;
(b) propor temas para serem tratados pelo Comitê, dentro de sua abrangência;
(c) apresentar-se para as reuniões do Comitê devidamente preparado, tendo conhecimento de todos os temas e documentos colocados à disposição;
(d) pautar sua conduta por elevados padrões éticos, observar e estimular as boas práticas de governança corporativa na Companhia, além de manter sigilo sobre toda e qualquer informação a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, utilizando-a somente para o exercício de suas funções, sob pena de responder pelo ato que contribuir para sua indevida divulgação;
(e) declarar, previamente a qualquer deliberação, sempre que for o caso, que, por qualquer motivo, tem interesse particular ou conflitante com o da Companhia quanto à determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de sua discussão e voto; e
(f) manter postura imparcial e ética no desempenho de suas atividades.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração é regido por regimento interno próprio, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de julho de 2021, que disporá, dentre outras matérias julgadas convenientes, sobre seu próprio funcionamento, direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais.

O regimento interno do Conselho de Administração pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia; e (ii) internet: site da Companhia (ri.ish.com.br).

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra- auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes, bem como convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados. Adicionalmente, cabe também ao Comitê de Auditoria aconselhar o Conselho de Administração na indicação e substituição dos auditores independentes, bem como opinar sobre a contratação dos auditores para qualquer outro serviço, nos termos do seu regimento e cujas atribuições encontram-se dispostas no item acima.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria da Companhia será composta por 3 membros, residentes no País, todos eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e um Diretor de Finanças e Relações com Investidores, eleitos para um mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição. A Diretoria da Companhia possui regimento interno próprio, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de julho de 2021. O regimento interno do Conselho de Administração pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia; e (ii) internet: site da Companhia (ri.ish.com.br).

A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (i) de dois Diretores; (ii) de 1 (um) diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador constituído na forma prevista no Estatuto Social da Companhia; (iii) por 2 (dois) procuradores constituídos na forma prevista no Estatuto Social da Companhia; e (iv) pela assinatura de um procurador com poderes especiais, agindo isoladamente, exclusivamente para fins ad judicia ou representação da Companhia em licitações, desde que expressamente autorizado no respectivo instrumento de mandato.

Compete ao Diretor Presidente:

a. Exercer as funções corporativas a ele atribuídas pela Assembleia Geral de acionistas e/ou pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto;
b. Coordenar os membros da Diretoria, atribuir-lhe funções específicas e fixar metas para seu desempenho, bem como resolver questões de conflito de competências entre membros da Diretoria;
c. Representar a Diretoria perante o Conselho de Administração e a Assembleia Geral, ou designar outro membro da Diretoria para fazê-lo;
d. Liderar os comitês de gestão que forem instalados para tratar de determinadas atividades da Companhia e/ou de suas controladas;
e. Dirigir e coordenar os assuntos relacionados ao planejamento e desempenho empresarial da Companhia;
f. Indicar ao Conselho de Administração nomes para composição da Diretoria e recomendar ao Conselho de Administração a destituição de qualquer membro da Diretoria; e
g. Exercer outras funções determinadas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Vice-Presidente:

a. Substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências;
b. Responder pela direção e coordenação-geral das atividades que não sejam de responsabilidade específica do Diretor Presidente, assegurando que sejam conduzidas de acordo com as políticas e objetivos da Companhia;
c. Coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, no interesse da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

d. Elaborar proposta de destinação do lucro do exercício a ser apresentada ao Conselho de Administração;
e. Avaliar e acompanhar políticas, estratégias e dirigir as atividades nas áreas definidas pelo Diretor Presidente e/ou pelo Conselho de Administração;
f. Guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos seus assentamentos;
g. Avaliar e acompanhar políticas, estratégias e dirigir as atividades nas áreas definidas pelo Diretor Presidente e/ou pelo Conselho de Administração; e
h. Exercer outras funções determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Presidente.
b. Compete ao Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores:
a. Coordenar a elaboração e revisar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia;
b. Gerir as finanças consolidadas e o risco financeiro da Companhia;
c. Planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;
d. Garantir a aplicação das políticas corporativas e dos princípios de desenvolvimento sustentável em todas as atividades sob sua responsabilidade;
e. Representar a Companhia perante acionistas, investidores, mercados regulamentados de valores mobiliários, Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais;
f. Planejar, coordenar e orientar o relacionamento e comunicação entre a Companhia e seus investidores, a CVM e demais órgãos nos quais os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação;
g. Observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios;
h. Tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM, mercados regulamentados de valores mobiliários e demais órgãos de controle que atuem nos mercados de valores mobiliários nos quais os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação, conforme regulação aplicável;
i. Supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações;
j. Zelar pelo cumprimento e execução das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários;

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três), e no máximo 5 (cinco) conselheiros efetivos e igual número de suplentes com as atribuições, competências e remuneração previstos em lei, com mandato unificado até a primeira Assembleia Geral Ordinária posterior à sua instalação, sendo permitida a reeleição.

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado. O conselho fiscal não possui regimento interno próprio.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

As avaliações do Conselho de Administração, da Diretoria e dos órgãos que a ele se reportam devem ser realizadas ao menos uma vez durante a vigência do mandato dos seus membros. As avaliações abrangem tanto avaliação por órgão quanto individual.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Conselho de Administração realizará, ao menos uma vez durante a vigência do mandato, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho de Administração como órgão colegiado, bem como de cada um de seus membros, individualmente. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração que estiverem na função por, pelo menos, 2 reuniões do Conselho de Administração desde a última avaliação. O Presidente do Conselho de Administração será responsável pela condução dos demais membros do Conselho, e o Vice-Presidente do Conselho de Administração será responsável pela avaliação individual do Presidente do Conselho de Administração.

Adicionalmente, cabe ao Conselho de Administração a avaliação da Diretoria, como órgão e individual de cada um dos Diretores. A condução da avaliação anteriormente referida será realizada pelo Presidente do Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, a seu critério, atribuir ao Diretor Presidente e ao Diretor Vice-Presidente da Companhia a responsabilidade de avaliar os demais membros da Diretoria.

O resultado da avaliação como órgão colegiado será divulgada a todos os membros do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão divulgados somente ao respectivo Conselheiro ou Diretor objeto da avaliação.

Os Comitês da Companhia realizam avaliações, pelo menos uma vez durante a vigência do mandato dos seus membros, do órgão colegiado e de cada um de seus membros. A condução do processo de avaliação é responsabilidade do coordenador do respectivo comitê, exceto durante a avaliação individual do coordenador do Comitê, hipótese em que o Conselho de Administração indicará o responsável pela condução desta avaliação em específico. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados ao respectivo membro objeto da avaliação e ao Conselho de Administração. Os resultados consolidados serão divulgados a todos os membros do respectivo comitê e ao Conselho de Administração.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

A Companhia utiliza avaliações objetivas e subjetivas como metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam, sendo que a avaliação objetiva pode resultar do cumprimento de metas anuais enquanto a avaliação subjetiva é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

O processo de avaliação do Conselho de Administração e da Diretoria leva em consideração o atingimento de metas, as competências organizacionais, bem como as principais responsabilidades específicas de cada órgão e os temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre a operação da Companhia e eventuais alocações de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Os resultados das avaliações do Conselho de Administração, comitês de assessoramento e da Diretoria são utilizados para identificar os pontos fortes e fracos da administração, possibilitando um mapeamento e definição de estratégias para aprimorar a dinâmica e efetividade da administração da Companhia.

A partir dos resultados das avaliações, o Conselho de Administração implementa planos de ações como, por exemplo, reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

Adicionalmente, os resultados individuais são discutidos com cada avaliado, de modo a incentivar o aprendizado e melhoria de cada membro da administração.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externa para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam, no entanto, até 30 de junho de 2021 a Companhia não contratou tais serviços.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação de assembleias gerais, sendo observado o previsto na legislação societária. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização da Assembleia Geral. Independentemente de qualquer formalidade prevista no Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, é considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

(b) Competências

Como consta da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Além dos poderes atribuídos pela legislação vigente, é de competência exclusiva da Assembleia Geral as seguintes matérias:

a. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
b. eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, da Companhia;
c. fixar a remuneração global da administração da Companhia, observado o Artigo 12, abaixo;
d. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas;
e. aprovar aumentos do capital social da Companhia e ajustes ao capital autorizado;
f. aquisição, alienação e/ou oneração de participação em capital social, cujo valor seja superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), exceto para a constituição de pessoas jurídicas no curso ordinário de seus negócios para a implementação de um ou mais projetos da Companhia;
g. deliberar sobre questões gerais que lhe forem submetidas pelo Conselho de Administração;
h. aprovar a dissolução e liquidação da Companhia, bem como eleger o liquidante;
i. aprovar a cisão, fusão ou incorporação da Companhia;
j. aprovar a participação da Companhia em negócios que não sejam relacionados ao seu objetivo social;
k. aprovar a emissão de valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando a: ações, bônus de subscrição e opções de compra de ações;
l. aprovar as demais matérias que lhe sejam atribuídas em lei ou neste Estatuto Social;
m. aprovar a alteração do estatuto social da Companhia; e
n. deliberar sobre proposta de saída da Companhia do Novo Mercado, ou ainda, sobre o cancelamento de registro de companhia aberta.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à assembleia geral estarão disponíveis aos acionistas nos seguintes endereços:

Endereço físico: Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360 – Vitória/ES.

Endereço eletrônico: site da Companhia (ri.ish.com.br); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não possui mecanismos específicos para identificar e administrar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, sendo cabível as regras constantes na legislação brasileira.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável e o acionista responderá pelos danos causados. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo Conselho de Administração.

Na administração de conflitos de interesses, é registrada a abstenção dos acionistas que tenham qualquer interesse relacionado às matérias a serem deliberadas pela Assembleia.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não adota regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto em Assembleias Gerais.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas da Companhia poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que também seja acionista, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

São admitidas procurações enviadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia Geral sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato, mas a Companhia orienta seus acionistas a enviarem com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral.

Nos termos da legislação vigente, os documentos devem ser apresentados com firma reconhecida e, quando provenientes do exterior, devem ser notarizados em seu país de origem, consularizados ou legalizados por meio de apostilamento, traduzidos por tradutor público juramentado e registrados em cartório de registro de títulos e documentos no Brasil.

Além disto, a Companhia não adota procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico e não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Para exercício dos direitos de voto à distância com envio direto para a Companhia, os acionistas devem enviar os seguintes documentos para a Companhia:

1. Via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricando e assinando; e
2. Cópia autenticada dos seguintes documentos:
    a. Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista.
    b. Para pessoas jurídicas: (i) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; e
    c. Para fundos de investimento: (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identificação com foto do representante legal.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

É solicitado, conforme o caso, o reconhecimento de firma, notarização, consularização (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais). Os boletins de voto à distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos por pela Companhia em plena ordem até 7 (sete) dias antes da data da assembleia. Os acionistas serão comunicados se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

Os documentos acima indicados deverão ser encaminhados aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, para o seguinte endereço de e-mail: ri@ish.com.br ou para o seguinte endereço físico: Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360 – Vitória/ES.

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto a distância.

Assim, os acionistas titulares de ações de sua emissão que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instituições de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço. O serviço de coleta e transmissão de instituições e preenchimento de voto poderá ser realizado também pelo agente escriturador da Companhia.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Os acionistas que pretendam incluir propostas de deliberação ou de candidatos para o Conselho de Administração ou para o Conselho Fiscal sob a forma de voto a distância devem enviar suas propostas aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos relativos a proposta, para o seguinte endereço físico: Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, sala 101, Enseada do Suá, CEP 29050-360 – Vitória/ES, ou por correio eletrônico para ri@ish.com.br, tal como previsto na regulamentação aplicável.

A solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebido pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal em até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia geral extraordinária convocada para este fim.

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não aplicável.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O estatuto social da Companhia prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á, em caráter ordinário, conforme calendário aprovado por seus membros (em periodicidade, no mínimo, trimestral), e, extraordinariamente, quando necessário aos interesses sociais, sempre que convocado, por escrito, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por qualquer de seus membros. Tendo sido a Companhia constituída em 02 de junho de 2021, seu Conselho de Administração não estava instalado no último exercício social e, portanto, não houve reuniões.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O acordo de acionistas da Companhia não estabelece restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos do Artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração e das controlada da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão informar os demais membros do Conselho de Administração da existência do conflito e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu impedimento.

Adicionalmente, a Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de julho de 21, prevê que o Conflito de Interesses significa a situação de uma pessoa com vinculação à Companhia e que se encontra envolvida em processo decisório em que ela tenha o poder de influenciar o resultado final, assegurando uma vantagem indevida para si, algum familiar ou terceiros, ou ainda que possa interferir na sua capacidade de julgamento isento. No caso da Companhia, os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

A Companhia adota uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária ("Política de Indicação, a qual institui os critérios e procedimentos a serem observados para a composição do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria.

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Indicação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de julho de 2021, que disporá, dentre outras matérias julgadas convenientes, sobre seu próprio funcionamento, direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais.

A Política de Indicação pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia; e (ii) internet: site da Companhia (ri.ish.com.br).

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A indicação dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria deverá observar o disposto na Política de Indicação, no Estatuto Social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração e de seus Comitês, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações e nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

A Política de Indicação traz regras específicas para a composição e para a indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria, sendo que, de uma maneira geral, deverão ser indicados profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

Cumpre ressaltar, ainda, que devem ser considerados critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica e disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade quando da indicação dos membros para comporem os órgãos da administração da Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no estatuto social, nas disposições na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Michelini Camuzzi Ferrari Storck	25/12/1974	Pertence apenas à Diretoria	28/07/2021	AGO de 2023	1
031.846.107-21	Economista		28/07/2021	Sim	0.00%
N/A		Diretora Executiva de Finanças e de Relações com Investidores			
Michelini Camuzzi Ferrari Storck	25/12/1974	Pertence apenas à Diretoria	28/07/2021	AGO de 2023	1
031.846.107-21	Economista	19 - Outros Diretores	28/07/2021	Sim	0.00%
N/A		Diretora Executiva de Finanças e de Relações com Investidores			
Armsthon Hamer dos Reis Zanelato	05/09/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/07/2021	AGO de 2023	1
002.931.257-40	Engenheiro Civil	20 - Presidente do Conselho de Administração	28/07/2021	Sim	100.00%
N/A					
José Fernando Etiene Dessaune	18/04/1940	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/07/2021	AGO de 2023	1
086.211.287-72	Economista	29 - Outros Conselheiros	28/07/2021	Sim	100.00%
N/A		Conselheiro			
Rodrigo Volk Etienne Dessaune	07/01/1967	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	02/06/2021	AGO de 2023	1
873.660.457-72	Administrador	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	02/06/2021	Sim	100.00%
N/A					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Michelini Camuzzi Ferrari Storck - 031.846.107-21

Michelini Camuzzi Ferrari Storck - 031.846.107-21

Michelini Camuzzi Ferrari Storck graduou-se em ciências econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo, realizando MBA em 2004 pela mesma universidade. Em 2008, realizou seu mestrado em Administração de Empresas pela FUCAPE Business School, e em 2012 concluiu seu Doutorado em Engenharia Elétrica e Eletrônica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Michelini Camuzzi Ferrari Storck exerceu o cargo de Gerente Financeira da Dacasa Financeira no período entre 2010 e 2012, foi CFO do Grupo PROvale durante os anos de 2012 e 2016 e foi CFO/CTO da Benevix Administradora de Planos de Saúde durante 2019 e 2021.

A Sra. Michelini Camuzzi Ferrari Storck declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos

Armsthon Hamer dos Reis Zanelato - 002.931.257-40

Armsthon Hamer dos Reis Zanelato graduou-se em 1995 pela Universidade Federal do Espírito Santo em Engenharia Civil, realizando Pós Graduação em 1996 pela mesma universidade na área de rede de computadores. Em 2001, concluiu MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vergas. Exerceu o cargo de Analista de Sistemas na Companhia Espírito Santense de Saneamento de 1989 até 1992, e de consultor de TI para o SEBRAE-ES durante os anos de 1995 e 1997. Fundou e exerceu os cargos de CEO das empresas Hybrid Informática (1990-1993), DataVip Informática (1993-1994) e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. (1996-2002).

O Sr. Armsthon Hamer dos Reis Zanelato declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

José Fernando Etiene Dessaune - 086.211.287-72

José Fernando Etienne Dessaune graduou-se em 1964 em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo e se tornou mestre em Administração pela Fundação Getúlio Vargas em 1999. Ainda no meio acadêmico, foi professor na graduação do Departamento de Economia da UFES em diversas outras faculdades do estado do Espírito Santo, como UVV, Fabavi e MULTIVIX. Atuou lecionando tanto em cursos de graduação quanto de pós-graduação, até o ano de 2010. Em 1976 trabalhou no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), como Analista Financeiro, organização na qual ficou por 20 anos. Durante esse tempo, em 1978, ele também atuou como Diretor Regional do Banco Auxiliar de São Paulo. Entre 1984 e 1988 foi diretor do Banestes e em 1995 do SEBRAE. Foi vice-presidente do Findes entre 1988 e 1998. E 2011 se tornou Diretor Financeiro da empresa ISH Tecnologia, cargo que manteve até a data deste Formulário de Referência.

O Sr. José Fernando Etienne Dessaune declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Rodrigo Volk Etienne Dessaune - 873.660.457-72

Rodrigo Volk Etienne Dessaune graduou-se em 1989 em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Espírito Santo, e em 1992 o mesmo graduou-se em Administração. Um ano após sua graduação em administração, iniciou curso de MBA na Universidade Federal Fluminense, concluído em 1994. Dois anos depois, Rodrigo Volk Etienne Dessaune fundou a ISH Tecnologia S.A., e, em 2000 concluiu sua graduação como Master of Sciences em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. Desde 2019, integra os conselhos do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Espírito Santo, da TecVitória Incubadora e da CompTIA – Computing Technology Industry Association.

O Sr. Rodrigo Volk Etienne Dessaune declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Michelini Camuzzi Ferrari Storck - 031.846.107-21	
Michelini Camuzzi Ferrari Storck - 031.846.107-21 N/A	
Armsthon Hamer dos Reis Zanelato - 002.931.257-40 N/A	
José Fernando Etiene Dessaune - 086.211.287-72 N/A	
Rodrigo Volk Etienne Dessaune - 873.660.457-72 N/A	

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
José Fernando Etiene Dessaune	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	18/04/1940	28/07/2021	2 anos
086.211.287-72		Economista		28/07/2021	0	0.00%
Secretário do Conselho de Administração						
Dalton Jacinto Dutra Júnior	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	03/02/1969	28/07/2021	2 anos
922.817.887-68		Contador		28/07/2021	0	0.00%
Gerente de Planejamento (não estatutário)						
Everson Teixeira Moreira	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	14/07/1970	28/07/2021	2 anos
945.004.877-00		Advogado		28/07/2021	0	0.00%
Diretor Comercial (não estatutário)						
Michelini Camuzzi Ferrari Storck	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	25/12/1974	28/07/2021	2 anos
031.846.107-21		Economista		28/07/2021	0	0.00%
Diretora Executiva de Finanças e de Relações com Investidores						
Wagner Luiz Martins	Comitê Financeiro		Outros	17/04/1967	28/07/2021	2 anos
897.737.057-49		Contador	Contador	28/07/2021	0	0.00%
Tatiane Almeida Rodrigues Caliari	Comitê Financeiro		Outros	20/03/1977	28/07/2021	2 anos
071.302.687-19			Gerente Financeira	28/07/2021	0	0.00%
João Paulo Barros da Silva Pinto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/09/1981	28/07/2021	2 anos
052.324.527-03	Comitê de Gestão e Assessoramento	Analista de Sistemas		28/07/2021	0	0.00%
Diretor Regional (não estatutário)						
Allan Marcelo de Campos Costa	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/05/1972	28/07/2021	2 anos
849.262.529-53	Comitê de Gestão e Assessoramento	Analista de Sistemas		28/07/2021	0	0.00%
Diretor Vice-Presidente						
Armsthon Hamer dos Reis Zanelato	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/09/1970	28/07/2021	2 anos

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
002.931.257-40	Comitê de Gestão e Assessoramento	Engenheiro Civil		28/07/2021	0	0.00%
Presidente do Conselho de Administração						
Experiência profissional / Critérios de Independência						

José Fernando Etiene Dessaune - 086.211.287-72

José Fernando Etienne Dessaune graduou-se em 1964 em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo e se tornou mestre em Administração pela Fundação Getúlio Vargas em 1999. Ainda no meio acadêmico, foi professor na graduação do Departamento de Economia da UFES em diversas outras faculdades do estado do Espírito Santo, como UVV, Fabavi e MULTIVIX. Atuou lecionando tanto em cursos de graduação quanto de pós-graduação, até o ano de 2010. Em 1976 trabalhou no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), como Analista Financeiro, organização na qual ficou por 20 anos. Durante esse tempo, em 1978, ele também atuou como Diretor Regional do Banco Auxiliar de São Paulo. Entre 1984 e 1988 foi diretor do Banestes e em 1995 do SEBRAE. Foi vice-presidente do Findes entre 1988 e 1998. E 2011 se tornou Diretor Financeiro da empresa ISH Tecnologia, cargo que manteve até a data deste Formulário de Referência.

O Sr. José Fernando Etienne Dessaune declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

664

Dalton Jacinto Dutra Júnior - 922.817.887-68

Dalton Jacinto Dutra Júnior graduou-se em 1990 pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas, realizando sua pós graduação em administração financeira em 1992 pela FAESA, e adquirindo seu título de Mestre em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas em 2001. Dalton Dutra exerceu o cargo de Diretor Estatutário da Winterstone no período entre 2007 e 2009, além de ter atuado como membro do Comitê de Auditoria da Companhia de Docas do Espírito Santo.

O Sr. Dalton Jacinto Dutra Júnior declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Everson Teixeira Moreira - 945.004.877-00

Everson Teixeira Moreira graduou-se em 1996 em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Espírito Santo, e em 2010 graduou-se em Direito na Faculdade Estácio de Sá, Unidade Vitória. No mesmo ano de sua graduação em direito, iniciou curso pós-graduação lato sensu em Direito Administrativo e Direito Tributário na Faculdade Anhaguera, concluído em 2012. Atuou como Subsecretário de Tecnologia da Informação na administração da capital do Estado do Espírito Santo, entre nos anos de 1998 e 2004, como Gerente de Tecnologia da Secretaria de Estado da Educação, entre os anos de 2005 e 2006, Diretor Legislativo de Tecnologia da Informação na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, no ano de 2006 e na Secretaria de Estado da Saúde, entre os anos de 2005 e 2011. Em 2011 assumiu a gestão da reforma do prédio sede da ISH Tecnologia S.A., onde atua como Diretor de Comunicações até a presente data.

O Sr. Everson Teixeira Moreira declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Michelini Camuzzi Ferrari Storck - 031.846.107-21

Michelini Camuzzi Ferrari Storck graduou-se em ciências econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo, realizando MBA em 2004 pela mesma universidade. Em 2008, realizou seu mestrado em Administração de Empresas pela FUCAPE Business School, e em 2012 concluiu seu Doutorado em Engenharia Elétrica e Eletrônica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Michelini Camuzzi Ferrari Storck exerceu o cargo de Gerente Financeira da Dacasa Financeira no período entre 2010 e 2012, foi CFO do Grupo PROvale durante os anos de 2012 e 2016 e foi CFO/CTO da Benevix Administradora de Planos de Saúde durante 2019 e 2021.

A Sra. Michelini Camuzzi Ferrari Storck declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Wagner Luiz Martins - 897.737.057-49

Wagner Luiz Martins graduou-se em Ciências Contábeis, Contabilidade e Finanças pela Universidade Federal do Espírito Santo em 1995, se especializando em Controladoria Empresarial pelo Centro Universitário de Vila Velha em 1999. Wagner Luiz Martins exerceu o cargo de Gerente Administrativo e Financeiro na Tora Log Home entre os anos de 2005 e 2007, foi Controller e Gestor de Serviços Compartilhados Adcos pela Adcos Indústria e Comércio entre 2013 e 2015, e foi Controller pela HKM Empreendimentos entre 2016 e 2017.

O Sr. Wagner Luiz Martins declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Tatiane Almeida Rodrigues Caliari - 071.302.687-19

Tatiane Almeida Rodrigues Caliari graduou-se em 2000 em Ciências Econômicas pela Universidade de Vila Velha e realizou MBA de Controladoria e Finanças pela FGV em 2008. Entre 2000 e 2005 ela exerceu o cargo de Analista de Exportação na empresa Biancogres e entre 2006 e 2007 prestou serviços como Analista Financeira na Fibrasa e na Tora AS. Entrou na ISH em setembro de 2007 como Assessora Comercial, tornou-se Gerente Administrativa-Financeira em 2011, cargo que permanece até presente data.

A Sra. Tatiane Almeida Rodrigues declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

João Paulo Barros da Silva Pinto - 052.324.527-03

João Paulo Barros da Silva Pinto graduou-se em Ciência da Computação pela faculdade FAESA em Vitória no ano de 2008, tendo concluído também, no mesmo ano, o curso Tecnólogo Superior de Redes de Computadores. Concluiu sua pós-graduação em Segurança de Informação pela Universidade do Centro Leste no ano de 2011 e em 2019 participou do Programa de Desenvolvimento de Executivos da Fundação Dom Cabral. João Paulo já atuou como Analista entre 1998 e 2000 na empresa Elkem e entre 2000 e 2007 exerceu a atividade Analista de Suporte na Autoglass Brasil. Em dezembro de 2007, começou a sua atuação na ISH Tecnologia como pré-vendas, sendo o primeiro profissional da empresa a atuar exclusivamente na função de Engenheiro de vendas. Em fevereiro de 2011 tornou-se Gerente Regional de Vendas permanecendo nessa função até se tornar Diretor Comercial em janeiro de 2016.

O Sr. João Paulo Barros da Silva Pinto declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Allan Marcelo de Campos Costa - 849.262.529-53

Allan Marcelo de Campos Costa graduou-se em 1993 em Tecnologia da Informação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Em 1999, realizou MBA pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC, e em 2002 tornou-se Mestre em Administração de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas. Em 2003, Allan Marcelo de Campos Costa tornou-se Master of Sciences pela Lancaster University. Nos anos de 2010 e 2011, especializou-se em curso de Administração Avançada pela Harvard Business School, e em curso de formação de conselheiros de administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Allan Marcelo de Campos Costa exerceu a função de CEO do SEBRAE durante os anos de 2007 e 2013, foi membro do Conselho de Administração da Transguará no período entre 2012 e 2016, foi CEO na Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar durante o ano de 2019, e exerce a função de conselheiro de administração na Celepar até a presente data.

O Sr. Allan Marcelo de Campos Costa declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Armsthon Hamer dos Reis Zanelato - 002.931.257-40

Armsthon Hamer dos Reis Zanelato graduou-se em 1995 pela Universidade Federal do Espírito Santo em Engenharia Civil, realizando Pós Graduação em 1996 pela mesma universidade na área de rede de computadores. Em 2001, concluiu MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vergas. Exerceu o cargo de Analista de Sistemas na Companhia Espírito Santense de Saneamento de 1989 até 1992, e de consultor de TI para o SEBRAE-ES durante os anos de 1995 e 1997. Fundou e exerceu os cargos de CEO das empresas Hybrid Informática (1990-1993), DataVip Informática (1993-1994) e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. (1996-2002).

O Sr. Armsthon Hamer dos Reis Zanelato declara que: (a) não possui qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
José Fernando Etiene Dessaune - 086.211.287-72	
N/A	
Dalton Jacinto Dutra Júnior - 922.817.887-68	
N/A	
Everson Teixeira Moreira - 945.004.877-00	
N/A	
Michelini Camuzzi Ferrari Storck - 031.846.107-21	
N/A	
Wagner Luiz Martins - 897.737.057-49	
N/A	
Tatiane Almeida Rodrigues Caliari - 071.302.687-19	
N/A	
João Paulo Barros da Silva Pinto - 052.324.527-03	
N/A	
Allan Marcelo de Campos Costa - 849.262.529-53	
N/A	
Armsthon Hamer dos Reis Zanelato - 002.931.257-40	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
José Fernando Etiene Dessaune	086.211.287-72	ISH Tech S.A.	42.496.531/0001-67	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Rodrigo Volk Etienne Dessaune	873.660.457-72	ISH Tech S.A.	42.496.531/0001-67	
CEO e Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Observação				
N/A				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
Administrador do Emissor			
José Fernando Etiene Dessaune	086.211.287-72	Subordinação	Controlada Direta
Conselheiro de Administração da Companhia e Presidente do Comitê de Auditoria			
Pessoa Relacionada			
ISH Tecnologia S.A.	01.707.536/0001-04		
Diretor Executivo de Finanças			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
José Fernando Etiene Dessaune	086.211.287-72	Subordinação	Controlada Direta
Conselheiro de Administração da Companhia e Presidente do Comitê de Auditoria			
Pessoa Relacionada			
Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda.	01.505.147/0001-04		
Diretor Executivo de Finanças			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Rodrigo Volk Etienne Dessaune	873.660.457-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ISH Tecnologia S.A.	01.707.536/0001-04		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Rodrigo Volk Etienne Dessaune	873.660.457-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda.	01.505.147/0001-04		
Administrador			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Allan Marcelo de Campos Costa	849.262.529-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente			
Pessoa Relacionada			
ISH Tecnologia S.A.	01.707.536/0001-04		
Diretor de Inovação (Não estatutário)			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Dalton Jacinto Dutra Júnior	922.817.887-68	Subordinação	Controlada Direta
Secretário do Comitê de Auditoria			
Pessoa Relacionada			
ISH Tecnologia S.A.	01.707.536/0001-04		
Gerente de Planejamento (Não Estatutário)			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Everson Teixeira Moreira	945.004.877-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro Efetivo do Comitê de Auditoria			
Pessoa Relacionada			
ISH Tecnologia S.A.	01.707.536/0001-04		
Diretor de Comunicação (Não Estatutário)			
Observação			
N/A			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor			
José Fernando Etiene Dessaune	086.211.287-72	Subordinação	Controlada Direta
Conselheiro de Administração da Companhia e Presidente do Comitê de Auditoria			
Pessoa Relacionada			
ISH Tecnologia S.A.	01.707.536/0001-04		
Diretor Executivo de Finanças			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
José Fernando Etiene Dessaune	086.211.287-72	Subordinação	Controlada Direta
Conselheiro de Administração da Companhia e Presidente do Comitê de Auditoria			
Pessoa Relacionada			
Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda.	01.505.147/0001-04		
Diretor Executivo de Finanças			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Rodrigo Volk Etienne Dessaune	873.660.457-72	Subordinação	Controlada Direta

670

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ISH Tecnologia S.A.	01.707.536/0001-04		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Rodrigo Volk Etienne Dessaune	873.660.457-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda.	01.505.147/0001-04		
Administrador			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Allan Marcelo de Campos Costa	849.262.529-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente			
Pessoa Relacionada			
ISH Tecnologia S.A.	01.707.536/0001-04		
Diretor de Inovação (Não estatutário)			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Dalton Jacinto Dutra Júnior	922.817.887-68	Subordinação	Controlada Direta
Secretário do Comitê de Auditoria			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
ISH Tecnologia S.A.	01.707.536/0001-04		
Gerente de Planejamento (Não Estatutário)			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Everson Teixeira Moreira	945.004.877-00	Subordinação	Controlada Direta
Membro Efetivo do Comitê de Auditoria			
Pessoa Relacionada			
ISH Tecnologia S.A.	01.707.536/0001-04		
Diretor de Comunicação (Não Estatutário)			
Observação			
N/A			

672

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor			
José Fernando Etiene Dessaune	086.211.287-72	Subordinação	Controlada Direta
Conselheiro de Administração da Companhia e Presidente do Comitê de Auditoria			
Pessoa Relacionada			
ISH Tecnologia S.A.	01.707.536/0001-04		
Diretor Executivo de Finanças			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
José Fernando Etiene Dessaune	086.211.287-72	Subordinação	Controlada Direta
Conselheiro de Administração da Companhia e Presidente do Comitê de Auditoria			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda.	01.505.147/0001-04		
Diretor Executivo de Finanças			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Rodrigo Volk Etienne Dessaune	873.660.457-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ISH Tecnologia S.A.	01.707.536/0001-04		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Rodrigo Volk Etienne Dessaune	873.660.457-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda.	01.505.147/0001-04		
Administrador			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Allan Marcelo de Campos Costa	849.262.529-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente			
Pessoa Relacionada			
ISH Tecnologia S.A.	01.707.536/0001-04		
Diretor de Inovação (Não estatutário)			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Everson Teixeira Moreira	945.004.877-00	Subordinação	Controlada Direta
Membro Efetivo do Comitê de Auditoria			
Pessoa Relacionada			
ISH Tecnologia S.A.	01.707.536/0001-04		
Diretor de Comunicação (Não Estatutário)			
Observação			
N/A			

674

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui acordos ou apólices de seguros para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

12.12 - Outras informações relevantes

I. Assembleias Gerais da Companhia

Abaixo são informadas as assembleias realizadas nos últimos três exercícios sociais, incluindo: (i) data de realização; (ii) principais materiais; (iii) data; (iii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iv) quórum de instalação:

Evento	Principais Matérias	Data	Instalação em 2ª convocação	Quórum
Assembleia Geral Extraordinária	Criação do Conselho de Administração da Companhia e eleição de seus membros; autorização para a abertura do capital da Companhia e listagem no Novo Mercado; reforma do estatuto social da Companhia para adaptação ao Novo Mercado, o qual somente vigorará a partir da data em que a listagem for concluída, permanecendo em vigor as disposições estatutárias correspondentes do Estatuto Social atual até que tal condição suspensiva seja verificada; autorização para realização de oferta pública.	28/07/2021	N/A	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Ratificar a contratação de empresa especializada de avaliação para avaliar, com base nos respectivos balanços patrimoniais levantados em 30 de junho de 2021, o valor contábil (i) das ações da ISH Tecnologia S.A. e e (ii) das quotas da Integrasys Comércio E Serviços Ltda.; aprovar os laudos de avaliação preparados pelos peritos, condicionado à consumação da Oferta aprovada na assembleia geral da Companhia realizada em 28 de julho de 2021; aprovar o aumento do capital social da Companhia.	18/08/2021	N/A	100%

II. Principais aspectos de Governança Corporativa

Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC
Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (accountability); e (iv) responsabilidade corporativa.

12.12 - Outras informações relevantes

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da Companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;
- previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da Companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

III. Segmento de Listagem do Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

IV. Informações adicionais ao item 12.3

Nos termos do artigo 13, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia e da Assembleia Geral Extraordinária de 28 de julho de 2021, onde restou consignado que os membros independentes do Conselho de Administração serão eleitos em Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para este fim, observado o enquadramento aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3, o atual Conselho de Administração da Companhia possui caráter provisório e os membros independentes serão eleitos até a divulgação do aviso ao mercado.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política da Remuneração de Administradores ("Política de Remuneração"), a qual foi formalmente aprovada em 28 de julho de 2021 em reunião de Conselho de Administração, e que pode ser consultada no website da CVM (www.cvm.gov.br), em no *website* da Companhia. A Política de Remuneração é aplicável aos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários e não Estatutários, membros dos Conselhos Fiscal (caso instalado) e membros do Comitê de Auditoria, e demais comitês de assessoramento, estatutários ou não estatutários ("Pessoas Sujeitas à Política").

A Política de Remuneração tem por objetivo definir os critérios de remuneração dos administradores da Companhia, assegurando que seja estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes aos cargos, em linha com os interesses de longo prazo da Companhia e com as melhores práticas de mercado, nos termos da legislação aplicável.

Os elementos que compõem a remuneração dos administradores visam: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando alinhados aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equidade salarial, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos executivos.

Abaixo se encontram listados os elementos da remuneração e seus objetivos:

- **Benefícios**: seguro de vida, assistência médica (diretoria estatutária e diretoria não estatutária) e plano de previdência (diretoria estatutária e não estatutária). Objetivo: complementar benefícios da assistência social e aposentadoria.
- **Incentivos de curto prazo**: participação nos lucros (diretoria estatutária e diretoria não estatutária). Objetivo: complementar a remuneração com base nos resultados da Companhia;
- **Incentivos de longo prazo**: plano de opções de compra de ações (diretoria estatutária e não estatutária). Objetivo: reforçar a retenção dos funcionários e alinhar interesses com acionistas na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo;
- **Remuneração Fixa**: salário base (conselho de administração, diretoria estatutária e não estatutária). Objetivo: reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado);
- **Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações**: é o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, a ser instituído nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações e aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que consistirá em: **(i)** estabelecer as condições gerais para outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações de sua emissão a executivos e empregados da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, indicados pelo Conselho de Administração da Companhia; e **(ii)** estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, permitindo a certos executivos e empregados de entidades pertencentes ao grupo da Companhia optar por adquirir ações da Companhia, nos termos e condições previstos no Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração das Pessoas Sujeitas à Política poderá ser constituída pelos seguintes elementos: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; e (v) remuneração baseada ou referenciadas em ações.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Conselho de Administração

- A política de remuneração dos conselheiros inclui uma remuneração mensal fixa a título de pró-labore, balizada nas práticas de mercado e visando reconhecer o valor dos Conselheiros, interna e externamente.

- A remuneração de cada um dos conselheiros poderá ser diferenciada, proporcional e em decorrência de responsabilidades adicionais assumidas, como a participação em comitês da Companhia que assessorem o Conselho de Administração.

- A remuneração do Conselho de Administração será verificada por meio de pesquisas periódicas de remuneração, realizadas por consultorias especializadas, tendo por foco a comparação com empresas de mesmo porte e/ou similares à Companhia, a fim de alinhar a remuneração paga aos membros do seu Conselho de Administração com as melhores práticas de mercado e a manutenção da competitividade de sua estratégia de remuneração.

- Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao recebimento de remuneração variável.

Diretoria Estatutária

- A remuneração dos diretores estatutários é determinada de acordo com **(i)** suas funções e responsabilidades e em com base em pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil, e **(ii)** o desempenho coletivo da equipe de gestão executiva para atingir nosso objetivo de aumentar o valor de nossas ações.

- É celebrado com cada um dos diretores estatutários um contrato de administração, que prevê, além da remuneração mensal fixa, paga a título de pró-labore, uma remuneração variável atrelada ao desempenho do administrador e condicionada ao cumprimento de determinadas metas da área ("Contrato de Administração").

- O Contrato de Administração também prevê a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, para serem exercidas nos prazos e nas condições estipuladas no Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações.

- Assim, a remuneração dos diretores estatutários inclui:

(i) uma remuneração-base e uma remuneração variável, relacionada com metas de acordo com a posição e a área do administrador;
(ii) uma remuneração indireta, representada pelos benefícios indicados na cláusula anterior; e
(iii) uma remuneração baseada em ações, decorrente das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

Diretoria Não Estatutária

- A remuneração dos diretores não-estatutários é baseada nas práticas de mercado, sendo atrelada aos resultados da Companhia. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração da Diretoria é estabelecida segundo a legislação existente (todos são contratados em regime CLT). Adicionalmente, os membros da nossa Diretoria possuem remuneração baseada em ações, conferida no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

- A Companhia estabelece como remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, o valor mínimo exigido pela legislação. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor médio pago anualmente aos diretores (remuneração fixa, não computando benefícios, verbas de representação e participação nos lucros). Dentro dos limites estabelecidos pela legislação, os membros do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal e não fazem jus ao plano de benefícios.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Comitês Estatutários e Não Estatutários

- Os membros do Comitê de Auditoria, do Comitê de Gestão e Assessoramento e do Comitê de Finanças da Companhia serão remunerados pelas atividades desenvolvidas nos termos de seus regimentos internos, conforme aprovados pelo do Conselho de Administração.

Os demais comitês de assessoramento da Companhia não intitularão seus membros qualquer forma de remuneração.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 02 de junho de 2021.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os reajustes levam em consideração pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil. Com base nisso, os ajustes são analisados pelo Conselho de Administração e levados para aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia analisa sua performance e o desempenho de seus administradores para manter uma remuneração compatível com as práticas de mercado, adequadas a qualidade e responsabilidades de seus executivos e dentro de suas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo na melhoria da sua gestão e a permanência de seus executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável, tendo em vista que nenhum membro da administração renunciou à sua respectiva remuneração.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Remuneração fixa: A remuneração fixa é individualizada quando permitido pela legislação aplicável e é proporcional à responsabilidade específica do cargo, tempo dedicado às funções, competência e reputação profissional, experiência individual, criação de valor dos serviços com foco em sua perenidade, também são consideradas pesquisas salariais do mercado e avaliações de desempenho individuais, dentre outros critérios a serem determinados pela Companhia, os quais serão definidos e aprovados pelo Comitê de Recursos Humanos e, quando necessário, aprovados pelo(s) respectivo(s) Diretor(es) compete(s) ou pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso e valor.

Remuneração variável: A remuneração variável poderá ser aplicável aos Diretores da Companhia e, em casos específicos poderá ser aplicada também aos membros do Conselho de Administração, e estão vinculadas a certas condições individuais de cada beneficiário, englobando os resultados financeiros das respectivas áreas sob a responsabilidade dos administradores e os resultados financeiros consolidados da Companhia, como faturamento e lucratividade, bem como indicadores operacionais, como nível de satisfação dos clientes, índice de rotatividade de colaboradores, entre outros, além de indicadores subjetivos, definidos pelo Conselho de Administração, dentre outros critérios a serem determinados pela Companhia, os quais serão definidos e aprovados, quando necessários, aprovados pelo(s) respectivo(s) Diretor(es) competente(s) ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso e valor.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho da seguinte maneira: são analisadas as performances e o desempenho dos administradores regularmente através de uma avaliação formal de desempenho ao final de cada ano, de forma a acompanhar o atingimento das metas da Companhia e individuais, calculando o aumento do salário base e o valor da bonificação de acordo com o merecimento de cada administrador.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração tem como objetivo incentivar os Diretores a buscar a melhor rentabilidade para a Companhia, atrelando a remuneração variável com os indicadores de desempenho, no curto prazo, e retendo profissionais que passam a se tornar essenciais para as operações da Companhia, que compartilham o risco e o resultado com a Companhia no longo prazo.
O administrador beneficiário de um plano de opções tem como incentivo, no médio prazo, o exercício do direito de adquirir ações de sua emissão a preço inferior que o potencial valor de mercado de nossas ações, fazendo com que ele atue constantemente em prol da criação de valor sustentável para Companhia e seus acionistas, nos diferentes horizontes de tempo.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração dos administradores da Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Participam do processo decisório sobre remuneração a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Comitê de Recursos Humanos.

A remuneração global dos administradores da Companhia é fixada por meio de Assembleia Geral, devendo o Conselho de Administração da Companhia fixar as remunerações mensais de seus membros e dos membros da Diretoria, bem como dos membros do Conselho Fiscal, caso instalado, dos membros do Comitê de Auditoria e demais comitês ("Pessoas Sujeitas à Política"). Além disso, o Conselho de Administração deve determinar a remuneração global dos administradores, membros do Conselho Fiscal e de comitês das controladas da Companhia, sendo a que a Assembleia Geral de cada controlada aprovará tal remuneração global e seus respectivos órgãos, Conselho de Administração ou Diretoria. Também cabe ao Conselho de Administração em conjunto com o Comitê de Recursos Humanos determinar a alocação de cada parte da remuneração, dentre as quais (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) participação nos lucros; (iv) benefícios; (v) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; e (vi) remuneração baseada ou referenciadas em ações, bem como estabelecer a remuneração dos membros dos Comitês.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Nos termos da Política de Remuneração da Companhia, para fixação da remuneração individual, o Conselho de Administração da Companhia realizará pesquisas de mercado periódicas, visando a identificação de padrões remunerativos no seu mercado de atuação, e caso necessário, lhe é facultado contratar empresas de consultoria especializadas no tema em questão.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Como parâmetro, a remuneração fixa das Pessoas Sujeitas à Política deverá ser proporcional à responsabilidade do cargo, ao tempo dedicado às funções, à competência e reputação profissional, experiência individual e ao valor dos serviços com foco em sua perenidade e criação de valor no longo prazo. A remuneração variável, quando aplicável aos administradores da Companhia, observará as regras gerais previstas na Política de Remuneração, não estando sujeita a reajustes, mas sim ao atendimento de metas, sendo estabelecida conforme seus resultados e sua administração. Para isso, os indicadores e metas da Companhia são revisados periodicamente, de modo a refletir mudanças na sua estratégia e seu planejamento de resultados.

Os Diretores da Companhia também podem participar de um programa anual de bônus. O valor a ser determinado no programa de bônus, é resultante: (i) de uma avaliação objetiva; e (ii) de uma avaliação subjetiva. Enquanto a avaliação objetiva verifica o cumprimento de metas organizacionais, a avaliação subjetiva considera um exame realizado de determinados parâmetros pré-estabelecidos internamente, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avaliará, no mínimo anualmente, a conformidade da Política de Remuneração e a atualização e/ou aplicabilidade dos critérios adequados.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	0,00	6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	200.000,00	200.000,00	0,00	400.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 01/2021, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Não aplicável, tendo em vista que o Conselho Fiscal não está instalado.	
Total da remuneração	200.000,00	200.000,00	0,00	400.000,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente – 31/12/2021				
Item / Ano	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	3,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	0,00	8,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(a) Termos e condições gerais

(b) Principais objetivos do plano

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui Plano de Opções de Ações.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui Plano de Opções de Ações.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui Plano de Opções de Ações.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui Plano de Opções de Ações.

(f) Número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui Plano de Opções de Ações.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui Plano de Opções de Ações.

(h) Condições de aquisição de ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui Plano de Opções de Ações.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui Plano de Opções de Ações.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui Plano de Opções de Ações.

(k) Forma de liquidação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui Plano de Opções de Ações.

(l) Restrições à transferência das ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui Plano de Opções de Ações.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui Plano de Opções de Ações.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui Plano de Opções de Ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e não há outorga de opções de compra de ações prevista para o exercício social corrente.

13.6 - Opções em Aberto

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

(a) Modelo de precificação

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

	Exercício social 31/12/2020			
	Sociedade emissora	**Tipo de Valor Mobiliário**	**Quantidade**	**% do capital social**
Conselho de Administração(1)	Companhia	Ações	784	78,4
Diretoria Estatutária	Companhia	Ações	100	10,00
Conselho Fiscal	Companhia	Ações	0	0
Total		-	884	88,4

(1) Sem considerar as participações detidas por Diretores que também são Conselheiros da Companhia.

Com exceção das ações acima, os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia não possuíam quaisquer outras ações ou cotas outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidas pela Companhia, por sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia na data deste Formulário de Referência.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

A Companhia e suas futuras controladas oferecem aos seus colaboradores, por meio do programa "Renda Total Empresarial ISH", os benefícios de Previdência Privada desenvolvidos pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A, composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta – PGBL e Seguros de Vida com Cobertura por Sobrevivência – VGBL. De acordo os termos do programa, a Companhia contribui com o mesmo percentual que o colaborador (de 1% a 25%, a depender do tempo de vínculo com a empresa).

Nenhum membro do conselho de administração ou diretor estatutário fez adesão aos benefícios até o momento.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 02 de junho de 2021, não possuindo remuneração para administradores nos três últimos exercícios sociais.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Na data deste Formulário de Referência não havia arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 02 de junho de 2021, não possuindo remuneração para administradores nos três últimos exercícios sociais.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 02 de junho de 2021, não possuindo remuneração para administradores nos três últimos exercícios sociais.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Plano de Remuneração Baseado em Ações

A Companhia estuda aprovar, previamente ao lançamento da oferta pública inicial de ações da Companhia, um Plano de Remuneração Baseado em Ações, o qual será instituído nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, em benefício de seus administradores e/ou empregados de nível gerencial ou que desempenhem função relevante na Companhia, independentemente do cargo ou natureza da relação com a Companhia e suas futuras controladas.

Além das informações descritas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes e pertinentes a esta seção 13 que não tenham sido divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Nº de empregados das Companhias e suas controladas Exercício social – 30/06/2021						
Categoria	**ES**	**DF**	**MG**	**RJ**	**SP**	**Total**
SOC	55	21	4	28	56	164
NOC	45	5	2	-	3	55
Professional Services	22	18	1	1	31	73
Financeiro e Contábil	15	-	-	-	-	15
Licitações	3	-	-	-	-	3
Marketing / Comercial / Pré-vendas	11	5	-	1	14	31
Recursos Humanos	10	-	-	-	-	10
Cloud Services	8	-	-	-	-	8
Customer e Outsourcing Services	12	12	-	4	27	45
Qualidade e Informações Gerenciais	3	-	-	-	-	3
Alianças e Cyberpass	-	-	-	-	3	3
Suprimentos e TI Interna	9	1	-	-	1	11
Inovação / Desenvolvimento de Soluções / Arquitetura de Produtos	11	3	-	-	7	21
Diretor Estatutário	6	1	-	-	1	8
Presidência / Diretoria Regional	1	1	-	-	-	2
Estagiários	10	-	-	-	2	12
Total	216	64	7	34	145	**464**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Nº de terceirizados das Companhias e suas controladas Exercício social – 30/06/2021					
Categoria	**ES**	**DF**	**MG**	**SP**	**Total**
Pessoas jurídicas que desempenham atividades de TI	8	10	1	9	**28**
Conservação e Limpeza	4	-	-	1	5
Portaria	4	-	-	-	4
Total	16	10	1	10	37

(c) índice de rotatividade

31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
42%	45%	40%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(a) política de salários e remuneração variável

Atualmente a estrutura salarial da Companhia e de suas controladas decorre de tabela salarial vigente por região, cargo/ área e níveis (Júnior, Pleno ou Sênior).

No entanto, a Companhia e suas futuras controladas estão desenvolvendo uma nova política de estrutura de cargos e salários, com o apoio de uma consultoria privada especializada, cujo projeto tem os seguintes objetivos:

- Modelagem da estrutura de cargos e níveis (por família de cargos);
- Pesquisa salarial utilizando como referência o mercado geral, avaliando a consistência e propondo as tabelas salariais;
- Elaborar a nova estrutura salarial (tabela salarial) para o Grupo ISH com base nas avaliações internas e pesquisa salarial;
- Com base nos dados de mercado e na avaliação de cada cargo pela metodologia, o consultor definirá o grupo salarial, nomenclatura de mercado e os passos correspondentes;
- Definição da estratégia de remuneração;
- Definição do enquadramento funcional "para" e apuração dos custos de enquadramento;
- Avaliar em conjunto com a equipe de Recursos Humanos do Grupo ISH a Política de Administração Salarial e Benefícios vigente incluindo a definição de aumentos salariais (acordo coletivo, mérito, promoções e enquadramento de mercado), bem como percentuais médios, máximos e frequência típica de concessão, propondo ajustes necessários.

A Companhia e suas futuras controladas possuem remuneração salarial variável para seus colaboradores, conforme descritos abaixo:

- Comercial (equipe de vendas, equipe de pré-vendas, equipe de marketing e equipe de desenvolvimento de soluções): Além do comissionamento sobre as vendas, existe um plano de bônus e aceleradores estruturado, que visa reconhecer e valorizar o desempenho dos colaboradores que se esforçam para trazer um resultado cada vez melhor para a empresa. As regras partem de metas individuais e coletivas.
- Gerência de desenvolvimento de soluções: Bônus de até 25 salários anuais, sendo 1/3 com base em meta individual, e 1/3 com base na meta do grupo com apuração e pagamento trimestral e 1/3 de bônus acelerador, com apuração e pagamento anual.
- Gerência de produtos: Bônus de até 4 salários anuais, com apuração trimestral, se atingir a meta de margem do ano.
- Gerência de canais: Até 120.000,00 por ano, se atingir a meta estipulada de MRR, com apuração trimestral.
- Gerência de Inovação: Até 4 salários por ano se atingir as metas estabelecidas, que partem da venda de um novo produto próprio chamado Mantis, a atualização de uma nova versão deste produto e a criação e estruturação de canais ativos para este produto.
- Head de inovação: Até 4 salários anuais, se atingidas as metas de MRR sobre os produtos próprios ISH (Cyberpass, Mantis e Siem), apuração trimestral.
- Gerência de sucesso do cliente: até 4 salários anuais, se atingir as metas estabelecidas de Health Score, sendo que os resultados são monitorados a cada trimestre.

Além disso, a Companhia e suas futuras controladas concedem a seus colaboradores, caso seja atingida a meta estipulada internamente pela área de Estratégia e Presidência, Participação nos Lucros e Resultados aos funcionários que percebem (i) exclusivamente remuneração fixa de, no mínimo, 6% (seis por cento) do lucro líquido após IR e CSSL apurado; e (ii) remuneração variável, à critério da Diretoria Estatutária, poderá ser fixada uma verba em função do atingimento das metas individuais fixadas para cada ano.

(b) política de benefícios

A Companhia e suas futuras controladas concedem aos seus colaborares os seguintes benefícios:

- Vale Alimentação ou Refeição

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

- Plano de saúde enfermaria sem custo para o colaborador
- Plano odontológico sem custo para o colaborador
- Seguro de Vida
- Previdência Privada

Além destes, a Companhia possui o programa de Benefícios Flexíveis, que consiste na possibilidade do colaborador participante escolher dentre os itens do Pacote de Benefícios aqueles que mais lhe agradem, no limite de valor disponibilizado pela empresa, podendo distribuir o valor entre mais de um dos itens a seguir (sujeitos à atualização semestral):

- Cartão Refeição e/ou Alimentação
- Auxílio-Creche
- Auxílio-Graduação
- Idiomas
- Cursos e Certificações
- Upgrade Plano de Saúde
- Plano de Saúde para Dependentes
- Plano Odontológico para dependentes

Os benefícios flexíveis possuem as seguintes regras gerais:

- Os benefícios institucionais – aqueles fornecidos a todos os empregados da Companhia e de suas subsidiárias – não poderão ser substituídos por Benefícios Flexíveis;
- Os Benefícios Flexíveis serão escolhidos ou alterados no início de cada semestre, de forma irretratável, observando as regras dos fornecedores dos benefícios;
- Os valores disponíveis mensalmente ao colaborador para utilização no Programa de Benefícios Flexíveis e não utilizados não são acumuláveis;
- Em caso de afastamento do participante do Programa de Benefícios Flexíveis superior a 1 (um) mês, haverá suspensão automática do pacote de benefícios flexíveis, independente de comunicação prévia;
- A Companhia poderá, a seu critério e unilateralmente, alterar as políticas, os fornecedores de benefícios, bem como substituir benefícios que compõem o Pacote de Benefícios sem aviso prévio ou comunicação expressa aos colaboradores participantes do Programa, respeitado a vigência do semestre. Exceto nas hipóteses de rescisão do contrato de prestação de serviços dos fornecedores.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

As estratégias de remuneração de curto, médio e longo prazo da equipe de gestores da Companhia (gerentes e diretores), está sendo elaborada por uma consultoria privada especializada, cujo projeto tem os seguintes objetivos:

- Modelagem da estrutura de cargos e níveis (por família de cargos);
- Pesquisa salarial utilizando como referência o mercado geral, avaliando a consistência e propondo as tabelas salariais;
- Elaborar a nova estrutura salarial (tabela salarial) para o Grupo ISH com base nas avaliações internas e pesquisa salarial;
- Com base nos dados de mercado e na avaliação de cada cargo pela metodologia, o consultor definirá o grupo salarial, nomenclatura de mercado e os passos correspondentes;
- Definição da estratégia de remuneração;
- Definição do enquadramento funcional “para” e apuração dos custos de enquadramento;
- Avaliar em conjunto com a equipe de Recursos Humanos do Grupo ISH a Política de Administração Salarial e Benefícios vigente incluindo a definição de aumentos salariais (acordo coletivo, mérito, promoções e enquadramento de mercado), bem como percentuais médios, máximos e frequência típica de concessão, propondo ajustes necessários.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

Os empregados da Companhia e de suas controladas são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação dos Estados do Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e do Distrito Federal (SINDPD-ES, SINDPD-SP, SINDPD-RJ, SINDPD-MG, SINDPD-PR e SINDPD-DF).

A Companhia e suas futuras controladas mantém um bom relacionamento com as referidas entidades sindicais, e divulgam aos seus colaboradores as principais convenções coletivas e outras ações promovida pelas entidades sindicais. Nos últimos três exercícios sociais não houve qualquer tipo de greve ou paralisação envolvendo os empregados da Companhia ou de suas controladas.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
João Paulo Barros da Silva Pinto					
052.324.527-03	Brasileiro-ES	Sim	Não	02/06/2021	
Não					
116	11,610%	0	0,000%	116	11,610%
Allan Marcelo de Campos Costa					
849.262.529-53	Brasileiro-RJ	Sim	Não	02/06/2021	
Não					
100	10,000%	0	0,000%	100	10,000%
Rodrigo Volk Etienne Dessaune					
873.660.457-72	Brasileiro-ES	Sim	Sim	02/06/2021	
Não					
523	52,260%	0	0,000%	523	52,260%
Armsthon Hamer dos Reis Zanelato					
002.931.257-40	Brasileiro-ES	Sim	Não	02/06/2021	
Não					
261	26,130%	0	0,000%	261	26,130%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%

705

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL					
1.000	100,000%	0	0,000%	1.000	100,000%

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	18/08/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	4
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	0
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	1.000	100,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	1.000	100,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

a. Partes

O Acordo de Acionistas da Companhia foi celebrado por Rodrigo Volk Etienne Dessaune ("Rodrigo"), Armsthon Hamer dos Reis Zanelato ("Armsthon"), João Paulo Barros da Silva Pinto ("João Paulo") e Allan Marcelo de Campos Costa ("Allan", e em conjunto com o Rodrigo, Armsthon e João Paulo, simplesmente "Acionistas Controladores"), com interveniência da Companhia na qualidade de Anuente.

b. Data de celebração

O Acordo de Acionistas foi celebrado em 30 de junho de 2021 ("Data de Celebração").

c. Prazo de Vigência

O Acordo de Acionistas entrou em vigor na Data de Celebração e permanecerá válido até a data de 31 de dezembro de 2024.

d. Descrição das cláusulas restritivas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas, ou seus representantes, se comprometeram através do Acordo de Acionistas a votar de forma uniforme em todas as Assembleias Gerais, para as decisões que envolvam: (i) Alterações em geral ao Estatuto Social; (ii) Mudança do objeto social; (iii) Aumentos ou redução de capital social; (iv) Emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias; (v) Grupamento ou desdobramento de ações; (vi) Incorporação, fusão e cisão; (vii) Liquidação e proposta de recuperação ou falência; e (viii) distribuição de dividendos.

e. Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Não aplicável.

f. Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

O Acordo de Acionistas estabeleceu diversas restrições à transferência e oneração das ações da Companhia, tendo sido previsto: (i) Direito de Preferência e venda de ações, no qual, caso qualquer dos Acionistas Controladores decida alienar total ou parcialmente as ações que é titular, deverá oferecer primeiramente aos demais Acionistas Controladores; (ii) Direito de Venda Conjunta, no qual a transferência direta ou indireta pelos Acionistas Controladores detentores de 60% ou mais do capital social, somente poderá ser realizada sob condição suspensiva de que seja dada oportunidade aos demais Acionistas Controladores de também alienarem suas ações, na mesma proporção daquelas que tiverem sido objeto da Oferta; e (iii) Direito de Venda Conjuta Obrigatória, no qual, caso seja recebida Oferta de terceiro para venda de todas as ações de Acionistas Controladores que detenham no mínimo 60% do capital social, os demais Acionistas Controladores podem ser obrigados a vender suas ações, a critério único dos Acionistas Controladores receptores da oferta.

g. Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Não aplicável.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Nos últimos três exercício sociais, houve a alienação de ações que representavam 22,50% das ações de emissão da ISH Tecnologia S.A. e da Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. por parte do Sr. Renato Jager Patrocínio em 31 de maio de 2019, com a aquisição das referidas ações pelo Sr. Rodrigo, pelo Sr. Armsthon e pelo Sr. João Paulo.

Em 18 de setembro de 2019, o Sr. Allan é admitido nas sociedades por meio da aquisição de ações dos acionistas da ISH Tecnologia S.A. e quotas dos sócios da Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., equivalente a 10% das ações ou quotas, conforme aplicável, de emissão das referidas sociedades.

15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	**Incorporação das ações da ISH Tecnologia S.A. e das cotas da Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. no âmbito do capital social da Companhia**
b. principais condições do negócio	Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação das ações da ISH Tecnologia S.A. e das cotas da Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. sob condição suspensiva da consumação da oferta pública inicial de ações da ISH Tech S.A. ("Oferta"), para compor o capital social da Companhia, através do valor definido em laudo de avaliação especialmente realizado para tal contribuição, na forma do artigo 227 da Lei das Sociedades por Ações e nos termos das condições do Protocolo e Justificação. A incorporação resultará na incorporação da ISH Tecnologia e da Integrasys pela Companhia, tornando-as subsidiárias integrais da Companhia. As incorporações resultarão no aumento de capital social da Companhia em R$ 6.767.823,00 (seis milhões, setecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e vinte e três reais), conforme valor atribuído às incorporadas no laudo de avaliação.
c. sociedades envolvidas	Companhia (Incorporadora), ISH Tecnologia S.A. (Incorporada) e Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. (Incorporada).
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A ISH Tecnologia S.A. e a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. passarão a ser subsidiárias integrais da Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	Antes: Depois:

15.7 - Principais Operações Societárias

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Assembleia Geral da Companhia, realizada em 18 de agosto de 2021.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao controle e grupo econômico da Companhia que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Em observância às normas da CVM e da B3, em 28 de julho de 2021, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a "Política de Transação com Partes Relacionadas da ISH Tech S.A." ("Política de Transação com Partes Relacionadas"), com o objetivo de estabelecer princípios básicos e diretrizes que garantam que as transações com Partes Relacionadas (conforme definido abaixo), bem como situações em que possa haver potencial conflito de interesses dentro das transações que envolvam a Companhia, sejam conduzidas e solucionadas da maneira transparente e de acordo com os interesses da Companhia. Nesse sentido, a Política de Transação com Partes Relacionadas contempla, dentre outras matérias, os procedimentos relativos (i) à identificação das partes relacionadas; (ii) à identificação de fornecedores, prestadores de serviços e clientes que têm transações com partes relacionadas à Companhia; bem como (iii) os critérios e procedimentos relacionados à seleção de contraparte, avaliação e aprovação dos contratos, com o objetivo de mitigar potenciais conflitos de interesses e assegurar que todas as transações com partes relacionadas sejam realizadas no interesse da Companhia.

Nos termos da Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010, são consideradas "Partes Relacionadas" à Companhia:

a. Pessoa Física ou Membro Próximo de sua Família, que:
   i. tiver o controle pleno ou compartilhado da Companhia;
   ii. tiver influência significativa sobre a Companhia; ou
   iii. for Membro Chave da Administração Companhia ou de sua Controladora.

b. Entidades que se encontrem em qualquer uma das situações abaixo:
   i. Quando a Entidade e a Companhia sejam membros do mesmo grupo econômico (o que significa dizer que a controladora e cada controlada são inter-relacionadas, bem como as entidades sob controle comum são relacionadas entre si);
   ii. A Entidade, ou qualquer membro de grupo do qual ela faz parte, fornece serviços de pessoal-chave da administração da entidade que reporta ou à controladora da entidade que reporta;
   iii. Quando a Entidade for coligada ou controlada em conjunto (joint venture) da Companhia, ou o contrário;
   iv. Quando a Entidade for coligada ou controlada em conjunto (joint venture) de uma outra entidade membro do mesmo grupo econômico da Companhia, ou o contrário;
   v. Quando a Entidade e a Companhia estiverem sob o controle conjunto (joint ventures) de uma terceira entidade;
   vi. Quando a Entidade estiver sob o controle conjunto (joint venture) de uma terceira entidade e a Companhia for coligada dessa terceira entidade, ou o contrário;
   vii. Quando a Entidade for um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados da Companhia e/ou de uma outra entidade que seja Relacionada a ela;
   viii. Quando a Entidade for controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto (joint venture), por uma pessoa/Parte Relacionada identificada no item "I" acima; e

Quando uma pessoa/Parte Relacionada identificada no item "(i).(a)" acima (1) tenha influência significativa sobre a Entidade, ou (2) for Membro Chave da Administração da Entidade ou de controladora da Entidade. São consideradas "Condições de Mercado": Condições de negociação que tenham por princípios (i) a competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (ii) a conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); (iii) a transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia); e (iv) a equidade (estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros).

Toda transação com Partes Relacionadas, após emissão de parecer pelo Comitê de Auditoria, será obrigatoriamente submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia. O membro da Diretoria ou do Conselho de Administração que estiver em situação de potencial conflito de interesses deverá se ausentar na análise e discussão da transação em que estiver potencialmente conflitado, abstendo-se de votar no respectivo processo decisório.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

O Conselho de Administração, auxiliado pela Diretoria Executiva, quando necessária, emitirá parecer a despeito das transações com Partes Relacionadas apreciadas, que levarão em consideração os seguintes fatores, dentre outros, julgados relevantes para a apreciação da transação específica:

- Os claros motivos para que se realize a transação do ponto de vista dos negócios e benefícios econômicos e estratégicos para a Companhia;
- Se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a, ou por um, terceiro não relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, levando-se em conta o custo de monitoramento da transação pela Companhia;
- Se existem alternativas de mercado à transação com Partes Relacionadas em questão, ajustadas aos fatores de risco envolvidos;
- Os resultados de avaliações realizadas por empresa especializada e independente que emita opiniões evidenciando que a transação representa a melhor alternativa, dentre as existentes no mercado, se houver;
- Análise quanto ao procedimento de validação de processo competitivo referente a contratação e avaliação do resultado positivo obtido;
- Constatação da aplicação de metodologia de precificação utilizada e análise de formas alternativas de valoração da transação;
- Possíveis disposições ou limitações impostas à Companhia e/ou suas controladas resultantes da celebração da transação ou se a transação incluir qualquer risco em potencial à Companhia e/ou suas controladas (incluindo risco reputacional)
- Análise do grau de interesse da Parte Relacionada na transação, considerando o montante da transação, a situação financeira da Parte Relacionada, a natureza direta ou indireta do interesse da Parte Relacionada na transação e a natureza contínua ou não da transação.

As transações com Partes Relacionadas devem sempre ser realizadas em condições comutativas, assim entendidas como aquelas em que há equivalência dos compromissos ou obrigações recíprocas, sem o favorecimento de qualquer das partes de um negócio, condições características de operações entre entidades isoladas, observadas as Condições de Mercado, inclusive com pagamento compensatório adequado, se aplicável, e seguindo os mesmos princípios e procedimentos que norteiam as negociações feitas pela Companhia com partes independentes.

Quaisquer desvios no cumprimento da Política de Transação com Partes Relacionadas deve ser levado ao conhecimento do Comitê de Auditoria que reportará ao Conselho de Administração que, por sua vez, apurará, de forma criteriosa, os motivos pelos quais houve o descumprimento Política de Transação com Partes Relacionadas, bem como determinará as ações necessárias: (i) suspender todos os eventuais pagamentos programados à Parte Relacionada; (ii) incluir a transação entre Partes Relacionadas no fluxo de aprovações determinado na respectiva Política para que a transação seja adequadamente aprovada e/ou cancelada; e (iii) avaliar e aplicar eventuais punições cabíveis.

A Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia; e (ii) internet: site da Companhia (ri.ish.com.br), site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

A Companhia entende que as práticas acima descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e preços e condições de mercado. As transações que estejam em vigor ou tenham sido celebradas no último exercício social são resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Enseada Empreendimentos Imobiliários S.A.	31/07/2015	120.000,00	R$ 10.108 mil	R$ 10.108 mil	17 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Contrato de locação entre a Enseada Empreendimentos Imobiliários S.A., na qualidade de Locadora, e a ISH Tecnologia S.A., na qualidade de locatária. As pessoas jurídicas anteriormente citadas possuem 75% do quadro societário em comum.						
Objeto contrato	Contrato de locação do imóvel localizado à Rua Judith Maria Tovar Varejão, n° 355, Enseada do Suá. Vitória/ES, com área total de 1.612,57 m² e cadastro imobiliário na Prefeitura Municipal de Vitória de n° 05.03.008.0076.001, com aluguel mensal de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) reajustado anualmente a partir da variação do IGP-M. Não existem disposições acerca de compartilhamento de despesas, devendo prevalecer aquelas condições definidas na Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991, conforme alterada.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Distrato sujeito a multa acordada contratualmente.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de locação do Imóvel sede da controlada direta ISH Tecnologia S.A. Saldo de aluguéis em 30 de junho de 2021: 10.108 mil						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Trata-se de um contrato de locação entre a Enseada Empreendimentos Imobiliários S.A., na qualidade de Locadora, e a ISH Tecnologia S.A., na qualidade de locatária, que compartilham 75% do quadro societário em comum, acordado das condições usuais de mercado, com valor mensal de locação de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) a ser reajustado anualmente pela variação do IGP-M em conformidade com a Lei 8.245 de 18 de outubro de 1991, conforme alterada.						
Rodrigo Volk Etienne Dessaune	30/06/2021	19.321,00	R$ 19.321 mil	R$ 19.321 mil	12 meses	SIM	0,370000
Relação com o emissor	Contrato de Mútuo firmado entre os Acionistas Controladores da ISH Tecnologia S.A. e da Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. na qualidade de mutuários, e a ISH Tecnologia S.A. e a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. na qualidade de mutuantes.						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo firmado entre os Acionistas Controladores, a ISH Tecnologia S.A. e a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., visando o empréstimo do montante de R$ 19.321 mil aos referidos Acionistas. As partes pactuaram que haverá correção monetária no percentual da variação acumulada do CDI no período.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo firmado entre a ISH Tecnologia S.A., a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., e os Acionistas Controladores. A operação foi realizada em virtude da antecipação de lucros aos acionistas no exercício social de 2020, sendo que ao final do exercício, foi apurado que os Acionistas Controladores receberam dividendos superiores aos finais.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Trata-se de um contrato de mútuo entre a Integrasys e a ISH Tecnologia S.A., companhias controladas pelo Emissor, e os Acionistas Controladores do Emissor.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Armsthon Hamer dos Reis Zanelato	30/06/2021	19.321,00	R$ 19.321 mil	R$ 19.321 mil	12 meses	SIM	0,370000

Relação com o emissor	Contrato de Mútuo firmado entre os Acionistas Controladores da ISH Tecnologia S.A. e da Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. na qualidade de mutuários, e a ISH Tecnologia S.A. e a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. na qualidade de mutuantes.
Objeto contrato	Contrato de Mútuo firmado entre os Acionistas Controladores, a ISH Tecnologia S.A. e a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., visando o empréstimo do montante de R$ 19.321 mil aos referidos Acionistas. As partes pactuaram que haverá correção monetária no percentual da variação acumulada do CDI no período.
Garantia e seguros	Não aplicável.
Rescisão ou extinção	Não aplicável.
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo firmado entre a ISH Tecnologia S.A., a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., e os Acionistas Controladores. A operação foi realizada em virtude da antecipação de lucros aos acionistas no exercício social de 2020, sendo que ao final do exercício, foi apurado que os Acionistas Controladores receberam dividendos superiores aos finais.
Posição contratual do emissor	Outra
Especificar	Trata-se de um contrato de mútuo entre a Integrasys e a ISH Tecnologia S.A., companhias controladas pelo Emissor, e os Acionistas Controladores do Emissor.

João Paulo Barros da Silva Pinto	30/06/2021	19.321,00	R$ 19.321 mil	R$ 19.321 mil	12 meses	SIM	0,370000

Relação com o emissor	Contrato de Mútuo firmado entre os Acionistas Controladores da ISH Tecnologia S.A. e da Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. na qualidade de mutuários, e a ISH Tecnologia S.A. e a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. na qualidade de mutuantes.
Objeto contrato	Contrato de Mútuo firmado entre os Acionistas Controladores, a ISH Tecnologia S.A. e a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., visando o empréstimo do montante de R$ 19.321 mil aos referidos Acionistas. As partes pactuaram que haverá correção monetária no percentual da variação acumulada do CDI no período.
Garantia e seguros	Não aplicável.
Rescisão ou extinção	Não aplicável.
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo firmado entre a ISH Tecnologia S.A., a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., e os Acionistas Controladores. A operação foi realizada em virtude da antecipação de lucros aos acionistas no exercício social de 2020, sendo que ao final do exercício, foi apurado que os Acionistas Controladores receberam dividendos superiores aos finais.
Posição contratual do emissor	Outra
Especificar	Trata-se de um contrato de mútuo entre a Integrasys e a ISH Tecnologia S.A., companhias controladas pelo Emissor, e os Acionistas Controladores do Emissor.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Allan Marcelo de Campos Costa	30/06/2021	19.321,00	R$ 19.321 mil	R$ 19.321 mil	12 meses	SIM	0,370000

Relação com o emissor	Contrato de Mútuo firmado entre os Acionistas Controladores da ISH Tecnologia S.A. e da Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. na qualidade de mutuários, e a ISH Tecnologia S.A. e a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. na qualidade de mutuantes.
Objeto contrato	Contrato de Mútuo firmado entre os Acionistas Controladores, a ISH Tecnologia S.A. e a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., visando o empréstimo do montante de R$ 19.321 mil aos referidos Acionistas. As partes pactuaram que haverá correção monetária no percentual da variação acumulada do CDI no período.
Garantia e seguros	Não aplicável.
Rescisão ou extinção	Não aplicável.
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo firmado entre a ISH Tecnologia S.A., a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda., e os Acionistas Controladores. A operação foi realizada em virtude da antecipação de lucros aos acionistas no exercício social de 2020, sendo que ao final do exercício, foi apurado que os Acionistas Controladores receberam dividendos superiores aos finais.
Posição contratual do emissor	Outra
Especificar	Trata-se de um contrato de mútuo entre a Integrasys e a ISH Tecnologia S.A., companhias controladas pelo Emissor, e os Acionistas Controladores do Emissor.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

O objetivo Política de Transações com Partes Relacionadas é estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela Companhia e suas futuras controladas e subsidiárias em suas operações com partes relacionadas, para assegurar que todas as decisões envolvendo tais operações sejam tomadas de forma a garantir a transparência e a integridade dos atos praticados, o fiel cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis, e as melhores práticas de governança corporativa.

Nos termos da Política de Transação com Partes Relacionadas, "Conflito de Interesses" significa uma situação de uma pessoa com vinculação à Companhia e que se encontra envolvida em processo decisório em que ela tenha o poder de influenciar o resultado final, assegurando uma vantagem indevida para si, algum familiar ou terceiros, ou ainda que possa interferir na sua capacidade de julgamento isento. No caso da Companhia, os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.

Na transação com Parte Relacionada que remeta a Conflito de Interesse, a pessoa que lhe der causa, qualquer seja sua posição dentro da Companhia, deverá informar este fato ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, responsáveis pela análise e aprovação da transação, logo que tiver conhecimento do conflito, devendo explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

O Conflito de Interesses no caso dos Administradores da Companhia é presumido, isto é, sua aplicação independe da análise do caso concreto, restando impedidos não apenas de votar, se a operação tiver que ser aprovada por órgão de administração colegiado, mas também de participar das negociações de determinada operação em que figure como contraparte da companhia ou pela qual seja beneficiado, independentemente se está a se perseguir o interesse social ou não. Quando houver situação de Conflito de Interesse, os acionistas da Companhia deverão abster-se de votar nas assembleias gerais, sendo considerado como voto abusivo aquele exercido por acionista com o intuito de causar dano à Companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus, resultando prejuízo para a Companhia ou para demais acionistas.

Os membros da alta administração da Companhia em posição de Conflito de Interesse, em caso de solicitação pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva, poderão participar parcialmente das discussões, de forma a explicar seu envolvimento na operação e disponibilizar informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo sempre se ausentar ao final da discussão, inclusive do processo de votação da matéria pelos presentes.

Caso algum administrador, que possa ter um interesse pessoal conflitante, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo. A não manifestação voluntária do administrador é considerada uma violação da Política de Transação com Partes Relacionadas, sujeita às seguintes penalidades: (i) suspender todos os eventuais pagamentos programados à Parte Relacionada; (ii) incluir a transação entre Partes Relacionadas no fluxo de aprovações determinado na respectiva Política para que a transação seja adequadamente aprovada e/ou cancelada; e (iii) demais eventuais punições cabíveis, aplicáveis pelo Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

Sempre que for constatado situação de Conflito de Interesse envolvendo ou não Partes Relacionadas, o Comitê de Auditoria é responsável por analisar a situação e elaborar parecer sobre as condições da transação e recomendar ou não a deliberação do Conselho de Administração. Para os casos de Conflito de Interesse entre Partes Relacionadas, acionistas da Companhia e a Companhia, participarão da análise e elaboração do parecer apenas os conselheiros independentes que façam parte do Comitê de Auditoria. Para os casos em que houver necessidade de aprovação pelo Conselho de Administração, após manifestação favorável do Comitê de Auditoria, os conselheiros que representam os acionistas envolvidos na transação deverão se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre a matéria.

As transações divulgadas no item 16.2 acima, celebradas anteriormente à aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas, foram realizadas de acordo com o Estatuto Social vigente à época, Código de Ética e com as práticas estabelecidas em lei.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

A administração da Companhia está comprometida com o Código de Ética da Companhia, que reflete as normas e condutas que devem ser tomadas em casos de potenciais conflitos de interesses, e também com a Política de Transações com Partes Relacionadas. A partir da referida aprovação societária em 28 de julho de 2021, as transações entre a Companhia e suas futuras partes relacionadas passaram a ser previamente analisadas e submetidas para aprovação nos termos previstos em tal política.

Em situações em que qualquer transação com partes relacionadas exija aprovação prévia nos termos desta Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação, que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações.

Caso solicitado pelo órgão social que deliberar sobre a transação, tal pessoa impedida poderá participar parcialmente da discussão, visando apenas proporcionar mais informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo se ausentar da parte conclusiva da discussão, incluindo do processo de votação da matéria.

Caso algum administrador, que possa ter um interesse pessoal conflitante não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo. A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração da Companhia para tomada de decisão acerca das medidas cabíveis no caso concreto.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações apresentadas na seção “16.2” deste Formulário de Referência entre a Companhia e suas futuras partes relacionadas foram efetuadas a valores, taxas e prazos usuais de mercado, em Condições de Mercado, não gerando, portanto, qualquer benefício ou prejuízo para as partes envolvidas. As transações com partes relacionadas da Companhia tratam-se de aluguéis de imóveis e contratos de prestação de serviços e são pactuadas com termos e conduções similares às operações realizadas com terceiros, seguem as Condições de Mercado usuais para estas modalidades de aluguéis e são firmadas com valores também de acordo com o preço do mercado.

Apresentamos abaixo informações sobre a ausência de conflitos de interesse e a natureza comutativa das condições pactuadas para cada grupo de transações com partes relacionadas (i) celebradas pela Companhia no exercício social findo em 30 de abril de 2021 e (ii) que se encontram vigentes no exercício social corrente:

Contrato de Locação de Imóveis

No que se refere ao contrato de locação celebrado entre a ISH Tecnologia S.A. e sua parte relacionada, a Companhia esclarece que as condições desses contratos são comutativas e não indicam vantagem, benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. A estratégia da Companhia ao celebrar o contrato de aluguel descrito no item 16.2, foi a negociação dos valores com base em pesquisa de mercado, de forma que adequem-se ao preço médio de imóveis na região em que a Companhia encontra-se sediada.

O aluguel mensal da área locada é fixo, e corresponde ao valor mensal definido no item 16.2 acima, devendo ser ajustado de acordo com a variação acumulada do IGP-M FGV, mesmo índice de reajuste praticado atualmente pelo mercado para locações comerciais**.**

A Contratação com a parte relacionada foi aprovada pela Diretoria da Companhia e por todos os Sócios que figuravam na ISH Tecnologia S.A. à época da Contratação.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Contrato de Prestação de Serviços

No que se refere ao contrato de prestação de serviços celebrado entre a Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. e a ISH Tecnologia S.A., a Companhia esclarece que as condições desses contratos são comutativas e não indicam vantagem, benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. A estratégia das suas controladas ao celebrar o contrato de prestação de serviços descrito no item 16.2, foi a negociação dos valores com base no preço do serviço aplicável aos demais clientes da Companhia.

A Contratação com a parte relacionada foi aprovada pela Diretoria da Companhia e por todos os Sócios que figuravam na ISH Tecnologia S.A. e na Integrasys Comércio e Serviços de Informática Ltda. à época da Contratação.
Neste sentido, a Companhia entende que as contratações com partes relacionadas atendem aos seus melhores interesses, tendo sido celebradas em condições estritamente comutativas e com pagamento compensatório adequado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
28/07/2021	2.000.000,00		0	0	0
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
02/06/2021	1.000,00	Totalmente integralizado	1.000	0	1.000
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
02/06/2021	1.000,00	Totalmente integralizado	1.000	0	1.000
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
02/06/2021	1.000,00		1.000	0	1.000

723

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
18/08/2021	AGE	18/08/2021	6.768.823,00	Subscrição particular	6.767.823	0	6.767.823	6.768,00000000	1,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Na forma do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, não havendo diluição injustificada dos atuais acionistas.

Forma de integralização Conferência da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Companhia na ISH Tecnologia S.A. e das quotas detidas pelos acionistas da Companhia na Integrasys Comércio e Serviços Ltda.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não realizou desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações desde a sua constituição e até a data de divulgação deste Formulário de Referência.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Companhia desde a sua constituição e até a data de divulgação deste Formulário de Referência.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Em 18 de agosto de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o aumento do capital social da Companhia, de R$ 1.000,00 para R$ 6.768.823,00, a ser integralizado mediante a conferência da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Companhia na ISH Tecnologia S.A. e das quotas detidas pelos acionistas da Companhia na Integrasys Comércio e Serviços Ltda., sendo que o valor contábil das ações e quotas das controladas foi calculado no laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, baseado nos respectivos balanços patrimoniais levantados em 30 de junho de 2021. O aumento do capital social da Companhia está condicionado à consumação de sua oferta pública inicial de ações, aprovada na assembleia geral da Companhia realizada em 28 de julho de 2021.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Os Acionistas têm direito a um dividendo anual de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos que não sejam estabelecidos por lei, poderão ser alterados por deliberação da assembleia geral de acionistas, de acordo com o respectivo quórum de instalação e deliberação previsto na Lei das S.A.
Outras características relevantes	A Companhia solicitou a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. A realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em assembleia geral. A OPA deve possuir preço justo, baseado em laudo de avaliação, na forma estabelecida pela legislação societária. Além disso, os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de seus acionistas significativos.

Com relação à obrigação de realização de oferta pública, o Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta de controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto todas as ações de sua emissão que sejam de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante. A oferta pública de aquisição de ações deverá assegurar aos acionistas titulares de ações ordinárias as mesmas condições e o mesmo preço pago por ação ordinária ao acionista alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia está em processo de obtenção de registro de emissor categoria A perante a CVM e até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não possui valores mobiliários admitidos à negociação.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não existem outros valores mobiliários de emissão da Companhia emitidos no Brasil além das ações de sua emissão.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não existem outros valores mobiliários de emissão da Companhia emitidos no Brasil além das ações de sua emissão.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Item não aplicável, dado que a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos três exercícios sociais.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Item não aplicável, dado que a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos três exercícios sociais.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer aquisições relativas a ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a este item 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão desde a sua constituição até a data de divulgação deste Formulário de Referência.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia foi constituída no exercício social corrente e até a data de divulgação deste Formulário de Referência não havia mantido ou movimentado qualquer valor mobiliário em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a este item 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**28/07/2021**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Estão vinculados a Política de Negociação: (i) a Companhia; (ii) os acionistas controladores; (iii) os administradores e profissionais; (iv) qualquer outra pessoa que, em virtude do seu cargo, função ou posição na Companhia, suas sociedades controladas ou sociedades coligadas, tenham acesso a Informações Relevantes; e (v) qualquer outra pessoa que tenha conhecimento de Informações Relevantes, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, suas sociedades controladas ou sociedades coligadas, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação de Valores Mobiliários da ISH Tech S.A. ("Política de Negociação") tem por objetivo estabelecer as regras e procedimentos que deverão ser observados pela Companhia e demais Pessoas Vinculadas, nas negociações com valores mobiliários de emissão da Companhia, de forma a preservar a transparência das negociações, tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em vigor desde 2 de janeiro de 2018, assegurando aos acionistas, investidores e outras partes interessadas que as negociações com valores mobiliários de emissão da Companhia pautem-se pela comutatividade, transparência e melhores práticas de governança corporativa. Ademais, a Política de Negociação define quais os períodos em que pessoas a ela vinculadas deverão abster-se de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia, evitando o uso indevido de Informações Privilegiadas não divulgadas ao público, nos moldes da Instrução CVM 358.
A Política de Negociação de Valores Mobiliários pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Rua Judith Maria Tovar Varejão, 355, salas 202 e 203, Enseada do Suá, CEP 29050-360, Vitória, Espírito Santo; e (ii) internet: site da Companhia (ri.ish.com.br), site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar suas ações em todos os períodos em que, por força de comunicação do Diretor de Relações com Investidores, haja determinação de não negociação. As mesmas obrigações serão aplicáveis a quem quer que: (i) em virtude de seu cargo, função ou posição nas sociedades controladoras, nas sociedades controladas e coligadas da Companhia; ou (ii) em razão da sua relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como, auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia, sabendo que se trata de informação não divulgada ao mercado.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao gerenciamento de riscos de mercado e controles internos da Companhia que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Além da Política de Divulgação e Negociação descrita na seção 20.1 acima, a Companhia observa a legislação e as normas específicas da CVM em vigor, em especial a Lei das S.A., a Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") e a Instrução CVM 480, que disciplinam, entre outras matérias, as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e as Instruções CVM 358 e 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima, de modo que a Companhia informa que utilizará como canal de comunicação o jornal "A Tribuna" e o Diário Oficial do Estado do Espírito Santo para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

De acordo com a Instrução CVM 358, enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da Companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações. Podem ser considerados atos ou fatos relevantes a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da Companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a Companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à Companhia em questão.

As companhias de capital aberto são obrigadas a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia.

Adicionalmente, a Instrução CVM 358 também exige que (i) o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, no prazo de um ano; (ii) os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias; e (iii) se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação.

Por fim, a Instrução CVM 358 veda a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Em observância às normas da CVM e da B3, em 28 de julho de 2021, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a "Política de Divulgação de Informação Relevante da ISH Tech S.A." ("Política de Divulgação"), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358 ("Destinatários"), incluindo a Companhia, seus acionistas controladores, suas controladas, administradores, colaboradores, e pessoas ligadas (pessoas que mantém vínculo com os administradores, incluindo, mas não se limitando aos cônjuges, companheiros, dependentes e sociedades controladas por eles), que tenham conhecimento de informação relevante sobre a Companhia. Os Destinatários deverão assinar o Termo de Adesão à Política de Divulgação.

Para fins da Política, "Informação Relevante" significa o ato ou fato relevante, que será objeto de divulgação e comunicação, nos termos da Instrução CVM 358, incluindo: (i) qualquer decisão dos acionista controladores; (ii) deliberação da Assembleia Geral ou dos órgãos de administração; ou (iii) qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios, que possa influir, de modo ponderável (a) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; (b) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (c) na decisão dos investidores em exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados.

A Política de Divulgação possui o objetivo de estabelecer as diretrizes e os procedimentos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à manutenção do sigilo de Informações Relevantes e à divulgação de ato ou fato relevante pela Companhia, nos termos da Instrução CVM 358. Assim, a Política de Divulgação contempla, dentre outras matérias, os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes da Companhia não divulgadas, considerando aspectos de exceção à regra de divulgação de Informações Relevantes, bem como os canais de comunicação a serem utilizados pela Companhia para disseminar informações sobre Informações Relevantes, nos termos da regulação aplicável.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação estabelece que caberá ao Diretor de Relações com Investidores, observadas as suas disposições e a legislação aplicável, decidir pela divulgação ao mercado e pela comunicação dessas situações e de outras aos órgãos públicos e privados pertinentes, desde que constituam informação relevante sobre a Companhia, da maneira mais eficiente possível, tendo em vista os interesses de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro da Companhia.

Os acionistas controladores da Companhia e seus profissionais e colaboradores deverão:

- Comunicar, ao Diretor de Relações com Investidores, qualquer informação relevante sobre a Companhia de que tenham conhecimento;
- Certificar-se de que todos os documentos relacionados com a Informação Relevante circulam com aviso de sigilo e/ ou de restrição de acesso e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, cientes do caráter sigiloso, observando os padrões da Companhia sobre segurança de correspondência eletrônica;
- Encaminhar ao Diretor de Relações com Investidores relação com nome, cargo e função das pessoas que tiveram acesso à Informação Relevante sobre a Companhia, se de seu conhecimento; e
- Comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dentro de seu círculo restrito e determinável.

Os acionistas controladores, administradores e profissionais e/ou colaboradores que tenham conhecimento de Informação Relevante sobre a Companhia e, após comunicarem o Diretor de Relações com Investidores, constatarem a omissão injustificada no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, deverão comunicar à CVM a Informação Relevante em questão. Não será injustificada a omissão caso se tratar de situação que, a juízo do Diretor de Relações com Investidores, haja razões para a manutenção do sigilo da Informação Relevante sobre a Companhia, que resguardam interesse legítimo da Companhia, de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Forma da divulgação e da comunicação de Informação Relevante

O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar ao mercado, imediatamente ou tão logo seja possível, a Informação Relevante sobre a Companhia, (i) em um dos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia; ou (ii) em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade; e (iii) se julgar necessário, por qualquer outro meio de comunicação pertinente.

A divulgação de Informação Relevante sobre a Companhia deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nos mercados de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Caso necessário, poderá o Diretor de Relações com Investidores providenciar a divulgação da Informação Relevante sobre a Companhia no horário de negociação dos valores mobiliários, nos mercados de negociação, e solicitar a suspensão desta negociação pelo período adequado à disseminação da informação.

Dever de guardar sigilo e exceção à imediata divulgação:

Até a divulgação ao mercado, na forma acima, os acionistas controladores, administradores, profissionais e colaboradores deverão guardar sigilo da Informação Relevante sobre a Companhia de que tenham conhecimento, bem como farão com que seus subordinados e terceiros de sua confiança também assim procedam, sob pena de responsabilidade solidária, na forma da Lei das Sociedades por Ações. A juízo dos acionistas controladores e dos administradores, a Informação Relevante sobre a Companhia poderá deixar de ser divulgada, ou de ser divulgada de forma imediata, para resguardar interesse legítimo da Companhia, de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro da Companhia, devendo ser observado que:

- Os acionistas controladores ou administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em benefício da Companhia deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores do ato ou fato tido como relevante, com as informações necessárias ao seu correto entendimento;
- O Diretor de Relações com Investidores ou, ainda, os demais administradores ou acionistas controladores da Companhia – estes dois últimos grupos, mediante comunicação simultânea ao Diretor de Relações com Investidores – poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, desde que em envelope registrado, lacrado e com advertência de sigilo, tendo como destinatário o presidente da CVM. Caso esta decida pela divulgação ao mercado da Informação Relevante, determinará também uma comunicação aos mercados de negociação e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação;
- Em qualquer hipótese de manutenção do sigilo de Informação Relevante, ocorrendo situações enquadráveis como "Situações Anômalas" ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores deve ser informado imediatamente e deve adotar os procedimentos previstos no item (ii) acima ou divulgar imediatamente o respectivo fato relevante, caso que não eximirá os acionistas controladores e os administradores de sua responsabilidade pela divulgação.

Caso (i) ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, ou (ii) a Informação Relevante não divulgada venha a se tornar pública, o Diretor de Relações com Investidores, ou as pessoas que tiverem acesso à Informação Relevante, deverá(ão) providenciar a sua imediata divulgação, de acordo com os termos da Política de Divulgação e da legislação aplicável.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Sra. Michelini Camuzzi Ferrari Storck, Diretora de Relação com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.